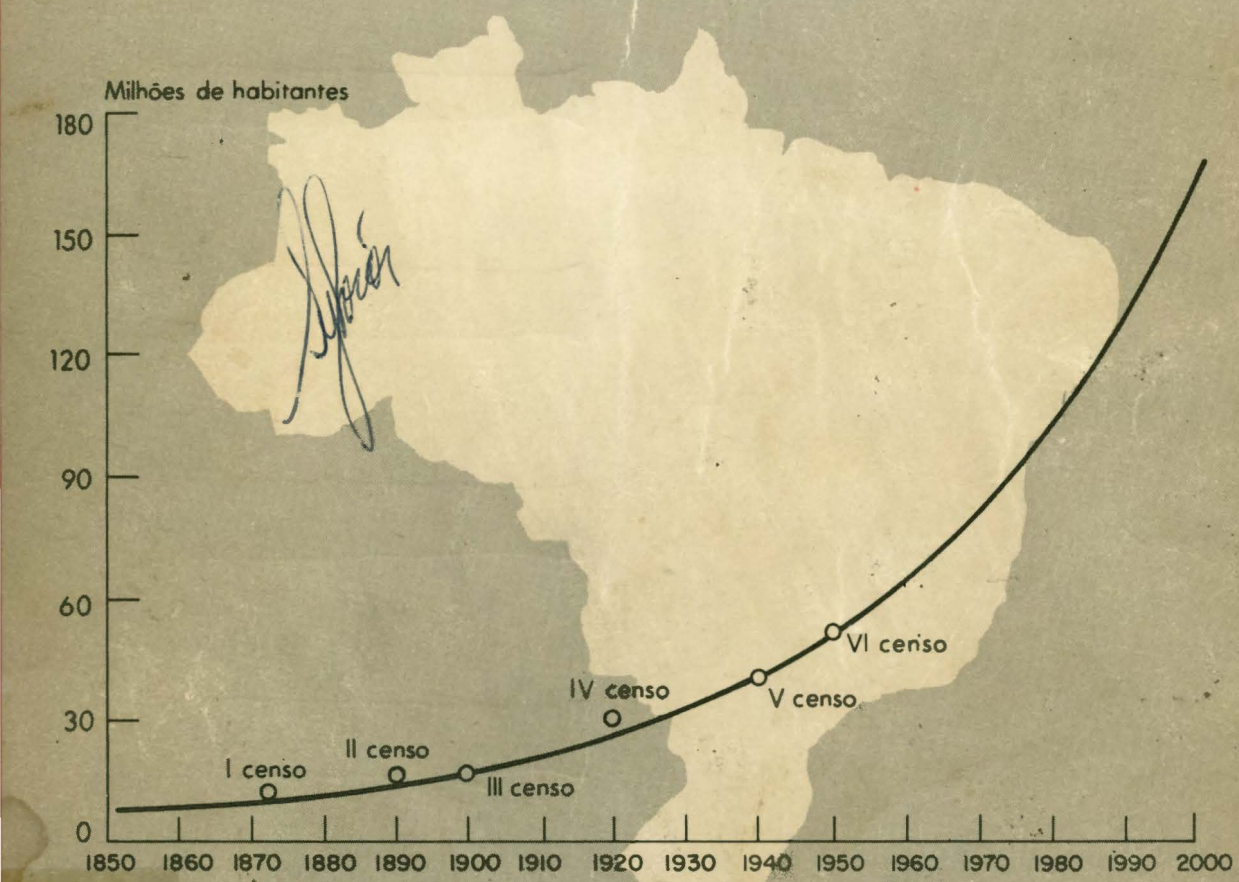
Ministério do Planejamento e Coordenação Geral
Fundação I B G E — Instituto Brasileiro de Estatística
Laboratório de Estatística

ESTUDOS DE ESTATÍSTICA TEÓRICA E APLICADA

CONTRIBUIÇÕES PARA O ESTUDO DA DEMOGRAFIA DO BRASIL

(2.ª Edição)



1970

FUNDAÇÃO IBGE

Presidente: Isaac Kerstenetzky

INSITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA

Diretor-Superintendente: Rudolf W. F. Wuensche

LABORATÓRIO DE ESTATÍSTICA

Diretor: José Bastos Távora

Chefe da Turma de Estatística Metodológica: Ernani Thimoteo de Barros

ÍNDICE DOS ASSUNTOS

A — CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO

Pág.

I. O aumento da população do Brasil entre 1872 e 1940 9
II. O aumento da população do Brasil no decênio sucessivo ao censo de 1940 22
III. Incremento da população das diversas regiões fisiográficas e Unidades da Federação de 1890 a 1950 42
IV. Previsões sôbre o desenvolvimento da população do Brasil na segunda metade do século XX 45
V. Estimativas de previsão do desenvolvimento da população das Unidades da Federação no decênio iniciado em 1.º-VII-1950 48

B — A DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DA POPULAÇÃO

I. A distribuição territorial da população do Brasil em 1.º de julho de 1950 e em 1.º de janeiro de 1957 53

C — OS FATÔRES DO CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO

I. Estimativas da natalidade no Brasil, segundo as Unidades da Federação 59
II. A fecundidade da mulher e a sobrevivência dos filhos no Brasil, segundo o censo de 1950 66
III. A mortalidade da população natural do Brasil 80
IV. Novas contribuições para a determinação do nível da mortalidade no Brasil 91
V. Nota sôbre a vida média nos diversos Estados do Brasil 97
VI. Sôbre o cálculo de tábuas de mortalidade para os Estados do Brasil mediante comparação entre censos sucessivos 103
VII. Estimativa do número dos óbitos e da taxa de mortalidade geral para o Brasil (1950) 111
VIII. Ligeiras considerações sôbre a mortalidade infantil no Brasil 113
IX. Cálculos complementares sôbre a mortalidade infantil no Brasil 117
X. Ensaio de cálculo da taxa de reprodução para a população do Brasil 118
XI. As migrações internacionais 124
XII. A imigração internacional para o Brasil no após-guerra 1945-1957 126

D — A ESTRUTURA DA POPULAÇÃO

I. A composição por sexo e grupos de idade da população do Brasil 139
II. Dados comparativos sôbre a composição por sexo e idade da população dos Estados do Brasil 151
III. Retificação da distribuição por idade da população do Brasil em 1.º de julho de 1950 158
IV. Ensaio de previsão da composição por sexo e idade da população do Brasil em 1.º-VII-1955 e em 1.º-VII-1960 161
V. A composição da população segundo a côr no Brasil e nas diversas regiões fisiográficas e Unidades da Federação, em 1950 168
VI. O desenvolvimento da população preta e parda do Brasil 198
VII. A composição da população do Brasil segundo o estado conjugal em 1950 207
VIII. Distribuição territorial dos estrangeiros e brasileiros naturalizados presentes no Brasil em 1950 213
IX. Pessoas que falam no lar uma língua estrangeira, no Brasil 219
X. A população econòmicamente ativa, segundo o censo demográfico de 1950 226
XI. A distribuição da população do Brasil por grandes categorias de atividade, segundo o sexo e a idade 229
XII. A distribuição da população do Brasil segundo ramos de atividade, por sexo e grupos de idade 238
XIII. A população do Brasil, segundo ramos de atividade, por sexo e grupos de idade 268

E — A POPULAÇÃO URBANA E A POPULAÇÃO RURAL

I. As aglomerações urbanas no Brasil segundo o censo de 1950 272
II. O aumento da população das grandes cidades do Brasil entre 1940 e 1950 316
III. As variações da população urbana, suburbana e rural do Brasil entre 1940 e 1950 320
IV. Características demográficas das populações rurais do Brasil 325

F — AS MIGRAÇÕES INTERIORES

I. Nota sôbre o cálculo das migrações interiores baseado nos censos 351
II. Migrações interiores entre as regiões fisiográficas 356
III. Elementos de informação sôbre as migrações interiores, deduzidos do censo demográfico .. 379
IV. As migrações interiores no Brasil 376

G — A ALFABETIZAÇÃO

		Pág.
I.	A alfabetização no Brasil, segundo o censo de 1950	387
II.	A alfabetização da população do Brasil, segundo o sexo, a idade e a côr	392
III.	A alfabetização nas diversas Unidades da Federação, em 1940 e em 1950	401
IV.	A alfabetização das populações urbanas, suburbanas e rurais no Brasil	408
V.	Estudo regional da alfabetização no Brasil baseado no censo de 1950	414
VI.	A alfabetização das crianças no Brasil	423
VII.	A alfabetização das crianças no Brasil, segundo o sexo	426
VIII.	A alfabetização das crianças nos diversos Estados do Brasil	432
IX.	Estimativa da população em idade escolar em 1955 e em 1956	438

H — CONCLUSÕES

I.	Desenvolvimento, composição e distribuição da população do Brasil	439
II.	Aspectos culturais da evolução e das características demográficas do Brasil	449

ÍNDICE DOS GRÁFICOS

Fig.	Título	Pág.
1.	Desenvolvimento da população do Brasil no curso do último século, segundo os recenseamentos gerais	22
2.	População presente estimada das diferentes Unidades da Federação, em 1.º-IX-1950	25
3.	Desenvolvimento da população do Brasil, observado no período de 1850 a 1950 e estimado para o de 1950 a 2000	47
4.	As Unidades Políticas do Brasil, segundo a ordem da importância das respectivas populações em 1.º de julho de 1959	52
5.	Densidade demográfica do Brasil (habitantes por km²), segundo o Censo Demográfico de 1950	55
6.	O contraste entre o conjunto das regiões Norte e Centro-Oeste e o conjunto das regiões Nordeste, Leste e Sul quanto às respectivas áreas e populações	58
7.	Percentagem das mulheres prolíficas, segundo a idade (1940 a 1950)	69
8.	Filhos tidos nascidos vivos por 100 mulheres, segundo a idade (1940 e 1950)	70
9.	Filhos tidos nascidos vivos por 100 mulheres prolíficas, segundo a idade (1940 e 1950)	70
10.	Sobreviventes de 1 000 filhos tidos, segundo a idade da mãe (1940 e 1950)	73
11.	Vida média, segundo a mortalidade no período 1940-1950, em alguns países	99
12.	Vida média, segundo a mortalidade do período 1940-1950, nos diversos Estados do Brasil	100
13.	Entrada de imigrantes no Brasil, de 1851 a 1950	124
14.	Composição por idade, retificada, da população do Brasil em 1940 e em 1950, segundo o sexo	160
15.	Composição estimada por sexo e idade da população do Brasil em 1.º de julho de 1955 e de 1960	162
16.	Composição, segundo a côr, da população das diversas regiões fisiográficas do Brasil	190
17.	Composição, segundo o estado conjugal, por sexo, da população do Brasil	212
18.	Distribuição territorial dos naturais do exterior presentes no Brasil em 1.º-VII-1950	218
19.	Distribuição da população de 10 anos e mais, segundo grandes classes de atividade, por sexo	227
20.	Distribuição da população de 10 anos e mais, segundo ramos de atividade, por sexo	249
21.	Localização das maiores cidades do Brasil (cidade de mais de 50 000 habitantes em 1.º-VII-1950)	287
22.	Aumento das aglomerações urbanas entre 1940 e 1950	305
23.	Naturais da região fisiográfica indicada, presentes em outras regiões, em 1950	358
24.	Naturais de outras regiões fisiográficas, presentes na região indicada, em 1950	358
25.	Distribuição dos naturais da região Leste, presentes em outras regiões, segundo a região de presença, em 1950	359
26.	Discriminação dos naturais de outras regiões, presentes na região Leste, segundo a região de nascimento, em 1950	360
27.	Distribuição dos naturais da região Sul, presentes em outras regiões, segundo a região de presença em 1950	361
28.	Discriminação dos naturais de outras regiões, presentes na região Sul, segundo a região de nascimento, em 1950	362
29.	Distribuição dos naturais da região Nordeste, presentes em outras regiões, segundo a região de presença, em 1950	363
30.	Discriminação dos naturais de outras regiões, presentes na região Norte, segundo a região de nascimento, em 1950	364
31.	Discriminação dos naturais de outras regiões, presentes na região Centro-Oeste, segundo a região de nascimento, em 1950	365
32.	Naturais da Unidade da Federação indicada, presentes em outras Unidades, em 1950	379
33.	Naturais de outras Unidades da Federação, presentes na Unidade indicada, em 1950	380
34.	A alfabetização na população de 10 anos e mais dos diversos Estados, em 1940 e em 1950	405
35.	A alfabetização segundo a idade, nos quadros administrativos urbanos, suburbanos e rurais, em 1950	411
36.	A alfabetização segundo o sexo e a idade, nos quadros administrativos urbanos, suburbanos e rurais, em 1950	412

PREFÁCIO

A BULHÕES CARVALHO, Diretor do Recenseamento Geral de 1920, coube a iniciativa da realização das primeiras análises interpretativas de dados censitários em nosso país. Os amplos comentários, publicados à guisa de apresentação dos volumes do censo de 1920, constituem, na opinião abalizada do Professor GIORGIO MORTARA, demógrafo dos mais destacados no cenário internacional, "o primeiro ensaio de uma exposição sistemática dos diferentes aspectos da distribuição e da composição da população do Brasil" ("Os estudos demográficos no Brasil", edição da Biblioteca Nacional, Ministério da Educação e Cultura, 1959).

A obra pioneira e meritória de BULHÕES CARVALHO só foi prosseguida muito mais tarde, quando, sob a égide do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, nascido do idealismo e perseverança de M. A. TEIXEIRA DE FREITAS, e em decorrência da larga visão de J. CARNEIRO FELIPE e de RAFAEL DA SILVA XAVIER, respectivamente Diretor-Geral e Diretor Executivo do Recenseamento de 1940, foi criado o Gabinete Técnico daquele Serviço, o primeiro órgão especializado de análise demográfica do país.

Sob a direção do Professor GIORGIO MORTARA, o Gabinete Técnico, usando o vasto conjunto de informações resultantes do censo de 1940, pôde esclarecer muitos aspectos da população brasileira. Na extensa série de "Análises do Censo Demográfico" procurou-se determinar o grau de precisão dos resultados censitários, descobrir e corrigir os erros de enumeração e de classificação, e pôr em evidência, mediante comparações internacionais e retrospectivas, as verdadeiras características da composição da população do Brasil e suas tendências.

Mas, além da interpretação das estatísticas do estado da população, cuja caracterização foi feita segundo o lugar de presença, o sexo, a idade, a côr, o estado conjugal, a nacionalidade, o lugar de nascimento, a atividade econômica, a instrução, a religião, etc., realizou o Gabinete Técnico análises da maior relevância e valor científico para a determinação aproximada de dados sôbre o movimento da população, análises essas publicadas na série das "Aplicações do censo demográfico para a reconstrução e a emenda das estatísticas do movimento da população". Em estudos desta série foram calculados, mediante adequadas elaborações dos resultados dos diversos censos realizados no Brasil, os números de nascimentos e óbitos ocorridos entre êsses censos, baseados nos quais se pôde estimar os valores aproximados das taxas de natalidade e de mortalidade geral para sucessivos intervalos do período secular 1840-1950.

Com base nos elementos resultantes desta pesquisa, foram também construídas tábuas de mortalidade para os períodos 1870-1890 e 1890-1920 e uma

tábua de fecundidade feminina para um período imediatamente anterior ao recenseamento de 1920, as quais, por sua vez, forneceram os elementos necessários aos cálculos dos coeficientes de BOECKH e de LOTKA.

Êsses trabalhos de reconstituição da marcha evolutiva da população brasileira no passado, em parte baseados na aplicação de métodos originais, mereceram ampla divulgação em inglês e francês por parte da Divisão de População das Nações Unidas, que os recomendaram à consideração das demais Nações como o Brasil, possuidoras de algum passado censitário, mas com registro civil deficiente.

Ainda na série das "Aplicações" encontram-se importantes trabalhos de elaboração dos dados censitários de 1940, que levaram à determinação da curva simples de fecundidade da mulher em função da idade, à determinação do nível da fecundidade e da prolificidade feminina, segundo a idade, para os grandes grupos de côr, para a população natural do Brasil e para os principais grupos estrangeiros, para as diversas classes de estado conjugal e para os diferentes grupos de idade inicial da procriação, bem como à construção de uma tábua de nupcialidade feminina, à avaliação e reconstituição dos movimentos de migração interna e à medida da incidência da cegueira, segundo a idade, numa geração. Êsses estudos representam, sem dúvida, uma inestimável contribuição à pesquisa sociológica no Brasil, pois que êles não apenas desvendaram a natureza dos fenômenos pesquisados, mas mediram a sua intensidade com absoluto rigor técnico e científico.

Entre as pesquisas sôbre o movimento da população, realizadas com a ajuda dos dados do recenseamento de 1940 e de outras fontes, cumpre ressaltar ainda as referentes ao cálculo de taxas de mortalidade geral, de mortalidade por causas de óbito, de mortalidade infantil, de mortalidade por sexo e idade, assim como as elaborações de tábuas de mortalidade, por sexo, para a Capital Federal, para as capitais estaduais mais populosas e para o Estado de São Paulo (capital e interior), tôdas publicadas na série de "Estudos sôbre a mortalidade nas grandes cidades brasileiras".

Desvinculando-se em fins de 1948 do Serviço Nacional de Recenseamento, transformou-se o Gabinete Técnico no Laboratórrio de Estatística do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, onde foram continuadas, sem interrupção, as pesquisas sôbre a demografia do Brasil, muitas das quais publicadas na série dos "Estudos complementares das análises e das aplicações do censo demográfico de 1940".

Com a realização do censo de 1950, iniciou-se uma nova série de "Estudos Demográficos". Além dos aspectos já pesquisados no censo anterior, muitos outros foram perquiridos, revelando-se muito interessantes as análises comparativas e diferenciais de várias características das populações urbanas e rurais, tais como as referentes ao seu desenvolvimento, à sua composição por sexo e idade, à sua fecundidade, à sobrevivência dos filhos e ao nível de alfabetização.

Pela comparação entre os dados dos censos de 1940 e 1950, pôde o Laboratório realizar alguns trabalhos interessantes, nos quais foram calculadas taxas de mortalidade geral, taxas de mortalidade por sexo e idade, e tábuas de mortalidade para a população natural do Brasil e para as populações naturais dos

principais Estados. O aparecimento, em 1956, das tábuas-padrões de sobrevivência elaboradas e divulgadas pelo Serviço de População das Nações Unidas, permitiu ao Laboratório tornar conhecida a duração média da vida para os naturais de todos os Estados do Brasil, o que, em conseqüência de nossos registros incompletos do movimento natural da população, constituía um problema de difícil solução a desafiar a argúcia dos mais experimentados demógrafos.

Havendo sido realizado o recenseamento geral de 1960, pareceu conveniente coordenar num só volume os principais estudos elaborados no Laboratório de Estatística com base no censo anterior, de modo a permitir uma visão ampla do panorama demográfico nacional nos seus aspectos de maior relevância e a facilitar comparações de resultados dos dois mencionados levantamentos.

A presente publicação, na qual se apresenta o resultado da mencionada coordenação, está ilustrada com vários gráficos, que facilitam sobremaneira a compreensão dos diversos aspectos analisados. Em cada estudo vem indicado, em nota de rodapé, o nome do respectivo autor. Os gráficos foram elaborados pela desenhista Namyr Escobar, segundo plano de ilustração estabelecido por esta direção.

Rio de Janeiro, novembro de 1961

Alceu Vicente W. de Carvalho

A — O CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO

I

O AUMENTO DA POPULAÇÃO DO BRASIL ENTRE 1872 E 1940 [1]

SUMÁRIO: 1. A população do Brasil, segundo os cinco censos. Aumento total da população em cada período intercensitário. Estimativa do aumento pelo excedente das imigrações sôbre as emigrações, e cálculo do aumento pelo excedente dos nascimentos sôbre os óbitos, em cada período intercensitário. — 2. Cálculo da taxa de incremento natural da população nos diversos períodos, conforme os resultados publicados dos censos. Determinação da taxa de mortalidade, de acôrdo com a taxa de natalidade estimada e a taxa de incremento natural calculada. Inverossimilhança de alguns resultados dêsses cálculos e conseqüentes dúvidas acêrca da correspondência entre os dados censitários publicados e a realidade. — 3. Comparação dos aumentos da população entre os consecutivos censos, determinados conforme os dados publicados, com os aumentos calculados segundo a hipótese de crescimento regular da população entre 1872 e 1940, conforme a taxa média geométrica anual de incremento observada entre os 1.º e 5.º censos. — 4. Análise ulterior dos aumentos da população entre 1890 e 1940. Ensaio de correção dos resultados dos censos de 1900 e 1920. Conseqüente retificação das taxas de mortalidade e de incremento natural. — 5. Discriminação do aumento total da população entre 1890 e 1940 em três componentes: incremento natural independente da imigração, incremento natural dependente da imigração, e incremento migratório. — 6. Aumento absoluto e relativo, e taxa média geométrica anual de incremento, das populações das diversas Unidades da Federação, entre 1890 e 1940. — 7. Percentagens das populações das diversas Unidades na população total do Brasil, em 1890 e 1940. — 8. Considerações finais.

1. Conforme os resultados da apuração dos cartões individuais, publicados em maio de 1946 pelo Serviço Nacional de Recenseamento, na *Sinopse do Censo Demográfico* a população presente do Brasil em 1.º de setembro de 1940 ascende a 41 236 315 habitantes.

Acrescentando 7 452 habitantes do Município de Parintins (Amazonas) e 9 177 do Município de Garça (São Paulo), que ficaram excluídos da referida apuração por causa de fôrça maior (não tendo chegado à sede central do Serviço Nacional de Recenseamento os respectivos documentos de coleta, embora o levantamento fôsse regularmente efetuado), a precedente cifra fica retificada em 41 252 944.

Compara-se abaixo êsse número com os constantes dos censos anteriores.

DATA DO CENSO	POPULAÇÃO PRESENTE
1.º — VIII — 1872	10 112 061
31 — XII — 1890	14 333 915
31 — XII — 1900	17 318 556
1.º — IX — 1920	30 635 605
1.º — IX — 1940	41 252 944

[1] Estudo redigido pelo Prof. GIORGIO MORTARA. Colaborou nos cálculos ERNANI THIMÓTEO DE BARROS.

Os aumentos totais e médios anuais verificados entre os consecutivos censos constam dos seguintes dados.

PERÍODO	AUMENTO DA POPULAÇÃO	
	Total	Médio anual
1.º-VIII-1872 a 31- XII-1890.....	4 221 854	229 241
1.º- I-1891 a 31- XII-1900.....	2 984 641	298 464
1.º- I-1901 a 31-VIII-1920.....	13 317 049	677 138
1.º- IX-1920 a 31-VIII-1940.....	10 617 339	530 867

Nesses aumentos, podem-se discriminar, de maneira aproximativa, as partes que correspondem, respectivamente, ao excedente dos nascimentos sôbre os óbitos e ao das imigrações sôbre as emigrações. Para êsse fim, não se podendo determinar diretamente o valor do excedente dos nascimentos sôbre os óbitos, em conseqüência das conhecidas falhas da estatística do registro civil, estimou-se o valor do excedente das imigrações sôbre as emigrações [2]. Os resultados, largamente aproximativos, dessa estimativa são expostos abaixo, em cifras absolutas e em percentagens dos aumentos totais da população verificados nos diferentes períodos.

PERÍODO	AUMENTO DA POPULAÇÃO PELO EXCEDENTE DAS IMIGRAÇÕES SÔBRE AS EMIGRAÇÕES	
	Absoluto	Em percentagem do aumento total
1.º-VIII-1872 a 31- XII-1890.....	570 266	13,51
1.º- I-1891 a 31- XII-1900.....	903 454	30,27
1.º- I-1901 a 31-VIII-1920.....	939 953	7,06
1.º- IX-1920 a 31-VIII-1940.....	859 842	8,10

Em conjunto, no intervalo entre os censos de 1872 a 1940, o número dos habitantes aumentou de 31 140 883. Conforme as estimativas acima, a parte dêste aumento diretamente causada pelo movimento migratório [3] seria repre-

[2] Conforme a estatística brasileira da imigração (cujos dados, por via de regra, excedem os correspondentes dados das estatísticas dos países de emigração), o número dos imigrantes estrangeiros entrados no país entre 1.º de agôsto de 1872 e 31 de agôsto de 1940 pode ser calculado em 4 434 686, discriminados por períodos como consta dos dados abaixo.

PERÍODO	NÚMERO DOS IMIGRANTES
1.º-VIII-1872 a 31- XII-1890.....	712 832
1.º- I-1891 a 31- XII-1900.....	1 129 317
1.º- I-1901 a 31-VIII-1920.....	1 446 081
1.º- IX-1920 a 31-VIII-1940.....	1 146 456

Para determinar o excedente das imigrações sôbre as emigrações, supôs-se que êsse excedente correspondesse a 80% do total dos imigrantes tanto no 1.º como no 2.º período, 65% no 3.º e 75% no 4.º. A soma dos excedentes de imigração assim calculados para os 4 períodos, 3 273 515, corresponde a cêrca de 74% do total dos imigrantes.

Foram, de propósito, adotadas proporções elevadas, a fim de que não ficasse subestimada a contribuição da imigração para o crescimento da população do Brasil. É possível que de fato essa contribuição seja sensivelmente inferior à constante do cálculo acima.

[3] Indiretamente a imigração contribui para o crescimento da população pelo aumento dos nascimentos. Veja-se, sôbre êste assunto, o § 5.

sentada pelo excedente de imigrações de 3 273 515, que constituiria apenas 10,51% do aumento total.

Conhecendo-se o aumento total da população em cada período e a parte dêsse aumento proveniente da imigração, torna-se agora fácil determinar, mediante subtração, a parte resídua, ou seja, o excedente dos nascimentos sôbre os óbitos. Seguem-se os resultados dêste cálculo, totais e médios anuais.

PERÍODO	AUMENTO DA POPULAÇÃO PELO EXCEDENTE DOS NASCIMENTOS SÔBRE OS ÓBITOS	
	Total	Médio anual
1.º-VIII-1872 a 31- XII-1890.....	3 651 588	198 276
1.º- I-1891 a 31- XII-1900.....	2 081 187	208 119
1.º- I-1901 a 31-VIII-1920.....	12 377 096	629 344
1.º- IX-1920 a 31-VIII-1940.....	9 757 497	487 875

O excedente médio anual dos nascimentos sôbre os óbitos apresentaria apenas um pequeno aumento no segundo período, em comparação com o primeiro; mas ficaria três vêzes maior no terceiro período, e sofreria uma considerável redução no quarto.

* * *

2. Calcularam-se, acima, os excedentes dos nascimentos sôbre os óbitos, que, aparentemente, se verificariam nos diversos períodos intercensitários. Cumpre salientar que, em virtude do processo indireto adotado no cálculo, êsses excedentes só se aproximariam da verdade se estivessem certos os resultados dos censos.

Se o resultado de um censo fôsse afetado por um êrro *a* e o do censo consecutivo por um êrro *b*, o excedente calculado dos nascimentos sôbre os óbitos ficaria afetadc por um êrro igual a $(b - a)$[4].

O exame dos excedentes calculados acima deixa perplexo o demógrafo. Porque o excedente dos nascimentos sôbre os óbitos no segundo período ficaria apenas levemente superior ao do primeiro, apesar do notável aumento da população? Diminuiu a natalidade? Aumentou a mortalidade?

E porque no terceiro período se triplicaria êsse excedente? Uma parte do aumento pode ser atribuída ao crescimento da população; mas seria preciso também admitir uma inversão das tendências do período precedente, ou seja, uma grande subida da natalidade ou uma forte queda da mortalidade, para justificar o enorme aumento do excedente.

E porque, enfim, no quarto período, diminuiria mais uma vez o excedente dos nascimentos, não obstante o ulterior crescimento da população? Inverter-se-iam, mais uma vez, as tendências do movimento natural da população, diminuindo a natalidade ou aumentando a mortalidade?

---

[4] Os erros podem ser positivos, nulos ou negativos. Se *a* e *b* forem de sinais opostos, o êrro no cálculo do excedente de nascimentos no período censitário ficará igual, em valor absoluto, à soma dos valores absolutos dos erros dos dois censos. Se *a* e *b* forem do mesmo sinal, haverá compensação parcial entre os erros, ou até compensação total se fôr $a = b$.

Para procurar uma resposta a êsses quesitos torna-se conveniente, antes de tudo, passar das cifras absolutas para as relativas, ou seja, calcular, para cada período, o excedente médio anual dos nascimentos sôbre os óbitos em relação à população média do período.

A população média, calculada com larga aproximação, poderia ser estimada, de acôrdo com os resultados dos censos, em 12,2 milhões de habitantes no primeiro período, 15,8 milhões no segundo, 24,0 milhões no terceiro e 35,9 milhões no quarto.

Os excedentes relativos de nascimentos calculados com referência a essas cifras de população constam dos dados seguintes.

PERÍODO	EXCEDENTE MÉDIO ANUAL DOS NASCIMENTOS SÔBRE OS ÓBITOS, POR 1000 HABITANTES
1.º-VIII-1872 a 31- XII-1890	16,3
1.º- I-1891 a 31- XII-1900	13,2
1.º- I-1901 a 31-VIII-1920	26,2
1.º- IX-1920 a 31-VIII-1940	13,6

Cumpre lembrar que, se estivessem certos os elementos do cálculo, essas proporções representariam as diferenças entre as taxas de natalidade e de mortalidade, ou sejam, as taxas de crescimento natural, ou vegetativo, dos respectivos períodos.

A inverossimilhança das taxas referentes aos três últimos períodos é evidente, e dá um indício pràticamente certo, da existência de erros nos censos conforme os quais foi efetuado o cálculo.

Com efeito, se os resultados publicados dêsses censos representassem com suficiente aproximação a verdade, dever-se-ia admitir que a taxa de crescimento natural da população do Brasil, depois de ter diminuído sensìvelmente no segundo período, em comparação com o primeiro, subisse para o dôbro no terceiro, reduzindo-se, enfim, à metade no quarto.

Oscilações tão relevantes da taxa de crescimento da população do Brasil, como as constantes do cálculo acima, não encontram paralelo no quadro internacional, nem podem ter efetivamente ocorrido.

Como já foi advertido, para que o excedente da taxa de natalidade sôbre a da mortalidade tivesse tamanhas variações, devia variar fortemente pelo menos uma dessas taxas.

Agora, os próprios censos, revelando proporções aproximadamente constantes, através do tempo, da população infantil em relação à população total, indicam que a natalidade não diminuiu muito[5]. Logo, as oscilações verificadas deveriam depender principalmente das variações da mortalidade.

Adotando-se como valores da taxa de natalidade, nos diversos períodos os que foram sugeridos por pesquisas especiais[6] e como valores do excedente

---

[5] Veja-se o estudo N.º 265A da série de "Análises de Resultados do Censo Demográfico", compilada pelo Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento de 1940.

Os efeitos de uma moderada diminuição da natalidade — como provàvelmente ocorreu no Brasil —, sôbre a proporção da população infantil, podem ser compensados pelos efeitos de uma simultânea diminuição da mortalidade das crianças — diminuição que, também, provàvelmente se verificou.

[6] Vejam-se o citado volume N.º 4 desta série, *Estimativas da taxa de natalidade*, etc. e as pesquisas de GIORGIO MORTARA, publicadas na "Revista Brasileira de Estatística" (Ns. 1 a 7 e 9, anos 1940-42), sob o título de *Estudos sôbre a utilização do censo demográfico para a reconstrução das estatísticas do movimento da população* (com referência especial aos "Cálculos suplementares" expostos no N.º 6 dessa "Revista", págs. 275 e 276).

dessa taxa sôbre a de mortalidade os calculados acima, pode-se determinar, por subtração, a taxa de mortalidade para cada período. Os elementos e os resultdos do cálculo constam dos dados abaixo.

PERÍODO	TAXAS POR 1000 HABITANTES		
	Natalidade	Excedente da natalidade sôbre a mortalidade	Mortalidade
1.º-VIII-1872 a 31-XII-1890.....	46,5	16,3	30,2
1.º- I-1891 a 31-XII-1900.....	46,0	13,2	32,8
1.º- I-1901 a 31-VIII-1920.....	45,0	26,2	18,8
1.º- IX-1920 a 31-VIII-1940.....	43,5	13,6	29,9

A taxa de mortalidade subiria de 30,2 por 1 000 habitantes no primeiro período para 32,8 no segundo, o que é inverossímil, visto que as poucas informações disponíveis mostram a tendência oposta [7]; cairia, depois, para 18,8 no terceiro período [8], o que é mais inverossímil, em consideração das condições da saúde pública nos dois primeiros decênios do nosso século; subiria, enfim, no quarto período, quase ao mesmo nível inicial, atingindo 29,9, o que é no máximo grau inverossímil [9].

Se, de acôrdo com as opiniões mais autorizadas dos demógrafos brasileiros, forem considerados fidedignos os resultados dos censos de 1872 e de 1940, dever-se-á concluir que pelo menos um dos censos intermédios está afetado por graves erros.

* * *

3. Confrontando-se os resultados dos dois censos extremos, pode-se calcular em 20,87 por 1 000 habitantes a taxa média geométrica anual de incremento da população do Brasil no período de 1.º de agôsto de 1872 a 31 de agôsto de 1940.

Se no curso dêste período a população se desenvolvesse constantemente conforme essa taxa, os censos intermédios dariam os resultados ("população calculada") que se confrontam abaixo com os constantes das publicações censitárias ("população apurada").

[7] Na zona urbana do Distrito Federal, a média das taxas anuais de mortalidade diminuiu de 38,5 por 1 000 habitantes no período 1872-90 para 33,9 no período 1891-900.

[8] Se fôsse dotada para o terceiro período uma estimativa da natalidade da ordem de 35 a 36 por 1 000 habitantes (de acôrdo com a estimativa de 33,76 feita por BULHÕES CARVALHO para 1920, e acompanhada pela advertência de que "êsse coeficiente está aquém da realidade"), dever-se-ia admitir para o referido período uma mortalidade de apenas 9 a 10 por 1 000 habitantes, no conjunto do Brasil, inferior de dois terços ao nível que se podia estimar, levando-se em conta a experiência de outros países latino-americanos. Com efeito, nos anos próximos de 1910 a taxa de mortalidade ascendia a cêrca de 31 por 1 000 habitantes no México e 29 por 1 000 no Chile; na própria Argeitna, em condições sanitárias muito melhores, aproximava-se de 18 por 1 000. No Distrito Federal, a média das taxas de mortalidade para os 20 anos de 1901 a 1920 atingiu 22,9 por 1 000 habitantes.

[9] No Distrito Federal, a média das taxas de mortalidade para os 20 anos de 1921 a 1940 desceu para 18,2 por 1 000 habitantes.

DATA DO CENSO	POPULAÇÃO		DIFERENÇA (pop. apur. — pop. calc.)	
	Apurada	Calculada	Absoluta	%
31-XII-1890.....	14 333 915	14 791 507	— 457 592	— 3,1
31-XII-1900.....	17 318 556	18 184 396	— 865 840	— 4,8
1.º- IX-1920.....	30 635 605	27 294 950	+ 3 340 655	+ 12,2

A população apurada em 1890 fica inferior apenas de 3% à calculada. Mas, considerando-se que no período decorrido entre os censos de 1872 e de 1890 a mortalidade estava ainda muito elevada e a afluência de imigrantes não era muito grande [10], deve-se achar possível, e até provável, que nesse período a taxa de incremento da população ficasse inferior à média verificada no conjunto do intervalo entre os censos de 1872 e 1940, e que, portanto, a população calculada acima, conforme essa taxa média, exceda a efetiva. Sem atribuir ao censo de 1890 um caráter de absoluta precisão, pode-se entretanto considerar suficientemente próxima da realidade a população total apurada.

Chega-se a uma conclusão diversa no que diz respeito ao censo de 1900. O excedente médio anual das imigrações sôbre as emigrações, que não atingia 31 000 no período entre os censos de 1872 e 1890, subiu para além de 90 000 no período entre os censos de 1890 e 1900; a taxa de mortalidade foi, provàvelmente, menor neste segundo período do que no primeiro. Logo, a deficiência de quase 5%, da população apurada em confronto com a calculada, parece dar indício de um sensível êrro por falta no censo de 1900.

Em contraste com o censo de 1900, o de 1920 mostra um excedente muito forte, superior a 12%, da população apurada sôbre a calculada. É difícil justificar êste excedente. Com efeito, mesmo se no período entre os censos de 1900 e 1920 a taxa de incremento natural ficasse maior do que nos anteriores, em virtude da diminuição da mortalidade, tôda razoável hipótese sôbre êste aumento esclareceria apenas uma fração dessa diferença, tão elevada [11]. De outro lado, o aumento médio anual da população pelo excedente das imigrações sôbre as emigrações desceu para menos de 48 000 nesse período.

Pelos dados acima expostos torna-se possível determinar os aumentos da população de acôrdo com a hipótese de crescimento regular conforme a taxa média geométrica anual de 20,87 por 1 000 habitantes em todo o intervalo entre o primeiro censo e o quinto, e confrontá-los com os aumentos apurados.

PERÍODO	AUMENTO DA POPULAÇÃO		DIFERENÇA (aum. apur. — aum. calc.)	
	Apurado	Calculado	Absoluta	%
1.º-VIII-1872 a 31- XII-1890..	4 221 854	4 679 446	— 457 592	— 9,78
1.º- I-1891 a 31- XII-1900..	2 984 641	3 392 889	— 408 248	— 12,03
1.º- I-1901 a 31-VIII-1920..	13 317 049	9 110 554	+ 4 206 495	+ 46,17
1.º- IX-1920 a 31-VIII-1940..	10 617 339	13 957 994	— 3 340 655	— 23,93

A comparação acima põe mais uma vez em relêvo a incompatibilidade entre os resultados dos diversos censos.

[10] Conforme os dados expostos no § 1, o excedente médio anual das imigrações sôbre as emigrações ascenderia a 30 965 no 1.º período, 90 345 no 2.º, 47 794 no 3.º, 42 992 no 4.º.

[11] Advirta-se, ainda, que admitindo-se um considerável aumento da natalidade, ou uma considerável diminuição da mortalidade, no período entre os censos de 1900 e 1920, surgiria o problema de justificar a consecutiva queda da natalidade, ou subida da mortalidade, no período entre os censos de 1920 e 1940.

Quem concordar na opinião de que os resultados dos censos de 1872 e 1940 podem ser considerados fidedignos deverá chegar à conclusão de que o censo de 1900 está sensìvelmente errado por falta, e o de 1920, fortemente errado por excesso. Apenas hipóteses evidentemente absurdas acêrca do nível da natalidade e da mortalidade entre os censos de 1900 e 1920 poderiam justificar o enorme aumento aparente da população nesse período, como foi mostrado acima.

Cumpre acentuar que a verificação de um grave êrro por excesso no censo de 1920 pode ser atingida pela comparação com os censos anteriores, independentemente da comparação com o censo de 1940, como foi demonstrado no § 2. Mas os resultados dêste censo permitem, também, tentar a medição dêsse êrro.

* * *

4. A precedente análise não deu motivos suficientes para se duvidar da aproximativa correspondência dos resultados do censo de 1890 com a realidade de então. De certo êsses resultados não são rigorosamente exatos, mas falta qualquer base suficiente para justificar propostas de retificação.

Limitar-se-ão, logo, as ùlteriores análises ao intervalo entre os censos de 1890 e 1940.

O censo de 1900 parece estar errado por falta, conforme foi mostrado no § 1. O cálculo da população, baseado na taxa média geométrica anual de incremento verificada entre os censos de 1872 e 1940, indicou para a data de 31 de dezembro de 1900 um número de 18 184 396 habitantes. Fazendo-se o mesmo cálculo, a partir da população apurada em 31 de dezembro de 1890, e pela taxa média geométrica anual de incremento de 21,51 por 1 000 habitantes verificada entre os censos de 1890 e 1940, obtêm-se o número de 17 733 686. Adotando-se a média das duas estimativas, poder-se-ia calcular em cêrca de 17,96 milhões a população presente em 31 de dezembro de 1900 (em comparação com a cifra apurada de 17,32 milhões).

O censo de 1920 parece estar errado por excesso. A população calculada em 1.º de setembro de 1920 ascende a 27 294 950, se fôr aplicada a taxa média geométrica anual de incremento verificada entre os censos de 1872 e 1940; a 26 951 725, se fôr aplicada a taxa verificada entre os censos de 1890 e 1940. Adotando-se a média das duas estimativas ficaria estimada em cêrca de 27,12 milhões a população presente em 1.º de setembro de 1920 (em comparação com a cifra apurada de 30,64 milhões).

Levando-se em conta os aspectos conhecidos ou presumidos do movimento natural e migratório da população nos diversos períodos intercensitários, parece conveniente retificar em 18,2 milhões a estimativa para 1900 e em 27,5 milhões a para 1920.

Adotando-se essas estimativas retificadas, as comparações feitas no início do presente estudo ficariam modificadas como consta dos dados abaixo [12].

DATA DO CENSO	POPULAÇÃO PRESENTE (retificada)	AUMENTO DA POPULAÇÃO (retificado)	
		Total	Médio anual
31-XII-1890	14 333 915		
		3 866 085	386 609
31-XII-1900	18 200 000		
		9 300 000	472 881
1.º- IX-1920	27 500 000		
		13 752 944	687 647
1.º- IX-1940	41 252 944		

[12] Omitem-se os dados referentes ao censo de 1872 e ao consecutivo período intercensitário, que não sofrem retificação.

Subtraindo-se do aumento médio anual a parte que corresponde ao excedente das imigrações sôbre as emigrações, obter-se-iam as seguintes cifras, absolutas e relativas, de excedente dos nascimentos sôbre os óbitos [13].

PERÍODO	EXCEDENTE MÉDIO ANUAL (retificado) DOS NASCIMENTOS SÔBRE OS ÓBITOS	
	Absoluto	Por 1 000 habitantes
1.º I-1891 a 31- XII-1900	296 264	18,2
1.º I-1901 a 31-VIII-1920	425 087	18,6
1.º IX-1920 a 31-VIII-1940	644 655	18,7

Admitindo-se as mesmas taxas de natalidade que foram adotadas no § 2, poder-se-ia completar da maneira seguinte a retificação dos dados do movimento natural da população nos diversos períodos, pelo cálculo da taxa de mortalidade retificada.

PERÍODO	TAXAS POR 1 000 HABITANTES		
	Natalidade	Excedente da natalidade sôbre a mortalidade	Mortalidade
1.º- I-1891 a 31- XII-1900	46,0	18,2	27,8
1.º- I-1901 a 31-VIII-1920	45,0	18,6	26,4
1.º-IX-1920 a 31-VIII-1940	43,5	18,7	24,8

É certo que os dados acima não representam exatamente as taxas efetivas; mas parece provável que se aproximem delas, enquanto as calculadas no § 2, conforme os dados apurados, evidentemente se afastam muito da realidade.

* * *

5. O conhecimento da população presente em 1890 e em 1940, e da discriminação do crescimento ocorrido entre essas duas datas, em natural e migratório, permite realizar um cálculo interessante: o da contribuição direta e indireta das imigrações para o desenvolvimento da população do Brasil nos últimos cinqüenta anos anteriores ao último censo.

Com efeito, comparando-se as cifras de população constantes dêsses dois censos, pode-se determinar em 21,51 por 1 000 habitantes a taxa média geométrica anual de incremento da população; e, considerando-se que no aumento total verificado entre os censos de 1890 e 1940, de 26 919 029 habitantes, a parte do excedente de imigrações ascende a 2 703 249, ou 10,04%, pode-se decompor essa taxa nas duas parcelas de 2,16 e 19,35, correspondentes respectivamente ao incremento migratório e ao natural.

[13] As proporções por 1 000 habitantes foram calculadas com referência à população média, calculada com larga aproximação, de 16,3 milhões de habitantes no 2.º período (primeiro no quadro do texto), 22,9 milhões no 3.º, e 34,4 milhões no 4.º.

Agora, se a população de 14 333 915 habitantes, verificada em 31 de dezembro de 1890, aumentasse exclusivamente pelo excedente dos nascimentos sôbre os óbitos, na proporção anual constante de 19,35 por 1 000 habitantes, subiria para 37 131 752 em 1.º de setembro de 1940. Confrontando a população apurada de 41 252 944 habitantes com a assim calculada, encontra-se um excedente de 4 120 192, que se divide nas duas parcelas de 2 703 249, excedente conhecido das imigrações sôbre as emigrações, e 1 416 943, excedente dos nascimentos sôbre os óbitos dependente da imigração(ou seja, que não se verificaria se não houvesse crescimento migratório).

Recapitulando, o aumento total de 26 919 029 habitantes, verificado entre os censos de 1890 e de 1940 na população do Brasil, divide-se, segundo a origem, em:

22 798 837, ou 84,70%, aumento natural independente da imigração,
1 416 943, ou 5,26%, aumento natural dependente da imigração,
2 703 249, ou 10,04%, aumento migratório.

O processo de cálculo aplicado acima é largamente aproximativo, estando baseado em hipóteses de crescimento regular da população, que não podem encontrar rigorosa correspondência na realidade [14]. Serve, entretanto, para dar uma idéia das proporções comparativas em que os diversos fatôres contribuíram para o desenvolvimento demográfico do Brasil no meio século considerado, e confirma a importância predominante do crescimento natural independente da imigração [15].

* * *

6. Como complemento da precedente análise, apresentam-se, na tabela I, dados sôbre a população presente nas diversas Regiões Fisiográficas e Unidades da Federação em 31 de dezembro de 1890 e em 1.º de setembro de 1940.

A coluna (d) da mesma tabela dá os números índices da população das diversas Regiões e Unidades em 1940, base 1890.

Deduzem-se dêsses números índices as seguintes proporções percentuais de incremento [16] da população no período de 49 anos e 9 meses, e taxas médias geométricas anuais de incremento [17], para as diversas Regiões.

REGIÃO FISIOGRÁFICA	INCREMENTO TOTAL DA POPULAÇÃO %	TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA ANUAL DE INCREMENTO POR 1000 HABITANTES
Sul	359,06	31,16
Centro-Oeste	292,85	27,93
Norte	208,56	22,95
Nordeste	164,46	19,77
Este	124,82	16,45

[14] Veja-se a discussão dêsse processo no § 4 do estudo sôbre os fatores demográficos do crescimento das populações americanas (I, na coletânea de *Pesquisas sôbre populações americanas*, publicada pela Fundação Getúlio Vargas em 1947).

[15] Entenda-se: "independente da imigração ocorrida no mesmo período". É óbvio que as imigrações anteriores representam o fator predominante, e quase exclusivo, do crescimento natural verificado no período de 1890 a 1940.

[16] A proporção percentual de aumento é igual à diferença entre o número índice e 100.

[17] Dividindo-se por 149/3 (ou sejam, 149 terços de ano) a diferença entre os logaritmos da população em 1940 e em 1890, obtém-se o logaritmo da razão média geométrica anual de incremento. A diferença entre essa razão e a unidade, multiplicada por 1 000, dá o valor que se usa denominar "taxa média geométrica anual de incremento por 1 000 habitantes".

Em tôdas as Regiões o incremento da população é rápido, verificando-se, entretanto, diferenças muito fortes entre a velocidade dêsse incremento nas diversas Regiões. A taxa média geométrica anual de incremento no Sul quase atinge o dôbro da do Este.

As imigações exteriores e interiores e o nível menos elevado da mortalidade contribuíram para o maior crescimento relativo da Região do Sul; a emigração interior concorreu para determinar o menor crescimento relativo das Regiões do Nordeste e Este.

Tabela I

BRASIL

População presente nas diversas Regiões Fisiográficas e Unidades da Federação em 31-XII-1890 e 1.º-IX-1940, e incremento relativo entre essas duas datas

REGIÃO FISIOGRÁFICA OU UNIDADE DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO PRESENTE		$100 \frac{\text{POP. 1940}}{\text{POP. 1890}}$	TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA ANUAL DE INCREMENTO POR 1 000 HABITANTES
	31-XII-1890	1.º-IX-1940		
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)
NORTE	*476 370*	*1 469 872*	*308,56*	*22,95*
Acre	...	79 768	...	...
Amazonas*	147 915	445 460	301,16	22,45
Pará	328 455	944 644	287,69	21,50
NORDESTE	*3 771 319*	*9 973 642*	*264,46*	*19,77*
Maranhão	430 854	1 235 169	286,68	21,43
Piauí	267 609	817 601	305,52	22,74
Ceará	805 687	2 091 032	259,53	19,39
Rio G. do Norte	268 273	768 018	286,28	21,40
Paraíba	457 232	1 422 282	311,06	23,11
Pernambuco	1 030 224	2 688 240	260,94	19,50
Alagoas	511 440	951 300	186,00	12,57
ESTE	*6 950 359*	*15 625 953*	*224,82*	*16,45*
Sergipe	310 926	542 326	174,42	11,26
Bahia	1 919 802	3 918 112	204,09	14,47
Minas Gerais **	3 184 099	A 6 803 410	213,67	15,40
		B 6 736 416	211,56	15,20
Espírito Santo **	135 997	A 750 107	551,56	34,98
		B 817 101	600,82	36,76
Rio de Janeiro	876 884	1 847 857	210,73	15,12
Distrito Federal	522 651	1 764 141	337,54	24,80
SUL	*2 815 468*	*12 924 798*	*459,06*	*31,16*
São Paulo*	1 384 753	7 189 493	519,19	33,72
Paraná	249 491	1 236 276	495,53	32,75
Santa Catarina	283 769	1 178 340	415,25	29,08
Rio G. do Sul	897 455	3 320 689	370,01	26,69
CENTRO-OESTE	*320 399*	*1 258 679*	*392,85*	*27,93*
Goiás	227 572	826 414	363,14	26,31
Mato Grosso	92 827	432 265	465,67	31,46
BRASIL	*14 333 915*	*41 252 944*	*287,80*	*21,51*

* A população apurada em 1.º-IX-1940 nos Estados do Amazonas e São Paulo foi retificada pelas correções referentes, respectivamente, aos Municípios de Parintins e Garça, como foi advertido no § 1.

** A região da Serra dos Aimorés, em litígio entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, foi atribuída, conforme a hipótese A, a Minas Gerais, e conforme a hipótese B, ao Espírito Santo, em 1940. Não se podendo prever a solução dessa controvérsia, pareceu conveniente considerar as duas hipóteses extremas.

O incremento comparativo da população nas diversas Unidades da Federação é indicado pelos dados da tabela seguinte.

UNIDADE DA FEDERAÇÃO*	INCREMENTO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 1890 A 1940	TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA ANUAL DE INCREMENTO POR 1 000 HABITANTES
1. Espírito Santo (hipótese B)	500,82	36,76
1. Espírito Santo (hipótese A)	451,56	34,98
2. São Paulo	419,19	33,72
3. Paraná	395,52	32,75
4. Mato Grosso	365,67	31,46
5. Santa Catarina	315,25	29,08
6. Rio Grande do Sul	270,01	26,69
7. Goiás	263,14	26,31
8. Distrito Federal	237,54	24,80
9. Paraíba	211,06	23,11
10. Piauí	205,52	22,74
11. Amazonas	201,16	22,45
12. Pará	187,60	21,50
13. Maranhão	186,68	21,43
14. Rio Grande do Norte	816,28	21,40
15. Pernambuco	160,94	19,50
16. Ceará	159,53	19,39
17. Minas Gerais (hipótese A)	113,67	15,40
17. Minas Gerais (hipótese B)	111,56	15,20
18. Rio de Janeiro	110,72	15,12
19. Bahia	104,09	14,47
20. Alagoas	86,00	12,57
21. Sergipe	74,42	11,26

* Não aparece o Território do Acre, que não estava incluído nas fronteiras de 1890.

Aparecem duas vêzes os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Não estando ainda resolvido o litígio entre êsses Estados acêrca da região da Serra dos Aimorés, pareceu conveniente considerar as duas hipóteses extremas: A) que tôda essa região seja atribuída ao Estado de Minas Gerais; B) que seja atribuída ao Estado do Espírito Santo.

Em qualquer hipótese intermediária às extremas, a proporção percentual de incremento total e a taxa média geométrica anual de incremento tomarão valores intermédios aos dois indicados acima para cada Estado.

Vale a pena notar que a posição dos dois Estados no quadro acima não fica afetada pela atribuição, a um ou ao outro, da referida região. O Espírito Santo tem o maior crescimento relativo, entre todos os Estados; Minas Gerais, um dos menores.

Os fatôres das profundas diferenças no crescimento relativo dos diversos Estados poderiam ser determinados, não sòmente de maneira genérica mas também nas respectivas proporções quantitativas, se existissem estatísticas fidedignas dos nascimentos, dos óbitos e das migrações interiores e exteriores. Na situação atual dessas estatísticas, torna-se impossível tôda tentativa nesse sentido.

Não é preciso interrogar um demógrafo para saber que a população do Estado de São Paulo deve uma parte considerável do seu grande crescimento à imigração exterior e interior, ou que a emigração interior contribui para reduzir o crescimento da população do Estado do Rio de Janeiro. Mas nem o mais perito dos demógrafos poderia discriminar *quantitativamente*, mesmo de maneira aproximativa, as influências dos diversos fatôres do crescimento da população.

* * *

7. Conforme os dados das colunas (b) e (c) da tabela I, foram calculadas as percentagens das diversas Regiões Fisiográficas e Unidades da Fe-

deração na população total do Brasil em 1890 e em 1940, que constam da tabela II.

Tabela II

BRASIL

Percentagens das diversas Regiões e Unidades na população do Brasil em 1890 e em 1940

REGIÃO FISIOGRÁFICA OU UNIDADE DA FEDERAÇÃO	PERCENTAGEM DA REGIÃO OU UNIDADE NA POPULAÇÃO DO BRASIL		DIFERENÇA ENTRE A PERCENTAGEM DE 1940 E A DE 1890	
	31-XII-1890	1.º-IX-1940		
(a)	(b)	(c)	(d)	
NORTE	*3,32*	*3,56*	+	*0,24*
Acre	—	0,19	+	0,19
Amazonas	1,03	1,08	+	0,05
Pará	2,29	2,29	—	0,00
NORDESTE	*26,31*	*24,18*	—	*2,13*
Maranhão	3,00	2,99	—	0,01
Piauí	1,87	1,98	+	0,11
Ceará	5,62	5,07	—	0,55
Rio Grande do Norte	1,87	1,86	—	0,01
Paraíba	3,19	3,45	+	0,26
Pernambuco	7,19	6,52	—	0,67
Alagoas	3,57	2,31	—	1,26
ESTE	*48,49*	*37,88*	—	*10,61*
Sergipe	2,17	1,31	—	0,86
Bahia	13,39	9,50	—	3,89
Minas Gerais	22,21	A* 16,49	—	5,72
		B* 16,33	—	5,88
Espírito Santo	0,95	A* 1,82	+	0,87
		B* 1,98	+	1,03
Rio de Janeiro	6,12	4,48	—	1,64
Distrito Federal	3,65	4,28	+	0,63
SUL	*19,64*	*31,33*	+	*11,69*
São Paulo	9,66	17,43	+	7,77
Paraná	1,74	3,00	+	1,26
Santa Catarina	1,98	2,85	+	0,87
Rio Grande do Sul	6,26	8,05	+	1,79
CENTRO-OESTE	*2,24*	*3,05*	+	*0,81*
Goiás	1,59	2,00	+	0,41
Mato Grosso	0,65	1,05	+	0,40
BRASIL	*100,00*	*100,00*	—	

* A região da Serra dos Aimorés, em litígio entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, foi atribuída, conforme a hipótese A, a Minas Gerais, e conforme a hipótese B, ao Espírito Santo.

Um elemento perturbador da comparação é representado pela incorporação do Território do Acre na União, mas esta perturbação fica desprezível, atingindo apenas 0,19%, em 1940, a proporção da população acreana no total nacional.

As percentagens regionais que sofreram maiores variações são a do Sul, que subiu de 19,64 para 31,33, e a do Este, que desceu de 48,49 para 37,88.

Diminuiu a percentagem do Nordeste; aumentou em proporção desprezível (prescindindo-se da adição do Acre) a do Norte; aumentou a do Centro-Oeste.

Entre os Estados, São Paulo passou do terceiro para o primeiro lugar, subindo de 9,66 para 17,43 a percentagem da sua população no total nacional. Aumentaram, também, as percentagens dos demais Estados do Sul. Minas Gerais passou do primeiro para o segundo lugar, diminuindo de 22,21 para cêrca de 16,40 a respectiva percentagem; os demais Estados do Este apresentam diminuições, exceto o do Espírito Santo, cuja percentagem subiu para o dôbro. A Bahia passou do segundo para o terceiro lugar entre os Estados, diminuindo de 13,39 para 9,50 a respectiva percentagem. No Nordeste prevalecem as diminuições, a maior verificando-se em Alagoas. Pernambuco desceu do quarto para o quinto lugar entre os Estados(subindo para o quarto lugar o Rio Grande do Sul). Os dois Estados do Centro-Oeste apresentam sensíveis aumentos das respectivas percentagens, que entretanto ficam ainda baixas.

A percentagem da população do Distrito Federal no total da União aumentou de 3,65 para 4,28.

Mesmo um ligeiro exame da tabela II mostra a importância das variações ocorridas, entre 1890 e 1940, na distribuição proporcional da população do Brasil entre as diversas Unidades.

* * *

8. A verificação de um sensível êrro por falta no resultado total do censo de 1900 e de um notável êrro por excesso no do censo de 1920 não representa uma surprêsa. Pelo contrário, suspeitas acêrca dêsses erros foram expressas não sòmente pelos demógrafos brasileiros como também em discussões internacionais.

Já em julho de 1934, o Departamento Nacional de Estatística declarava a inverossimilhança da taxa de incremento da população calculada pela comparação entre os censos de 1900 e 1920, "superior, em muito, à dos países de forte corrente imigratória", reconhecendo assim, implìcitamente, a existência de graves erros pelo menos num dêsses censos.

O censo do Estado de São Paulo, efetuado em 20 de setembro de 1934, revelando um grande déficit da população apurada em comparação com a calculada conforme a taxa média geométrica anual de incremento do período 1900-1920 [18], confirmou a existência dêsses erros e mostrou a necessidade e a urgência de uma modificação dos critérios aplicados para as estimativas da população.

Oportunamente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a partir de 1936, modificou de maneira radical êsses critérios, tanto que a população estimada em 31 de dezembro de 1935 ficou reduzida de 47 794 874 para 41 560 147. É fácil, hoje, sentenciar que essa correção foi insuficiente, visto que o número de 41,5 milhões de habitantes foi atingido apenas no fim de 1940; mas quando ela foi efetuada podia até parecer arrojada, senão temerária.

O censo de 1940 não sòmente confirmou a existência dos supostos erros dos censos anteriores, como também permitiu tentar a correção dêsses erros, com o auxílio de elementos que faltavam antes da sua apuração.

---

[18] Os dados publicados do censo de 1934 do Estado de São Paulo indicavam uma população de 6 433 327 habitantes, muito inferior à calculada (cêrca de 7 529 000). Êsses dados publicados, entretanto, excediam os apurados, em virtude das correções aplicadas para compensar supostas omissões.

Conforme a taxa média geométrica anual de incremento verificada entre 1890 e 1940, a população do Estado de São Paulo em 20 de setembro de 1934 estaria próxima de 5 900 000, mas é provável que o número efetivo dos habitantes excedesse 6 milhões, ficando, porém, inferior ao número publicado como resultado do censo.

II

O AUMENTO DA POPULAÇÃO DO BRASIL NO DECÊNIO SUCESSIVO AO CENSO DE 1940 [1]

SUMÁRIO: 1. Estimativas da população presente em 1.º de setembro de 1950, baseadas na população registrada no censo de 1.º de julho do mesmo ano. — 2. Estimativas da população do Brasil nos anos de 1940 a 1950. — 3. O crescimento da população do Brasil no decênio sucessivo ao censo de 1940; seus fatôres; taxas de natalidade e de mortalidade. — 4. Incrementos relativos da população das Unidades da Federação e das Regiões Fisiográficas nesse decênio. Quotas das diversas Unidades e Regiões na população do Brasil em 1950. — 5. A densidade da população nas diversas Unidades e Regiões em 1950. — 6. Taxas médias geométricas anuais de incremento da população nas diversas Unidades e Regiões no decênio sucessivo ao censo de 1940; comparação com as taxas do semi-século anterior. — 7. Recapitulação de alguns resultados da análise, como bases para a demonstração das dificuldades que se opunham a qualquer ensaio de estimativas de previsão da população no decênio sucessivo ao censo de 1940. Conclusão.

Apêndice: *Dados sôbre o desenvolvimento da população do Brasil de 1851 a 1950.*

1. Os resultados do censo demográfico de 1.º de julho de 1950, divulgados pelo Serviço Nacional de Recenseamento na *Sinopse Preliminar do Censo Demográfico*, embora sujeitos a retificações, já permitem uma clara visão do crescimento da população ocorrido no decênio sucessivo ao censo de 1940.

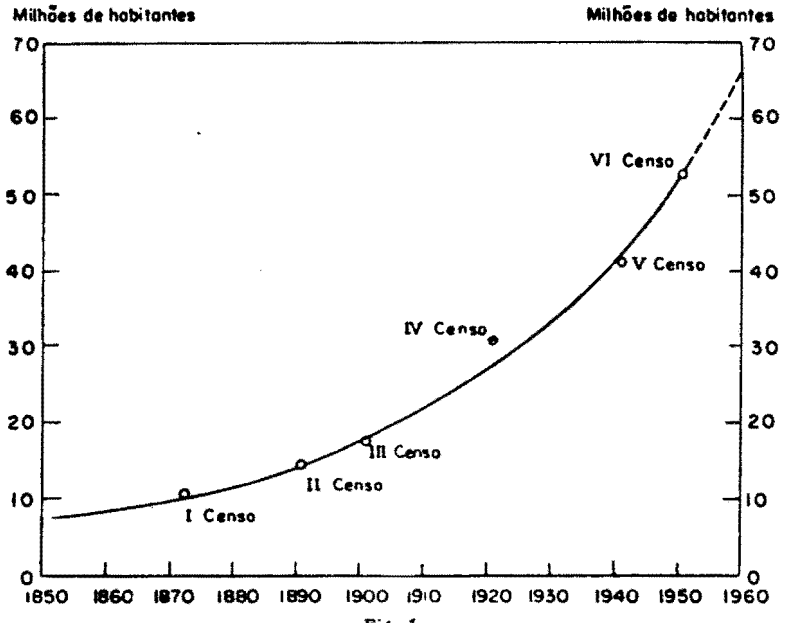


Fig. 1

Desenvolvimento da população do Brasil no curso do último século, segundo os recenseamentos gerais.

[1] Estudo redigido pelo Prof. GIORGIO MORTARA.

Êsses dados abrangem, além dos moradores e não moradores presentes nos domicílios recenseados, também os moradores ausentes dêsses domicílios, os quais ficarão excluídos da apuração da população presente; e portanto são superiores, por via de regra, aos correspondentes dados da população presente.

De outro lado, o censo de 1950 foi realizado em 1.º de julho, enquanto o de 1940 fôra ralizado em 1.º de setembro, de modo que seus resultados são inferiores, em geral, aos que seriam obtidos se a data do censo de 1950 fôsse, também, a de 1.º de setembro.

Tabela I

BRASIL

Estimativa preliminar da população presente em 1.º-IX-1950 e da densidade da população, segundo as Unidades da Federação

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO REGISTRADA EM 1.º-VII-1950	POPULAÇÃO PRESENTE EM 1.º-IX-1950 (1)	SUPERFÍCIE TERRESTRE(2) (km2)	DENSIDADE (hab./km2)
Rondônia	37 438	37 176	242 983	0,15
Acre	116 124	115 311	152 589	0,76
Amazonas	530 920	527 204	1 558 584 (3)	0,34
Rio Branco	17 623	17 500	230 650	0,08
Pará	1 142 846	1 134 846	1 251 599 (3)	0,91
Amapá	38 374	38 105	137 303	0,28
Maranhão	1 600 396	1 589 193	332 174	4,78
Piauí	1 064 438	1 056 987	252 913 (4)	4,18
Ceará	2 735 702	2 716 552	149 125 (4)	18,22
Rio Grande do Norte	983 572	976 687	53 069	18,40
Paraíba	1 730 784	1 718 669	56 556	30,39
Pernambuco	3 430 630	3 406 616	98 079	34,73
Alagoas	1 106 454	1 098 709	27 793	39,53
Fernando de Noronha	648	643	27 (5)	23,81
Sergipe	650 132	645 581	22 027	29,31
Bahia	4 900 419	4 866 116	563 367	8,64
Minas Gerais	7 839 792	7 784 913	581 975	13,38
(Serra dos Aimorés)(6)	162 062	160 928	10 137	15,88
Espírito Santo	870 987	864 890	39 577 (7)	21,85
Rio de Janeiro	2 326 201	2 309 918	42 588	54,24
Distrito Federal	2 413 152	2 396 260	1 356	1 767,15
São Paulo	9 242 610	9 177 912	247 222	37,12
Paraná	2 149 509	2 134 462	200 857	10,63
Santa Catarina	1 578 159	1 567 112	94 798	16,53
Rio Grande do Sul	4 213 316	4 183 823	282 480	14,81
Mato Grosso	528 451 (8)	524 752 (8)	1 261 094	0,42
Goiás	1 234 740	1 226 097	672 912	1,97
BRASIL	*52 645 479* (8)	*52 276 962* (8)	*8 513 844*	*6,14*

(1) Estimada em 993/1000 da população registrada em 1.º-VII-1950.
(2) Áreas indicadas pelo Conselho Nacional de Geografia. Veja-se *Anuário Estatístico do Brasil — 1958* (Rio, IBGE).
(3) Inclusive ½ da área cuja jurisdição é reivindicada pelos Estados do Amazonas e do Pará.
(4) Inclusive ½ da área cuja jurisdição é reivindicada pelos Estados do Piauí e do Ceará.
(5) Inclusive 8 km2 correspondentes às áreas dos penedos São Pedro e São Paulo e do atol das Rocas.
(6) Território em litígio entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.
(7) Inclusive 11 km2 correspondentes às áreas das ilhas Trindade e Martim Vaz.
(8) Exclusive o Município de Aripuanã.

Levando-se em conta essas duas circunstâncias e tendo-se estimado com larga aproximação sua influência, calculou-se provisòriamente a população presente em 1.º de setembro de 1950 pela aplicação do multiplicador 0,993 à população registrada em 1.º de julho de 1950, tanto para o conjunto do Brasil como para cada Unidade da Federação.

A vantagem obtida por êsse cálculo — cujos resultados constam da tabela I, para as Unidades da Federação, e da tabela I bis para as Regiões Fisiográficas — é a de se conhecer o número dos habitantes com o intervalo exato de um decênio a respeito do censo anterior. Ficam, assim, simplificadas a execução e a interpretação dos cálculos referentes ao incremento da população no período considerado.

Tabela II

BRASIL

Comparação entre a população presente em 1.º-IX-1940 e em 1.º-IX-1950, segundo as Unidades da Federação, nas fronteiras de 1950

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO PRESENTE		INCREMENTO	
	1.º-IX-1940	1.º-IX 1950 (1)	Absoluto	%
Rondônia	21 251	37 176	15 925	74,94
Acre	79 768	115 311	35 543	44,56
Amazonas	423 509	527 204	103 695	24,48
Rio Branco	12 130	17 500	5 370	44,27
Pará	923 086	1 134 846	211 760	22,94
Amapá	21 558	38 105	16 547	76,76
Maranhão	1 235 169	1 589 193	354 624	28,66
Piauí	817 601	1 056 987	239 386	29,28
Ceará	2 091 032	2 716 552	625 520	29,91
Rio Grande do Norte	768 018	976 687	208 669	27,17
Paraíba	1 422 282	1 718 669	296 386	20,84
Pernambuco	2 687 175	3 406 616	719 441	26,77
Alagoas	951 300	1 098 709	147 409	15,50
Fernando de Noronha	1 065	643	— 422	— 39,62
Sergipe	542 326	645 581	103 255	19,04
Bahia	3 918 112	4 866 116	948 004	24,20
Minas Gerais	6 736 416	7 784 913	1 048 497	15,56
(Serra dos Aimorés)(2)	66 994	160 928	93 934	140,21
Espírito Santo	750 107	864 890	114 783	15,30
Rio de Janeiro	1 847 857	2 309 918	462 061	25,01
Distrito Federal	1 764 141	2 396 260	632 119	35,83
São Paulo	7 189 493	9 177 912	1 988 419	27,56
Paraná	1 236 276	2 134 462	898 186	72,65
Santa Catarina	1 178 340	1 567 112	388 772	32,99
Rio Grande do Sul	3 320 689	4 183 823	863 134	25,99
Mato Grosso	420 835	524 752(3)	103 917(3)	24,69
Goiás	826 414	1 226 097	399 683	48,36
BRASIL	*41 252 944*	*52 276 962*(3)	*11 024 018*(3)	*26,72*

(1) Estimada em 993/1 000 da população registrada em 1.º VII-1950.
(2) Região em litígio entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.
(3) Exclusive o Município de Aripuanã.

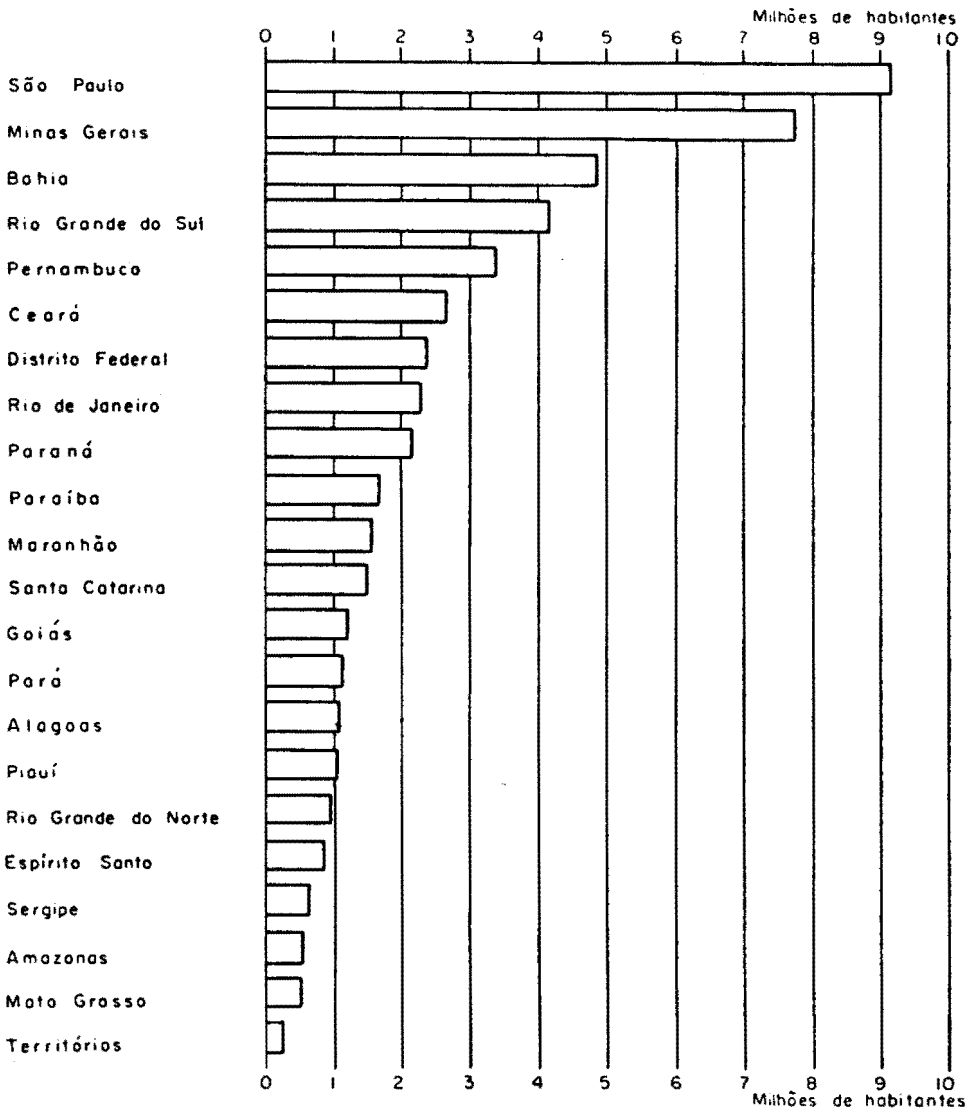


Fig. 2

População presente estimada das diferentes Unidades da Federação, em 1-IX-1950.

Consta das citadas tabelas a superfície terrestre das Unidades e Regiões, sendo nelas aproveitada como referência para o cálculo da densidade da população.

Nas tabelas II e II bis compara-se a população presente em 1950 nas diversas Unidades e Regiões com a presente em 1940 nas fronteiras de 1950.

Tabela I bis

BRASIL

Estimativa preliminar da população presente em 1.º-IX-1950 e da densidade da população, segundo as Regiões Fisiográficas

REGIÃO FISIOGRÁFICA	POPULAÇÃO PRESENTE EM 1.º-IX-1950	SUPERFÍCIE TERRESTRE km2	DENSIDADE hab./km2
Norte	1 870 142	3 573 718	0,52
Nordeste	12 564 056	969 736	12,96
Este	19 028 606	1 261 027	15,09
Sul	17 063 309	825 357	20,67
Centro-Oeste	1 750 849*	1 884 006	0,93
BRASIL	*52 276 962**	*8 513 844*	*6,14*

* Exclusive o Município de Aripuanã.

Tabela II bis

BRASIL

Comparação entre a população presente em 1.º-IX-1940 e em 1.º-IX-1950, segundo as Regiões Fisiográficas, nas fronteiras de 1950

REGIÃO FISIOGRÁFICA	POPULAÇÃO PRESENTE		INCREMENTO	
	1.º-IX-1940	1.º-IX-1950	Absoluto	%
Norte	1 481 302	1 870 142	388 840	26,25
Nordeste	9 973 642	12 564 056	2 590 414	25,97
Este	15 625 953	19 028 606	3 402 653	21,78
Sul	12 924 798	17 063 309	4 138 511	32,02
Centro-Oeste	1 247 249	1 750 849*	503 600	40,38
BRASIL	*41 252 944*	*52 276 962**	*11 024 018*	*26,72*

* Exclusive o Município de Aripuanã.

2. Arredondando-se em milhares de habitantes os dados sôbre a população presente no Brasil em 1.º de setembro de 1940 e de 1950, e supondo-se que entre essas duas datas a população tenha aumentado constantemente conforme uma progressão geométrica, obtém-se a taxa média geométrica anual de incremento de 23,97 por 1 000 habitantes, correspondente ao incremento decenal de 26,72% [2] e calculam-se as seguintes estimativas da população presente em 1.º de setembro de cada ano.

[2] Representando P_0 a população inicial e P_{10} a população final de um decênio, a razão $\frac{P_{10} - P_0}{P_0}$ mede o incremento relativo decenal e a diferença $\sqrt[10]{\frac{P_{10}}{P_0}} - 1$ mede a taxa média geométrica anual de incremento.

ANO	POPULAÇÃO PRESENTE EM 1.º-IX
1940	41 253 000*
1941	42 242 000
1942	43 254 000
1943	44 291 000
1944	45 352 000
1945	46 439 000
1946	47 552 000
1947	48 692 000
1948	49 859 000
1949	51 053 000
1950	52 277 000
1951	53 530 000**

* Valor arredondado do número de 41 252 944 habitantes constante da tabela II. Êste dado difere do de 41 236 315 constante das publicações oficiais, porque inclui 7 452 habitantes do Município de Parintins (Amazonas) e 9 177 do Município de Garça (São Paulo), que ficaram excluídos da apuração dos resultados definitivos do censo de 1940, tendo-se extraviado os respectivos documento de coleta.

** Extrapolação.

De acôrdo com as mesmas bases e hipóteses, calculam-se as estimativas da população presente em 1.º de julho de cada ano, a qual pode ser tomada como expressão aproximativa da população média do ano.

ANO	POPULAÇÃO PRESENTE EM 1.º-VII*
1940	41 090 000**
1941	42 075 000
1942	43 084 000
1943	44 116 000
1944	45 173 000
1945	46 256 000
1946	47 365 000
1947	48 500 000
1948	49 662 000
1949	50 852 000
1950	52 071 000
1951	53 319 000**

* Com a divulgação dos resultados definitivos do censo de 1950, essas estimativas foram refeitas na análise N.º 17, da série mimeográfica, dos "Estudos Demográficos", do Laboratório de Estatística.

** Extrapolação.

Êsses cálculos poderão ser refeitos quando fôr conhecido o resultado definitivo da apuração da população presente em 1.º de julho de 1950; todavia, os cálculos atuais já atingem um grau de aproximação suficiente para todo objetivo prático.

* * *

3. O aumento da população do Brasil no decênio considerado dependeu quase totalmente do excedente dos nascimentos sôbre os óbitos. O excedente das imigrações sôbre as emigrações provàvelmente não chegou a contribuir com 1% para êsse aumento.

Portanto, na taxa média geométrica anual de incremento da população, calculada acima em 23,97 por 1 000 habitantes, uma fração preponderante, que pode ser avaliada em 23,70 a 23,80, representa o incremento natural.

Infelizmente, faltam estatísticas fidedignas dos nascimentos e dos óbitos para o conjunto do Brasil. Mas, se fôr admitido que a taxa de natalidade no

decênio em exame se tenha mantido no nível de 42 a 44 por 1 000 habitantes, estimado para os anos próximos de 1940 [3], o cálculo agora efetuado da taxa de incremento natural permite concluir que a taxa de mortalidade deve ter sido da ordem de 19 a 20 por 1 000 habitantes.

No último decênio do século XIX a taxa de natalidade atingia 45 a 47 por 1 000 habitantes e a taxa de mortalidade 27 a 28 por 1 000. A diminuição da mortalidade ocorrida no curso da primeira metade do século atual seria maior do que a da natalidade, especialmente no último decênio, como se pode verificar pelos seguintes dados comparativos [4].

PERÍODO	TAXAS POR 1 000 HABITANTES		
	Natalidade	Mortalidade	Incremento natural
1.º- I-1891 a 31- XII-1900	46,0	27,8	18,2
1.º- I-1901 a 31-VIII-1920	45,0	26,4	18,6
1.º-IX-1920 a 31-VIII-1940	43,5	24,8	18,7
1.º-IX-1940 a 31-VIII-1950	43,0	19,2	23,8

Vê-se que a variação mais importante verificada no último decênio é a da taxa de mortalidade, que repercute na taxa de incremento natural.

Nas estimativas acima, essa diminuição foi deduzida conjeturalmente. Mas em outros estudos do Laboratório verificou-se que de fato os dados disponíveis para o Distrito Federal e os Municípios das Capitais mais populosas indicam uma considerável diminuição das taxas de mortalidade nas respectivas populações.

* * *

4. O incremento decenal da população do Brasil corresponde, como já foi dito, a 26,72% do número inicial dos habitantes.

Mas nas diversas Unidades e Regiões o incremento relativo apresenta níveis às vêzes fortemente divergentes dessa média nacional, como se vê pelos dados das tabelas II e II bis.

Entre as Unidades da Federação (consideradas nas fronteiras de 1950), os maiores aumentos relativos cabem aos Territórios Federais (exceto o de Fernando de Noronha, de desprezível importância territorial e demográfica) e aos Estados do Paraná e de Goiás, onde os últimos anos marcaram notáveis progressos do povoamento e da atividade econômica, especialmente na exploração dos recursos do solo. Seguem-se, com aumentos ainda elevados, o Distrito Federal, com a maior aglomeração urbana do país, para a qual afluem vastas correntes de imigração, e os Estados de Santa Catarina e do Ceará.

Os menores aumentos relativos verificam-se nos Estados do Espírito Santo [5], de Alagoas e de Minas Gerais [5]; são, também, sensìvelmente inferiores à média nacional os aumentos de Sergipe, da Paraíba e do Pará.

Os demais Estados ocupam posições intermédias, com incrementos relativos que se afastam em medida inferior a 10%, para mais ou para menos, da média nacional. Entre os Estados com incrementos relativos levemente superiores a essa média, encontra-se o de São Paulo, cuja Capital recebe imigrações ainda maiores do que as para a Capital Federal, porém em parte considerável procedentes do interior do próprio Estado.

---

[3] Veja-se o volume n.º 4 desta série, *Estimativas da taxa de natalidade para o Brasil, as Unidades da Federação e as principais Capitais*, publicado pelo I.B.G.E. em 1948.

[4] As estimativas para os primeiros três períodos são expostas e justificadas na seção A.I dêste volume.

[5] Cumpre, todavia, advertir que houve forte crescimento na região da Serra dos Aimorés, em litígio entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. Se essa região fôr reunida a Minas Gerais, o aumento relativo dêsse Estado passa de 15,56% para 16,79%, se for reunida ao Espírito Santo, o aumento relativo dêsse Estado passa de 15,30% para 25,54%.

Os incrementos relativos das populações das diversas Unidades da Federação no decênio considerado constam da seguinte tabela, onde as Unidades estão dispostas segundo a ordem decrescente dos valores dêsses incrementos [6].

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	INCREMENTO RELATIVO %	UNIDADE DA FEDERAÇÃO	INCREMENTO RELATIVO %
Amapá	76,76	Pernambuco	26,77
Rondônia	74,94	Rio Grande do Sul	25,99
Paraná	72,65	Rio de Janeiro	25,01
Goiás	48,33	Mato Grosso	24,69
Acre	44,56	Amazonas	24,48
Rio Branco	44,27	Bahia	24,20
Distrito Federal	35,83	Pará	22,94
Santa Catarina	32,99	Paraíba	20,84
Ceará	29,91	Sergipe	19,04
Piauí	29,28	Espírito Santo	18,91
Maranhão	28,66	Minas Gerais	16,39
São Paulo	27,66	Alagoas	15,50
Rio Grande do Norte	27,17	Fernando de Noronha	— 39,62

É muito amplo o campo de variação dos incrementos relativos da população das diversas Unidades da Federação.

Cumpre, entretanto, advertir que alguns dos mais elevados incrementos relativos correspondem a pequenos incrementos absolutos de populações inicialmente exíguas. Assim, os quatro Territórios Federais que figuram entre as primeiras seis Unidades na tabela acima tiveram em conjunto o aumento de apenas 73 385 habitantes, enquanto Alagoas, que ocupa o penúltimo lugar, teve o aumento de 147 409. Mais importantes são os aumentos do Paraná (898 186) e de Goiás (399 683), Estados para os quais afluíram largas correntes de imigração interior.

Foi, também, a imigração interior o fator principal do aumento da população do Distrito Federal [7], enquanto para o Estado de Santa Catarina o fator principal foi o excedente dos nascimentos sôbre os óbitos.

Aumentos relativos de 30 a 25%, como os que se verificam no Ceará, no Piauí, no Rio Grande do Norte, em Pernambuco e no Rio de Janeiro, parecem à primeira vista incrìvelmente elevados, tratando-se de Estados onde a imigração exterior é desprezível e nas migrações interiores as saídas em geral excedem as entradas. Com efeito, como consta da tabela III, a êsses aumentos relativos decenais correspondem taxas médias geométricas anuais de incremento da ordem de 26,5 a 22,6 por 1 000 habitantes; e, levando-se em conta o excedente das emigrações sôbre as imigrações, deveriam corresponder-lhes taxas ainda maiores, diga-se de 28 a 24 por 1 000 habitantes, de incremento natural. Essas taxas são excepcionalmente elevadas, mas não absolutamente inverossímeis, sendo possível que, nesses Estados, taxas de natalidade da ordem de 44 a 48 por 1 000 habitantes estejam associadas com taxas de mortalidade da ordem de 18 a 22 por 1 000.

Outra possibilidade é a de que estejam inferiores à realidade os resultados do censo de 1940 para êsses Estados, ou estejam superiores à realidade os do censo de 1950. Apesar da capacidade e retidão da direção central de ambos os censos, não é possível excluir *a priori* que tenham ocorrido erros nesses sentidos; se ocorreram, parece, entretanto, improvável que êles cheguem

[6] Advirta-se que à palavra "incremento" se atribui aqui a significação matemática de diferença entre dois valores da mesma variável, diferença que pode ser positiva, nula ou negativa.

Para fim de simplificação, no cálculo dos incrementos relativos para os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, foi atribuída por 2/3 ao primeiro e por 1/3 ao segundo a população da região da Serra dos Aimorés.

[7] Veja-se a seção II do volume N.º 13, desta série, *Pesquisas sôbre o desenvolvimento da população do Brasil* (Rio, I.B.G.E., 1951).

a influir fortemente sôbre a medida aparente do aumento da população de um para o outro censo.

Para o Estado de São Paulo, e em menor proporção para o do Maranhão, a imigração interior deve ter contribuído para elevar o aumento relativo da população acima da média nacional. A mesma circunstância deve ter influído sôbre os aumentos relativos das populações de Mato Grosso e do Amazonas, inferiores, entretanto, à média nacional.

Entre os Estados onde as perdas de habitantes pela emigração interior em geral excedem os ganhos pela imigração, Alagoas, Minas Gerais e Sergipe apresentam aumentos relativos fortemente inferiores à média nacional; a Bahia figura em posição melhor, mas também com aumento relativo inferior à média nacional.

Resumindo-se os dados segundo as Regiões Fisiográficas (consideradas nas fronteiras de 1950), encontra-se em primeiro lugar, pela importância do aumento relativo decenal, o Centro-Oeste, com 40,38%, e em segundo lugar o Sul, com 32,02%. No Norte o aumento relativo de 26,25% não atinge a média nacional e no Nordeste êsse aumento é um pouco menor, 25,97%. O nível mínimo, 21,78%, é o verificado no Este, apesar da presença da Capital Federal.

Em números absolutos, todavia, o forte crescimento demográfico do Centro-Oeste corresponde apenas a pouco mais de meio milhão de habitantes, enquanto o Sul apresenta aumento superior a quatro milhões, o Este pouco inferior a três milhões e meio e o Nordeste superior a dois milhões e meio. O aumento dos habitantes do Norte é o mais modesto, em número absoluto, não atingindo quatrocentos mil.

Apesar do elevado aumento relativo dos habitantes, a quota do Centro-Oeste na população do Brasil subiu apenas de 3,02% em 1940 para 3,35% em 1950, enquanto a do Sul aumentou de 31,33% para 32,64%. A quota do Nordeste diminuiu levemente, de 24,18% para 24,03%; a do Norte, de 3,59% para 3,58%; foi mais sensível a diminuição da quota do Este, de 37,88% para 36,40%.

No que diz respeito às Unidades da Federação, as respectivas quotas na população total do Brasil variaram, de 1940 para 1950, como consta do seguinte quadro, onde as Unidades estão dispostas segundo a sua importância demográfica na primeira dessas datas. As percentagens para 1940 referem-se à população nas fronteiras de 1950[8].

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO EM PERCENTAGEM DO TOTAL DO BRASIL		UNIDADE DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO EM PERCENTAGEM DO TOTAL DO BRASIL	
	1940	1950		1940	1950
São Paulo	17,43	17,56	Pará	2,24	2,17
Minas Gerais	16,44	15,10	Goiás	2,00	2,35
Bahia	9,50	9,31	Piauí	1,98	2,02
Rio Grande do Sul	8,05	8,00	Espírito Santo	1,87	1,76
Pernambuco	6,51	6,52	Rio Grande do Norte	1,86	1,87
Ceará	5,07	5,20	Sergipe	1,31	1,23
Rio de Janeiro	4,48	4,42	Amazonas	1,03	1,01
Distrito Federal	4,28	4,58	Mato Grosso	1,02	1,00
Paraíba	3,45	3,29	Acre	0,19	0,22
Paraná	3,00	4,08	Amapá	0,05	0,07
Maranhão	2,99	3,04	Rondônia	0,05	0,07
Santa Catarina	2,86	3,00	Rio Branco	0,03	0,03
Alagoas	2,31	2,10	Fernando de Noronha	0,00	0,00
			BRASIL	*100,00*	*100,00*

[8] Para o cálculo das percentagens, foram atribuídos a Minas Gerais 2/3 e ao Espírito Santo 1/3 da população da região em litígio da Serra dos Aimorés.

Salienta-se o aumento da quota do Paraná de 3,00% para 4,08%; aumentos menores, mas ainda dignos de nota, verificam-se para Goiás e para o Distrito Federal. Entre as diminuições, ressalta a da quota de Minas Gerais, de 16,44% para 15,10%; diminuições menores, mas de certo relêvo, verificam-se nas quotas de Alagoas e da Bahia.

A ordem de importância demográfica das diversas Unidades em 1950 apresenta algumas diferenças em comparação com a de 1940; subiram o Distrito Federal, o Paraná, Goiás e o Rio Grande do Norte; desceram o Rio de Janeiro, a Paraíba, Alagoas e o Espírito Santo.

Tabela III

BRASIL

Incremento relativo e taxa média geométrica anual de incremento da população presente, entre 1.º-IX-1940 e 1.º-IX-1950, segundo as Unidades da Federação, nas fronteiras de 1950

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	INCREMENTO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO PRESENTE DE 1.º-IX-1940 A 1.º-IX-1950	TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA ANUAL DE INCREMENTO POR 1 000 HABITANTES ENTRE 1.º-IX-1940 E 1.º-IX-1950
Rondônia	74,94	57,52
Acre	44,56	37,54
Amazonas	24,48	22,14
Rio Branco	44,27	37,33
Pará	22,94	20,87
Amapá	76,76	58,61
Maranhão	28,66	25,52
Piauí	29,28	26,01
Ceará	29,91	26,52
Rio Grande do Norte	27,17	24,33
Paraíba	20,84	19,11
Pernambuco	26,77	24,01
Alagoas	15,50	14,51
Fernando de Noronha	— 39,62	— 4,92
Sergipe	19,04	17,58
Bahia	24,20	21,91
Minas Gerais	15,56	14,57
(Serra dos Aimorés)*	140,21	91,59
Espírito Santo	15,30	14,34
Rio de Janeiro	25,01	22,57
Distrito Federal	35,83	31,10
São Paulo	27,66	24,72
Paraná	72,65	56,13
Santa Catarina	32,99	28,92
Rio Grande do Sul	25,99	23,37
Mato Grosso	24,69**	22,31**
Goiás	48,36	40,24
BRASIL	*26,72*	*23,97*

* Região em litígio entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

** Taxa calculada sem levar em conta, para 1950, a população do Município de Aripuanã.

* * *

5. Apesar do grande aumento absoluto da população do Brasil no último decênio, sua densidade em relação ao território é ainda muito baixa, excedendo apenas levemente a média de 6 habitantes por quilômetro quadrado de superfície terrestre.

Entre as Regiões Fisiográficas mantém-se acentuado contraste, subindo a média dos habitantes por quilômetro quadrado a cêrca de 21 no Sul e descendo abaixo de 1 no Centro-Oeste e no Norte. Acham-se em situação intermédia o Este com 15 e o Nordeste com 13 habitantes por quilômetro quadrado.

Em cada Região, as diversas Unidades apresentam densidades de população às vêzes muito diferentes: no Sul o número dos habitantes por quilômetro quadrado excede 37 em São Paulo, mas ainda se mantém inferior a 11 no Paraná; no Este, mesmo prescindindo-se do máximo excepcionalmente elevado do Distrito Federal — pequena área em parte ocupada por uma grande cidade — êste número varia entre mais de 54 no Rio de Janeiro (máximo entre todos os Estados do Brasil) e menos de 9 na Bahia; no Nordeste, entre mais de 39 em Alagoas e pouco mais de 4 no Piauí. Há maior homogeneidade nas demais Regiões, onde a densidade é muito baixa em tôdas as Unidades, variando no Centro-Oeste entre 2 habitantes por quilômetro quadrado em Goiás e menos de 1/2 em Mato Grosso, e no Norte entre 1 habitante no Pará e menos de 1/10 de habitante por quilômetro quadrado no Rio Branco (a densidade mínima entre os Estados cabe ao Amazonas, com 1/3 de habitante por quilômetro quadrado).

Os dados sôbre a densidade da população constam, como já foi advertido, das tabelas I e I bis.

* * *

6. As taxas médias geométricas anuais de incremeno das populações das diversas Unidades da Federação (nas fronteiras de 1950), para o decênio considerado, constam da tabela III.

Entre os Estados, apresentam taxas muito superiores à média nacional de 23,97 por 1 000 habitantes sòmente o Paraná (56,13) e Goiás (40,24); taxas moderadamente superiores a essa média, Santa Catarina, o Ceará, o Piauí, o Maranhão, São Paulo, o Rio Grande do Norte e Pernambuco; taxas moderadamente inferiores à média nacional, o Rio Grande do Sul, o Rio de Janeiro, Mato Grosso, o Amazonas, a Bahia, o Pará e a Paraíba; taxas fortemente inferiores a essa média, Sergipe (17,58), Minas Gerais (14,57) [9], Alagoas (14,51) e o Espírito Santo (14,34) [9].

Nos Territórios Federais, exceto o de Fernando de Noronha, as taxas médias geométricas anuais de incremento da população excedem fortemente a média nacional, atingindo o nível mais elevado no Amapá (58,61 por 1 000 habitantes) e o menos elevado no Rio Branco (37,33).

No Distrito Federal, a taxa média geométrica de incremento da população (31,10 por 1 000 habitantes) é bem superior à média nacional.

A distribuição segundo o sinal e o tamanho das taxas médias geométricas anuais de incremento da população das diversas Unidades no decênio considerado consta do seguinte resumo.

TAXAS (por 1 000 habitantes)	UNIDADES	
+ 50,01 ou mais	3	(Amapá, Rondônia, Paraná)
+ 40,01 a + 50,00	1	(Goiás)
+ 30,01 a + 40,00	3	(Acre, Rio Branco, Distrito Federal)

[9] Atribuindo-se totalmente a Minas Gerais ou ao Espírito Santo a população da região da Serra dos Aimorés, a taxa média geométrica de incremento sobe, respectivamente, para 15,64 e 23,01 por 1 000 habitantes.

Atribuindo-se a Minas Gerais 2/3 e ao Espírito Santo 1/3 da população dessa região, a taxa média geométrica de incremento sobe, respectivamente, para 15,29 e 17,47 por 1 000 habitantes.

+ 20,01 a + 30,00	13	(Santa Catarina, Ceará, Piauí, Maranhão, São Paulo, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Amazonas, Bahia, Pará)
+ 10,01 a + 20,00	5	(Paraíba, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Alagoas)
+ 0,01 a + 10,00	—	
0,00	—	
— 0,01 a — 10,00	1	(Fernando de Noronha)

No grupo central, as primeiras quatro Unidades especificadas têm taxas superiores a 25,00 por 1 000 habitantes; as demais nove, inferiores.

Vê-se que há considerável dispersão na distribuição das taxas de incremento das diversas Unidades.

Para tornar possível a comparação entre as taxas médias geométricas anuais de incremento do último decênio e as do período semi-secular anterior ao censo de 1940 [10], foi preciso recalcular essas taxas para as Unidades da Federação que sofreram modificações de fronteiras neste decênio, reagrupando os dados de 1950 conforme as fronteiras de 1940 (que não sofreram modificações nos cinqüenta anos anteriores).

Na comparação assim realizada (tabelas IV e IV bis), desaparecem os novos Territórios Federais e se verifica que, reincorporando-os às Unidades das quais êles foram separados, as taxas de incremento destas no último decênio, embora excedendo um pouco as que foram calculadas na tabela III com referência às fronteiras de 1950, ainda ficam inferiores à média nacional, tanto para o Amazonas e o Pará como para Mato Grosso. Torna-se, assim, evidente a pequena importância do incremento demográfico dos Território no quadro das grandes áreas em que êles estão incluídos.

Em conjunto, para o Brasil, a taxa média geométrica de incremento no último decênio, 23,97 por 1 000 habitantes, excede de mais de um décimo a média dos cinqüenta anos anteriores, 21,51 por 1 000 habitantes. Mas esta moderada variação é a resultante de variações em parte bastante fortes, verificadas nas diversas Regiões e Unidades.

Na Região do Norte, a taxa média geométrica anual de incremento foi apenas levemente maior no último decênio (23,28 por 1 000 habitantes) do que nos cinqüenta anos anteriores (22,95). Tanto no Amazonas como no Pará, verifica-se leve diferença entre os dois períodos.

Na Região do Nordeste, a taxa do último decênio (23,36) excede a dos cinqüenta anos anteriores (19,77). Em seis dos sete Estados dessa Região verifica-se variação neste sentido, com o maior excedente no Ceará e o menor em Alagoas; sòmente na Paraíba observa-se variação no sentido oposto.

Na Região do Este, a taxa do último decênio (19,90) é, também, superior à do semi-século anterior (16,45). Observam-se, porém, consideráveis divergências nas situações comparativas das diversas Unidades. No Distrito Federal e nos Estados do Rio de Janeiro, da Bahia e de Sergipe, a taxa do período mais recente é bem maior do que a do período anterior; em Minas Gerais, aproximativamente igual; no Espírito Santo, muito menor. É singular a situação dêste último Estado, que (excluindo-se a região em litígio com Minas Gerais) apresenta a máxima taxa média geométrica anual de incremento entre todos os Estados, no período de 1890 a 1940, e a mínima taxa, no período de

[10] Seria mais interessante a comparação com o período de vinte anos decorrido entre os censos de 1920 e de 1940. Mas essa comparação não pode ser corretamente efetuada, porque os dados publicados do censo de 1920 se afastam fortemente da realidade, principalmente em conseqüência das correções às quais foram submetidos os dados apurados, com o intuito de se reparar supostas omissões. Essas correções determinaram fortes erros por excesso para várias Unidades. Sôbre êsse assunto vejam-se: a seção A. I dêste volume e as seções IV a VII do volume N.º 13, desta série, *Pesquisas sôbre o desenvolvimento da população do Brasil* (Rio, I.B.G.E., 1951).

1940 a 1950. Não há motivo para se supor que o dado de população de 1940 esteja fortemente errado por excesso ou o de 1950 por falta; sòmente um estudo da demografia e da economia local poderá esclarecer as causas dêsse contraste. Um fator secundário dêste pode ter sido a quase-cessação, no último decênio, da imigração exterior, que no passado contribuíra para o incremento da população espiritossantense; outro, talvez, o desenvolvimento da emigração interior (em 1940, o Espírito Santo registrava um saldo de entradas, e não de saídas, nos movimentos de migração interior; em 1950, o contrário).

Diferenças ainda mais acentuadas entre as diversas Unidades aparecem na Região do Sul, cuja taxa média geométrica anual de incremento no último decênio (28,17), embora elevada, fica abaixo da do semi-século anterior (31,16). O Paraná apresenta no período mais recente uma taxa elevadíssima, muito superior à, já bem alta, do período anterior. Em Santa Catarina verifica-se levíssima diminuição. Mas no Rio Grande do Sul já se observa diminuição bem marcada e em São Paulo forte diminuição. Os Estados do Sul receberam todos grandes contingentes de imigrantes estrangeiros no período precedente a 1940, enquanto no último decênio a imigração exterior foi mínima. Apesar disto, as taxas médias geométricas anuais de incremento das populações do Sul mantêm-se em nível elevado, em virtude da imigração interior (Paraná) e da mortalidade relativamente baixa (Santa Catarina, Rio Grande do Sul).

No Centro-Oeste a taxa média geométrica anual de incremento é maior no último decênio (34,73) do que no período anterior (27,93), havendo, porém, nítido contraste entre o forte aumento da taxa em Goiás e a notável diminuição em Mato Grosso.

Comparando-se, agora, as taxas médias geométricas anuais de incremento da população nos dois períodos em cada uma das Unidades para as quais foi possível o cálculo dessas taxas para ambos os períodos (isto é, os vinte Estados e o Distrito Federal), observa-se a seguinte distribuição das diferenças entre a taxa de 1940 a 1950 e a de 1890 a 1940.

DIFERENÇAS (por 1 000 habitantes)		UNIDADES
+ 20,01 ou mais	1	(Paraná)
+ 15,01 a + 20,00	—	
+ 10,01 a + 15,00	1	(Goiás)
+ 5,01 a + 10,00	5	(Rio de Janeiro, Bahia, Ceará, Sergipe, Distrito Federal)
+ 0,01 a + 5,00	7	(Pernambuco, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Alagoas, Amazonas, Pará)
0,00	—	
— 0,01 a — 5,00	4	(Minas Gerais [11], Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraíba)
— 5,01 a — 10,00	2	(Mato Grosso, São Paulo)
— 10,01 a — 15,00	—	
— 15,01 a — 20,00	1	(Espírito Santo [11])

Por essa sinopse torna-se ainda mais evidente do que pela tabela IV a grande variedade de sentido e de tamanho que apresentam nas diversas

[11] Foram consideradas as taxas calculadas na hipótese da atribuição de 2/3 da região em litígio da Serra dos Aimorés a Minas Gerais e de 1/3 ao Espírito Santo (15,33 no primeiro período e 15,29 no segundo para Minas Gerais, e 35,59 no primeiro e 17,47 no segundo para o Espírito Santo). Para outras hipóteses, veja-se a tabela IV.

Unidades as diferenças entre as taxas médias geométricas anuais de incremento nos dois períodos considerados.

* * *

Tabela IV

BRASIL

Comparação entre a taxa média geométrica anual de incremento da população presente de cada Unidade da Federação, nas fronteiras de 1940, verificada entre 31-XII-1890 e 1.º-IX-1940, e a estimada entre 1.º-IX-1940 e 1.º-IX-1950

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA ANUAL DE INCREMENTO POR 1 000 HABITANTES		
	Entre 1890 e 1940	Entre 1940 e 1950	Diferença
Acre	...	37,54	...
Amazonas	22,45	23,49	+ 1,04
Pará	21,50	21,88	+ 0,38
Maranhão	21,43	25,52	+ 4,09
Piauí	22,74	26,01	+ 3,27
Ceará	19,39	26,52	+ 7,13
Rio Grande do Norte	21,40	24,33	+ 2,93
Paraíba	23,11	19,11	— 4,00
Pernambuco	19,50	23,99	+ 4,49
Alagoas	12,57	14,51	+ 1,94
Sergipe	11,26	17,58	+ 6,32
Bahia	14,47	21,91	+ 7,44
Minas Gerais	15,20	14,57	— 0,63
Minas Gerais e S. d. A.*	15,40	15,64	+ 0,24
Espírito Santo	34,98	14,34	— 20,64
Espírito Santo e S. d. A.*	36,76	23,01	— 13,75
Rio de Janeiro	15,12	22,57	+ 7,45
Distrito Federal	24,80	31,10	+ 6,30
São Paulo	33,72	24,72	— 9,00
Paraná	32,75	56,13	+ 23,38
Santa Catarina	29,08	28,92	— 0,16
Rio Grande do Sul	26,69	23,37	— 3,32
Mato Grosso	31,46	23,40**	— 8,06
Goiás	26,31	40,24	+ 13,93
BRASIL	*21,51*	*23,97*	+ *2,46*

* S.d.A. indica a região da Serra dos Aimorés, em litígio entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Atribuindo-se essa região por 2/3 a Minas Gerais e por 1/3 ao Espírito Santo, as taxas médias geométricas anuais de incremento das populações dêsses Estados entre 1940 e 1950 ficam, respectivamente, de 15,29 e 17,47 por 1 000 habitantes.

** Taxa calculada sem levar em conta, para 1950, a população do Município de Aripuanã.

Tabela V

BRASIL

Comparação entre a estimativa da população presente em 1.º-IX-1950 em cada Unidade da Federação, nas fronteiras de 1940, conforme a hipótese de continuação da taxa média geométrica anual de incremento, verificada entre 1890 e 1940, e a estimativa baseada no censo de 1.º-VII-1950

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO PRESENTE EM 1.º-IX-1950		DIFERENÇA ENTRE A ESTIMATIVA ATUAL E A ANTERIOR	
	Estimativa anterior	Estimativa atual	Absoluta	Percentual
Acre	98 649	115 311	+ 16 662	+ 16,89
Amazonas	556 174	561 883	+ 5 709	+ 1,03
Pará	1 168 536	1 172 951	+ 4 415	+ 0,38
Maranhão	1 526 932	1 589 193	+ 62 261	+ 4,08
Piauí	1 023 763	1 056 987	+ 33 224	+ 3,25
Ceará	2 533 702	2 716 552	+ 182 850	+ 7,22
Rio Grande do Norte	949 169	976 687	+ 27 518	+ 2,90
Paraíba	1 787 380	1 718 669	— 68 711	— 3,84
Pernambuco	3 260 876	3 407 259	+ 146 383	+ 4,49
Alagoas	1 077 913	1 098 709	+ 20 796	+ 1,93
Sergipe	606 604	645 581	+ 38 977	+ 6,43
Bahia	4 523 313	4 866 116	+ 342 803	+ 7,58
Minas Gerais	7 833 470	7 784 913	— 48 557	— 0,62
Minas Gerais e S. d. A.*	7 927 152	7 945 841	+ 18 689	+ 0,24
Espírito Santo	1 057 882	864 890	— 192 992	— 18,24
Espírio Santo e S. d. A.*	1 172 385	1 025 818	— 146 567	— 12,50
Rio de Janeiro	2 147 080	2 309 918	+ 162 838	+ 7,58
Distrito Federal	2 253 755	2 396 260	+ 142 505	+ 6,32
São Paulo	10 016 675	9 177 912	— 838 763	— 8,37
Paraná	1 706 320	2 134 462	+ 428 142	+ 25,09
Santa Catarina	1 569 501	1 567 112	— 2 389	— 0,15
Rio Grande do Sul	4 321 495	4 183 823	— 137 672	— 3,18
Mato Grosso	589 199	544 749**	— 44 450	— 7,54
Goiás	1 071 433	1 226 097	+ 154 664	+ 14,44
*BRASIL****	*51 773 503*	*52 276 962*	*+ 503 459*	*+ 0,97*
	51 794 324	*52 276 962*	*+ 482 638*	*+ 0,93*

* S.d.A. indica a região da Serra dos Aimorés, em litígio entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

** Exclusive o Município de Aripuanã.

*** Nos cálculos da primeira linha a região da Serra dos Aimorés foi reunida com o Estado de Minas Gerais, nos da segunda com o Estado do Espírito Santo.

Tabela IV bis

BRASIL

Comparação entre a taxa média geométrica anual de incremento da população presente de cada Região Fisiográfica, nas fronteiras de 1940, verificada entre 31-XII-1890 e 1.º-IX-1940, e a estimada entre 1.º-IX-1940 e 1.º-IX-1950

REGIÃO FISIOGRÁFICA	TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA ANUAL DE INCREMENTO POR 1 000 HABITANTES		
	Entre 1890 e 1940	Entre 1940 e 1950	Diferença
Norte	22,95	23,28	+ 0,33
Nordeste	19,77	23,36	+ 3,59
Este	16,45	19,90	+ 3,45
Sul	31,16	28,17	— 2,99
Centro-Oeste	27,93	34,73	+ 6,80
BRASIL	*21,51*	*23,97*	*+ 2,46*

Tabela V bis

BRASIL

*Comparação entre a estimativa da população presente em 1.º-IX-1950 em cada Região Fisiográfica, nas fronteiras de 1940, conforme a hipótese de continuação da taxa média geométrica anual de incremento, verificada entre 1890 e 1940 *, e a estimativa baseada no censo de 1.º-VII-1950*

REGIÃO FISIOGRÁFICA	POPULAÇÃO PRESENTE EM 1.º-IX-1950		DIFERENÇA ENTRE A ESTIMATIVA ATUAL E A ANTERIOR	
	Estimativa anterior	Estimativa atual	Absoluta	Percentual
Norte	1 823 359	1 850 145	+ 26 786	+ 1,47
Nordeste	12 159 735	12 564 056	+ 404 321	+ 3,33
Este**	18 515 786	19 028 606	+ 512 820	+ 2,77
	18 536 607	19 028 606	+ 491 999	+ 2,65
Sul	17 613 991	17 063 309	— 550 682	— 3,13
Centro-Oeste	1 660 632	1 770 846	+ 110 214	+ 6,64
*BRASIL***	*51 773 503*	*52 276 962*	*+ 503 459*	*+ 0,97*
	51 794 324	*52 276 962*	*+ 482 638*	*+ 0,93*

* Mais precisamente: taxa média geométrica anual de incremento que se teria em cada Região e no Brasil se em cada Unidade continuasse a taxa média geométrica anual de incremento verificada no período 1890-1940.

** Nos cálculos da primeira linha a região da Serra dos Aimorés, em litígio entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo foi reunida com Minas Gerais, nos da segunda com o do Espírito Santo.

* * *

7. Recapitulando os resultados das análises realizadas, observa-se que:

a) A taxa anual de incremento da população do Brasil aumentou no último decênio, apesar da escassa afluência de imigrantes, em virtude da diminuição da mortalidade;

b) A taxa anual de incremento da população varia fortemente nas diversas Regiões Fisiográficas e ainda mais nas diversas Unidades da Federação;

c) A taxa anual de incremento da população no último decênio em algumas Regiões e Unidades é maior e em outras menor do que no semi-século anterior, e mesmo nos casos em que é igual o sentido, é diferente a intensidade da variação.

As circunstâncias acima discriminadas indicam as dificuldades pràticamente insuperáveis que se opunham à execução de boas estimativas de previsão da população no período posterior à apuração dos resultados do censo de 1940 e anterior à apuração dos resultados do censo de 1950 [12].

Faltando estatísticas fidedignas dos nascimentos e dos óbitos, tornava-se impossível verificar com certeza a diminuição da mortalidade.

De outro lado, conhecendo-se a insignificância da imigração nos anos posteriores ao censo de 1940, podia-se supor que o crescimento da população ficaria retardado.

Por isso, pareceu ser algo otimista a estimativa baseada na hipótese do prosseguimento da taxa média geométrica anual de incremento verificada no conjunto do país no período de 1890 a 1940, que fazia prever em 51 037 000 o número dos habitantes em 1.º de setembro de 1950, e ainda mais otimista a baseada na hipótese do prosseguimento das taxas médias geométricas anuais de incremento verificadas nas diversas Unidades, que elevava essa estimativa de previsão para 51 774 000 ou 51 794 000 habitantes, como consta da tabela V.

Entretanto, mesmo estas últimas estimativas ficam inferiores quase de 1% (respectivamente, de 0,96% e de 0,92%) à população presente em 1.º de setembro de 1950, calculada de acôrdo com o censo de 1.º de julho dêsse ano. Poder-se-ia observar que um êrro de 1% é pequeno; e, com efeito, sendo suficiente para a maior parte dos objetivos práticos o conhecimento da população com tal aproximação, essa observação está certa. Mas, do ponto de vista científico da aproximação nas estimativas de previsão, ela se torna muito discutível, porque seria mais correto comparar o êrro não com a população na data final e sim com a variação da população no decênio. Como essa variação ascendeu a 11 milhões de habitantes, um êrro de cêrca de meio milhão, como o das últimas estimativas referidas acima, corresponde a 4,5% e não a menos de 1%, de modo que não pode ser mais considerado desprezível.

De outro lado, mesmo se fôr adotada a referência à população na data final, para a avaliação da importância relativa do êrro das estimativas, os erros relativos das estimativas para várias Unidades revelam-se bem maiores do que essa média nacional de menos de 1%, que é a resultante de valores diferentes pelo sentido e pelo tamanho, nas diversas Unidades. Basta dizer que no Paraná a estimativa baseada na hipótese do prosseguimento da taxa média geométrica anual dos cinqüenta anos anteriores fica errada por falta na proporção de 20%, enquanto no Espírito Santo ela fica errada por excesso na proporção de 14%, se fôr incluída nesse Estado a região da Serra dos Aimorés, e de 22%, se ela fôr excluída.

Vê-se, portanto, que as estimativas de previsão por Unidades deviam tornar-se fortemente erradas não sòmente se fôssem realizadas de acôrdo com uma hipótese de incremento relativo anual igual em tôdas as Unidades, como a que foi preferida pelo órgão deliberativo do Instituto Brasileiro de Geogra-

[12] Veja-se, sôbre êste assunto, o volume N.º 7, desta série, *Aplicação comparativa de diferentes critérios para as estimativas da população do Brasil no período entre os recenseamentos de 1940 e 1950*, publicada pelo I.B.G.E. em 1949, onde se acham reunidos vários estudos compilados e divulgados em anos anteriores.

fia e Estatística, mas também se fôssem realizadas de acôrdo com a hipótese do prosseguimento em cada Unidade da taxa média geométrica anual de incremento verificada entre 1890 e 1940.

Na tabela V, em vez da diferença relativa entre a estimativa de previsão e a baseada no censo de 1950, preferiu-se calcular a diferença relativa entre esta e aquela. Agrupando os resultados para as diversas Unidades segundo o sentido e o tamanho desta diferença, obtém-se a seguinte sinopse.

DIFERENÇAS RELATIVAS %		UNIDADES
+ 20,01 e mais	1	(Paraná)
+ 15,01 a + 20,00	1	(Acre)
+ 10,01 a + 15,00	1	(Goiás)
+ 5,01 a + 10,00	5	(Bahia, Rio de Janeiro, Ceará, Sergipe, Distrito Federal)
+ 0,01 a + 5,00	7	(Pernambuco, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Alagoas, Amazonas, Pará)
0,00	—	
— 0,01 a — 5,00	4	(Minas Gerais [13], Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraíba)
— 5,01 a — 10,00	2	(Mato Grosso, São Paulo)
— 10,01 a — 15,00	—	
— 15,01 a — 20,00	1	(Espírito Santo [13])

O próprio critério que conduz a um resultado suficientemente aproximado quando as estimativas por Unidades são somadas a fim de se obter a estimativa para o conjunto do Brasil, leva a estimativas em muitos casos fortemente afastadas da realidade, na sua aplicação às Unidades isoladamente consideradas. Enquanto para o conjunto do Brasil a diferença relativa é inferior a 1%, nas Unidades observam-se diferenças relativas que variam entre + 25,09% no Paraná e — 12,50% ou — 18,24% no Espírito Santo, conforme seja ou não seja incluída nesse Estado a região da Serra dos Aimorés.

Para as Regiões Fisiográficas (adotando-se como população estimada de cada uma delas a soma das estimativas para as respectivas Unidades), as diferenças relativas não atingem valores absolutos tão elevados; todavia elas variam entre + 6,80% no Centro-Oeste e — 2,99% no Sul, como consta da tabela V bis.

Fica, assim, evidenciado que o próprio método de previsão da população do Brasil no período pós-censitário que deu um resultado relativamente satisfatório para o conjunto do país não corresponde ao seu objetivo na aplicação às diversas Unidades, isoladamente consideradas, pois que conduz a estimativas fortemente afastadas da verdade.

[13] Atribuindo-se 2/3 da população da Serra dos Aimorés a Minas Gerais e 1/3 ao Espírito Santo, as diferenças relativas ficam determinadas, respectivamente, em — 0,04% e — 16,18%. São êstes os dados que foram adotados para estabelecer a posição dos dois Estados na sinopse acima.

Estimativas efetuadas com outros métodos, como os que foram ensaiados no citada análise da aplicação comparativa de diferentes critérios para as estimativas pós-censitárias da população do Brasil, podem resultar suficientemente aproximadas da realidade para algumas Unidades, mas ficam longe dela para outras e para o conjunto do país. De outro lado, como o método que dá boa aproximação para uma Unidade não é o mesmo para outra, não se encontra motivo para a preferência de qualquer método.

A variação da taxa anual de incremento da população do Brasil, as diferenças entre as taxas de incremento nas diversas partes do país, como também as variações dessas taxas através do tempo, diferentes em sentido e em intensidade, tornam impossível qualquer tentativa de previsão sistemática bem aproximada.

Desde já pode-se prever que, aplicando-se para o decênio sucessivo ao censo de 1950 as taxas anuais de incremento agora calculadas para o período 1940-50, se chegaria a resultados em parte bem distantes da realidade. Com efeito, fatôres que agiram no decênio anterior deixarão de agir, ou agirão com diferente intensidade, no decênio atual, e novos fatôres poderão surgir ou antigos ressurgir (como a imigração exterior), alterando a marcha do crescimento das populações.

Será necessário, entretanto, que o Conselho Nacional de Estatística tome providências para a execução de estimativas pós-censitárias da população do Brasil e das Unidades da Federação durante o decênio em curso, sucessivo ao censo de 1950.

A experiência do período 1940-50, evidenciando as circunstâncias, especificadas no início dêste parágrafo, que tornam *a priori* inaceitáveis os resultados de qualquer método de previsão baseado ùnicamente no conhecimento do passado, sugere o caminho certo.

A execução de estimativas da população nos períodos pós-censitários deve ser baseada nos resultados do último censo e *dos consecutivos registros dos nascimentos e dos óbitos, das imigrações e das emigrações*. Trata-se de um problema de contabilidade demográfica muito mais do que de ciência demográfica.

Essa conclusão, que no ensaio citado anteriormente sôbre a aplicação de diferentes critérios para as estimativas pós-censitárias fôra apresentada aos demógrafos brasileiros como devendo constituir seu "Delenda Carthago", impõe-se ainda mais hoje, depois do insucesso dessa aplicação.

Completar o registro dos nascimentos e dos óbitos, aperfeiçoar o dos movimentos migratórios exteriores, organizar o dos movimentos migratórios interiores: tais são as tarefas mais urgentes da estatística demográfica brasileira, já suficientemente provida de elementos fidedignos sôbre o estado da população, mais ainda quase totalmente desprovida de elementos sôbre suas variações.

APÊNDICE

Dados sôbre o desenvolvimento da população do Brasil de 1851 a 1950

Coordenando-se os resultados de vários estudos sôbre a marcha da população do Brasil nos últimos cem anos, obtiveram-se os dados da tabela seguinte. Cumpre advertir que para o cálculo dêsses dados foram retificados os dados publicados dos censos de 1900 e 1920, de acôrdo com as conjecturas apresentadas e justificadas nos estudos III a V desta coletânea.

BRASIL

População em 1.º de julho de cada ano, de 1851 a 1950
(Milhares de habitantes)

ANO	POPULAÇÃO	ANO	POPULAÇÃO	ANO	POPULAÇÃO	ANO	POPULAÇÃO
1851	7 344	1876	10 891	1901	18 392	1926	30 953
1852	7 456	1877	11 099	1902	18 782	1927	31 587
1853	7 570	1878	11 311	1903	19 180	1928	32 234
1854	7 686	1879	11 528	1904	19 587	1929	32 894
1855	7 803	1880	11 748	1905	20 003	1930	33 568
1856	7 923	1881	11 973	1906	20 427	1931	34 256
1857	8 044	1882	12 202	1907	20 860	1932	34 957
1858	8 167	1883	12 435	1908	21 303	1933	35 673
1859	8 291	1884	12 673	1909	21 754	1934	36 404
1860	8 418	1885	12 916	1910	22 216	1935	37 150
1861	8 547	1886	13 163	1911	22 687	1936	37 911
1862	8 678	1887	13 414	1912	23 168	1937	38 687
1863	8 810	1888	13 671	1913	23 660	1938	39 480
1864	8 945	1889	13 932	1914	24 161	1939	40 289
1865	9 082	1890	14 199	1915	24 674	1940	41 114
1866	9 221	1891	14 506	1916	25 197	1941	42 069*
1867	9 362	1892	14 857	1917	25 732	1942	43 069*
1868	9 505	1893	15 216	1918	26 277	1943	44 093*
1869	9 650	1894	15 583	1919	26 835	1944	45 141*
1870	9 797	1895	15 960	1920	27 404	1945	46 215*
1871	9 947	1896	16 346	1921	27 969	1946	47 313*
1872	10 099	1897	16 741	1922	28 542	1947	48 438*
1873	10 289	1898	17 145	1923	29 126	1948	49 590*
1874	10 486	1899	17 560	1924	29 723	1949	50 769*
1875	10 687	1900	17 984	1925	30 332	1950	51 976*

* Estimativas baseadas nos resultados definitivos dos censos de 1940 e de 1950.

III

INCREMENTO DA POPULAÇÃO DAS DIVERSAS REGIÕES FISIOGRÁFICAS E UNIDADES DA FEDERAÇÃO DE 1890 A 1950 [1]

SUMÁRIO: *1. Introdução. — 2. Incrementos demográficos das diversas regiões. — 3. Incrementos demográficos das diversas Unidades.*

1. As comparações retrospectivas da população das diversas Unidades da Federação e regiões fisiográficas tornam-se difíceis, em alguns casos, em conseqüência das modificações ocorridas, através do tempo, na divisão territorial do país.

Seria, por exemplo, quase impossível estimar a população em qualquer época anterior a 1940 das áreas incluídas nas fronteiras dos Territórios Federais do Rio Branco, do Guaporé e do Amapá, de recente criação.

Apresentam-se menores dificuldades para a estimativa da população atualmente presente nas antigas fronteiras das diversas Unidades.

Um ensaio de tal estimativa é apresentado nas tabelas I e II, referentes respectivamente às regiões e às Unidades nas fronteiras de 1890.

* * *

2. No intervalo de cinqüenta e nove anos e meio decorrido entre os censos de 1890 e de 1950, a população do Brasil aumentou na proporção de 263%.

O aumento relativo foi muito diferente nas diversas regiões, variando entre o mínimo de 172% no Leste e o máximo de 504% no Sul. No Nordeste o aumento foi de 231%, no Norte de 283% incluindo-se a parte procedente da adição do Território do Acre e de 259% excluindo-se essa parte, no Centro-Oeste de 448%.

As migrações interiores favoreceram o crescimento demográfico do Sul, e em medida muito menor o do Centro-Oeste, retardando o do Leste e do Nordeste. A imigração do exterior contribuiu principalmente para o crescimento do Sul, embora tendo levado contingentes não desprezíveis para o Leste (sobretudo para o Distrito Federal).

A natalidade foi elevada em tôdas as regiões, atingindo provàvelmente o nível máximo no Nordeste e o mínimo no Sul; a mortalidade, também elevada, parece ter sido máxima no Nordeste e mínima no Sul.

[1] Nota redigida pelo Prof. GIORGIO MORTARA.

Tabela I

BRASIL

Aumento da população das diversas Regiões Fisiográficas, segundo a divisão territorial de 1890, de 31-XII-1890 a 1.º-VII-1950***

REGIÃO FISIOGRÁFICA	POPULAÇÃO PRESENTE		AUMENTO PERCENTUAL
	Em 1890	Em 1950	
Norte	476 370	1 824 789	283,06
Nordeste	3 771 319	12 494 477	231,30
Leste	6 950 359	18 903 468	171,98
Sul	2 815 468	16 996 792	503,69
Centro-Oeste	320 399	1 756 831	448,33
*BRASIL**	*14 333 915*	*51 976 357*	*262,61*

* Os dados de 1950 para a região Norte e para o conjunto do Brasil incluem o Território do Acre que não pertencia a êste país em 1890. Excluindo-o, o número dos habitantes da região Norte em 1950 desce para 1 710 034 e o aumento percentual para 258,97.

** Veja-se a nota à tabela II.

* * *

3. São ainda maiores as diferenças do aumento relativo de 1890 a 1950 que se encontram comparando as diversas Unidades, pois que êsse aumento varia entre o mínimo de 107% em Sergipe e o máximo de 754% no Paraná.

Em 4 outros Estados (Alagoas com 114%, Minas Gerais com 146%, Bahia com 152%, Rio de Janeiro com 162%; todos, como Sergipe, Estados de emigração) o aumento relativo não atingiu 200%; em mais 8 Estados (Pernambuco com 230%, Ceará com 235%, Pará com 253%, Rio Grande do Norte com 261%, Maranhão com 267%, Amazonas com 271%, Paraíba com 275%, Piauí com 291%) excedeu 200% mas não atingiu 300%. Todos os Estados com aumento relativo inferior a êste limite pertencem às regiões do Nordeste, do Leste e do Norte.

Pertencem às regiões do Sul e do Centro-Oeste, com a única exceção do Espírito Santo, as Unidades com aumentos relativos superiores a 300%, das quais 2 com aumentos inferiores a 400% (Distrito Federal com 355% e Rio Grande do Sul com 364%), 3 outras com aumentos inferiores a 500% (Goiás com 434%, Santa Catarina com 450%, Mato Grosso com 484%), mais 2 com aumentos inferiores a 600% (São Paulo com 560% e o Espírito Santo com 573%), e 1 com mais de 700% (o Paraná, já citado). Entre estas Unidades, atraíram contingentes de imigração especialmente amplos São Paulo, o Paraná, Goiás e o Distrito Federal.

Tabela II

BRASIL

Aumento da população das diferentes Unidades da Federação, segundo a divisão territorial de 1890, de 31-XII-1890 a 1.º-VII-1950

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO PRESENTE NAS FRONTEIRAS DE 1890		AUMENTO PERCENTUAL
	Em 1890	Em 1950	
Acre	...	114 755	...
Amazonas	147 915	549 284	271,35
Pará	328 455	1 160 750	253,40
Maranhão	430 854	1 583 248	267,47
Piauí	267 609	1 045 696	290,76
Ceará	805 687	2 695 450	234,55
Rio Grande do Norte	268 273	967 921	260,80
Paraíba	457 232	1 713 259	274,70
Pernambuco	1 030 224	3 395 766	229,61
Alagoas	511 440	1 093 137	113,74
Sergipe	310 926	644 361	107,24
Bahia	1 919 802	4 834 575	151,83
Minas Gerais*	3 184 099	7 834 968	146,07
Espírito Santo*	135 997	914 919	572,75
Rio de Janeiro	876 884	2 297 194	161,97
Distrito Federal	522 651	2 377 451	354,88
São Paulo*	1 384 753	9 142 011	560,19
Paraná*	249 491	2 129 458	753,52
Santa Catarina	283 769	1 560 502	449,92
Rio Grande do Sul	897 455	4 164 821	364,07
Mato Grosso	92 827	541 910	483,78
Goiás	227 572	1 214 921	433,86
*BRASIL**	*14 333 915*	*51 976 357*	*262,61*

* Está incluída nos dados de 1950 a população presente estimada das seguintes áreas para as quais não pôde ser efetuada a apuração dos caracteres individuais dos habitantes em conseqüência do extravio dos documentos de coleta: Município de Nova Era (Minas Gerais), com 10 312 habitantes; parte do Município de Pirangi (São Paulo), com 7 505 habitantes; parte do Município de Lapa (Paraná), com 13 780 habitantes.

Para a comparação acima, a população presente em 1950 na região da Serra dos Aimorés, em litígio entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, foi atribuída em 2/3 ao primeiro e em 1/3 ao segundo dêsses Estados.

IV

PREVISÕES SÔBRE O DESENVOLVIMENTO DA POPULAÇÃO DO BRASIL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX [1]

Uma larga experiência internacional mostra que as previsões demográficas de longo prazo estão fadadas ao fracasso, na maior parte dos casos, em virtude da prevalência da ação de fatôres imprevistos (e amiúde imprevisíveis) sôbre a dos previstos.

Mesmo as previsões que aparentemente tinham sólidas bases científicas não escaparam a essa sorte; basta lembrar que a França já no fim do ano de 1950 chegou a ter os 42 milhões de habitantes, que, segundo as doutas previsões de R. PEARL, formuladas em 1925, devia atingir apenas no ano de 2000, e que já atualmente a população dêsse país excede o limite de 42,6 milhões, a que, segundo o referido autor, devia chegar apenas no século XXI, para ficar depois estável em tôrno dêsse nível ("assímptota superior da curva logística").

Cumpre lembrar que, expondo esta e outras previsões, o eminente demógrafo advertia: "Não se deve atribuir a essas previsões um valor que elas não merecem. Acho muito provável que acontecimentos, como descobertas científicas, conquistas militares, etc., venham a alterar os recursos ainda não aproveitados de quase todos ou até de todos os países, nos próximos cem anos. Meus cálculos expressam apenas o que seria o futuro das populações se as condições do século XIX permanecessem inalteradas. Para os próximos dez ou vinte anos, as previsões fornecidas pelas curvas são decerto bem aproximadas, na maior parte dos casos. Mas previsões de mais longo prazo poderiam ser tomadas a sério sòmente por quem negar a existência de qualquer evolução" [2].

Lendo essa advertência a trinta anos de distância da época em que foi escrita, tem-se a impressão de que ela seja ainda otimista. E todavia se torna difícil resistir à tentação de formular previsões sôbre o futuro da população, porque não sòmente os cientistas, mas também e sobretudo os administradores públicos e os orientadores de atividades econômicas precisam conhecer com antecipação a marcha da população de um país, de uma região, de um Estado ou de uma cidade.

Em vista dos freqüentes pedidos de previsões demográficas que chegam ao Laboratório de Estatística, parece conveniente divulgar duas séries de estimativas do desenvolvimento da população do Brasil entre 1950, data do último senso, e 2000.

A primeira série de estimativas, constante da coluna *a* da tabela anexa, está baseada na hipótese de que a proporção média anual do incremento demográfico do Brasil se mantenha na segunda metade do século XX no mesmo nível observado na primeira metade dêsse século, quando o número dos habi-

[1] Nota compilada pelo Prof. GIORGIO MORTARA.
[2] R. PEARL, *The Biology of Population Growth* (New York, Knopf, 1925), pág. 24.

tantes aumentou de 18 milhões em 1900 para 52 milhões em 1950, com uma taxa média geométrica anual de incremento de 21,40 por 1 000.

A segunda série de estimativas, constante da coluna *b* da tabela anexa, está baseada na hipótese de que a proporção média anual do incremento demográfico se mantenha no mesmo nível observado entre 1940 e 1950 (taxa média geométrica anual de incremento de 23,78 por 1 000 habitantes).

Estimativas de previsão da população do Brasil

ANO	POPULAÇÃO ESTIMADA (milhares)	
	1.º Cálculo (a)	2.º Cálculo (b)
1950	52 000	51 976
1955	57 806	58 456
1960	64 261	65 743
1965	71 437	73 939
1970	79 414	83 157
1975	88 281	93 524
1980	98 139	105 184
1985	109 097	118 297
1990	121 280	133 045
1995	134 822	149 631
2000	149 877	168 286

Os dados obtidos pelo segundo critério excedem os obtidos pelo primeiro.

Cumpre ressaltar que no período entre 1940 e 1950 a imigração exterior contribuiu em proporção desprezível para o incremento da população do Brasil, enquanto nos anos imediatamente posteriores à sua contribuição aumentou e provàvelmente nos próximos lustros se tornará maior.

Cumpre, ainda, lembrar que entre 1940 e 1950 se ampliou a margem entre a taxa de natalidade e a taxa de mortalidade, em conseqüência da sensível diminuição desta acompanhada por uma diminuição menor daquela. É possível que essa margem tenda a ampliar-se ainda mais durante alguns anos, pois que ainda não aparecem sinais de uma larga difusão da limitação voluntária da prole, fora das maiores cidades. Todavia, a crescente concentração dos habitantes nas cidades tende a acelerar o declínio da taxa de natalidade, enquanto a descida da taxa de mortalidade acabará por retardar-se, até cessar.

Mas é ocioso especular sôbre êsses assuntos, visto que, com tôda probabilidade, os fatôres imprevistos predominarão sôbre os previstos, no futuro, assim como predominaram no passado.

As estimativas expostas na tabela anexa devem ser, portanto, consideradas *condicionais*. Só se na segunda metade do século permanecessem as condições verificadas na primeira metade (*quod omen dii avertant*, pois que tivemos duas guerras mundiais e pelo menos duas grandes crises econômicas), só nesta hipótese, mais que inverossímil, absurda, as previsões da coluna *a* poderiam corresponder à verdade. E só persistindo as condições do decênio intercensitário 1940-1950, ficariam válidas as previsões da coluna *b*.

Um resultado interessante dos cálculos realizados é o seguinte: mesmo não aumentando após 1950 a margem entre a taxa de natalidade e a taxa de mortalidade, e mantendo-se relativamente desprezível a imigração, o número dos habitantes do Brasil no fim dêste século atingiria e excederia 150 milhões[3].

[3] A um valor dessa mesma ordem (151,603) chega, pela aplicação da curva logística determinada com o auxílio dos seis censos brasileiros, o Prof. JOÃO LYRA MADEIRA (no *Mensário Estatístico Atuarial do I.A.P.I.*, de dezembro de 1953, pág. 17).

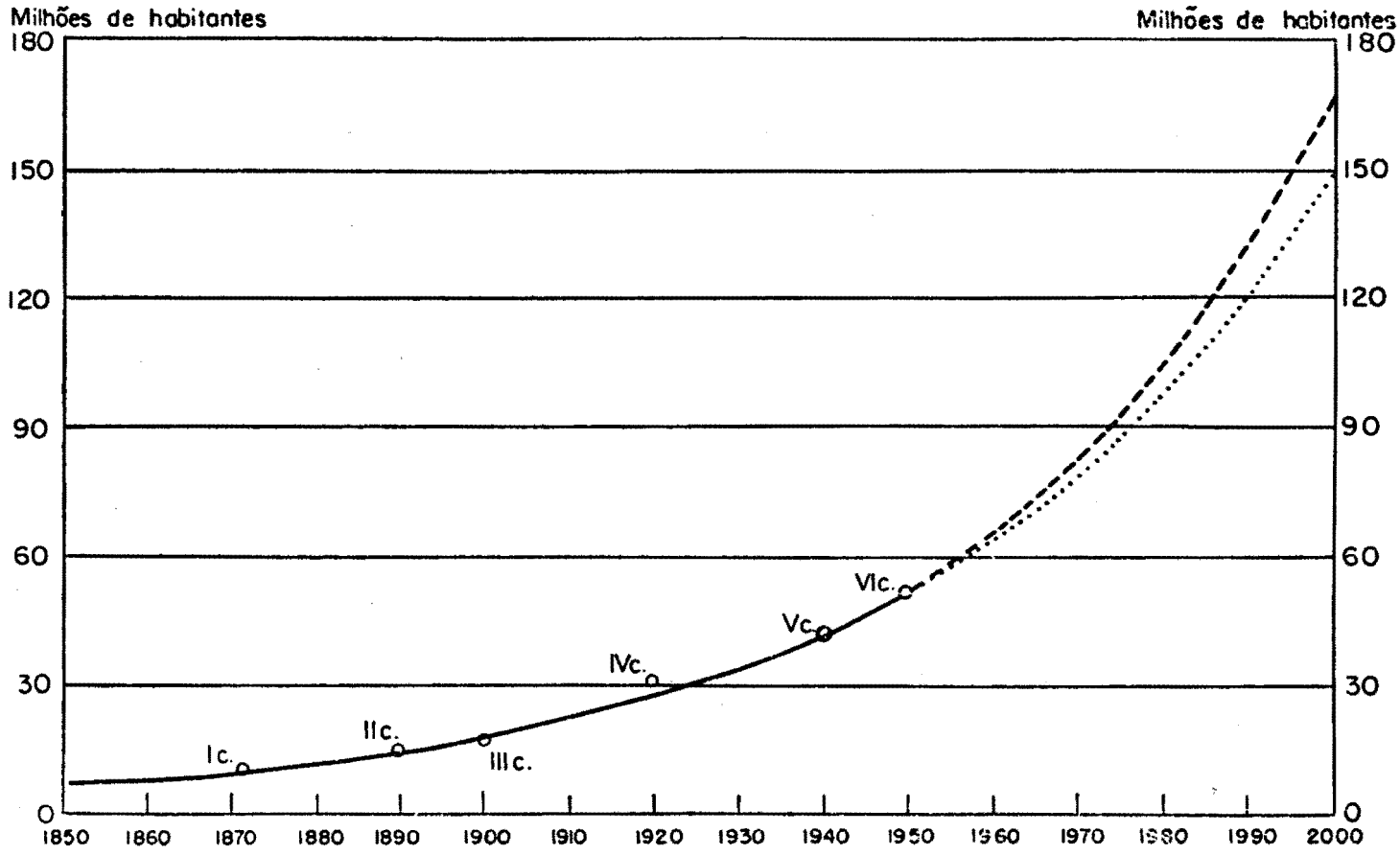


Fig. 3

Desenvolvimento da população do Brasil, observado no período de 1850 a 1950 e estimado para o de 1950 a 2000.

V

ESTIMATIVAS DE PREVISÃO DO DESENVOLVIMENTO DA POPULAÇÃO DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO NO DECÊNIO INICIADO EM 1º-VII-1950 [1]

As estimativas oficiais da população do Brasil e das Unidades da Federação deverão ser efetuadas segundo as normas que serão estabelecidas pela Comissão Técnica prevista na Resolução N.º 541, de 11-VII-1952, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística.

Não tendo sido ainda constituída essa Comissão, o Laboratório de Estatística, para atender às necessidades de seus estudos, teve que efetuar estimativas de previsão da população das Unidades da Federação para o decênio posterior ao censo de 1950.

Essas estimativas, constantes da tabela I, estão baseadas na hipótese de que em cada Unidade continue o desenvolvimento da população conforme a taxa média geométrica anual verificada no período intercensitário de 1.º-IX-1940 a 1.º-VII-1950. As estimativas da população do Brasil, que se obtêm somando as estimativas assim calculadas de tôdas as Unidades, excedem [2] as obtidas pela aplicação direta da mesma hipótese ao conjunto da população nacional, constantes da tabela II.

As estimativas aqui divulgadas não têm caráter oficial e destinam-se apenas a servir como auxílio para estudos científicos e necessidades administrativas.

---

[1] Calculadas pelo Estatístico Analista ORÊNCIO LONGINO DE ARRUDA GOMES.

[2] A causa dessa divergência foi esclarecida no volume N.º 7, desta série, *Aplicação comparativa de diferentes critérios para as estimativas da população do Brasil* (Rio, I.B.G.E., 1949), págs. 28-33.

Tabela I

BRASIL

Estimativas de previsão da população das Unidades da Federação nos anos de 1950 a 1960

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO ESTIMADA NO ANO DE						
	1950	1951		1952		1953	
	Em 1.º de julho	Em 1.º de janeiro	Em 1.º de julho	Em 1.º de janeiro	Em 1.º de julho	Em 1.º de janeiro	Em 1.º de julho
Rondônia	36 935	37 988	39 071	40 184	41 330	42 508	43 720
Acre	114 755	116 897	119 979	121 301	123 565	125 871	128 221
Amazonas	514 099	519 191	524 334	529 527	534 772	540 069	545 419
Rio Branco	18 116	18 489	18 870	19 259	19 656	20 061	20 474
Pará	1 123 273	1 134 540	1 145 920	1 157 414	1 169 023	1 180 749	1 192 592
Amapá	37 477	38 546	39 645	40 775	41 938	43 134	44 364
Maranhão	1 583 248	1 603 362	1 623 731	1 644 358	1 665 248	1 686 404	1 707 828
Piauí	1 045 696	1 058 855	1 072 186	1 085 685	1 099 354	1 113 195	1 127 210
Ceará	2 695 450	2 730 475	2 765 955	2 801 897	2 838 306	2 875 187	2 912 548
Rio Grande do Norte	967 921	979 374	990 962	1 002 688	1 014 552	1 026 556	1 038 703
Paraíba	1 713 259	1 729 551	1 745 998	1 762 601	1 779 363	1 796 283	1 813 365
Pernambuco	3 395 185	3 435 800	3 476 902	3 518 494	3 560 584	3 603 178	3 646 282
Alagoas	1 093 137	1 100 889	1 108 696	1 116 559	1 124 477	1 132 451	1 140 482
Fernando de Noronha	581	581	581	581	581	581	581
Sergipe	644 361	650 034	655 757	661 531	667 355	673 230	679 158
Bahia	4 834 575	4 886 520	4 939 024	4 992 092	5 045 730	5 099 944	5 154 740
Minas Gerais	7 728 104	7 782 259	7 836 793	7 891 711	7 947 013	8 002 704	8 058 781
Serra dos Aimorés*	160 072	167 321	174 898	182 818	191 097	199 751	208 796
Espírito Santo	861 562	867 652	873 785	879 962	886 182	892 447	898 755
Rio de Janeiro	2 297 194	2 322 760	2 348 609	2 374 747	2 401 176	2 427 899	2 454 919
Distrito Federal	2 377 451	2 413 795	2 450 694	2 488 157	2 526 194	2 564 811	2 604 018
São Paulo	9 141 928	9 254 791	9 368 037	9 483 180	9 599 738	9 717 729	9 837 170
Paraná	2 129 327	2 189 015	2 250 377	2 313 459	2 378 310	2 444 976	2 513 513
Santa Catarina	1 560 502	1 582 951	1 605 723	1 628 822	1 652 253	1 676 022	1 700 133
Rio Grande do Sul	4 164 821	4 213 065	4 261 867	4 311 235	4 361 175	4 411 693	4 462 796
Mato Grosso	522 044	527 796	533 612	539 491	545 436	551 445	557 521
Goiás	1 214 921	1 238 960	1 263 475	1 288 475	1 313 970	1 339 969	1 366 483
BRASIL	*51 975 994*	*52 600 957*	*53 234 581*	*53 877 003*	*54 528 378*	*55 188 847*	*55 858 572*

* Região em litígio entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Tabela I (Continuação)

BRASIL

Estimativas de previsão da população das Unidades da Federação nos anos de 1950 a 1960

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO ESTIMADA NO ANO DE						
	1954		1955		1956		1957
	Em 1.º de janeiro	Em 1.º de julho	Em 1.º de janeiro	Em 1.º de julho	Em 1.º de janeiro	Em 1.º de julho	Em 1.º de janeiro
Rondônia	44 966	46 248	47 566	48 922	50 316	51 751	53 226
Acre	130 614	133 051	135 535	138 064	140 641	143 266	145 941
Amazonas	550 821	556 277	561 787	567 351	572 971	578 646	584 378
Rio Branco	20 896	21 327	21 766	22 215	22 672	23 140	23 616
Pará	1 204 554	1 216 636	1 228 839	1 241 165	1 253 614	1 266 188	1 278 888
Amapá	45 629	46 931	48 269	49 645	51 061	52 517	54 015
Maranhão	1 729 524	1 751 496	1 773 746	1 796 280	1 819 100	1 842 209	1 865 613
Piauí	1 141 402	1 155 772	1 170 323	1 185 058	1 199 978	1 215 086	1 230 384
Ceará	2 950 395	2 988 733	3 027 569	3 066 910	3 106 762	3 147 133	3 188 027
Rio Grande do Norte	1 050 993	1 063 429	1 076 011	1 088 744	1 101 626	1 114 661	1 127 850
Paraíba	1 829 193	1 848 017	1 865 591	1 883 331	1 901 241	1 919 320	1 937 572
Pernambuco	3 689 901	3 734 042	3 778 710	3 823 913	3 869 656	3 915 948	3 962 792
Alagoas	1 148 570	1 156 716	1 164 919	1 173 180	1 181 500	1 189 878	1 198 317
Fernando de Noronha	581	581	581	581	581	581	581
Sergipe	685 137	691 169	697 254	703 393	709 586	715 833	722 136
Bahia	5 210 127	5 266 107	5 322 689	5 379 880	5 437 685	5 496 011	5 555 164
Minas Gerais	8 115 256	8 172 123	8 229 389	8 287 058	8 345 131	8 403 610	8 462 498
Serra dos Aimorés*	218 251	228 135	238 466	249 265	260 553	272 352	284 685
Espírito Santo	905 108	911 506	917 950	924 439	930 973	937 554	944 182
Rio de Janeiro	2 482 239	2 509 865	2 537 796	2 566 040	2 594 598	2 623 472	2 652 669
Distrito Federal	2 643 875	2 684 240	2 725 274	2 766 934	2 809 232	2 852 176	2 895 777
São Paulo	9 958 080	10 080 475	10 204 374	10 329 797	10 456 761	10 585 286	10 715 390
Paraná	2 583 970	2 656 403	2 730 866	2 807 417	2 886 113	2 967 016	3 050 186
Santa Catarina	1 724 590	1 749 399	1 774 565	1 800 094	1 825 989	1 852 257	1 878 903
Rio Grande do Sul	4 514 491	4 566 785	4 619 685	4 673 197	4 727 329	4 782 089	4 837 482
Mato Grosso	563 665	569 875	576 154	582 503	588 921	595 410	601 971
Goiás	1 393 521	1 421 094	1 449 213	1 477 888	1 507 130	1 536 951	1 567 362
BRASIL	*56 536 299*	*57 226 432*	*57 924 887*	*58 633 264*	*59 351 720*	*60 080 341*	*60 819 605*

* Região em litígio entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Departamento [illegible]
DESPO

Tabela I (Conclusão)

BRASIL

Estimativas de previsão da população das Unidades da Federação nos anos de 1950 a 1960

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO ESTIMADA NO ANO DE						
	1957	1958		1959		1960	
	Em 1.º de julho	Em 1.º de janeiro	Em 1.º de julho	Em 1.º de janeiro	Em 1.º de julho	Em 1.º de janeiro	Em 1.º de julho
Rondônia	54 743	56 303	57 908	59 558	61 257	63 093	64 799
Acre	148 664	151 439	154 265	157 144	160 077	163 065	166 108
Amazonas	590 166	596 012	601 915	607 878	613 899	619 979	626 120
Rio Branco	24 103	24 600	25 106	25 624	26 152	26 691	27 241
Pará	1 291 715	1 304 672	1 317 758	1 330 976	1 344 326	1 357 810	1 371 429
Amapá	55 555	57 139	58 769	60 445	62 168	63 941	65 764
Maranhão	1 889 313	1 913 315	1 937 622	1 962 237	1 987 165	2 012 410	2 037 976
Piauí	1 245 874	1 261 650	1 277 443	1 293 526	1 309 811	1 326 302	1 343 001
Ceará	3 229 453	3 271 418	3 313 927	3 356 989	3 400 610	3 444 799	3 489 562
Rio Grande do Norte	1 141 195	1 154 698	1 168 361	1 182 185	1 196 174	1 210 327	1 224 648
Paraíba	1 955 997	1 974 598	1 993 375	2 012 331	2 031 467	2 050 785	2 070 286
Pernambuco	4 010 198	4 058 170	4 106 716	4 155 843	4 205 558	4 255 867	4 306 778
Alagoas	1 206 815	1 218 175	1 223 992	1 232 672	1 241 414	1 250 218	1 259 084
Fernando de Noronha	581	581	581	581	581	581	581
Sergipe	728 494	734 907	741 378	747 905	754 490	761 132	767 834
Bahia	5 614 852	5 675 181	5 736 158	5 797 792	5 860 086	5 923 050	5 986 692
Minas Gerais	8 521 802	8 581 518	8 641 654	8 702 210	8 763 194	8 824 602	8 886 440
Serra dos Aimorés*	297 577	311 052	325 138	339 862	355 253	371 340	388 156
Espírito Santo	950 856	957 577	964 346	971 163	978 028	984 941	991 904
Rio de Janeiro	2 682 191	2 712 041	2 742 223	2 772 742	2 803 599	2 834 701	2 866 349
Distrito Federal	2 940 045	2 984 988	3 030 619	3 076 948	3 123 984	3 171 739	3 220 225
São Paulo	10 847 095	10 980 417	11 115 377	11 251 997	11 390 296	11 530 294	11 672 013
Paraná	3 135 687	3 223 586	3 313 947	3 406 843	3 502 342	3 600 518	3 701 446
Santa Catarina	1 905 932	1 933 350	1 961 162	1 989 375	2 017 993	2 047 023	2 076 471
Rio Grande do Sul	4 893 518	4 950 203	5 007 544	5 065 549	5 124 226	5 183 583	5 243 628
Mato Grosso	608 603	615 309	622 089	628 943	635 873	642 880	649 963
Goiás	1 598 375	1 630 002	1 662 254	1 695 145	1 728 686	1 762 891	1 797 773
BRASIL	*61 569 399*	*62 322 811*	*63 101 627*	*63 884 463*	*64 678 709*	*65 484 472*	*66 302 271*

*Região em litígio entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Tabela II

BRASIL

*Estimativas de previsão da população nos anos de 1950 a 1960**

ANO	POPULAÇÃO ESTIMADA	
	Em 1.º de janeiro	Em 1.º de julho
1950	51 368 917	51 975 994
1951	52 590 244	53 211 768
1952	53 840 625	54 476 912
1953	55 120 734	55 772 154
1954	56 431 273	57 098 171
1955	57 772 973	58 455 730
1956	59 146 575	59 845 556
1957	60 552 819	61 268 423
1958	61 992 507	62 725 130
1959	63 466 435	64 216 485
1960	64 975 403	65 743 303

* Estimativa direta, para o conjunto da população do país.

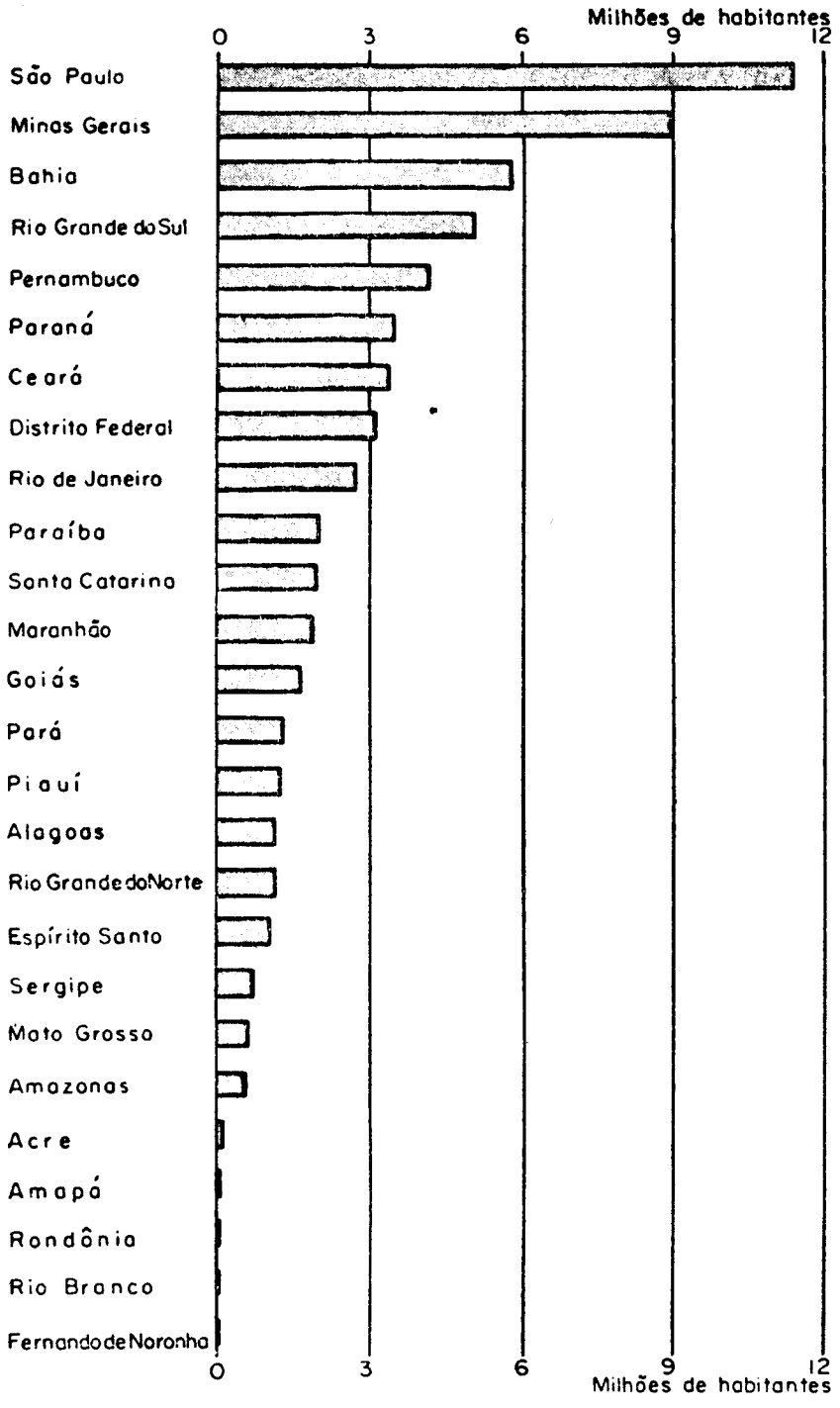


Fig. 4

As Unidades Políticas do Brasil, segundo a ordem da importância das respectivas populações em 1.º de julho de 1959.

B — A DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DA POPULAÇÃO

I

A DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DA POPULAÇÃO DO BRASIL EM 1.º DE JULHO DE 1950 E EM 1.º DE JANEIRO DE 1957 [1]

Na data do último censo demográfico (1.º de julho de 1950), o número dos habitantes do Brasil já se aproximava de 52 milhões. Supondo-se que depois dessa data a população tenha continuado a aumentar segundo a taxa média geométrica anual de 23,78 por 1 000 habitantes, observada entre os censos de 1940 e de 1950, estima-se em mais de 55 milhões o número dos habitantes em 1.º de janeiro de 1953 [2].

Para êsse rápido crescimento contribuiu em parte preponderante o excedente dos nascimentos sôbre os óbitos, tendo ascendido a poucas dezenas de milhares o excedente das imigrações sôbre as emigrações no período pós-censitário.

Segundo estimativas dêste Laboratório, a freqüência média anual dos nascimentos (nascidos vivos) no Brasil oscila em tôrno de 42 a 44 por 1 000 habitantes. A freqüência média anual dos óbitos oscila em tôrno de 18 a 20 por 1 000 habitantes.

Fica, portanto, ainda muito elevada a mortalidade, mas, em virtude do nível excepcionalmente elevado da natalidade, a proporção média anual do excedente dos nascimentos sôbre os óbitos atinge o alto valor de 23 a 24 por 1 000 habitantes.

Se o crescimento demográfico continuar na progressão atual, em 1960 o número dos habitantes atingirá 66 milhões.

* * *

A distribuição territorial da população presente em 1.º de julho de 1950 consta da tabela I, na compilação da qual foram aproveitados os resultados da apuração definitiva do censo demográfico, completados por estimativas da população presente em três áreas [3], das quais ficou extraviado o material censitário, de modo que não foi possível apurar os caracteres individuais dos habitantes.

Persiste o contraste entre a densidade extremamente baixa da população nas regiões do Norte e do Centro-Oeste e a densidade relativamente elevada, no quadro nacional (embora ainda baixa, no quadro internacional), nas regiões do Nordeste, do Leste e do Sul.

---

[1] Coordenação de dois estudos redigidos pelo Prof. GIORGIO MORTARA.

[2] A estimativa efetuada segundo o critério especificado acima dá o número de 55 120 734 habitantes.

[3] Município de Nova Era, no Estado de Minas Gerais, para o qual a apuração das cadernetas dos agentes recenseadores dera a população registrada de 10 461 habitantes; parte do Município de Pirangi, no Estado de São Paulo, com 7 588 habitantes registrados; parte do Município de Lapa, no Estado do Paraná, com 13 911 habitantes registrados.

Tabela I

BRASIL

Distribuição da população presente em 1.º-VII-1950 segundo as Unidades da Federação e as Regiões Fisiográficas

UNIDADE DA FEDERAÇÃO REGIÃO FISIOGRÁFICA	POPULAÇÃO PRESENTE EM 1.º-VII-1950 (1)	SUPERFÍCIE TERRESTRE (2) (km2)	DENSIDADE DA POPULAÇÃO (hab./km2)
NORTE	*1 844 655*	*3 573 718*	*0,52*
Rondônia	36 935	242 983	0,15
Acre	114 755	152 589	0,75
Amazonas	514 099	1 558 583 (3)	0,33
Rio Branco	18 116	230 660	0,08
Pará	1 123 273	1 251 599 (3)	0,90
Amapá	37 477	137 303	0,27
NORDESTE	*12 494 477*	*969 736*	*12,88*
Maranhão	1 583 248	332 174	4,77
Piauí	1 045 696	252 913 (4)	4,13
Ceará	2 695 450	149 125 (4)	18,08
Rio Grande do Norte	967 921	53 069	18,24
Paraíba	1 713 259	56 556	30,29
Pernambuco	3 395 185	98 079	34,62
Alagoas	1 093 137	27 793	39,33
Fernando de Noronha	581	27 (5)	21,52
LESTE	*18 903 319*	*1 261 027*	*14,99*
Sergipe	644 361	22 027	29,25
Bahia	4 834 575	563 367	8,58
Minas Gerais	7 728 104	581 975	13,28
(Serra dos Aimorés) (6)	160 072	10 137	15,79
Espírito Santo	861 562	39 577 (7)	21,77
Rio de Janeiro	2 297 194	42 588	53,94
Distrito Federal	2 377 451	1 356	1 753,28
SUL	*16 996 578*	*825 357*	*20,59*
São Paulo	9 141 928	247 222	36,98
Paraná	2 129 327	200 857	10,60
Santa Catarina	1 560 502	94 798	16,46
Rio Grande do Sul	4 164 821	282 480	14,74
CENTRO-OESTE	*1 736 965*	*1 884 006*	*0,92*
Mato Grosso	522 044	1 261 094	0,41
Goiás	1 214 921	622 912	1,95
BRASIL	*51 975 994*	*8 513 844*	*6,10*

(1) A população de Minas Gerais inclui 10 312 habitantes, população presente estimada do Município de Nova Era; a de São Paulo, 7 505 habitantes, população estimada de parte do Município de Pirangi; a do Paraná, 31 780 habitantes, população estimada de parte do Município de Lapa. Mediante essas estimativas foram preenchidas as lacunas da apuração definitiva causadas por extravios do material censitário.

(2) Áreas indicadas pelo Conselho Nacional de Geografia. Veja-se *Anuário Estatístico do Brasil — 1958* (Rio, IBGE).

(3) Inclusive ½ da área cuja jurisdição é reivindicada pelos Estados do Amazonas e do Pará.

(4) Inclusive ½ da área cuja jurisdição é reivindicada pelos Estados do Piauí e do Ceará.

(5) Inclusive 8 km2, correspondentes às áreas dos penedos São Pedro e São Paulo e do atol das Rocas.

(6) Território em litígio entre os Estados de Minas Gerais e do Espírio Santo.

(7) Inclusive 11 km2, correspondentes ás áreas das ilhas Trindade e Martin Vaz.

Em conjunto, as regiões do Norte e do Centro-Oeste têm uma superfície terrestre de 5 458 000 quilômetros quadrados, superior à da Europa — exclusive a parte européia da União Soviética — nas fronteiras de 1938. Mas contam apenas 3 582 000 habitantes, em comparação com mais de 400 milhões da Europa — delimitada segundo a convenção acima. A densidade média é apenas de 0,66 habitantes por quilômetro quadrado, isto é, 2 habitantes para 3 quilômetros quadrados. Entre as Unidades da Federação incluídas nessas regiões, marca a maior densidade (apenas 1,95 habitantes por quilômetro quadrado) o Estado de Goiás, e a menor (0,08 habitantes por quilômetro quadrado) o Território do Rio Branco.

As outras regiões — Nordeste, Leste e Sul —, com a superfície terrestre de 3 056 000 quilômetros quadrados, contam 48 394 000 habitantes, sendo portanto a densidade média de 15,84 habitantes por quilômetro quadrado. Mesmo nestas regiões encontram-se vastas áreas escassamente povoadas, como os Estados do Piauí, com apenas 4,13 habitantes por quilômetro quadrado, e do Maranhão, com 4,77, e zonas dos Estados da Bahia, de Minas Gerais, do Paraná, etc. Mas há também áreas com população relativamente densa, como as dos Estados do Rio de Janeiro, com 53,94 habitantes por quilômetro quadrado, de Alagoas, com 39,33, de São Paulo, com 36,98, de Pernambuco, com 34,62. Salienta-se, na região Leste, a densidade altíssima (1 753,28 habitantes

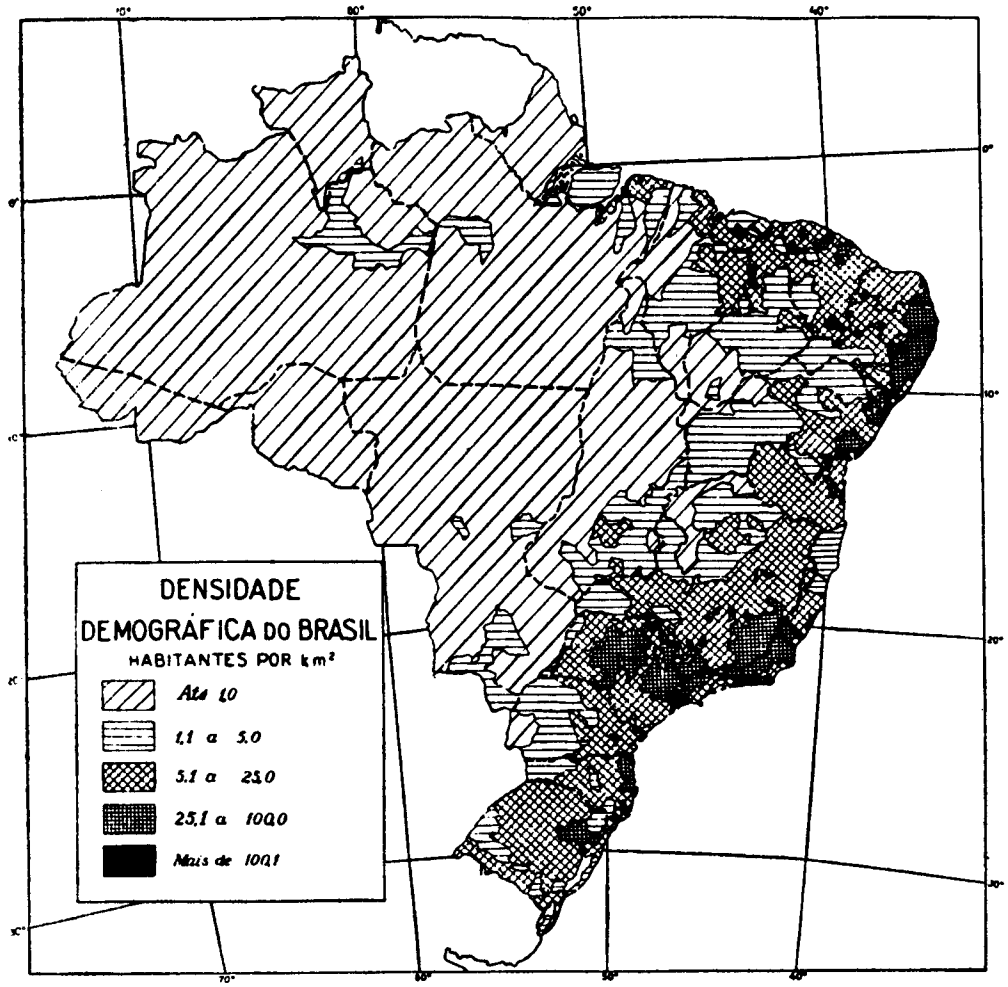


Fig. 5
Densidade demográfica do Brasil (habitantes por km²), segundo o Censo Demográfico de 1950.

por quilômetro quadrado) da população do Distrito Federal, pequena área que compreende a grande cidade do Rio de Janeiro.

O contraste entre o primeiro e o segundo grupo de regiões ressalta pela comparação entre as respectivas percentagens da superfície e da população do país. O Norte e o Centro-Oeste, em conjunto, abrangem 64,10% da superfície, mas apenas 6,89% da população do Brasil; o Nordeste, o Leste e o Sul, em conjunto, abrangem apenas 35,90% da superfície, mas 93,11% da população.

* * *

A população presente do Brasil em 1.º de julho de 1950, data do último censo demográfico, ascendia a quase 52 milhões de habitantes (51 976 000).

Em conseqüência das lacunas das estatísticas do registro civil e das migrações internacionais, não é possível efetuar o cálculo da população atual pela adição, à população presente na data do censo, dos nascidos e dos imigrados e pela subtração dos falecidos e dos emigrados após essa data. Torna-se, portanto, indispensável recorrer a estimativas, baseadas em tendências conhecidas do desenvolvimento demográfico.

Supondo-se que o crescimento da população *do Brasil* tenha prosseguido segundo a mesma taxa média geométrica anual que foi observada no intervalo entre os censos de 1940 e de 1950, a população presente em 1.º de janeiro de 1957 fica estimada em 60 553 000 habitantes.

Supondo-se que o crescimento da população *de cada Unidade da Federação* tenha prosseguido segundo a mesma taxa média geométrica anual que foi observada nessa Unidade no intervalo entre os censos de 1940 e de 1950, chega-se a uma estimativa um pouco maior, de 60 820 000 habitantes.

A experiência internacional mostrou que as previsões demográficas, mesmo em países com organização estatística menos imperfeita do que a nossa, estão sujeitas a uma larga margem de êrro, e que o êrro nem sempre se verifica no sentido que parecia mais provável. Por isso, convém acolher com reserva a observação que será agora exposta, embora aparentemente ela tenha base certa.

As estimativas acima especificadas estão baseadas na hipótese de continuação das taxas de crescimento observadas entre 1940 e 1950. Ora, depois de 1950 a taxa de mortalidade diminuiu, em virtude do progresso da ciência médica, da organização higiênica e da assistência sanitária, enquanto a taxa de natalidade se manteve próxima do nível anterior, tendo talvez apenas levemente declinado. (Pode-se estimar em cêrca de 43 por 1 000 habitantes a taxa de natalidade e em cêrca de 18 por 1 000 a taxa de mortalidade na média dos três anos de 1954 a 1956). Logo, a taxa média anual de crescimento natural deve ter sido maior nos últimos seis anos e meio do que no decênio anterior. Foi decerto maior no período pós-censitário a taxa média anual de crescimento migratório, que no decênio intercensitário se mantivera extremamente baixa. Com efeito, o excedente dos imigrados sôbre os emigrados, que foi de poucas dezenas de milhares no conjunto dêste decênio, deve ter atingido 350 000 no período de 1.º de julho de 1950 a 31 de dezembro de 1956.

Parece, portanto, justificada a conclusão de que nossas estimativas da população presente no início de 1957 provàvelmente ficam abaixo da verdade. Mas não se deve esquecer a falibilidade, acima lembrada, de tôda previsão demográfica. Convém, logo, manter a estimativa, expressa em forma largamente aproximada, de cêrca de 61 milhões de habitantes.

* * *

A distribuição territorial da população do Brasil, em 1.º de janeiro de 1957, estimada de acôrdo com o segundo dos critérios especificados acima, consta da tabela II.

Tabela II

BRASIL

Distribuição da população estimada em 1.º-I-1957 segundo as Unidades da Federação e as Regiões Fisiográficas

UNIDADE DA FEDERAÇÃO REGIÃO FISIOGRÁFICA	POPULAÇÃO PRESENTE EM 1.º-I-1957 (1)	SUPERFÍCIE TERRESTRE (2) (km2)	DENSIDADE DA POPULAÇÃO (hab./km2)
NORTE	*2 140 064*	*3 573 718*	*0,60*
Rondônia	53 226	242 983	0,22
Acre	145 941	152 589	0,96
Amazonas	584 378	1 558 584 (3)	0,37
Rio Branco	23 616	230 660	0,10
Pará	1 278 888	1 251 599 (3)	1,02
Amapá	54 015	137 303	0,39
NORDESTE	*14 511 136*	*969 736*	*14,96*
Maranhão	1 865 613	332 174	5,62
Piauí	1 230 384	252 913 (4)	4,86
Ceará	3 188 027	149 125 (4)	21,38
Rio Grande do Norte	1 127 850	53 069	21,25
Paraíba	1 937 572	56 556	34,26
Pernambuco	3 962 792	98 079	40,40
Alagoas	1 198 317	27 793	43,12
Fernando de Noronha	581	27 (5)	21,52
LESTE	*21 517 111*	*1 261 027*	*17,06*
Sergipe	722 136	22 027	32,78
Bahia	5 555 164	563 367	9,86
Minas Gerais	8 462 498	581 975	14,54
(Serra dos Aimorés (6)	284 685	10 137	28,08
Espírito Santo	944 182	39 577 (7)	23,86
Rio de Janeiro	2 652 669	42 588	62,29
Distrito Federal	2 895 777	1 356	2 135,53
SUL	*20 481 961*	*825 357*	*24,82*
São Paulo	10 715 390	247 222	43,34
Paraná	3 050 186	200 857	15,19
Santa Caterina	1 878 903	94 798	19,82
Rio Grande do Sul	4 837 482	282 480	17,13
CENTRO-OESTE	*2 169 333*	*1 884 006*	*1,15*
Mato Grosso	601 971	1 261 094	0,48
Goiás	1 567 362	622 912	2,52
BRASIL	*60 819 605*	*8 513 844*	*7,14*

(1) Estimativas feitas de acôrdo com a hipótese de continuação, depois de 1.º de julho de 1950, da taxa média geométrica anual de incremento da população, verificada em cada Unidade no intervalo entre os censos de 1940 e de 1950.
(2) Áreas indicadas pelo Conselho Nacional de Geografia. Veja-se *Anuário Estatístico do Brasil* — 1958 (Rio, IBGE).
(3) Inclusive ½ da área cuja jurisdição é reivindicada pelos Estados do Amazonas e do Pará.
(4) Inclusive ½ da área cuja jurisdição é reivindicada pelos Estados do Piauí e do Ceará.
(5) Inclusive 8 km2 correspondentes às áreas dos penedos São Pedro e São Paulo e do atol das Rocas.
(6) Território em litígio entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.
(7) Inclusive 11 km2 correspondentes às áreas das ilhas Trindade e Martin Vaz.

As regiões mais populosas são as do Leste, com 35,38% da população do país, e do Sul, com 33,67%; seguem-se as do Nordeste, com 23,86%, e, a grande distância, as do Centro-Oeste, com 3,57%, e do Norte, com 3,52%.

Fica inalterada a graduação dos Estados mais populosos, figurando em primeiro lugar São Paulo, com 17,62% da população do país, e seguindo-se Minas Gerais, com 13,91%, a Bahia, com 9,13%, o Rio Grande do Sul, com 7,95%, e Pernambuco, com 6,52%.

A densidade média da população no conjunto do país mantém-se baixa, excedendo levemente 7 habitantes por quilômetro quadrado. Permanecem fortes contrastes entre a densidade relativamente elevada nas regiões do Sul (25), do Leste (17) e do Nordeste (15), e a densidade muito baixa nas regiões do Centro-Oeste (1) e do Norte (0,6 habitantes por quilômetro quadrado).

Entre os Estados, apresentam as maiores densidades os do Rio de Janeiro (62), de São Paulo (43), de Alagoas (43) e de Pernambuco (40); as menores, os do Pará (1), de Mato Grosso (0,5) e do Amazonas (0,4).

Fig. 6

O contraste entre o conjunto das regiões Norte e Centro-Oeste e o conjunto das regiões Nordeste, Leste e Sul quanto às respectivas áreas e populações.

C — OS FATÔRES DO CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO

I

ESTIMATIVAS DA NATALIDADE NO BRASIL, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO [1]

SUMÁRIO: 1. Cálculo do número dos nascidos vivos e da taxa de natalidade nos últimos dez anos anteriores a 1.º-VII-1950, baseado nos resultados do censo e em hipóteses sôbre a mortalidade na infância. — 2. Aplicação das taxas de natalidade por Unidades à estimativa do número dos nascidos vivos em 1953. — 3. Advertência final. Apêndice.

1. Em estudos anteriores [2] foi exposto e aplicado um método que torna possível obter estimativas do número dos nascidos vivos num país no curso do último período anual ou poli-anual anterior à data de um censo pelo qual tenha sido apurada a distribuição por idade da população natural do país.

Êste método, cuja aplicação interessa aos países com grandes lacunas no registro de nascimentos, como o Brasil, é bastante simples. O número, apurado pelo censo, das crianças naturais do país, em idades entre o nascimento e o x^{mo} aniversário, deveria ser igual ao número dos nascidos no país nos últimos x anos anteriores à data do censo, diminuído do número dos já falecidos e do número dos emigrados não repatriados. Logo, se o dado do censo estiver suficientemente aproximado da verdade e se fôr possível estimar, também com suficiente aproximação, o número dos falecidos e o dos emigrados, poder-se-á reconstituir aproximadamente o número dos nascidos.

Contrasta, porém, com a simplicidade do esquema teórico a dificuldade da aplicação prática. Nem sempre os dados do censo são fidedignos e nem sempre se dispõe de elementos suficientes para boas estimativas da mortalidade na infância e da emigração de crianças.

No caso do Brasil, os dados dos censos de 1940 e de 1950 podem ser considerados suficientemente aproximados da verdade, com a condição de serem agrupados por intervalos mais amplos de idade os dados que foram apurados por intervalos anuais, pois que por êsse agrupamento ficam em parte neutralizados os efeitos dos freqüentes erros nas declarações da idade das crianças recenseadas.

A emigração de crianças naturais do Brasil é relativamente rara, de modo que não se incorre em grave êrro supondo-a absolutamente nula, ou muito pequena.

No que diz respeito à mortalidade na infância, é preciso confessar que faltam dados suficientes, para o conjunto do país. Todavia, com o auxílio dos dados referentes a algumas zonas mais adiantadas nos levantamentos estatísticos, pode-se chegar a estimativas aceitáveis como primeira aproximação.

Em 1.º de julho de 1950, o número das crianças naturais do Brasil, em idades de 0 a 9 anos completos, ascendia a cêrca de 15,38 milhões. Supondo

---

[1] Estudo redigido pelo Prof. GIORGIO MORTARA, acrescido da estimativa do número dos nascidos vivos nas diversas Unidades da Federação e no conjunto do Brasil em 1957.

[2] Veja-se o estudo do autor sôbre *Métodos para a estimativa da fecundidade de populações sem registro ou com registro incompleto dos nascimentos*, publicado na "Revista Brasileira de Estatística", N.º 58, 1954.

nula a emigração e estimando em 23,5% a proporção dos já falecidos entre os nascidos no Brasil no decênio anterior à data referida, e logo em 76,5% a proporção dos sobreviventes, pode-se estimar o número N dos nascidos nesse decênio pela proporção

$$15{,}38 : N = 76{,}5 : 100,$$

que dá $N = 20{,}10$ milhões, isto é, 2,01 milhões em média anual.

Em relação à população média do decênio, calcula-se a taxa de natalidade de 43,4 por 1 000 habitantes.

Pode-se chegar ao mesmo resultado, calculando a razão r entre 1/10 do número das crianças de 0 a 9 anos presentes em 1.º de julho de 1950 e a população média do decênio anterior a essa data e depois deduzindo a taxa de natalidade t da proporção

$$r : t = 76{,}5 : 100.$$

Obtém-se:

$$r = 0{,}0332 \qquad t = 0{,}0434.$$

* * *

2. Na tabela I foram determinados os valores da razão r, acima definida, para todos os Estados do Brasil [3].

A coluna (a) dessa tabela dá o número das crianças de 0 a 9 anos naturais de cada Estado, presentes em 1.º de julho de 1950 no Brasil [4].

A coluna (b) dá a população média de cada Estado no decênio anterior à data do censo, calculada pelo Laboratório do Conselho Nacional de Estatística.

A coluna (c) dá o valor da razão r, na forma de proporção por 1 000 habitantes; assim, ao valor de 0,0332 calculado acima corresponde na tabela o valor de 33,2.

As colunas seguintes (d) a (g) mostram os resultados a que se chegaria no cálculo da taxa de natalidade t, supondo, respectivamente, a proporção de 70, 75, 80 ou 85 sobreviventes na data do censo sôbre 100 nascidos vivos no decênio anterior.

Como a mortalidade apresenta níveis diferentes nos diversos Estados, não se pode supor que a proporção dos sobreviventes seja em todos igual à média de 76,5% estimada para o Brasil.

Levando-se em conta os resultados das pesquisas efetuadas pelo Laboratório de Estatística sôbre a mortalidade das populações naturais de vários Estados [5], estimaram-se proporções de sobreviventes que variam entre o máximo

---

[3] Limitou-se a tabela aos Estados, excluindo os Territórios Federais, de pequena importância demográfica, e o Distrito Federal, com população em parte preponderante urbana. Para o Distrito Federal, tem-se: (a) 438 774, (b) 2 050 560, (c) 21,4.

[4] Para os Estados de São Paulo, do Paraná e de Minas Gerais, os números constantes da *Seleção dos principais dados do censo demográfico para o Brasil* (Rio, I.B.G.E., 1953, pág. 11) foram retificados, acrescentando-se os números estimados de crianças presentes em algumas áreas cuja população, pelo extravio dos documentos de coleta, não pôde ser incluída na apuração dos caracteres individuais.

Os naturais de Minas Gerais, do Espírito Santo e da região da Serra dos Aimorés presentes nessa região (disputada entre os dois Estados referidos) foram atribuídos na proporção de 2/3 a Minas Gerais e na de 1/3 ao Espírito Santo.

[5] Vejam-se os estudos dêste Laboratório sôbre a mortalidade da população natural da Bahia (seção V das *Pesquisas sôbre a mortalidade no Brasil, 2.ª série*, N.º 19 dos "Estudos de Estatística Teórica e Aplicada", "Estatística Demográfica" (Rio, I.B.G.E., 1954)), do Rio Grande do Sul (seção VI do mesmo volume), do Rio de Janeiro (seção VI do volume N.º 20, correspondente à *3.ª série* das *Pesquisas* acima citadas (Rio, I.B.G.E., 1956)), de Minas Gerais (seção VII do volume anterior), de São Paulo (seção XI das *Contribuições para o estudo da demografia do Sul* (Rio, I.B.G.E., 1957)) e de Pernambuco (seção VI das *Contribuições para o estudo da demografia do Nordeste* (Rio, I.B.G.E., 1955)).

de 86,5% para o Rio Grande do Sul e o mínimo de 71,8% para o Estado do Rio de Janeiro. E de acôrdo com estas proporções calcularam-se os valores estimados da taxa de natalidade *t* constantes da tabela II.

Êsses valores, para os Estados, variam entre os máximos de 48 por 1 000 habitantes (Piauí, Ceará) e o mínimo de 38 (São Paulo). No Distrito Federal a taxa de natalidade desce para 25 por 1 000 habitantes [6].

Em consideração à limitada variação do nível da natalidade no Brasil nos últimos três lustros, achou-se lícito aplicar as taxas deduzidas da experiência do período 1940-1950 para se estimar o número dos nascimentos em 1953.

A população média de cada Unidade da Federação nesse ano consta da primeira coluna da tabela II. Pela aplicação das taxas de natalidade da segunda coluna, foi calculado o número dos nascidos vivos em cada Unidade, especificado na terceira coluna.

Somando os números assim calculados, obtém-se o total de 2 404 700 nascidos vivos em 1953 no conjunto do Brasil, ao qual corresponde a taxa de natalidade de 43,05 por 1 000 habitantes.

* * *

3. A aparente precisão dos números estimados de nascidos vivos não deve iludir quem quiser aproveitar êsses dados.

Para o conjunto do Brasil, o êrro eventual do número estimado de nascidos vivos e da correspondente taxa de natalidade não deveria atingir o limite de 5% por falta ou por excesso.

Para o Distrito Federal e para os Estados referidos na nota 5 pode-se considerar válido o mesmo limite. E também na maioria dos demais Estados e nos Territórios o êrro eventual da estimativa deve ficar abaixo de 5%, não se podendo, entretanto, excluir que para algumas Unidades o êrro exceda um pouco êsse limite.

Querendo-se usar a maior prudência, pode-se dizer que o número dos nascidos vivos no Brasil em 1953 foi da ordem de 2 400 000, ou que ficou entre 2 300 000 e 2 500 000. Em correspondência a essas estimativas, calcula-se a taxa de natalidade de 43 ou de 41 a 45 por 1 000 habitantes.

[6] Sôbre a natalidade no Distrito Federal, vejam-se a seção II do volume N.º 13, desta série, *Pesquisas sôbre o desenvolvimento da população do Brasil* (Rio, I.B.G.E., 1951) e a seção E. II dêste volume.

Tabela I

BRASIL

Ensaio de estimativa da taxa de natalidade média do decênio anterior a 1.º-VII-1950, baseada na proporção das crianças de 0 a 9 anos presentes em 1.º-VII-1950 e em diferentes taxas de sobrevivência supostas

ESTADO	CRIANÇAS DE 0 A 9 ANOS NATURAIS DO ESTADO, EM 1.º-VII-1950 a	POPULAÇÃO MÉDIA DO DECÊNIO ANTERIOR A 1.º-VII-1950 b	100 a / b c	TAXAS DE NATALIDADE POR 1 000 HABITANTES CORRESPONDENTES À TAXA DE SOBREVIVÊNCIA DE			
				0,70 d	0,75 e	0,80 f	0,85 g
São Paulo	2 423 874	8 110 594	29,9	42,7	39,9	37,4	35,2
Rio de Janeiro	652 073	2 060 674	31,6	45,1	42,1	39,5	37,2
Rio Grande do Sul	1 238 817	3 719 878	33,3	47,6	44,4	41,6	39,2
Paraná	552 418	1 635 463	33,8	48,3	45,1	42,3	39,8
Maranhão	473 687	1 399 153	33,9	48,4	45,2	42,4	39,9
Pernambuco	1 025 665	3 022 149	33,9	48,4	45,2	42,4	39,9
Pará	347 614	1 018 251	34,1	48,7	45,5	42,6	40,1
Bahia	1 501 507	4 352 734	34,5	49,3	46,0	43,1	40,6
Minas Gerais*	2 523 158	7 283 419	34,6	49,4	46,1	43,3	40,7
Paraíba	543 712	1 560 849	34,8	49,7	46,4	43,5	40,9
Espírito Santo*	292 756	839 004	34,9	49,9	46,5	43,6	41,1
Rio Grande do Norte	301 017	862 473	34,9	49,9	46,5	43,6	41,1
Mato Grosso	163 932	468 788	35,0	50,0	46,7	43,8	41,2
Goiás	354 337	1 005 084	35,3	50,4	47,1	44,1	41,5
Alagoas	359 508	1 019 395	35,3	50,4	47,1	44,1	41,5
Sergipe	208 498	591 032	35,3	50,4	47,1	44,1	41,5
Amazonas	165 439	466 592	35,5	50,7	47,3	44,4	41,8
Ceará	877 322	2 375 501	36,9	52,7	49,2	46,1	43,4
Santa Catarina	512 519	1 357 358	37,8	54,0	50,4	47,3	44,5
Piauí	349 483	925 079	37,8	54,0	50,4	47,3	44,5
*BRASIL***	*15 376 761*	*46 292 537*	*33,2*	*47,4*	*44,3*	*41,5*	*39,1*

* Os dados para a região da Serra dos Aimorés, em litígio entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, foram atribuídos na proporção de 2/3 a Minas Gerais e na de 1/3 ao Espírito Santo.

** Inclusive o Distrito Federal e os Territórios, como também (na coluna a) 15 938 crianças brasileiras natas cujo lugar de nascimento não foi especificado ou se acha fora do território nacional.

Tabela II

BRASIL

*Ensaio de estimativa do número dos nascidos vivos em 1953 de acôrdo com as estimativas da população média dêsse ano e das taxas de natalidade**

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO MÉDIA DE 1953	TAXA DE NATALIDADE ESTIMADA POR 1 000 HABITANTES	NÚMERO ESTIMADO DOS NASCIDOS VIVOS EM 1953
Rondônia	43 720	47	2 055
Acre	128 221	47	6 026
Amazonas	545 419	47	25 635
Rio Branco	20 474	47	962
Pará	1 192 592	46	54 859
Amapá	44 364	47	2 085
Maranhão	1 707 828	46	78 560
Piauí	1 127 210	48	54 106
Ceará	2 912 548	48	139 802
Rio Grande do Norte	1 038 703	47	48 819
Paraíba	1 813 365	47	85 228
Pernambuco	3 646 863	45	164 109
Alagoas	1 140 482	47	53 603
Sergipe	679 158	47	31 920
Bahia	5 154 740	46	237 118
Minas Gerais**	8 197 978	46,5	381 206
Espírito Santo**	968 354	47	45 513
Rio de Janeiro	2 454 919	44	108 016
Distrito Federal	2 604 018	25	65 100
São Paulo	9 837 170	38	373 812
Paraná	2 513 513	43,5	109 338
Santa Catarina	1 700 133	45	76 506
Rio Grande do Sul	4 462 796	38,5	171 818
Mato Grosso	557 521	46	25 646
Goiás	1 366 483	46	62 858
BRASIL	*55 858 572*	*43,05****	*2 404 700*

* Estimativas do Laboratório do Conselho Nacional de Estatística.

** A população estimada da região da Serra dos Aimorés foi atribuída na proporção de 2/3 a Minas Gerais e na de 1/3 ao Espírito Santo.

*** Taxa calculada pela razão entre as somas da terceira e da primeira coluna.

APÊNDICE [1]

Conforme se disse anteriormente neste estudo, tendo em vista a limitada variação do nível da natalidade no Brasil nos três últimos lustros anteriores ao censo de 1950, achou-se lícito aplicar as taxas deduzidas da experiência do período 1940-1950 para se estimar o número dos nascimentos em 1953, que é especificado, para cada Unidade da Federação, na terceira coluna da tabela II. Admitindo-se que as referidas taxas provàvelmente não sofreram ainda grandes alterações, já que, de fato, a natalidade varia apenas lentamente na ausência de perturbações sociais profundas, lança-se mão delas, mais uma vez, para se estimar também o número dos nascimentos em 1957, que é apresentado, em seguida, para cada Unidade da Federação, na terceira coluna da tabela III.

Somando os números de nascidos vivos em cada Unidade da Federação, especificados na terceira coluna da referida tabela III, obtém-se o total de 2 648 118 nascidos vivos em 1957 no conjunto do Brasil, ao qual corresponde a taxa de natalidade de 43,01 por 1 000 habitantes.

Por prudência, convém dizer que o número dos nascidos vivos no Brasil em 1957 é da ordem de 2 650 000, ou que fica entre 2 500 000 e 2 800 000.

Quantas dessas crianças falecerão no curso do primeiro ano de idade?

O nível da mortalidade infantil no Brasil ficou determinado, com larga aproximação, pela taxa de 171 por 1 000 nascidos vivos, correspondente ao decênio anterior ao censo de 1950 [2].

Em vista da recente e notável diminuição da mortalidade geral e, em especial, da mortalidade infantil, graças ao êxito dos antibióticos e bacteriostáticos na luta contra as doenças infecciosas, "não é temerário supor que, se a proporção média dos falecidos no primeiro ano de idade foi próxima de 171 por 1 000 no último decênio anterior ao censo de 1950, ela se tenha reduzido a cêrca de 160 nos primeiros anos seguintes a êsse censo" [3] e a cêrca de 140 a 150 atualmente [4].

Admitindo-se que seja de 2 650 000 o número das crianças nascidas no Brasil em 1957, estima-se, de acôrdo com as taxas de mortalidade de 140 e de 150 por 1 000, que 370 000 a 400 000 dessas crianças falecerão no curso do primeiro ano de idade, enquanto 2 250 000 a 2 280 000 atingirão o primeiro aniversário.

---

[1] Redigido pelo Dr. ALCEU VICENTE WIGHTMAN DE CARVALHO, Diretor do Laboratório de Estatística.

[2] Veja-se seção C. VIII dêste volume.

[3] Veja-se a seção acima citada dêsse volume. A notável diminuição da mortalidade infantil no Distrito Federal e em algumas Capitais estaduais entre os anos próximos de 1940 e de 1950 está evidenciada nesse estudo.

[4] Essas taxas são cêrca de cinco vêzes maiores do que as observadas nos países mais adiantados na defesa da saúde pública. Em 1950, a taxa de mortalidade infantil era de 31 por 1 000 no Reino Unido e na Suiça e de 25 por 1 000 na Holanda.

Tabela III

BRASIL

*Ensaio de estimativa do número dos nascidos vivos em 1957 de acôrdo com as estimativas da população média dêsse ano e das taxas de natalidade**

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO MÉDIA DE 1957	TAXA DE NATALIDADE ESTIMADA POR 1 000 HABITANTES	NÚMERO ESTIMADO DOS NASCIDOS VIVOS EM 1957
Rondônia	54 743	47	2 573
Acre	148 664	47	6 987
Amazonas	590 166	47	27 738
Rio Branco	24 103	47	1 133
Pará	1 291 715	46	59 419
Amapá	55 555	47	2 611
Maranhão	1 889 313	46	86 908
Piauí	1 245 874	48	59 802
Ceará	3 229 453	48	155 014
Rio Grande do Norte	1 141 195	47	53 636
Paraíba	1 955 997	47	91 932
Pernambuco**	4 010 779	45	180 485
Alagoas	1 206 815	47	56 720
Sergipe	728 494	47	34 239
Bahia	5 614 852	46	258 283
Minas Gerais***	8 720 187	46,5	405 489
Espírito Santo***	1 050 048	47	49 352
Rio de Janeiro	2 682 191	44	118 016
Distrito Federal	2 940 045	25	73 501
São Paulo	10 847 095	38	412 190
Paraná	3 135 687	43,5	136 402
Santa Catarina	1 905 932	45	85 767
Rio Grande do Sul	4 893 518	38,5	188 400
Mato Grosso	608 603	46	27 996
Goiás	1 598 375	46	73 525
BRASIL	*61 569 399*	*43,01***	*2 648 118*

* Estimativas do Laboratório do Conselho Nacional de Estatística.
** Inclusive 581 habitantes do Território de Fernando de Noronha.
*** A população estimada da região da Serra dos Aimorés foi atribuída na proporção de 2/3 a Minas Gerais e na de 1/3 ao Espírito Santo.
**** Taxa calculada pela razão entre as somas da terceira e da primeira coluna.

II

A FECUNDIDADE DA MULHER E A SOBREVIVÊNCIA DOS FILHOS NO BRASIL, SEGUNDO O CENSO DE 1950 [1]

SUMÁRIO: 1. Os inquéritos censitários de 1940 e de 1950 sôbre a fecundidade. — 2. Fecundidade, quota de prolíficas e prolificidade; variações de 1940 a 1950. — 3. Resumo das conclusões sugeridas pela análise anterior. — 4. Aproveitamento das elaborações efetuadas, para o cálculo do número dos nascidos vivos no Brasil em 1950. — 5. A sobrevivência dos filhos; variações de 1940 a 1950. — 6. Influência dos erros nas declarações de idade das mulheres sôbre as medidas da fecundidade e da sobrevivência.

APÊNDICES: 1. Dados e esclarecimentos complementares. — 2. Algumas comparações internacionais.

1. O inquérito sôbre a fecundidade efetuado no censo demográfico de 1940 abriu todo um domínio até então inexplorado aos estudiosos da demografia do Brasil. Embora as falhas irreparáveis da estatística do registro civil ainda impeçam a determinação de medidas diretas da fecundidade, tornou-se possível a sua medição indireta por meio das apurações dêsse censo, que foram aproveitadas para a estimativa e a análise da freqüência dos nascimentos em relação à idade, à côr, ao estado conjugal da mulher, à sua idade no nascimento do primeiro filho, ao número dos filhos anteriormente tidos por ela, à atividade econômica do homem, etc. [2].

O inquérito foi repetido, com algumas modificações dos quesitos, no censo de 1950. Na apuração, foram mantidas as principais classificações feitas no censo anterior, acrescentando-se a discriminação entre as populações dos diversos quadros administrativos (urbanos, suburbanos e rurais) de cada Unidade da Federação.

A publicação dos resultados completos, para o Brasil, do censo demográfico de 1950 [3] torna possível o exame dos dados concernentes à fecundidade, que não estavam incluídos na *Seleção* publicada em 1953 [4].

---

[1] Estudo redigido pelo Prof. G. MORTARA.

[2] Numerosos estudos sôbre a fecundidade, realizados pelo Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento de 1940 foram divulgados nas séries das "Análises de resultados do censo demográfico" e das "Aplicações do censo demográfico", das quais foi publicado um índice completo no N.º 38 da "Revista Brasileira de Estatística" em 1949.

[3] *Sexto recenseamento geral do Brasil, 1950, Brasil, Censo demográfico* (*I.B.G.E.*, 1956).

[4] Exposições e análises dos resultados do inquérito sôbre a fecundidade e de outras informações obtidas pelo censo de 1950 foram divulgadas nos "Estudos demográficos" do Laboratório de Estatística do I.B.G.E. Referem-se a várias Unidades da Federação os N.ºs 91, 94, 118, 137, 146 (2.ª edição), 158, 160, 161, 169 e 184. Referem-se ao conjunto do Brasil, os N.ºs 171, 173, 175 e 176, coordenados em edição definitiva, respectivamente, nos capítulos I, II, III e IV da monografia: *A fecundidade da mulher no Brasil* (Rio, I.B.G.E., 1957).

As principais pesquisas sôbre a natalidade e a fecundidade baseadas nos censos de 1940 e de 1950 estão sendo reunidas e coordenadas em edição definitiva na série de estatística demográfica dos "Estudos de estatística teórica e aplicada", publicados pelo I.B.G.E. Nessas pesquisas foram aproveitados não sòmente os resultados dos inquéritos sôbre a fecundidade, mas também outras informações obtidas pelos censos demográficos (número das crianças, proporção entre o número das crianças e o das mulheres em idade fértil, etc.).

Os volumes da série de estatística demográfica dedicados aos assuntos referidos acima são os seguintes:
N.º 4. *Estimativas da taxa de natalidade para o Brasil, as Unidades da Federação e as principais Capitais* (1948).
N.º 5. *Estudos sôbre fecundidade e a prolificidade da mulher no Brasil, no conjunto da população e nos diversos grupos de côr* (1949).
N.º 6. *A prolificidade da mulher, segundo a idade inicial da atividade reprodutora, no Brasil* (1949).
N.º 8. *Características demográficas da população do Estado da Bahia* (1949).

Êsses dados foram obtidos pela apuração das respostas ao quesito sôbre o número dos filhos tidos. No censo de 1950 êste quesito foi pôsto na forma sintética seguinte: "Se teve filhos, declare quantos, incluindo os que nasceram mortos", enquanto no censo de 1940 fôra desdobrado, pedindo-se separadamente ao recenseado: "Se teve filhos nascidos vivos, declarar quantos" e "Se teve filhos nascidos mortos, declarar quantos". Não foi repetido no censo de 1950 o quesito de 1940 relativo à idade do recenseado no nascimento do primeiro filho.

A análise dos resultados do censo de 1940 levou à conclusão de que uma considerável fração dos filhos tidos declarados nascidos mortos (cêrca de um têrço) devia ser constituída, na ralidade, por crianças nascidas vivas mas falecidas pouco depois do nascimento. Em vista dessa confusão — aliás inevitável nas condições da assistência médica e obstétrica e do registro dos nascimentos no Brasil —, e também para o fim de simplificar o questionário, achou-se conveniente, na preparação do censo de 1950, eliminar a discriminação entre as duas seções do quesito.

É possível que a forma simplificada tenha tornado mais freqüentes as omissões da declaração de filhos tidos nascidos mortos; todavia não se encontra uma prova certa dessa maior freqüência de omissões.

Na apuração do censo de 1940 foram discriminadas as mulheres que tiveram filhos nascidos vivos. Provàvelmente — mesmo prescindindo-se das omissões voluntárias ou acidentais — os números apurados estão levemente errados por falta, não incluindo algumas mulheres que de fato tiveram um ou mais filhos nascidos vivos, mas declararam — pela confusão acima assinalada — só ter tido filhos nascidos mortos. A influência dêste êrro por falta no cálculo das taxas de fecundidade é, entretanto, bem pequena, ficando a taxa média geral errada por excesso — em conseqüência dessa omissão no denominador — na proporção estimada de apenas 0,5%.

Na apuração do censo de 1950 foram discriminadas em conjunto as mulheres que tiveram filhos, nascidos vivos ou nascidos mortos, inclusive, portanto, as que só tiveram filhos nascidos mortos. Para eliminar estas últimas no cálculo das taxas de fecundidade, supõe-se que elas constituam cêrca de 1% do total, variando a respectiva proporção entre 3% do total no grupo de idade de 15 a 19 anos e 0,6% nos grupos de 45 anos e mais de acôrdo com estimativas baseadas em resultados do censo de 1940 [5].

Nas elaborações dos dados obtidos pelo censo de 1940, para se discriminar com maior aproximação o número dos filhos tidos nascidos vivos, foi suposto que êle correspondesse a 95% do total dos filhos tidos declarados, nascidos vivos e nascidos mortos.

Aplicou-se a mesma hipótese para discriminar os nascidos vivos entre os filhos tidos nascidos vivos e nascidos mortos declarados em conjunto no censo de 1950 [6].

* * *

2. Os dados originais do censo de 1950 sôbre a fecundidade feminina e os dados retificados como foi esclarecido acima constam da tabela V em apêndice. Pela elaboração dêsses dados absolutos obtiveram-se os dados proporcionais expostos na tabela I.

N.º 9. *Estudos sôbre a fecundidade da mulher no Brasil, segundo o estado conjugal* (1949).

N.ºs 10, 16, 22. *Pesquisas sôbre a natalidade no Brasil* (1.ª série, 1950; 2.ª série, 1953; 3.ª série, 1956).

N.º 13. *Pesquisas sôbre o desenvolvimento da população do Brasil* (1951).

N.º 14. *Estudos sôbre a natalidade e a mortalidade no Brasil* (1952).

N.º 15. *Estudos sôbre a natalidade em algumas grandes cidades do Brasil* (1952).

N.º 17. *Pesquisas sôbre as populações urbanas e rurais do Brasil* (1954).

N.º 25. *Pesquisas sôbre a fecundidade das mulheres e a sobrevivência dos filhos no Brasil* (1958).

Veja-se, ainda, a Seção I do volume *Contribuições para o estudo da demografia do Norte* (I.B.G.E., 1956)

Um quadro de conjunto da natalidade e fecundidade no Brasil foi apresentado pelo autor dêste estudo, na monografia *The Brazilian Birth Rate: Its Economic and Social Factors*, incluída no volume *Culture and Human Fertility*, de F. LORIMER e colaboradores (Paris, UNESCO, 1954).

[5] Vejam-se os esclarecimentos em apêndice.

[6] Vejam-se os dados em apêndice, tabela V.

A proporção dos filhos nascidos vivos tidos até a data do censo pelas mulheres de cada grupo de idade, segundo as apurações de 1940 [7] e de 1950, consta das colunas (d) e (e) da tabela I. Foram discriminados grupos qüinqüenais para as idades de 15 a 49 anos e decenais para as de 50 a 79, ficando reunidas em um só grupo as idades de 80 anos e mais, onde são mais freqüentes as omissões e os erros das declarações censitárias, em conseqüência da idade avançada das mulheres.

No conjunto da população feminina de 15 anos e mais, a proporção dos filhos nascidos vivos tidos até a data do censo desceu para 315,4 por 100 mulheres em 1950, enquanto em 1940 atingia 331,4 por 100.

Essa diminuição da taxa média cumulativa geral de fecundidade, nítida embora moderada, depende em parte da diminuição da quota de prolíficas entre as mulheres de 15 anos e mais, e em parte maior da diminuição da taxa média cumulativa geral de prolificidade [8]. Com efeito, de 1940 a 1950, desceu de 60,8% para 60,1% a proporção das mulheres que tiveram filhos nascidos vivos ("prolíficas"), entre as de 15 anos e mais, como consta das colunas (b) e (c) da tabela I, e ao mesmo tempo desceu de 545,1 para 524,6 a proporção dos filhos nascidos vivos tidos por 100 mulheres prolíficas de 15 anos e mais, como consta das colunas (f) e (g) da mesma tabela.

Apesar dessas diminuições, o nível da fecundidade feminina no Brasil mantém-se muito elevado.

Tabela I

BRASIL

Comparação de dados referentes à fecundidade feminina, obtidos pelos censos de 1940 e de 1950

IDADE Anos completos	PERCENTAGENS DAS MULHERES QUE TIVERAM FILHOS NASCIDOS VIVOS		FILHOS TIDOS NASCIDOS VIVOS POR 100 MULHERES		FILHOS TIDOS NASCIDOS VIVOS POR 100 MULHERES QUE TIVERAM FILHOS NASCIDOS VIVOS	
	1940	1950	1940	1950	1940	1950
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)
15 a 19	8,66	9,27	12,59	13,89	145,38	149,76
20 a 24	46,26	45,76	104,29	104,37	225,42	228,09
25 a 29	70,27	69,28	246,63	239,05	350,96	345,07
30 a 34	79,02	78,13	386,13	368,91	488,65	472,15
35 a 39	83,22	81,98	510,48	481,16	613,42	586,94
40 a 44	83,85	82,64	588,21	548,91	701,47	664,22
45 a 49	85,14	83,64	639,64	590,15	751,29	705,57
50 a 59	84,22	82,91	641,18	606,27	761,29	731,26
60 a 69	84,05	81,13	648,41	602,66	771,43	742,80
70 a 79	83,57	78,95	642,77	594,92	769,18	753,54
80 e mais	81,89	76,39	625,10	573,66	763,32	750,92
15 e mais	*60,80*	*60,11*	*331,42*	*315,35*	*545,08*	*524,63*

[7] Os dados de 1940 foram tirados da tabela à pág. 21 dos citados *Estudos sôbre a fecundidade da mulher no Brasil, segundo o estado conjugal*.

[8] A variação das taxas médias gerais depende, também, de variações na composição proporcional por idade da população considerada, pelas quais ficam alterados os pesos com que as taxas específicas dos diferentes grupos de idade contribuem para determinar essas taxas médias.

A influência desta circunstância é, porém, muito pequena e de sentido oposto à das circunstâncias especificadas no texto. Com efeito, se a composição proporcional por idade em 1950 fôsse igual à de 1940, a taxa média cumulativa geral de fecundidade seria de 313,48 por 100 mulheres, em vez de 315,35. A composição por idade de 1950 faz subir essa taxa para um nível levemente superior ao que ela atingiria se essa composição fôsse ainda a de 1940.

Ao subir da idade — a partir do 15.º aniversário — cresce ràpidamente a proporção das mulheres que tiveram filhos nascidos vivos, atingindo seu máximo no grupo de 45 a 49 anos e declinando levemente depois, em conseqüência — pelo menos em parte — das mais freqüentes omissões nas declarações censitárias das mulheres velhas.

No grupo de 15 a 19 anos a quota de prolíficas não chega a um décimo do total das mulheres; no de 25 a 29 anos já atinge sete décimos e nos de 35 a 69 anos excede oito décimos, em ambos os censos.

Nas idades mais moças as quotas de prolíficas de 1950 diferem pouco das de 1940, mas a sua inferioridade, já sensível a partir do grupo de 20 a 24 anos, se acentua cada vez mais ao subir da idade. No grupo de 45 a 49 anos, onde a quota de prolíficas atinge o máximo, ela diminuiu de 85,1% em 1940 para 83,6% em 1950.

A proporção dos filhos nascidos vivos tidos pelas mulheres prolíficas aumenta ao subir da idade, atingindo seus máximos nos grupos senis. Considerando-se em conjunto as mulheres prolíficas de 50 anos e mais, acham-se as proporções de 765,4 filhos tidos por 100 delas em 1940 e de 738,3 em 1950. Nas idades mais moças, a proporções dos filhos nascidos vivos tidos pelas mulheres prolíficas é levemente maior em 1950 do que em 1940, mas a partir do grupo de 25 a 29 anos a proporção observada em 1950 se torna nìtidamente inferior à de 1940, tendendo a diferença a subir com a idade: no grupo de 45 a 49 anos a proporção desceu de 751,3 por 100 mulheres em 1940 para 705,6 em 1950.

Em virtude da simultânea diminuição das quotas de prolíficas e das taxas médias cumulativas de prolificidade, diminuíram, de 1940 a 1950, a partir do grupo de idade de 25 a 29 anos, as taxas médias cumulativas de fecundidade.

Subindo com a idade, a proporção dos filhos tidos nascidos vivos atinge seus máximos nas idades senis: 648,4 por 100 mulheres de 60 a 69 anos em 1940 e 606,3 por 100 mulheres de 50 a 59 anos em 1950. Diminui levemente essa proporção nas idades mais avançadas, exclusiva ou principalmente em virtude da maior freqüência, já assinalada, de omissões nas declarações censitárias.

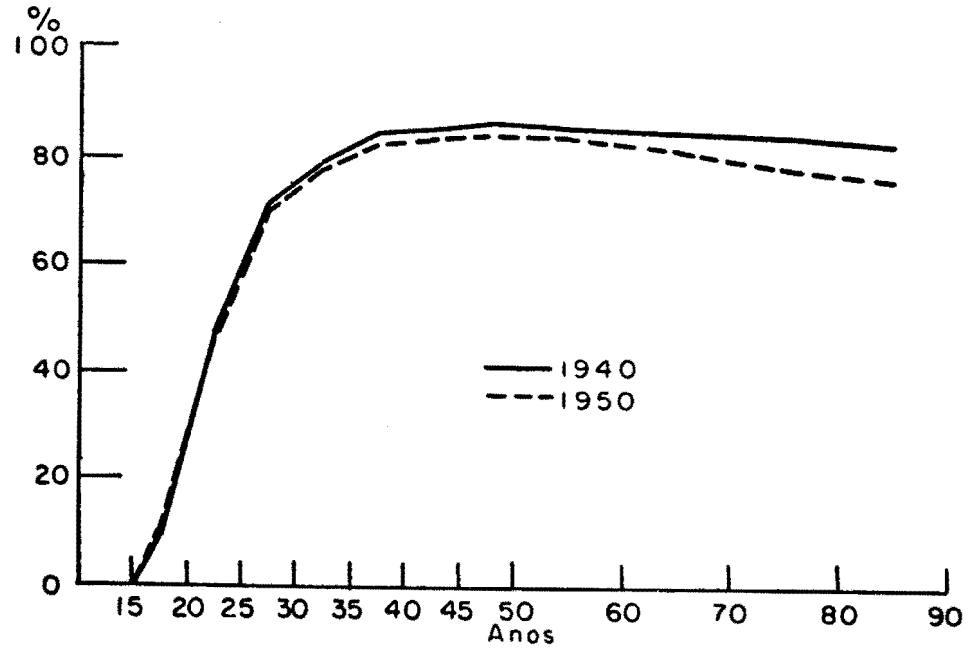


Fig. 7

Percentagem das mulheres prolíficas, segundo a idade (1940 e 1950).

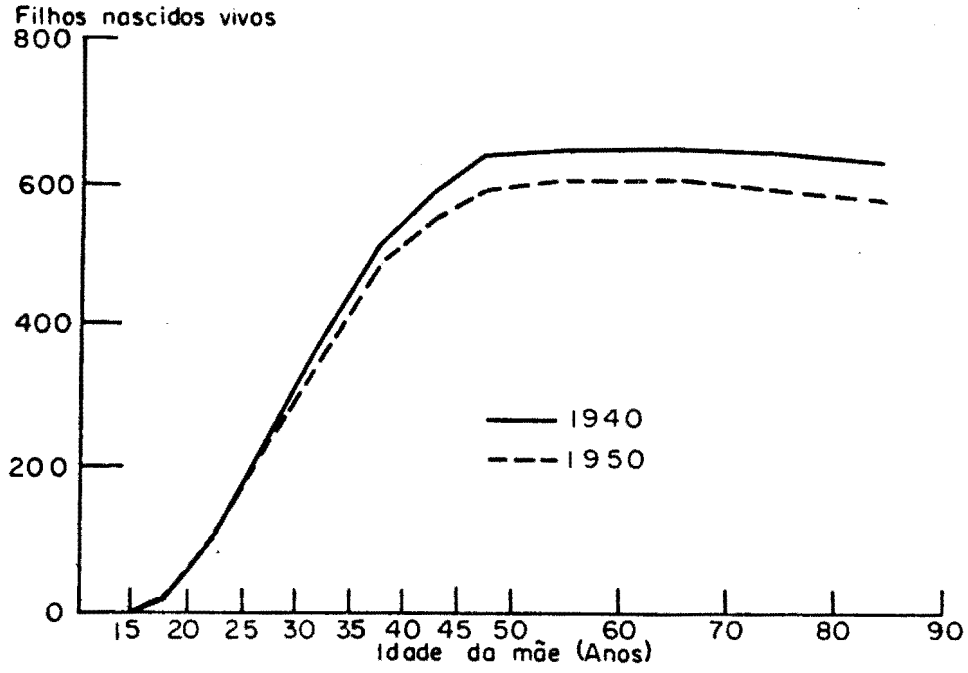


Fig. 8

Filhos tidos nascidos vivos por 100 mulheres, segundo a idade (1940 e 1950).

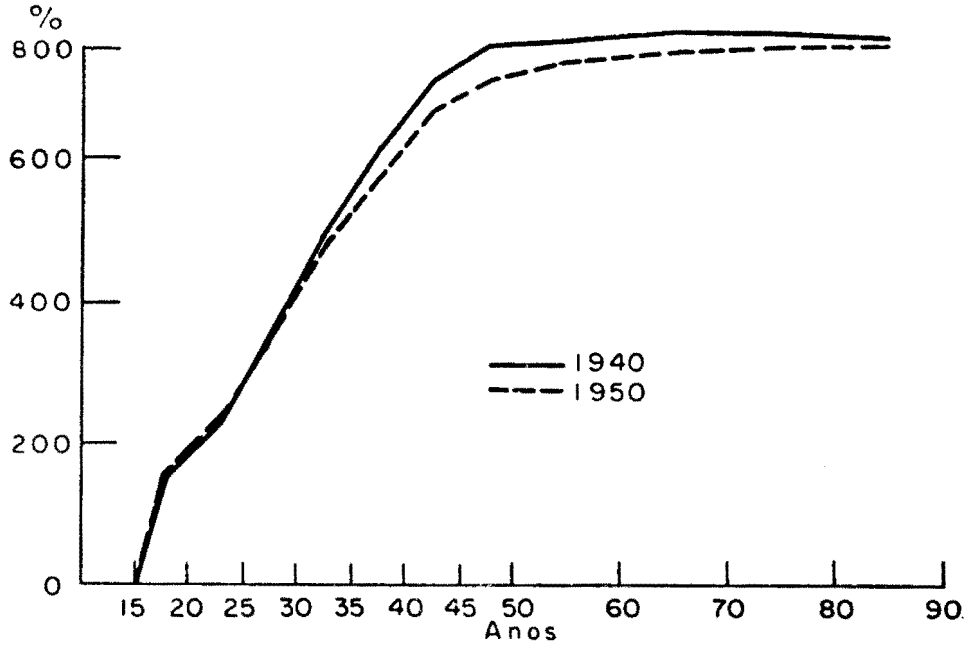


Fig. 9

Filhos tidos nascidos vivos por 100 mulheres prolíficas, segundo a idade (1940 e 1950).

Embora algumas diferenças entre os resultados dos dois últimos censos possam ser atribuídas ao diferente grau de precisão de um e do outro dêles, parece correspondente à realidade a indicação de uma diminuição, moderada, mas não desprezível, da fecundidade.

Com efeito, também a proporção entre as crianças de 0 a 9 anos e as mulheres de 15 a 49 anos presentes na data do censo, a qual fornece um índice da fecundidade [9], marcou uma pequena diminuição, descendo de 121,3 por 1 000 em 1940 para 120,0 em 1950. Como a redução da mortalidade na infância agiu no sentido do aumento dessa proporção, a pequena redução nela verificada indica uma diminuição da fecundidade proporcionalmente maior.

* * *

3. Resumindo-se os resultados das análises da fecundidade feminina no Brasil efetuadas nas páginas anteriores, conclui-se:

que a quota de mulheres prolíficas é elevada, excedendo 80% a partir do grupo de idade de 35 a 39 anos;

que o número médio dos filhos nascidos vivos tidos pela mulher prolífica é muito elevado, excedendo 7 no fim do período fértil da vida da mulher;

que o número médio dos filhos nascidos vivos tidos pela mulher em geral — prolífica ou não prolífica — é, também, muito elevado, atingindo 6 no fim do referido período;

que a fecundidade feminina revela uma moderada, mas nítida, diminuição, pela comparação entre os dados dos censos de 1940 e de 1950;

que essa diminuição foi determinada principalmente pela diminuição da prolificidade e secundàriamente pela diminuição da quota de mulheres prolíficas.

* * *

4. Conhecendo-se as taxas médias cumulativas de fecundidade feminina por grupos de idade, tornou-se possível determinar, mediante interpolação gráfico-numérica, a marcha da curva cumulativa de fecundidade em função da idade.

Sendo obtida pela apuração simultânea de taxas cumulativas referentes a diversas gerações de mulheres [10], essa curva não representa a marcha efetiva da fecundidade em uma dada geração. Todavia, se a variação da fecundidade através do tempo fôr lenta, como no Brasil, é lícito — em via de primeira aproximação — tratar a referida curva como se ela fôsse obtida pela experiência de uma única geração [11].

Determinando-se, pelo gráfico delineado, os valores da taxa cumulativa de fecundidade em correspondência a dois aniversários consecutivos, a diferença entre o segundo e o primeiro dêstes valores poderá ser tomada, nesse caso, como expressão aproximativa da taxa de fecundidade no ano de idade que é delimitado pelos referidos aniversários. Por exemplo, tendo-se calculado em 311 por 1 000 a taxa cumulativa de fecundidade no 30.º aniversário e em 336 por 1 000 a no 31.º, fica determinada em 25 por 1 000 a taxa de fecundidade no 31.º ano de idade.

Aplicando-se o mesmo processo por intervalos qüinqüenais de idade, determinaram-se as taxas médias de fecundidade para cada um dêsses intervalos entre os 15.º e 50.º aniversários, constantes da coluna (c) da tabela II. E atribuindo-se essas taxas de fecundidade às mulheres presentes em 1.º de julho de 1950 (coluna (b)), calculou-se o número estimado dos nascidos vivos em 1950 (coluna (d)).

---

[9] Acêrca da interpretação dessa proporção, e dos fatôres que contribuem para determiná-la, veja-se a seção I do citado volume *Pesquisas sôbre a natalidade no Brasil*, 2.ª *série*.

[10] Entenda-se por "geração" o conjunto das mulheres que se acham em idades incluídas entre dois aniversários consecutivos, por exemplo entre o 30.º e 31.º.

[11] Vejam-se, sôbre êsse assunto, os citados *Estudos sôbre a fecundidade e a prolificidade da mulher no Brasil, no conjunto da população e nos diversos grupos de côr*, págs. 26 a 28, e, para uma discussão mais geral, G. MORTARA, *Análise comparativa de diversos critérios aplicáveis no estudo biométrico de caracteres coletivamente típicos em função da idade* (I.B.G.E., 1948).

Tabela II

BRASIL

Cálculo dos nascidos vivos em 1950, de acôrdo com as taxas de fecundidade deduzidas do censo do mesmo ano

IDADE Anos completos (a)	MULHERES PRESENTES EM 1.º-VII-1950 (b)	TAXA DE FECUNDIDADE POR 1 000 ESTIMADA (c)	NASCIDOS VIVOS EM 1950 ESTIMADOS (d)
15 a 19	2 857 784	8,0	228 632
20 a 24	2 606 679	25,8	672 523
25 a 29	2 101 959	28,4	596 956
30 a 34	1 623 307	23,6	383 100
35 a 39	1 517 030	17,8	270 031
40 a 44	1 161 114	12,0	139 334
45 a 49	958 138	5,2	49 823
15 a 49	*12 826 011*	...	*2 340 390*

O número, assim calculado, de 2 340 390 nascidos vivos, pôsto em relação com a população presente, de 51 944 397 habitantes, dá uma taxa de natalidade de 45,06 por 1 000 habitantes, que excede levemente a taxa efetiva, estimada em 43 a 44 por 1 000 para o decênio anterior à data do censo [12].

Dada a tendência descendente da fecundidade, êste excedente pode ser em parte atribuído à circunstância de que o levantamento censitário é retrospectivo e revela a fecundidade média em um período mais amplo — no que diz respeito a uma parte considerável das mulheres — do que o último decênio anterior a essa data.

A pequenez da diferença entre as duas estimativas da taxa de natalidade, baseadas em elementos totalmente diversos, confirma, entretanto, a boa aproximação dessas estimativas à realidade, como também a lenta variação da fecundidade no Brasil.

* * *

5. Tanto no censo de 1940 como no de 1950, pediu-se, além da especificação do número dos filhos tidos até a data do censo, a do número dos filhos ainda vivos nessa data.

Pela razão entre o número dos filhos vivos e o dos filhos tidos nascidos vivos (dados constantes da tabela VII em apêndice), obteve-se, para cada grupo de idade das mulheres, a taxa de sobrevivência dos filhos tidos até a data do censo.

Comparam-se nas colunas (b) e (c) da tabela III as taxas de sobrevivência assim calculadas com base nos censos de 1940 e de 1950 [18].

Crescendo a idade média dos filhos tidos ao subir da idade da mulher, a taxa de sobrevivência daqueles vai diminuindo. Segundo os dados do censo de 1950, ainda sobreviviam na data do censo cêrca de 83% dos filhos tidos pelas mulheres de 20 a 24 anos, 76% dos tidos pelas mulheres de 40 a 44 anos, e 67% dos tidos pelas mulheres de 60 a 69 anos.

[12] A estimativa de uma taxa de natalidade de 43 a 44 por 1 000 habitantes está baseada na apuração censitária das crianças nascidas nos últimos anos anteriores ao censo e na reconstituição das respectivas gerações de acôrdo com hipótese sôbre a mortalidade na infância. Veja-se o volume citado na nota 9, às págs. 9 e 10.

[18] As taxas de 1940 foram tiradas da tabela citada na nota 7.

Tabela III

BRASIL

Comparação de dados referentes à sobrevivência e à mortalidade dos filhos tidos pelas mulheres prolíficas, obtidos pelos censos de 1940 e de 1950

IDADE DA MÃE Anos completos	SOBREVIVENTES NA DATA DO CENSO DE 1 000 FILHOS TIDOS NASCIDOS VIVOS		FALECIDOS ATÉ A DATA DO CENSO DE 1 000 FILHOS TIDOS NASCIDOS VIVOS		DIMINUIÇÃO PERCENTUAL DA TAXA DE MORTALIDADE DE 1940 A 1950
	1940	1950	1940	1950	
(*a*)	(*b*)	(*c*)	(*d*)	(*e*)	(*f*)
15 a 19	820,00	853,22	180,00	146,78	18,46
20 a 24	805,29	833,45	194,71	166,55	14,46
25 a 29	787,58	814,49	212,42	185,51	12,67
30 a 34	772,50	795,54	227,50	204,46	10,13
35 a 39	752,53	775,27	247,47	224,73	9,19
40 a 44	728,17	755,28	271,83	244,72	9,97
45 a 49	708,96	737,53	291,04	262,47	9,82
50 a 59	677,07	710,34	322,93	289,66	10,30
60 a 69	629,68	671,88	370,32	328,12	11,40
70 a 79	581,06	629,73	418,94	370,27	11,62
80 e mais	514,58	571,05	485,42	428,95	11,63
15 e mais	*719,93*	*750,39*	*280,07*	*249,61*	*10,88*

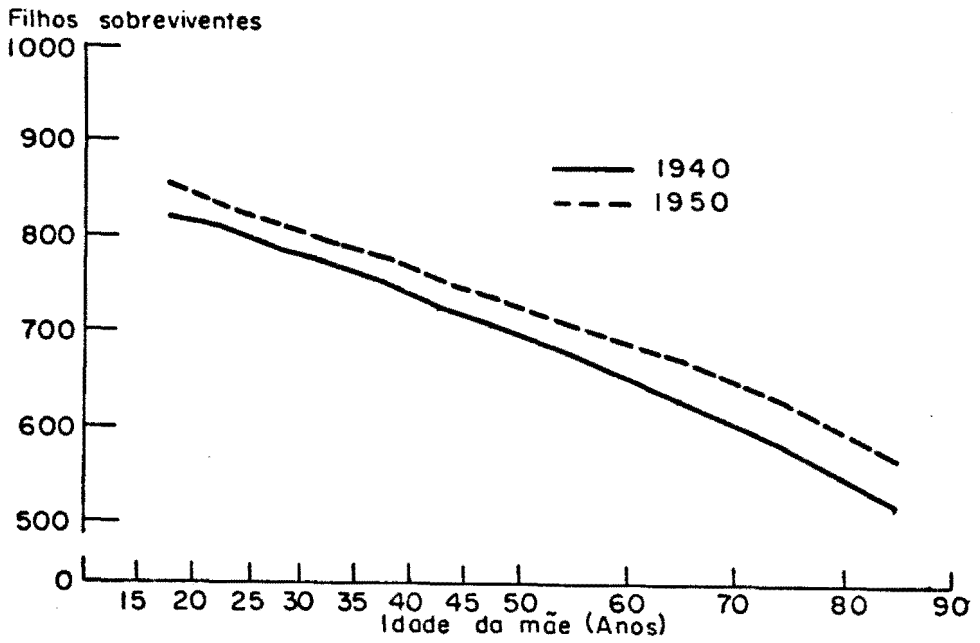


Fig. 10

Sobreviventes de 1 000 filhos tidos, segundo a idade da mãe (1940 e 1950).

A todos os grupos de idade das mulheres prolíficas correspondem taxas de sobrevivência nìtidamente maiores em 1950 do que em 1940, indicando diminuições da mortalidade.

Para medir diretamente essas diminuições, calcularam-se, nas colunas (d) e (e) da tabela III, as taxas de mortalidade até a data do censo, dos filhos tidos pelas mulheres prolíficas de cada grupo de idade, de acôrdo, respectivamente, com o censo de 1940 e com o de 1950; e na coluna (f) calculou-se a diminuição percentual da taxa de mortalidade, de 1940 a 1950.

As maiores diminuições relativas da mortalidade correspondem aos filhos tidos pelas mulheres de 15 a 19 anos (diminuição de mais de 18%), de 20 a 24 anos (mais de 14%) e de 25 a 29 anos (quase 13%), dando indício dos recentes progressos da luta contra a mortalidade infantil. Nos sucessivos grupos de idade das mulheres, a diminuição da mortalidade dos filhos tidos oscila em tôrno de 9 a 10%, só excedendo nìtidamente êste nível nas idades de 60 anos e mais. Aparentemente, a diminuição relativa da mortalidade dos filhos tidos desceria para um mínimo pouco superior a 9% no grupo correspondente às mulheres de 35 a 39 anos, subindo depois até mais de 11% nos grupos correspondentes às idades senis; mas é possível que, pelo menos em parte, essa variação reflita o diferente grau de aproximação dos dois levantamentos censitários, ou alguma imperfeição das hipóteses adotadas na elaboração dos dados.

Parece, em todo caso, ser real na maior parte a diminuição da mortalidade dos filhos tidos pelas mulheres prolíficas até a época do censo. A medida relativa dessa diminuição se aproximaria de 11% segundo os levantamentos censitários, tendo descido a taxa de mortalidade de cêrca de 280 por 1 000 em 1940 para menos de 250 em 1950.

Em virtude dessa diminuição da mortalidade, o número médio do filhos da mulher prolífica sobreviventes na data do censo ficou quase inalterado de 1940 a 1950, apesar da sensível diminuição verificada nas taxas cumulativas de prolificidade. Com efeito, sobreviviam 392,4 filhos por 100 mulheres prolíficas de 15 anos e mais em 1940 e 393,7 em 1950.

Discriminando os grupos de idade (tabela IV), encontram-se proporções de filhos sobreviventes por 100 mulheres prolíficas maiores em 1950 do que em 1940 nos grupos de 15 a 29 anos e de 50 anos e mais, e proporções menores nos grupos de 30 a 49 anos. As diferenças entre os resultados dos cálculos baseados nos dois censos são, entretanto, pequenas, exceto nas idades senis, onde talvez o fator principal das mesmas seja o diferente grau de precisão dos dois censos.

Tabela IV

BRASIL

Comparação das proporções dos filhos vivos na data do censo, em relação às mulheres prolíficas, obtidas pelos censos de 1940 e de 1950

IDADE DA MÃE Anos completos	FILHOS VIVOS POR 100 MULHERES PROLÍFICAS	
	1940	1950
15 a 19	119,21	127,78
20 a 24	181,53	190,10
25 a 29	276,41	281,06
30 a 34	377,48	375,61
35 a 39	461,61	455,04
40 a 44	510,79	501,67
45 a 49	532,63	520,38
50 a 59	515,45	519,44
60 a 69	485,75	499,07
70 a 79	446,94	474,53
80 e mais	392,79	428,81
15 e mais	*392,42*	*393,67*

* * *

6. Cumpre reconhecer que os erros nas declarações de idade das mulheres [14] podem exercer influências não desprezíveis sôbre os resultados das elaborações expostas no presente estudo.

A maior dessas influências é, sem dúvida, a das declarações de idades inferiores às efetivas. A quota das mulheres prolíficas e o número médio dos filhos por elas tidos tendem a subir até a idade final da atividade reprodutora, de modo que, para x menor de 50, a inclusão de certo número de mulheres em idade efetiva superior a x entre as declaradas em idade x tem, em geral, como efeito o aumento da quota de prolíficas e das taxas cumulativas de prolificidade e de fecundidade, e de outro lado, por óbvia razão, determina a diminuição da taxa de sobrevivência dos filhos tidos.

Se fôsse possível eliminar êsses erros de rejuvenescimento, ficariam um pouco diminuídas as quotas de prolíficas e as taxas médias cumulativas de prolificidade e fecundidade, e um pouco aumentadas as taxas de sobrevivência dos filhos tidos, calculadas para os grupos de idade de 15 a 29 anos, Pode-se presumir que não ficariam muito alteradas as quotas e taxas dos grupos de idade seguintes.

Foi tentada a correção da distribuição por idade das mulheres, pela eliminação das alterações oriundas das declarações erradas [15], mas faltam elementos suficientes para uma tentativa de correção das correspondentes distribuições dos filhos tidos e dos filhos vivos. Pode-se, todavia, afirmar que o quadro da fecundidade da mulher brasileira e da sobrevivência dos filhos apresentado nos parágrafos anteriores ficaria apenas levemente modificado por essas correções, nos sentidos constantes dos esclarecimentos dados acima.

APÊNDICES

1. *Dados e esclarecimentos complementares*

Constam da tabela V os resultados da apuração censitária de 1950 concernente à discriminação, segundo a idade das mulheres: das próprias mulheres em geral, das que declararam ter tido filhos vivos ou mortos, e dos respectivos filhos tidos vivos e mortos declarados. Constam da mesma tabela as estimativas das mulheres de cada grupo de idade que tiveram filhos nascidos vivos, e dos respectivos filhos tidos nascidos vivos.

Na tabela VII reproduzem-se, ao lado dos números estimados de filhos nascidos vivos tidos pelas mulheres dos diferentes grupos de idade, os correspondentes números apurados de sobreviventes na data do censo de 1950.

* * *

Das apurações da fecundidade feminina e da sobrevivência dos filhos foram excluídas, em 1950, as mulheres em idade inferior a 15 anos, como também as mulheres de 15 anos e mais presentes em algumas zonas, de limitada importância demográfica (população presente estimada 31 597), cujos habitantes não puderam ser classificados segundo caracteres individuais em conseqüência do extravio dos documentos de coleta do censo de 1950.

As elaborações efetuadas no presente estudo referem-se às mulheres das quais foi declarada a idade, ficando portanto excluídas as de idade não declarada (62 755).

A estimativa do número e da proporção das mulheres de cada grupo de idade que só tiveram filhos nascidos mortos, segundo o censo de 1940 — a qual forneceu a orientação para os cálculos referentes a 1950 —, foi efetuada pelo seguinte processo.

[14] Acêrca dêsses erros e da sua importância nos últimos dois censos brasileiros, veja-se a seção I das *Análises críticas de resultados dos censos demográficos* (I.B.G.E., 1956).

[15] No estudo citado na nota 14.

Constando do censo de 1940 o número dos filhos tidos nascidos mortos declarados pelas mulheres que afirmaram não ter tido filhos nascidos vivos (coluna (b) da tabela VI), reduziu-se êsse número de cêrca de um têrço (na coluna (c)), para eliminar os falsos nascidos mortos, isto é, os nascidos vivos falecidos pouco depois do nascimento e declarados errôneamente nascidos mortos. Como cada mulher pode ter tido mais de um filho nascido morto, os números das mulheres que só tiveram filhos nascidos mortos (coluna (d)) foram estimados de acôrdo com os números dos respectivos filhos tidos, calculados como foi dito acima, mediante redução dêsses números: de 5% no grupo de 15 a 19 anos, de 15% no de 20 a 24 anos e de 20% nos sucessivos. As razões entre êstes números de mulheres que só tiveram filhos nascidos mortos e as somas dos mesmos com os correspondentes números de mulheres que tiveram filhos nascidos vivos (coluna (e)) deram as proporções das mulheres que só tiveram filhos nascidos mortos (coluna (f)). Com base nestas, foram determinadas as proporções adotadas para o cálculo da coluna (d) da tabela V, especificadas na nota ** a essa tabela.

Tabela V

BRASIL

Dados referentes à fecundidade feminina (1950)

IDADE Anos completos	MULHERES			FILHOS TIDOS	
	Em total*	Que tiveram filhos*	Que tiveram filhos nascidos vivos**	Em total*	Nascidos vivos***
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)
15 a 19.....	2 857 784	273 163	264 968	417 697	396 812
20 a 24.....	2 606 679	1 210 953	1 192 789	2 863 852	2 720 659
25 a 29.....	2 101 959	1 472 332	1 456 136	5 289 165	5 024 707
30 a 34.....	1 623 307	1 280 535	1 268 370	6 303 808	5 989 618
35 a 39.....	1 517 030	1 253 926	1 243 644	7 683 573	7 299 394
40 a 44.....	1 161 114	966 305	959 541	6 708 894	6 373 449
45 a 49.....	958 138	806 245	801 408	5 952 062	5 654 459
50 a 59.....	1 289 734	1 075 750	1 069 296	8 230 826	7 819 285
60 a 69.....	722 666	589 865	586 326	4 584 427	4 355 206
70 a 79.....	297 415	236 227	234 810	1 862 519	1 769 393
80 e mais.....	127 271	97 815	97 228	768 533	730 106
15 e mais.....	*15 263 097*	*9 263 116*	*9 174 516*	*50 665 356*	*48 132 088*

* Resultados da apuração do censo.

** Dados calculados pelos da coluna (c), mediante redução de 3% no grupo de idade de 15 a 19 anos, de 1,5% no de 20 a 24, de 1,1% no de 25 a 29, de 0,95% no de 30 a 34, de 0,82% no de 35 a 39, de 0,7% no de 40 a 44 e de 0,6% nos sucessivos.

*** (f) = 0,95 (C).

Tabela VI

BRASIL

Cálculo das proporções das mulheres que só tiveram filhos nascidos vivos (1940)

IDADE DA MULHER Anos completos	FILHOS NASCIDOS MORTOS TIDOS PELAS MULHERES QUE SO TIVERAM FILHOS NASCIDOS MORTOS		MULHERES QUE TIVERAM		PERCENTAGEM DAS MULHERES QUE SÓ TIVERAM FILHOS NASCIDOS MORTOS***
	Segundo as declarações*	Segundo a correção**	Sómente filhos nascidos mortos***	Filhos nascidos vivos*	
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)
15 a 19	9 855	6 557	6 229	198 074	3,05
20 a 29	49 359	32 843	27 917	2 114 486	1,30
30 a 39	34 212	22 764	18 211	1 972 743	0,91
40 a 49	16 958	11 283	9 026	1 394 469	0,64
50 a 59	9 726	6 471	5 177	835 031	0,62
60 a 69	4 951	3 294	2 635	463 544	0,57
70 a 79	1 992	1 326	1 061	196 093	0,54
80 e mais	1 262	840	672	85 185	0,78
15 e mais	*129 315*	*85 378*	*70 928*	*7 259 625*	*0,98*

* Resultados da apuração do censo.
** (c) = 0,665378 (b).
*** Dados calculados pelos da coluna (c), mediante redução de 5% no grupo de 15 a 19 anos, de 15% no de 20 a 24 e de 20% nos sucessivos.
**** (f) = 100 (d) / ((d)+(e)).

Tabela VII

BRASIL

Dados referentes à sobrevivência dos filhos tidos pelas mulheres prolíficas (1950)

IDADE DA MÃE Anos completos	FILHOS TIDOS NASCIDOS VIVOS*	FILHOS VIVOS NA DATA DO CENSO**
(a)	(b)	(c)
15 a 19	396 812	338 567
20 a 24	2 720 659	2 267 528
25 a 29	5 024 707	4 092 570
30 a 34	5 988 618	4 764 173
35 a 39	7 299 394	5 659 031
40 a 44	6 373 449	4 813 755
45 a 49	5 654 459	4 170 351
50 a 59	7 819 285	5 554 362
60 a 69	4 355 206	2 926 197
70 a 79	1 769 393	1 114 238
80 e mais	730 106	416 924
15 e mais	*48 132 088*	*36 117 969*

* Dados da coluna (f) da tabela V.
** Resultados da apuração do censo.

2. *Algumas comparações internacionais*

Nos censos efetuados em tôrno de 1950, foi incluído em muitos países um quesito referente ao número dos filhos tidos pelas mulheres adultas.

Em geral foi pedido especificar o número dos filhos tidos *nascidos vivos*, de modo que os dados apurados não podem ser diretamente comparados com os do censo brasileiro de 1950, que incluem os filhos tidos nascidos mortos. Obtém-se, todavia, a possibilidade de comparações suficientemente aproximadas, retificando os dados brasileiros de maneira a excluir os nascidos mortos, como foi feito nas elaborações expostas atrás.

Uma dificuldade maior, para as comparações internacionais, deriva do fato de que na maior parte dos países o inquérito foi limitado às mulheres casadas ou às casadas e ex-casadas (viúvas, separadas legalmente, divorciadas) [16]. Com êstes países só podem ser feitas comparações incompletas, ficando excluídos grupos que em alguns casos contribuem em proporção elevada para o total dos filhos tidos.

Expõem-se, na tabela VIII, dados comparativos para o Brasil, a Venezuela e o Ceilão. Apenas para êsses dois países têm-se dados completos paralelos aos do censo brasileiro de 1950.

Tabela VIII

BRASIL

Comparações internacionais da fecundidade feminina, segundo os censos (Brasil, 1950; Venezuela, 1950; Ceilão, 1946) *

IDADE Anos completos	PERCENTAGENS DAS MULHERES QUE TIVERAM FILHOS NASCIDOS VIVOS			FILHOS TIDOS NASCIDOS VIVOS POR 100 MULHERES EM GERAL			FILHOS TIDOS NASCIDOS VIVOS POR 100 MULHERES PROLÍFICAS		
	Brasil	Venezuela	Ceilão	Brasil	Venezuela	Ceilão	Brasil	Venezuela	Ceilão
15 a 19	9,3	17,9	10,1	13,9	25,3	13,2	149,8	141,5	130,5
20 a 24	45,8	57,3	50,1	104,4	134,5	94,7	228,1	234,9	189,0
25 a 29	69,3	73,0	72,9	239,1	259,3	216,7	345,1	355,0	297,4
30 a 34	78,1	77,4	79,6	368,9	360,2	321,8	472,2	465,5	404,1
35 a 39	82,0	79,5	83,6	481,2	440,6	413,3	586,9	554,4	494,5
40 a 44	82,6	78,4	82,9	548,9	469,6	446,8	661,2	599,1	539,0
45 a 49	83,6	78,5	83,3	590,2	488,1	468,0	705,6	621,5	561,6
50 e mais	81,6	76,4	79,8	602,1	478,8	464,5	738,3	626,6	581,7
15 e mais	*60,1*	*63,3*	*63,3*	*315,4*	*297,0*	*272,2*	*524,6*	*468,8*	*430,2*

* As proporções referentes à Venezuela e ao Ceilão foram calculadas de acôrdo com os dados do *Annuaire Démographique, 1955*, das NAÇÕES UNIDAS, às páginas 584 e 585.

A proporção dos filhos tidos no conjunto das mulheres de 15 anos e mais é maior no Brasil (315,4 por 100) do que na Venezuela (297,0) e no Ceilão (272,2), países de fecundidade bastante elevada [17].

Na Venezuela é mais freqüente do que no Brasil o início da atividade reprodutora da mulher em idade muito moça, como se vê pela primeira seção da tabela VIII. Mas ao subir da idade a percentagem de mulheres que contribuíram para a reprodução se torna menor na Venezuela do que no Brasil. E a proporção média dos filhos tidos pela mulher prolífica venezuelana, pouco diferente da correspondente média brasileira nos grupos de idade de 15 a 29 anos, fica depois nìtidamente inferior, aumentando esta inferioridade ao subir da idade, como se vê pela terceira seção da referida tabela. Em conseqüência,

[16] A razão, aliás óbvia, dessa limitação está esclarecida no parágrafo introdutório do capítulo V da monografia *A fecundidade da mulher no Brasil* (Rio, I.B.G.E., 1957).

[17] A taxa média de natalidade geral no triênio 1949-51 ascendia a 40-41 por 1 000 habitantes no Ceilão, a 41-43 na Venezuela e a 43-44 no Brasil.

a proporção dos filhos tidos pelas mulheres em geral (segunda seção da tabela), maior na Venezuela do que no Brasil nos grupos de idade de 15 a 29 anos, torna-se progressivamente inferior a partir do grupo de 30 a 34 anos.

No Ceilão, a percentagem de mulheres prolíficas é pouco maior do que no Brasil em todos os grupos de idade de 15 a 44 anos, pouco menor nos seguintes. Mas é bem menor o número médio dos filhos tidos pela mulher prolífica, acentuando-se a inferioridade ao subir da idade. Em conseqüência, a proporção dos filhos tidos pelas mulheres em geral fica menor no Ceilão do que no Brasil em tôdas as idades: moderadamente nas juvenis, fortemente nas senis.

III

A MORTALIDADE DA POPULAÇÃO NATURAL DO BRASIL [1]
(Ensaio de determinação pela comparação entre os censos de 1940 e 1950)

SUMÁRIO: 1. Objetivo do estudo. — 2. Cálculo de taxas de sobrevivência por grupos de idade para a população natural do Brasil, discriminada por sexo. — 3. Cálculo de probabilidade de sobrevivência para a população masculina natural do Brasil. — 4. Aproveitamento dos resultados dêsse cálculo para a construção de uma tábua de sobrevivência; determinação da vida média. — 5. Observações sôbre a comparabilidade dêsses resultados com os de cálculos anteriores. — 6. Cálculo da taxa de mortalidade geral da população natural do Brasil no período de 1.º-VII-1940 a 30-VI-1950. — 7. Observações acêrca dêsse cálculo. — 8. Estimativa da vida média para o sexo feminino e para o conjunto dos dois sexos.

1. Persistindo a falta de estatísticas fidedignas dos nascimentos e dos óbitos para a maior parte do Brasil, torna-se indispensável aproveitar todos os elementos, apropriados para trazer informações sôbre êsses assuntos, que podem ser obtidos com o auxílio dos dados dos censos demográficos.

O presente estudo visa justamente a obter estimativas dos níveis da mortalidade pela comparação entre os resultados dos dois últimos censos.

* * *

2. Na população de um país onde não se verificam nem emigrações para o exterior nem imigrações do exterior e onde os resultados censitários estão completos e exatos, se forem realizados dois censos com o intervalo de n anos, os vivos em idade $(x+n)$ no segundo censo são os sobreviventes dos vivos em idade x no primeiro censo, e a razão entre o número daqueles e o número dêstes dá uma taxa de sobrevivência exata.

Se na população do Brasil forem discriminados os brasileiros natos, fica quase satisfeita a primeira das condições supostas acima, sendo relativamente desprezíveis os números de emigrados para o exterior e de reimigrados do exterior no intervalo entre os censos de 1940 e de 1950.

Quanto à condição de que os censos sejam completos, seria exagerado otimismo supor que as omissões tenham sido desprezíveis (por exemplo, de ordem inferior a 0,5%) nos dois últimos levantamentos. A comparação entre resultados parciais correspondentes dos dois censos não permite excluir que em alguns casos se tenham verificado omissões não desprezíveis, ou, pelo contrário, exageros não desprezíveis, na enumeração. Entretanto, no conjunto, a coerência entre os resultados dos censos de 1940 e de 1950 parece suficiente para tornar admissível uma tentativa de determinação das taxas de sobrevivência dos brasileiros natos, baseada nesses resultados.

A última condição formulada acima, ou seja, a de que os censos estejam exatos, não fica satisfeita nem com larga aproximação, no que diz respeito às

[1] Estudo redigido pelo Prof. GIORGIO MORTARA.

idades declaradas pelos informantes, as quais em muitos casos estão afastadas da verdade [2]. Por isso, mesmo se fôsse conhecida a distribuição dos brasileiros natos por anos de idade, conviria efetuar as comparações por intervalos mais amplos, a fim de que ficassem neutralizados, pelo menos em parte, pelo agrupamento, os erros dependentes da concentração das declarações em dados anos de idade (múltiplos de 10, de 5, etc.).

A apuração dos brasileiros natos do censo de 1940 foi publicada por grupos decenais para os oito primeiros decênios de idade; a de 1950, por grupos qüinqüenais para os primeiros três decênios e decenais para os quatro seguintes. Foram reunidas em único grupo as idades de 80 anos e mais em 1940 e as de 70 anos e mais em 1950. Conhecendo-se a distribuição por anos de idade da população total e a proporção dos brasileiros natos nas idades senis, torna-se, entretanto, possível determinar com boa aproximação a distribuição por decênios de idade dos brasileiros natos incluídos nestes grupos de idade mais amplos.

O intervalo entre o censo de 1.º de setembro de 1940 e o de 1.º de julho de 1950 não foi exatamente de 10 anos, e sim de 9 anos e 10 meses; por isso, a fim de tornar recìprocamente correspondentes os grupos de idade de x a $(x+9)$ anos completos no primeiro dêsses censos e de $(x+10)$ a $(x+19)$ no segundo, foram reconduzidos à data de 1.º de julho de 1940 os dados do primeiro [3].

Na tabela I são comparados os grupos correspondentes nos dois censos, discriminados por sexo, e são calculadas as taxas de sobrevivência.

Tabela I

BRASIL

Comparação entre o número dos brasileiros natos presentes no Brasil em idades de x a (x+9) anos completos em 1.º-VII-1940 e o dos presentes em idades de (x+10) a (x+19) anos em 1.º-VII-1950, e cálculo da taxa de sobrevivência, por sexo

IDADE EM 1940 Anos completos	PRESENTES EM 1940		IDADE EM 1950 Anos completos	PRESENTES EM 1950		TAXAS DE SOBREVIVÊNCIA POR 1 000	
	Homens	Mulheres		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0 a 9.....	6 145 953	5 987 101	10 a 19.....	5 793 131	5 987 378	942,59	1 000,05
10 a 19.....	4 772 239	4 867 441	20 a 29.....	4 349 980	4 655 182	911,52	956,39
20 a 29.....	3 380 407	3 596 512	30 a 39.....	3 043 456	3 063 162	900,32	851,70
30 a 39.....	2 289 117	2 312 172	40 a 49.....	2 085 548	2 009 686	911,07	869,18
40 a 49.....	1 610 250	1 524 269	50 a 69.....	1 217 110	1 183 325	755,85	776,32
50 a 59.....	894 487	872 528	60 a 69.....	615 320	629 847	687,90	721,86
60 e mais.....	641 593	759 073	70 e mais....	270 727	364 917	421,95	480,74
*0 e mais**..	*19 734 046*	*19 919 096*	*10 e mais....	*17 375 272*	*17 893 497*	*880,47*	*898,31*

*Exclusive os presentes de idade ignorada.

Na tabela II confrontram-se essas taxas com as calculadas de acôrdo com as tábuas de sobrevivência para o Estado de São Paulo, de 1939-41 [4].

[2] Veja-se a comunicação do autor à 28.ª Sessão do Instituto Internacional de Estatística, *Les erreurs dans les déclarations de l'âge dans les recensements brésiliens de 1940 et de 1950* (Rio, I.B.G.E., 1953).

[3] Aplicando-se, de um lado, a redução que os dados do censo efetuado em 1.º de setembro devem sofrer para representar a situação em 1.º de julho, e, do outro, o aumento que êles devem receber para serem levadas em conta algumas áreas às quais não foi estendida a apuração definitiva, retificaram-se os dados do censo de 1940 mediante multiplicação pelo coeficiente 0,996494.

Os dados do censo de 1950 foram retificados pelo multiplicador 1,000608, a fim de levar em conta algumas áreas às quais não foi estendida a apuração definitiva.

[4] Tábuas de sobrevivência calculadas no Laboratório de Estatística, publicadas na seção VI das *Pesquisas sôbre a mortalidade no Brasil* (N.º 18 desta série; Rio, I.B.G.E., 1954). As taxas de sobrevivência por intervalos decenais constantes da tabela do texto foram calculadas segundo a fórmula

$$\frac{L_{x+10} + L_{x+11} + \ldots\ldots + L_{x+19}}{L_x + L_{x+1} + \ldots\ldots + L_{x+9}}.$$

Tabela II

BRASIL

Taxas de sobrevivência, por sexo

IDADE Anos completos x, x + n	SOBREVIVENTES NAS IDADES (x + 10), (x + n + 10) DE 1 000 VIVOS NAS IDADES x, (x + n)			
	Segundo os censos		Segundo a tábua de sobrevivência	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0 a 9	942,59	1 000,05	939,34	944,74
10 a 19	911,52	956,39	956,45	948,60
20 a 29	900,32	851,70	931,92	926,53
30 a 39	911,07	869,18	895,97	907,37
40 a 49	755,85	776,32	829,32	863,59
50 a 59	687,90	721,86	705,89	769,93
60 e mais	421,96	480,74	376,55	424,32

As taxas de sobrevivência calculadas pela comparação entre os dois censos para o sexo masculino apresentam marcha relativamente regular em função da idade; entretanto, a taxa de sobrevivência dos homens que se achavam em idades de 30 a 39 anos em 1940 parece demasiado elevada e a dos que se achavam em idades de 40 a 49 anos, demasiado baixa. É possível que, pelo menos em parte, estas irregularidades dependam de erros nas declarações de idade não neutralizados pelo agrupamento decenal.

Nas taxas para o sexo feminino ressalta a influência dos "erros de rejuvenescimento" ocorridos nas declarações de idade, os quais, ampliando indèbitamente os grupos de 10 a 19 e de 20 a 29 anos, fazem subir acima de 100% a taxa de sobrevivência aparente das mulheres que em 1940 se achavam em idade de 0 a 9 anos, e elevam para um nível relativamente alto também a das que se achavam em idades de 10 a 19 anos, enquanto reduzem fortemente as taxas de sobrevivência aparentes das mulheres que em 1940 se achavam em idades de 20 a 29 anos, influindo no mesmo sentido, mas com menor intensidade, no grupo decenal seguinte. Tornam-se evidentes êsses efeitos dos erros de rejuvenescimento, muito mais freqüentes no sexo feminino do que no masculino, pelas marcadas discordâncias entre as taxas de sobrevivência calculadas para os dois sexos nos intervalos de idade referidos acima.

Nas idades maduras e senis, as taxas de sobrevivência femininas apresentam marcha regular, mantendo-se sensìvelmente superiores às masculinas, em virtude da menor mortalidade das mulheres.

O confronto entre as taxas de sobrevivência para o Brasil, calculadas pela comparação entre os censos de 1940 e de 1950, e as para o Estado de São Paulo, calculadas segundo a tábua de sobrevivência que reflete a mortalidade do período 1939-41, fica dificultado pelas irregularidades que se verificam na marcha das primeiras. Todavia, para o sexo masculino é claro que as proporções dos sobreviventes são nìtidamente inferiores, em conjunto, no Brasil, enquanto para o sexo feminino a diferença, no mesmo sentido, é muito menor.

Uma comparação sintética pode ser feita calculando-se quantos sobreviveriam em 1950, em idades de 10 anos e mais, dos brasileiros natos, de tôdas as idades, presentes em 1940 se as taxas de sobrevivência por grupos de idade

fôssem as de São Paulo[5]. Obtêm-se os números de 17 747 210 homens e 18 013 999 mulheres, em comparação com os de 17 375 272 homens e 17 893 497 mulheres apurados pelo censo de 1950. Êstes últimos números ficam inferiores, respectivamente, de 2,10% e de 0,67% aos calculados segundo a tábua de sobrevivência.

Conclui-se que a mortalidade no Brasil no período intercensitário foi mais elevada do que a mortalidade no Estado de São Paulo nos anos de 1939 a 1941. Com efeito, pelos dados acima calculam-se, para o Brasil, as taxas de sobrevivência efetivas de 880,47 por 1 000 para os homens e 898,31 por 1 000 para as mulheres, às quais correspondem respectivamente as taxas de mortalidade de 119,53 e 101,69 por 1 000, enquanto de acôrdo com a mortalidade paulista as taxas de sobrevivência atingiriam 899,32 por 1 000 para os homens e 904,36 por 1 000 para as mulheres, correspondendo-lhes respectivamente as taxas de mortalidade de 100,68 e 95,64 por 1 000, nìtidamente menores do que as efetivamente verificadas.

A diferença ficaria maior se também para São Paulo fôsse considerado o período intercensitário, durante o qual a mortalidade ficou, em média, nìtidamente inferior ao nível de 1939-41.

Tabela III

BRASIL

Comparação entre o número dos brasileiros natos presentes no Brasil em idades de x a (x+n) anos completos em 1.º-VII-1950 e o número previsto segundo os presentes em 1.º-VII-1940 e a mortalidade paulista, por sexo

IDADE Anos completos x, x + n	PRESENTES EM 1950			
	Segundo o censo		Segundo a previsão	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
10 a 19	5 793 131	5 987 378	5 773 139	5 656 254
20 a 29	4 349 980	4 655 182	4 564 408	4 617 255
30 a 39	3 043 456	3 063 162	3 150 269	3 332 276
40 a 49	2 085 548	2 009 686	2 050 980	2 097 996
50 a 59	1 217 110	1 183 325	1 335 413	1 316 343
60 a 69	615 320	629 847	631 409	671 785
70 e mais	270 727	364 917	241 592	322 090
10 e mais	*17 375 272*	*17 893 497*	*17 747 210*	*18 013 999*

* * *

3. As taxas de sobrevivência calculadas na tabela I pela comparação entre os resultados dos censos de 1940 e de 1950 podem ser consideradas similares às razões entre o número dos vivos em cada intervalo decenal de idade e o número dos vivos no intervalo decenal imediatamente anterior, segundo a tábua de sobrevivência[6] e foram de fato assim consideradas na comparação feita acima.

Parece, entretanto, desejável obter, pela comparação entre os dados dos dois censos, taxas de sobrevivência similares às razões entre o número dos

[5] Os números dos presentes em 1940, aos quais foram aplicadas as taxas de sobrevivência paulistas, constam da tabela I. Essas taxas constam da tabela II. Os resultados do cálculo, por grupos de idade, constam da tabela III.

[6] Veja a fórmula na nota 4.

sobreviventes na idade exata de $(x+n)$ anos e o dos sobreviventes na idade exata de x anos [7].

Para êsse objetivo, torna-se preciso, em primeiro lugar, deduzir dos dados censitários, que representam números de vivos em determinados intervalos de idade, dados similares aos dos sobreviventes em determinadas idades exatas. Êstes serão dados virtuais, mas baseados na realidade e apropriados para tornar possível a comparação entre a mortalidade numa população real e a mortalidade numa geração suposta como a da tábua de sobrevivência.

Dispondo-se de dados exatos ou bem aproximados por anos de idade, poder-se-ia tomar um valor intermediário aos dos vivos nos x^{mo} e $(x+1)^{mo}$ anos de idade como número dos sobreviventes no x^{mo} aniversário. Mas no caso não se dispõe dêsses dados.

Convém, portanto, obter o número dos sobreviventes no x^{mo} aniversário mediante interpolação dos dados referentes a vários grupos de idade sucessivos, no conjunto dos quais a idade exata x ocupa uma posição central. Tomando-se três grupos decenais consecutivos de vivos, pode-se determinar o número virtual dos sobreviventes na idade central do intervalo de 30 anos (por exemplo, o número dos sobreviventes no 15.º aniversário poderá ser determinado pelos números dos vivos nos três primeiros decênios de idade).

Supondo-se que o número dos vivos em cada intervalo anual de idade represente o número virtual dos sobreviventes no ponto central do intervalo, e aplicando-se a fórmula

$$y = ax^2 + bx + c,$$

onde y representa os sobreviventes na idade exata x, e a, b, c são parâmetros a serem determinados pelos dados observados, calcularam-se os números dos sobreviventes nas idades de 15, 25, ..., 75 anos em 1940, e nas mesmas idades como também na de 85 anos em 1950.

Êsse cálculo foi efetuado sòmente para o sexo masculino, porque as graves irregularidades verficadas na distribuição por idade das mulheres repercutiriam fortemente nos resultados da elaboração, tornando-os inutilizáveis. A possibilidade de se estender o cálculo ao sexo feminino após a eliminação destas irregularidades será estudada à parte [8].

Para o cálculo dos sobreviventes na idade de 5 anos, não era possível adotar o processo descrito acima. De outro lado, para as idades infantis, dispunha-se de dados, relativamente fidedignos, por anos de idade, referentes ao conjunto da população, que nessas idades é constituída quase totalmente por brasileiros natos. Calculou-se, portanto, o número virtual dos sobreviventes no 5.º aniversário como média dos números dos vivos: *a*) nos dois anos de idade, *b*) nos quatro anos de idade, *c*) nos seis anos de idade, em que êsse aniversário ocupa a posição central. Os três cálculos deram resultados pouco diferentes, de modo que pareceu conveniente adotar como estimativa a média dos três, que foi levemente reduzida, supondo-se que a proporção dos brasileiros natos no quinto aniversário, no conjunto da população, seja igual à proporção média verificada no primeiro decênio de idade. Os dados assim obtidos foram, ainda, retificados pela aplicação dos coeficientes especificados na nota 2.

Representando-se pelos símbolos convencionais do tipo 1_x os números de sobreviventes calculados como foi esclarecido acima, e especificando-se entre parêntesis o ano do censo, é claro que razões do tipo

$$1_{x+10}(1950) \,/\, 1_x(1940)$$

---

[7] Em fórmula, $\frac{1_{x+n}}{1_x}$.

[8] Uma primeira tentativa de correção dos erros na distribuição por idade das mulheres, dependentes das declarações de idades inferiores às efetivas, foi efetuada no estudo citado na nota 2. Mas o assunto merece ser ulteriormente aprofundado.

podem ser consideradas medidas da probabilidade, para o sobrevivente na idade exata x, de sobreviver depois de dez anos, isto é, na idade exata $(x+10)$.

Os cálculos assim efetuados fornecem uma série de probabilidades dêsse tipo que abrangem o intervalo de idade do 5.º ao 85.º aniversário.

Para as idades mais avançadas, essa série poderia ser completada por extrapolação direta ou indireta, mas para as idades infantis não é possível completá-la sem calcular o número virtual dos sobreviventes na idade 0. Para êsse fim, tornou-se necessário aplicar outro procedimento. Conhecendo-se, em virtude de estudos anteriores, o nível aproximativo da taxa de natalidade (44 por 1 000 habitantes) [9], e conhecendo-se o número aproximativo dos habitantes do Brasil na data de 1.º de julho de 1945, anterior de 5 anos à data do último censo [10], determinou-se o número virtual dos sobreviventes na idade 0, como produto da população presente em 1.º de julho de 1945 pela taxa de natalidade de 44 por 1 000. Para discriminar os do sexo masculino, foi aplicada a quota de 51,22% do total, correspondente à proporção de 105 nascidos vivos do sexo masculino para 100 do sexo feminino [11]. Cumpre salientar que nesse cálculo dos nascimentos foi feito referência à população presente, e não apenas ao total dos brasileiros natos, porque também os filhos aqui nascidos de brasileiros naturalizados ou de estrangeiros são brasileiros natos, em virtude da legislação nacional.

Pelas operações descritas, foram obtidos os números de sobreviventes constantes das duas primeiras colunas da tabela seguinte, mediante os quais foram calculadas as probabilidades de sobrevivência especificadas na última coluna [12].

Tabela IV

IDADE	SOBREVIVENTES l_x		INTERVALO DE IDADE	PROBABILIDADE DE SOBREVIVÊNCIA
x	1940	1950	$x, x+n$	$P\,x, x+n$
0	1 041 527*	...	0 a 5	0,74067
5	623 174	771 428	5 a 15	0,92575
15	477 299	577 021	15 a 25	0,91019
25	336 801	434 434	25 a 45	0,89937
35	227 211	302 908	35 a 45	0,91626
45	161 177	208 185	45 a 55	0,74831
55	88 411	120 611	55 a 65	0,68720
65	42 251	60 756	65 a 75	0,45111
75	14 655	19 060	75 a 85	0,35687
85	...	5 230		

* Para a idade 0, sobreviventes em 1.º de julho de 1945.

Em conseqüência do próprio procedimento de cálculo, os números de sobreviventes refletem as irregularidades que foram salientadas no exame dos dados da tabela I por grupos decenais de idade, as quais, desta maneira, afetam também os resultados do cálculo das probabilidades de sobrevivência, especialmente elevando acima do seu valor presumível a referente ao intervalo de 35 a 45 anos e diminuindo a do intervalo de 45 a 55.

[9] Veja-se a seção A. II dêste volume. Foi adotado, por considerações de prudência, o mais elevado dos limites de 42 a 44 por 1 000 habitantes estimados para a taxa de natalidade no Brasil.

[10] Estimativa do Laboratório de Estatística (46 214 521 habitantes).

[11] Nascidos vivos calculados 2 033 439, dos quais 1 041 527 do sexo masculino.

[12] A probabilidade especificada em cada linha da última coluna da tabela é igual à razão entre o número constante da linha seguinte na segunda coluna e o número constante da mesma linha na primeira coluna. Por exemplo, 0,91019 = 434 434/477 299.

Para regularizar a marcha das probabilidades de sobrevivência $p_{x,x+n}$, experimentaram-se três processos de ajustamento:

a) ajustamento numérico direto das $p_{x,x+n}$ por médias geométricas de três têrmos; substituindo-se, por exemplo, pela média geométrica das probabilidades de sobrevivência para os intervalos de 5 a 15, de 15 a 25 e de 25 a 35 anos, a probabilidade calculada para o intervalo de 15 a 25 anos;

b) ajustamento numérico indireto das $p_{x,x+n}$ mediante ajustamento, por médias geométricas de três têrmos, das probablidades de morte $q_{x,x+n}=1-p_{x,x+n}$, e sucessiva determinação dos correspondentes valores $p_{x,x+n}$; substituindo-se, por exemplo, pela probabilidade de sobrevivência correspondente à média geométrica das probabilidades de morte para os intervalos de 5 a 15, de 15 a 25 e de 25 a 35 anos, a probabilidade de sobrevivência calculada para o intervalo de 15 a 25 anos;

c) ajustamento gráfico, subordinado à condição da aproximativa igualdade entre o produto dos dados ajustados relativos aos intervalos de 5 a 15 até 65 a 75 anos e o produto dos correspondentes valores observados, condição que assegura a aproximativa igualdade entre a proporção dos sobreviventes no 75.º aniversário calculada pelas probabilidades de sobrevivência ajustadas e a calculada pelas probabilidades diretamente determinadas na tabela IV. Não foi estendida essa condição ao intervalo de 75 a 85 anos, porque a respectiva probabilidade de sobrevivência calculada na tabela IV fica fortemente errada por excesso, em conseqüência dos exageros nas declarações de idades senis, que aumentam o número aparente dos sobreviventes no 85.º aniversário.

Os processos de ajustamento numérico acima descritos dão valores ajustados sòmente para os intervalos de 15 a 25 até 65 a 75 anos; o processo gráfico dá valores ajustados também para os intervalos de 5 a 15 e de 75 a 85 anos.

Comparam-se, na tabela seguinte, os resultados arredondados dos três ajustamentos com os dados originais, especificando-se, também, na última coluna, os valores das probabilidades $p_{x,x+n}$ deduzidos da tábua de sobrevivência de São Paulo.

Tabela V

INTERVALO DE IDADE x, x + n	PROBABILIDADE DE SOBREVIVÊNCIA Px, x + n				
	Brasil				
	Cálculo original	Ajustamento numérico direto	Ajustamento numérico indireto	Ajustamento gráfico	São Paulo
5 a 15	0,926	...	...	0,928	0,971
15 a 25	0,910	0,912	0,912	0,919	0,954
25 a 35	0,899	0,909	0,909	0,904	0,932
35 a 45	0,916	0,851	0,872	0,868	0,899
45 a 55	0,748	0,778	0,812	0,788	0,833
55 a 65	0,687	0,614	0,649	0,668	0,699
65 a 75	0,451	0,480	0,520	0,457	0,463
75 a 85	0,357	...	...	0,200	0,182

Entre os diversos ajustamentos, merece a preferência o último, porque o processo gráfico permite ao mesmo tempo assegurar uma boa adaptação aos dados observados que forem considerados fidedignos e corrigir, sem os impedimentos implícitos em qualquer fórmula de ajustamento numérico ou analítico, os erros verificados ou presumidos.

A comparação das probabilidades de sobrevivência para o Brasil, ajustadas gràficamente, com as para o Estado de São Paulo mostra que o nível da mortalidade é, em geral, mais elevado no Brasil do que nesse Estado [13].

* * *

4. Dispõe-se, agora, das probabilidades de sobrevivência para intervalos consecutivos de idade (constando a para o intervalo de 0 a 5 anos da tabela IV e as para os intervalos de 5 a 15 até 75 a 85 anos da tabela V, ajustamento gráfico). Torna-se, portanto, possível calcular o número dos sobreviventes nas idades de 5, 15, ..., 75, 85 anos, de uma geração suposta, que no curso da sua existência esteja sujeita, em cada intervalo de idade, à mortalidade verificada na população masculina do Brasil durante o período considerado.

Os números de sobreviventes assim calculados representam as ordenadas de determinados pontos da curva de sobrevivência, a marcha da qual pode ser completamente reconstituída, mediante interpolação através dêsses pontos até a idade de 85 anos, e mediante extrapolação, além desta idade. Na tabela VI especificam-se os números de sobreviventes nas idades ímpares múltiplas de 5, calculados a partir de 100 000 nascidos vivos, comparando-se os resultados do cálculo conforme as probabilidades originais $p_{x,x+n}$ da tabela IV, expostos na primeira coluna, com os do cálculo conforme as probabilidades ajustadas gràficamente da tabela V, expostos na segunda coluna. Completam-se, na terceira coluna, os resultados dêste último cálculo com os da interpolação gráfica, que deu os valores dos sobreviventes nas idades múltiplas de 10. Nesta coluna, os dados dos sobreviventes são referidos ao número inicial de 1 000 (em vez de 100 000) sobreviventes na idade 0, em vista da larga aproximação da determinação gráfica.

A título comparativo, apresentam-se, na última coluna, os dados correspondentes da tábua de sobrevivência para a população masculina do Estado de São Paulo calculada de acôrdo com a mortalidade do período 1939-41.

Tabela VI

IDADE Anos	SOBREVIVENTES DE 100 000 NASCIDOS VIVOS		SOBREVIVENTES DE 1 000 NASCIDOS VIVOS	
	Brasil, segundo as Px, $x + n$		Brasil	São Paulo
	originais	ajustadas		
0	100 000	100 000	1 000	1 000
5	74 067	74 067	741	739
10	...	...	711	726
15	68 568	68 512	685	718
20	...	...	657	705
25	62 409	62 688	627	685
30	...	...	599	663
35	56 129	56 733	567	639
40	...	...	533	610
45	51 429	49 358	494	575
50	...	...	448	532
55	38 485	38 993	390	479
60	...	...	330	414
65	26 447	26 164	262	335
70	...	...	190	246
75	11 930	11 931	119	155
80	...	...	60	77
85	4 258	2 386	24	28

[13] Lembra-se, mais uma vez, que os dados para o Brasil são mais recentes do que os para o Estado de São Paulo, onde a mortalidade se tornou menor no período intercensitário (1940-1950) do que no período a que se refere a tábua de sobrevivência (1939-1941).

Pelos dados da penúltima coluna verifica-se que, conforme a mortalidade observada na população masculina do Brasil durante o período 1940-1950, a "vida mediana" (ou "vida provável", como impròpriamente se acha amiúde denominada) atinge 44,2 anos, e a "vida normal" (isto é, a idade adulta a que corresponde o maior número de óbitos) está próxima de 70 anos.

Os mesmos dados, completados por extrapolação para as idades de 90, 95 e 100 anos, tornam possível o cálculo aproximativo da duração média aritmética da vida ("vida média"), que, de outro lado, pode ser efetuado com melhor aproximação sôbre o diagrama da curva de sobrevivência. Obtêm-se valores maiores do que 39 mas menores do que 40 anos; pode-se adotar como estimativa o valor de 39,3 anos obtido pelo processo gráfico.

A duração média da vida econômicamente produtiva (razão entre o número total dos anos vividos entre os 15.º e 60.º aniversários e o número total dos componentes da geração) resulta de 24,1 anos, isto é, aproximadamente, igual a seis décimos da vida média.

Outros elementos da tábua de sobrevivência, como as probabilidades de morte por intervalos qüinqüenais de idade, podem ser fàcilmente deduzidos dos dados da tabela VI.

* * *

5. Já anteriormente foram calculadas, pelo autor do presente estudo, tábuas de sobrevivência para a população do Brasil, mediante a comparação entre os resultados de censos consecutivos [14]. O processo então adotado difere daquele que foi aplicado agora, apesar de serem as mesmas as hipóteses principais em que ambos se baseiam.

Nos cálculos anteriores, referentes aos períodos 1870-90 e 1890-920, não foram discriminados os sexos; por isso, os resultados obtidos não são comparáveis com os atuais. Se e quando fôr estendida ao sexo feminino a pesquisa agora efetuada para o sexo masculino [15], poderão ser resumidas em única tábua de sobrevivência sem discriminação do sexo as calculadas para os dois sexos e se tornará possível a comparação retrospectiva [16].

* * *

6. Com o auxílio dos dados aproveitados e das elaborações efetuadas nos parágrafos anteriores, torna-se possível calcular a taxa média anual de mortalidade da população natural do Brasil para o período de 1.º de julho de 1940 a 30 de junho de 1950.

Será realizado êste cálculo no presente parágrafo, para os dois sexos discriminados e para o conjunto da população.

Os óbitos de pessoas naturais do Brasil ocorridos no decênio considerado dividem-se em duas parcelas.

A primeira parcela — óbitos de pessoas que já viviam no início do decênio — é dada (admitindo-se não ter havido emigrações nem reimigrações [17]) pela diferença entre o número dos naturais do Brasil, de tôdas as idades [18], presentes em 1.º de julho de 1940 [19], e o número dos naturais do Brasil, em idades

---

[14] Veja-se "Revista Brasileira de Estatística", N.º 7, 1941, págs. 493 a 538.

[15] Como foi esclarecido atrás, essa extensão é dificultada pela gravidade dos erros nas declarações de idade. Veja-se, entretanto, a estimativa tentada mais adiante, no § 8.

[16] Será preciso, todavia, levar em conta a circunstância de que o cálculo da tábua de sobrevivência para o período 1890-920 ficou afetado pelos erros por excesso de censo de 1920 (verificados pelo autor só posteriormente a êsse cálculo), em virtude dos quais a curva de sobrevivência atingiu níveis sensivelmente superiores aos que alcançaria se o censo de 1920 estivesse certo.

[17] De fato, os números dos emigrados e dos reimigrados não foram nulos, porém foram relativamente desprezíveis.

[18] Inclusive os de idade não declarada.

[19] Os dados do censo de 1.º-IX-1940 foram reduzidos para transferi-los à data de 1.º-VII-1940 e aumentados para incluir algumas áreas não compreendidas na apuração definitiva; o coeficiente de correção resultou de 0,996494.

de 10 anos e mais [20], presentes em 1.º de julho de 1950 [21]. Calcula-se esta diferença na tabela VII, para cada sexo e para o conjunto dos dois sexos.

Tabela VII

ESPECIFICAÇÃO	HOMENS	MULHERES	HOMENS E MULHERES
Presentes em 1.º-VII-1940, de 0 anos e mais	19 747 386	19 935 483	39 682 869
Presentes em 1.º-VII-1950, de 10 anos e mais	17 426 582	17 954 175	35 380 757
Diferença (Óbitos no decênio)	2 320 804	1 981 308	4 302 112

A segunda parcela — óbitos de pessoas nascidas no decênio considerado — é dada (admitindo-se, como acima, não ter havido emigrações nem reimigrações [22]) pela diferença entre o número estimado dos nascidos vivos no Brasil no decênio [23] e o número dos naturais do Brasil em idades de 0 a 9 anos presentes em 1.º de julho de 1950 [24]. Esta diferença está calculada na tabela VIII para cada sexo e para o conjunto dos dois sexos.

Tabela VIII

ESPECIFICAÇÃO	HOMENS	MULHERES	HOMENS E MULHERES
Nascidos vivos no decênio	10 439 011	9 941 722	20 380 733
Presentes em 1.º-VII-1950, de 0 a 9 anos	7 792 110	7 585 088	15 377 198
Diferença (Óbitos no decênio)	2 646 901	2 356 634	5 003 535

Somando as duas parcelas, obtêm-se os totais de óbitos constantes da primeira linha da tabela IX.

Da segunda linha dessa tabela consta o número médio dos naturais do Brasil presentes no decênio [25].

Com base nesses elementos, calculam-se as taxas de mortalidade constantes da última linha.

Tabela IX

ESPECIFICAÇÃO	HOMENS	MULHERES	HOMENS E MULHERES
Óbitos no decênio	4 967 705	4 337 942	9 305 647
População média do decênio	22 461 884	22 711 085	45 172 969
Taxa de mortalidade por 1 000	22,12	19,11	20,60

A taxa de mortalidade geral de 20,60 por 1 000 habitantes coloca o Brasil entre os países com mortalidade elevada.

* * *

[20] Inclusive os de idade não declarada, supondo-se que estejam todos em idades de 10 anos e mais.

[21] Os dados do censo de 1.º-VII-1950 foram retificados mediante multiplicação por 1,000608 para incluir algumas áreas não compreendidas na apuração definitiva.

[22] Veja-se a nota 17.

[23] População média do Brasil no decênio, 46 319 848 habitantes; taxa média de natalidade, 44 por 1 000 habitantes; proporção do sexo masculino entre os nascidos vivos, 51,22%.

[24] Veja-se a nota 21.

[25] O número dos presentes em 1.º-VII-1940 consta da primeira linha da tabela I. O número dos presentes em 1.º-VII-1950 consta das segundas linhas das tabelas I e II. A população média do Brasil no decênio foi de 46 319 848 habitantes; o número médio dos naturais do Brasil foi calculado aplicando-se à população média total as proporções de 48,493% homens e 49,031% mulheres, médias aritméticas das verificadas em 1.º-VII-1940 e em 1.º-VII-1950.

7. Dos 9 305 647 óbitos estimados, constantes da tabela IX, 5 003 535 integram a segunda das parcelas discriminadas acima, representando os óbitos de pessoas nascidas no decênio considerado, ocorridos no curso do próprio decênio. Êste número foi obtido mediante comparação entre o número suposto dos nascidos vivos e o número apurado dos sobreviventes.

O número dos nascidos vivos foi calculado de acôrdo com a taxa de natalidade estimada de 44 por 1 000 habitantes. Adotando-se hipóteses diferentes acêrca da taxa de natalidade, obter-se-iam números diferentes de nascidos vivos, e as diferenças ficariam transferidas totalmente para o número dos óbitos, pois que restaria inalterado o número dos sobreviventes, apurado pelo censo.

Se, por exemplo, fôsse suposta a taxa de natalidade de 43 por 1 000 habitantes, o número dos nascidos vivos calculados desceria de 20 380 733 para 19 917 535, o número dos óbitos de nascidos no decênio, de 5 003 535 para 4 540 337, o total dos óbitos, de 9 305 647 para 8 842 449; e a taxa de mortalidade se reduziria de 20,60 a 19,57 por 1 000 habitantes.

Em geral, a variação, para mais ou para menos, de 1 por 1 000 habitantes, na taxa de natalidade suposta, determinaria uma variação de 1,03 por 1 000 habitantes, no mesmo sentido, na taxa de mortalidade da população natural do Brasil.

Pelos indícios disponíveis, não parece provável que a taxa de natalidade no decênio considerado tenha excedido sensìvelmente a medida suposta de 44 por 1 000 habitantes; não se pode excluir, entretanto, que tenha sido um pouco menor. Neste caso, a sua redução repercutiria na estimativa da taxa de mortalidade.

* * *

8. No parágrafo 4 foi construída a tábua de sobrevivência da população masculina natural do Brasil, de acôrdo com a mortalidade do decênio de 1.º de julho de 1940 a 30 de junho de 1950. A vida média do homem ficou determinada em 39,3 anos.

A vida média calculada pela tábua de sobrevivência é igual à recíproca da taxa de mortalidade da população estacionária correspondente a essa tábua. Para a população masculina natural do Brasil, esta taxa é, portanto, igual a $1/39{,}3 = 0{,}02545$, ou 25,45 por 1 000.

Não se torna ainda possível, pela razão esclarecida no parágrafo 3, construir a tábua de sobrevivência da população feminina natural do Brasil, para o mesmo período.

Pode-se, entretanto, supor com bom fundamento que a razão entre as taxas de mortalidade masculina e feminina calculadas pela tábua de sobrevivência seja aproximativamente igual à razão entre as taxas de mortalidade masculina e feminina calculadas diretamente. Segundo os dados da tabela IX, esta razão é igual a $22{,}12/19{,}11 = 1{,}1575$. Dividindo por êste número a taxa de mortalidade masculina de 25,45 calculada acima de acôrdo com a tábua de sobrevivência, obtém-se 21,99 por 1 000 como valor estimado da taxa de mortalidade feminina segundo a tábua de sobrevivência.

A recíproca dessa taxa, isto é, 45,48 dá o valor aproximativo da vida média da mulher, que pode ser arredondado para 45,5 anos.

Para o conjunto dos dois sexos, a vida média pode ser estimada em cêrca de 42,3 anos; em vista da larga aproximação do cálculo, convém dizer: 42 a 43 anos.

Êste valor da vida média, embora superior ao de 33 a 34 anos calculado para o período 1870-1890 [26], indica um nível de mortalidade ainda muito elevado, no quadro internacional.

[26] Veja-se "Revista Brasileira de Estatística", N.º 7, 1941, págs. 502 e 510. A tábua de mortalidade, calculada no mesmo estudo, para o período 1890-1920, não pode ser tomada em conta nas comparações sem algumas retificações de que estudos posteriores revelaram a necessidade, conseqüente aos erros por excesso verificados nos dados publicados no censo de 1920.

IV

NOVAS CONTRIBUIÇÕES PARA A DETERMINAÇÃO DO NÍVEL DA MORTALIDADE NO BRASIL [1]

As considerações sôbre o nível da mortalidade no Brasil expostas no estudo *Incógnitas da mortalidade no Brasil* [2] podem receber plena confirmação e útil complemento mercê dos novos instrumentos de análise preparados pelos colaboradores do Departamento de População ("Population Branch") das Nações Unidas.

O manual agora publicado por êsse Departamento, sôbre os métodos para estimativas de previsão da composição da população segundo o sexo e a idade [3], contém uma série de tábuas-padrões de mortalidade e de sobrevivência, que pode ser aproveitada também para ensaios de determinação do nível da mortalidade no intervalo entre dois censos consecutivos. A construção dessas tábuas está baseada principalmente em correlações largamente observadas entre os níveis da mortalidade nas diversas idades, e a coordenação entre as tábuas para os dois sexos está baseada em correlações observadas entre a mortalidade do sexo masculino e a do feminino.

As tábuas-padrões dão: as taxas de mortalidade no primeiro ano de idade, nos quatro seguintes e depois em intervalos de cinco anos, até a idade de 85; os sobreviventes calculados nas idades iniciais dos referidos intervalos; a vida média resídua nessas idades; e o número dos anos vividos em cada intervalo pela geração composta inicialmente de 100 000 indivíduos.

Representando-se por $L_{x,x+n}$ o número dos anos vividos pela geração (ou número médio dos vivos da geração) entre os x^{mo} e $(x+n+1)^{mo}$ aniversários, obtém-se, pela razão

$$_{10}p_{x,x+9} = L_{x+10,\ x+19} / L_{x,x+9},$$

a taxa de sobrevivência, após dez anos, do grupo que se encontrava nas idades de x a $x+9$ anos completos na data inicial do decênio e cujos sobreviventes se encontram nas idades de $x+10$ a $x+19$ anos completos na data final do decênio.

As taxas de sobrevivência assim calculadas conforme as tábuas-padrões podem ser aplicadas aos números de vivos em idades de x a $x+9$ anos completos para se estimar quantos dêles sobreviverão depois de dez anos em idades de $x+10$ a $x+19$ anos completos.

As tábuas-padrões foram calculadas para 24 diferentes níveis associados de mortalidade masculina e feminina, aos quais correspondem medidas da vida média para o conjunto dos dois sexos que vão do mínimo de 20 ao máximo de 74 anos. É muito ampla, portanto, a possibilidade de aplicação dessas tábuas.

* * *

Para a população natural do Brasil, a vida média do sexo masculino segundo a mortalidade verificada entre 1.º de julho de 1940 e 30 de junho de

---

[1] Estudo redigido pelo Prof. GIORGIO MORTARA.
[2] N.º 191 da série de "Estudos Demográficos" do Laboratório de Estatística.
[3] United Nations, *Methods for Population Projections by Sex and Age*, New York, 1956.

1950 foi estimada em 39 a 40 anos [4]. As considerações expostas no citado estudo *Incógnitas da mortalidade no Brasil* justificam a dúvida de que essa estimativa fica um pouco abaixo da verdade.

Torna-se, portanto, conveniente experimentar se a tábua-padrão *L 45 m* para o sexo masculino, que apresenta o valor de 41,65 anos para a vida média dêste sexo, pode ser tomada como descrição aproximativa da mortalidade da população masculina natural do Brasil no período decenal acima especificado.

Constam da tabela I: a distribuição por idade dessa população na data inicial do decênio, as taxas de sobrevivência decenais, calculadas como foi esclarecido acima, de acôrdo com a tábua-padrão *L 45 m*, e os números de sobreviventes na data final do decênio, estimados segundo essas taxas [5].

Embora a tábua-padrão L 45 f para o sexo feminino, associada com a referida acima para o sexo masculino, parecesse *a priori* demasiado severa para a aplicação à população natural do Brasil, achou-se oportuno experimentar esta aplicação cujos resultados constam, também, da tabela I, paralelamente aos referentes ao sexo masculino.

* * *

Levando-se em conta os erros que afetam as declarações por idade dos recenseados no Brasil [6] e o caráter apenas largamente aproximativo da aplicação efetuada na tabela I, pareceu conveniente agrupar os dados por intervalos mais amplos de idade para confrontar as estimativas efetuadas com os resultados da apuração do censo de 1950 [7].

Tabela I

Estimativa da população natural do Brasil em idades de 10 anos e mais em 1.º-VII-1950, baseada na população existente em 1.º-VII-1940 e nas taxas de sobrevivência das tábuas L 45 das N.U.

IDADE EM 1940 Anos completos	PRESENTES APURADOS EM 1.º-VII-1940*		TAXAS DE SOBREVIVÊNCIA POR 1 000		PRESENTES ESTIMADOS EM 1.º-VII-1950		IDADE EM 1950 Anos completos
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
0 a 9.....	6 150 108	5 992 026	923,58	921,68	5 680 731	5 522 731	10 a 19
10 a 19.....	4 775 465	4 871 445	932,67	928,93	4 453 933	4 525 231	20 a 29
20 a 29.....	3 382 692	3 599 471	910,17	906,58	3 078 825	3 263 208	30 a 39
30 a 39.....	2 290 664	2 314 074	882,92	891,09	2 022 473	2 062 048	40 a 49
40 a 49.....	1 611 338	1 525 523	818,34	848,71	1 318 672	1 294 727	50 a 59
50 a 59.....	895 092	873 246	696,71	742,74	623 620	648 595	60 a 69
60 e mais....	642 027	759 697	374,22	400,13	240 259	303 978	70 e mais
0 e mais...	*19 747 386*	*19 935 482*	...	...	*17 417 849*	*17 620 518*	*10 e mais*

* Dados do censo de 1.º-IX-1940 reportados à data de 1.º-VII, após terem sido distribuídos proporcionalmente entre os diferentes grupos de idade os habitantes de idade não declarada.

[4] Veja-se a seção C. III dêste volume.

[5] Foram considerados grupos decenais de idade de 0 a 59 anos completos em 1940 e de 10 a 69 em 1950, ficando reunidas em único grupo as idades de 60 anos e mais em 1940 e as de 70 anos e mais em 1950. A taxa de sobrevivência calculada para êste último grupo foi obtida pela razão entre a soma dos anos vividos após o 70.º aniversário e a soma dos anos vividos após o 60.º aniversário, segundo a tábua-padrão.

[6] Veja-se, sôbre êsse assunto, a seção I do volume N.º 21 desta série, *Análises críticas de resultados dos censos demográficos* (Rio, I.B.G.E., 1956).

[7] Resultados expostos por grupos decenais de idade na tabela V. Os dados referentes à data de 1.º-VII-1950 expostos no presente estudo diferem levemente dos publicados em estudos anteriores, porque foram nêles incluídos os habitantes de idade não declarada, distribuídos proporcionalmente entre os diferentes grupos de idade. A mesma advertência vale para os dados referentes a 1.º-VII-1940 constantes das tabelas I e III.

Tabela II

Comparação entre a população natural do Brasil em idades de 10 anos e mais apurada em 1.º-VII-1950 e a estimada segundo as taxas de sobrevivência das tábuas L 45 das N.U.

IDADE Anos completos	HOMENS		MULHERES	
	Apurados	Estimados	Apuradas	Estimadas
10 a 29	10 163 791	10 134 050	10 667 906	10 047 962
30 a 49	5 139 461	5 101 298	5 084 929	5 325 256
50 a 69	1 836 165	1 942 242	1 817 490	1 943 322
70 e mais	271 279	240 259	365 786	303 978
10 e mais	*17 410 696*	*17 417 849*	*17 936 111*	*17 620 518*

Os dados estimados para o sexo masculino concordam suficientemente com os dados apurados, quase coincidindo no total. As divergências nos dois grupos de idade senis ficariam atenuadas se fôssem retificados os dados apurados, eliminando-se os erros de envelhecimento e de rejuvenescimento [8].

Essa concordância geral pode ser interpretada como um indício de que o nível da mortalidade masculina no Brasil no período em exame não se afastou muito daquele que corresponde à tábua-padrão *L 45 m* das Nações Unidas.

Esta impressão fica confirmada comparando-se o número apurado dos presentes em idade de 0 a 9 anos completos em 1.º de julho de 1950 com o estimado com base no número dos nascidos no decênio anterior a essa data, calculado segundo a taxa de natalidade de 43 por 1 000 habitantes [9], e na taxa de sobrevivência da tábua *L 45 m*. Com efeito, sendo estimado em 10 201 768 o número dos nascidos vivos do sexo masculino, no decênio, e ascendendo a 763,08 por 1 000 a taxa de sobrevivência no fim do decênio, obtém-se a estimativa de 7 784 760 presentes em 1.º de julho de 1950 em idades de 0 a 9 anos completos, que fica apenas levemente inferior ao número apurado de 7 807 996.

Fazendo-se o mesmo cálculo para o sexo feminino, com 9 715 774 nascidos vivos e com a taxa de sobrevivência de 781,31 por 1 000 da tábua *L 45 f*, obtém-se a estimativa de 7 591 031 presentes, em comparação com 7 603 152 apurados [10].

A concordância da tábua-padrão *L 45* f com a mortalidade feminina não se estende, entretanto, além do primeiro decênio de idade. Como consta da tabela II, o número das brasileiras natas de 10 anos e mais em 1.º de julho de 1950, estimado segundo essa tábua, 17 620 518, fica bem inferior ao número

---

[8] Cumpre lembrar que nos cálculos efetuados se supõe, implicitamente, terem sido nulas, no período decenal, a emigração e a reimigração de brasileiros natos. Efetivamente, a emigração foi relativamente muito pequena, mas não nula, e a reimigração foi relativamente desprezível, de modo que a população efetivamente apurada em 1.º-VII-1950 deveria resultar levemente inferior à estimada de acôrdo com a mortalidade efetiva.

[9] A taxa de natalidade do Brasil não pode ser calculada diretamente em conseqüência das falhas da estatística baseada no registro civil. Para o período considerado no presente estudo, foi determinada indiretamente — com base no censo de 1950 e em hipóteses sôbre a mortalidade na infância — a taxa de 43 a 44 por 1 000 habitantes. Veja-se o volume N.º 16, desta série, *Pesquisas sôbre a natalidade no Brasil* (Rio, I.B.G.E., 1953), págs. 9 e 10.

Os números de nascimentos expostos no texto correspondem à aplicação da taxa de natalidade de 43 por 1 000 à população média do período decenal, estimada em 46 319 848 habitantes, e à hipótese da proporção de 105 nascimentos do sexo masculino para 100 do sexo feminino (percentagens correspondentes: 51,22 h. e 48,78 m.).

[10] Outro procedimento que pode ser aplicado para o primeiro decênio de idade é, de certa maneira, o inverso daquele que foi aplicado no texto.

Dividindo-se o número dos presentes em idades de 0 a 9 anos em 1.º de julho de 1950 pela taxa de sobrevivência decenal $L_{0,9} / 10\ l_0$ (onde l_0 representa o número dos sobreviventes na idade O, isto é, 100 000), calcula-se o número dos nascidos vivos no decênio anterior à data do censo, estimado segundo as tábuas-padrões *L 45*.

Obtêm-se assim os números de 10 232 252 nascidos vivos estimados do sexo masculino e 9 731 250 do feminino, que somados dão o número de 19 963 502 nascidos vivos, a que corresponde a taxa de natalidade de 43,10 por 1 000 habitantes, apenas levemente diferente daquela que foi adotada como base do cálculo exposto no texto.

Êste procedimento serve principalmente para determinação da taxa de natalidade ou para contrôle dessa determinação. No caso do Brasil, o resultado da sua aplicação parece confirmar nossas estimativas do nível da taxa de natalidade.

apurado, 17 936 111. As divergências na distribuição por idade dependem em parte dos erros das declarações de idade, que se refletem nos dados apurados, mas o excedente do total apurado sôbre o total estimado pode ser interpretado como um indício de que o nível da mortalidade feminina no período em exame foi nìtidamente menor do que o da tábua-padrão *L 45 f*, segundo a qual a vida média ascende a 43,44 anos.

* * *

Para encontrar nas tábuas-padrões das Nações Unidas melhor correspondência à mortalidade feminina do Brasil, pode-se passar à *L 50 f*, com vida média de 46,06 anos.

Foram feitos, de acôrdo com esta tábua, os cálculos constantes da tabela III, segundo o mesmo procedimento seguido no cálculo da tabela I.

Aproveitou-se o ensejo para fazer os mesmos cálculos para o sexo masculino, segundo a tabela *L 50 m*, associada à *L 50 f*, embora já se prevendo que dariam estimativas dos sobreviventes superiores à realidade. Constam, também, os resultados dêstes cálculos da tabela III.

Tabela III

Estimativa da população natural do Brasil em idades de 10 anos e mais em 1.º-VII-1950, baseada na população existente em 1.º-VII-1940 e nas taxas de sobrevivência das tábuas L 50 das N.U.

IDADE EM 1940 Anos completos	PRESENTES APURADOS EM 1.º-VII-1940*		TAXAS DE SOBREVIVÊNCIA POR 1 000		PRESENTES ESTIMADOS EM 1.º-VII-1950		IDADE EM 1950 Anos completos
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
0 a 9.....	6 150 108	5 992 026	932,12	930,79	5 732 639	5 577 318	10 a 19
10 a 19.....	4 775 465	4 871 445	939,07	936,71	4 484 496	4 563 131	20 a 29
20 a 29.....	3 382 692	3 599 471	919,25	917,37	3 109 540	3 302 047	30 a 39
30 a 39.....	2 290 664	2 314 074	895,05	903,30	2 050 259	2 090 303	40 a 49
40 a 49.....	1 611 338	1 525 523	834,21	862,81	1 344 194	1 316 236	50 a 59
50 a 59.....	895 092	873 246	715,43	760,87	640 376	664 427	60 a 69
60 e mais....	642 027	759 697	386,61	412,81	248 214	313 611	70 e mais
0 e mais...	*19 747 386*	*19 935 482*	...	...	*17 609 718*	*17 827 073*	*10 e mais*

* Dados do censo de 1.º-IX-1940 reportados à data de 1.º-VII, após terem sido distribuidos proporcionalmente entre os diferentes grupos de idade os habitantes de idade não declarada.

Como foi feito acima, comparam-se os dados estimados com os apurados, por grandes intervalos de idade.

Tabela IV

Comparação entre a população natural do Brasil em idades de 10 anos e mais apurada em 1.º-VII-1950 e a estimada segundo as taxas de sobrevivência das tábuas L 50 das N.U.

IDADE Anos completos	HOMENS		MULHERES	
	Apurados	Estimados	Apuradas	Estimadas
10 a 29.....	10 163 791	10 217 135	10 667 906	10 140 449
30 a 49.....	5 139 461	5 159 799	5 084 929	5 392 350
50 a 69.....	1 836 165	1 984 570	1 817 490	1 980 663
70 e mais.....	271 279	248 214	365 786	313 611
10 e mais.....	*17 410 696*	*17 609 718*	*17 936 111*	*17 827 073*

Para o sexo masculino, a soma dos dados estimados de acôrdo com a tábua-padrão *L 50 m* (à qual corresponde a vida média de 44,05 anos) excede nìtidamente os calculados, dando indício de uma mortalidade maior do que a descrita por essa tábua.

Para o sexo feminino, pelo contrário, o total estimado, 17 827 073, fica ainda inferior ao total apurado, 17 936 111, e a diferença não é desprezível. Parece esta diferença indicar que a mortalidade feminina no Brasil no período considerado foi inferior à descrita pela tábua *L 50 f*.

É prudente, todavia, não alimentar exagerado otimismo. Para o grupo de idade de 0 a 9 anos, sendo suposto, como acima, o número de 9 715 774 nascimentos femininos no decênio, a taxa de sobrevivência da tábua *L 50 f*, de 801,15 por 1 000, leva à estimativa de 7 773 989 presentes em 1.º de julho de 1950, enquanto foram apuradas apenas 7 603 152 meninas dessas idades [11].

Parece, portanto, justificada a conclusão de que a vida média correspondente à tábua *L 50 f* pode corresponder também, aproximadamente, à mortalidade ocorrida na população feminina natural do Brasil no decênio considerado.

* * *

Tabela V

*População natural do Brasil, em 1.º-VII-1950**

IDADE Anos completos	HOMENS	MULHERES
0 a 9	7 807 996	7 603 152
10 a 19	5 804 942	6 001 637
20 a 29	4 358 849	4 666 269
30 a 39	3 049 661	3 070 457
40 a 49	2 089 800	2 014 472
50 a 59	1 219 591	1 186 143
60 a 69	616 574	631 347
70 e mais	271 279	365 786
(10 e mais)	(17 410 696)	(17 936 111)
0 e mais	*25 218 692*	*25 539 263*

* Dados do censo de 1950 multiplicados por 1,000608, após terem sido distribuídos proporcionalmente entre os diferentes grupos de idade os habitantes de idade não declarada.

* * *

As aplicações efetuadas sumàriamente no presente estudo poderão ser refeitas com procedimentos mais refinados e com referência a distribuição por idade retificadas. Mas parece fundada a previsão de que não se obterão resultados fortemente diferentes dos que foram alcançados pelas elaborações e análises expostas acima.

Fica, portanto, verificado que a tábua-padrão *L 45 m* das Nações Unidas (vida média 41,65 anos) descreve com suficiente aproximação a mortalidade masculina, e a tábua-padrão *L 50 f* (vida média 46,06 anos) a mortalidade feminina, da população natural do Brasil no período de 1.º de julho de 1940 a 30 de junho de 1950 [12].

[11] Para o sexo masculino, obtém-se, pela taxa de sobrevivência de 781,83 por 1 000 da tábua *L 50 m*, o número estimado de 7 976 043 meninos de 0 a 9 anos em 1.º-VII-1950, bem superior, também, ao apurado, 7 807 996.

[12] É interessante observar que a diferença entre a mortalidade masculina e a feminina no Brasil fica nìtidamente maior do que a suposta na coordenação entre as tábuas-padrões nas Nações Unidas para os dois sexos.

Com efeito, ao padrão *L 45*, apropriado para descrever a mortalidade masculina, corresponde um nível de mortalidade feminina superior ao do Brasil no decênio considerado; e ao padrão *L 50*, que fica mais próximo à mortalidade feminina, corresponde um nível de mortalidade masculina inferior ao do Brasil no decênio considerado.

Se assim fôr, a vida média para o conjunto dos dois sexos, segundo a mortalidade dêsse período, ascenderia a cêrca de 43,80 anos: convém dizer, de 43,5 a 44 anos. A estimativa dessa vida média em 42 a 43 anos, feita na seção C. III dêste volume, parece, portanto, ficar abaixo da verdade, antes do que acima dela, como fariam supor as pesquisas de um demógrafo estadunidense que foram criticadas no estudo, já citado, *Incógnitas da mortalidade no Brasil*.

Neste último estudo já fôra advertido o provável êrro por falta da vida média, para o sexo masculino, calculada em apenas 39,3 anos na seção C. III dêste volume. Mas, enquanto ela deve ser aumentada de cêrca de dois anos, a vida média de 45,5 anos calculada na mesma ocasião para o sexo feminino deve ser aumentada apenas de meio ano.

* * *

Procedendo-se de conjetura para conjetura, procurou-se estabelecer com melhor aproximação o nível passado da mortalidade no Brasil. Convém, entretanto, augurar que num futuro não muito remoto, o nível da mortalidade possa ser determinado com precisão na base de um registro completo e tempestivo dos óbitos, antes do que de acôrdo com hipóteses necessàriamente mais ou menos arbitrárias.

V

NOTA SÔBRE A VIDA MÉDIA NOS DIVERSOS ESTADOS DO BRASIL [1]

SUMÁRIO: 1. Método aplicado para o cálculo dos óbitos ocorridos no período considerado. — 2. Método aplicado para o cálculo da vida média. — 3. Esclarecimentos sôbre a significação da vida média. — 4. Comparações internacionais. — 5. Comparações interestaduais. — 6. Advertências acêrca dos fatôres de erros nos cálculos efetuados. — 7. Comparações entre os dois sexos. — 8. Considerações finais.

1. Serão resumidos na presente nota os resultados de uma série de estudos realizados pelo Laboratório de Estatística visando a determinar os níveis comparativos da mortalidade das populações dos diversos Estados do Brasil no período decenal de 1.º de julho de 1940 a 30 de junho de 1950.

Estando fortemente incompleta a estatística do registro civil, não era possível obter taxas de mortalidade fidedignas pela comparação entre os dados dos óbitos constantes dessa estatística e os da população, constantes das apurações censitárias.

Tornou-se, entretanto, possível o cálculo do número dos óbitos pela diferença entre a soma do número dos vivos de tôdas as idades em 1.º de julho de 1940 e dos nascidos vivos no decênio seguinte, e o número dos vivos de tôdas as idades em 1.º de julho de 1950.

Se a precisão dos censos fôsse absoluta, essa diferença daria exatamente o número dos óbitos ocorridos no decênio, numa população onde não se tivessem verificado nem emigrações nem imigrações. Por isso o método não é aplicável às populações *presentes* dos diversos Estados, cuja variação no curso do decênio dependeu, em parte às vêzes bem importante, dos movimentos migratórios verificados nesse período.

É, porém, aplicável, êsse método, às populações *naturais* dos diversos Estados, presentes no Brasil, que não estão sujeitas a variar em conseqüência das migrações interiores e que no decênio considerado sofreram perdas relativamente muito pequenas pela emigração de seus componentes para o exterior e tiveram ganhos ainda menores pela reimigração de seus componentes do exterior. Os movimentos migratórios internacionais exercem, portanto, influência desprezível no cálculo dos óbitos ocorridos no decênio. Não se pode, de outro lado, afirmar *a priori* nem verificar *a posteriori* que seja desprezível a influência dos erros de levantamento e de apuração dos dois censos.

* * *

2. Aproveitando-se os dados dos censos de 1940 e de 1950 e as taxas de natalidade estimadas pelo Laboratório, calcularam-se, para a população natural do Brasil e para as populações naturais dos principais Estados (São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro), tábuas

[1] Redigida pelo Prof. GIORGIO MORTARA.

de sobrevivência para o sexo masculino, segundo a mortalidade do decênio em estudo. Estas tábuas foram mais tarde controladas e retificadas com o auxílio das tábuas-padrões que a Divisão de População das Nações Unidas elaborou e publicou visando a facilitar a determinação aproximativa do nível da mortalidade em populações com estatísticas incompletas dos óbitos. Foram, também, revistos e retificados nesta fase os cálculos da vida média para o sexo feminino, efetuados na fase anterior para as populações acima especificadas.

Para as populações naturais dos demais Estados, aproveitando-se os dados dos dois censos e as referidas tábuas-padrões, foi calculada a vida média, segundo a mortalidade do decênio em estudo, com discriminação do sexo.

O cálculo da vida média por sexo, assim efetuado para todos os Estados, tornou fácil a determinação da vida média para o conjunto dos dois sexos.

* * *

3. Antes de expor os resultados dos cálculos da vida média para os dois sexos discriminados e para o conjunto da população natural de cada Estado, cumpre lembrar a verdadeira significação dêsses dados, a fim de que sejam evitados equívocos de interpretação.

Segundo as convenções universalmente aceitas pelos demógrafos, a vida média calculada de acôrdo com a mortalidade de determinada população em dado período é a média aritmética das durações de vida dos componentes de uma geração suposta, sujeita em cada ano de idade a uma mortalidade igual à verificada na mesma idade na população e no período de observação.

Assim, por exemplo, a vida média de 53 anos, calculada para a população natural do Rio Grande do Sul segundo a mortalidade do decênio em estudo, representa a duração média das vidas dos componentes de uma geração que se supõe estar sujeita em cada ano da sua existência à mortalidade verificada na mesma idade na população natural dêste Estado durante êsse decênio.

Ela não representa, portanto, nem a vida média dos naturais do Rio Grande do Sul que faleceram no curso do decênio — a qual depende em grande parte do número inicial dos componentes das respectivas gerações e da mortalidade por estas sofridas em épocas anteriores —, nem a vida média dos que nasceram no Rio Grande do Sul no curso do decênio — a qual depende em grande parte da mortalidade, desconhecida e imprevisível, que esta geração sofrerá em épocas posteriores.

Parece quase supérfluo advertir, ainda, que a vida média é uma medida inversa, e não direta, da mortalidade. Com efeito, a sua recíproca representa a taxa de mortalidade geral de uma suposta população estacionária, na qual a mortalidade em cada ano de idade é constantemente a verificada na população e no período em estudo. Para a população natural do Rio Grande do Sul, no decênio considerado, esta taxa resulta igual a 18,87 por 1 000 habitantes; em correspondência à vida média de 70 anos, a taxa desce para 14,29 por 1 000; em correspondência à de 35 anos, sobe para 28,57 por 1 000.

* * *

4. No período decenal em estudo, a vida média nos países mais adiantados já se aproximava de 70 anos, como consta dos dados da tabela I, onde são feitas algumas comparações internacionais (excluindo-se, por óbvias razões, os países em cujos territórios foi travada nesse período a segunda guerra mundial).

Em comparação com os países que marcaram as maiores vitórias na luta contra a morte, o Brasil, com vida média de apenas 43,7 anos, ocupa uma posição bem pouco satisfatória. Se, com referência ao decênio em estudo, forem consideradas *muito baixas* as durações de vida até 35,0 anos, *baixas* as de 35,1 a 45,0, *médias* as de 45,1 a 55,0, *elevadas* as de 55,1 a 65,0 e *muito elevadas*

Tabela I

*Vida média, segundo a mortalidade verificada no período de 1940 a 1950 em alguns países**

PAÍS	VIDA MÉDIA (Anos)		
	Homens e mulheres	Homens	Mulheres
Índia	32,1	32,5	31,7
Brasil (população natural)	43,7	41,5	46,0
Chile	45,3	43,9	46,8
Tailândia	50,3	48,7	51,9
Portugal	54,4	52,1	56,7
Argentina	59,1	56,9	61,4
Estados Unidos	65,9	63,5	68,4
Canadá	66,6	64,6	68,6
Austrália	68,3	66,1	70,6
Nova Zelândia (população européia)	68,7	67,0	70,5
Suécia	69,3	68,1	70,7

* Calculada segundo os dados publicados no *Annuaire Démographique* das Nações Unidas, edições 1953 a 1955.

as de 65,1 anos e mais, o Brasil fica incluído entre os países de baixa duração da vida, isto é, de elevada mortalidade. E ainda hoje, apesar da melhoria que se presume ter ocorrido, a vida média neste país está provàvelmente pouco acima do limite inferior da classe das *médias*.

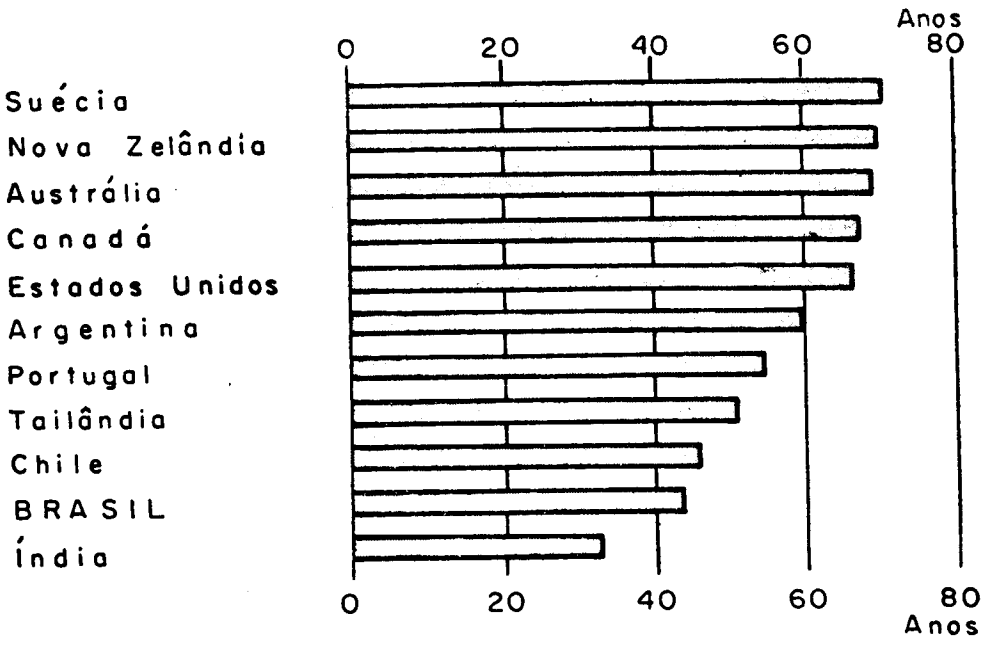


Fig. 11

Vida média, segundo a mortalidade no período 1940-1950, em alguns países.

* * *

5. A vida média varia fortemente nas populações naturais dos diversos Estados, como se vê pelos dados da tabela II. O máximo do Rio Grande do Sul, 53 anos, excede de quase a metade o mínimo de Mato Grosso, 36,3 anos.

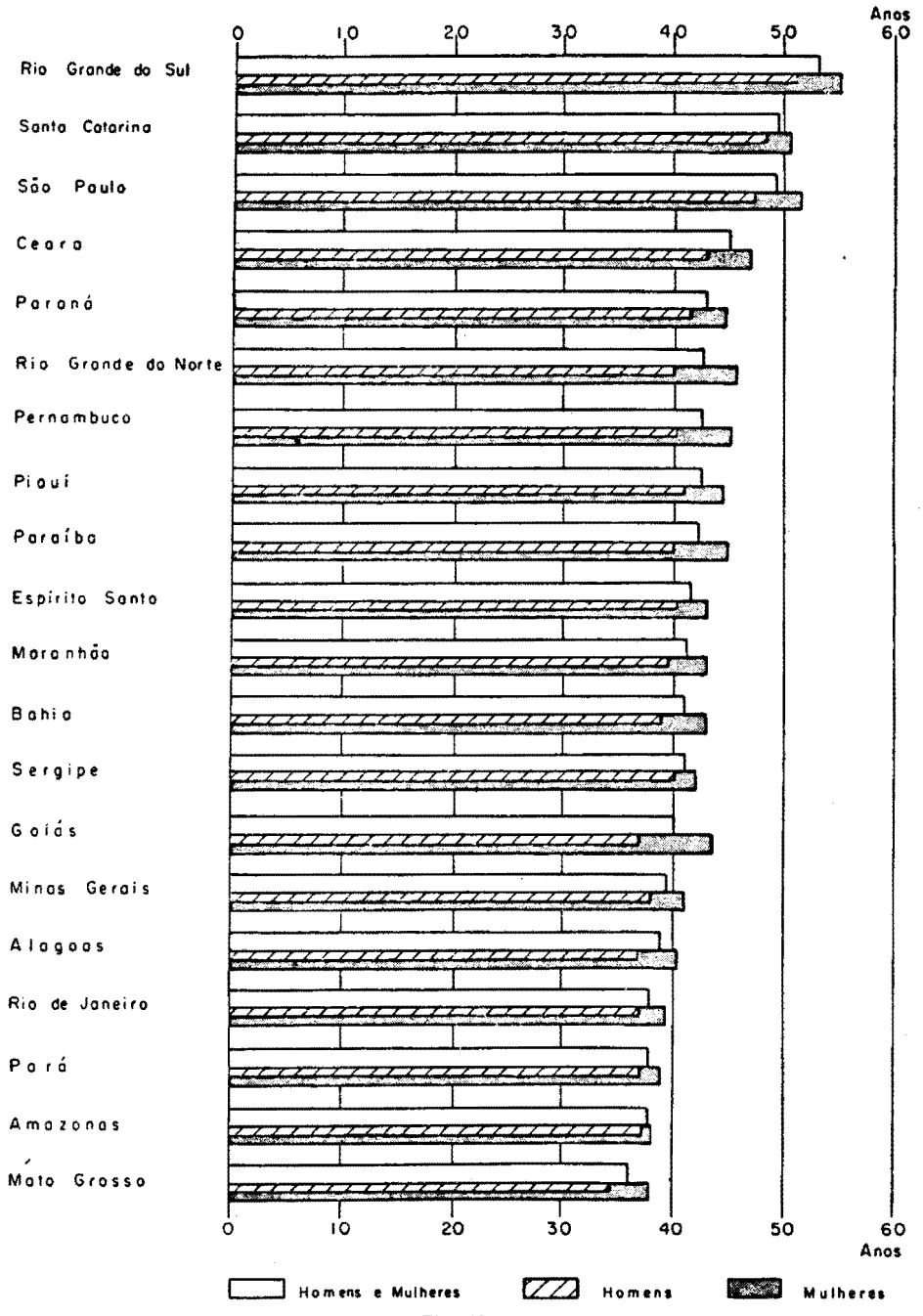


Fig. 12

Vida média, segundo a mortalidade do período 1940-1950, nos diversos Estados do Brasil.

Nenhum dos Estados do Brasil entra nas classes de vida média *muito elevada* e *elevada*, discriminadas no § 4. Apenas o Rio Grande do Sul se aproxima do limite superior da classe *média*, enquanto Santa Catarina e São Paulo, com vidas médias de pouco mais de 49 anos, ficam ainda na metade inferior dessa classe (vida média de 45,1 a 55,0 anos).

Os outros dezessete Estados entram todos na classe de *baixa* vida média. Apenas o Ceará atinge o limite superior desta classe, 45,0 anos; dez outros Estados figuram na metade superior da classe, com vidas médias que excedem

Tabela II

Vida média, segundo a mortalidade verificada nas populações naturais dos diversos Estados do Brasil no decênio de 1.º-VII-1940 a 30-VI-1950

ESTADO	VIDA MÉDIA (Anos)		
	Homens e mulheres	Homens	Mulheres
Mato Grosso	36,3	34,6	38,2
Amazonas	37,9	37,5	38,3
Pará	38,0	37,0	39,0
Rio de Janeiro	38,1	36,9	39,4
Alagoas	38,8	37,0	40,7
Minas Gerais	39,5	38,0	41,0
Goiás	40,1	36,8	43,6
Sergipe	41,0	40,0	42,0
Bahia	41,0	39,0	43,0
Maranhão	41,2	39,5	43,0
Espírito Santo	41,7	40,3	43,3
Paraíba	42,4	40,0	45,0
Piauí	42,7	41,0	44,5
Pernambuco	42,7	40,3	45,3
Rio Grande do Norte	42,7	40,0	45,6
Paraná	43,1	41,6	44,7
Ceará	45,0	43,0	47,0
São Paulo	49,3	47,2	51,5
Santa Catarina	49,4	48,3	50,6
Rio Grande do Sul	53,0	51,0	55,0

40,0 anos (em ordem decrescente: Paraná; Rio Grande do Norte; Pernambuco e Piauí; Paraíba; Espírito Santo; Maranhão; Bahia e Sergipe; Goiás). Os demais seis Estados figuram na metade inferior da mesma classe, com vidas médias superiores a 35,0 mas não superiores a 40,0 anos (Minas Gerais, Alagoas, Rio de Janeiro, Pará, Amazonas, Mato Grosso).

Não foi calculada a vida média para a população natural do Distrito Federal, tendo-se tábuas de sobrevivência fidedignas, construídas pelo Laboratório segundo a mortalidade da população presente nos períodos 1939-41 e 1949-51. Pode-se estimar em 47,6 anos a vida média da população presente do Distrito Federal no curso do decênio considerado no presente estudo.

A média aritmética ponderada dos valores da vida média calculados para os diversos Estados e para o Distrito Federal quase coincide com o valor calculado diretamente para a população natural do Brasil, ficando assim controlados e confirmados tanto aquêles cálculos como êste.

* * *

6. Como já foi advertido, é possível que erros de levantamento e de apuração dos censos tenham influído em medida não desprezível sôbre os resultados dos cálculos da vida média.

Para ter uma idéia das eventuais influências dêsses erros, considerem-se duas hipóteses opostas:

a) os dados de 1940 sôbre a população total estão errados por excesso e os de 1950 sôbre a população de 10 anos e mais estão certos ou errados por falta; neste caso, o número dos óbitos de pessoas existentes na primeira data, calculado pela diferença entre os primeiros e os segundos, fica errado por excesso e a vida média resulta errada por falta;

b) os dados de 1940 estão errados por falta e os de 1950 estão certos ou errados por excesso; neste caso, o número calculado dos óbitos fica errado por falta e a vida média resulta errada por excesso.

É possível, ainda, que erros nas estimativas, largamente aproximadas, das taxas de natalidade estaduais, que foram efetuadas pelo Laboratório, influam em medida não desprezível no cálculo da vida média.

Esta influência, também, pode verificar-se em sentidos opostos:

a) se a estimativa da natalidade estiver errada por falta, o número dos óbitos calculado pela diferença entre o número dos nascidos no decênio e o número (que se supõe estar certo) dos vivos em idades de 0 a 9 anos em 1950 fica errado por excesso e a vida média resulta errada por falta;

b) se a estimativa da natalidade estiver errada por excesso, o número calculado dos óbitos fica errado por falta e a vida média resulta errada por excesso.

Não é possível estabelecer o sentido nem a medida em que agem nos diversos Estados as influências acima especificadas. O autor da presente nota julga, entretanto, que elas não afetam profundamente os dados da vida média nos diversos Estados obtidos pelos cálculos do Laboratório, os quais devem ser considerados apenas como estimativas de larga aproximação.

* * *

7. Nos países de civilização ocidental, a vida média da mulher é, em geral, sensìvelmente superior à do homem, contribuindo para esta diferença fatôres biológicos e fatôres sociais.

O Brasil não escapa à regra, antes apresenta uma diferença bem acentuada entre a vida média das mulheres (46,0 anos) e a dos homens (41,5).

Em todos os Estados verifica-se diferença no mesmo sentido, mas em medida bastante variável. As menores diferenças, não superiores a 2 anos, observam-se nos Estados do Amazonas, de Santa Catarina, do Pará e de Sergipe; as maiores diferenças, de 5 anos ou mais, observam-se nos Estados de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte e de Goiás.

Na população presente do Distrito Federal é, também, elevada a diferença entre a vida média da mulher (50,6 anos) e a do homem (44,8).

Não havendo motivo para se supor que ocorrem sensíveis variações na ação dos fatôres biológicos nas diversas populações brasileiras, pode-se presumir que as variações da diferença entre a vida média dos dois sexos dependam principalmente da ação de fatôres sociais. A investigação dêstes fatôres oferece um interessante campo de estudos aos sociólogos brasileiros.

* * *

8. Os estudos cujos resultados foram resumidos nestas páginas apresentam pela primeira vez um quadro comparativo completo da mortalidade nos diversos Estados do Brasil.

Cumpre, todavia, salientar que êles fornecem, apenas, dados sintéticos e largamente aproximativos, insuficientes para satisfazer de maneira adequada os desideratos dos demógrafos e as necessidades dos governos.

Sòmente pela pronta e enérgica eliminação das falhas da estatística do registro civil poderá o Brasil habilitar-se para obter, com o auxílio dos dados do próximo censo de 1960, as indispensáveis informações certas e definitivas sôbre a mortalidade nas diversas partes do país.

VI

SÔBRE O CÁLCULO DE TÁBUAS DE MORTALIDADE PARA OS ESTADOS DO BRASIL MEDIANTE COMPARAÇÃO ENTRE CENSOS SUCESSIVOS [1]

O cálculo de tábuas de mortalidade para o Brasil segundo o método normal da comparação entre os números médios anuais de falecidos em dado período e os correspondentes números médios anuais de vivos no mesmo período, por intervalos anuais de idade, não se tornou possível, até agora, para o Brasil, em conseqüência das lacunas irreparáveis da estatística dos óbitos.

Êsse método pôde ser aplicado apenas às populações de alguns municípios urbanos e à do Estado de São Paulo, onde o registro dos óbitos é quase completo. Para o Distrito Federal e o município de São Paulo, o cálculo foi efetuado de acôrdo com a mortalidade dos períodos 1920-21, 1939-41 e 1949-51; para o Estado de São Paulo, as tábuas referem-se aos dois últimos períodos.

Para o conjunto do Brasil, eu calculei tábuas de mortalidade, mediante comparação entre censos sucessivos, para os períodos 1870-1890, 1890-1920 e 1940-1950 [2].

Vou esclarecer, sumàriamente, o processo aplicado no último dêstes cálculos, baseado na comparação entre os dados dos censos de 1940 e de 1950 referentes à população natural do Brasil (não foram incluídos no cálculo os naturais do exterior para se eliminarem as influências das migrações internacionais sôbre as variações da população no período intercensitário).

Os habitantes em idades de $x+10$ a $x+19$ anos presentes no segundo censo são os sobreviventes dos presentes em idades de x a $x+9$ anos no primeiro censo. Se não houve emigração para o exterior (e, de fato, na população natural do Brasil esta emigração foi desprezível, no período em estudo), a diferença entre o segundo e o primeiro dêsses números de habitantes representa o número dos óbitos ocorridos no grupo inicialmente considerado, no período intercensitário decenal [3].

Pode-se, portanto, calcular uma taxa de sobrevivência pela razão entre o referido número de sobreviventes e o número inicial dos vivos. Da série das taxas de sobrevivência de um para outro intervalo de idade, assim calculadas, podem ser deduzidas as taxas de sobrevivência de um para outro aniversário: nesta aplicação, do $(x+5)^o$ ao $(x+15)^o$.

De outro lado, a comparação entre os presentes em idades de 0 a 9 anos no segundo censo e os nascidos vivos no período intercensitário torna possível o cálculo de taxas de sobrevivência para as idades infantis.

Têm-se, assim, elementos suficientes para a construção de uma tábua de sobrevivência reduzida, da qual pode ser obtida por interpolação a tábua completa.

---

[1] Comunicação apresentada pelo Professor GIORGIO MORTARA à 31.ª Sessão do Instituto Internacional de Estatística (setembro de 1958).

[2] Essas tábuas estão incluídas em estudos publicados nos N.os 7 de 1941 e 69/70 de 1957 da Revista Brasileira de Estatística.

[3] O intervalo não foi exatamente decenal, e sim de 9 anos e 10 meses; mas se tornou fácil deduzir da composição por idade da população em 1.º de setembro de 1940 a em 1.º de julho do mesmo ano, data anterior exatamente de dez anos à do censo de 1950.

Êste processo, aplicado num primeiro ensaio à população natural do Brasil, foi sucessivamente aplicado também para o cálculo de tábuas de mortalidade para as populações naturais de seis dos principais Estados (foram consideradas as populações naturais, e não as presentes, para se eliminarem as influências das migrações interiores sôbre as variações das populações no período intercensitário).

Tanto para o Brasil como para os seis Estados, a construção de tábuas de mortalidade ficou limitada ao sexo masculino, porque a maior gravidade dos erros nas declarações de idade das mulheres — especialmente a dos erros "de rejuvenescimento" — torna muito difícil a aplicação do processo ao sexo feminino (por exemplo, o número das mulheres em idades de 10 a 19 anos em 1950 era, aparentemente, maior do que o das de 0 a 9 anos em 1940). Foi, todavia, estimada a duração aproximativa da vida média da mulher, sendo levadas em conta a duração calculada para o homem e a razão entre as taxas de mortalidade geral dos dois sexos.

* * *

A publicação das tábuas-padrões de mortalidade elaboradas pela Divisão de População das Nações Unidas [4] tornou possível o contrôle das tábuas de mortalidade calculadas para as populações naturais do Brasil e de seis Estados, como também a extensão do cálculo aos demais Estados.

Essas tábuas-padrões, elaboradas com base numa laboriosa e profunda análise da marcha da mortalidade em países diversos e em épocas diferentes, representam andamentos típicos correspondentes a diferentes níveis da mortalidade geral e a diferentes durações da vida média.

Para aproveitá-las nas pesquisas sôbre a mortalidade das populações brasileiras, deduziram-se delas taxas de sobrevivência, pela razão entre os vivos nas idades de $x+10$ a $x+19$ *anos* e os nas de x a $x+9$ *anos*. Investigou-se, depois, qual das tábuas-padrões apresentava, em cada caso considerado, os resultados mais próximos dos obtidos pelo cálculo das correspondentes taxas de sobrevivência mediante comparação entre os dois últimos censos. Ficou, assim, determinada a marcha presumível da mortalidade em função da idade, correspondente a cada nível de mortalidade medido pela comparação entre os censos.

O contrôle efetuado sugeriu algumas retificações dos cálculos realizados para o Brasil e para seis Estados; e o auxílio das tábuas-padrões tornou possível o cálculo da vida média também para os outros quatorze Estados.

Obteve-se, assim, pela primeira vez no Brasil, uma visão comparativa — embora apenas aproximada — das diferenças de mortalidade entre as diversas partes dêste vasto país.

Para a população natural do Brasil, a vida média segundo a mortalidade do período 1940-50 ficou determinada em 43,7 anos para o conjunto dos dois sexos, em 41,5 para os homens e em 46,0 para as mulheres.

Segundo a mortalidade do mesmo período, a vida média para o conjunto dos dois sexos ascendia a 32,1 anos na Índia, 45,5 no Chile, 59,1 na Argentina, 65,9 nos Estados Unidos e 69,3 na Suécia.

O nível médio da mortalidade no Brasil era, portanto, muito elevado naquele período; e fica ainda elevado, apesar da notável diminuição verificada nos últimos anos.

Nos diversos Estados [5], a vida média para o conjunto dos dois sexos, segundo a mortalidade do período 1940-50, varia entre o mínimo de 36,3 anos

---

[4] Em *Methods for Population Projections by Sex and Age* (New York, United Nations, 1956), *Appendix*, págs. 70 a 81.

[5] Os vinte Estados abrangem 97,0% da população natural do Brasil, 2,7% desta sendo constituídos pelos naturais do Distrito Federal e 0,3% pelos naturais dos Territórios Federais e da zona da Serra dos Aimorés contestada entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

A importância demográfica dos diversos Estados varia entre amplos limites: em 1950 ascendiam apenas a 460 000 os naturais de Mato Grosso e a 512 000 os do Amazonas, enquanto atingiam 7 868 000

de Mato Grosso e o máximo de 53,0 anos do Rio Grande do Sul. Em todos os Estados a vida média é menor para o sexo masculino (variando entre 34,6 e 51,0 anos) do que para o feminino (de 38,2 a 55 anos).

Em três dos quatro Estados da região Sul (São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), a mortalidade é relativamente baixa; nos Estados das regiões Norte e Centro-Oeste ela é muito elevada; e também é bastante elevada na maior parte dos Estados das regiões Leste e Nordeste.

Dados sôbre a vida média nos diversos Estados, para os dois sexos em conjunto e para cada sexo, constam da tabela seguinte.

Vida média, segundo a mortalidade verificada nas populações naturais dos diversos Estados do Brasil no decênio de 1.º-VII-1940 a 30-VI-1950

ESTADO	PERCENTAGEM DO ESTADO NA POPULAÇÃO NATURAL DO BRASIL	VIDA MÉDIA (Anos)		
		Homens e mulheres	Homens	Mulheres
Mato Grosso	0,91	36,3	34,6	38,2
Amazonas	1,01	37,9	37,5	38,3
Pará	2,22	38,0	37,0	39,0
Rio de Janeiro	4,72	38,1	36,9	39,4
Alagoas	2,43	38,8	37,0	40,7
Minas Gerais	17,44	39,5	38,0	41,0
Goiás	1,91	40,1	36,8	43,6
Sergipe	1,41	41,0	40,0	42,0
Bahia	10,09	41,0	39,0	43,0
Maranhão	3,00	41,2	39,5	43,0
Espírito Santo	1,80	41,7	40,3	43,3
Paraíba	3,67	42,4	40.0	45,0
Piauí	2,18	42,7	41,0	44,5
Pernambuco	6,89	42,7	40,3	45,3
Rio Grande do Norte	1,96	42,7	40,0	45,6
Paraná	2,85	43,1	41,6	44,7
Ceará	5,63	45,0	43,0	47,0
São Paulo	15,53	49,3	47,2	51,5
Santa Catarina	2,97	49,4	48,3	50,6
Rio Grande do Sul	8,38	53,0	51,0	55,0

Para o Distrito Federal, o cálculo de tábuas de mortalidade efetuado pelo método normal para os períodos próximos aos dois últimos censos torna possível determinar os valôres aproximados da vida média para o decênio intercensitário: 47,6 anos para o conjunto dos dois sexos, 44,8 para os homens e 50,6 para as mulheres. Advirta-se que êste cálculo se refere à população *presente* no Distrito Federal (em elevada proporção *natural* de outras Unidades da Federação), e não à população natural do próprio Distrito.

* * *

A construção de tábuas de mortalidade mediante comparação entre censos sucessivos oferece ao demógrafo a satisfação de enfrentar e resolver tôda uma série de problemas, que não surgem quando o cálculo é efetuado na base de elementos completos. Em geral, entretanto, não pode atingir o elevado grau

os naturais de São Paulo e 8 836 000 os de Minas Gerais. A primeira coluna da tabela indica a percentagem dos naturais de cada Estado no total dos naturais do Brasil.

Cumpre lembrar que as tábuas de mortalidade se referem às populações *naturais* dos diversos Estados e não as *presentes*. Mas a grande maioria da população de quase todos os Estados é constituída por naturais do próprio Estado, de modo que as tábuas dão uma idéia suficiente da variação territorial da mortalidade.

de aproximação que se consegue na maior parte dos países onde as tábuas de mortalidade podem ser construídas pelo método normal, com base nos números médios anuais dos falecidos e dos vivos.

Para ilustrar algumas causas de imprecisão dos cálculos baseados na comparação entre censos sucessivos, vou referir-me, por simplicidade de exposição, à aplicação efetuada para o Brasil.

O número dos falecidos no período intercensitário decenal foi calculado por partes, em duas operações. A primeira parte, constituída pelos falecidos que já viviam na data inicial do decênio, foi determinada pela diferença entre o número dos vivos de tôdas as idades nessa data inicial e o dos vivos de 10 anos e mais na data final do decênio. A segunda parte, constituída pelos falecidos que nasceram no curso do próprio decênio, foi determinada pela diferença entre o número dos nascidos vivos neste período e o número dos vivos em idades de 0 a 9 anos na data final.

Os resultados dêstes cálculos corresponderiam exatamente à realidade sòmente no caso em que estivessem satisfeitas as seguintes condições:

a) que estivessem rigorosamente exatos os dados dos censos de 1940 e de 1950;

b) que estivessem rigorosamente exatos os dados sôbre os nascimentos ocorridos no período intercensitário;

c) que não se tivessem verificado nesse período migrações para o exterior ou do exterior de naturais do Brasil (ou de naturais do Estado, nos cálculos por Estados).

A condição c, como já adverti, fica satisfeita com suficiente aproximação, sendo pequeníssimos, relativamente, os números dos brasileiros natos que emigraram para o exterior ou que reimigraram do exterior no período considerado.

A condição *a* não fica satisfeita. Julga-se que os censos de 1940 e de 1950 sejam, em geral, fidedignos, tendo alcançado um bom grau de aproximação. Mas é certo que nêles, assim como nos próprios censos dos países mais adiantados, se verificaram erros, seja na enumeração dos habitantes, seja no levantamento de seus caracteres e especialmente da idade e do lugar de nascimento.

A condição *b*, também, não fica satisfeita. O número dos nascidos no período decenal, adotado como elemento do cálculo, não é aquêle — muito inferior à verdade — que consta da estatística do registro civil; foi determinado pela aplicação de uma taxa de natalidade estimada à população presente média do decênio. Ora, o cálculo da população média, baseado nos dados da população inicial e da final, fica afetado pelos erros eventuais dêstes dados. E a estimativa da taxa de natalidade, baseando-se na determinação do número dos nascidos no decênio efetuada mediante o número dos sobreviventes na data final, aumentado do número dos já falecidos estimado segundo hipóteses aceitáveis de mortalidade, dá apenas um valor de larga aproximação.

Em que sentido e em que medida a circunstância de não ficarem satisfeitas as condições *a* e *b* influi no cálculo do número de óbitos e logo nos das taxas de mortalidade e da vida média?

Procurarei responder a êste quesito.

* * *

A influência dos erros nos dados censitários no cálculo da primeira parte do número dos óbitos é bem maior do que poderia parecer à primeira vista.

Representando-se por P o verdadeiro número total dos habitantes naturais do Brasil na data do primeiro censo e por $P+h$ o número constante dêste censo, por P' o verdadeiro número dos habitantes de 10 anos e mais naturais do Brasil na data do segundo censo e por $P'+k$ o número constante dêste censo,

pode-se representar o cálculo da primeira parte D dos óbitos ocorridos no decênio intercensitário pela fórmula:

$$D = (P+h) - (P'+k) = (P-P') + (h-k).$$

O êrro do número D de óbitos assim calculado fica, portanto, igual à diferença entre o êrro h do primeiro resultado censitário e o êrro k do segundo. Se êstes dois dados estiverem errados no mesmo sentido, o êrro no cálculo dos óbitos fica inferior em valor absoluto ao maior dos dois erros h e k, e até chega a se anular no caso em que êstes são iguais entre si. Mas se os dois dados censitários estiverem errados em sentidos opostos, o valor absoluto do êrro no cálculo dos óbitos fica igual à soma dos valores absolutos dos erros h e k dêsses dados.

Sendo o número dos óbitos muito menor do que os números dos habitantes, a erros absolutos da mesma ordem corresponde um êrro relativo muito maior no primeiro do que nos segundos, como esclarecerei por um exemplo.

Suponha-se que os dados de ambos os censos estejam errados por falta; não, porém, na mesma proporção; exprimindo-se um e outro êrro em relação ao valor do primeiro dêsses dados, seja:

$$h = -0{,}02P \quad , \quad k = -0{,}01\ P.$$

O êrro do número calculado dos óbitos D fica, então, igual a:

$$h-k = -0{,}01\ P.$$

Na aplicação ao Brasil, o número D dos óbitos é igual a cêrca de um décimo do número P dos expostos a morrer. Se fôr pôsto, portanto:

$$D = 0{,}1\ P,$$

ao êrro por falta de D calculado acima corresponde o êrro relativo de:

$$-0{,}01\ P : D = -0{,}01\ P : 0{,}1\ P = -0{,}1.$$

Embora no caso suposto os erros relativos dos dados censitários não excedam 2%, o êrro relativo do número de óbitos dêles deduzido atinge 10%.

Note-se que foram supostos errados no mesmo sentido os dois censos. Se, pelo contrário, êles estiverem errados em sentidos opostos, a diferença entre a ordem de grandeza relativa do êrro no dado dos óbitos e a dos erros nos dados de população pode tornar-se bem maior.

Supondo-se, por exemplo:

$$h = +0{,}02\ P \quad , \quad k = -0{,}01\ P,$$

o êrro do número dos óbitos fica:

$$h - k = 0{,}03\ P$$

e o correspondente êrro relativo:

$$0{,}03\ P : D = 0{,}03\ P : 0{,}1\ P = 0{,}3.$$

Neste caso, também, os erros relativos dos dados censitários não excedem 2%, mas o êrro relativo do número de óbitos dêles deduzido atinge 30%.

Vê-se, portanto, que mesmo erros relativamente pequenos dos dados censitários podem determinar erros relativamente grandes dos números de óbitos calculados por diferença entre censos sucessivos.

No cálculo da taxa de mortalidade geral, divide-se o número médio anual dos óbitos ocorridos pela população média do decênio, que no caso do Brasil

é igual a cêrca de 1,125 P. Um êrro de 0,02 P no número parcial D dos óbitos torna-se igual a 0,002 P na média anual, e logo determina um êrro de

$$0{,}002 : 1{,}125 = 0{,}00179$$

no cálculo da taxa de mortalidade geral. Se esta ascender na realidade a 20 por 1 000 habitantes, ficará alterada para 21,79 ou 18,21, segundo o sentido do êrro.

No cálculo da vida média também se reflete o êrro do número parcial D dos óbitos. Se, por exemplo, êste êrro alterar na proporção de 1 por 1 000 habitantes a taxa de mortalidade geral da população estacionária (isto é, a recíproca da vida média), que no Brasil é da ordem de 25 por 1 000 habitantes, a vida média, que é da ordem de 40 anos, resultará aumentada ou diminuída de cêrca de um ano e meio, segundo o sentido do êrro.

* * *

A segunda parte do número total dos óbitos do decênio, constituída pelo número calculado D' dos falecidos neste período que nasceram no Brasil no curso do próprio período, sendo determinada pela diferença entre o número dos nascidos vivos no Brasil no decênio e o número dos presentes na data final em idades de 0 a 9 anos, fica também sujeita à influência dos erros ocorridos no censo efetuado nesta data. Acêrca desta influência podem-se fazer considerações paralelas às que foram expostas acima, que omitirei para evitar a repetição. Mas no cálculo em exame manifesta-se outra influência, para o estudo da qual convém supor que estejam exatos tanto os dados dos dois censos como o da população média do decênio calculada com base nestes dados.

No caso do Brasil, como já lembrei, a possibilidade de erros não desprezíveis na determinação do número dos nascidos no decênio depende da circunstância de que êste número não foi obtido por um registro direto e completo, e sim foi calculado mediante a multiplicação duma taxa de natalidade geral estimada pela população média do decênio.

Para mostrar como os eventuais erros na estimativa desta taxa de natalidade influem no cálculo de D', usarei os seguintes símbolos, com significação em alguns casos diferente daquela que lhes foi atribuída acima:

N, verdadeiro número médio anual dos nascidos vivos,

P, verdadeira população média presente (inclusive os naturais do exterior cujos filhos nascidos no Brasil ficam incluídos entre os brasileiros natos),

$n = N : P$, verdadeira taxa de natalidade geral da população presente,

$n+h$, taxa de natalidade geral estimada da população presente,

$V_{0,9}$, naturais do Brasil em idades de 0 a 9 anos presentes no segundo censo.

O número estimado dos nascidos vivos no curso do decênio é dado por:

$10\ (n+h)\ P = 10\ (nP+hP) = 10\ N+10\ hP$.

O êrro do número total estimado dos nascidos vivos é, portanto, igual a $10\ hP$.

O número estimado D' dos falecidos no decênio que nasceram no Brasil no curso dêste período fica determinado pela diferença:

$$10\ N+10\ hP - V_{0,9},$$

e, portanto, difere na medida de $10\ hP$, para mais ou para menos, segundo o sinal de h, do verdadeiro número correspondente (se, como fôr suposto por simplicidade, os dados de população estiverem exatos).

O êrro no cálculo dos nascidos transfere-se, portanto, inalterado no cálculo desta segunda parte dos óbitos.

Mas a sua importância relativa é muito diferente nos dois cálculos, pois que, mesmo no Brasil, onde o número dos óbitos aqui considerados se mantém ainda elevado, êle é da ordem de um quarto daquele dos nascidos vivos dos quais procedem os falecidos. Logo, um êrro de 2 a 2,5% na estimativa dos nascidos no decênio dá lugar a um êrro de 8 a 10% na estimativa do número *D'* dos óbitos que dêles procederam.

As taxas de natalidade brasileiras são da ordem de 40 a 50 por 1 000 habitantes. Um êrro de 1 por 1 000 habitantes na sua estimativa corresponde, portanto, a um êrro relativo de 2,5 a 2% nessas taxas e de 10 a 8% nos números de óbitos calculados com base nelas.

Note-se que os erros nas estimativas das taxas de natalidade brasileiras são, provàvelmente, maiores do que o êrro de 1 por 1 000 habitantes suposto acima. Não se pode excluir que para alguns Estados os erros atinjam proporções mais elevadas — duplas ou até triplas —, por excesso ou por falta; e portanto não se pode excluir que os correspondentes valores calculados de *D'* se afastem da verdade nas proporções de 16 a 24%.

Um êrro de 10 *hP* no cálculo de *D'* dá lugar a um êrro de *hP* no numerador da taxa de mortalidade geral da população natural do Brasil, onde *D'* figura dividido por 10. Se o denominador desta taxa fôsse *P* (que, segundo a convenção aqui adotada representa a população média total, inclusive os naturais do exterior), êsse êrro faria aumentar ou diminuir a taxa de mortalidade exatamente na mesma proporção em que faz aumentar ou diminuir a taxa de mortalidade exatamente na mesma proporção em que faz aumentar ou diminuir a taxa de natalidade. Por exemplo, para $h = 0{,}001$ (isto é, 1 por 1 000 habitantes: taxa de natalidade de 41 ou 39, em vez de 40), a taxa de mortalidade ficaria também aumentada ou diminuída na proporção de 0,001 (ficando, por exemplo, 21 ou 19, em vez de 20 por 1 000 habitantes). Mas o denominador da taxa de mortalidade da população natural, isto é, o número que representa a população média natural do Brasil, é menor do que *P*, não incluindo os nascidos no exterior, e portanto o êrro no cálculo de *D'* determina um êrro um pouco maior do que o estimado acima, no cálculo da taxa de mortalidade.

Sendo as taxas de mortalidade brasileiras da ordem da metade, ou menos, das taxas de natalidade, pode-se afirmar que um êrro igual nos dois tipos de taxas tem importância relativa cêrca de duas vêzes maior no primeiro tipo do que no segundo. Um êrro de 1 por 1 000 habitantes corresponde, em medida relativa, a 2,5% de uma taxa de natalidade de 40, mas a 5% de uma taxa de mortalidade de 20 por 1 000 habitantes.

Um êrro de 1 por 1 000 habitantes na determinação da taxa de mortalidade da população estacionária, que é da ordem de 25 por 1 000 habitantes, altera esta taxa para 26 ou 24 e se reflete num êrro de mais de um ano e meio no cálculo da vida média, isto é, num êrro relativo de 4% para a vida média de 40 anos.

* * *

Por conveniência de análise, mostrei separadamente como influem os erros dos recenseamentos e os da estimativa dos nascimentos no cálculo das duas partes nas quais se discrimina o número total dos óbitos ocorridos no período intercensitário.

Mas na realidade os erros dos dois cálculos parciais influem conjuntamente na determinação dêsse número, somando-se algèbricamente, de modo que o êrro resultante fica igual em valor absoluto à soma dos dois erros parciais, se êstes tiverem o mesmo sinal, ou à sua diferença, se tiverem sinais opostos.

Dois erros parciais, cada um dos quais aumenta (ou diminui) a taxa de mortalidade na proporção de 1 por 1 000 habitantes, somando-se, aumentam

(ou diminuem) esta taxa na proporção de 2 por 1 000 habitantes, e, nas condições do Brasil, determinam um êrro de cêrca de 3 anos por falta (ou por excesso) no cálculo da vida média.

* * *

As considerações expostas em tôrno das causas de erros no cálculo dos números de óbitos por diferenças entre censos sucessivos não visam a desvalorizar as elaborações efetuadas para o Brasil e para seus Estados, por iniciativa do próprio autor desta comunicação. Elas visam apenas a advertir — por dever de honestidade científica — que os resultados de tais elaborações devem ser considerados como dados de primeira aproximação. Êles oferecem uma primeira visão comparativa dos níveis da mortalidade nas diversas partes do Brasil, mas não constituem bases suficientes para análises mais aprofundadas.

As grandes diferenças que êles revelam entre os diversos Estados tornam mais vivo o desejo de dados mais seguros, como os que se obterão quando forem reparadas as falhas das estatísticas do registro civil e forem ainda aperfeiçoados os levantamentos, já bem organizados, dos censos demográficos.

VII

ESTIMATIVA DO NÚMERO DOS ÓBITOS E DA TAXA DE MORTALIDADE GERAL PARA O BRASIL (1950) [1]

Tendo sido afirmado pelo autor da presente nota [2] que a tábua de sobrevivência calculada de acôrdo com a mortalidade observada no Estado de São Paulo durante o período 1939-1941 representa com suficiente aproximação a situação da mortalidade no conjunto do Brasil nos primeiros anos sucessivos ao censo de 1950, foi pedida a justificação dessa conjetura.

Parece útil expor pùblicamente os cálculos que fornecem, na opinião do autor, a justificação requerida.

* * *

Tomaram-se como elementos para os cálculos, efetuados separadamente para os dois sexos: as taxas de mortalidade, por grupos qüinqüenais de idade, calculadas segundo as tábuas de sobrevivência do Estado de São Paulo, 1939-41 [3], e os números de vivos, por grupos qüinqüenais de idade, segundo os dados ajustados do censo de 1950, para o conjunto do Brasil [4].

A aplicação das taxas de mortalidade aos números de vivos dos correspondentes grupos de idade deu os respectivos números de óbitos.

Os elementos e os resultados do cálculo descrito acima constam das tabelas I (homens) e II (mulheres).

Somando os óbitos estimados por grupos de idade, obtêm-se os totais de 500 070 para os homens, 459 051 para as mulheres e 959 121 em conjunto. Êste último número, pôsto em relação com o total dos habitantes na data central do ano de 1950, isto é, 51 976 000, dá a taxa de mortalidade geral de 18,45 por 1 000 habitantes (e, separadamente, de 19,31 para o sexo masculino e 17,60 para o feminino).

Pela comparação entre os resultados dos censos de 1940 e de 1950, fôra estimada em 20 a 21 por 1 000 habitantes a taxa de mortalidade geral da população natural do Brasil no período intercensitário.

A taxa calculada acima para 1950 marca uma sensível melhoria em comparação com a média de 1940-50: melhoria que deve efetivamente ter-se verificado, como atestam as comparações feitas entre os níveis da mortalidade em tôrno de 1940 e de 1950 nas populações brasileiras para as quais se dispõe de dados fidedignos [5].

Senão em 1950, uma taxa de mortalidade geral da ordem de 18 a 19 por 1 000 habitantes deve ter sido alcançada nos primeiros anos seguintes, e talvez a mortalidade atual (1955) no conjunto do Brasil já fique um pouco abaixo do nível paulista de há quinze anos.

---

[1] Nota redigida pelo Prof. GIORGIO MORTARA.

[2] No artigo *The Development and Structure of Brazil's Population*, publicado na revista "Population Studies" da London School of Economics, vol. VIII, N.º 2, Nov. 1954.

[3] Tábuas ajustadas, publicadas no vol. 18 desta série de "Estatística Demográfica" dos "Estudos de Estatística Teórica e Aplicada", *Pesquisas sôbre a mortalidade no Brasil* (Rio, I.B.G.E., 1954), págs. 79-82.

[4] Veja-se a seção D. III dêste volume.

[5] Vejam-se as comparações: para o Distrito Federal, no vol. n.º 18 desta série de "Estatística Demográfica", *cit.*, seção II; para o Município de São Paulo no volume 19 da mesma série (I.B.G.E., 1954), seção I, e para o Interior do Estado de São Paulo no volume N.º 20, da mesma série (Rio, I.B.G.E., 1956), seção IV.

Também as características da marcha da mortalidade em função da idade no Brasil parecem ser com suficiente aproximação descritas pela tábua paulista, levando-se em conta os resultados de pesquisas anteriores [6].

Tabela I

*Cálculo dos óbitos no Brasil em 1950, segundo a mortalidade paulista de 1939-41**

A. Homens

IDADE (Anos completos)	DADOS DA TÁBUA DE SOBREVIVÊNCIA S. P. 1939-41			VIVOS EM 1.º-VII-1950	ÓBITOS ESTIMADOS EM 1950
	Lx	dx	1 000 dx / Lx		
0 a 4	393 769	26 073	66,21	4 247 300	281 214
5 a 9	365 993	1 299	3,55	3 570 400	12 675
10 a 15	360 991	868	2,40	3 173 200	7 616
15 a 19	355 871	1 307	3,67	2 651 700	9 732
20 a 24	347 768	1 840	5,29	2 351 900	12 442
25 a 29	337 875	2 129	6,30	2 010 800	12 668
30 a 34	326 329	2 505	7,68	1 724 300	13 243
35 a 39	312 638	2 990	9,56	1 457 600	13 935
40 a 44	296 209	3 608	12,18	1 259 700	15 343
45 a 59	276 294	4 384	15,87	1 024 000	16 251
50 a 54	252 067	5 332	21,15	798 400	16 886
55 a 59	222 713	6 427	28,86	618 200	17 841
60 a 64	187 719	7 564	40,29	429 700	17 313
65 a 69	147 422	8 493	57,61	295 900	17 047
70 a 74	103 876	8 776	84,49	156 700	13 240
75 a 79	61 725	7 853	127,23	82 600	10 509
80 a 84	27 854	5 492	197,17	33 900	6 684
85 a 89	7 932	2 505	315,81	10 400	3 284
90 e mais	1 034	555	536,75	4 000	2 147
TOTAL	*4 386 079*	*100 000*	—	*25 900 700*	*500 000*

* Dados da tábua de sobrevivência, por intervalos qüinqüenais de idade:
Lx número médio dos vivos,
dx número dos óbitos,
$\frac{1\,000\,dx}{Lx}$, taxa central de mortalidade por 1 000.
Vivos em 1.º-VII-1950: dados ajustados e arredondados:
Óbitos: estimados multiplicando-se os números de vivos em 1.º-VII-1950 pelas taxas centrais de mortalidade divididas por 1 000.

Tabela II

*Cálculo dos óbitos no Brasil em 1950, segundo a mortalidade paulista de 1939-41**

B. Mulheres

IDADE (Anos completos)	DADOS DA TÁBUA DE SOBREVIVÊNCIA S. P. 1939-41			VIVOS EM 1.º-VII-1950	ÓBITOS ESTIMADOS EM 1950
	Lx	dx	1 000 dx / Lx		
0 a 4	402 531	24 162	60,03	4 147 500	248 974
5 a 9	375 867	1 176	3,13	3 465 100	10 846
10 a 14	371 442	747	2,01	3 153 400	6 338
15 a 19	366 853	1 376	3,75	2 656 400	9 962
20 a 24	356 414	2 505	7,03	2 360 500	16 594
25 a 29	343 929	2 504	7,28	2 022 300	14 722
30 a 34	331 197	2 605	7,87	1 743 400	13 721
35 a 39	317 692	2 815	8,86	1 485 400	13 161
40 a 44	302 841	3 149	10,40	1 295 400	13 472
45 a 49	285 941	3 638	12,72	1 071 700	13 632
50 a 54	266 124	4 321	16,24	847 600	13 765
55 a 59	242 344	5 232	21,59	669 200	14 448
60 a 64	213 378	6 393	29,96	467 400	14 003
65 a 69	178 106	7 729	43,40	330 600	14 348
70 a 74	136 271	8 945	65,64	181 400	11 907
75 a 79	90 002	9 353	103,92	104 000	10 808
80 a 84	45 901	7 920	172,55	47 700	8 231
85 a 89	14 537	4 386	301,71	18 100	5 461
90 e mais	1 838	1 044	568,01	8 200	4 658
TOTAL	*4 643 208*	*100 000*	—	*26 075 300*	*459 051*

* Veja-se a nota à tabela I.
[6] Veja-se a seção C. III dêste volume.

VIII

LIGEIRAS CONSIDERAÇÕES SÔBRE A MORTALIDADE INFANTIL NO BRASIL [1]

SUMÁRIO: 1. Dificuldades para o cálculo de taxas de mortalidade infantil neste país. Sinopse dos resultados dos cálculos efetuados em estudos anteriores. — 2. Conclusões que podem ser tiradas dêsses resultados. — 3. Estimativa do número dos nascidos vivos nos dez últimos anos anteriores ao censo de 1950 e do número dos que faleceram antes da data do censo; cálculo da respectiva taxa de mortalidade. — 4. Conjecturas, baseadas nessa taxa, sôbre a taxa de mortalidade infantil para o conjunto do Brasil nos dez anos considerados. — 5. Estimativa do número dos nascidos vivos, dos falecidos no primeiro ano de idade e da mortalidade infantil em 1951. — 6. Considerações finais.

1. Querendo-se medir a mortalidade das crianças no primeiro ano de idade, é preciso conhecer o número dos nascidos vivos em cada ano do calendário e o número dos falecidos no primeiro ano de idade, possìvelmente discriminados segundo o ano do calendário em que nasceram.

Para o conjunto do Brasil, não se dispõe dêsses elementos, em conseqüência das lacunas no registro dos nascimentos e dos óbitos, e da omissa comunicação de dados por parte dos cartórios.

Para alguns Municípios, entretanto, têm-se elementos suficientemente completos e para outros, aproveitando-se as informações obtidas pelos censos demográficos de 1940 e de 1950, tornou-se possível retificar e completar os dados da estatística do registro civil, de maneira a permitir o cálculo de taxas de mortalidade infantil.

Mercê dos estudos efetuados pelo Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento de 1940 e pelo Laboratório de Estatística do I.B.G.E.[2], foram calculadas essas taxas para os Estados de São Paulo, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, o Distrito Federal e os Municípios das Capitais estaduais mais populosas. Os principais resultados dêsses cálculos constam da tabela I.

Nos anos próximos de 1940, as proporções das crianças falecidas no primeiro ano de idade variavam entre o mínimo de 101 por 1 000 do Estado de Santa Catarina e o máximo de 272 por 1 000 do Município do Recife. É pos-

[1] Estudo redigido pelo Professor GIORGIO MORTARA. Completa-se e retifica-se nesta nova edição, baseada nos resultados definitivos do censo de 1950, a pesquisa divulgada em agôsto de 1952 nos "Estudos Demográficos" e reproduzida no N.º 41 do "Boletim Estatístico", que estava baseada em resultados parciais dêsse censo.

[2] Foram nêles postas em relêvo e reparadas as principais falhas das estatísticas do registro civil. Para apreciar a influência destas falhas, é preciso lembrar que a mortalidade infantil é medida por uma razão, cujo denominador é o número de nascidos vivos e cujo numerador é o número dos falecidos no primeiro ano de idade procedente daquele grupo de nascidos vivos. Os registros omissos ou errôneos influem da seguinte maneira: Os nascidos vivos, em parte, não são registrados pela displicência dos responsáveis; em parte, são registrados errôneamente como nascidos mortos, tendo falecido antes de serem registrados como nascidos vivos. Fica, assim, inferior à realidade o denominador da razão de mortalidade, e em muitas partes do Brasil o êrro por falta é bem forte. Os falecidos no primeiro ano de idade, em parte, não são registrados; em parte figuram registrados como nascidos mortos. Na maior parte dos casos, e especialmente nas cidades, é menor a proporção das omissões no registro dos óbitos do que no registro dos nascimentos, em virtude da declaração exigida para o sepultamento dos falecidos. Assim, sendo em geral maior o êrro relativo, por falta, do denominador do que o do numerador, o cálculo de taxas de mortalidade infantil pelos dados da estatística do registro civil dá, amiúde, valores errados por excesso, às vêzes em proporção bem elevada.

sível, entretanto, que em algumas das zonas às quais não foram estendidos os cálculos pela falta de informações suficientes, a mortalidade infantil descesse abaixo do mínimo ou subisse acima do máximo verificados nas zonas estudadas.

Nos anos próximos de 1950, a mortalidade infantil apresenta forte diminuição no Distrito Federal e nas Capitais estaduais para as quais a publicação dos dados do último censo tornou possível a execução de cálculos paralelos acs que foram feitos para os anos próximos de 1940. Encontram-se, todavia, ao lado de níveis relativamente baixos, como os de 86 por 1 000 do Município de São Paulo, níveis ainda elevados, como o de 244 por 1 000 do Município do Recife.

Tabela I

Mortalidade infantil em algumas populações brasileiras

UNIDADE POLÍTICA OU ADMINISTRATIVA	PERÍODO	FALECIDOS NO 1.º ANO DE IDADE SOBRE 1 000 NASCIDOS VIVOS
Estado de São Paulo	1939–41	159,58
Interior do Estado de São Paulo	1939–41	162,72
Município de São Paulo	1939–41	137,82
Município de São Paulo	1946–48	86,05
Estado de Santa Catarina	1936–40	101,00
Estado do Rio Grande do Sul	1946–50	95,00
Distrito Federal	1939–41	159,30
Distrito Federal	1949–51	97,16
Município do Recife	1939–41	272,32
Município do Recife	1948–50	243,56
Município de Salvador	1939–41	206,30
Município de Salvador	1948–50	162,57
Município de Pôrto Alegre	1939–41	180,20
Município de Pôrto Alegre	1948–50	107,26
Município de Belo Horizonte	1939–41	160,95
Município de Belém	1939–41	159,48
Município de Belém	1948–50	110,96
Município de Fortaleza	1947–49	236,16

* * *

2. Os habitantes das zonas para as quais foram calculadas taxas de mortalidade infantil com referência aos anos próximos de 1940 constituíam pouco mais de um quarto da população do Brasil, mas as características demográficas dessas zonas não podiam ser consideradas representativas daquelas do conjunto do país.

Seria, portanto, inadmissível a adoção da taxa média de mortalidade infantil dessas zonas, embora devidamente ponderada, como expressão conjetural da taxa de mortalidade infantil brasileira.

Pode-se, porém, afirmar com certeza que esta taxa devia estar muito acima daquela do Estado de Santa Catarina, onde o bem-estar, a higiene e a educação atingem níveis bem superiores aos médios nacionais, e exceder, provàvelmente, também a taxa do Estado de São Paulo. Pode-se, ainda, afirmar que a taxa de mortalidade infantil para o conjunto do país devia estar bem abaixo daquela do Recife, que reflete condições locais excepcionalmente desfavoráveis.

A análise do incremento demográfico ocorrido nos últimos dez anos anteriores ao Censo de 1950 corrobora essas afirmações e permite estabelecer, em-

bora com larga aproximação, o nível médio da mortalidade infantil no conjunto do país, como será especificado no parágrafo seguinte.

* * *

3. Entre 1.º de julho de 1940 e 1.º de julho de 1950, a população do Brasil aumentou de 41 090 000 para 51 976 000 habitantes [3].

O aumento de 10 886 000 habitantes foi devido quase exclusivamente ao excedente dos nascimentos sôbre os óbitos, que, mesmo estimando-se generosamente o excedente da imigração sôbre a emigração, pode ser avaliado em 10 750 000.

A população média do Brasil nesse decênio pode ser estimada em 46 320 000 habitantes. Com uma taxa de natalidade de 42 a 44 por 1 000 habitantes, como a que foi determinada em estudos anteriores [3], o número dos nascidos vivos no decênio deve ter sido de 19 454 000 a 20 381 000. Tomando-se a média dêsses dois limites, poder-se-á adotar como estimativa única o número de 19 918 000 nascidos vivos.

Quantos, dêstes quase 20 milhões de nascidos vivos no decênio anterior à data do último censo, ainda sobreviviam nessa data?

A apuração definitiva do censo de 1950 dá o número de 15 368 000 presentes brasileiros natos em idades de 0 a 9 anos, que fica retificado para 15 377 000 levando-se em conta algumas áreas às quais não pôde ser estendida a apuração definitiva pelo extravio dos documentos de coleta.

Sobreviveriam, portanto, no Brasil, 772 por 1 000 dos nascidos no decênio anterior à data do censo. A emigração de crianças para o exterior foi tão pequena nesse período que pode ser desprezada sem inconvenientes num cálculo, como êste, de larga aproximação. Pode-se, assim, estimar em 228 por 1 000 a proporção dos já falecidos.

É claro que, sendo constituído o grupo considerado, em parte preponderante, por crianças que já estavam fora do primeiro ano de idade, a proporção de 228 falecidos por 1 000 nascidos vivos, acima determinada, deve ser muito superior à taxa de mortalidade do primeiro ano de idade.

* * *

4. Dar-se-á mais um passo para a determinação aproximada da taxa de mortalidade infantil, aproveitando-se as tábuas de sobrevivência calculadas para várias populações brasileiras, de acôrdo com a mortalidade observada nos anos de 1939 a 1941. Entre essas tábuas, a para o Município de São Paulo marca a menor mortalidade e a para o Município do Recife a maior.

Pode-se calcular quantos dos nascidos vivos no último decênio anterior a 1.º de julho de 1950 (estimados em 19 918 000) sobreviveriam nesta data, se em cada ano de idade êles estivessem sujeitos à elevada mortalidade observada naquela idade no Recife. O número dos sobreviventes seria de 12 985 000, ou 651,92 por 1 000; número muito inferior ao de 15 377 000, ou 772 por 1 000, que foi encontrado.

Fazendo-se o cálculo paralelo de acôrdo com a mortalidade, relativamente moderada, observada no Município de São Paulo, obtém-se o número de 16 123 000 sobreviventes, ou 809,48 por 1 000, superior ao efetivo.

A mortalidade sofrida pelos nascidos no decênio pré-censitário, no curso dêste mesmo decênio, estimada em cêrca de 228 por 1 000, é, portanto, superior à de 190,52 por 1 000 que corresponderia à mortalidade paulistana, mas fortemente inferior à de 348,08 por 1 000 que corresponderia à mortalidade recifense.

A taxa de mortalidade infantil no Recife é igual a cêrca de 78% desta última taxa, e a em São Paulo é igual a cêrca de 72% da correspondente taxa

[3] Veja-se a seção A. II dêste volume.

acima. Aplicando-se para o conjunto do Brasil a proporção intermédia a essas duas, de 75%, obtem-se:

$$0{,}75 \cdot 228 = 171$$

ou seja, 171 por 1 000 nascidos vivos, como estimativa da proporção dos falecidos no primeiro ano de idade, no decênio pré-censitário.

* * *

5. No curso dos últimos anos, a mortalidade infantil diminuiu, mercê dos progressos da ciência médica e da organização higiênica e sanitária.

Não é temerário supor que, se a proporção média dos falecidos no primeiro ano de idade foi próxima de 171 por 1 000 no último decênio anterior ao censo de 1950, ela se tenha reduzido a cêrca de 160 nos primeiros anos seguintes a êsse censo.

Em 1952 a população média anual do Brasil foi estimada em 54 477 000 habitantes, e o número dos nascidos vivos, segundo a taxa de 43 por 1 000, teria atingido cêrca de 2 343 000. De acôrdo com a taxa de mortalidade de 160 por 1 000, cêrca de 375 000 dessas crianças faleceriam no curso do primeiro ano de idade, enquanto 1 968 000 atingiram o primeiro aniversário.

* * *

6. Taxas de mortalidade infantil da ordem de 170 por 1 000 nascidos vivos, como a estimativa para o último decênio anterior ao censo de 1950, ou de 160, como a estimada para o ano de 1952, são extremamente elevadas, indicando um enorme desperdício de vidas humanas.

Mesmo esta última taxa é mais de cinco vêzes maior do que as observadas na mesma época nos países mais adiantados. E não há razão para se acreditar que não possam ser obtidas no Brasil as reduções da mortalidade infantil que outros países conseguiram.

No primeiro qüinqüênio dêste século, a taxa de mortalidade infantil atingia 132 por 1 000 no Reino Unido, 134 na Suíça e 136 na Holanda. Em 1950, descera para 31 por 1 000 nos dois primeiros países e para 25 no terceiro.

Em prazo mais curto poderá ser alcançado semelhante progresso no Brasil, em virtude dos meios de que hoje pode dispor a arte sanitária.

A notável diminuição da mortalidade infantil que se está verificando nas maiores cidades do país permite esperar que esta fase de progresso, já iniciada, possa ter amplo e rápido desenvolvimento.

IX

CÁLCULOS COMPLEMENTARES SÔBRE A MORTALIDADE INFANTIL NO BRASIL [1]

Na seção C. VIII dêste volume foram expostas conjeturas sôbre o nível da mortalidade infantil no Brasil, baseadas na hipótese de que a taxa de natalidade média no decênio anterior à data do censo de 1950 tenha sido de 43 por 1 000 habitantes.

Êste valor foi tomado como base do cálculo, representando a média dos limites admitidos, de 42 a 44 por 1 000.

A divulgação do estudo citado suscitou pedidos de esclarecimentos, que foram respondidos. Parece interessante divulgar a resposta que foi dada à seguinte pergunta: "Como variaria a estimativa da mortalidade infantil, se a taxa de natalidade fôsse de 44, em vez de 43, por 1 000 habitantes?" (sendo esta taxa de 44 julgada mais próxima da verdade pelo autor da pergunta).

Segundo a taxa de natalidade de 44 por 1 000 habitantes, o número dos nascidos vivos no decênio anterior à data do censo de 1950 subiria para 20 381 000. Os 15 377 000 sobreviventes nessa data representariam 754,5 por 1 000 do número inicial, e os já falecidos corresponderiam a 245,5 por 1 000 dêste número.

Suposta a proporção de 75 : 100 entre a taxa de mortalidade no primeiro ano de idade ("mortalidade infantil") e a taxa de mortalidade dos nascidos no decênio pré-censitário determinada acima (proporção estimada de acôrdo com experiências brasileiras), obtém-se: 0,75 . 245,5 = 184,1, ou seja, a taxa de mortalidade no primeiro ano de idade de 184,1 por 1 000 nascidos vivos no decênio anterior à data do último censo.

O nível da taxa de mortalidade infantil para o ano de 1953 deve ser um pouco menor; pode ser estimado em 160 a 170 por 1 000. É, todavia, ainda mais de cinco vêzes superior aos níveis atingidos nos países mais adiantados.

---

[1] Nota redigida pelo Prof. G. MORTARA.

X

ENSAIO DE CÁLCULO DA TAXA DE REPRODUÇÃO PARA A POPULAÇÃO DO BRASIL [1]

SUMÁRIO: 1. Esclarecimentos preliminares. — 2. Determinação aproximativa das taxas de fecundidade feminina, por qüinqüênios de idade, em 1950. — 3. Comparações internacionais da fecundidade. — 4. Cálculo da taxa de reprodução. Comparações internacionais. — 5. Cálculo do coeficiente de LOTKA.

1. A "taxa de reprodução", ou "coeficiente de BOECKH", de uma população, considerada em determinado período, é um índice convencional [2], calculado pela razão entre o número inicial dos componentes de uma suposta geração reproduzida e o número inicial dos componentes da correspondente geração reprodutora, na qual a proporção inicial entre os dois sexos, e as taxas de mortalidade e de fecundidade femininas em cada ano de idade, são supostas iguais às observadas, no período referido, na população considerada.

É claro que a taxa de reprodução tende a variar do mesmo sentido da fecundidade e em sentido oposto ao da mortalidade [3]. Seus níveis diferem amplamente nos diversos países, e diferem também no mesmo país em épocas diferentes. Observaram-se e observam-se taxas próximas de 2 em populações com elevada fecundidade, taxas inferiores a 1 em populações com fecundidade muito reduzida (a taxa de 2 significa que a geração reproduzida ascende ao dôbro da reprodutora, a taxa de 1 significa que chega apenas a igualá-la).

No Brasil, em virtude da fecundidade muito elevada, a taxa de reprodução atinge decerto um alto nível, apesar da elevada mortalidade. Com efeito, o rápido incremento da população dêste país, devido em parte preponderante ao excedente dos nascimentos sôbre os óbitos e apenas em pequena parte ao excedente das imigrações sôbre as emigrações, dá indício de uma taxa de reprodução bem elevada.

Mas para o cálculo do valor desta taxa é preciso dispor de estatísticas fidedignas tanto sôbre o estado como sôbre o movimento da população. Acêrca do estado da população, os censos brasileiros de 1940 e de 1950 fornecem dados suficientes, relativos à composição por sexo e idade. Acêrca do movimento natural da população, pelo contrário, faltam dados aproveitáveis, pois que as estatísticas do registro civil apresentam lacunas amplas e irreparáveis.

Torna-se, todavia, possível o cálculo aproximativo da taxa de reprodução, mediante os elementos fornecidos pelos censos e com o auxílio de dados sôbre a mortalidade em algumas partes do país. Foi efetuado um cálculo [4] com base

---

[1] Estudo redigido pelo Prof. GIORGIO MORTARA.

[2] Impròpriamente designado, em geral, como "taxa líquida de reprodução". Para maiores esclarecimentos acêrca da significação dessa taxa, dos dados necessários para calculá-la e dos métodos de cálculo, veja-se a monografia do autor do presente estudo, sôbre *As tábuas de sobrevivência e suas aplicações na demografia*, publicada na "Revista Brasileira de Estatística", 1944, N.os 17 e 19 (o "coeficiente de reprodução" é definido à pág. 91 do N.º 17).

Veja-se, também, a seção III do volume N.º 22 desta série de "Estatística Demográfica", dos "Estudos de Estatística Teórica e Aplicada", *Pesquisas sôbre a natalidade no Brasil* (Rio, I.B.G.E., 1956).

[3] Mais precisamente: "em sentido oposto ao da mortalidade verificada até a idade final do período fértil da existência da mulher". Em geral considera-se como idade final dêste período o 50.º aniversário. A mortalidade nas idades sucessivas não influi na determinação da taxa de reprodução.

[4] Veja-se a seção I do volume N.º 5 desta série, *Estudos sôbre a fecundidade e a prolificidade da mulher no Brasil, no conjunto da população e nos diversos grupos de côr* (Rio, I.B.G.E., 1949), páginas 32 e 33.

no censo de 1940, obtendo-se o elevado valor de 1,80 a 1,85. Será exposto no presente estudo um cálculo baseado no censo de 1950.

* * *

2. Numa pesquisa anterior [5] foram calculadas, mediante os dados obtidos pelo quesito censitário acêrca do número dos filhos tidos, taxas de fecundidade feminina por grupos qüinqüenais de idade, para o período fértil da existência da mulher, delimitado pelos 15.º e 50.º aniversários. Essas taxas de fecundidade, aplicadas à população feminina em idade fértil apurada pelo censo de 1950, dão um número de nascimentos um pouco superior ao que foi estimado para o ano de 1950. Pareceu conveniente, para o fim do presente estudo, reduzir essas taxas de maneira a se obter, pela sua aplicação, um número de nascimentos correspondente à taxa de natalidade geral de 43 por 1 000 habitantes. Anàlogamente ao que foi feito em estudo anterior [6], aplicou-se um coeficiente de redução crescente ao subir da idade: de 1,4368% no grupo de 15 a 19 anos, de 2,8736% no de 20 a 24 anos, etc. (ou seja, de *h* no primeiro grupo, de 2 *h* no segundo, etc.). As taxas de fecundidade assim reduzidas constam da coluna (c) da tabela I, enquanto as taxas que foram obtidas pela elaboração paralela [7] dos resultados do censo de 1940 constam da coluna (*b*).

A comparação entre estas duas séries de taxas de fecundidade põe em relêvo algumas discordâncias na sua marcha em relação à idade. Por exemplo, enquanto nos grupos de idade de 25 a 39 anos as taxas de 1940 excedem nìtidamente as de 1950, nos grupos de 20 a 24 e de 45 a 49 anos verifica-se desigualdade no sentido oposto, relativamente forte no segundo caso. É possível, e mesmo provável, que tais discordâncias dependam total ou parcialmente de algumas imperfeições dos cálculos efetuados, nos quais necessàriamente foram adotadas hipóteses baseadas apenas em conjeturas sugeridas pela experiência internacional. Para atenuar essa influência, calcularam-se, na coluna (d) da mesma tabela as médias das taxas de 1940 e de 1950, que podem ser tomadas como taxas médias do período intercensitário.

Tabela I

BRASIL

Taxas de fecundidade feminina estimadas

(Nascidos vivos por 100 mulheres de cada grupo de idade)

IDADE Anos completos (*a*)	1940 (*b*)	1950 (*c*)	MÉDIA 1940-1950 (*d*)
15 a 19	7,92	7,89	7,91
20 a 24	24,36	25,06	24,71
25 a 29	28,66	27,18	27,92
30 a 34	24,55	22,24	23,40
35 a 39	18,23	16,52	17,38
40 a 44	10,94	10,97	10,96
45 a 49	3,38	4,68	4,03
15 a 49	*17,93*	*17,41*	*17,67*

[5] Seção C. II dêste volume (as taxas de fecundidade calculadas constam da tabela II).

[6] Veja-se a seção I do volume N.º 22 desta série, *Pesquisas sôbre a natalidade no Brasil* (Rio, I.B.G.E., 1956). A retificação efetuada visa a reduzir as taxas calculadas com base no censo, em proporção crescente ao crescer da idade das gerações cuja experiência se aproveita. Êste critério é sugerido pela observação de que a redução da fecundidade verificada em muitos países se apresenta tanto maior, relativamente, quanto mais elevada é a idade, e pela presunção de que o mesmo andamento se manifeste no Brasil.

[7] Foram reduzidas as taxas calculadas às págs. 28 e 29 do volume citado na nota 4, com base no censo de 1940, aplicando-se os coeficientes de redução de 2,347% no grupo de 15 a 19 anos, de 4.694% no de 20 a 24 anos, etc., de maneira a se obter um número de nascimentos correspondente à taxa de natalidade geral de 44 por 1 000 habitantes.

A taxa de fecundidade sobe com a idade, até atingir um máximo no sexto lustro da vida da mulher, descendo depois, até ficar nula desde o fim do período fértil.

A taxa de fecundidade geral de 17,67 por 100, calculada na tabela I para o conjunto das mulheres de 15 a 49 anos, quase coincide com a de 17,73, que foi calculada, para o mesmo período de 1940-50, com base nos dados censitários sôbre as crianças em idades de 0 a 9 anos e as mulheres em idades de 15 a 49 anos [8], isto é, independentemente das declarações das mulheres acêrca dos filhos tidos, que serviram como base para as estimativas expostas no presente estudo.

* * *

3. Algumas comparações internacionais apresentadas na tabela II mostram que as taxas de fecundidade calculadas para o Brasil não se afastam muito das observadas em outros países latino-americanos. A proporção dos nascidos vivos por 100 mulheres, em 1950, ascendeu a 17,0 em Pôrto Rico, a 17,4 no Brasil, a 17,8 na Venezuela e a 18,5 no México. Nas idades mais moças a fecundidade é menor no Brasil do que em Pôrto Rico e na Venezuela; nas idades maduras é maior. Embora elevadas, as taxas brasileiras para as idades de 40 a 44 e de 45 a 49 anos ficam ainda inferiores às que foram observadas em épocas anteriores em outros países.[9]

A ausência ou a raridade de limitações voluntárias dos nascimentos tende a determinar andamentos análogos em populações ética e socialmente tão diferentes como a do Brasil atual e as da Europa Oriental de há cinqüenta anos, verificando-se divergências apenas em virtude da diferente extensão da procriação extramatrimonial e das diferenças nas idades em que são contraídos os casamentos.

Onde é difuso o costume da limitação voluntária dos nascimentos, altera-se profundamente a marcha da fecundidade em relação à idade, ficando reduzidas as taxas em proporção crescente, em geral, ao subir da idade, a partir do grupo de 20 a 24 anos. Na Alemanha e na Inglaterra, que apresentam as taxas de fecundidade mais baixas entre os países incluídos na tabela II, a taxa no grupo de 20 a 24 anos aproxima-se da metade daquela calculada para o Brasil, mas já no grupo de 35 a 39 anos desce para menos de um têrço, e atinge proporções muito mais baixas nos dois últimos lustros do período fértil. Na Itália, as taxas de fecundidade são inferiores às da Alemanha e da Inglaterra nos grupos de 15 a 24 anos, mas nìtidamente superiores nos seguintes.

É interessante notar que a fecundidade feminina nesses três países europeus se tornou inferior à observada na França, donde partiu o movimento de revolução demográfica pelo contrôle dos nascimentos. Também nos Estados Unidos as taxas de fecundidade dos grupos de 25 a 49 anos são inferiores às da França, enquanto são superiores as dos grupos de 15 a 25.

Cumpre lembrar que na França e nos Estados Unidos se verificou uma acentuada alta da fecundidade após a segunda guerra mundial, enquanto na Itália e na Inglaterra essa reação foi menos marcada e de menor duração.

---

[8] Veja-se a seção I do volume N.º 16 desta série, *Pesquisas sôbre a natalidade no Brasil* (Rio, I.B.G.E., 1953). A estimativa citada no texto consta da tabela V à pág. 13, onde estão especificadas estimativas paralelas para os diversos grupos de côr.

[9] Vejam-se as comparações internacionais à pág. 29 do volume citado na nota 4. Estas incluem taxas de fecundidade por grupos de idade para o México, referentes ao período 1929-31, decerto inferiores às efetivas em conseqüência de omissões no registro dos nascimentos, que foram gradativamente eliminadas em seguida. Para os anos próximos de 1950 faltam dados para o cálculo das taxas mexicanas por grupos de idade.

Depois de 1950, ano referido na tabela II, a fecundidade diminuiu sensìvelmente na França e na Itália e aumentou sensìvelmente nos Estados Unidos.

Apresentam taxas de fecundidade nìtidamente maiores o Canadá e o Japão, países onde entretanto a limitação da procriação é bastante difusa, só diferindo o método predominante (que é o dos meios contraceptivos no país americano e o do abôrto no asiático). Em tôdas as idades as taxas de fecundidade dêsses países ficam muito abaixo das brasileiras.

Nas idades mais moças, o baixo nível das taxas de fecundidade européias, norte-americanas e japonêsas, em comparação com as dos três países latino-americanos incluídos na tabela II, depende provàvelmente mais da menor extensão da procriação extra-matrimonial e da mais elevada idade do casamento do que da limitação voluntária dos nascimentos.

Tabela II

*Comparações internacionais da fecundidade feminina**

(Nascidos vivos por 100 mulheres de cada grupo de idade)

IDADE Anos completos	BRASIL	VENEZUELA	PORTO RICO	ESTADOS UNIDOS	CANADÁ	ITÁLIA	FRANÇA	ALEMANHA OCIDENTAL	INGLATERRA E GALES	JAPÃO
	1950	1950	1950	1950	1951	1951	1950	1950	1951	1950
15 a 19.....	7,89	10,83	9,92	7,94	4,77	1,55	2,41	3,37	2,10	1,33
20 a 24.....	25,06	27,64	27,97	19,36	18,85	10,04	15,84	11,79	12,62	16,03
25 a 29.....	27,18	27,75	26,03	16,33	19,87	13,96	17,76	12,80	13,42	23,69
30 a 34.....	22,24	21,73	20,00	10,13	14,44	11,72	12,87	8,59	8,90	17,48
35 a 39.....	16,52	14,47	14,31	5,12	8,64	6,95	6,90	4,97	4,57	10,42
40 a 44.....	10,97	5,24	5,31	1,45	3,08	2,96	2,41	1,50	1,34	3,60
45 a 49.....	4,68	2,01	1,17	0,11	0,30	0,28	0,21	0,09	0,10	0,23
15 a 49.....	*17,41*	*17,79*	*17,03*	*9,17*	*11,00*	*6,95*	*8,34*	*5,92*	*6,10*	*10,99*

*As taxas para os países estrangeiros foram tiradas das edições de 1952 a 1955 do *Annuaire démographique* das NAÇÕES UNIDAS, ou calculadas com base nos dados sôbre os nascimentos e a população nelas publicados.

* * *

4. Para o cálculo da taxa de reprodução, como foi definida no parágrafo 1, é preciso ter uma tábua de sobrevivência, por sexos, da população estudada. Faltando a possibilidade de se calcular essa tábua para o conjunto do Brasil, com referência aos anos próximos de 1950, adotar-se-á como sua expressão aproximativa a tábua de sobrevivência do Estado de São Paulo [10], calculada de acôrdo com a mortalidade do período 1939-41.

Supondo-se a proporção de 105 : 100 entre os nascidos vivos do sexo masculino e os do feminino, o número inicial das mulheres da geração reprodutora, representada pela tábua de sobrevivência, fica determinado em 48 780 sôbre 100 000. Os números médios das vivas nos sucessivos qüinqüênios do período fértil, segundo a tábua de sobrevivência reduzida de acôrdo com êsse número

[10] Publicada na seção VI do volume N.º 18 desta série, *Pesquisas sôbre a mortalidade no Brasil* (Rio, I.B.G.E., 1954). A tábua aproveitada nos cálculos do presente estudo é a ajustada, para o sexo feminino (págs. 81 e 82).

Verificou-se na seção C. VII do presente volume que essa tábua representa com suficiente aproximação a marcha da mortalidade e da sobrevivência em função da idade no conjunto da população do Brasil, em tôrno de 1950.

inicial, constam da coluna (b) da tabela III. Aplicando-se a êsses números de mulheres as taxas de fecundidade de 1950, reproduzidas na coluna (c), calculam-se os números de nascidos vivos constantes da coluna (d).

Tabela III

BRASIL

Cálculo da taxa de reprodução

(1950)

IDADE Anos completos (a)	NÚMERO DAS MULHERES VIVAS, SEGUNDO A TÁBUA DE SOBREVIVÊNCIA (b)	TAXA DE FECUNDIDADE POR 100 MULHERES (c)	NASCIDOS VIVOS CALCULADOS (d)
15 a 19	178 951	7,89	14 119
20 a 24	173 859	25,06	43 569
25 a 29	167 769	27,18	45 600
30 a 34	161 557	22,24	35 930
35 a 39	154 971	16,52	25 601
40 a 44	147 725	10,97	16 205
45 a 49	139 483	4,68	6 528
TOTAL	*1 124 315*	...	*187 552*

A soma dos números de nascidos vivos da coluna (d), 187 552, representa o número inicial dos componentes da geração reproduzida. Pela razão com o número inicial dos componentes da geração reprodutora, 100 000, obtém-se a taxa de reprodução de 1,876, isto é, a geração reproduzida resulta pouco inferior ao dôbro da reprodutora.

Especificam-se abaixo os valores correspondentes para os países incluídos na tabela II aos quais pôde ser estendido o cálculo [11]:

Canadá (1951)	1,550
Japão (1950)	1,516
Estados Unidos (1950)	1,435
França (1950)	1,323
Inglaterra e Gales (1951)	1,001
Alemanha Ocidental (1950)	0,933

A comparação ressalta o alto nível da taxa de reprodução brasileira, a qual porém não constitui uma exceção, havendo vários outros países onde o cálculo daria resultados da mesma ordem, se pudesse ser efetuado [12].

* * *

[11] Dados do *Annuaire démigraphique, 1954*, das Nações Unidas. O dado para o Canadá não consta dêsse Anuário e foi calculado aproximadamente pelo autor.

[12] Entre êstes países, podem ser mencionados o México, a Venezuela e Pôrto Rico. No Ceilão, nos anos de 1950 a 1952, a taxa de reprodução atingiu 2; na população hebraica de Israel, se aproximou de 1,8.

5. Os dados da tabela III tornam possível efetuar, também, o cálculo do "coeficiente de LOTKA", que mede a taxa anual de incremento de uma população fechada [13] suposta, onde as taxas de mortalidade dos dois sexos e as taxas de fecundidade feminina em cada ano de idade se mantenham constantemente iguais às observadas em determinado período na população considerada [14].

De acôrdo com a mortalidade e a fecundidade estimadas para o Brasil em 1950, êsse coeficiente resulta igual a 0,02149, ou 21,49 por 1 000. Fica, portanto, inferior à taxa média geométrica anual de incremento natural de cêrca de 23,70 por 1 000 verificada entre 1940 e 1950.

O valor agora determinado é menor do que o que fôra calculado [15] de acôrdo com a mortalidade e a fecundidade do período entre 1890 e 1920, que atingia 23,80 por 1 000. Êste valor, entretanto, ficou — provàvelmente — errado por excesso, em conseqüência do otimismo das hipóteses adotadas acêrca da mortalidade no período entre 1890 e 1920.

Apesar de seu caráter aproximativo, ambos os cálculos indicam com certeza um nível muito elevado da capacidade de reprodução da população do Brasil.

[13] Isto é, população onde não se verificam emigrações para o exterior nem imigrações do exterior.
[14] Acêrca da significação e do método de cálculo dêsse coeficiente, veja-se a monografia citada na nota 2, às págs. 320 e 321, 335 e 336 do N.º 19 da "R.B.E.".
[15] Na monografia citada na nota 2, às págs. 337 e 338 do N.º 19 da "R.B.E.".

XI

AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS

Os imigrados do exterior para o Brasil no período secular de 1850 a 1950 ascenderam a cêrca de 4 800 000.

Estima-se que 3 400 000 dêsses imigrados — quase três quartos do total, portanto — ficaram no país, enquanto os demais voltaram para os países de origem ou se transferiram para outros países de imigração.

A maioria dos imigrantes veio de países latinos: dos 4 800 000 entrados no Brasil nos cem anos referidos, cêrca de 1 540 000 eram italianos, 1 480 000 portuguêses e 600 000 espanhóis. Entre os não-latinos, 230 000 eram alemães e 190 000 japonêses.

A distribuição da imigração por períodos decenais consta da tabela I.

Tabela I

BRASIL

*Entrada de imigrantes, de 1851 a 1950**

ANOS	IMIGRANTES (Milhares)	ANOS	IMIGRANTES (Milhares)
1851 — 1860.....	120	1901 — 1910.....	670
1861 — 1870.....	95	1911 — 1920.....	795
1871 — 1880.....	215	1921 — 1930.....	835
1881 — 1890.....	530	1951 — 1940.....	285
1891 — 1900.....	1 125	1941 — 1950.....	130

* FONTE: "The Development and Structure of Brazil's Population", Giorgio Mortara — Population Studies, Cambridge University Press, 1954.

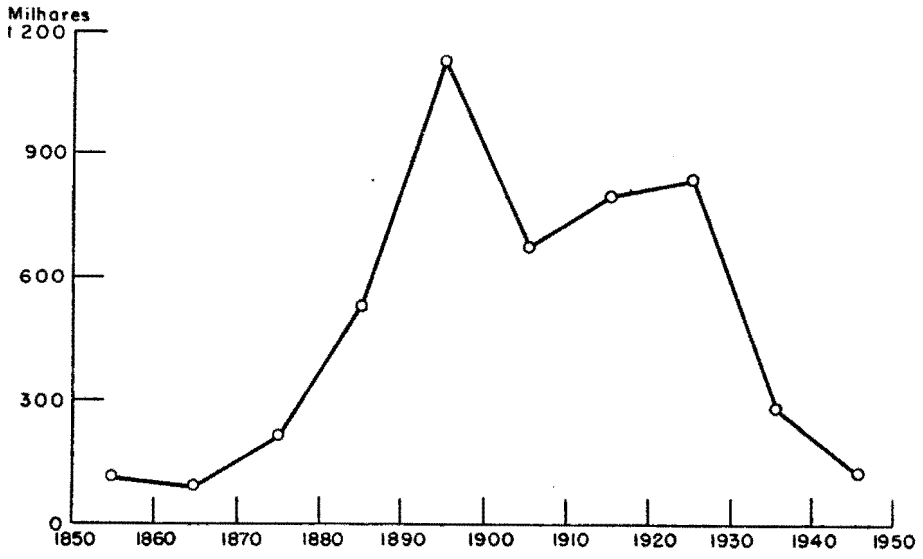


Fig. 13

Entrada de imigrantes no Brasil, de 1851 a 1950.

Aumentando progressivamente no curso da segunda metade do século XIX, a imigração atingiu seu máximo no último decênio dêsse século, quando a Europa se achava mergulhada em profunda depressão econômica. Com a melhoria das condições econômicas naquele continente a imigração reduziu-se na primeira década do século XX, sofrendo, em seguida, na segunda, as restrições da primeira guerra mundial. A ligeira expansão da imigração verificada na terceira década foi contida severamente, na quarta, pelas restrições impostas pelo govêrno e pela profunda crise econômica por que passou o Brasil de 1930 a 1934. Logo em seguida, a segunda guerra mundial reduziu ainda mais a corrente de imigração para êste país, tornando-a diminuta.

Depois de 1950, a afluência de imigrantes tende a aumentar; no qüinqüênio 1951-1955 chegaram ao Brasil 358 000 imigrantes, dos quais 157 000 portuguêses, 61 000 italianos e 60 000 espanhóis.

XII

A IMIGRAÇÃO INTERNACIONAL PARA O BRASIL NO APÓS-GUERRA (1945-1957) [1]

SUMÁRIO: 1. Introdução. — 2. Marcha da imigração internacional para o Brasil no período de 1945 a 1957. — 3. Discriminação dos imigrantes segundo o sexo. — 4. Discriminação dos imigrantes segundo a idade. — 5. Discriminação dos imigrantes segundo a profissão. — 6. A alfabetização dos imigrantes. — 7. Nacionalidades de imigração mais intensa no período considerado. — 8. Imigração espontânea e imigração dirigida.

1. É do conhecimento geral o desenvolvimento que o Brasil vem alcançando nas indústrias, grandemente acelerado, ùltimamente, com a descoberta e gradativa produção do petróleo, e com as instalações de novas usinas geradoras de energia elétrica. Em razão da transformação industrial em marcha, a importação da mão-de-obra especializada tem sido assunto do maior interêsse por parte do govêrno que, ao terminar o último conflito mundial, procurou dar uma orientação racional e definitiva à política imigratória através de legislação específica.

Em conseqüência, após a guerra, vem o Brasil recebendo imigrantes de quase todos os países onde o excesso de população constitui um fator negativo, pela falta de emprêgo ou pela falta de espaço para o cultivo dos produtos essenciais à sua subsistência.

Ao lado de imigrantes espontâneos, muitos dos quais procuraram em nossa terra a paz e a segurança para si e suas famílias longe dos flagelos da guerra, imigrantes especializados, prèviamente selecionados pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização vêm, com melhor técnica e novas condições de trabalho, contribuir para a solução dos problemas econômicos existentes no Brasil.

* * *

2. Com o decreto-lei n.º 7 967, de 18 de setembro de 1945, procurou o govêrno federal estimular a imigração, atendendo à dupla finalidade de proteger os interêsses do trabalhador nacional e desenvolver a importação de mão-de-obra, fator de progresso para o país.

Segundo os dados publicados pelo INIC [2], entraram no Brasil, no período de 1945 a 1957, um total de 572 745 imigrantes.

---

[1] Estudo redigido pela Estatística Analista SYLVIA DE CASTRO ARAGÃO, com a colaboração dos Estagiários ODYR MELLO CAMPOS e B. NEVES NETO que compilaram as tabelas e elaboraram os cálculos.

Iniciando-se os comentários pelos dados da tabela I, observa-se que o contingente de imigrantes entrado no país, em cada ano do período estudado, foi o seguinte:

Ano	*Imigrantes*	*% sôbre o total registrado no período 1945/57*
1945	3 230	0,56
1946	13 039	2,28
1947	18 753	3,27
1948	21 568	3,77
1949	23 844	4,16
1950	35 492	6,20
1951	62 594	10,93
1952	88 150	15,39
1953	80 242	14,01
1954	72 248	12,62
1955	55 166	9,63
1956	44 806	7,82
1957	53 613	9,36
TOTAL	572 745	100,00

Nota-se que o movimento imigratório no período considerado teve marcha nìtidamente ascendente até o ano de 1952, quando o total de entradas atingiu 88 150. Declinou lentamente nos anos seguintes até 1956 (44 806 imigrantes), elevando-se, no fim do período, a 53 613 imigrantes.

* * *

3. Consta da tabela I a discriminação por sexo dos imigrantes entrados no país, no período considerado, cujos totais são os seguintes:

Homens	351 316	61,34%
Mulheres	221 429	38,66%
Total	572 745	100,00%

Os dados percentuais da tabela I, oferecendo melhor visão de conjunto, mostram a predominância do sexo masculino, tendo o contingente imigratório com maior percentagem de homens se registrado em 1952 (67,46%), e o com menor percentagem, em 1948 (53,21%).

[2] O Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), autarquia federal vinculada ao Ministério da Agricultura, foi criado com a Lei n.º 2 163 de 5 de janeiro de 1954, e resultou da fusão do Departamento Nacional de Imigração e Colonização, do Conselho de Imigração e Colonização e da Divisão de Terras e Colonização.

Tabela I

Imigrantes entrados no país, por sexo, no período 1945/57

ANOS	TOTAL	HOMENS		MULHERES	
		Números absolutos	% sôbre o total	Números absolutos	% sôbre o total
1945	3 230	1 984	61,42	1 246	38,58
1946	13 039	8 447	64,78	4 592	35,22
1947	18 753	10 877	58,00	7 876	42,00
1948	21 568	11 477	53,21	10 091	46,79
1949	23 844	13 919	58,38	9 925	41,62
1950	35 492	22 217	62,60	13 275	37,40
1951	62 594	42 091	67,24	20 503	32,76
1952	88 150	59 463	67,46	28 687	32,54
1953	80 242	49 959	62,26	30 283	37,74
1954	72 248	43 916	60,79	28 332	39,21
1955	55 166	31 030	56,25	24 136	43,75
1956	44 806	25 044	55,89	19 762	44,11
1957	53 613	30 892	57,62	22 721	42,38
1945 a 1957	*572 745*	*351 316*	*61,34*	*221 429*	*38,66*

* * *

4. Consta da tabela II a discriminação dos imigrantes, em cada ano, por grupos de idade.

O total geral de 572 745 imigrantes, entrados no país, de 1945 a 1957, apresenta a seguinte distribuição:

Grupos de idade (anos)	*Número de imigrantes*	*% sôbre o total*
De 0 a 11	102 647	17,92
De 12 a 17	45 169	7,89
De 18 a 59	408 501	71,32
De 60 e mais	16 075	2,81
Não declarada	353	0,06
Total	572 745	100,00

Observa-se a predominância dos imigrantes em idades de 18 a 59 anos, de maior atividade econômica, que constituem 71,32% do total. Deve-se notar que na maioria dos casos se trata de imigrantes espontâneos que se transferiram para o país sem qualquer contrôle ou limitação com relação à idade.

O grupo de idade de 18 a 59 anos apresenta-se com percentagens elevadas, e superiores a 70% nos anos de 1945 e 1946 e de 1949 a 1954. Apenas nos anos de 1947, 1948 e de 1955 a 1957 essas percentagens baixaram a níveis inferiores, até o mínimo de 66,22% de 1956.

Torna-se oportuno acrescentar, com referência à classe de idade de 16 a 50 anos, considerada econômicamente produtiva para efeitos de imigração, que a mesma foi estipulada legalmente como preferencial na seleção da família imigrante. Assim, a orientação governamental para recrutamento do elemento estrangeiro destinado à imigração para o Brasil visa a dar preferência às famílias que contem pelo menos com três pessoas, aptas para o trabalho, em idades entre quinze e cinqüenta anos.

Com a diminuição da representação do grupo de idade de 18 a 59 anos nos anos de 1947, 1948 e 1955 a 1957, aumentou particularmente a represen-

tação do grupo de 0 a 11 anos, e em menor proporção a do grupo de 12 a 17 anos, especialmente no período de 1955 a 1957.

Assim, a proporção de crianças imigrantes de 0 a 11 anos de idade que foi de cêrca de 14% e 13%, respectivamente, em 1945 e 1946, atingiu a taxa, relativamente elevada, de cêrca de 20% nos anos de 1947, 1948 e no triênio de 1955 a 1957.

Se bem que o imigrante ideal para o Brasil seja o técnico, o operário qualificado, e o agricultor qualificado, em idade apta para o trabalho, deve-se admitir que o imigrante de tenra idade é aquêle que em futuro próximo poderá emprestar o máximo vigor de suas qualidades físicas e intelectuais ao progresso da Nação, uma vez que êle ingressou em território brasileiro em fase ideal de adaptação ao solo, aos hábitos, aos costumes dos nacionais, integrando-se fàcilmente ao meio com o qual instintivamente cooperará em qualquer setor de trabalho a que por inclinação se dedicar.

Tabela II

Imigrantes entrados no país, por grupos de idade, no período 1945/57

ANOS	TOTAL	GRUPOS DE IDADE (Anos completos)				
		0 a 11	12 a 17	18 a 59	60 e mais	Não especificado
		a) Números absolutos				
1945	3 230	452	162	2 500	116	—
1946	13 039	1 650	717	10 259	413	—
1947	18 753	3 508	1 484	13 078	671	12
1948	21 568	4 442	1 495	14 551	1 027	53
1949	23 844	3 823	1 796	17 127	1 098	—
1950	35 492	5 763	2 653	25 875	1 201	—
1951	62 594	9 357	4 608	47 104	1 525	—
1952	88 150	14 069	6 678	65 595	1 808	—
1953	80 242	14 297	5 878	58 398	1 626	43
1954	72 248	13 645	5 321	51 401	1 687	194
1955	55 166	11 820	4 620	37 106	1 610	10
1956	44 806	9 368	4 284	29 671	1 450	33
1957	53 613	10 453	5 473	35 836	1 843	8
1945 a 1957	*572 745*	*102 647*	*45 169*	*408 501*	*16 075*	*353*
		b) % sôbre o total				
1945	100,00	13,99	5,02	77,40	3,59	—
1946	100,00	12,65	5,50	78,68	3,17	—
1947	100,00	18,71	7,91	69,74	3,58	0,06
1948	100,00	20,60	6,93	67,47	4,76	0,24
1949	100,00	16,03	7,53	71,83	4,61	—
1950	100,00	16,24	7,48	72,90	3,38	—
1951	100,00	14,95	7,36	75,25	2,44	—
1952	100,00	15,96	7,58	74,41	2,05	—
1953	100,00	17,82	7,33	72,78	2,02	0,05
1954	100,00	18,89	7,36	71,15	2,34	0,26
1955	100,00	21,43	8,37	67,26	2,92	0,02
1956	100,00	20,91	9,56	66,22	3,24	0,07
1957	100,00	19,50	10,21	66,84	3,44	0,01
1945 a 1957	*100,00*	*17,92*	*7,89*	*71,32*	*2,81*	*0,06*

* * *

5. As considerações feitas anteriormente são complementadas com os dados constantes das tabelas III *a* e III *b*, referentes à profissão dos imigrantes, os quais merecem observação especial, porquanto são êsses elementos numéricos que representam o significado econômico dessa imigração, no período estudado, bem como a colaboração dêsses alienígenas ao Brasil.

Convém ressaltar, no entanto, que o registro de profissões é feito tendo em vista as atividades que o imigrante exercia em seu país de origem.

Acontece, porém, que, em se tratando de imigrante vindo espontâneamente, não é êle obrigado a exercer a profissão declarada, isto porque a lei é omissa nesse sentido.

Tal fato, entretanto, não se dá com a imigração dirigida, mas, conforme demonstram os dados da tabela VI *a*, é predominante o número de imigrantes espontâneos.

O total de imigrantes entrados no país no período de 1945 a 1957 se apresentou assim distribuído, segundo a profissão:

Profissão	*Número de imigrantes*	*% sôbre o total*
Agricultores	142 142	24,82
Operários	101 924	17,79
Técnicos	6 328	1,10
Atividades domésticas [3]	210 633	36,78
Comerciários	22 663	3,96
Outras	89 055	15,55
Total	572 745	100,00

A mais elevada percentagem (36,78%) corresponde aos imigrantes dedicados às atividades domésticas, menores e estudantes. Entre os que exercem atividades domésticas encontram-se, presumidamente, os componentes do sexo feminino, em geral, as espôsas e ancestrais dos imigrantes. O grupo dos estudantes seria formado, em sua quase totalidade, pelas crianças em idade escolar.

Entre as profissões econômicas extradomésticas e remuneradas, destaca-se a de agricultor. Eleva-se a 142 142 o número de agricultores, que representam 24,82% do total de imigrantes entrados no país durante os 13 anos em estudo. Dêsse total, 140 941 são agricultores qualificados e 1 201 não qualificados.

Em seguida, aparecem os operários, 101 924 em dados absolutos, correspondendo a 17,79% do total de imigrantes. Entre êsses operários declararam-se qualificados 91 465 e não qualificados 10 459.

Em último lugar aparecem os comerciários e os técnicos, em número de 22 663 e 6 328, respectivamente, constituindo os primeiros 3,96%, e os segundos 1,10% do total dos imigrantes entrados no país no período de 1945 a 1957.

Analisando-se a distribuição numérica em cada ano, revelam os dados fornecidos pelo INIC alguns fatos singulares. No ano de 1952, por exemplo, registrou-se a entrada de um forte contingente de agricultores, todos qualificados, representando 84,75% dos 74 702 imigrantes aqui chegados naquele ano. Nos demais anos do período considerado as quotas de agricultores foram sensìvelmente mais baixas, tornando-se relevantes as quotas dos operários e as relativas às atividades domésticas, menores e estudantes.

Os operários predominaram sôbre os agricultores em todos os anos do período considerado, exceto no citado ano de 1952, e mais nos anos de 1947 e 1956.

A imigração de técnicos foi mais importante em 1957 (1 123 imigrantes).

O número de imigrantes entrados no Brasil com atividades no comércio teve o seu início no ano de 1953 com um total de 5 664, diminuindo ligeiramente nos anos que lhe sucederam.

* * *

[3] Inclusive menores e estudantes.

Tabela III *a*

Imigrantes entrados no país, por profissões, no período 1945/57

a) Números absolutos

ANOS	TOTAL GERAL	PROFISSÕES									
		Agricultores			Operários			TÉCNICOS	ATIVIDADES DOMÉSTICAS*	ATIVIDADES DO COMÉRCIO	OUTRAS PROFISSÕES
		Total	Qualificados	Não qualificados	Total	Qualificados	Não qualificados				
1945	3 230	142	142	—	302	204	98	24	1 517	—	1 245
1946	13 039	1 420	1 420	—	2 070	1 955	115	321	4 823	—	4 405
1947	18 753	3 051	3 051	—	2 575	2 422	153	446	9 157	—	3 524
1948	21 568	3 049	3 049	—	3 056	2 755	301	560	11 821	—	3 082
1949	23 844	2 518	2 518	—	4 103	3 726	377	632	11 347	—	5 244
1950	35 492	3 537	3 537	—	5 854	5 507	347	512	15 834	—	9 755
1951	62 594	6 916	6 916	—	12 938	12 461	477	748	13 442	—	28 550
1952	88 150	74 702	74 702	—	703	703	—	46	56	—	12 643
1953	80 242	10 602	10 201	401	23 611	20 852	2 759	639	34 450	5 664	5 276
1954	72 248	10 289	9 987	302	18 955	16 734	2 221	607	32 377	5 231	4 789
1955	55 166	8 973	8 724	249	10 948	9 585	1 363	396	27 665	3 750	3 434
1956	44 806	8 216	8 052	164	7 816	6 745	1 071	274	22 458	3 371	2 671
1957	53 613	8 727	8 642	85	8 993	7 816	1 177	1 123	25 686	4 647	4 437
1945 a 1957	*572 745*	*142 142*	*140 941*	*1 201*	*101 924*	*91 465*	*10 459*	*6 328*	*210 633*	*22 663*	*89 055*

* Inclusive menores e estudantes

Tabela III *b*

Imigrantes entrados no país, por profissões, no período 1945/57

b) % sôbre o total

ANOS	TOTAL GERAL	PROFISSÕES									
		Agricultores			Operários			TÉCNICOS	ATIVIDADES DOMÉSTICAS	ATIVIDADES DO COMÉRCIO	OUTRAS PROFISSÕES
		Total	Qualificados	Não qualificados	Total	Qualificados	Não qualificados				
1945	100,00	4,40	4,40	—	9,35	6,32	3,03	0,74	46,97	—	38,54
1946	100,00	10,89	10,89	—	15,88	15,00	0,88	2,46	36,99	—	33,78
1947	100,00	16,27	16,27	—	13,73	12,92	0,81	2,38	48,83	—	18,79
1948	100,00	14,13	14,13	—	14,17	12,77	1,40	2,60	54,81	—	14,29
1949	100,00	10,56	10,56	—	17,21	15,63	1,58	2,65	47,59	—	21,99
1950	100,00	9,97	9,97	—	16,49	15,52	0,97	1,44	44,61	—	27,49
1951	100,00	11,05	11,05	—	20,67	19,91	0,76	1,20	21,47	—	45,61
1952	100,00	84,75	84,75	—	0,80	0,80		0,05	0,06	—	14,34
1953	100,00	13,21	12,71	0,50	29,42	25,98	3,44	0,80	42,93	7,06	6,58
1954	100,00	14,24	13,82	0,42	26,24	23,16	3,08	0,84	44,81	7,24	6,63
1955	100,00	16,26	15,81	0,45	19,85	17,38	2,47	0,72	50,15	6,80	6,22
1956	100,00	18,34	17,97	0,37	17,45	15,06	2,39	0,61	50,12	7,52	5,96
1957	100,00	16,28	16,12	0,16	16,77	14,57	2,20	2,09	47,91	8,67	8,28
1945 a 1957	*100,00*	*24,82*	*24,61*	*0,21*	*17,80*	*15,97*	*1,83*	*1,10*	*36,77*	*3,96*	*15,55*

*Inclusive homens e estudantes.

6. Os imigrantes em idades de 7 anos e mais, discriminados segundo a alfabetização, constam da tabela IV.

A taxa de alfabetização dos imigrados revela-se particularmente elevada, pois que excede a 90% em quase todos os anos do período de observação.

Tabela IV

Imigrantes, de 7 anos e mais, entrados no país, segundo a alfabetização no período 1945/57

ANOS	TOTAL	SABEM LER E ESCREVER		NÃO SABEM LER E ESCREVER	
		Números absolutos	% sôbre o total	Números absolutos	% sôbre o total
1945	2 910	2 847	97,84	63	2,16
1946	11 996	11 225	93,57	771	6,43
1947	16 660	14 577	87,50	2 083	12,50
1948	18 701	18 229	97,48	472	2,52
1949	21 360	20 317	95,12	1 043	4,88
1950	31 770	30 577	96,24	1 193	3,76
1951	56 222	54 692	97,28	1 530	2,72
1952	78 556	77 126	98,18	1 430	1,82
1953	70 477	65 332	92,70	5 145	7,30
1954	63 243	57 564	91,02	5 679	8,98
1955	47 471	43 020	90,62	4 451	9,38
1956	39 141	36 147	92,35	2 994	7,65
1957	47 616	44 235	92,90	3 381	7,10
1945 a 1957	*506 123*	*475 888*	*94,03*	*30 235*	*5,97*

* * *

7. Na tabela V *a* e V *b* encontram-se discriminadas em dados absolutos e percentuais, as nacionalidades de imigração mais intensa no Brasil.

Para o total do período de 1945 a 1957 êsses dados foram os seguintes:

	Número de imigrantes	*% sôbre o total*
Portuguêses	233 888	40,84
Italianos	97 308	16,99
Espanhóis	83 788	14,63
Alemães e austríacos	24 090	4,21
Japonêses	20 569	3,59
Sírios e libaneses	17 613	3,08
Gregos	8 564	1,49
Holandeses	5 673	0,99
Poloneses	4 837	0,84
Húngaros	4 591	0,80
Soviéticos e bálticos [4]	1 875	0,33
Outras [5]	69 949	12,21
Total	572 745	100,00

A imigração portuguêsa se apresenta com maior percentagem, 40,84%, devido, em parte, a fatôres especiais determinantes de maior aproximação entre Portugal e o Brasil, tais como o fator histórico e a identidade de língua e de sentimentos que ligam os povos dos dois países.

[4] Inclusive os nacionais e ex-nacionais da Estônia, da Letônia e da Lituânia.
[5] Inclusive apátridas.

Segue, em segundo lugar, porém com percentagem bastante menor, a imigração italiana, com 16,99%. Vêm depois os espanhóis com 14,63%. Distanciados dêstes, vêm os alemães e austríacos com 4,21%, os japonêses com 3,59% e os sírios e libaneses com 3,08%. Apresentando percentagens menores ainda, surgem, finalmente, os gregos com 1,49%, os holandeses com 0,99%, os poloneses com 0,84%, os húngaros com 0,80% e os soviéticos e bálticos com 0,33%.

A marcha dessas imigrações no período de 1945 a 1957, conforme constam das tabelas V *a* e V *b*, foi a seguinte:

A imigração portuguêsa, que em 1945 registrou 1 474 imigrantes, continuou em marcha ascendente até o ano de 1947, no qual imigraram 8 921 elementos; em 1948 baixou ao nível de 2 751 para, novamente, em marcha acelerada subir até o máximo de 42 815, registrado em 1952; baixando em 1953 ao nível de 33 735, continuou em marcha decrescente até o ano de 1956, com um contingente de 16 803 imigrantes; em 1957, entretanto, registrou ligeiro aumento, com uma imigração de 19 471 pessoas.

Os imigrantes italianos, que foram apenas 180 em 1945, aumentaram contìnuamente, ano por ano, até o máximo de 15 543 em 1953, decrescendo em seguida até 6 069 em 1956. Aumentaram ligeiramente em 1957, em relação ao ano anterior, subindo o seu contingente a 7 197 elementos.

Os espanhóis chegados ao Brasil foram em número de 74 apenas em 1945; aumentando gradativamente nos anos seguintes, atingiram o máximo de 14 898 imigrantes em 1952. A partir de 1953 a entrada anual de espanhóis passou a decrescer, registrando-se em 1957 uma imigração de 7 680 pessoas.

Os sírios e libaneses entrados no país em 1945 foram apenas 9. O número dêsses imigrantes atingiu o máximo de 2 780, em 1952, para declinar nos anos seguintes até 1 141, em 1957.

Os alemães e austríacos chegados ao país em 1945 foram apenas 22; em marcha crescente, a sua imigração aumentou anualmente, até o máximo de 3 228 pessoas, em 1951, para em seguida declinar para 976 em 1956, com ligeira recuperação em 1957, quando o seu contingente atingiu a 1 072 pessoas.

Os japonêses, cuja imigração foi nula ou quase nula nos anos de 1946 a 1949, começaram a entrar no país em número cada vez maior a partir de 1950, até atingir o máximo de 6 147 imigrantes no último ano do período estudado.

Os gregos até 1950 apresentaram imigração muito pequena; a sua imigração recebeu um grande impulso a partir de 1951 quando aqui aportou um número de 490 imigrantes dessa nacionalidade. Essa imigração prosseguiu em ascensão até 1954, com 1 850 entradas, máximo do período, havendo decrescido para 1 049 em 1955 e 641 em 1956.

Tabela V *a*

Imigrantes entrados no país, por nacionalidade, no período 1945/57

a) Números absolutos

NACIONALIDADE	TOTAL 1945/1957	1945	1946	1947	1948	1949	1950
Portuguêses	233 888	1 474	6 342	8 921	2 751	6 780	14 739
Italianos	97 308	180	1 059	3 284	4 437	6 352	7 342
Espanhóis	83 788	74	203	653	965	2 195	3 808
Sírios e libaneses	17 613	9	197	720	1 338	1 087	969
Alemães e austríacos	24 090	22	174	561	2 906	2 398	2 937
Japonêses	20 569	—	6	1	1	4	33
Gregos	8 564	4	82	299	198	89	75
Holandeses	5 673	12	242	267	229	485	664
Poloneses	4 837	44	706	561	2 439	360	135
Húngaros	4 591	3	219	216	567	479	402
Soviéticos e bálticos*	1 875	—	—	—	1 509	54	—
Outras**	69 949	1 408	3 809	3 270	4 228	3 559	4 388
TOTAL	*572 745*	*3 230*	*13 039*	*18 753*	*21 568*	*23 844*	*35 492*

*Inclusive os nacionais e ex-nacionais da Estônia, da Letônia e da Lituânia.
**Inclusive apátridas.

Tabela V *a* (conclusão)

Imigrantes entrados no país, por nacionalidade, no período 1945/57

a) Números absolutos

NACIONALIDADE	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957
Portuguêses	28 731	42 815	33 735	30 062	21 264	16 803	19 471
Italianos	8 285	15 207	15 543	13 408	8 945	6 069	7 197
Espanhóis	9 636	14 898	13 677	11 338	10 738	7 921	7 680
Sírios e libaneses	2 161	2 780	2 045	1 558	1 896	1 712	1 141
Alemães e austríacos	3 228	2 807	2 856	2 873	1 370	976	1 072
Japonêses	106	261	1 928	3 119	4 051	4 912	6 147
Gregos	490	970	1 597	1 850	1 049	641	1 220
Holandeses	466	478	689	669	852	356	264
Poloneses	261	101	62	15	11	18	124
Húngaros	392	124	40	46	52	34	2 017
Soviéticos e bálticos*	—	—	205	28	3	14	62
Outras**	8 838	7 709	7 865	7 372	4 935	5 350	7 218
TOTAL	*62 594*	*88 150*	*80 242*	*72 248*	*55 166*	*44 806*	*53 613*

*Inclusive os nacionais e ex-nacionais da Estônia, da Letônia e da Lituânia.
**Inclusive apátridas.

Tabela V *b*

Imigrantes entrados no país, por nacionalidade, no período 1945/57

b) % sôbre o total

NACIONALIDADE	TOTAL 1945/1957	1945	1946	1947	1948	1949	1950
Portuguêses	40,84	45,64	48,64	47,57	12,76	28,43	41,53
Italianos	16,99	5,57	8,12	17,51	20,57	26,64	20,69
Espanhóis	14,63	2,29	1,56	3,48	4,47	9,21	10,73
Sírios e libaneses	3,07	0,28	1,51	3,84	6,20	4,56	2,73
Alemães e austríacos	4,21	0,68	1,33	2,99	13,47	10,06	8,28
Japonêses	3,59	—	0,05	0,01	0,01	0,02	0,09
Gregos	1,50	0,12	0,63	1,60	0,92	0,37	0,21
Holandeses	0,99	0,37	1,86	1,42	1,06	2,03	1,87
Poloneses	0,84	1,36	5,41	2,99	11,31	1,51	0,38
Húngaros	0,80	0,09	1,68	1,15	2,63	2,01	1,13
Soviéticos e bálticos*	0,33	—	—	—	7,00	0,23	—
Outras**	12,21	43,60	29,21	17,44	19,60	14,93	12,36
TOTAL	*100,00*	*100,00*	*100,00*	*100,00*	*100,00*	*100,00*	*100,00*

*Inclusive os nacionais e ex-nacionais da Estônia, da Letônia e da Lituânia.
**Inclusive apátrias.

Tabela V *b* (conclusão)

Imigrantes entrados no país, por nacionalidade, no período 1945/57

b) % sôbre o total

NACIONALIDADE	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957
Portuguêses	45,90	48,57	42,04	41,61	38,55	37,50	36,32
Italianos	13,24	17,25	19,37	18,56	16,21	13,55	13,42
Espanhóis	15,39	16,90	17,04	15,69	19,47	17,68	14,32
Sírios e libaneses	3,45	3,15	2,55	2,16	3,44	3,82	2,13
Alemães e austríacos	5,16	3,19	3,56	3,85	2,48	2,18	2,00
Japonêses	0,17	0,30	2,40	4,32	7,34	10,96	11,47
Gregos	0,78	1,10	1,99	2,56	1,90	1,43	2,28
Holandes	0,74	0,54	0,86	0,93	1,54	0,79	0,49
Poloneses	0,42	0,11	0,08	0,02	0,02	0,04	0,23
Húngaros	0,63	0,14	0,05	0,06	0,09	0,08	3,76
Soviéticos e bálticos*	—	—	0,26	0,04	0,01	0,03	0,12
Outras**	14,12	8,75	9,80	10,20	8,95	11,94	13,46
TOTAL	*100,00*	*100,00*	*100,00*	*100,00*	*100,00*	*100,00*	*100,00*

*Inclusive os nacionais e ex-nacionais da Estônia, da Letônia e da Lituânia.
**Inclusive apátridas.

Já em 1957, o número de imigrantes gregos tornou a aumentar para 1 220.

Os holandeses, que entraram no país apenas em número de 12 pessoas em 1945, contribuíram com contingentes tendencialmente crescentes nos anos sucessivos, atingindo um máximo de 852 pessoas em 1955. Em 1956 e 1957 o número dêles baixou novamente para 356 e 264, respectivamente.

Os poloneses, com imigrações bastante irregulares, contribuíram com contingentes realmente importantes apenas no triênio 1946 a 1948, sendo que o seu número alcançou o máximo de 2 439 no último ano do triênio citado.

A imigração húngara para o Brasil foi de pequena expressão até o ano de 1956; mas, em 1957, devido a acontecimentos internacionais bem conhecidos que envolveram a Hungria, essa imigração foi grandemente incentivada, registrando-se a entrada de 2 017 imigrantes húngaros no país.

A imigração dos soviéticos e bálticos adquiriu certa importância apenas no ano de 1948 em que o número dêsses imigrantes atingiu a 1 509.

Nota-se que o número de imigrantes das diversas nacionalidades vem diminuindo nos últimos anos do período estudado. Apenas os gregos e especialmente os japonêses apresentam uma imigração tendencialmente crescente nesses últimos anos.

* * *

8. Por falta de informações para os anos anteriores a 1953, a condição de entrada do imigrante acha-se especificada nas tabelas VI *a*, VI *b* e VI *c*, sòmente a partir daquele ano.

Os imigrantes entrados no país de 1953 a 1957 estão discriminados do seguinte modo:

Tipos de imigração	*Número de imigrantes*	*% sôbre o total*
Espontânea	260 691	85,17
Dirigida	45 384	14,83
Total	306 075	100,00

Destaca-se a predominância da imigração espontânea sôbre a dirigida.

Revelam os dados percentuais da tabela VI *b* que, em todos os anos do período de 1953 a 1957, o maior número de imigrantes entrados espontâneamente no país era de nacionalidade portuguêsa. Com percentagens inferiores figuram, a seguir, os de nacionalidade espanhola, japonêsa e italiana.

Quanto à imigração dirigida, contribuíram com maior número os italianos, seguidos dos japoneses, dos gregos e dos holandeses.

Analisando-se os dados da tabela VI *c*, observa-se que a quase totalidade dos portuguêses veio ao Brasil espontâneamente; apenas 0,03% em 1954 e 0,01% em 1957 chegaram em imigração dirigida. A totalidade dos poloneses entrou no Brasil em imigração espontânea. Em idênticas condições veio a quase totalidade dos espanhóis, dos húngaros, dos sírios e libaneses, dos soviéticos e bálticos e dos alemães e austríacos, em todo o período de 1953 a 1957.

Entraram no país, principalmente em imigrações dirigidas, os italianos. Os japonêses, os gregos e os holandeses também entraram no país largamente em imigrações dirigidas.

Considerando que o problema imigratório está intimamente entrosado com os demais problemas econômicos e sociais do Brasil, parece relativamente pequeno o número de imigrantes chegados ao país em imigração dirigida, cuja iniciativa, planejamento e execução competem ao poder público. Em vista de suas características, é evidente que uma imigração dêsse tipo, de grande expressão quantitativa e de real expressão qualitativa, é de grande interêsse para o país.

Tabela VI *a*

Imigrantes entrados no país, por nacionalidade, segundo a condição de entrada, no período 1953/57

a) Números absolutos

NACIONALIDADE	IMIGRAÇÃO						
	TOTAL GERAL 1953/1957			1953		1954	
	Espontânea e dirigida	Espontânea	Dirigida	Espontânea	Dirigida	Espontânea	Dirigida
Portuguêses	121 335	121 324	11	33 735	—	30 052	10
Italianos	51 162	17 385	33 777	8 418	7 125	2 571	10 837
Espanhóis	51 354	51 340	14	13 675	2	11 338	—
Sírios e libaneses	8 352	8 347	5	2 044	1	1 557	1
Alemães e austríacos	9 057	8 424	633	2 817	39	2 455	328
Japonêses	20 157	13 661	6 496	688	1 240	1 250	1 869
Gregos	6 357	3 826	2 531	1 088	509	1 217	633
Holandeses	2 830	1 478	1 352	334	355	303	366
Poloneses	230	230	—	62	—	15	—
Húngaros	2 189	2 031	158	38	2	46	—
Soviéticos e bálticos*	312	307	5	200	5	28	—
Outras**	32 740	32 338	402	7 720	145	7 217	155
TOTAL	*306 075*	*260 691*	*45 384*	*70 819*	*9 423*	*58 049*	*14 199*

*Inclusive os nacionais e ex-nacionais da Estônia, da Letônia e da Lituânia.
**Inclusive apátridas.

Tabela VI *a* (conclusão)

Imigrantes entrados no país, por nacionalidade, segundo a condição de entrada, no período 1953/57

a) Números absolutos

NACIONALIDADE	IMIGRAÇÃO					
	1955		1956		1957	
	Espontânea	Dirigida	Espontânea	Dirigida	Espontânea	Dirigida
Portuguêses	21 264	—	16 803	—	19 470	1
Italianos	2 281	6 664	1 542	4 527	2 573	4 624
Espanhóis	10 738	—	7 909	12	7 680	—
Sírios e libaneses	1 893	3	1 712	—	1 141	—
Alemães e austríacos	1 276	94	874	102	1 002	70
Japonêses	2 976	1 075	4 086	826	4 661	1 486
Gregos	627	422	175	466	719	501
Holandeses	431	421	236	120	174	90
Poloneses	11	—	18	—	124	—
Húngaros	52	—	34	—	1 861	156
Soviéticos e bálticos*	3	—	14	—	62	—
Outras**	4 895	40	5 307	43	7 199	19
TOTAL	*46 447*	*8 719*	*38 710*	*6 096*	*46 666*	*6 947*

*Inclusive os nacionais e ex-nacionais da Estônia, da Letônia e da Lituânia.
**Inclusive apátridas.

Tabela VI *b*

Imigrantes entrados no país, por nacionalidade, segundo a condição de entrada, no período 1953/57

b) % sôbre o total de imigrantes

NACIONALIDADE	IMIGRAÇÃO						
	TOTAL GERAL 1953/1959			1953		1954	
	Espontânea e dirigida	Espontânea	Dirigida	Espontânea	Dirigida	Espontânea	Dirigida
Portuguêses	39,64	46,54	0,02	47,63	—	51,77	0,07
Italianos	16,72	6,67	74,42	11,89	75,62	4,43	76,32
Espanhóis	16,78	19,69	0,03	19,31	0,02	19,53	—
Sírios e libaneses	2,73	3,20	0,01	2,89	0,01	2,68	0,01
Alemães e austríacos	2,94	3,23	1,40	3,98	0,41	4,23	2,31
Japonêses	6,59	5,24	14,31	0,97	13,16	2,15	13,16
Gregos	2,08	1,47	5,58	1,54	5,40	2,10	4,46
Holandeses	0,92	0,57	2,98	0,47	3,77	0,52	2,58
Poloneses	0,08	0,09	—	0,09	—	0,03	—
Húngaros	0,72	0,78	0,35	0,05	0,02	0,08	—
Soviéticos e bálticos*	0,10	0,12	0,01	0,28	0,05	0,05	—
Outras**	10,70	12,40	0,89	10,90	1,54	12,43	1,09
TOTAL	*100,00*	*100,00*	*100,00*	*100,00*	*100,00*	*100,00*	*100,00*

*Inclusive os nacionais e ex-nacionais da Estônia, da Letônia e da Lituânia.
**Inclusive apátridas.

Tabela VI *b* (conclusão)

Imigrantes entrados no país, por nacionalidade, segundo a condição de entrada, no período 1953/57

b) % sôbre o total de imigrantes

NACIONALIDADE	IMIGRAÇÃO					
	1955		1956		1957	
	Espontânea	Dirigida	Espontânea	Dirigida	Espontânea	Dirigida
Portuguêses	45,78	—	43,41	—	41,72	0,02
Italianos	4,91	76,43	3,98	74,26	5,51	66,56
Espanhóis	23,12	—	20,43	0,20	16,46	—
Sírios e libaneses	4,07	0,04	4,42	—	2,45	—
Alemães e austríacos	2,75	1,08	2,26	1,67	2,15	1,01
Japonêses	6,41	12,33	10,55	13,55	9,99	21,39
Gregos	1,35	4,84	0,45	7,64	1,54	7,21
Holandeses	0,93	4,83	0,61	1,97	0,37	1,30
Poloneses	0,02	—	0,05	—	0,26	—
Húngaros	0,11	—	0,09	—	3,99	2,25
Soviéticos e bálticos*	0,01	—	0,04	—	0,13	—
Outras**	10,54	0,46	13,71	0,71	15,43	0,25
TOTAL	*100,00*	*100,00*	*100,00*	*100,00*	*100,00*	*100,00*

*Inclusive os nacionais e ex-nacionais da Estônia, da Letônia e da Lituânia.
**Inclusive apátridas.

Tabela VI *c*

Imigrantes entrados no país, por nacionalidade, segundo a condição de entrada, no período 1953/57

c) % sôbre o total em cada nacionalidade

NACIONALIDADE	IMIGRAÇÃO					
	TOTAL GERAL 1953/1957		1953		1954	
	Espontânea	Dirigida	Espontânea	Dirigida	Espontânea	Dirigida
Portuguêses	99,99	0,01	100,00	—	99,97	0,03
Italianos	33,98	66,02	54,16	45,84	19,18	80,82
Espanhóis	99,97	0,03	99,99	0,01	100,00	—
Sírios e libaneses	99,94	0,06	99,95	0,05	99,94	0,06
Alemães e austríacos	93,01	6,99	98,63	1,37	88,21	11,79
Japonêses	67,77	32,23	35,68	64,32	40,08	59,92
Gregos	60,19	39,81	68,13	31,87	65,78	34,22
Holandeses	52,23	47,77	48,48	51,52	45,29	54,71
Poloneses	100,00	—	100,00	—	100,00	—
Húngaros	92,78	7,22	95,00	5,00	100,00	—
Soviéticos e bálticos*	98,40	1,60	97,56	2,44	100,00	—
Outras**	98,77	1,23	98,16	1,84	97,90	2,10
TOTAL	*85,17*	*14,83*	*88,26*	*11,74*	*80,35*	*19,65*

*Inclusive os nacionais e ex nacionais da Estônia, da Letônia e da Lituânia.
**Inclusive apátridas.

Tabela VI *c* (conclusão)

Imigrantes entrados no país, por nacionalidade, segundo a condição de entrada, no período 1953/57

c) % sôbre o total em cada nacionalidade

NACIONALIDADE	IMIGRAÇÃO					
	1955		1956		1957	
	Espontânea	Dirigida	Espontânea	Dirigida	Espontânea	Dirigida
Portuguêses	100,00	—	100,00	—	99,99	0,01
Italianos	25,50	74,50	25,41	74,59	35,75	64,25
Espanhóis	100,00	—	99,85	0,15	100,00	—
Sírios e libaneses	99,84	0,16	100,00	—	100,00	—
Alemães e austríacos	93,14	6,86	89,55	10,45	93,47	6,53
Japonêses	73,46	26,54	83,18	16,82	75,83	24,17
Gregos	59,77	40,23	27,30	72,70	58,93	41,07
Holandeses	50,59	49,41	66,29	33,71	65,91	34,09
Poloneses	100,00	—	100,00	—	100,00	—
Húngaros	100,00	—	100,00	—	92,27	7,73
Soviéticos e bálticos*	100,00	—	100,00	—	100,00	—
Outras**	99,19	0,81	99,20	0,80	99,74	0,26
TOTAL	*84,19*	*15,81*	*86,39*	*13,61*	*87,04*	*12,96*

*Inclusive os nacionais e ex-nacionais da Estônia, da Letônia e da Lituânia.
**Inclusive apátridas.

D — A ESTRUTURA DA POPULAÇÃO

I

A COMPOSIÇÃO POR SEXO E GRUPOS DE IDADE DA POPULAÇÃO DO BRASIL, SEGUNDO O CENSO DE 1950 [1]

SUMÁRIO: 1. Características gerais da composição por idade da população do Brasil. Comparações internacionais. — 2. A composição por sexo e idade, segundo o censo de 1950. Comparações retrospectivas. — 3. Advertências sôbre a influência dos erros nas declarações de idade dos recenseados. — 4. Discriminação dos grupos de idade econômicamente ativo e econômicamente passivo. — 5. Composição por sexo e idade dos naturais do Brasil e dos naturais do exterior. — 6. Composição por sexo e idade das populações dos quadros administrativos urbanos, suburbanos e rurais. — 7. Composição por idade dos diversos grupos de côr. — 8. Considerações finais.

APÊNDICE: Comparações retrospectivas.

1. As principais características da composição por idade da população do Brasil consistem nas proporções muito elevadas das idades infantis e adolescentes e nas proporções muito baixas das idades maduras e senis.

Essas características tornam-se evidentes pelas sumárias comparações internacionais efetuadas na tabela I.

No Brasil, o grupo de idade de 0 a 19 anos constitui mais da metade (52,48%) da população total, enquanto nos Estados Unidos a proporção correspondente (34,28%) apenas excede um têrço. Proporções ainda mais baixas encontram-se na Europa Ocidental, não sòmente em países que tendo participado das duas guerras mundiais sofreram fortes alterações na sua estrutura demográfica, mas também em países que ficaram neutrais (Suíça 30,31%, Suécia 29,10%).

A proporção do grupo de 20 a 39 anos no Brasil (29,73%) não difere muito das que se verificam em países de estrutura demográfica muito diferente (Estados Unidos 30,67%, Suécia 30,32%, Suíça 29,32%).

Mas já a proporção do grupo de 40 a 59 anos (13,54%) revela-se muito baixa. Nos Estados Unidos a proporção correspondente atinge 22,93% e na Europa Ocidental se encontram proporções ainda maiores, mesmo nos países neutrais (Suécia 25,83%, Suíça 26,46%).

Ainda maior é a inferioridade relativa da proporção do grupo de 60 anos e mais no Brasil (4,25%), em comparação com as observadas nos Estados Unidos (12,12%) e na Europa Ocidental (Suíça 13,91%, Suécia 14,75%).

Êsses traços típicos da composição por idade da população do Brasil são determinados pela concomitância: de uma taxa de natalidade muito elevada (43 a 44 por 1 000 habitantes, nos anos próximos de 1950), de uma taxa de mortalidade ainda elevada mas muito inferior à de natalidade (19 a 20 por 1 000 habitantes), de um conseqüente rápido crescimento natural da população, e de um crescimento migratório não desprezível mas muito secundário em relação ao crescimento natural, especialmente nos últimos lustros [2].

---

[1] Estudo redigido pelo Estatístico Analista ELÍGIO ALVES.

[2] Sôbre êsses assuntos, vejam-se as seções A. I e A. II dêste volume e *Caratteristiche demografiche del Brasile* (Comunicação de G. MORTARA à 28.ª Sessão do Instituto Internacional de Estatística, Rio, I.B.G.E., 1953).

Essas circunstâncias não são peculiares do Brasil, antes se verificam em outros países da América Latina, como atestam os dados da tabela I. A proporção brasileira de 52,48% habitantes em idades de 0 a 19 anos, que parece excepcionalmente elevada em comparação com as da América Anglo-Saxônia e da Europa Ocidental, é quase igual às da Colômbia (52,27%), do Peru, da Venezuela e do México. Na própria Europa Oriental, quando — há meio século — a natalidade era ainda muito elevada e a mortalidade era também elevada mas bem menor, encontravam-se composições por idade não muito diferentes da composição atual da população brasileira. E composições análogas encontram-se ainda hoje em países asiáticos e africanos nos quais subsistem condições semelhantes, como a Índia e o Egito.

* * *

2. A composição por idade da população do Brasil, com discriminação do sexo e segundo grupos de idade menos amplos do que os considerados no parágrafo anterior, consta das tabelas II (dados absolutos) e III (proporções por 100 000 habitantes), nas quais estão discriminados grupos qüinqüenais de 0 a 29 anos e decenais de 40 a 79, ficando reunidas em um só grupo as idades de 80 anos e mais, em consideração à grande freqüência dos exageros nas declarações de idades senis, que afetam os resultados do censo [3].

Em ambas essas tabelas comparam-se os resultados do censo de 1950 com os do censo de 1940 [4].

Tabela I

*Comparações internacionais da composição da população por grandes grupos de idade**

Proporções por 10 000 habitantes

PAÍS	ANO	IDADE (Anos completos)				TOTAL
		0 a 19	20 a 39	40 a 59	60 e mais	
1. Brasil	1950	5 248	2 973	1 354	425	10 000
2. Colômbia	1938	5 227	2 961	1 313	499	10 000
3. Peru	1940	5 158	2 853	1 350	639	10 000
4. Venezuela	1941	5 142	3 022	1 398	438	10 000
5. México	1940	5 136	2 967	1 385	512	10 000
6. Argentina	1914	4 910	3 329	1 359	402	10 000
7. Chile	1940	4 736	3 100	1 579	585	10 000
8. Canadá	1941	3 753	3 131	2 095	1 021	10 000
9. Estados Unidos	1950	3 428	3 067	2 293	1 212	10 000
10. Bulgária	1900	5 116	2 496	1 550	838	10 000
11. Rumânia	1899	5 030	2 837	1 605	528	10 000
12. Rússia Européia	1897	4 872	2 843	1 593	692	10 000
13. Iugoslávia	1951	4 167	2 896	2 072	865	10 000
14. Portugal	1949	3 900	3 140	1 970	990	10 000
15. Itália	1950	3 509	3 047	2 248	1 196	10 000
16. Alemanha Ocidental	1950	3 084	2 769	2 768	1 379	10 000
17. Suíça	1951	3 031	2 932	2 646	1 391	10 000
18. França	1950	2 913	2 763	2 659	1 665	10 000
19. Suécia	1949	2 910	3 032	2 583	1 475	10 000
20. Inglaterra e Gales	1950	2 841	2 875	2 698	1 586	10 000
21. Índia	1931	4 905	3 198	1 490	407	10 000
22. Japão	1950	4 570	2 900	1 758	772	10 000
23. Egito	1947	4 813	2 897	1 689	601	10 000
24. Austrália	1951	3 362	3 105	2 292	1 241	10 000

*As proporções para os países estrangeiros foram calculadas sôbre os dados absolutos constantes das publicações abaixo especificadas: 2 a 5, 7 a 9, 13 a 22. *Demographic Yearbook*, Statistical Office of the United Nations (New York, 1948 a 1952). 6, 10 a 12. *Annuaire International de Statistique*. Institut Internacional de Statistique (La Haya, 1916 a 1919).

[3] As influências dos erros nas declarações de idade sôbre os resultados censitários foram investigadas em numerosas pesquisas do Gabinete Técnico do Serviço de Recenseamento de 1940 e do Laboratório de Estatística do I.B.G.E. Uma bibliografia completa dêsses estudos acha-se em *Sur la précision des données démographiques des statistiques brésiliennes*, opúsculo de autoria de G. MORTARA, preparado como resposta a um questionário do Instituto Internacional de Estatística sôbre a precisão das estatísticas demográficas. Veja-se, também, a comunicação do mesmo autor à 28.ª Sessão do Instituto Internacional de Estatística, *Les erreus dans les déclarations de l'âge dans les recensements brésiliens de 1940 et 1950* (Rio, I.B.G.E., 1953).

[4] A composição segundo o sexo e a idade da população do Brasil em 1940 foi estudada no N.º 267 A da série "Análises de resultados do censo demográfico", divulgado em 1946 pelo Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento de 1940.

Em 1940, a proporção do sexo masculino, 49,99%, era apenas levemente inferior à metade. Diminuiu levemente essa proporção, para 49,84%, em 1950, em virtude da exigüidade da imigração do exterior no período intercensitário. Cumpre lembrar que no período culminante da imigração, em 1900, a proporção masculina chegara a exceder 51%.

A composição da população por grandes grupos de idade difere pouco nos dois censos. A proporção do grupo de 0 a 19 anos passa de 53,32% em 1940 para 52,48% em 1950; a do grupo de 20 a 39 anos, de 29,30% para 29,73%; a do grupo de 40 a 59 anos, de 13,32% para 13,54%; a do grupo de 60 anos e mais de 4,06% para 4,25%. Variações tão pequenas atestam a relativa estabilidade dos elementos do movimento natural da população. Talvez a leve diminuição da proporção do grupo infantil e adolescente reflita um moderado declínio da natalidade (cujos efeitos em parte são compensados pelos da melhoria da mortalidade na infância) e o leve aumento da proporção do grupo senil reflita sensível diminuição da mortalidade dos adultos.

Nas comparações retrospectivas da composição por idade podem ser aproveitados, também, os dados dos censos anteriores ao de 1940. É preciso, todavia, usar muita prudência nesse aproveitamento. Com efeito, os dados do censo de 1872 não merecem a menor confiança, no que diz respeito ao levantamento da idade; basta dizer que o número dos habitantes de 0 a 9 anos seria inferior tanto ao dos de 10 a 19 como ao dos de 20 a 29 anos e que o número dos habitantes de mais de 90 anos excederia 70 000. Os dados do censo de 1890 parecem representar uma apuração, não alterada, das declarações dos informantes, já menos afetadas por erros. Os dados publicados do censo de 1900 não sòmente foram em parte estimados, mas também foram fortemente corrigidos, ficando — ao contrário do que se verificara em 1872 — exagerada a proporção das idades de 0 a 9 anos. Os dados de 1920 foram também corrigidos, mas parecem manter a proporcionalidade com os dados apurados.

Constam da tabela XI, em apêndice, as proporções comparativas por grupos decenais de idade verificadas nos seis censos brasileiros. Aqui serão apenas lembradas as proporções por grandes grupos de idade constantes dos censos de 1890 e de 1920.

A proporção do grupo de 0 a 19 anos foi menos elevada no primeiro dêsses censos (51,14%) do que no segundo (54,28%); as dos demais grupos, foram mais elevadas no primeiro (30,37% de 20 a 39 anos, 13,77% de 40 a 59 anos e 4,72% de 60 anos e mais) do que no segundo (respectivamente, 29,08%, 12,60% e 4,04%). Se essas diferenças forem reais, é possível que em parte tenham sido determinadas pela grande diminuição da imigração exterior no período da primeira guerra mundial. Em todo caso, elas não são de relêvo suficiente para alterar os traços característicos, já salientados, da composição por idade da população do Brasil.

* * *

3. Mesmo a classificação por grupos de idade de cinco ou dez anos, como a das tabelas II e III, não escapa à influência dos erros nas declarações de idade, que afetam muito fortemente a classificação por grupos anuais.

Sem entrar em pormenores sôbre êsse assunto, que foi discutido amplamente em estudos anteriores [5], expõem-se em seguida algumas observações que parecem indispensáveis.

[5] Veja-se especialmente o estudo de G. MORTARA citado no fim da nota 3.

Tabela II

BRASIL

*Composição da população por sexo e grupos de idade, em 1.º-IX-1940 e em 1.º-VII-1950**

a. Dados absolutos

IDADE Anos completos	HOMENS		MULHERES		HOMENS E MULHERES	
	1940	1950	1940	1950	1940	1950
0 a 4	3 255 501	4 235 876	3 184 149	4 135 004	6 439 650	8 370 880
5 a 9	2 923 976	3 560 850	2 834 840	3 454 677	5 758 816	7 015 527
10 a 14	2 682 254	3 164 704	2 645 826	3 143 863	5 328 080	6 308 567
15 a 19	2 157 630	2 644 531	2 286 293	2 857 784	4 443 923	5 502 315
20 a 24	1 835 847	2 384 460	1 977 508	2 606 679	3 813 355	4 991 139
25 a 29	1 649 306	2 030 312	1 707 064	2 101 959	3 356 370	4 132 271
30 a 39	2 466 499	3 145 715	2 435 183	3 140 337	4 901 682	6 286 052
40 a 49	1 789 582	2 246 107	1 652 145	2 119 252	3 441 727	4 365 359
50 a 59	1 053 453	1 360 580	991 454	1 289 734	2 044 907	2 650 314
60 a 69	524 655	728 802	551 484	722 666	1 076 139	1 451 468
70 a 79	193 026	247 755	234 658	297 415	427 684	545 170
80 e mais	67 690	81 432	104 021	127 271	171 711	208 703
TOTAL	*20 599 419*	*25 831 124*	*20 604 625*	*25 996 641*	*41 204 044*	*51 827 765*

*Não estão incluídos nos dados desta tabela e das seguintes os habitantes de idade ignorada (53 877 homens e 62 755 mulheres em 1950).

Não estão incluídos, ainda, os habitantes de algumas áreas, dos quais não puderam ser apurados os caracteres individuais em conseqüência do extravio dos documentos censitários de coleta: em 1940, partes dos Municípios de Parintins (Amazonas) e Garça (São Paulo); em1950, Município de Nova Era (Minas Gerais) e partes dos Municípios de Pirangi (São Paulo) e Lapa (Paraná).

Tabela III

BRASIL

*Composição da população por sexo e grupos de idade, em 1.º-IX-1940 e em 1.º-VII-1950**

b. Proporções por 100 000 habitantes

IDADE Anos completos	HOMENS		MULHERES		HOMENS E MULHERES	
	1940	1950	1940	1950	1940	1950
0 a 4	7 901	8 173	7 728	7 978	15 629	16 151
5 a 9	7 096	6 872	6 880	6 666	13 976	13 536
10 a 14	6 510	6 106	6 421	6 066	12 931	12 172
15 a 19	5 236	5 103	5 549	5 514	10 785	10 617
20 a 24	4 455	4 601	4 800	5 029	9 255	9 630
25 a 29	4 003	3 917	4 143	4 056	8 146	7 973
30 a 39	5 986	6 070	5 910	6 059	11 896	12 129
40 a 49	4 343	4 334	4 010	4 089	8 353	8 423
50 a 59	2 557	2 625	2 406	2 489	4 963	5 114
60 a 69	1 274	1 406	1 338	1 394	2 612	2 800
70 a 79	469	478	569	574	1 038	1 052
80 e mais	164	157	252	246	416	403
TOTAL	*49 994*	*49 840*	*50 006*	*50 160*	*100 000*	*100 000*

* Veja-se a nota à tabela II.

a) São, provàvelmente, pelo menos em parte, efeitos de menor imprecisão das declarações de idade em 1950 o aumento aparente da proporção do primeiro qüinqüênio de idade e a diminuição aparente da proporção do segundo qüinqüênio, como também a diminuição aparente da proporção do grupo de 80 anos e mais (que, todavia, ainda fica muito superior à verdade, em virtude dos freqüentes "erros de envelhecimento" nas declarações de idade);

b) O aumento aparente da proporção do grupo de 20 a 24 anos e as diminuições aparentes dos dois grupos qüinqüenais adjacentes também podem

ser atribuídos em parte a diferenças de precisão das declarações de idade nos dois censos;

c) Está fortemente afetada pelos "erros de rejuvenescimento" nas declarações de idade a classificação relativa ao sexo feminino. Os grupos de 15 a 29 anos ficam aparentemente reforçados e os de 30 a 69 anos aparentemente desfalcados, em ambos os censos, em conseqüência dêsses erros [6].

* * *

4. Para reduzir ao mínimo possível a influência tanto dos erros de rejuvenescimento e de envelhecimento como dos erros de concentração [7], torna-se conveniente adotar uma classificação por grandes grupos de idade diferente daquela usada nas comparações internacionais anteriores, discriminando-se o grupo de 15 a 59 anos, que inclui a maior parte da população econômicamente ativa, e os de 0 a 14 e de 60 anos e mais, onde predominam os indivíduos econômicamente passivos.

Os resultados dêste agrupamento constam da tabela IV.

Tabela IV

BRASIL

*Composição da população por sexo e grandes grupos de idade, em 1.º-IX-1940 e em 1.º-VII-1950**

Proporções por 100 000 habitantes

SEXO	ANO	IDADE (Anos completos)			TOTAL
		0 a 14	15 a 59	60 e mais	
Homens	1940	21 507	26 580	1 097	49 994
	1950	21 149	26 650	2 041	49 840
Mulheres	1940	21 029	26 818	2 159	50 006
	1950	20 710	27 236	2 214	50 160
Homens e mulheres	1940	42 536	53 398	4 066	100 000
	1950	41 589	53 886	4 255	100 000

* Veja-se a nota à tabela II.

O grupo de 15 a 59 anos constitui 53,40% da população total em 1940 e 53,89% em 1950.

O de 0 a 14 anos, que em 1940 constituía 42,53% do total, constitui 41,86% em 1950.

O grupo de 60 anos e mais passa de 4,07% para 4,25% do total.

As variações são pequenas e já acima foram especificadas hipóteses acêrca dos fatôres que as determinaram.

Persiste a situação, característica das populações muito fecundas, da elevada proporção dos elementos econômicamente passivos em relação aos ativos.

Cumpre, todavia, advertir que nem sempre a discriminação convencional, entre as idades em que o indivíduo produz mais do que consome e as em que consome mais do que produz, correspondente à realidade.

[6] No estudo citado, G. MORTARA calcula que, em 1950, mais de 510 000 mulheres, cuja idade efetiva as colocaria nos grupos de 30 a 69 anos, tenham declarado idades inferiores a 30 anos.

Adotando-se as correções propostas por êsse autor as proporções constantes da tabela I para o Brasil ficariam assim retificadas: de 0 a 19 anos 5 205, de 20 a 39 anos 2 928, de 40 a 59 anos 1 424 e de 60 anos e mais 443 por 10 000 habitantes.

Cumpre advertir que a proporção masculina no grupo de 40 a 59 anos é sensivelmente aumentada pela presença de um maior número de imigrados dêste sexo, como consta das tabelas V e VI.

[7] Acêrca dêsses erros vejam-se as publicações citadas na nota 3.

Êles dependem da preferência dada nas declarações às idades múltiplas de 10, de 5 ou de 2.

No Brasil, em 1950, foram declarados ocupados em atividades extra-domésticas cêrca de um quinto (1 249 392) das crianças de 10 a 14 anos e quase dois quintos (861 330) dos velhos de 60 anos e mais; e provàvelmente muitos dêles devem ser considerados econômicamente ativos no sentido esclarecido acima, embora não figurando como tais na discriminação convencional por idade.

* * *

5. Para discernir as influências diretas da imigração sôbre a composição por idade da população do Brasil, podem-se discriminar os habitantes em brasileiros natos e em estrangeiros e brasileiros naturalizados. Salvo raríssimas exceções, os primeiros são naturais do Brasil e os segundos são naturais do exterior aqui imigrados. Esta discriminação foi feita nas tabelas V (dados absolutos) e VI (proporções por 100 000 habitantes).

Entre os brasileiros natos, o sexo masculino fica em leve minoria (49,69%); entre os estrangeiros e brasileiros naturalizados, prevalece nìtidamente (56,03%). A composição por idade difere profundamente nas duas categorias de nacionalidade. Entre os brasileiros natos, que constituem uma fração preponderante da população (97,66%), encontram-se, levemente acentuados, os traços característicos já salientados; 53,62% dêles estão em idades de 0 a 19 anos, 29,84% em idades de 20 a 39 anos, 12,83% em idades de 40 a 59 anos e 3,71% em idades de 60 anos e mais. Dos estrangeiros e brasileiros naturalizados, apenas 4,59%, isto é, uma fração muito pequena, se acham em idades de 0 a 19 anos, enquanto 25,30% estão em idades de 20 a 39 anos, 43,23% em idades de 40 a 59 anos e 26,88% em idades de 60 anos e mais.

Cumpre lembrar que, em virtude da legislação nacional, a qual atribui a cidadania brasileira aos filhos dos estrangeiros que nascem no Brasil [8], a contribuição dos imigrados para a reprodução aumenta os contingentes dos brasileiros natos nas idades mais moças.

Tabela V

BRASIL

*Composição da população por sexo e grupos de idade, segundo grandes categorias da nacionalidade, em 1.º-VII-1950**

a. Dados absolutos

IDADE Anos completos	BRASILEIROS NATOS		ESTRANGEIROS E BRASILEIROS NATURALIZADOS	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0 a 4	4 231 426	4 130 687	4 372	4 237
5 a 9	3 555 949	3 449 792	4 845	4 831
10 a 14	3 157 794	3 137 390	6 846	6 420
15 a 19	2 631 817	2 846 350	12 666	11 376
20 a 24	2 358 391	2 584 292	26 009	22 338
25 a 29	1 988 946	2 068 061	41 330	33 857
30 a 39	3 041 607	3 061 301	104 033	78 977
40 a 49	2 084 281	2 008 465	161 766	110 725
50 a 59	1 216 370	1 182 606	144 172	107 078
60 a 69	614 946	629 464	113 829	93 165
70 a 79	201 548	252 469	46 194	44 927
80 e mais	69 014	112 226	12 408	15 033
*TOTAL***	*25 152 089*	*25 463 103*	*678 470*	*532 964*

* Veja-se a nota à tabela II. Além dos habitantes nela especificados, não estão incluídos nesta tabela e na seguinte os de nacionalidade ignorada.

** Totais: Brasileiros natos 50 615 192, estrangeiros e brasileiros naturalizados 1 211 434: homens 25 830 559, mulheres 25 996 067.

[8] Há algumas exceções, mas elas são, numèricamente, desprezíveis.

Tabela VI

BRASIL

*Composição da população por sexo e grupos de idade, segundo grandes categorias da nacionalidade, em 1.º-VII-1950**

b. Proporções por 100 000 habitantes

IDADE Anos completos	BRASILEIROS NATOS		ESTRANGEIROS E BRASILEIROS NATURALIZADOS	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0 a 4	8 165	7 970	8	8
5 a 9	6 861	6 657	9	9
10 a 14	6 093	6 054	13	12
15 a 19	5 078	5 492	25	22
20 a 24	4 550	4 986	51	43
25 a 29	3 838	3 990	80	65
30 a 39	5 869	5 907	201	152
40 a 49	4 022	3 875	312	214
50 a 59	2 347	2 282	278	207
60 a 69	1 186	1 214	220	180
70 a 79	389	487	89	87
80 e mais	133	217	24	29
*TOTAL***	*48 531*	*49 131*	*1 310*	*1 028*

* Veja-se a nota à tabela V.
** Totais: Brasileiros natos 97 662, estrangeiros e brasileiros naturalizados 2 338: homens 49 841, mulheres 50 159.

As elevadas proporções de estrangeiros e brasileiros naturalizados nas idades maduras e senis em parte representam uma conseqüência puramente aritmética da escassa representação das idades infantis e adolescentes, mas em parte dependem da circunstância de que a maior afluência de imigrantes para o Brasil se verificou em épocas já distantes.

* * *

6. No censo de 1950, a composição por idade foi apurada separadamente para os quadros administrativos urbanos, suburbanos e rurais.

Nem sempre a divisão administrativa coincide com a discriminação que poderia ser feita com critérios demográficos-sociológicos entre as áreas urbanas e as rurais. Todavia, pela maior parte, as populações dos quadros urbanos podem ser consideradas efetivamente urbanas, e as dos quadros rurais efetivamente não-urbanas, também de acôrdo com êsses critérios.

Das populações qualificadas suburbanas, uma parte é efetivamente tal, outra parte pode ser considerada urbana e outra parte deve ser considerada rural.

Apesar da imperfeita correspondência dos critérios administrativos com os científicos, o exame da apuração referida acima e resumida nas tabelas VII (dados absolutos) e VIII (proporções por 100 000 habitantes) torna-se muito interessante.

A composição por sexo das populações dos quadros urbanos difere nìtidamente daquela dos quadros rurais; nos primeiros o sexo masculino fica em minoria (47,32%), nos segundos prevalece (51,01%). Os fatôres principais desta diferença consistem: na maior migração interior de mulheres para as cidades, que aumenta a proporção feminina nos quadros urbanos e a diminui nos quadros rurais; na maior mortalidade masculina nas cidades; na menor diferença entre a mortalidade dos dois sexos nas zonas rurais, onde a mulher tem maiores encargos de família e participa em trabalhos mais pesados.

Tabela VII

BRASIL

*Composição da população por sexo e grupos de idade, nos quadros administrativos, urbanos, suburbanos e rurais, em 1.º-VII-1950**

a. Dados absolutos

IDADE Anos completos	QUADROS URBANOS			QUADROS SUBURBANOS			QUADROS RURAIS		
	Homens	Mulheres	Homens e mulheres	Homens	Mulheres	Homens e mulheres	Homens	Mulheres	Homens e mulheres
0 a 4	817 182	805 945	1 623 127	455 533	450 540	906 073	2 963 161	2 878 519	5 841 680
5 a 9	667 193	672 342	1 339 535	358 812	754 824	713 636	2 534 845	2 428 511	4 962 356
10 a 14	644 328	711 549	1 355 877	331 353	334 898	666 251	2 189 023	2 097 416	4 286 439
15 a 19	623 448	775 010	1 398 458	298 478	317 449	615 927	1 722 605	1 765 325	3 487 930
20 a 24	628 255	758 067	1 386 322	272 708	310 431	583 139	1 483 497	1 538 181	3 021 678
25 a 29	546 097	618 691	1 164 788	233 334	257 884	491 218	1 250 881	1 225 384	2 476 265
30 a 39	856 216	951 629	1 807 845	368 980	390 757	759 737	1 920 519	1 797 951	3 718 470
40 a 49	637 732	674 904	1 312 636	254 551	260 963	515 514	1 353 824	1 183 385	2 537 209
50 a 59	395 220	430 361	825 581	147 499	158 439	305 938	817 861	700 934	1 518 795
60 a 69	209 990	257 524	467 514	77 775	89 418	167 193	441 037	375 724	816 761
70 a 79	72 425	111 239	183 664	25 696	35 891	61 587	149 634	150 285	299 919
80 e mais	20 013	42 641	62 654	8 346	15 224	23 570	53 073	69 406	122 479
TOTAL	*6 118 099*	*6 809 902*	*12 928 001*	*2 833 065*	*2 976 718*	*5 809 783*	*16 879 960*	*16 210 021*	*33 089 981*

*Veja-se a nota à tabela II.

Tabela VIII

BRASIL

*Composição da população por sexo e grupos de idade, nos quadros administrativos urbanos, suburbanos e rurais, em 1.º-VII-1950**

b. Proporções por 100 000 habitantes de cada classe de quadros

IDADE Anos completos	QUADROS URBANOS			QUADROS SUBURBANOS			QUADROS RURAIS		
	Homens	Mulheres	Homens e mulheres	Homens	Mulheres	Homens e mulheres	Homens	Mulheres	Homens e mulheres
0 a 4	6 321	6 234	12 555	7 841	7 755	15 596	8 955	8 699	17 654
5 a 9	5 161	5 201	10 362	6 176	6 107	12 283	7 661	7 336	14 997
10 a 14	4 984	5 504	10 488	5 703	5 764	11 467	6 615	6 339	12 954
15 a 19	4 822	5 995	10 817	5 138	5 464	10 602	5 206	5 335	10 541
20 a 24	4 860	5 863	10 723	4 694	5 343	10 037	4 483	4 649	9 132
25 a 29	4 224	4 786	9 010	4 016	4 439	8 455	3 780	3 703	7 483
30 a 39	6 623	7 361	13 984	6 351	6 726	13 077	5 804	5 433	11 237
40 a 49	4 933	5 220	10 153	4 381	4 492	8 873	4 091	3 577	7 668
50 a 59	3 057	3 329	6 386	2 539	2 727	5 266	2 472	2 118	4 590
60 a 69	1 624	1 992	3 616	1 339	1 539	2 878	1 333	1 335	2 468
70 a 79	560	861	1 412	442	618	1 060	452	454	906
80 e mais	155	330	485	144	262	406	160	210	370
TOTAL	*47 324*	*52 676*	*100 000*	*48 764*	*51 236*	*100 000*	*51 012*	*48 988*	*100 000*

*Veja-se a nota à tabela II.

No que diz respeito à composição por idade, as populações dos quadros rurais salientam-se pela proporção muito elevada das idades infantis e adolescentes, a qual depende em parte, diretamente, da natalidade muito elevada e em parte, indiretamente, dos desfalques que sofrem os grupos adultos pela emigração para as cidades. Nas populações dos quadros urbanos, pelo contrário, a proporção das idades infantis e adolescentes é baixa, em relação à média nacional, em parte pela influência direta da menor natalidade e em parte pela influência indireta da imigração de adultos. A proporção do grupo de 0 a 19 anos é apenas de 44,22% nos quadros urbanos, enquanto nos quadros rurais ela atinge 56,15%.

Os grupos de idade mais válidos são fortemente representados nos quadros urbanos (33,72% de 20 a 39 anos e 16,54% de 40 a 59) e fracamente representados nos quadros rurais (27,85% de 20 a 39 anos e 12,26% de 40 a 59).

As idades senis, também, são mais representadas nos quadros urbanos (com 5,52% habitantes de 60 anos e mais, em comparação com 3,74% nos quadros rurais), em virtude da imigração, da menor mortalidade dos adultos, e da menor natalidade.

Nos quadros suburbanos encontram-se proporções intermediárias às do quadros urbanos e dos rurais, aproximando-se as condições dos primeiros ora daquelas dos segundos, ora daquelas dos últimos, como já foi observado. A proporção masculina (48,76%), embora baixa, é maior do que a dos quadros urbanos. A proporção das idades de 0 a 19 anos (49,95%), apesar de muito superior à dos quadros urbanos, fica muito inferior à dos quadros rurais. A proporção das idades de 20 a 39 anos (31,57%) está mais próxima daquela dos quadros urbanos; pelo contrário, as proporções das idades de 40 a 59 anos (14,14%) e de 60 anos e mais (4,34%) estão mais próximas daquelas dos quadros rurais.

A discriminação do grande grupo de idade considerado por convenção econômicamente ativo e dos dois grupos considerados econômicamente passivos consta da tabela IX.

Tabela IX

BRASIL

*Composição da população por sexo e grandes grupos de idade, nos quadros administrativos urbanos, suburbanos e rurais, em 1.º-VII-1950**

Proporções por 100 000 habitantes de cada classe de quadros

QUADROS ADMINISTRATIVOS	SEXO	IDADE (Anos completos)			TOTAL
		0 a 14	15 a 59	60 e mais	
Urbanos	H.	16 466	28 519	2 339	47 324
	M.	16 939	32 554	3 183	52 676
	H. e M.	33 405	61 073	5 522	100 000
Suburbanos	H.	19 720	27 119	1 925	48 764
	M.	19 626	29 191	2 419	51 236
	H. e M.	39 346	56 310	4 344	100 000
Rurais	H.	23 231	25 836	1 945	51 012
	M.	22 374	24 815	1 799	48 988
	H. e M.	45 605	50 651	3 744	100 000

* Veja-se a nota à tabela II.

O grupo de 15 a 59 anos compreende 61,07% da população dos quadros urbanos, nêle predominando o sexo feminino (com a parcela de 32,55 em com-

paração com 28,52 para o sexo masculino). Nos quadros rurais a proporção correspondente é muito menor, 50,65%, e para ela contribui o sexo masculino com uma parcela (25,84) maior do que a do sexo feminino (24,81).

O grupo de 60 anos e mais figura, também, com proporção maior nos quadros urbanos (5,52%, sendo de 2,34 a parcela masculina e de 3,18 a feminina) do que nos rurais (3,74%, parcela masculina 1,94, feminina 1,80).

A proporção do grupo de 0 a 14 anos, pelo contrário, é muito menor nos quadros urbanos (33,41%; parcela masculina, 16,47, feminina, 16,94) do que nos rurais (45,61%; parcela masculina, 23,23, feminina, 22,38).

As proporções nos quadros suburbanos são, em geral, intermediárias às dos quadros urbanos e dos rurais. O grupo de 15 a 59 anos compreende 56,31% da população, o de 60 anos e mais 4,34% e o de 0 a 14 anos 39,35%, predominando as mulheres — embora em medida menor do que nos quadros urbanos — nos dois grupos de adultos.

Os fatôres das características acima salientadas constam dos comentários anteriores.

* * *

7. A composição por idade dos três principais grupo de côr que integram a população do Brasil (brancos, pardos e pretos) não é muito diferente.

São comuns a êsses grupos de côr as características da elevada proporção das idades infantis e adolescentes (que atinge seu máximo no grupo pardo, em virtude da sua mais elevada fecundidade e da contribuição que êle recebe dos demais grupos através da mestiçagem) e da baixa proporção das idades senis (menos acentuada no grupo prêto, de menor fecundidade e que perde pela mestiçagem sem receber novos contingentes pela imigração) [9].

O grupo amarelo, composto quase exclusivamente de japonêses, imigrados em época recente, e de seus descendentes, apresenta uma proporção muito elevada de crianças e adolescentes e uma proporção moderada de velhos [10]. Para elevar a primeira contribuem a alta fecundidade dos imigrados japonêses e a baixa mortalidade de seus descententes nas idades infantis.

Essas características são postas em evidência pelos dados da tabela X. Análises mais pormenorizadas serão expostas na seção D. V, relativa à composição da população do Brasil segundo a côr.

Tabela X

BRASIL

Composição por grandes grupos de idade dos diversos grupos de côr, em 1.º-VII-1950

Proporções por 10 000 componentes de cada grupo de côr

IDADE Anos completos	BRANCOS	PARDOS	PRETOS	AMARELOS
0 a 19	5 163	5 511	5 071	5 516
20 a 39	3 014	2 871	3 010	2 672
40 a 59	1 385	1 247	1 434	1 436
60 a 79	401	333	418	364
80 e mais	37	38	67	12
TOTAL	*10 000*	*10 000*	*10 000*	*10 000*

* * *

[9] A maior freqüência dos erros de envelhecimento contribui para elevar a proporção aparente do grupo de 80 anos e mais entre os pretos.

[10] A relativa raridade dos erros de envelhecimento contribui para manter baixa a proporção do grupo de 80 anos e mais entre os amarelos.

8. Foram postas em relêvo nas páginas anteriores as características da composição por idade da população do Brasil, como ressaltam pelas comparações internacionais.

Foi mostrada, mediante comparações retrospectivas, a relativa estabilidade dessas características durante os sessenta anos decorridos entre o segundo e o sexto censo nacional.

A influência dos movimentos migratórios internacionais foi estudada através das características diferenciais da composição por idade dos naturais do Brasil e dos naturais do exterior.

A influência dos movimentos de migração interior e das diferenças de natalidade e de mortalidade entre as populações da cidade e as do campo foi investigada mediante a discriminação da composição por idade nos quadros administrativos urbanos, suburbanos e rurais.

Foram, ainda, expostas sumàriamente as características da composição por idade dos diversos grupos de côr que integram a população do Brasil.

APÊNDICE

Comparações retrospectivas

Tabela XI

*Composição da população por grupos de idade, segundo os seis censos brasileiros**

Proporções por 100 000 habitantes

IDADE Anos completos	1872	1890	1900	1920	1940	1950
0 a 9	22 178	29 355	32 445	29 992	29 605	29 687
10 a 19	21 373	21 783	22 681	24 287	23 716	22 789
20 a 29	21 318	17 746	17 478	17 435	17 401	17 603
30 a 39	12 506	12 625	11 841	11 646	11 896	12 129
40 a 49	8 921	8 638	7 837	7 855	8 353	8 423
50 a 59	6 073	5 137	4 483	4 748	4 963	5 114
60 a 69	3 819	3 009	2 061	2 620	2 612	2 800
70 a 79	2 003	1 117	802	1 008	1 038	1 052
80 a 89	1 110	426	264	304	323	319
90 a 99	568	120	83	83	74	65
100 e mais	131	44	25	22	19	19
TOTAL	*100 000*	*100 000*	*100 000*	*100 000*	*100 000*	*100 000*

* Veja-se a nota à tabela II.
As proporções calculadas de acôrdo com os censos anteriores a 1950 foram tiradas da tabela V do estudo citado na nota 4.

II

DADOS COMPARATIVOS SÔBRE A COMPOSIÇÃO POR SEXO E IDADE DA POPULAÇÃO DOS DIVERSOS ESTADOS DO BRASIL [1]

SUMÁRIO: 1. Introdução. — 2. Composição por sexo. — 3. Composição por idade. — 4. Composição por sexo e idade. — 5. Recapitulação.

1. A composição por sexo e idade das populações das diversas regiões fisiográficas e unidades políticas, segundo o censo de 1950, constituiu objeto de pesquisas em duas séries de estudos do Laboratório: a primeira, dedicada ao exame dessa composição no conjunto de cada região ou unidades [2]; a segunda, dedicada ao exame da composição das populações urbana, suburbana e rural de cada região ou unidade [3]. Alguns dos principais resultados dessas pesquisas foram resumidos numa comunicação apresentada à Conferência Mundial da População em Roma em setembro de 1954 [4].

Outros estudos especiais foram realizados com referência a alguns Estados [5].

No presente estudo, como complemento aos anteriores, será examinada sumàriamente a composição comparativa por sexo e idade das populações dos vinte Estados.

Constam das tabelas I*A* (homens e mulheres), I*B* (homens) e I*C* (mulheres) os dados da composição proporcional por idade [6] das populações dos diversos Estados, segundo o censo de 1950.

O grupamento é decenal, exceto nas idades mais avançadas, de 80 anos e mais, que foram reunidas em único grupo, em vista dos freqüentes erros nas declarações dessas idades [7].

* * *

2. No conjunto do Brasil a proporção dos homens na população total (49,82%) fica levemente inferior à das mulheres.

Em 11 Estados encontra-se desigualdade no mesmo sentido, com as proporções masculinas mínimas em Sergipe (47,61%) e em Alagoas (48,17%).

Nos demais 9 Estados prevalece o sexo masculino, com as proporções máximas no Paraná (51,59%) e em Mato Grosso (51,93%).

A proporção dos sexos na população depende: da proporção dos sexos nos nascimentos (que se mantém aproximadamente constante no tempo e no espaço), da proporção nos óbitos (que varia nos diversos Estados, sendo todavia em geral maior a mortalidade masculina do que a feminina, como em quase todos os países de civilização ocidental) e da proporção nas migrações internas (onde amiúde, mas nem sempre, prevalece o contingente masculino) e nas internacionais (onde, em geral, predominam os homens, quando elas são determinadas principalmente por fatôres econômicos).

---

[1] Estudo compilado com a colaboração do Estatístico Analista ANTÔNIO LEANDRO DOS SANTOS.

[2] N.os 46, 60, 70, 82 e 88 dos "Estudos Demográficos".

[3] N.os 52, 71, 73, 83, 89 e 90 dos "Estudos Demográficos".

[4] ELÍGIO ALVES, *A composição por idade da população do Brasil e das suas diferentes partes*, "Revista Brasileira de Estatística", 1954, N.º 59.

[5] "Estudos Demográficos", N.os 50 (Bahia), 80 (população natural da Bahia), 104 e 119 (população natural de Minas Gerais), 117 e 119 (população natural de São Paulo).

[6] Os dados absolutos constam dos volumes correspondentes aos resultados do censo demográfico, publicados pelo Serviço Nacional de Recenseamento de 1950, e estão reproduzidos nos estudos citados nas notas 2 e 3.

[7] Veja-se G. MORTARA, *Les erreurs dans les déclarations de l'âge dans les recensements brésiliens de 1940 et 1950* (Rio, I.B.G.E., 1953).

Tabela I

Distribuição por grupos de idade da população presente nos Estados do Brasil em 1.º-VII-1950

(Dados proporcionais a 10 000 habitantes de ambos os sexos)

A. Homens e mulheres

ESTADO	PROPORÇÕES POR 10 000 HABITANTES DOS EM IDADES DE ANOS										TOTAL
	0 a 9	10 a 19	20 a 29	30 a 39	30 a 49	50 a 59	60 a 69	70 a 79	80 e mais	Idade ignorada	
Amazonas	3 159	2 364	1 795	1 187	745	394	229	70	23	34	10 000
Pará	3 050	2 268	1 721	1 208	843	475	271	92	38	34	10 000
Maranhão	3 035	2 355	1 673	1 204	842	456	266	97	46	26	10 000
Piauí	3 283	2 391	1 665	1 119	729	416	236	88	38	35	10 000
Ceará	3 219	2 324	1 683	1 062	734	499	285	96	46	52	10 000
Rio Grande do Norte	3 107	2 206	1 670	1 159	776	560	301	126	62	33	10 000
Paraíba	3 101	2 294	1 668	1 146	778	535	287	117	51	23	10 000
Pernambuco	3 004	2 269	1 731	1 199	818	522	275	110	42	30	10 000
Alagoas	3 162	2 345	1 579	1 099	815	510	290	121	50	29	10 000
Sergipe	3 148	2 272	1 548	1 106	835	526	329	142	70	24	10 000
Bahia	3 079	2 297	1 694	1 163	795	477	294	121	56	24	10 000
Minas Gerais	3 074	2 394	1 711	1 157	799	474	253	91	35	12	10 000
Espírito Santo	3 158	2 440	1 677	1 085	803	465	234	88	34	16	10 000
Rio de Janeiro	2 927	2 247	1 711	1 222	883	552	291	105	39	23	10 000
São Paulo	2 674	2 162	1 892	1 321	941	556	292	111	37	14	10 000
Paraná	3 116	2 301	1 781	1 197	797	451	231	81	28	17	10 000
Santa Catarina	3 301	2 325	1 674	1 107	753	459	242	91	27	21	10 000
Rio Grande do Sul	2 943	2 283	1 742	1 207	829	525	301	114	36	20	10 000
Mato Grosso	3 201	2 320	1 653	1 231	790	427	239	82	29	28	10 000
Goiás	3 187	2 382	1 747	1 192	767	402	203	68	27	25	10 000

Tabela I (Continuação)

Distribuição por grupos de idade da população presente nos Estados do Brasil em 1.º-VII-1950

(Dados proporcionais a 10 000 habitantes de ambos os sexos)

B. Homens

ESTADO	PROPORÇÕES POR 10 000 HABITANTES DOS EM IDADES DE ANOS										TOTAL
	0 a 9	10 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 a 79	80 e mais	Idade ignorada	
Amazonas	1 613	1 178	907	627	392	218	132	37	10	16	5 130
Pará	1 554	1 135	848	610	428	239	132	39	13	15	5 013
Maranhão	1 546	1 174	809	602	432	229	128	41	17	12	4 990
Piauí	1 659	1 186	802	545	363	207	116	39	14	15	4 946
Ceará	1 630	1 140	791	514	366	248	136	38	17	24	4 904
Rio Grande do Norte	1 550	1 072	776	572	393	288	150	55	24	16	4 896
Paraíba	1 551	1 115	755	556	389	270	142	51	19	11	4 859
Pernambuco	1 499	1 093	795	580	408	261	134	47	15	12	4 844
Alagoas	1 592	1 124	707	518	400	254	138	52	19	13	4 817
Sergipe	1 581	1 083	670	511	405	257	156	61	27	10	4 761
Bahia	1 556	1 108	775	564	398	237	144	53	21	11	4 867
Minas Gerais	1 565	1 173	820	571	408	242	128	44	14	6	4 971
Espírito Santo	1 610	1 206	823	550	435	255	127	44	14	7	5 071
Rio de Janeiro	1 485	1 123	837	626	465	292	150	48	15	11	5 052
São Paulo	1 358	1 075	956	680	497	295	151	54	16	7	5 089
Paraná	1 587	1 152	902	631	437	251	133	44	14	8	5 159
Santa Catarina	1 686	1 153	823	568	393	239	127	46	12	10	5 057
Rio Grande do Sul	1 496	1 135	849	604	421	265	151	53	14	9	4 997
Mato Grosso	1 625	1 167	835	669	448	243	136	43	13	14	5 193
Goiás	1 624	1 189	880	619	408	211	103	31	11	11	5 087

Tabela I (Conclusão)

Distribuição por grupos de idade da população presente nos Estados do Brasil em 1.º-VII-1950

(Dados proporcionais a 10 000 habitantes de ambos os sexos)

C. Mulheres

ESTADO	PROPORÇÕES POR 10 000 HABITANTES DOS EM IDADES DE ANOS										TOTAL
	0 a 9	10 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 a 79	80 e mais	Idade ignorada	
Amazonas	1 546	1 186	888	560	353	176	97	33	13	18	4 870
Pará	1 496	1 133	873	598	415	236	139	53	25	19	4 987
Maranhão	1 489	1 181	864	602	410	227	138	56	29	14	5 010
Piauí	1 624	1 205	863	574	366	209	120	49	24	20	5 054
Ceará	1 589	1 184	892	548	368	251	149	58	29	28	5 096
Rio Grande do Norte	1 557	1 134	894	587	383	272	151	71	38	17	5 104
Paraíba	1 550	1 179	913	590	389	265	145	66	32	12	5 141
Pernambuco	1 505	1 176	936	619	410	261	141	63	27	18	5 156
Alagoas	1 570	1 221	872	581	415	256	152	69	31	16	5 183
Sergipe	1 567	1 189	878	595	430	269	173	81	43	14	5 239
Bahia	1 523	1 189	919	599	397	240	150	68	35	13	5 133
Minas Gerais	1 509	1 221	891	586	391	232	125	47	21	6	5 029
Espírito Santo	1 548	1 234	854	535	368	210	107	44	20	9	4 929
Rio de Janeiro	1 442	1 124	874	596	418	260	141	57	24	12	4 948
São Paulo	1 316	1 087	936	641	444	261	141	57	21	7	4 911
Paraná	1 529	1 149	879	566	360	200	98	37	14	9	4 841
Santa Catarina	1 615	1 172	851	539	360	220	115	45	15	11	4 943
Rio Grande do Sul	1 447	1 148	893	603	408	260	150	61	22	11	5 003
Mato Grosso	1 576	1 153	818	562	342	184	103	39	16	14	4 807
Goiás	1 563	1 193	867	573	359	191	100	37	16	14	4 913

No conjunto do Brasil a proporção masculina desce para 49,68% entre os naturais do país e sobe para 56,00% entre os naturais do exterior. Sendo bem escasso o movimento migratório internacional dos brasileiros natos, a primeira dessas proporções atesta que a maior freqüência dos nascimentos masculinos fica mais que compensada, na composição da população, pela maior mortalidade dêsse sexo.

Para a maior parte dos Estados, considerando-se a população natural de cada um dêles, presente no próprio Estado ou em outras Unidades da Federação na data do censo de 1950, encontra-se número maior de mulheres do que de homens; só fazem exceção, com leve prevalência masculina, os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Espírito Santo e Amazonas.

Na população presente, a proporção masculina é reforçada pelas imigrações (casos típicos: Paraná, Mato Grosso, etc.) e enfraquecida pelas emigrações (casos típicos: Sergipe, Alagoas, etc.).

* * *

3. A composição da população segundo a idade apresenta em todos os Estados os traços característicos da demografia do Brasil [8], isto é, proporções elevadas das idades infantis e adolescentes e proporções baixas das idades maduras e senis. A concomitância de altos níveis de natalidade e de mortalidade, de um rápido incremento natural e de um moderado incremento migratório determina êsses traços.

Observam-se, todavia, notáveis diferenças entre os diversos Estados.

A proporção dos habitantes de 0 a 19 anos de idade — que no conjunto do Brasil atinge 52,36% — varia nos Estados entre os máximos de 56,74% no Piauí e de 56,26% em Santa Catarina e os mínimos de 51,74% no Estado do Rio de Janeiro e de 48,36% no de São Paulo, excedendo 52% e não atingindo 56% nos demais. São Paulo é o único Estado em que a proporção dêstes grupos de idade fica inferior a 50%.

Em parte — mas apenas em parte — as diferenças na proporção das crianças e dos adolescentes dependem do nível da natalidade (muito elevado, por exemplo, em Santa Catarina e relativamente baixo em São Paulo). Em parte dependem da elevada mortalidade, que reduz fortemente a representação relativa dos grupos de idades maduras e senis, tornando assim, como um reflexo, maior a dos grupos infantis e adolescentes. Com maior precisão, pode-se dizer que onde é mais elevada a diferença entre a natalidade e a mortalidade tende a ser mais elevada a proporção dos grupos infantis (em Santa Catarina, por exemplo, a elevada natalidade está associada com um nível relativamente baixo de mortalidade). Em parte, ainda, dependem as referidas diferenças dos movimentos migratórios, que nos Estados de imigração aumentam a representação relativa dos grupos de idades juvenis e maduras (é típico o caso de São Paulo, que desde longo tempo vem recebendo numerosos imigrantes do interior e do exterior) e nos Estados de emigração diminuem essa representação (é típico o caso de Minas Gerais, que desde longo tempo alimenta amplas correntes de emigração interior).

A proporção dos habitantes de 20 a 59 anos, que é de 43,18% no conjunto do país, varia entre os máximos de 47,10% no Estado de São Paulo (que recebe forte imigração), de 43,68% no do Rio de Janeiro e de 43,03% no do Rio Grande do Sul, e os mínimos de 39,20% no Piauí, de 39,78% no Ceará (ambos Estados de emigração) e de 39,93% em Santa Catarina. Nos demais Estados as correspondentes proporções excedem 40% sem atingir 43%.

É sempre baixa a proporção dos habitantes de 60 anos e mais, que no conjunto do país atinge 4,24%. Ela varia entre os máximos de 5,41% em Ser-

[8] Vejam-se comparações internacionais na seção D. I, dêste volume, e na comunicação de E. ALVES citada na nota 4. A seção acima citada apresenta um resumo dos principais resultados das duas séries de análises referidas nas notas 2 e 3.

gipe (único Estado onde excede 5%), de 4,89% no Rio Grande do Norte e de 4,71% na Bahia (Estados de antigo povoamento, com crescimento demográfico relativamente lento e com mortalidade elevada) e os mínimos de 2,98% em Goiás, de 3,22% no Amazonas e de 3,40% no Paraná (o primeiro e o último dêstes Estados receberam recentemente fortes contingentes de imigração, onde prevaleciam as idades moças).

Para facilitar a análise da influência de alguns fatôres demográficos sôbre a composição por idade da população dos diversos Estados, reúnem-se na tabela II dados sôbre a proporção entre crianças e mulheres em idade fértil (índice da fecundidade [9]); sôbre o aumento relativo da população de 1890 a 1950; sôbre o saldo ativo ou passivo das migrações interiores de brasileiros natos, segundo o censo de 1950; e sôbre a proporção dos estrangeiros, segundo o mesmo censo.

Tabela II

Dados sôbre o crescimento da população dos diversos Estados e sôbre seus fatôres

ESTADO	AUMENTO RELATIVO DA POPULAÇÃO * DE 1890 A 1950 %	CRIANÇAS DE 0 A 9 ANOS PARA 1 000 MULHERES DE 15 A 49 ANOS, EM 1950**	SALDO DAS MIGRAÇÕES INTERIORES EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO NATURAL DO ESTADO, EM 1950*** %	NATURAIS DO ESTRANGEIRO POR 100 HABITANTES, EM 1950**
Amazonas	271	1 335	— 0,74	1,01
Pará	253	1 257	— 0,86	0,73
Maranhão	267	1 250	+ 4,01	0,07
Piauí	291	1 390	— 5,31	0,02
Ceará	235	1 382	— 5,64	0,05
Rio Grande do Norte	261	1 315	— 2,66	0,05
Paraíba	275	1 285	— 7,89	0,03
Pernambuco	230	1 195	— 2,97	0,16
Alagoas	114	1 294	— 11,40	0,03
Sergipe	107	1 280	— 9,97	0,03
Bahia	152	1 244	— 5,66	0,17
Minas Gerais	146	1 252	— 13,09	0,43
Espírito Santo	573	1 343	— 6,05	0,76
Rio de Janeiro	162	1 207	— 5,78	1,67
São Paulo	560	1 048	+ 7,08	7,59
Paraná	754	1 323	+ 40,80	3,62
Santa Catarina	450	1 436	+ 2,18	1,22
Rio Grande do Sul	364	1 196	— 3,80	1,87
Mato Grosso	484	1 421	+ 9,14	3,79
Goiás	434	1 354	+ 25,27	0,30

* De 31-XII-1890 a 1.º-VII-1950, *nas fronteiras de 1890*.
** Nas fronteiras de 1950.
*** Razão da diferença entre o número dos brasileiros natos naturais de outras Unidades presentes no Estado considerado (nas fronteiras de 1950) e o número dos naturais dêste Estado presentes em outras Unidades, para o total dos brasileiros natos naturais do Estado presentes no Brasil.

* * *

4. O estudo da distribuição comparativa da população dos dois sexos segundo a idade é dificultado pelos "erros de rejuvenescimento", que alteram

[9] Acêrca da interpretação dêsse índice, o qual não depende *exclusivamente* da fecundidade, veja-se a seção I do volume N.º 16, desta série, *Pesquisas sôbre a natalidade no Brasil* (Rio, I.B.G.E., 1953).

fortemente a composição aparente da população feminina [10],* fazendo aparecer como superior à realidade a proporção dos grupos de idades adolescentes e juvenis e inferior à realidade a dos grupos de idades maduras.

Torna-se, todavia, interessante a comparação feita na tabela III entre os excedentes ou déficits masculinos nos diferentes grupos de idade nas populações dos dois Estados com a maior predominância feminina (Sergipe e Alagoas) e dos dois com a maior predominância masculina (Paraná e Mato Grosso).

Tabela III

*Diferenças entre as proporções dos homens e das mulheres por 10 000 habitantes, segundo grupos de idade, em alguns Estados**

IDADE Anos completos	SERGIPE		ALAGOAS		PARANÁ		MATO GROSSO	
1 a 9	+	14	+	22	+	58	+	49
10 a 19	—	106	—	97	+	53	+	14
20 a 29	—	208	—	165	+	23	+	17
30 a 39	—	84	—	63	+	65	+	107
40 a 49	—	25	—	15	+	77	+	106
50 a 59	—	12	—	2	+	51	+	59
60 a 69	—	17	—	14	+	35	+	33
70 a 79	—	20	—	17	+	7	+	4
80 e mais	—	16	—	12	—		—	3
Ignorada	—	4	—	3	—	1	—	
TÔDAS AS IDADES	—	*478*	—	*366*	+	*318*	+	*386*

* Diferenças calculadas pelos dados das tabelas II e III.

Nos Estados de emigração, a representação masculina fica enfraquecida nas idades mais válidas, enquanto nos Estados de imigração ela fica reforçada. Tanto êsse enfraquecimento como êste reforço devem ser maiores na realidade do que conforme os dados da tabela III, pois que justamente os erros de rejuvenescimento aumentam a representação aparente das mulheres nessas idades.

E, vice-versa, nas idades maduras o enfraquecimento da representação masculina nos Estados de emigração e o seu reforço nos de imigração devem ser menores na realidade do que conforme os dados da tabela III, pois que os erros acima referidos diminuem a representação aparente das mulheres nessas idades.

* * *

5. As análises efetuadas nos parágrafos anteriores revelaram notáveis diferenças na composição por sexo entre as populações dos diversos Estados, em parte dependentes dos diferentes níveis comparativos de mortalidade dos dois sexos, e em parte maior das diferentes intensidades e direções dos movimentos migratórios.

Na composição por idade, os diversos Estados apresentam todos elevadas proporções dos grupos infantis e adolescentes e baixas proporções dos grupos maduros e senis, características do Brasil; as quais aparecem com diferentes intensidades nos diversos Estados, segundo os níveis da natalidade e da mortalidade e a amplitude e os rumos das correntes de migração.

[10] Veja-se o estudo citado na nota 7.

III

RETIFICAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO POR IDADE DA POPULAÇÃO DO BRASIL EM 1.º DE JULHO DE 1950 [1]

Os erros nas declarações de idade feitas na ocasião dos censos demográficos brasileiros foram investigados em muitos estudos do autor desta nota, do Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento de 1940 e do Laboratório de Estatística.

As pesquisas efetuadas mostraram que, apesar dos sensíveis melhoramentos na precisão das declarações de idade verificados através do tempo, desde o censo de 1872 até o de 1950, ainda os levantamentos mais recentes estão afetados por graves erros [2].

Em parte, êsses erros dependem da ignorância: é o caso das pessoas que, ignorando a data do seu nascimento, declaram a idade que presumem ter, amiúde expressa por um número múltiplo de 10 ou de 5; é também o caso das pessoas que, lembrando acontecimentos passados que ouviram narrar na infância, iludem-se ter nêles participado e se atribuem idades muito mais elevadas do que as efetivas.

Em outra parte, os erros são voluntários: assim no caso das pessoas que desejam parecer mais moças ou mais velhas do que realmente são e declaram de propósito idades inferiores ou superiores às efetivas.

As influências dos diversos fatôres de erros nas declarações de idade entrelaçam-se e confundem-se de tal maneira que tôda retificação se torna difícil e arbitrária.

Entretanto, aproveitando os ensinamentos fornecidos pelos estudos anteriores, e procurando satisfazer um desejo expresso pela Divisão de População das Nações Unidas, efetuou-se um ensaio de retificação da distribuição por idade da população presente em 1.º de julho de 1950, discriminada segundo o sexo.

Os dados obtidos devem ser considerados largamente aproximativos (e por isso foram especificados em milhares e não em unidades, na anexa tabela).

Êsses dados, por grupos qüinqüenais para as idades de 0 a 89 anos completos e em único grupo para as de 90 e mais, foram calculados pela aplicação das seguintes correções aos dados apurados do censo demográfico.

1) Foram distribuídos entre os diversos grupos de idade os habitantes de idade desconhecida (69 622 homens e 78 607 mulheres, inclusive a população de algumas zonas cujos habitantes não puderam ser classificados segundo os caracteres individuais), proporcionalmente aos números dos habitantes de idade conhecida de cada sexo.

---

[1] Nota redigida pelo Prof. GIORGIO MORTARA. Colaborou na execução dos cálculos a Estagiária HERMÍNIA FERREIRA DE OLIVEIRA.

[2] Veja-se G. MORTARA, *Les erreurs dans les déclarations de l'âge dans les recensements brésiliens de 1940 et de 1950* (Rio, I.B.G.E., 1953).

2) Foram corrigidos os erros de envelhecimento, distribuindo-se entre os grupos de 50 a 69 anos 40 000 homens e 60 000 mulheres de idades declaradas de 70 anos e mais.

3) Foram corrigidos os erros de rejuvenescimento, distribuindo-se entre os grupos de 30 a 69 anos 490 000 mulheres de idades declaradas de 15 a 29 anos.

4) Após a aplicação dessas correções, calculou-se de novo, por interpolação parabólica, o número dos vivos em cada grupo central de 9 grupos qüinqüenais consecutivos (por exemplo, o número dos de 20 a 24 anos, por interpolação sôbre os grupos de 0 a 44 anos). Êste cálculo foi feito para as idades de 20 a 84 anos. Como a soma dos valores interpolados diferia levemente daquela dos correspondentes valores observados, retificaram-se os primeiros mediante multiplicação por um coeficiente de correção (1,002695 para os homens e 1,003024 para as mulheres).

Recapitulando:

A correção 1, foi aplicada a todos os grupos de idade, de ambos os sexos;
A correção 2, aos grupos de 50 anos e mais, de ambos os sexos;
A correção 3, aos grupos de 15 a 69 anos da população feminina;
A correção 4, aos grupos de 20 a 84 anos, de ambos os sexos.

* * *

A distribuição por idade retificada não sòmente apresenta um quadro mais próximo da realidade do que a distribuição original, da situação em 1950, mas também fornece uma base mais apropriada para as previsões do desenvolvimento da população do Brasil no período pós-censitário. Justamente para êste segundo objetivo foi pedida a retificação pela Divisão de População das Nações Unidas, que a aproveitou num estudo sôbre o futuro desenvolvimento da população da América do Sul, publicado recentemente.

Tabela I

BRASIL

Retificação da distribuição por idade da população presente em 1.º-VII-1950, segundo o sexo

IDADE Anos completos	POPULAÇÃO PRESENTE (Milhares)	
	Homens	Mulheres
0 a 4	4 247,3	4 147,5
5 a 9	3 570,4	3 465,1
10 a 14	3 173,2	3 153,4
15 a 19	2 651,7	2 656,4
20 a 24	2 351,9	2 360,5
25 a 29	2 010,8	2 022,3
30 a 34	1 724,3	1 743,4
35 a 39	1 457,6	1 485,4
40 a 44	1 259,7	1 295,4
45 a 49	1 024,0	1 071,7
50 a 54	798,4	847,6
55 a 59	618,2	669,2
60 a 64	429,7	467,4
65 a 69	295,9	330,9
70 a 74	156,7	181,4
75 a 79	82,6	104,0
80 a 84	33,9	47,7
85 a 89	10,4	18,1
90 e mais	4,0	8,2
TOTAL	*25 900,7*	*26 075,3*

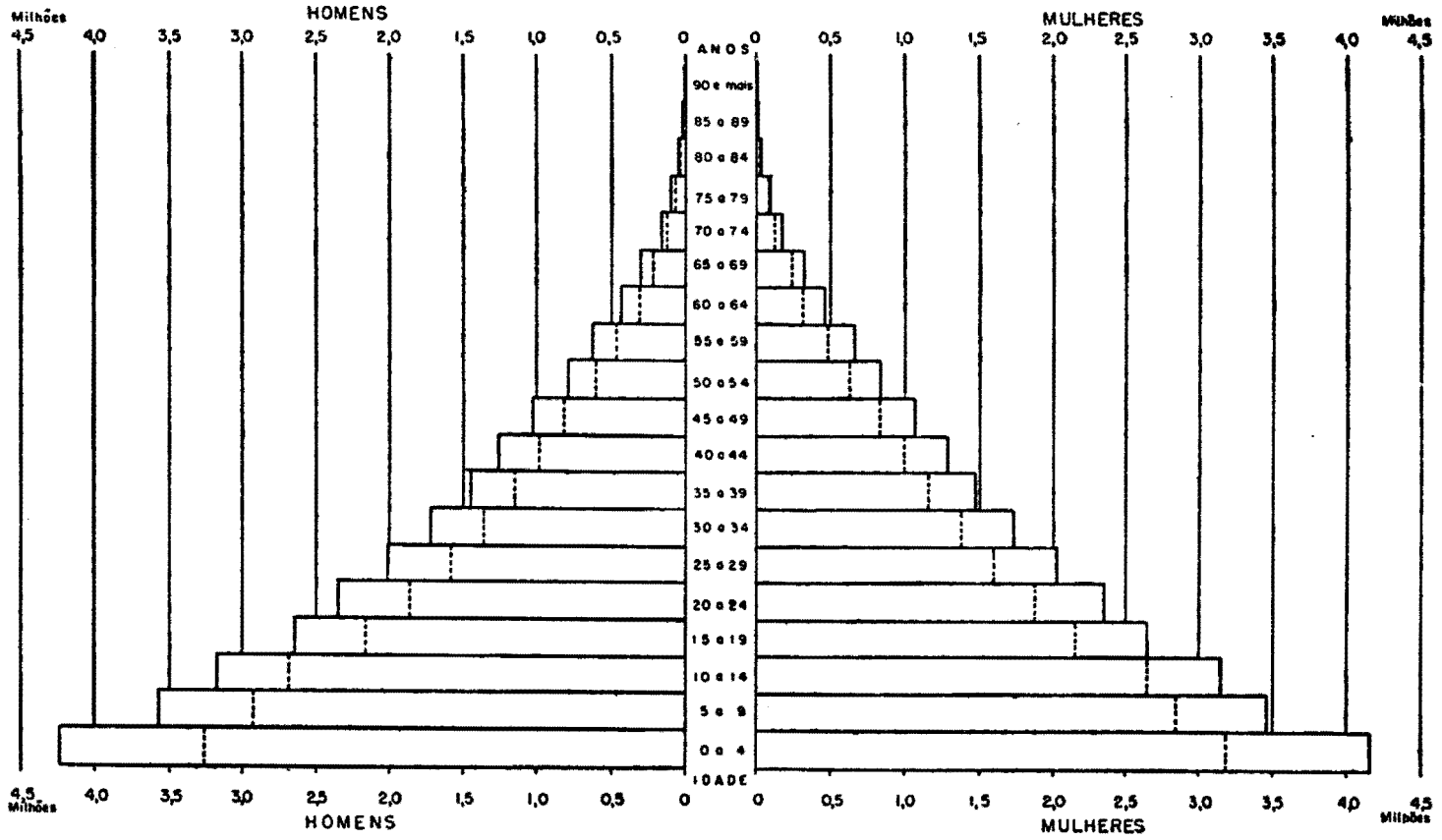


Fig. 14

Composição por idade, retificada, da população do Brasil em 1940 e em 1950, segundo o sexo.

IV

ENSAIO DE PREVISÃO DA COMPOSIÇÃO POR SEXO E IDADE DA POPULAÇÃO DO BRASIL EM 1.º-VII-1955 E EM 1.º-VII-1960 [1]

SUMÁRIO: 1. Esclarecimentos preliminares. — 2. Cálculos de primeira aproximação. — 3. Crítica dos elementos aproveitados e dos processos aplicados. Cálculo de segunda aproximação. — 4. Influência dos movimentos migratórios. Cálculo de terceira aproximação. — 5. Composição proporcional da população por sexo e grandes grupos de idade em 1950, em 1955 e em 1960. — 6. Estimativas da população total. — 7. Considerações finais.

1. Conhecendo-se a composição por idade de uma população em certa data e dispondo-se de elementos para a previsão da freqüência dos nascimentos e dos óbitos, pode-se elaborar uma estimativa de previsão da composição por idade da mesma população em época posterior.

A aplicação dos processos — sempre muito aleatórios — que permitem chegar a êsse resultado apresenta dificuldades especiais para o Brasil, em conseqüência dos graves erros que afetam a distribuição da população por idade apurada nos censos e das falhas irreparáveis das estatísticas dos nascimentos e dos óbitos.

Pode-se, todavia, tentar a estimativa da composição por sexo e idade da população do Brasil a cinco e a dez anos de intervalo da data do último censo (1.º-VII-1950), saindo-se da composição nessa data retificada pela correção dos erros de concentração, de rejuvenescimento e de envelhecimento, que foi apresentada na seção D. III dêste volume, e aproveitando-se os elementos obtidos pelas pesquisas do Laboratório de Estatística sôbre a natalidade e a mortalidade neste país.

* * *

2. Em via de primeira aproximação, foi suposto que cada grupo qüinqüenal de idade de vivos de cada sexo em 1.º-VII-1950 (conforme o agrupamento: de 0 a 4 anos, de 5 a 9, etc.) diminua pelos óbitos no curso dos cinco anos seguintes na mesma proporção em que se reduz o número dos vivos passando-se do grupo considerado para o grupo qüinqüenal sucessivo segundo a tábua de sobrevivência ajustada para o Estado de São Paulo, 1939-41 [2]. Obtiveram-se, assim, os números estimados dos sobreviventes em 1.º-VII-1955 por grupos qüinqüenais, a partir da idade de 5 anos. Aplicando-se a êstes a mesma hipótese, obtiveram-se os números estimados dos sobreviventes em 1.º-VII-1960 por grupos qüinqüenais, a partir da idade de 10 anos.

Para a estimativa dos vivos nas idades de 0 a 4 anos em 1955 e de 0 a 4 e 5 a 9 anos em 1960, foi preciso em primeiro lugar estimar os números dos nascidos vivos nos dois primeiros qüinqüênios sucessivos à data do último censo.

---

[1] Estudo redigido pelo Prof. GIORGIO MORTARA.

[2] Publicada no volume N.º 18 desta série de "Estatística Demográfica", *Pesquisas sôbre a mortalidade no Brasil* (Rio, I.B.G.E., 1954), seção VI, págs. 79-80 (homens) e 81-82 (mulheres).

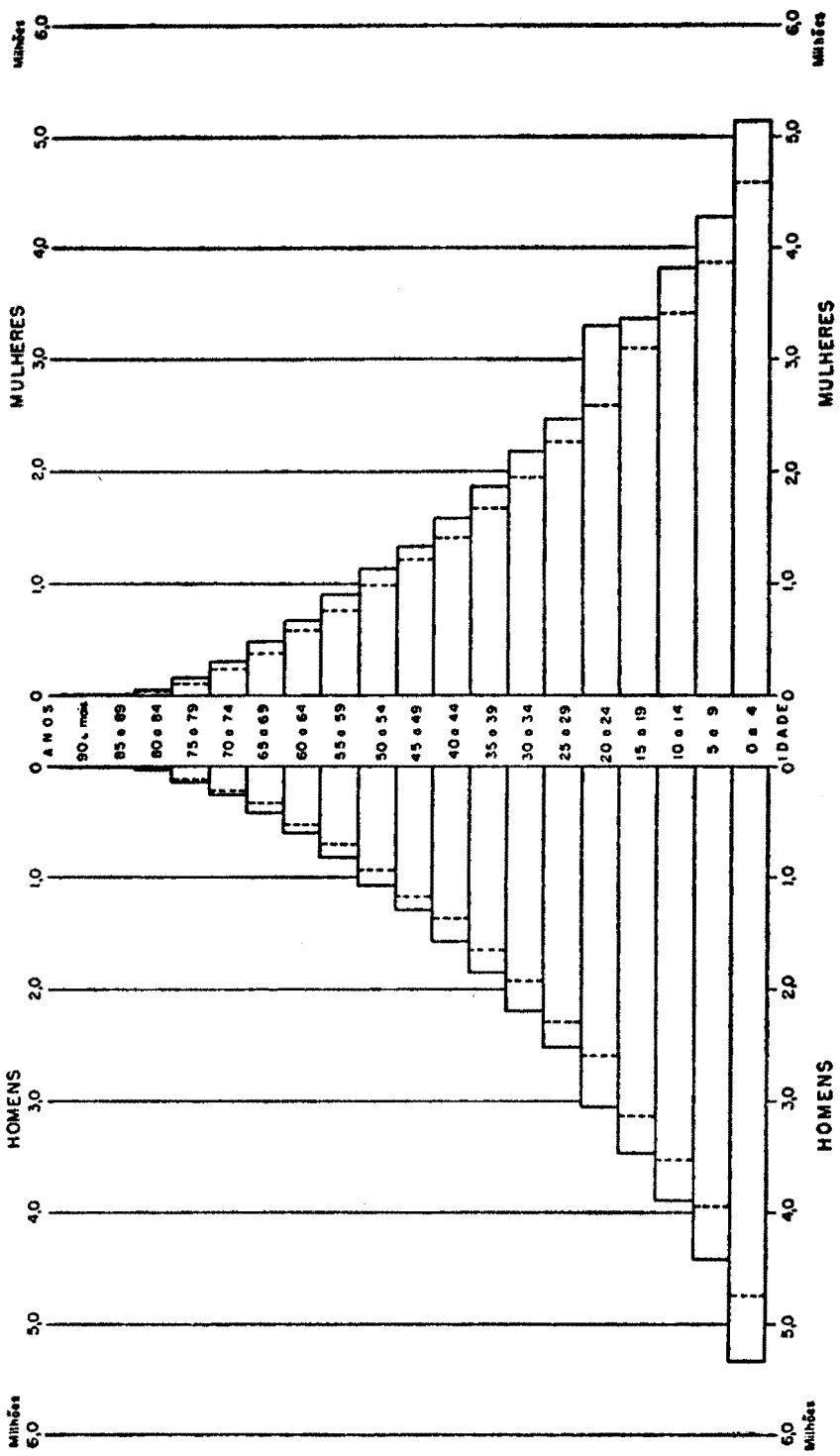


Fig. 15

Composição estimada por sexo e idade da população do Brasil em 1.º de julho de 1955 e de 1960.

Para êsse fim aplicou-se ao número médio de mulheres de 15 a 49 anos existentes em cada um dêsses períodos a taxa média anual de fecundidade de 175 por 1 000, aproximadamente igual à estimada para o decênio anterior a 1.º-VII-1950 [3], e os nascidos vivos assim calculados foram discriminados na proporção de 106 do sexo masculino para 100 do feminino [4]. (O número médio das mulheres de 15 a 49 anos foi calculado com base nos dados retificados do censo de 1.º-VII-1950 e nas estimativas feitas como foi dito acima para as datas de 1.º-VII-1955 e de 1.º-VII-1960).

Em harmonia com o critério adotado para as idades sucessivas, supôs-se, depois, existir entre o número dos sobreviventes em idades de 0 a 4 anos no fim do qüinqüênio e o número dos nascidos vivos no próprio qüinqüênio a mesma proporção que se verifica na tábua de sobrevivência de São Paulo entre o número dos vivos nas idades de 0 a 4 anos e o quíntuplo do número dos sobreviventes na idade 0. Obtiveram-se assim os números estimados dos vivos nas idades de 0 a 4 anos em 1.º-VII-1955 e em 1.º-VII-1960. Supondo-se que os primeiros diminuam na mesma proporção verificada na referida tábua de sobrevivência, calculou-se o número dos vivos nas idades de 5 a 9 anos em 1.º-VII-1960, pelo qual ficou completada e estimativa.

Constam da tabela I os resultados finais dos cálculos, isto é, as estimativas de previsão da composição por idade em 1.º-VII-1955 e em 1.º-VII-1960, em comparação com a composição em 1.º-VII-1950 obtida pela retificação dos resultados do censo.

Resumem-se êsses dados por grandes grupos de idade, na tabela *A*.

Tabela *A*

Composição da população do Brasil por sexo e grandes grupos de idade em 1.º de julho de 1950, de 1955 e de 1960

(Milhares de habitantes)

IDADE Anos completos	HOMENS			MULHERES		
	1950 Censo retif.	1955 1.ª estim.	1960 1.ª estim.	1950 Censo retif.	1955 1.ª estim.	1960 1.ª estim.
0 a 14.....	10 990,9	12 227,6	13 652,8	10 766,0	11 886,0	13 258,8
15 a 44.....	11 456,0	12 979,6	14 679,0	11 563,3	13 008,6	14 553,8
45 a 64.....	2 870,3	3 335,7	3 780,1	3 055,9	3 581,7	4 063,2
65 e mais.....	583,5	687,7	824,8	690,0	834,0	1 037,2
TOTAL.....	*25 900,7*	*29 230,6*	*32 936,7*	*26 075,2*	*29 310,3*	*32 913,0*

* * *

3. É conveniente lembrar que tanto os elementos aproveitados como os processos aplicados no parágrafo anterior podem ser objetos de críticas justificadas.

Na retificação da *composição por idade* foram adotados critérios necessàriamente arbitrários. Outros critérios aceitáveis teriam levado a resultados diversos, com diferenças nem sempre desprezíveis. Diferenças bem consideráveis encontram-se, também, entre os dados retificados e os dados originais, que talvez algum pesquisador pudesse preferir como bases do cálculo.

[3] Veja-se o volume N.º 16, desta série, *Pesquisa sôbre a natalidade no Brasil* (Rio, I.B.G.E., 1953), seção I, págs. 10-11. Taxa estimada 176,90, ou, com prudente aproximação, 175 a 179 por 1 000.

[4] Em vista da incerteza sôbre a proporção efetiva dos sexos entre os nascidos vivos, foram feitos também os cálculos de acôrdo com a proporção de 105 do sexo masculino para 100 do feminino. Os resultados constam das notas às tabelas I e II.

As *taxas de mortalidade*, por grupos de idade, no conjunto do Brasil, no primeiro qüinqüênio posterior a 1.º-VII-1950, não deveriam diferir muito das calculadas segundo a tábua de mortalidade de São Paulo, 1939-41. Com efeito, no decênio anterior à data do último censo, as taxas brasileiras foram sensìvelmente superiores às dessa tábua [5], mas é certo que nos anos seguintes a mortalidade diminuiu, de modo que não é temerário supor que as taxas paulistas de 1939-41 representem com suficiente aproximação as que poderiam ser calculadas para o Brasil, nos primeiros anos seguintes ao censo de 1950, se estivessem disponíveis os dados que infelizmente faltam.

Cumpre, todavia, advertir que as proporções entre a mortalidade feminina e a masculina são mais elevadas em São Paulo do que no conjunto do Brasil [6]. Em consideração a essa circunstância, pareceu conveniente, para um cálculo de segunda aproximação, aplicar às taxas de mortalidade da tábua paulista leves correções, para mais às masculinas e para menos às femininas [7], a fim de se obter melhor aproximação na sua aplicação à população do Brasil.

É possível, e se deve esperar, que no segundo qüinqüênio posterior à data do censo de 1950 a mortalidade venha a apresentar ulteriores melhorias; todavia, não pareceu prudente fazer desde já hipóteses concretas acêrca destas e se aplicaram também para o segundo qüinqüênio as taxas de mortalidade supostas para o primeiro. Tendo, provàvelmente, essa circunstância a determinar erros por falta na estimativa da população em 1960.

No que diz respeito à *fecundidade*, não há motivo para modificar a hipótese adotada. Nenhum indício autoriza a supor que a fecundidade no conjunto do Brasil tenha diminuído nos primeiros anos posteriores ao censo de 1950, nem aparecem sinais precursores de próxima diminuição. Entretanto, se esta se verificar no curso do segundo qüinqüênio posterior ao censo de 1950, tenderá a determinar erros por excesso na estimativa da população em 1960.

Constam da tabela II os resultados finais das estimativas de previsão da composição por idade em 1.º-VII-1955 e em 1.º-VII-1960, baseadas nas taxas de mortalidade paulistas retificadas como foi esclarecido acima, em comparação com a composição retificada em 1.º-VII-1950.

Resumem-se êsses dados por grandes grupos de idade na tabela *B*.

Tabela *B*

Composição da população do Brasil por sexo e grandes grupos de idade em 1.º de julho de 1950, de 1955 e de 1960

(Milhares de habitantes)

IDADE Anos completos	HOMENS			MULHERES		
	1950 Censo retif.	1955 2.ª estim.	1960 2.ª estim.	1950 Censo retif.	1955 2.ª estim.	1960 2.ª estim.
0 a 14	10 991,0	12 229,6	13 658,2	10 766,0	11 887,9	13 263,8
15 a 44	11 455,9	12 973,4	14 667,6	11 563,3	13 015,1	14 566,0
45 a 64	2 870,4	3 328,5	3 765,7	3 055,9	3 587,7	4 075,4
65 e mais	583,4	681,1	812,4	690,0	840,5	1 049,8
TOTAL	*25 900,7*	*29 212,6*	*32 903,9*	*26 075,2*	*29 331,2*	*32 955,0*

* * *

4. Nas estimativas efetuadas, não foram levadas em conta as trocas de população entre o Brasil e o exterior. Mas essas trocas não são desprezíveis. Pode-se estimar em cêrca de 300 000 o excedente de imigrações no primeiro

[5] Veja-se a seção C. III dêste volume.

[6] Veja-se o estudo citado na nota 5.

[7] Foram aplicadas as seguintes correções: de 0,5% às taxas de sobrevivência do grupo de 10 a 14 anos, de 1% às do grupo de 15 a 19, de 1,5% às do grupo de 20 a 24 e de 2% às de todos os grupos seguintes.

qüinqüênio posterior ao censo de 1950; e, na falta de qualquer base para melhor previsão, pode-se estender essa estimativa ao segundo qüinqüênio.

Levando-se em conta a composição por sexo e idade do excedente de imigração, completam-se como consta da tabela *C* as estimativas de previsão expostas na tabela *B*.

Tabela *C*

Composição da população do Brasil por sexo e grandes grupos de idade em 1.º de julho de 1955 e de 1960

(Milhares de habitantes)

IDADE Anos completos	HOMENS		MULHERES	
	1955 3.ª estimativa	1960 3.ª estimativa	1955 3.ª estimativa	1960 3.ª estimativa
0 a 14	12 255	13 703	11 913	13 309
15 a 44	13 083	14 888	13 080	14 696
45 a 64	3 371	3 852	3 616	4 132
65 e mais	684	816	842	1 053
TOTAL	*29 393*	*33 259*	*29 451*	*33 190*

Enquanto na ausência de movimentos migratórios se manteria a leve predominância do sexo feminino, levando-se em conta êsses movimentos chega-se à previsão de um leve excedente masculino em 1960.

* * *

5. Reduzindo-se a dados proporcionais a 100 000 habitantes os resultados retificados do censo de 1950 e as estimativas da tabela *C*, obtêm-se os dados da tabela *D*.

Tabela *D*

Composição da população do Brasil por sexo e grandes grupos de idade em 1.º de julho de 1950, de 1955 e de 1960

(Proporções por 100 000 habitantes)

IDADE Anos completos	1950 CENSO RETIFICADO		1955 3.ª ESTIMATIVA		1960 3.ª ESTIMATIVA	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0 a 14	21 146	20 714	20 826	20 245	20 622	20 029
15 a 44	22 041	22 247	22 233	22 228	22 405	22 116
45 a 64	5 523	5 879	5 729	6 145	5 797	6 218
65 e mais	1 122	1 328	1 163	1 431	1 228	1 585
TOTAL	*49 832*	*50 168*	*49 951*	*50 049*	*50 052*	*49 948*

Segundo as estimativas de previsão, diminuiria de 1950 a 1960 a proporção das idades infantis e aumentariam as proporções das idades maduras e senis. Não sofreriam, entretanto, profundas alterações as características da composição por idade da população.

* * *

6. A população total fica estimada, de acôrdo com a tabela *C*, em 58 844 000 habitantes em 1.º-VII-1955 e em 66 449 000 em 1.º-VII-1960.

Torna-se interessante comparar êsses resultados com os que podem ser obtidos pela aplicação de outros critérios. Se fôr simplesmente suposto que no decênio posterior a 1.º-VII-1950 continue o crescimento da população segundo a taxa média geométrica anual verificada no decênio anterior no conjunto do país [8], obtêm-se as estimativas de previsão de 58 456 000 habitantes em 1.º-VII-1955 e de 65 743 000 em 1.º-VII-1960.

Se fôr suposto [8] que em cada Unidade da Federação continue o crescimento da população segundo a taxa média geométrica anual verificada no decênio anterior a 1.º-VII-1950, somando os resultados obtêm-se as estimativas de previsão de 58 633 000 habitantes em 1.º-VII-1955 e de 66 302 000 em 1.º-VII-1960.

As estimativas efetuadas no presente estudo excedem em moderada proporção estas últimas, afastando-se mais das primeiras.

Num ensaio de previsão do desenvolvimento da população do Brasil até 1985, apresentado à Conferência mundial da população de 1954 [9], LYRA MADEIRA expôs duas séries de estimativas, efetuadas com critérios diferentes daqueles que foram aqui aplicados, e muito prudentes. Com efeito, a população estimada em 1.º-VII-1955 ascende a 57 183 000 segundo um critério e a 57 477 000 segundo o outro, e a em 1.º-VII-1960, respectivamente, a 63 236 000 e a 63 740 000.

A composição por grandes grupos de idade, conforme as estimativas de LYRA MADEIRA consta da tabela *E*.

Tabela *E*

Composição da população do Brasil por grandes grupos de idade em 1.º de julho de 1955 e de 1960, segundo as estimativas de Lyra Madeira

(Milhares de habitantes)

IDADE Anos completos	1955		1960	
	1.ª estimativa	2.ª estimativa	1.ª estimativa	2.ª estimativa
0 a 14	23 265	23 559	25 376	25 671
15 a 44	26 116	26 116	28 740	28 901
45 a 64	6 378	6 378	7 493	7 517
65 e mais	1 424	1 424	1 627	1 651
TOTAL	*57 183*	*57 477*	*63 236*	*63 740*

* * *

7. O demógrafo não ignora que tôda previsão sôbre a marcha da população e a modificação da sua estrutura é um jôgo de azar. Com efeito, a experiência mostrou que, na maior parte dos casos, mesmo as previsões aparentemente bem fundadas ficam bem longe da realidade, em virtude da ocorrência de variações dos fenômenos demográficos imprevistas e amiúde imprevisíveis. Erros ainda maiores podem ser cometidos quando os próprios elementos fundamentais do cálculo são incertos, como no caso do Brasil.

Todavia, para a administração pública e para os homens de estudo e de negócios se torna indispensável dispor de previsões demográficas, cuja utilidade é mais a de mostrar rumos do que a de especificar metas precisas.

[8] Vejam-se os cálculos expostos na seção A. V dêste volume.

[9] *Perspectives démographiques du Brésil*. O texto original em português foi publicado na "Revista Brasileira de Estatística", N.º 59, 1954, págs. 147-154.

Justamente em consideração a tal necessidade foram compiladas as estimativas expostas no presente estudo, sem a ilusão de que possam aproximar-se muito da realidade, mas com a esperança de que sejam suficientes para indicar a tendência do desenvolvimento da população do Brasil.

Tabela I

*Composição da população do Brasil por sexo e grupos de idade em 1.º de julho de 1950, de 1955 e de 1960**

IDADE Anos completos	HOMENS			MULHERES		
	1950 Censo retificado	1955 1.ª estimativa	1960 1.ª estimativa	1950 Censo retificado	1955 1.ª estimativa retificado	1960 1.ª estimativa
0 a 4	4 247,3	4 758,3	5 336,4	4 147,5	4 588,9	5 146,7
5 a 9	3 570,4	3 947,7	4 422,7	3 465,1	3 872,8	4 284,9
10 a 14	3 173,2	3 521,6	3 893,7	3 153,4	3 424,3	3 827,2
15 a 19	2 651,7	3 128,2	3 471,7	2 656,4	3 114,4	3 382,0
20 a 24	2 351,9	2 591,3	3 057,0	2 360,5	2 580,8	3 025,8
25 a 29	2 010,8	2 285,0	2 517,6	2 022,3	2 277,8	2 490,4
30 a 34	1 724,3	1 942,1	2 206,9	1 743,3	1 947,5	2 193,5
35 a 39	1 457,6	1 652,0	1 860,7	1 485,4	1 672,2	1 868,0
40 a 44	1 259,7	1 381,0	1 565,1	1 295,4	1 415,9	1 594,1
45 a 49	1 024,0	1 175,0	1 288,1	1 071,7	1 223,2	1 336,9
50 a 54	798,4	934,2	1 072,0	847,6	997,4	1 138,4
55 a 59	618,2	705,4	825,4	669,2	771,9	908,3
60 a 64	429,7	521,1	594,6	467,4	589,2	679,6
65 a 69	295,9	337,5	409,2	330,7	390,2	491,8
70 a 74	156,7	208,5	237,8	181,4	253,0	298,5
75 a 79	82,6	93,1	123,9	104,0	119,8	167,1
80 a 84	33,9	37,3	42,0	47,7	53,0	61,1
85 e mais	14,4	11,3	11,9	26,2	18,0	18,7
TOTAL	*25 900,7*	*29 230,6*	*32 936,7*	*26 075,2*	*29 310,3*	*32 913,0*
*Se fôr suposta a proporção de 105 nascidos vivos do sexo masculino para 100 do feminino, em vez de 106, ficam modificadas as estimativas como consta dos dados abaixo.						
0 a 4	—	4 736,3	5 312,0	—	4 611,4	5 171,7
5 a 9	—	—	4 402,2	—	—	4 305,9
TOTAL	—	*29 208,6*	*32 891,8*	—	*29 332,8*	*32 959,0*

Tabela II

*Composição da população do Brasil por sexo e grupos de idade em 1.º de julho de 1950, de 1955 e de 1960**

IDADE Anos completos	HOMENS			MULHERES		
	1950 Censo retificado	1955 2.ª estimativa	1960 2.ª estimativa	1950 Censo retificado	19555 2.ª estimativa	1960 2.ª estimativa
0 a 4	4 247,3	4 760,3	5 340,0	4 147,5	4 590,8	5 149,9
5 a 9	3 570,4	3 947,7	4 424,5	3 465,1	3 872,8	4 286,7
10 a 14	3 173,2	3 521,6	3 893,7	3 153,4	3 424,3	3 827,2
15 a 19	2 651,7	3 128,0	3 471,5	2 656,4	3 114,6	3 382,3
20 a 24	2 351,9	2 590,7	3 056,1	2 360,5	2 581,6	3 026,8
25 a 29	2 010,8	2 284,0	2 515,9	2 022,3	2 279,3	2 492,5
30 a 34	1 724,3	1 940,8	2 204,4	1 743,3	1 948,9	2 196,3
35 a 39	1 457,6	1 650,5	1 857,7	1 485,4	1 673,7	1 871,1
40 a 44	1 259,7	1 379,4	1 562,0	1 295,4	1 417,3	1 597,0
45 a 49	1 024,0	1 173,3	1 284,8	1 071,7	1 224,6	1 339,8
50 a 54	798,4	932,4	1 068,4	847,6	998,9	1 441,4
55 a 59	618,2	703,6	821,7	669,2	773,4	911,4
60 a 64	429,7	519,2	590,8	467,4	590,8	682,8
65 a 69	295,9	335,6	405,5	330,7	391,7	495,1
70 a 74	156,7	206,7	234,5	181,4	254,5	301,6
75 a 79	82,6	91,8	121,1	104,0	121,0	169,8
80 a 84	33,9	36,4	40,4	47,7	54,1	62,9
85 e mais	14,4	10,6	10,9	26,2	19,2	20,4
TOTAL	*25 900,7*	*29 212,6*	*32 903,9*	*26 075,2*	*29 331,2*	*32 955,0*
* Se fôr suposta a proporção de 105 nascidos vivos do sexo masculino para 100 do feminino, em vez de 106, ficam modificadas as estimativas como consta dos dados abaixo.						
0 a 4	—	4 738,4	5 315,5	—	4 613,1	5 171,7
5 a 9	—	—	4 404,2	—	—	4 307,5
TOTAL	—	*29 190,7*	*32 859,1*	—	*29 353,5*	*33 000,8*

V

A COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO SEGUNDO A CÔR NO BRASIL E NAS DIVERSAS REGIÕES FISIOGRÁFICAS E UNIDADES DA FEDERAÇÃO, EM 1950 [1]

SUMÁRIO: 1. Advertências preliminares. — 2. Considerações introdutórias. — 3. Relação das tabelas. — 4. A composição segundo a côr da população do Brasil. — 5. Distribuição segundo a côr, por grupos de idade. — 6. Distribuição segundo a idade, por grupos de côr. — 7. Esclarecimentos sôbre as elaborações por regiões e Unidades. — 8. Resultados para as diferentes regiões fisiográficas. — 9. Resultados para as diferentes Unidades da Federação. Análise das quotas dos brancos. — 10. Análise das proporções entre pretos e pardos. — 11. Quotas dos amarelos. — 12. Distribuição proporcional dos diversos grupos de côr pelas regiões e Unidades. — 13. A distribuição da população do Brasil, segundo as circunstâncias combinadas da localização territorial e da côr. — 14. Considerações finais.

1. Em vários estudos do Laboratório de Estatística foram analisados comparativamente os resultados dos censos de 1950 e de 1940 referentes à composição da população segundo a côr.

Alguns dêsses estudos foram dedicados à análise das apurações efetuadas em determinadas Unidades da Federação: Distrito Federal (N.º 12 da série "Estudo Demográficos") [2], Sergipe (N.º 20), Ceará (N.º 33) [3], Espírito Santo (N.º 48), Rio Grande do Norte (N.º 59).

Outros, estendidos sistemàticamente a tôdas as Unidades da Federação, foram apresentados em grupamentos segundo as regiões: Nordeste (N.º 35) [4], Centro-Oeste (N.º 39) [5], Sul (N.º 116) [6], Leste (N.º 122) e Norte (N.º 134) [7]. O próprio título comum dêstes estudos regionais — "Variações aparentes e variações reais, de 1940 a 1950, na composição segundo a côr..." — indica o caráter da análise, que não constitui simples comentário, e sim crítica pormenorizada dos dados apurados.

Essa análise põe em evidência numerosas incoerências, de sentido e de medidas diferentes, entre os resultados dos dois últimos censos. Apresentando, nas anexas tabelas, dados para o conjunto do Brasil e dados comparativos para tôdas as regiões fisiográficas e Unidades da Federação, segundo o censo de 1950, deixa-se de repetir as observações já expostas nos estudos citados acima.

* * *

[1] Estudo redigido pelo Estatístico Analista RÊMULO COELHO.

[2] Reproduzido na seção VI do volume N.º 21, desta série, *Análises críticas de resultados dos censos demográficos* (Rio, I.B.G.E., 1956).

[3] Reproduzido na seção V do volume N.º 21, anteriormente citado.

[4] Reproduzido na seção IV do volume *Contribuições para o estudo da demografia do Nordeste* (Rio, I.B.G.E., 1955).

[5] Reproduzido na seção VII do volume N.º 21, anteriormente citado.

[6] Reproduzido na seção III do volume *Contribuições para o estudo da demografia do Sul* (Rio, I.B.G.E., 1957).

[7] Reproduzido na seção VI do volume *Contribuições para o estudo da demografia do Norte* (Rio, I.B.G.E., 1956).

2. É suficiente lembrar que na população do Brasil estão representados muitos grupos étnicos diferentes, entre os quais se verificou miscigenação em larga escala [8].

No período colonial, o afluxo de brancos de Portugal e de outros países europeus foi seguido pela introdução de milhões de pretos, trazidos pelos mercantes de escravos de várias regiões da África.

Mais tarde, no período da emigração de massas, grandes correntes de imigração dirigiram-se para o Brasil, não sòmente de Portugal, mas também da Itália, da Espanha, de várias regiões dos antigos Impérios da Alemanha, da Áustria-Hungria e da Rússia, e ainda do Levante e, recentemente, do Japão.

Da população aborígine, relativamente escassa, uma fração foi destruída pelos colonizadores na luta pela ocupação do país, outra fração ficou misturada e assimilada com êles. Sobrevivem algumas tribos independentes, mas a sua importância numérica é relativamente desprezível.

A fusão entre os colonizadores brancos, os escravos pretos e os aborígines pardos foi facilitada pelos costumes sexuais relaxados do período colonial. A grande freqüência de uniões mistas e a conseqüente multiplicação de mestiços deram impulso ao desenvolvimento ulterior dessa fusão depois da abolição da escravatura, proclamada em 1888.

Alguns grupos nacionais de imigrantes brancos (sobretudo os Alemães) mostraram-se relutantes às uniões com não-brancos, mas muitos outros não manifestaram tal aversão no mesmo grau e contribuíram para muitas uniões, especialmente com mestiços de matizes claros. Os imigrados do Japão ficam ainda relativamente isolados, principalmente porque a sua vinda ao Brasil é recente e porque se fixaram neste país em núcleos densamente concentrados em algumas zonas. Acrescente-se que variadas diferenças — étnicas, religiosas e culturais — os separam das populações locais.

A miscigenação entre os diversos grupos étnicos deu origem a tão numerosas e complicadas combinações que se torna impossível chegar a uma satisfatória classificação étnica dos brasileiros.

No censo de 1950, a classificação segundo a côr, conforme as declarações recebidas, resume-se nas proporções de 61,66% brancos, 26,54% pardos, 10,96% pretos, 0,63% amarelos e 0,21% de côr não declarada. Para evitar interpretações errôneas, cumpre lembrar que no Brasil não existe a barreira de preconceitos que divide os brancos dos não-brancos nos Estados Unidos, e que no Rio a qualificação de "branco" é atribuída com uma liberalidade que seria inconcebível em Washington. Deve-se presumir, portanto, que um levantamento efetuado conforme critérios objetivos daria uma proporção de brancos inferior à que consta do censo. Seria, porém, extremamente difícil traçar uma nítida separação entre os brancos morenos e os pardos de matiz claro, como também entre os pardos de matiz escuro e os pretos.

Cumpre, todavia, reconhecer que o "embranquecimento" progressivo da população do Brasil é incontestável, pois que no censo de 1872 a proporção dos brancos atingia apenas 38,11%.

Há moderadas diferenças de fecundidade entre os três principais grupos de côr mas a mortalidade é maior no grupo pardo do que no branco, e ainda maior no grupo prêto, em conseqüência do mais baixo padrão de vida. Por isso a taxa de crescimento natural é maior para os brancos. Além disso, a imigração de massas dos últimos cem anos contribuiu direta e indiretamente para o aumento do grupo branco, enquanto o grupo prêto não recebeu imigrantes livres, depois da abolição da escravatura.

* * *

[8] As considerações expostas no § 2 são tiradas de um artigo do Prof. G. MORTARA, publicado na revista *Population Studies*, em 1954.

3. Segue-se a relação das tabelas principais.

A. *Dados para o conjunto do Brasil, em 1.º-VII-1950*

I. Composição da população presente segundo a côr, por sexo e grupos de idade: dados absolutos.
II. Composição da população presente segundo a côr, por sexo e grupos de idade: proporções por 1 milhão de habitantes.
III. Sinopse dos dados sôbre a composição da população presente, segundo a côr e grandes grupos de idade: dados absolutos e proporcionais.
IV. Composição da população presente segundo a côr, por sexo: dados absolutos e proporcionais.
V. Composição dos três principais grupos de côr segundo o sexo e grandes grupos de idade: proporções por 100 000 componentes de cada grupo de côr.

B. *Dados para o Brasil, as regiões fisiográficas e as Unidades da Federação em 1.º-VII-1950*

VI. Composição da população presente segundo a côr, por sexo e em conjunto.
VII. Proporções dos diversos grupos de côr, por 100 000 habitantes, por sexo e em conjunto.
VIII. Proporções das diversas regiões fisiográficas e Unidades da Federação por 100 000 componentes de cada grupo de côr: por sexo e em conjunto.
IX. Percentagens das diversas regiões e Unidades em cada classe de côr e no total da população, por sexo.
X. Percentagens dos diversos grupos de côr no total da população de cada região e Unidade, por sexo.
XI. Proporções dos diversos grupos de côr, discriminados segundo regiões e Unidades, por 100 000 habitantes do Brasil, presentes em 1.º-VII-1950.

* * *

4. A composição da população do Brasil segundo a côr, por sexo e grupos qüinqüenais e decenais de idade ,em dados absolutos, consta da tabela I. Da tabela II constam as correspondentes proporções por 1 000 000 de habitantes.

Na tabela III estão resumidos por grandes grupos de idade (de 0 a 14, de 15 a 59 e de 60 anos e mais) os dados absolutos e relativos a 100 000 habitantes da tabela I, acrescentando-se mais duas seções: a terceira, com as proporções dos diversos grupos de côr em cada grande grupo de idade, e a quarta, com as proporções dos diferentes grandes grupos de idade em cada grupo de côr.

Os resultados gerais da apuração da côr resumem-se nos dados absolutos e relativos da tabela V.

São moderadas as diferenças na composição proporcional, segundo a côr, da população nos dois sexos, dependendo principalmente da prevalência do sexo masculino nas correntes imigratórias branca e amarela.

Da tabela VI consta a composição dos três principais grupos de côr, segundo o sexo e grandes grupos de idade, em proporções por 100 000 componentes, de idade conhecida, de cada grupo de côr.

Verifica-se, por essa tabela, que, nos três principais grupos de côr, as proporções do sexo masculino são maiores do que as do feminino nas idades de 0 a 14 anos e menores nos grupos de idade seguintes, e sobretudo no de 60 anos e mais. Essas características refletem a maior freqüência de nascimentos do sexo masculino e a maior mortalidade dêste sexo em quase tôdas as idades.

As mais elevadas proporções de crianças e adolescentes se encontram, em ambos os sexos, no grupo pardo, em conseqüência da elevada natalidade e das contribuições da miscigenação; as menos elevadas, em ambos os sexos, no grupo prêto, em virtude da menor natalidade, maior mortalidade e perdas pela prole das uniões mistas.

É inversa a situação comparativa dos pardos e dos pretos quanto às proporções dos velhos.

O grupo de 15 a 59 anos alcança as proporções mais elevadas entre os pretos e as mais baixas entre os pardos, em ambos os sexos.

* * *

5. Querendo-se examinar a variação das proporções dos diversos grupos de côr nos diferentes grupos de idade, torna-se conveniente começar pela análise dos dados da terceira seção da tabela III, que apresenta essas proporções por grandes intervalos de idade.

É digna de nota a moderada variação das percentagens dos três principais grupos de côr, em relação à idade, conforme mostram os dados da tabela *A*.

Tabela *A*

BRASIL

Composição proporcional da população presente, segundo grupos de côr, por grandes grupos de idade, em 1.º-VII-1950

IDADE Anos completos	PERCENTAGEM DE CADA GRUPO DE CÔR NO GRUPO DE IDADE ESPECIFICADA			
	Brancos	Pardos	Pretos	Amarelos
0 a 14	60,66	28,10	10,37	0,68
15 a 59	62,34	25,57	11,29	0,60
60 e mais	63,57	23,17	12,48	0,56

A proporção do grupo dos pretos, não mais renovado pela imigração a partir de um século atrás, é um pouco maior nas idades velhas do que nas idades moças; entretanto essa variação da proporção do grupo prêto, em relação à idade, depende, ainda, como foi advertido acima, da fusão em andamento entre os diversos grupos étnicos. Em conseqüência desta fusão, a proporção dos pardos apresenta variação em sentido oposto, ficando maior nas idades moças do que nas velhas.

Reunindo-se as proporções dos pretos e pardos, como, aliás, aconselha a incerteza da discriminação entre êsses dois grupos, obtêm-se os dados da tabela *B*.

Tabela *B*

BRASIL

Proporção dos pretos e pardos na população, por grandes grupos de idade, em 1.º-VII-1950

IDADE Anos completos	PERCENTAGEM DOS PRETOS E PARDOS NO GRUPOS DE IDADE
0 a 14	38,47
15 a 59	36,86
60 e mais	35,65

A maior mortalidade dos pretos e pardos talvez contribua para determinar o leve declínio da proporção dêsses grupos, com o subir da idade.

A marcha das proporções dos amarelos está relacionada com a elevada natalidade e a escassa imigração japonêsa nos últimos lustros. É muito elevada a proporção das idades de 0 a 14 anos, sendo a maior parte dos componentes dêste grupo filhos de japonêses, nascidos no Brasil. A proporção do grupo de 15 a 59 anos é um pouco menor do que a verificada entre os pardos, e a do grupo de 60 anos e mais, apenas levemente maior.

As tabelas I e II apresentam a classificação da população presente, segundo a côr, por grupos qüinqüenais e decenais de idade, com discriminação do sexo (dados absolutos e dados proporcionais a 1 milhão de habitantes), permitindo análises mais pormenorizadas do que a que foi realizada acima.

Mas o resultado principal dessas análises concorda, e não podia deixar de concordar, com o que foi pôsto em evidência anteriormente, consistindo na verificação da moderada variação das proporções dos três principais grupos de côr nas diferentes idades. Quando se verifica exceção a essa regularidade, é mais aparente do que real. Assim, no grupo de idade de 80 anos e mais, as proporções seriam as seguintes:

Brancos 56,42% (em comparação com 61,66%, média geral),
Pardos [9] 25,23% (em comparação com 26,75%, média geral),
Pretos 18,17% (em comparação com 10,96%, média geral);

mas a proporção aparente dos pretos fica aumentada pela freqüência muito maior neste grupo das declarações de idades superiores às efetivas ("erros de envelhecimento").

Em comparação com o censo de 1940, diminuíram as proporções médias gerais correspondentes aos brancos e aos pretos, mas aumentou a dos pardos. Em parte essas variações são aparentes, como foi pôsto em evidência nos estudos já citados referentes a tôdas as regiões fisiográficas e Unidades da Federação.

* * *

6. Pela verificação da moderada variação das proporções dos principais grupos de côr nas diferentes idades, já fica estabelecido que a distribuição por idade dêsses grupos não pode apresentar grandes divergências.

Acha-se diretamente confirmada essa observação pelos dados da tabela *C*, deduzidos da quarta seção da tabela III.

Tabela *C*

BRASIL

Composição proporcional, segundo grandes grupos de idade, dos diversos grupos de côr, em 1.º-VII-1950

IDADE Anos completos	PERCENTAGEM DO GRUPO DE IDADE ENTRE OS			
	Brancos	Pardos	Pretos	Amarelos
0 a 14	41,09	44,18	39,50	44,99
15 a 59	54,36	51,79	55,39	51,13
60 e mais	4,38	3,71	4,84	3,75

[9] Inclusive os habitantes de côr não declarada.

Os três maiores grupos de côr apresentam distribuições por idade tôdas caracterizadas pela proporção muito elevada das idades infantis e adolescentes e pela proporção muito baixa das idades senis.

A proporção elevada de crianças e adolescentes entre os pardos em parte depende da fusão em andamento entre brancos e pretos, que contribui para aumentar êsse grupo de idade dos pardos.

A maior proporção de velhos entre os pretos em parte é aparente, como já foi advertido, dependendo da maior freqüência dos erros de envelhecimento, mas em parte, talvez, seja real, dependendo da outra circunstância, já salientada, da falta de renovação dêsse grupo de côr pela imigração.

Conforme as observações já expostas, podem ser ilustrados os fatôres de discordâncias, na maior parte apenas aparentes, entre as distribuições dos principais grupos de côr segundo grupos de idade menos amplos.

O estudo da distribuição por idade, segundo o sexo, nos diversos grupos de côr, é facilitado pelos dados das tabelas I e II.

Uma visão sumária das características dessa distribuição é oferecida pelos seguintes dados da tabela *D*.

Tabela *D*

BRASIL

Composição proporcional da população segundo a côr, por sexo e grupos de idade, em 1.º-VII-1950

IDADE Anos completos	PROPORÇÕES POR 10 000 HABITANTES DE CADA GRUPO DE CÔR								
	Brancos			Pardos*			Pretos		
	H.	M.	H. e M.	H.	M.	H. e M.	H.	M.	H. e M.
0 a 19	2 569	2 585	5 154	2 761	2 730	5 491	2 542	2 515	5 057
20 a 39	1 483	1 525	3 008	1 394	1 459	2 863	1 455	1 547	3 002
40 a 59	717	665	1 382	630	613	1 243	717	713	1 430
60 a 79	199	202	401	158	175	333	198	219	417
80 e mais	15	22	37	14	24	38	26	41	67
Não declarada	8	10	18	15	17	32	11	16	27
TOTAL	*4 991*	*5 009*	*10 000*	*4 972*	*5 028*	*10 000*	*4 949*	*5 051*	*10 000*

*Inclusive os habitantes de côr não declarada.

As diferenças na composição proporcional por idade dos diversos grupos de côr em grande parte dependem dos fatôres do movimento natural e do movimento migratório da população, que já foram lembrados nas páginas anteriores.

Entre os três principais grupos de côr, o branco avantaja-se pela natalidade superior à do grupo prêto, pela mortalidade inferior à dos grupos pardo e prêto, e pelas contribuições que lhe traz a imigração. O grupo pardo é favorecido pela mais elevada natalidade e pela contribuição dos frutos de miscigenação. O grupo prêto leva desvantagem sob todos os pontos de vista. Ambos êsses grandes grupos não brancos não recebem contribuições apreciáveis pela imigração.

Acrescenta-se à influência dos fatôres de diferenças reais, a influência — sem dúvida menos importante, mas não desprezível — da diferente proporção, nos dois sexos e nas diversas idades, dos erros e das divergências de critérios na declaração da côr.

Tabela I

BRASIL

*Composição da população presente segundo a côr, por sexo e grupos de idade, em 1.º-VII-1950**

Dados absolutos

IDADE Anos completos	BRANCOS		PARDOS**		PRETOS		AMARELOS		TOTAL		
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens e mulheres
0 a 4	2 619 162	2 568 051	1 174 995	1 141 112	413 294	399 104	28 425	26 737	4 235 876	4 135 004	8 370 880
5 a 9	2 117 058	2 080 214	1 035 651	991 269	382 353	358 902	25 788	24 292	3 560 850	3 454 677	7 015 527
10 a 14	1 886 717	1 888 607	905 528	889 825	350 610	344 477	21 849	20 954	3 164 704	3 143 863	6 308 567
15 a 19	1 606 086	1 741 367	720 944	770 619	300 749	329 303	16 752	16 495	2 644 531	2 857 784	5 502 315
20 a 24	1 487 596	1 617 479	618 832	682 519	264 134	293 190	13 898	13 491	2 384 460	2 606 679	4 991 139
25 a 29	1 278 978	1 309 938	517 117	545 624	221 648	235 127	12 569	11 270	2 030 312	2 101 959	4 132 271
30 a 39	1 982 605	1 958 277	800 452	813 144	342 339	352 640	20 319	16 276	3 145 715	3 140 337	6 286 052
40 a 49	1 420 530	1 318 587	556 772	536 734	254 186	252 199	14 619	11 732	2 246 107	2 119 252	4 365 359
50 a 59	875 929	812 246	319 156	314 243	154 055	153 843	11 440	9 402	1 360 580	1 289 734	2 650 314
60 a 69	472 299	456 870	166 937	174 846	83 804	86 956	5 762	3 994	728 802	722 666	1 451 468
70 a 79	165 299	189 597	52 124	69 389	29 156	37 384	1 176	1 045	247 755	297 415	545 170
80 e mais	47 505	70 254	19 200	33 451	14 564	23 352	163	214	81 432	127 271	208 703
Não declarada	26 190	30 220	20 786	23 728	6 683	8 605	218	202	53 877	62 755	116 632
TOTAL	*15 985 954*	*16 041 707*	*6 908 494*	*6 986 503*	*2 817 575*	*2 875 082*	*172 978*	*156 104*	*25 885 001*	*26 059 396*	*51 944 397*

*Não estão incluídos os habitantes de algumas áreas (Município de Nova Era, do Estado de Minas Gerais, e partes dos Municípios de Pirangi, do Estado de São Paulo, e de Lapa, do Estado do Paraná), dos quais não puderam ser apurados os caracteres individuais pelo extravio dos documentos censitários de coleta.

**Inclusive os habitantes de côr não declarada.

Tabela II

BRASIL

Composição da população presente segundo a côr, por sexo e grupos de idade, 1.º-VII-1950

Proporções por 1 milhão de habitantes*

IDADE Anos completos	BRANCOS		PARDOS*		PRETOS		AMARELOS		TOTAL		
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens e mulheres
0 a 4	50 422	49 439	22 620	21 968	7 957	7 683	547	515	81 546	79 605	161 151
5 a 9	40 756	40 047	19 938	19 083	7 361	6 909	496	468	68 551	66 507	135 058
10 a 14	36 322	36 358	17 433	17 131	6 750	6 632	420	403	60 925	60 524	121 449
15 a 19	30 919	33 524	13 879	14 835	5 790	6 340	323	317	50 911	55 016	105 927
20 a 24	28 638	31 139	11 913	13 139	5 085	5 644	268	260	45 904	50 182	96 086
25 a 29	24 622	25 218	9 955	10 504	4 267	4 527	242	217	39 086	40 466	79 552
30 a 39	38 168	37 700	15 410	15 654	6 590	6 789	391	313	60 559	60 456	121 015
40 a 49	27 347	25 384	10 719	10 333	4 893	4 855	282	226	43 241	40 798	84 039
50 a 59	16 863	15 637	6 144	6 050	2 966	2 961	220	181	26 193	24 829	51 022
60 a 69	9 092	8 796	3 214	3 366	1 613	1 674	111	77	14 030	13 913	27 943
70 a 79	3 183	3 649	1 003	1 336	561	720	23	20	4 770	5 725	10 495
80 e mais	915	1 352	370	644	280	450	3	4	1 568	2 450	4 018
Não declarada	504	582	400	457	129	165	4	4	1 037	1 208	2 245
TOTAL	*307 751*	*308 825*	*132 998*	*134 500*	*54 242*	*55 349*	*3 330*	*3 005*	*498 321*	*501 679*	*1 000 000*

*Vejam-se as notas à tabela I.

Tabela III

BRASIL

*Sinopse dos dados sôbre a composição da população presente em 1.º-VII-1950 segundo a côr e grandes grupos de idade**

Dados absolutos e proporções

IDADE Anos completos	BRANCOS	PARDOS	PRETOS	AMARELOS	DE CÔR NÃO DECLARADA	TOTAL
1. DADOS ABSOLUTOS						
0 a 14	13 159 809	6 096 787	2 248 740	148 045	41 593	21 694 974
15 a 59	17 409 618	7 140 647	3 153 413	168 263	55 509	27 927 450
60 e mais	1 401 824	510 911	275 216	12 354	5 036	2 205 341
Não declarada	56 410	38 397	15 288	420	6 117	116 632
TOTAL	*32 027 661*	*13 786 742*	*5 692 657*	*329 082*	*108 255*	*51 944 397*
2. PROPORÇÕES POR 100 000 HABITANTES DE AMBOS OS SEXOS						
0 a 14	25 335	11 737	4 329	285	80	41 766
15 a 59	33 516	13 746	6 071	324	107	53 764
60 e mais	2 699	984	530	24	9	4 246
Não declarada	108	74	29	1	12	224
TOTAL	*61 658*	*26 541*	*10 959*	*634*	*208*	*100 000*
3. PROPORÇÕES POR 100 000 HABITANTES EM CADA GRUPO DE IDADE						
0 a 14	60 658	28 102	10 365	683	192	100 000
15 a 59	62 339	25 569	11 291	602	199	110 000
60 e mais	62 802	23 657	12 511	550	480	100 000
0 e mais **	*61 658*	*26 541*	*10 959*	*634*	*208*	*100 000*
4. PROPORÇÕES POR 100 000 HABITANTES EM CADA GRUPO DE CÔR						
0 a 14	41 089	44 177	39 502	44 987	***	41 766
15 a 59	54 358	51 790	55 394	51 131	***	53 764
60 e mais	4 377	3 713	4 835	3 754	***	4 246
Não declarada	176	320	269	128	***	224
TOTAL	*100 000*	*100 000*	*100 000*	*100 000*	***	*100 000*

* Veja-se a nota * à tabela I
** Inclusive os habitantes de idade não declarada.
*** Os habitantes de côr não declarada estão incluídos no grupo dos pardos.

Tabela IV

BRASIL

Composição da população presente segundo a côr, por sexo, em 1.º-VII-1950

Dados absolutos e proporções por 100

CÔR	DADOS ABSOLUTOS			PERCENTAGENS		
	Homens	Mulheres	Homens e mulheres	Homens	Mulheres	Homens e mulheres
Brancos	15 985 954	16 041 707	32 027 661	61,76	61,56	61,66
Pardos	6 856 529	6 930 213	13 786 742	26,49	26,59	26,54
Pretos	2 817 575	2 875 082	5 692 657	10,88	11,03	10,96
Amarelos	172 978	156 104	329 082	0,67	0,60	0,63
De côr não declarada	51 965	56 290	108 255	0,20	0,22	0,21
TOTAL	*25 885 001*	*26 059 396*	*51 944 397*	*100,00*	*100,00*	*100,00*

Tabela V

BRASIL

Composição dos três principais grupos de côr, segundo o sexo e grandes grupos de idade, em 1.º-VII-1950

Proporções por 100 000 componentes, de idade conhecida, de cada grupo de côr

CÔR	SEXO	IDADE			
		0 a 14 anos	15 a 59 anos	60 anos e mais	0 anos e mais
Brancos	H.	20 715	27 061	2 143	49 919
	M.	20 447	27 392	2 242	50 081
	H. e M.	41 162	54 453	4 385	100 000
Pardos	H.	22 514	25 512	1 719	49 745
	M.	21 832	26 426	1 997	50 255
	H. e M.	44 346	51 938	3 716	100 000
Pretos	H.	20 189	27 074	2 247	49 510
	M.	19 419	28 470	2 601	50 490
	H. e M.	39 608	55 544	4 848	100 000

* * *

7. Os resultados gerais da apuração da côr nas diversas regiões fisiográficas e Unidades da Federação, segundo o censo de 1950, constam da tabela VI.

As elaborações expostas na tabela VII indicam a composição proporcional, segundo a côr, das populações do Brasil, das regiões e das Unidades, discriminadas por sexo e em conjunto. Visam, portanto, a pôr em evidência as características diferenciais da composição dessas populações; mostram, por exemplo, que os declarados brancos representam 94,60% da população de Santa Catarina, mas apenas 27,15% da população do Território do Amapá.

É diferente o objetivo das elaborações expostas na tabela VIII, que indicam a distribuição proporcional de cada grupo de côr, segundo as regiões fisiográficas e as Unidades da Federação, por sexo e em conjunto, visando a evidenciar a distribuição territorial de cada grupo. Consta, por exemplo, que São Paulo compreende 24,43% da população branca e apenas 12,79% da população preta do Brasil, enquanto Minas Gerais compreende apenas 14,08% da população branca, mas 19,73% da população preta.

Mais uma elaboração, exposta na tabela XI, dá a distribuição proporcional da população do Brasil segundo os caracteres combinados da côr e da região ou Unidade em que o recenseado se achava presente na data do censo. Mostra, por exemplo, que São Paulo possui 17,59% da população do Brasil, assim discriminados: 15,06% brancos, 1,40% pretos, 0,57% pardos, 0,53% amarelos, 0,03% de côr não declarada (ou seja, que os brancos de São Paulo constituem 15,06% da população total do Brasil; os pretos, 1,40%, etc.).

* * *

Tabela VI

BRASIL

Composição segundo a côr, por sexo, da população presente em 1.º-VII-1950 nas diversas Regiões Fisiográficas e Unidades da Federação

1. Homens

REGIÃO FISIOGRÁFICA UNIDADE DA FEDERAÇÃO	BRANCOS	PRETOS	AMARELOS	PARDOS	DE CÔR NÃO DECLARADA	TOTAL
NORTE	*284 889*	*48 490*	*784*	*603 195*	*2 309*	*939 667*
Rondônia	5 759	1 762	1	13 305	89	20 916
Acre	18 583	3 586	7	40 342	94	62 612
Amazonas	94 802	9 819	308	158 136	651	263 716
Rio Branco	4 052	611	1	4 960	20	9 644
Pará	156 496	31 066	465	373 637	1 412	563 076
Amapá	5 197	1 646	2	12 815	43	19 703
NORDESTE	*2 779 575*	*679 404*	*122*	*2 635 721*	*12 117*	*6 106 939*
Maranhão	262 664	126 576	17	398 929	1 848	790 034
Piauí	142 771	67 576	4	306 162	672	517 185
Ceará	571 137	138 417	10	609 402	2 963	1 321 929
Rio Grande do Norte	228 255	45 413	11	199 384	798	473 861
Paraíba	556 823	108 478	22	165 765	1 373	832 461
Pernambuco	808 367	153 136	52	679 387	3 576	1 644 518
Alagoas	209 328	39 789	6	276 607	886	526 616
Fernando de Noronha	230	19	—	85	1	335
LESTE	*4 902 043*	*1 448 280*	*3 416*	*2 965 083*	*20 023*	*9 338 845*
Sergipe	150 525	44 201	1	111 612	452	306 791
Bahia	686 741	456 394	99	1 203 712	5 875	2 352 821
Minas Gerais	2 245 023	550 972	1 226	1 032 705	6 832	3 836 758
(Serra dos Aimorés)*	41 603	8 847	5	31 790	64	82 309
Espírito Santo	254 959	51 726	21	129 769	464	436 939
Rio de Janeiro	694 046	205 831	1 364	256 285	2 911	1 160 437
Distrito Federal	829 146	130 309	700	199 210	3 425	1 162 790
SUL	*7 522 117*	*550 060*	*166 047*	*356 967*	*15 207*	*8 610 398*
São Paulo	3 978 890	366 544	145 099	151 191	6 882	4 648 606
Paraná	937 731	48 631	20 646	81 667	2 645	1 091 320
Santa Catarina	747 285	28 111	26	12 137	1 664	789 223
Rio Grande do Sul	1 858 211	106 774	276	111 972	4 016	2 081 249
CENTRO-OESTE	*497 330*	*91 341*	*2 609*	*295 563*	*2 309*	*889 152*
Mato Grosso	143 313	27 411	1 976	97 584	794	271 078
Goiás	354 017	63 930	633	197 979	1 515	618 074
BRASIL	*15 985 954*	*2 817 575*	*172 978*	*6 856 529*	*51 965*	*25 885 001*

* Território em litígio entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Tabela VI (Continuação)

BRASIL

Composição segundo a côr, por sexo, da população presente em 1.º-VII-1950 nas diversas Regiões Fisiográficas e Unidades da Federação

2. Mulheres

REGIÃO FISIOGRÁFICA / UNIDADE DA FEDERAÇÃO	BRANCAS	PRETAS	AMARELAS	PARDAS	DE CÔR NÃO DECLARADA	TOTAL
NORTE	*292 440*	*41 571*	*662*	*568 157*	*2 158*	*904 988*
Rondônia	4 772	1 215	—	9 958	74	16 019
Acre	15 855	2 394	3	33 819	72	52 143
Amazonas	94 574	7 591	249	147 384	585	250 383
Rio Branco	3 476	287	—	4 688	21	8 472
Pará	168 785	28 678	410	360 937	1 387	560 197
Amapá	4 978	1 406	—	11 371	19	17 774
NORDESTE	*2 974 122*	*695 495*	*94*	*2 704 008*	*13 819*	*6 387 538*
Maranhão	271 305	123 186	17	396 778	1 928	793 214
Piauí	149 847	67 401	5	310 620	638	528 511
Ceará	605 222	140 628	10	624 116	3 545	1 373 521
Rio Grande do Norte	243 891	46 168	5	230 087	909	494 060
Paraíba	593 158	113 635	24	172 355	1 626	880 798
Pernambuco	876 661	162 986	31	706 868	4 121	1 750 667
Alagoas	233 885	41 471	2	290 111	1 052	566 521
Fernando de Noronha	153	20	—	73	—	246
LESTE	*4 976 343*	*1 511 143*	*2 551*	*3 042 211*	*21 914*	*9 554 162*
Sergipe	169 354	47 116	3	120 483	614	337 570
Bahia	741 944	469 681	57	1 263 396	6 676	2 481 754
Minas Gerais	2 264 552	571 968	1 031	1 036 332	7 151	3 881 034
(Serra dos Aimorés)*	40 175	8 139	5	29 385	59	77 763
Espírito Santo	249 759	50 719	3	123 654	488	424 623
Rio de Janeiro	678 871	201 305	1 120	252 236	3 225	1 136 757
Distrito Federal	831 688	162 215	332	216 725	3 701	1 214 661
SUL	*7 314 379*	*543 827*	*150 594*	*339 989*	*16 106*	*8 364 805*
São Paulo	3 844 221	361 245	131 752	141 478	7 121	4 485 817
Paraná	887 148	42 999	18 598	72 679	2 803	1 024 227
Santa Catarina	728 982	26 337	25	11 630	1 805	771 279
Rio Grande do Sul	1 854 028	110 746	219	114 202	4 377	2 983 572
CENTRO-OESTE	*484 423*	*83 046*	*2 203*	*275 848*	*2 293*	*847 813*
Mato Grosso	135 065	23 678	1 673	89 781	769	259 966
Goiás	349 358	59 368	530	186 067	1 524	596 847
BRASIL	*16 041 707*	*2 875 082*	*156 104*	*6 930 213*	*56 290*	*26 059 396*

* Território em litígio entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Tabela VI (Conclusão)

BRASIL

Composição segundo a côr, por sexo, da população presente em 1.º-VII-1950 nas diversas Regiões Fisiográficas e Unidades da Federação

3. Homens e mulheres

REGIÃO FISIOGRÁFICA — UNIDADE DA FEDERAÇÃO	BRANCOS	PRETOS	AMARELOS	PARDOS	DE CÔR NÃO DECLARADA	TOTAL
NORTE	*577 329*	*90 061*	*1 446*	*1 171 352*	*4 467*	*1 844 655*
Rondônia	10 531	2 977	1	23 263	163	36 935
Acre	34 438	5 980	10	74 161	166	114 755
Amazonas	189 376	17 410	557	305 520	1 236	514 099
Rio Branco	7 528	898	1	9 648	41	18 116
Pará	325 281	59 744	875	734 574	2 799	1 123 273
Amapá	10 175	3 052	2	24 186	62	37 477
NORDESTE	*5 753 697*	*1 374 899*	*216*	*5 339 729*	*25 936*	*12 494 477*
Maranhão	533 969	249 762	34	795 707	3 776	1 583 248
Piauí	292 618	134 977	9	616 782	1 310	1 045 696
Ceará	1 176 359	279 045	20	1 233 518	6 508	2 695 450
Rio Grande do Norte	472 146	91 581	16	402 471	1 707	967 921
Paraíba	1 149 981	222 113	46	338 120	2 999	1 713 259
Pernambuco	1 685 028	316 122	83	1 386 255	7 697	3 395 185
Alagoas	443 213	81 260	8	566 718	1 938	1 093 137
Fernando de Noronha	383	39	—	158	1	581
LESTE	*9 878 386*	*2 959 423*	*5 967*	*6 007 294*	*41 937*	*18 893 007*
Sergipe	319 879	91 317	4	232 095	1 066	644 361
Bahia	1 428 685	926 075	156	2 467 108	12 551	4 834 575
Minas Gerais	4 509 575	1 122 940	2 257	2 069 037	13 983	7 717 792
(Serra dos Aimorés)*	81 778	16 986	10	61 175	123	160 072
Espírito Santo	504 718	102 445	24	253 423	952	861 562
Rio de Janeiro	1 372 917	407 136	2 484	508 521	6 136	2 297 194
Distrito Federal	1 660 834	292 524	1 032	415 935	7 126	2 377 451
SUL	*14 836 496*	*1 093 887*	*316 641*	*696 956*	*31 313*	*16 975 293*
São Paulo	7 823 111	727 789	276 851	292 669	14 003	9 134 423
Paraná	1 824 879	91 630	39 244	154 346	5 448	2 115 547
Santa Catarina	1 476 267	56 948	51	23 767	3 469	1 560 502
Rio Grande do Sul	3 712 239	217 520	495	226 174	8 393	4 164 821
CENTRO-OESTE	*981 753*	*174 387*	*4 812*	*571 411*	*4 602*	*1 736 965*
Mato Grosso	278 378	51 089	3 649	187 365	1 563	522 044
Goiás	703 375	123 298	1 163	384 046	3 039	1 214 921
BRASIL	*32 027 661*	*5 692 657*	*329 082*	*13 786 742*	*108 255*	*15 944 397*

* Território em litígio entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Tabela VII

BRASIL

Proporções dos diversos grupos de côr, por 100 000 habitantes, em 1.º-VII-1950, nas diversas Regiões Fisiográficas e Unidades da Federação

1. Homens

REGIÃO FISIOGRÁFICA / UNIDADE DA FEDERAÇÃO	BRANCOS	PRETOS	AMARELOS	PARDOS	DE CÔR NÃO DECLARADA	TOTAL
NORTE	*30 318*	*5 160*	*84*	*64 192*	*246*	*100 000*
Rondônia	27 534	8 424	5	63 612	425	100 000
Acre	29 680	5 727	11	64 432	150	100 000
Amazonas	35 949	3 723	117	59 964	247	100 000
Rio Branco	42 016	6 336	10	51 431	207	100 000
Pará	27 793	5 517	83	66 356	251	100 000
Amapá	26 377	8 354	10	65 041	218	100 000
NORDESTE	*45 515*	*11 125*	*2*	*43 160*	*198*	*100 000*
Maranhão	33 247	16 022	2	50 495	234	100 000
Piauí	27 605	13 066	1	59 198	130	100 000
Ceará	43 205	10 471	1	46 099	224	100 000
Rio Grande do Norte	48 169	9 584	2	42 077	168	100 000
Paraíba	66 889	13 031	2	19 913	165	100 000
Pernambuco	49 155	9 312	3	41 312	218	100 000
Alagoas	39 750	7 556	1	52 525	168	100 000
Fernando de Noronha	68 657	5 672	—	25 373	298	100 000
LESTE	*52 491*	*15 508*	*37*	*31 750*	*214*	*100 000*
Sergipe	49 064	14 408	0	36 381	147	100 000
Bahia	29 188	19 398	4	51 160	250	100 000
Minas Gerais	58 514	14 360	32	26 916	178	100 000
(Serra dos Aimorés)*	50 545	10 748	6	38 623	78	100 000
Espírito Santo	58 351	11 838	5	29 700	106	100 000
Rio de Janeiro	59 809	17 737	118	22 085	251	100 000
Distrito Federal	71 307	11 207	60	17 132	294	100 000
SUL	*87 361*	*6 388*	*1 928*	*4 146*	*177*	*100 000*
São Paulo	85 593	7 885	3 121	3 253	148	100 000
Paraná	85 926	4 456	1 892	7 483	243	100 000
Santa Catarina	94 686	3 562	3	1 538	211	100 000
Rio Grande do Sul	89 284	5 130	13	5 380	193	100 000
CENTRO-OESTE	*55 933*	*10 273*	*293*	*33 241*	*260*	*100 000*
Mato Grosso	52 868	10 112	729	35 998	293	100 000
Goiás	57 278	10 343	102	32 032	245	100 000
BRASIL	*61 758*	*10 885*	*668*	*26 488*	*201*	*100 000*

* Território em litígio entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Tabela VI (Continuação)

BRASIL

Proporções dos diversos grupos de côr, por 100 000 habitantes, em 1.º-VII-1950, nas diversas Regiões Fisiográficas e Unidades da Federação

2. Mulheres

REGIÃO FISIOGRÁFICA / UNIDADE DA FEDERAÇÃO	BRANCAS	PRETAS	AMARELAS	PARDAS	DE CÔR NÃO DECLARADA	TOTAL
NORTE	*32 314*	*4 594*	*73*	*62 781*	*238*	*100 000*
Rondônia	29 789	7 585	—	62 164	462	100 000
Acre	30 407	4 591	6	64 858	138	100 000
Amazonas	37 772	3 032	99	58 863	234	100 000
Rio Branco	41 029	3 388	—	55 335	248	100 000
Pará	30 130	5 119	73	64 430	248	100 000
Amapá	28 007	7 910	—	63 976	107	100 000
NORDESTE	*46 561*	*10 888*	*2*	*42 333*	*216*	*100 000*
Maranhão	34 203	15 530	2	50 022	243	100 000
Piauí	28 353	12 753	1	58 772	121	100 000
Ceará	44 064	10 238	1	45 439	258	100 000
Rio Grande do Norte	49 365	9 344	1	41 106	184	100 000
Paraíba	67 343	12 901	3	19 568	185	100 000
Pernambuco	50 076	9 310	2	40 377	235	100 000
Alagoas	41 285	7 320	0	51 209	186	100 000
Fernando de Noronha	62 195	8 130	—	29 675	—	100 000
LESTE	*52 086*	*15 816*	*27*	*31 842*	*229*	*100 000*
Sergipe	50 169	13 957	1	35 691	182	100 000
Bahia	29 896	18 925	2	50 908	269	100 000
Minas Gerais	58 349	14 738	27	26 702	184	100 000
(Serra dos Aimorés)*	51 663	10 466	7	37 788	76	100 000
Espírito Santo	58 819	11 944	1	29 121	115	100 000
Rio de Janeiro	59 720	17 709	98	22 189	284	100 000
Distrito Federal	68 471	13 355	27	17 842	305	100 000
SUL	*87 441*	*6 501*	*1 800*	*4 065*	*193*	*100 000*
São Paulo	85 697	8 053	2 937	3 154	159	100 000
Paraná	86 616	4 198	1 816	7 096	274	100 000
Santa Catarina	94 516	3 739	3	1 508	234	100 000
Rio Grande do Sul	88 983	5 315	11	5 481	210	100 000
CENTRO-OESTE	*57 138*	*9 795*	*260*	*32 536*	*271*	*100 000*
Mato Grosso	53 818	9 435	667	35 774	306	100 000
Goiás	58 534	9 947	89	31 175	255	100 000
BRASIL	*61 558*	*11 033*	*599*	*26 594*	*216*	*100 000*

* Território em litígio entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Tabela VII (Conclusão)

BRASIL

Proporções dos diversos grupos de côr, por 100 000 habitantes, em 1.º-VII-1950, nas diversas Regiões Fisiográficas e Unidades da Federação

3. Homens e mulheres

REGIÃO FISIOGRÁFICA UNIDADE DA FEDERAÇÃO	BRANCOS	PRETOS	AMARELOS	PARDOS	DE CÔR NÃO DECLARADA	TOTAL
NORTE	*31 298*	*4 882*	*78*	*63 500*	*242*	*100 000*
Rondônia	28 512	8 060	3	62 984	441	100 000
Acre	30 010	5 211	9	64 625	145	100 000
Amazonas	36 837	3 387	108	59 428	240	100 000
Rio Branco	41 554	4 957	6	53 257	226	100 000
Pará	28 958	5 319	78	65 396	249	100 000
Amapá	27 150	8 144	5	64 536	165	100 000
NORDESTE	*46 050*	*11 004*	*2*	*42 737*	*207*	*100 000*
Maranhão	33 726	15 775	2	50 258	239	100 000
Piauí	27 983	12 908	1	58 983	125	100 000
Ceará	43 642	10 353	1	45 763	241	100 000
Rio Grande do Norte	48 779	9 462	2	41 581	176	100 000
Paraíba	67 122	12 964	3	19 736	175	100 000
Pernambuco	49 630	9 311	2	40 830	227	100 000
Alagoas	40 545	7 434	1	51 843	177	100 000
Fernando de Noronha	65 921	6 713	—	27 194	172	100 000
LESTE	*52 286*	*15 664*	*32*	*31 796*	*222*	*100 000*
Sergipe	49 643	14 172	1	36 019	165	100 000
Bahia	29 551	19 155	3	51 031	260	100 000
Minas Gerais	58 431	14 550	29	26 809	181	100 000
(Serra dos Aimorés)*	51 088	10 612	6	38 217	77	100 000
Espírito Santo	58 582	11 891	3	29 414	110	100 000
Rio de Janeiro	59 765	17 723	108	22 137	267	100 000
Distrito Federal	69 858	12 304	43	17 495	300	100 000
SUL	*87 401*	*6 444*	*1 865*	*4 106*	*184*	*100 000*
São Paulo	85 644	7 968	3 031	3 204	153	100 000
Paraná	86 260	4 331	1 855	7 296	258	100 000
Santa Catarina	94 602	3 650	3	1 523	222	100 000
Rio Grande do Sul	89 133	5 223	12	5 431	201	100 000
CENTRO-OESTE	*56 521*	*10 040*	*277*	*32 897*	*265*	*100 000*
Mato Grosso	53 325	9 786	699	35 891	299	100 000
Goiás	57 895	10 148	96	31 611	250	100 000
BRASIL	*61 658*	*10 959*	*634*	*26 541*	*208*	*100 000*

* Território em litígio entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Tabela VIII

BRASIL

Proporções das diversas regiões fisiográficas e Unidades da Federação por 100 000 componentes de cada grupo de côr, em 1.º-VII-1950

1. Homens

REGIÃO FISIOGRÁFICA UNIDADE DA FEDERAÇÃO	BRANCOS	PRETOS	AMARELOS	PARDOS	DE CÔR NÃO DECLARADA	TOTAL
NORTE	*1 782*	*1 721*	*453*	*8 797*	*4 443*	*3 630*
Rondônia	36	63	0	194	171	81
Acre	116	127	4	589	181	242
Amazonas	593	348	178	2 306	1 253	1 019
Rio Branco	25	22	1	72	38	37
Pará	979	1 103	269	5 449	2 717	2 175
Amapá	33	58	1	187	83	76
NORDESTE	*17 388*	*24 113*	*71*	*38 441*	*23 318*	*23 593*
Maranhão	1 643	4 492	10	5 818	3 556	3 052
Piauí	893	2 398	2	4 465	1 293	1 998
Ceará	3 573	4 913	6	8 888	5 702	5 107
Rio Grande do Norte	1 428	1 612	6	2 908	1 536	1 831
Paraíba	3 483	3 850	13	2 418	2 642	3 216
Pernambuco	5 057	5 435	30	9 909	6 882	6 353
Alagoas	1 310	1 412	4	4 034	1 705	2 035
Fernando de Noronha	1	1	—	1	2	1
LESTE	*30 665*	*51 402*	*1 975*	*43 245*	*38 532*	*36 078*
Sergipe	942	1 569	1	1 628	870	1 185
Bahia	4 296	16 198	57	17 556	11 306	9 090
Minas Gerais	14 044	19 555	709	15 061	13 147	14 822
(Serra dos Aimorés)*	260	314	3	464	123	318
Espírito Santo	1 595	1 836	12	1 893	893	1 688
Rio de Janeiro	4 341	7 305	788	3 738	5 602	4 483
Distrito Federal	5 187	4 625	405	2 905	6 591	4 492
SUL	*47 054*	*19 522*	*95 993*	*5 206*	*29 264*	*33 264*
São Paulo	24 890	13 009	83 883	2 205	13 244	17 959
Paraná	5 866	1 726	11 936	1 191	5 090	4 216
Santa Catarina	4 674	998	15	177	3 202	3 049
Rio Grande do Sul	11 624	3 789	159	1 633	7 728	8 040
CENTRO-OESTE	*3 111*	*3 242*	*1 508*	*4 311*	*4 443*	*3 435*
Mato Grosso	896	973	1 142	1 423	1 528	1 047
Goiás	2 215	2 269	366	2 888	2 915	2 388
BRASIL	*100 000*	*100 000*	*100 000*	*100 000*	*100 000*	*100 000*

* Território em litígio entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Tabela VIII (Continuação)

BRASIL

Proporções das diversas regiões fisiográficas e Unidades da Federação por 100 000 componentes de cada grupo de côr, em 1.º-VII-1950

2. Mulheres

REGIÃO FISIOGRÁFICA / UNIDADE DA FEDERAÇÃO	BRANCAS	PRETAS	AMARELAS	PARDAS	DE CÔR NÃO DECLARADA	TOTAL
NORTE	*1 823*	*1 446*	*424*	*8 198*	*3 834*	*3 473*
Rondônia	30	42	—	144	132	61
Acre	99	83	2	488	128	200
Amazonas	589	264	159	2 127	1 039	961
Rio Branco	22	10	—	67	37	33
Pará	1 052	998	263	5 208	2 464	2 150
Amapá	31	49	—	164	34	68
NORDESTE	*18 540*	*24 190*	*60*	*39 018*	*24 550*	*24 512*
Maranhão	1 691	4 285	11	5 725	3 425	3 044
Piauí	934	2 344	3	4 482	1 133	2 028
Ceará	3 773	4 891	7	9 006	6 298	5 271
Rio Grande do Norte	1 520	1 606	3	2 931	1 615	1 896
Paraíba	3 698	3 952	15	2 487	2 889	3 380
Pernambuco	5 465	5 669	20	10 200	7 321	6 718
Alagoas	1 458	1 442	1	4 186	1 869	2 174
Fernando de Noronha	1	1	—	1	—	1
LESTE	*31 021*	*52 560*	*1 634*	*43 898*	*38 930*	*36 663*
Sergipe	1 056	1 639	2	1 739	1 090	1 295
Bahia	4 625	16 336	37	18 230	11 860	9 524
Minas Gerais	14 117	19 894	660	14 954	12 704	14 893
(Serra dos imorés)*	250	283	3	424	105	298
Espírito Santo	1 557	1 764	2	1 784	867	1 630
Rio de Janeiro	4 232	7 002	717	3 640	5 729	4 362
Distrito Federal	5 184	5 642	213	3 127	6 575	4 661
SUL	*45 596*	*18 915*	*96 471*	*4 906*	*28 612*	*32 099*
São Paulo	23°964	12 565	84 400	2 041	12 650	17 214
Paraná	5 530	1 495	11 914	1 049	4 979	3 930
Santa Catarina	4 544	1 003	16	168	3 207	2 960
Rio Grande do Sul	11 558	3 852	141	1 648	7 776	7 995
CENTRO-OESTE	*3 020*	*2 889*	*1 411*	*3 980*	*4 074*	*3 253*
Mato Grosso	842	824	1 072	1 295	1 366	963
Goiás	2 178	2 065	339	2 685	2 708	2 290
BRASIL	*100 000*	*100 000*	*100 000*	*100 000*	*100 000*	*100 000*

* Território em litígio entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Tabela VIII (Conclusão)

BRASIL

Proporções das diversas regiões fisiográficas e Unidades da Federação por 100 000 componentes de cada grupo de côr, em 1.º-VII-1950

3. Homens e mulheres

REGIÃO FISIOGRÁFICA — UNIDADE DA FEDERAÇÃO	BRANCOS	PRETOS	AMARELOS	PARDOS	DE CÔR NÃO DECLARADA	TOTAL
NORTE	*1 803*	*1 582*	*439*	*8 496*	*4 127*	*3 551*
Rondônia	33	52	0	169	151	71
Acre	108	105	3	538	153	221
Amazonas	591	306	169	2 216	1 142	990
Rio Branco	23	16	0	70	38	35
Pará	1 016	1 049	266	5 328	2 586	2 162
Amapá	32	54	1	175	57	72
NORDESTE	*17 965*	*24 152*	*66*	*38 731*	*23 958*	*24 053*
Maranhão	1 667	4 387	10	5 772	3 488	3 048
Piauí	914	2 371	3	4 474	1 210	2 013
Ceará	3 673	4 902	6	8 947	6 012	5 189
Rio Grande do Norte	1 474	1 609	5	2 919	1 577	1 863
Paraíba	3 591	3 902	14	2 452	2 770	3 298
Pernambuco	5 261	5 553	25	10 055	7 110	6 536
Alagoas	1 384	1 427	3	4 111	1 790	2 105
Fernando de Noronha	1	1	—	1	1	1
LESTE	*30 843*	*51 987*	*1 813*	*43 573*	*38 739*	*36 372*
Sergipe	999	1 604	1	1 683	985	1 241
Bahia	4 461	16 268	47	17 895	11 594	9 307
Minas Gerais	14 080	19 726	686	15 007	12 917	14 858
(Serra dos Aimorés)*	255	298	3	444	114	308
Espírito Santo	1 576	1 800	7	1 838	879	1 659
Rio de Janeiro	4 287	7 152	755	3 689	5 668	4 422
Distrito Federal	5 185	5 139	314	3 017	6 582	4 577
SUL	*46 324*	*19 216*	*96 220*	*5 055*	*28 925*	*32 680*
São Paulo	24 426	12 785	84 128	2 123	12 935	17 585
Paraná	5 698	1 610	11 925	1 120	5 033	4 073
Santa Catarina	4 609	1 000	16	172	3 204	3 004
Rio Grande do Sul	11 591	3 821	151	640	7 753	8 018
CENTRO-OESTE	*3 065*	*3 063*	*1 462*	*4 145*	*4 251*	*3 344*
Mato Grosso	869	897	1 109	1 359	1 444	1 005
Goiás	2 196	2 166	353	2 786	2 807	2 339
BRASIL	*100 000*	*100 000*	*100 000*	*100 000*	*100 000*	*100 000*

* Território em litígio entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Tabela IX

BRASIL

Percentagens das diversas regiões e Unidades em cada classe de côr e no total da população, por sexo, em 1.º-VII-1950

REGIÃO FISIOGRÁFICA — UNIDADE DA FEDERAÇÃO	CÔR										TOTAL	
	Branca		Preta		Amarela		Parda		Não declarada			
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
NORTE	*1,78*	*1,82*	*1,72*	*1,45*	*0,45*	*0,42*	*8,80*	*8,20*	*4,44*	*3,84*	*3,63*	*3,47*
Rondônia	0,04	0,03	0,06	0,04	0,00	—	0,19	0,14	0,17	0,13	0,08	0,06
Acre	0,12	0,10	0,13	0,08	0,00	0,00	0,59	0,49	0,18	0,13	0,24	0,20
Amazonas	0,55	0,59	0,35	0,27	0.18	0,16	2,31	2,13	1,25	1,04	1,02	0,96
Rio Branco	0,02	0,02	0,02	0,01	0,00	—	0,07	0,07	0,04	0,04	0,04	0,03
Pará	0,98	1,05	1,10	1,00	0,27	0,26	5,45	5,21	2,72	2,47	2,17	2,15
Amapá	0,03	0,03	0,06	0,05	0,00	—	0,19	0,16	0,08	0,03	0,08	0,07
NORDESTE	*17,39*	*18,54*	*24,12*	*24,19*	*0,07*	*0,06*	*38,44*	*39,02*	*23,32*	*24,55*	*23,59*	*24,51*
Maranhão	1,64	1,69	4,49	4,29	0,01	0,01	5,82	5,72	3,56	3,43	3,05	3,04
Piauí	0,89	0,93	2,40	2,34	0,00	0,00	4,46	4,48	1,29	1,13	2,00	2,03
Ceará	3,57	3,77	4,92	4,89	0,01	0,01	8,89	9,01	5,70	6,30	5,11	5,27
Rio G. do Norte	1,43	1,52	1,61	1,61	0,01	0,00	2,91	2,93	1,54	1,61	1,83	1,90
Paraíba	3,49	3,70	3,85	3,95	0,01	0,02	2,42	2,49	2,64	2,89	3,22	3,38
Pernambuco	5,06	5,47	5,44	5,67	0,03	0,02	9,91	10,20	6,88	7,32	6,35	6,72
Alagoas	1,31	1,46	1,41	1,44	0,00	0,00	4,03	4,19	1,71	1,87	2,03	2,17
Fernando de Noronha	0,00	0,00	0,00	0,00	—	—	0,00	0,00	0,00	—	0,00	0,00
LESTE	*30,67*	*31,02*	*51,40*	*52,56*	*1,98*	*1,64*	*45.24*	*43,90*	*38,53*	*38,93*	*36,08*	*36,66*
Sergipe	0,94	1,06	1,57	1,64	0,00	0,00	1,63	1,74	0,87	1,09	1,19	1,30
Bahia	4,30	4,62	16,20	16,34	0,06	0,04	17,56	18,23	11,31	11,86	9,09	9,52
Minas Gerais	14,04	14,12	19,55	19,90	0,71	0,66	15,06	14,95	13,15	12,70	14,82	14,80
(Serra dos Aimorés)*	0,26	0,25	0,31	0,28	0,00	0,01	0,46	0,42	0,12	0,10	0,32	0,30
Espírito Santo	1,60	1,56	1,84	1,76	0,01	0,00	1,89	1,79	0,89	0,87	1,69	1,63
Rio de Janeiro	4,34	4,23	7,31	7,00	0,79	0,72	3,74	3,64	5,60	5,73	4,48	4,36
Distrito Federal	5,19	5,18	4,62	5,64	0,41	0,21	2,90	3,13	6,59	6,58	4,49	4,66
SUL	*47,05*	*45,60*	*19,52*	*18,91*	*95,99*	*96,47*	*5,21*	*4,90*	*29,27*	*28,61*	*33,26*	*32,10*
São Paulo	24,89	23,96	13,01	12,56	83,88	84,40	2,21	2,04	13,25	12,65	17,96	17,21
Paraná	5,87	5,53	1,72	1,50	11,94	11,91	1,19	1,05	5,09	4,98	4,21	3,93
Santa Catarina	4,67	4,55	1,00	1,00	0,01	0,02	0,18	0,16	3,20	3,21	3,05	2,96
Rio G. do Sul	11,62	11,56	3,79	3,85	0,16	0,14	1,63	1,65	7,73	7,77	8,04	8,00
CENTRO-OESTE	*3,11*	*3,02*	*3,24*	*2,89*	*1,51*	*1,41*	*4,31*	*3,98*	*4,44*	*4,07*	*3,44*	*3,26*
Mato Grosso	0,90	0,84	0,97	0,82	1,14	1,07	1,42	1,30	1,53	1,36	1,05	0,97
Goiás	2,21	2,18	2,27	2,07	0,37	0,34	2,89	2,68	2,91	2,71	2,39	2,29
BRASIL	*100,00*	*100,00*	*100,00*	*100,00*	*100,00*	*100,00*	*100,00*	*100,00*	*100,00*	*100,00*	*100,00*	*100,00*

* Território em litígio entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Tabela X

BRASIL

Percentagens dos diversos grupos de côr no total da população de cada região e Unidade, por sexo, em 1.º-VII-1950

REGIÃO FISIOGRÁFICA — UNIDADE DA FEDERAÇÃO	CÔR										TOTAL
	Branca		Preta		Amarela		Parda		Não declarada		Homens e mulheres
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
NORTE	*15,44*	*15,85*	*2,63*	*2,25*	*0,04*	*0,05*	*32,70*	*30,80*	*0,12*	*0,12*	*100,00*
Rondônia	15,59	12,92	4,77	3,29	0,00	—	36,03	26,96	0,24	0,20	100,00
Acre	16,19	13,82	3,13	2,09	0,01	0,00	35,15	29,47	0,08	0,06	100,00
Amazonas	18,44	18,39	1,91	1,48	0,06	0,05	30,76	28,67	0,13	0,11	100,00
Rio Branco	22,37	19,19	3,37	1,56	0,00	—	27,38	25,88	0,11	0,12	100,00
Pará	13,93	15,03	2,77	2,55	0,04	0,04	33,26	32,13	0,13	0,12	100,00
Amapá	13,87	13,28	4,39	3,75	0,01	—	34,19	30,34	0,12	0,05	100,00
NORDESTE	*22,25*	*23,80*	*5,44*	*5,57*	*0,00*	*0,00*	*21,09*	*21,64*	*0,10*	*0,11*	*100,00*
Maranhão	16,59	17,14	7,99	7,78	0,00	0,00	25,20	25,06	0,12	0,12	100,00
Piauí	13,65	14,33	6,45	6,45	0,00	0,00	29,28	29,71	0,06	0,06	100,00
Ceará	21,19	22,45	5,14	5,22	0,00	0,00	22,61	23,15	0,11	0,13	100,00
Rio G. do Norte	23,58	25,20	4,69	4,77	0,00	0,00	20,60	20,98	0,08	0,10	100,00
Paraíba	32,50	34,62	6,33	6,63	0,00	0,00	9,68	10,06	0,08	0,10	100,00
Pernambuco	23,81	25,82	4,51	4,80	0,00	0,00	20,01	20,82	0,11	0,12	100,00
Alagoas	19,15	21,40	3,64	3,79	0,00	0,00	25,30	26,54	0,08	0,10	100,00
Fernando de Noronha	39,59	26,33	3,27	3,44	—	—	14,63	12,57	0,17	—	100,00
LESTE	*25,95*	*26,34*	*7,66*	*8,00*	*0,02*	*0,02*	*15,69*	*16,10*	*0,10*	*0,12*	*100,00*
Sergipe	23,36	26,28	6,86	7,31	0,00	0,00	17,32	18,70	0,07	0,10	100,00
Bahia	14,20	15,35	9,44	9,72	0,00	0,00	24,90	26,13	0,12	0,14	100,00
Minas Gerais	29,09	29,34	7,14	7,41	0,02	0,01	13,38	13,43	0,09	0,09	100,00
(Serra dos Aimorés)*	25,99	25,10	5,53	5,08	0,00	0,00	19,86	18,36	0,04	0,04	100,00
Espírito Santo	29,59	28,99	6,00	5,89	0,00	0,00	15,06	14,35	0,06	0,06	100,00
Rio de Janeiro	30,21	29,55	8,96	8,76	0,06	0,05	11,16	10,98	0,13	0,14	100,00
Distrito Federal	34,88	34,98	5,48	6,82	0,03	0,01	8,38	9,12	0,14	0,16	100,00
SUL	*44,31*	*43,09*	*3,24*	*3,20*	*0,98*	*0,89*	*2,10*	*2,00*	*0,09*	*0,10*	*100,00*
São Paulo	43,56	42,08	4,01	3,95	1,59	1,44	1,66	1,55	0,08	0,08	100,00
Paraná	44,33	41,93	2,30	2,03	0,98	0,88	3,86	3,44	0,12	0,13	100,00
Santa Catarina	47,89	46,71	1,80	1,85	0,00	0,00	0,78	0,74	0,11	0,12	100,00
Rio G. de Sul	44,62	44,52	2,56	2,60	0,01	0,00	2,69	2,74	0,10	0,10	100,00
CENTRO-OESTE	*28,63*	*27,89*	*5,26*	*4,78*	*0,15*	*0,13*	*17,02*	*15,88*	*0,13*	*0,13*	*100,00*
Mato Grosso	27,45	25,87	5,25	4,54	0,38	0,32	18,69	17,20	0,15	0,15	100,00
Goiás	29,14	28,76	5,26	4,89	0,05	0,04	16,30	15,31	0,12	0,13	100,00
BRASIL	*30,78*	*30,88*	*5,42*	*5,54*	*0,33*	*0,30*	*13,20*	*13,34*	*0,10*	*0,11*	*100,00*

* Território em litígio entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Tabela XI

BRASIL

Proporções dos diversos grupos de côr, discriminados segundo regiões e Unidades, por 100 000 habitantes do Brasil, presentes em 1.º-VII-1950

REGIÃO FISIOGRÁFICA / UNIDADE DA FEDERAÇÃO	BRANCOS	PRETOS	AMARELOS	PARDOS	DE CÔR NÃO DECLARADA	TOTAL
NORTE	*1 111*	*173*	*3*	*2 255*	*9*	*3 551*
Rondônia	20	6	0	45	0	71
Acre	66	12	0	143	0	221
Amazonas	365	33	1	588	3	990
Rio Branco	14	2	0	19	0	35
Pará	626	114	2	1 414	6	2 162
Amapá	20	6	0	46	0	72
NORDESTE	*11 077*	*2 647*	*0*	*10 279*	*50*	*24 053*
Maranhão	1 029	481	0	1 531	7	3 048
Piauí	563	260	0	1 187	3	2 013
Ceará	2 265	537	0	2 375	12	5 189
Rio Grande do Norte	909	176	0	775	3	1 863
Paraíba	2 213	428	0	651	6	3 298
Pernambuco	3 243	609	0	2 669	15	6 536
Alagoas	854	156	0	1 091	4	2 105
Fernando de Noronha	1	0	0	0	0	1
LESTE	*19 017*	*7*	*13*	*11 565*	*80*	*36 372*
Sergipe	616	176	0	447	2	1 241
Bahia	2 750	1 783	1	4 749	24	9 307
Minas Gerais	8 681	2 162	5	3 983	27	14 858
(Serra dos Aimorés)*	158	32	0	118	0	308
Espírito Santo	972	197	0	438	2	1 659
Rio de Janeiro	2 642	784	5	979	12	4 422
Distrito Federal	3 198	563	2	801	13	4 577
SUL	*28 563*	*2 106*	*609*	*1 342*	*60*	*32 680*
São Paulo	15 060	1 401	533	564	27	17 585
Paraná	3 515	176	75	297	10	4 073
Santa Catarina	2 841	110	0	46	7	3 004
Rio Grande do Sul	7 147	419	1	435	16	8 018
CENTRO-OESTE	*1 890*	*336*	*9*	*1 100*	*9*	*3 344*
Mato Grosso	536	98	7	361	3	1 005
Goiás	1 354	238	2	739	6	2 339
BRASIL	*61 658*	*10 959*	*634*	*26 541*	*208*	*100 000*

*Território em litígio entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

* * *

8. A composição da população segundo a côr apresenta características bem diferentes nas diversas regiões fisiográficas, como fica evidenciado pelos dádos da tabela *E*, deduzidos da tabela VII.

Tabela *E*

BRASIL

Discriminação proporcional, segundo a côr, da população de cada região fisiográfica, em 1.º-VII-1950

CÔR	PERCENTAGEM DE CADA GRUPO NA POPULAÇÃO DA REGIÃO				
	Norte	Nordeste	Leste	Sul	Centro-Oeste
Brancos.....	31,30	46,05	52,29	87,40	56,52
Pretos.....	4,88	11,00	15,66	6,44	10,04
Pardos.....	63,50	42,74	31,80	4,11	32,90
Amarelos.....	0,08	0,00	0,03	1,87	0,28
De côr não declarada...	0,24	0,21	0,22	0,18	0,26
TOTAL.....	*100,00*	*100,00*	*100,00*	*100,00*	*100,00*

A proporção dos declarados brancos atinge o máximo regional de 87,40% no Sul e o mínimo de 31,30% no Norte.

A proporção dos pretos e pardos em conjunto atinge o máximo regional de 68,38% no Norte e o mínimo de 10,55% no Sul.

A proporção dos amarelos atinge o máximo de 1,87% no Sul, ficando desprezível nas demais regiões [10].

A discriminação entre pretos e pardos fica extremamente incerta. É interessante, todavia, notar que a mais elevada proporção aparente entre pretos e pardos (157 pretos para 100 pardos) se encontra na região do Sul, que tem a menor quota de população não-branca, e a mais baixa (8 pretos para 100 pardos) na região do Norte, que tem a maior quota de população não-branca. Nas demais regiões, as proporções são as seguintes: Nordeste, 26 pretos para 100 pardos, Leste, 49, e Centro-Oeste, 31.

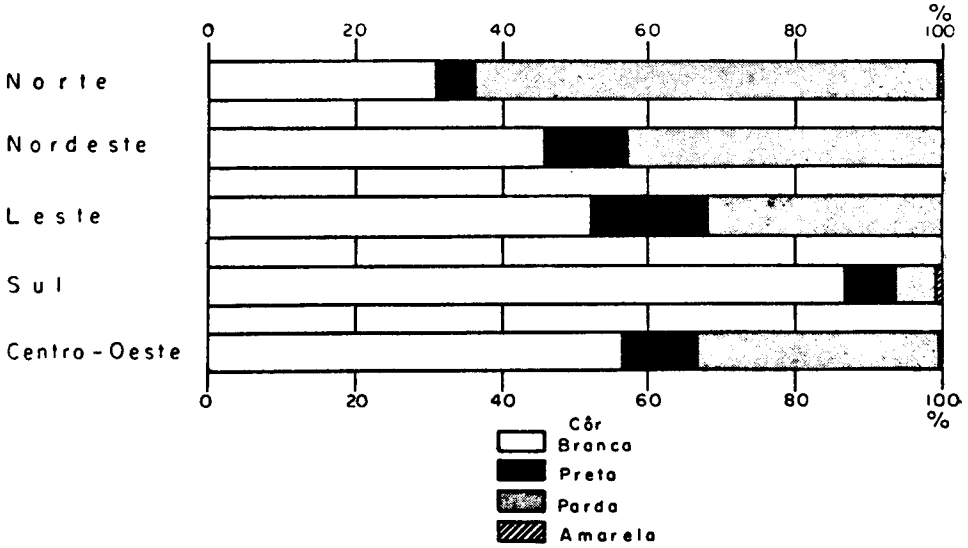


Fig. 16
Composição, segundo a côr, da população das diversas regiões fisiográficas do Brasil.

* * *

[10] A comparação entre os números dos declarados amarelos e dos declarados de nacionalidade japonêsa deixa duvidar que as proporções reais dos amarelos sejam levemente menores do que as aparentes.

Tabela *F*

BRASIL

Números dos declarados amarelos e dos declarados japonêses, segundo as regiões, em 1.º-VII-1950

ESPECIFICAÇÃO	NORTE	NORDESTE	LESTE	SUL	CENTRO-OESTE
Amarelos	1 446	216	5 967	316 641	4 812
Japonêses	614	32	2 313	120 346	1 494

O número de amarelos deve exceder o dos japonêses, porque estão nêle incluídos os poucos chineses, etc., os poucos brasileiros naturalizados de origem japonêsa e os numerosos brasileiros natos descendentes de japonêses. O excedente verificado no Sul talvez corresponda totalmente a êsses grupos, mas em outras regiões, e sobretudo no Nordeste, parece não ter sido suficiente a advertência feita nas instruções do censo de 1950 sôbre a côr amarela, que deveria ser atribuída sòmente a pessoas de raça amarela e não a outras pessoas de côr amarelada por doença. Na região Nordeste, no censo de 1940, o número de amarelos foi maior do que o de japonêses cêrca de 31 vêzes; no censo de 1950, cêrca de 7 vêzes, proporção ainda inverissímil.

9. Passando-se a examinar a composição da população segundo a côr, nas diversas Unidades da Federação, torna-se conveniente discriminar em primeiro lugar a quota dos declarados brancos. Na tabela G, as Unidades estão

Tabela *G*

BRASIL

Percentagens dos declarados brancos e dos declarados pretos ou pardos, segundo as Unidades da Federação, em 1.º-VII-1950

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	EM 100 HABITANTES FORAM DECLARADOS	
	Brancos	Pretos ou pardos
1. Santa Catarina	94,60	5,17
2. Rio Grande do Sul	89,13	10,65
3. Paraná	86,26	11,63
4. São Paulo	85,64	11,17
5. Distrito Federal	69,86	29,80
6. Paraíba	67,12	32,70
7. Fernando de Noronha	65,92	33,91
8. Rio de Janeiro	59,77	39,86
9. Espírito Santo	58,58	41,31
10. Minas Gerais	58,43	41,36
11. Goiás	57,90	41,76
12. Mato Grosso	53,33	45,68
13. (Serra dos Aimorés)*	51,09	48,83
14. Sergipe	49,64	50,19
15. Pernambuco	49,63	50,14
16. Rio Grande do Norte	48,78	51,04
17. Ceará	43,64	56,12
18. Rio Branco	41,55	58,21
19. Alagoas	40,55	59,28
20. Amazonas	36,84	62,82
21. Maranhão	33,73	66,03
22. Acre	30,01	69,84
23. Bahia	29,55	70,19
24. Pará	28,96	70,72
25. Rondônia	28,51	71,04
26. Piauí	27,98	71,89
27. Amapá	27,15	72,68

* Território em litígio entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. Se êsse território fôsse totalmente atribuído ao segundo dêstes Estados, a proporção dos brancos no Espírito Santo desceria para 57,41%; se fôsse atribuído ao primeiro, a proporção dos brancos em Minas Gerais desceria para 58,28%.

dispostas conforme a ordem decrescente desta quota, ao lado da qual é especificada a dos pretos e pardos (em conjunto), que constituem a parte preponderante dos não-brancos. Essas quotas são deduzidas da tabela VII.

Os Estados da região do Sul destacam-se nìtidamente dos demais pela elevada proporção dos declarados brancos, ocupando os primeiros quatro lugares na graduação, com quotas que variam entre a de 94,60% em Santa Catarina e a de 85,64% em São Paulo.

Seguem-se, distanciados, o Distrito Federal, com 69,86% de declarados brancos, a Paraíba, com 67,12%, e o Território de Fernando de Noronha, com 65,92%.

Um levantamento efetuado conforme critérios objetivos decerto confirmaria a existência de uma maioria de brancos nos Estados do Sul, embora reduzindo as respectivas quotas.

A proporção dos declarados brancos nos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e Goiás fica inferior a 60%. Talvez os brancos, rigorosamente determinados, não chegassem a constituir a maioria da população destas Unidades.

Essa mesma observação pode ser aplicada, também, à zona da Serra dos Aimorés e ao Estado de Mato Grosso, que apresentam quotas de declarados brancos pouco superiores a 50%.

Com exceção da Paraíba e do Território de Fernando de Noronha, as Unidades da região do Nordeste apresentam quotas de declarados brancos inferiores a 50%.

Os dois Estados e os quatro Territórios do Norte figuram com minorias de brancos; com efeito, os habitantes que foram declarados brancos representam 36,84% da população do Amazonas, 28,96% da do Pará, 41,55% da do Rio Branco, 30,01% da do Acre, 28,51% da de Rondônia, e 27,15% da do Amapá. Esta última é a mais baixa proporção de declarados brancos entre as calculadas para as diversas Unidades da Federação.

Discriminando-se os habitantes do Brasil segundo a quota dos declarados brancos nas respectivas Unidades, obtêm-se os dados absolutos e proporcionais da tabela *H*.

Tabela *H*

BRASIL

Discriminação da população da União segundo a quota dos declarados brancos nas respectivas Unidades da Federação, em 1.º-VII-1950

QUOTA PERCENTUAL DOS DECLARADOS BRANCOS	HABITANTES DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO COM QUOTAS DE DECLARADOS BRANCOS COMPREENDIDAS NOS LIMITES ESPECIFICADOS	
	Número absoluto	Percentagem
90,01 a 100	1 560 502	3,00
80,01 a 90	15 414 791	29,67
70,01 a 80	—	—
60,01 a 70	4 091 291	7,88
50,01 a 60	12 773 585	24,59
40,01 a 50	8 814 170	16,97
30,01 a 40	2 212 102	4,26
20,01 a 30	7 077 956	13,63
TOTAL	*51 944 397*	*100,00*

A distribuição dos habitantes segundo as quotas dos declarados brancos nas respectivas Unidades é muito irregular, apresentando um máximo em correspondência às quotas de 86 a 89%; outro, menos acentuado, no intervalo de 51 a 60%.

* * *

10. A maioria preponderante dos não declarados brancos é constituída, em tôdas as Unidades, pelos pretos e pardos, de modo que a quota dêsses dois grupos considerados em conjunto varia em estreita correlação inversa com a quota dos brancos.

Mas as proporções comparativas dos dois grupos são muito variáveis, como consta dos dados da tabela *I*, para a apreciação dos quais é conveniente lembrar que a proporção no conjunto da população brasileira é de 41 pretos para 100 pardos.

Tabela *I*

BRASIL

Pretos para 100 pardos, segundo as Unidades da Federação, em 1.º-VII-1950

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	PROPORÇÃO DOS PRETOS PARA 100 PARDOS
São Paulo	249
Santa Catarina	240
Rio Grande do Sul	96
Rio de Janeiro	80
Distrito Federal	70
Paraíba	66
Paraná	59
Minas Gerais	54
Espírito Santo	40
Sergipe	39
Bahia	38
Goiás	32
Maranhão	31
(Serra dos Aimorés)*	28
Mato Grosso	27
Fernando de Noronha	25
Pernambuco	23
Ceará	23
Rio Grande do Norte	23
Piauí	22
Alagoas	14
Amapá	13
Rondônia	13
Rio Branco	9
Pará	8
Acre	8
Amazonas	6

* Território em litígio entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

A comparação entre os números dos declarados pretos e os dos classificados pardos põe em relêvo a inconsistência da discriminação entre os dois grupos. Em São Paulo o número dos pretos seria cêrca de 2 vêzes e meia maior do que o dos pardos, em comparação com 1 vez e meia maior no censo de 1940. Em Santa Catarina o número dos pretos seria pouco mais de 2 vêzes superior ao dos pardos, em comparação com mais de 15 vêzes maior segundo

o censo de 1940. Teria havido, portanto, uma grande diminuição do número dos declarados pretos, em relação ao dos classificados como pardos, no censo de 1950.

Tornam-se evidentes, mais uma vez, a multiplicidade e a arbitrariedade dos critérios adotados para a qualificação da côr dos não-brancos, de modo que fica clara a impossibilidade de se chegar a conclusões de qualquer valor científico pela discriminação censitária entre pretos e pardos.

Deve-se, entretanto, considerar real a baixa proporção dos pretos nos Estados com numerosos habitantes de origem indígena, como os de Mato Grosso, Pará e Amazonas; mas talvez a proporção efetiva dos pretos nestes Estados seja maior do que a aparente.

* * *

11. A quota dos declarados amarelos atinge o máximo de 3,03% da população total no Estado de São Paulo. Seguem-se, com quotas menores, os Estados do Paraná (1,86%), Mato Grosso (0,70%), Amazonas (0,11%) e Rio de Janeiro (0,11%). As quotas das demais Unidades são muito pequenas.

No censo de 1940, nas regiões Norte e Nordeste, em alguns casos, foi aplicada a qualificação de amarelas a pessoas que deveriam ser qualificadas brancas ou pardas. No censo de 1950, conforme já foi advertido anteriormente, parece ter diminuído o número dêsses casos.

* * *

12. Em conseqüência da diferente composição, segundo a côr, da população das diversas partes do Brasil, a distribuição proporcional dos vários grupos de côr pelas regiões fisiográficas apresenta grandes diferenças, como consta dos seguintes dados (tabela *J*), extraídos da tabela VIII.

Tabela *J*

BRASIL

Distribuição proporcional dos componentes de cada grupo de côr, segundo as regiões, em 1.º-VII-1950

CÔR	DE 100 PRESENTES EM CADA GRUPO DE CÔR ACHAM-SE NA REGIÃO					TOTAL
	Norte	Nordeste	Leste	Sul	Centro-Oeste	
Brancos	1,80	17,97	30,84	46,32	3,07	100,00
Pretos	1,58	24,15	51,99	19,22	3,06	100,00
Pardos	8,50	38,73	43,57	5,06	4,14	100,00
Amarelos	0,44	0,07	1,81	96,22	1,46	100,00
*TÔDAS AS CÔRES**	*3,55*	*24,05*	*36,37*	*32,68*	*3,34*	*100,00*

* Inclusive as pessoas de côr não declarada.

Participam com quotas relativamente elevadas: o Norte no grupo dos pardos; o Nordeste e o Leste nos dos pardos e dos pretos; o Sul, nos dos amarelos (cuja maioria preponderante concentra-se nesta região) e dos brancos.

São relativamente baixas as quotas: do Norte, nos grupos branco e prêto; do Nordeste e do Leste, no branco; do Sul, nos pardo e prêto; e de tôdas as regiões, exceto o Sul, no amarelo.

Os dados da tabela VIII permitem verificar a participação proporcional de cada Unidade da Federação nos diversos grupos de côr, segundo o sexo e em conjunto.

Conforme as proporções da citada tabela, no grupo branco as quotas mais elevadas são as de São Paulo, com 24,43% do total dos brancos presentes no Brasil; Minas Gerais, com 14,08% [11]; Rio Grande do Sul, com 11,59%.

Tabela *K*

BRASIL

Distribuição proporcional dos declarados pretos ou pardos entre as diversas regiões e Unidades da Federação, em 1.º-VII-1950

REGIÃO FISIOGRÁFICA — UNIDADE DA FEDERAÇÃO	DE 100 PRESENTES PRETOS OU PARDOS ACHAM-SE NA REGIÃO OU UNIDADE DA FEDERAÇÃO
NORTE	*6,48*
Rondônia	0,14
Acre	0,41
Amazonas	1,66
Rio Branco	0,05
Pará	4,08
Amapá	0,14
NORDESTE	*34,47*
Maranhão	5,37
Piauí	3,86
Ceará	7,76
Rio Grande do Norte	2,54
Paraíba	2,87
Pernambuco	8,74
Alagoas	3,33
Fernando de Noronha	0,00
LESTE	*46,03*
Sergipe	1,66
Bahia	17,42
Minas Gerais	16,38
(Serra dos Aimorés)*	0,40
Espírito Santo	1,83
Rio de Janeiro	4,70
Distrito Federal	3,64
SUL	*9,19*
São Paulo	5,24
Paraná	1,26
Santa Catarina	0,41
Rio Grande do Sul	2,28
CENTRO-OESTE	*3,83*
Mato Grosso	1,22
Goiás	2,61
BRASIL	*100,00*

* Território em litígio entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

[11] Incluindo-se o território da Serra dos Aimorés, a quota subiria para 14,34%.

Do grupo prêto, 19,73% acham-se em Minas Gerais [12]; 16,27%, na Bahia; 12,79%, em São Paulo; 7,15%, no Rio de Janeiro.

No grupo pardo, as quotas mais elevadas são as da Bahia, 17,90% do total; de Minas Gerais, 15,01%[13]; de Pernambuco, 10,06%.

No grupo amarelo é absolutamente preponderante a quota de São Paulo, 84,13% do total.

Em vista da insuficiente delimitação entre os grupos prêto e pardo, achou-se conveniente realizar uma elaboração suplementar à da tabela VIII, calculando-se as quotas de participação das diversas regiões e Unidades nos grupos dos pretos e pardos considerados em conjunto. Seguem-se os resultados, na tabela *K*.

As quotas mais elevadas da população preta e parda do Brasil cabem às regiões do Leste (46,03% dos pretos e pardos e 36,37% da população total) e do Nordeste (34,47% dos pretos e pardos e 24,05% da população total). A quota do Sul, 9,19%, embora não desprezível, é baixa em comparação com a participação desta região na população total, que atinge 32,68%. A quota do Norte, 6,48%, embora pequena, é relativamente elevada em comparação com a participação de apenas 3,55% na população total.

Entre os Estados, apresentam os maiores contingentes de pretos e pardos a Bahia, com 17,42% do respectivo total, e Minas Gerais, com 16,38%. Seguem-se, muito distantes: Pernambuco, com 8,74%; o Ceará, com 7,76%; o Maranhão, com 5,37%; São Paulo, com 5,24%, etc.

* * *

13. A distribuição da população do Brasil, segundo as circunstâncias combinadas da localização territorial e da côr, fica resumida nos seguintes dados proporcionais (tabela *L*), deduzidos da tabela XI.

Tabela *L*

BRASIL

Discriminação proporcional da população segundo a côr e a região de presença, em 1.º-VII-1950

REGIÃO FISIOGRÁFICA	DE 100 HABITANTES PRESENTES NO BRASIL ACHAM-SE NA REGIÃO ESPECIFICADA, SENDO					TOTAIS, SEGUNDO AS REGIÕES
	Brancos	Pretos	Pardos	Amarelos	De côr não declarada	
Norte	1,11	0,17	2,25	0,00	0,01	3,55
Nordeste	11,08	2,65	10,28	0,00	0,05	24,05
Leste	19,02	5,70	11,57	0,01	0,08	36,37
Sul	28,56	2,10	1,34	0,61	0,06	32,68
Centro-Oeste	1,89	0,34	1,10	0,01	0,01	3,35
TOTAIS, SEGUNDO AS CÔRES	*61,66*	*10,96*	*26,54*	*0,63*	*0,21*	*100,00*

[12] Incluindo-se o território da Serra dos Aimorés, a quota subiria para 20,02%.

[13] Incluindo-se o território da Serra dos Aimorés, a quota subiria para 15,45%.

Contribuem para a população nacional com os maiores contingentes: de brancos, o Sul e o Leste; de pretos e pardos, o Leste e o Nordeste; de amarelos, o Sul.

Constam da tabela XI os contingentes das diversas Unidades.

* * *

14. Recapitulando as observações expostas no presente estudo, pode-se chegar às seguintes conclusões.

Conforme o censo de 1950, os declarados brancos representam 61,7% da população do Brasil; os declarados pretos e os declarados ou classificados como pardos, 37,5%; os declarados amarelos, 0,6%.

A quota aparente dos brancos provàvelmente excede a que seria obtida por um levantamento da côr feito conforme critérios objetivos, em virtude de terem sido declarados brancos numerosos recenseados que nesse caso seriam qualificados pardos.

A quota aparente dos pretos e pardos em conjunto provàvelmente fica inferior à que se obteria por um levantamento feito conforme critérios objetivos.

A discriminação entre pretos e pardos foi realizada de maneira arbitrária e variada, de modo que foram classificados em cada um dêsses grupos recenseados de que seria mais apropriada a classificação no outro. Cumpre, todavia, salientar que, segundo os resultados censitários, de 1940 a 1950 diminuiu a quota dos pretos e aumentou a dos pardos. O sentido desta variação aparente deve corresponder ao da variação real, embora a medida desta não coincida com a daquela.

A quota dos amarelos parece corresponder com boa aproximação à realidade.

E, finalmente, apesar da taxa de crescimento natural dos brancos ser maior do que a dos dois outros principais grupos de côr, a proporção dos brancos no censo de 1950 é um pouco menor do que a do censo de 1940, provàvelmente em virtude de maior precisão das declarações.

VI

O DESENVOLVIMENTO DA POPULAÇÃO PRETA E PARDA DO BRASIL [1]

SUMÁRIO: 1. Dificuldades gerais para a discriminação dos diversos grupos de côr nas estatísticas demográficas. — 2. Aplicações dessa discriminação no Brasil, no período pré-censitário. — 3. Aplicações nos recenseamentos de 1872, 1890 e 1940. Considerações acêrca de algumas condições do meio social nas épocas da organização dêsses levantamentos. — 4. Resultados comparativos dêsses três recensamentos; análise crítica e interpretação. — 5. Ensaio de retificação dos dados censitários. — 8. Fatôres da diferente velocidade de incremento dos diversos grupos de côr: a imigração. — 7. A natalidade. — 8. A mortalidade. — 9. Visão de conjunto da influência dêsses fatôres. — 10. Resultados do recenseamento de 1950. Variações entre 1940 e 1950.

1. O estudo das características demográficas dos diversos grupos étnicos que integram uma população apresenta sempre dificuldades nos países em que não é mantida entre êles uma rígida separação.

A razão é óbvia: os cruzamentos entre os diversos grupos dão origem a tipos intermédios, cuja variedade aumenta cada vez mais e cuja representação se torna cada vez mais numerosa, através do tempo.

Os caracteres dêsses tipos intermédios, às vêzes, ficam tão próximos daqueles de um dos grupos dos quais êles descendem, que em geral êles ficam incluídos neste grupo na classificação empírica e se torna árdua a sua discriminação mesmo na classificação científica.

Outras vêzes êsses caracteres afastam-se daqueles dos grupos de origem de maneira suficiente para justificar ou até impor uma discriminação, que todavia se torna necessàriamente arbitrária, não sòmente se forem aplicados simples critérios empíricos, baseados apenas na aparência exterior, mas também se forem aplicados critérios científicos (sôbre os quais, aliás, os etnólogos e antropólogos estão bem longe de concordar, continuando, antes, acesas disputas sôbre êste assunto).

Mesmo se fôr adotado um critério científico, julgado satisfatório, para a classificação dos indivíduos em grupos étnicos originais e derivados, torna-se bem difícil a sua aplicação fora das pesquisas de laboratório ou de inquéritos efetuados em condições equivalentes (como os do exame médico para o serviço militar, para seguros, para assistência sanitária, etc., e também, em alguns casos, os inquéritos representativos), e em particular nos levantamentos demográficos. Com efeito, a especificação do tipo étnico nas informações censitárias e nas declarações de nascimento e de óbito deve ser deixada, na maioria dos casos, à mercê dos familiares dos recenseados ou registrados, ou dêstes próprios. A intervenção dos agentes recenseadores ou dos funcionários registradores pode evitar as alterações mais evidentes da verdade; mas pode também contribuir para a aplicação de qualificações tendenciosas, sugeridas pelos usos locais ou inspiradas pelos preconceitos dessas pessoas ou das de quem elas dependem. E, quanto às declarações livremente prestadas pelos informantes,

[1] Excertos de um estudo redigido pelo Prof. GIORGIO MORTARA.

é supérfluo lembrar a profunda influência sôbre elas exercida pelas opiniões da superioridade ou da inferioridade de determinados grupos étnicos, opiniões bem variáveis segundo os lugares e as épocas.

Essas dificuldades gerais para o estudo demográfico dos diversos grupos em populações ètnicamente mistas apresentam-se em alto grau no caso do Brasil, em virtude da grande extensão, duração e variedade da miscigenação aqui ocorrida.

Mas outra dificuldade — e mais lastimável, porque decorrente da inércia dos homens e não da própria natureza das coisas — é causada pelas falhas do nosso registro de nascimento e de óbitos, que não encontram paralelo em nenhum outro grande país de civilização ocidental. É tal a gravidade dessas falhas, que a estatística do registro civil não permite conhecer, nem com larga aproximação, os números totais dos nascimentos e dos óbitos, os quais podem apenas ser estimados por conjeturas, com ampla margem de êrro. Nessa situação, seria pretensão absurda a de obter taxas de natalidade e de mortalidade para os diferentes grupos étnicos.

* * *

2. No que diz respeito à discriminação da população segundo a côr, a estatística demográfica brasileira fornece elementos aproveitáveis de descrição estática, para o conjunto do país e para as diversas unidades políticas e administrativas, enquanto escasseiam e são limitados a poucas partes do país os elementos de descrição cinemática.

A descrição estática é dada pelos recenseamentos. O quesito da côr foi incluído nos recenseamentos de 1872 e 1890, excluído dos de 1900 e 1920 e novamente incluído nos de 1940 e 1950.

Para as épocas anteriores ao primeiro recensamento, dispõe-se de estimativas da população total, algumas das quais com discriminação da côr. Os próprios números totais de habitantes, que constam dessas estimativas, merecem escassa confiança, apresentando fortes discordâncias, mesmo quando referentes a datas pouco distantes entre si; por exemplo, Rugendas estimava em 3 758 000 a população do Brasil em 1827, enquanto Malte-Brun a fazia ascender a 5 340 000 em 1830. Divergências ainda maiores aparecem nas estimativas dos números de componentes dos diversos grupos de côr; retomando o exemplo acima, verifica-se que o número dos brancos era avaliado em apenas 845 000 por Rugendas e em 1 347 000 por Malte-Brun, e o dos mestiços, respectivamente, em 628 000 e 1 748 000; apenas quanto aos pretos as estimativas dêsses dois autores quase concordavam, contando, respectivamente, 1 987 000 e 2 017 000 dêles. Mesmo os dados sôbre o número dos escravos, que poderiam ser de alguma utilidade para o estudo do assunto em exame, apresentam grandes divergências: em 1819, o Conselheiro Velloso de Oliveira o estimava em 1 107 000; em 1850, o Senador Cândido Baptista de Oliveira o fazia ascender a 2 500 000; em 1869, o Senador Thomaz Pompeu de Souza Brazil o reduzia a 1 690 000.

Parecem, portanto, estar desprovidas de sério fundamento as conclusões sôbre o desenvolvimento comparativo dos diversos grupos de côr que se basearam nessas estimativas pré-censitárias, escolhendo-se em geral os dados mais apropriados para confirmar preconceitos dos autores.

* * *

3. Antes de passar em resenha os resultados dos recenseamentos, torna-se conveniente lembrar as condições bem diversas em que foram realizados os primeiros três dêsses levantamentos os quais forneceram dados sôbre a côr dos habitantes.

Em 1872 mais de um milhão e meio de não-brancos eram escravos; para êstes, a declaração da côr era feita pelos respectivos proprietários, que em geral não tinham razão para se afastarem das qualificações correspondentes ao uso local. Mas havia um número quase três vêzes maior de não-brancos livres, e sendo êstes em grande maioria analfabetos, a côr que lhe era atribuída dependia, em geral, do critério dos agentes e funcionários incumbidos do levantamento do censo, os quais, presumìvelmente, em geral, também seguiam o uso corrente. Na apuração dêsse recenseamento foram distintos quatro grupos de côr — o dos "brancos", o dos "pretos", o dos "pardos" e o dos "caboclos" —, visando-se a discriminar, ao lado dos dois grupos originais, o grupo derivado principalmente de cruzamentos entre brancos e pretos e o derivado principalmente de cruzamentos entre brancos e aborígines. É claro que já naquela época se tornava difícil uma precisa delimitação dos grupos de côr, seja em conseqüência da multiplicidade dos cruzamentos, seja em virtude da "capilaridade social", que fizera penetrar inúmeros indivíduos de ascendência mista na esfera dos considerados brancos, apesar dos marcos visíveis da sua origem.

Em 1890, o recenseamento, efetuado pouco depois da emancipação dos escravos e da passagem para o regime republicano, desenvolveu-se numa atmosfera de exaltação por essas recentes conquistas, que repercutiu nas declarações dos informantes. Assim como se declararam brasileiros muitos que de fato eram estrangeiros, é provável que muitos não-brancos se tenham idealmente aproximado do grupo dominante, pelas suas declarações de côr, prevalecendo essa tendência também nas qualificações atribuídas pelos agentes recenseadores. Na apuração do recenseamento de 1890 foram discriminados, como em 1872, quatro grupos, substituindo-se, porém a qualificação de "pardos" pela de "mestiços".

No recenseamento de 1900, que aliás ficou incompleto, não foi feita a apuração da côr. E no de 1920 foi de propósito excluído o respectivo quesito, que talvez parecesse incompatível com a proclamada inexistência de uma "linha de côr" na democracia brasileira.

Foi proposto de novo êsse quesito no recenseamento de 1940, em condições bem mudadas. Muitos brasileiros cultos, alguns dêles idealmente adversários declarados, mas pràticamente escravos, dos preconceitos racistas, estavam anciosos de ver consagrada em precisa percentagem aquela progressiva predominância do grupo branco na população nacional, que, com tríplice impropriedade, se costumava designar como "arianização" [2], e que de acôrdo com idéias então largamente difusas, parecia supremamente desejável. Nos responsáveis pela preparação do recenseamento, preocupados em evitar qualquer concessão ao furor racista, essa aspiração conciliou-se com sentimentos de alta humanidade, que inspiraram a adoção de critérios delicados, apesar de tècnicamente desaconselháveis, no inquérito sôbre a côr. Basta dizer que, para poupar aos recenseados a mortificação de declarar ou receber qualificações às vêzes usadas com significação depreciativa, mandou-se responder por um simples traço aos que não estivessem habilitados a se declararem brancos, pretos ou amarelos. De fato, em muitos casos essa instrução não foi observada; houve grande número de declarações de pardos, mulatos, mestiços, morenos, caboclos, etc. Na tabulação, porém, todos êsses subgrupos foram fundidos no grupo dos pardos, junto com o dos que obedeceram à prescrição do traço. Desapareceu, assim, nos dados do recenseamento de 1940, a discriminação entre os "caboclos" e os "pardos" de 1872 ou os "mestiços" de 1890. Apareceu, nìtidamente separado, o novo grupo dos amarelos, constituído quase exclusivamente pelos imigrados japonêses e pelos seus descendentes. Nas declarações da côr verificaram-se decerto afastamentos das qualificações que teriam prevalecido numa classifi-

[2] Tríplice impropriedade, porque os produtos de cruzamento entre diferentes raças — no sendito biológico da palavra — não entram a fazer parte de nenhuma delas, porque não existe uma raça "ariana", e porque a maioria preponderante dos brancos imigrados para o Brasil desde o descobrimento até hoje não pertencia aos grupos étnicos que são qualificados (impròpriamente) arianos.

cação feita conforme critérios objetivos. O grupo dos brancos foi engrossado pela afluência de numerosos aspirantes a essa qualificação, que nem todos êles mereciam; quanto aos pretos e aos pardos, houve muita confusão: em alguns casos os agentes recenseadores preferiram uma qualificação e em outros a outra, de modo que houve pretos declarados pardos e pardos declarados pretos; e quando foram os próprios interessados os que responderam ao quesito, não foi rara a tendência a declararem matizes claros. Foi relativamente bem sucedida a discriminação dos amarelos, tendo sido declarados tais, por via de regra, os japonêses e descendentes; apenas algumas centenas de brancos ou pardos, amarelados em conseqüência de doenças, foram, também, por engano, qualificados amarelos.

No recenseamento de 1950 foi mantido o quesito da côr, advertindo-se aos informantes evitar a declaração da côr "morena", que se torna equívoca, porque se pode referir tanto a pardos como a brancos bronzeados pelo sol, e limitar aos oriundos do Extremos Oriente e seus descendentes a qualificação de "amarelos". Os resultados dêste último censo deixam presumir que em alguns lugares os critérios de delimitação entre os diversos grupos de côr se tenham notàvelmente afastado dos adotados em 1940.

* * *

4. Vejamos, agora, os resultados dos recenseamentos de 1872, 1890 e 1940, em que foi proposto o quesito da côr [3]. Para torná-los comparáveis, reuniremos sob a qualificação de "pardos" os "pardos" e os "caboclos" de 1872 e os "mestiços" e os "caboclos" de 1890; e, para simplificar a comparação, arredondaremos todos os dados em milhares. Cumpre advertir que nos censos de 1872 e de 1890 não foram discriminados os amarelos, cujo número naquelas épocas era exíguo; provàvelmente êles foram incluídos no grupo dos pardos.

Tabela I

BRASIL

Discriminação da população segundo a côr nos recenseamentos de 1872, 1890 e 1940

ANO	POPULAÇÃO PRESENTE				
	Brancos	Pardos	Pretos	Amarelos	Total
1872.....	3 854 000	4 262 000	1 996 000	—	10 112 000
1890.....	6 302 000	5 934 000	2 098 000	—	14 334 000
1940.....	26 206 000	8 760 000	6 044 000	243 000	41 253 000

Os pardos e pretos reunidos contribuiriam para a população do Brasil com a proporção de 61,9% em 1872, de 56,0% em 1890 e de 35,9% em 1940.

No prazo de 68 anos decorrido entre os censos de 1872 e de 1940, a população branca do Brasil teria aumentado quase sete vêzes e a população parda e preta menos de duas vêzes e meia. É verdade que nos "brancos" de 1940 estão incluídos inúmeros indivíduos de alvura duvidosa, mas cumpre reconhecer que também em 1872, embora provàvelmente em menor proporção, se encontravam entre os "brancos" elementos espúrios. Fica, portanto, fora de dúvida o fato de que, no período considerado, o grupo dos brancos teve um incremento relativo muito maior do que os grupos dos pardos e dos pretos.

A população preta teria aumentado três vêzes, de 1872 para 1940. Embora muito inferior ao dos brancos, êsse incremento revelaria uma intensa

[3] Veja-se o volume N.º 11, desta série, *Estudos sôbre a composição da população do Brasil segundo a côr* (Rio, I.B.G.E., 1950), especialmente as seções I e II.

vitalidade (a população dos Estados Unidos, alimentada por largas correntes imigratórias, aumentou pouco mais de três vêzes no mesmo prazo). É possível que no censo de 1940 figurem como pretos indivíduos os quais em 1872 seriam qualificados pardos, mas parece provável que se verifique com maior freqüência o contrário, isto é, que figurem como pardos em 1940 indivíduos os quais em 1872 seriam declarados pretos. É interessante notar que o alvorôço de 1890 se revela pela relativa escassez dos declarados pretos; o número dos componentes dêste grupo de côr teria aumentado apenas de 102 000, em comparação com 1872, enquanto o dos pardos teria aumentado de 1 672 000 e o dos brancos de 2 448 000. Para determinar essas divergências concorreu decerto a tendência, largamente verificada em 1890, a declarar matizes mais claros de que os que registraria um observador competente e imparcial.

O número dos pardos teria pouco mais que duplicado de 1872 a 1940. Êste, também, é um crescimento notável (nem a Alemanha nem a Inglaterra, países de rápido incremento demográfico, chegaram a duplicar suas populações no mesmo prazo). E cumpre observar que, se a discriminação dos grupos de côr em 1940 pudesse ser refeita com critérios objetivos, os ganhos que obteria o grupo pardo por esta operação excederiam fortemente as perdas. Deve-se ainda advertir, com referência aos resultados do censo de 1890, que nessa ocasião o grupo dos pardos foi reforçado pela inclusão de numerosos pretos, de modo que seu incremento aparente, em comparação com 1872, ficou maior do que o incremento real, enquanto se verificou, depois, o contrário no que diz respeito ao incremento entre 1890 e 1940.

* * *

5. Para obtermos uma idéia das conseqüências de uma retificação dos dados censitários, sôbre a determinação dos incrementos comparativos dos diversos grupos de côr, podemos supor que a proporção dos não-brancos indèbitamente incluídos entre os brancos fôsse apenas de 5% em 1872 e tenha subido para 20% em 1940. Nessas hipóteses, o aumento efetivo dos brancos ficaria reduzido a 5,7 vêzes e o dos pardos e pretos reunidos ficaria aumentado para 3,1 vêzes. Talvez essa retificação, puramente conjetural, seja exagerada; para fixar a ordem comparativa de grandeza das variações, podemos estimar que o número dos brancos aumentou seis vêzes, enquanto o número dos pardos e pretos reunidos aumentou apenas três vêzes de 1872 para 1940.

Fica, portanto, estabelecido com certeza que o processo de progressiva predominância numérica do grupo branco na população do Brasil se desenvolveu com notável intensidade entre 1872 e 1940. Mas, não em conseqüência de uma diminuição dos grupos não-brancos, e sim em virtude da menor rapidez do seu crescimento em comparação com o do grupo branco.

* * *

6. Êsses são os fatos. Vejamos, agora, os fatôres que contribuíram para determiná-los [4].

A influência dos movimentos migratórios pode ser fàcilmente discriminada e medida. Entre 1872 e 1940, o número dos imigrados brancos excedeu em cêrca de 3 100 000 o dos emigrados da mesma côr; as imigrações e emigrações de pardos e pretos foram desprezíveis; quanto aos amarelos, o número dos imigrados excedeu em cêrca de 170 000 o dos emigrados.

A afluência de imigrantes repercute no crescimento vegetativo da população. Pode-se estimar em cêrca de 2 250 000 a contribuição assim trazida pela imigração branca do período considerado para o excedente dos nascimentos sôbre os óbitos no mesmo período. O crescimento dos pretos não recebeu

[4] Vejam-se as seções A. I e A. II dêste volume.

nenhum auxílio indireto dêsse gênero, e o dos pardos o recebeu em medida desprezível, sendo extremamente raras as uniões entre brancos imigrados e pretos ou pardos brasileiros. Para o grupo amarelo, a contribuição trazida pela imigração para o excedente dos nascimentos sôbre os óbitos foi estimada em cêrca de 70 000.

Faltou, portanto, aos grupos pardo e prêto, qualquer contribuição, direta ou indireta, da imigração para seu crescimento, enquanto o grupo branco foi avantajado por largas contribuições.

Todavia, essa circunstância é apenas um fator secundário da diferente velocidade de incremetno do grupo branco, de um lado, e dos pardos e prêto, do outro.

Com efeito, o número dos brancos aumentou de 3 854 000 em 1872 para 26 206 000 em 1940, isto é, de 22 352 000, e, mesmo subtraindo-se as contribuições direta e indireta da imigração, avaliadas acima em 5 350 000, fica um incremento vegetativo independente da imigração de 17 002 000; enquanto o número dos pardos e pretos reunidos aumentou de 6 258 000 para 14 804 000, isto é, de 8 546 000, sem ter recebido contribuições pela imigração. Êstes não-brancos, embora inicialmente muito mais numerosos do que os brancos, tiveram um incremento vegetativo independente da imigração inferior da metade ao dos brancos.

Parecem ser, portanto, inerentes ao movimento vegetativo da população, e não ao movimento migratório, os principais fatôres das diferenças observadas no incremento dos diversos grupos de côr.

* * *

7. Sôbre a influência do movimento vegetativo da população não se possuem dados de conjunto, em conseqüência das falhas da estatística do registro civil. Inúmeros nascimentos e muitos óbitos não são registrados; outros, apesar de registrados, não chegam a figurar na estatística, pela displicência dos cartórios.

Todavia não podem ser desprezadas as informações disponíveis, que foram em boa parte obtidas pela apuração do recenseamento de 1940 e pela elaboração dos seus resultados.

Ficou claramente documentado, pelas declarações censitárias sôbre o número dos filhos tidos pelos recenseados, que a fecundidade feminina é muito elevada em todos os grupos de côr da população do Brasil, como atestam os seguintes dados comparativos [5].

Tabela II

BRASIL

Fecundidade feminina nos diversos grupos de côr

IDADE DA MULHER Anos completos	NÚMERO MÉDIO DOS FILHOS NASCIDOS VIVOS TIDOS POR 100 MULHERES DA IDADE ESPECIFICADA			
	Brancas	Pardas	Pretas	Amarelas
15 a 19	12	13	11	6
20 a 29	168	178	161	161
30 a 39	442	464	423	433
40 a 49	616	624	567	568
50 a 59	652	644	589	519
60 e mais	661	644	581	456
15 e mais	*333*	*334*	*316*	*298*

[5] Veja-se o volume N.º 5, desta série, *Estudos sôbre a fecundidade e a prolificidade da mulher no Brasil, no conjunto da população e nos diversos grupos de côr* (Rio, I.B.G.E., 1949), seção III.

Cumpre salientar que no cálculo dêsses números médios de filhos tidos se tomou como numerador o total dos filhos tidos declarados pelas mulheres de cada grupo considerado, e como denominador o número destas mulheres, *inclusive as que não tiveram filhos*. Portanto, o resultado obtido depende seja da proporção em que se acham em cada grupo mulheres que tiveram filhos, seja da prolificidade dessas mulheres.

É óbvia a advertência de que as declarações só incluem os filhos tidos pelas mulheres *até a data do censo*, de modo que representam a fecundidade completa sòmente para as mulheres em idade de 50 anos e mais, cuja capacidade reprodutora já estava esgotada naquela data.

Os dados da tabela acima que medem a fecundidade das mulheres brancas diferem bem pouco, para mais ou para menos, dos referentes às pardas, no mesmo grupo de idade. Os dados referentes às mulheres pretas são um pouco inferiores aos dos dois outros grupos principais, especialmente em conseqüência das maiores proporções, entre as pretas, de mulheres que não tiveram filhos. A fecundidade das mulheres amarelas está próxima daquela das pretas, só ficando fortemente menor nos grupos de idade senis, cujas componentes em parte iniciaram e exerceram sua atividade reprodutora antes da imigração para o Brasil.

No quadro internacional, entretanto, tôdas essas medidas da fecundidade devem ser consideradas, como já foi dito, muito elevadas.

A maior fecundidade corresponde ao grupo pardo, ou seja, ao que aparentemente teve o menor aumento relativo de 1872 a 1940. O grupo prêto, que aparentemente teve aumento relativo maior do que o do grupo pardo, apresenta uma fecundidade sensìvelmente menor.

Em todo caso, as diferenças verificadas na freqüência dos nascimentos justificariam apenas diferenças moderadas no incremento dos diversos grupos.

* * *

8. Conclui-se, portanto, que o fator de maior relêvo na determinação das diferenças de incremento é a diferente mortalidade dos diversos grupos de côr.

Infelizmente, a falta de uma estatística fidedigna dos óbitos torna impossível qualquer pesquisa completa sôbre o assunto. Um estudo realizado para 60 Municípios do interior de São Paulo [6] mostrou que, conforme os dados da estatística do registro civil, a taxa de mortalidade média anual do período 1939-42 ascenderia a 15,9 por 1 000 habitantes para os brancos e a 25,5 por 1 000 para os pardos e pretos reunidos. Levando-se em conta as presumíveis lacunas da referida estatística, pode-se afirmar que ambas essas taxas aparentes ficam abaixo das reais; a segunda, talvez em maior proporção do que a primeira.

Sôbre a mortalidade infantil, foram feitos estudos referentes às duas maiores aglomerações urbanas do Brasil (Distrito Federal, no período 1939-41, e Município de São Paulo, no período 1937-42) [7]. Através de pacientes análises, destinadas a eliminar erros e falhas das estatísticas, chegou-se a determinar a proporção dos falecidos no primeiro ano de idade em 123 sôbre 1 000 nascidos vivos, para os brancos, e em 228 para os pardos e pretos reunidos, no Distrito Federal; em 118, para os primeiros, e em 257, para os segundos, no Município de São Paulo. Nessas cidades, a mortalidade infantil é cêrca de duas vêzes maior entre os pardos e pretos do que entre os brancos.

No interior de São Paulo, a diferença seria menor, embora ainda notável; a citada pesquisa para 60 Municípios calcula em 139 para os brancos e 194 para os pardos e pretos reunidos a proporção dos falecidos no primeiro ano de idade sôbre 1 000 nascidos vivos.

---

[6] Veja-se a seção VI do volume N.º 14, desta série, *Estudos sôbre a natalidade e a mortalidade no Brasil* (Rio, I.B.G.E., 1952).

[7] Veja-se o volume N.º 4, desta série, *Estimativas da taxa de natalidade para o Brasil, as Unidades da Federação e as principais Capitais* (Rio, I.B.G.E., 1948), seções III e IV.

Não se deve, todavia, concluir que, em tôdas as idades e em todo o Brasil, se encontram tamanhas diferenças de mortalidade entre os brancos e os não-brancos. Se a mortalidade dêstes fôsse muito maior do que a daqueles, sua representação proporcional na população deveria diminuir fortemente na passagem gradual das idades infantis para as senis. Pelo contrário, verificam-se moderadas variações, sendo a proporção dos pardos e pretos no conjunto da população, segundo o censo de 1940 [8], de:

36,1% nas idades de 0 a 19 anos,
35,6% nas idades de 20 a 39 anos,
35,3% nas idades de 40 a 59 anos,
35,5% nas idades de 60 anos e mais.

Chega-se a um resultado mais surpreendente calculando-se — como parece ser preferível para o nosso objetivo — a proporção dos pardos e pretos, por grupos de idade, não na população total, como acima, e sim na população natural do Brasil. Com efeito, obtém-se a proporção de:

36,4% nas idades de 0 a 19 anos,
37,0% nas idades de 20 a 39 anos,
39,4% nas idades de 40 a 59 anos,
42,4% nas idades de 60 anos e mais.

Longe de diminuir, a proporção dos pardos e pretos na população natural do Brasil aumenta na passagem das idades infantis para as senis. É verdade que nas idades mais moças o grupo branco fica avantajado pela contribuição indireta da imigração, incluindo os descendentes dos imigrados nas épocas de maior afluência de contingentes europeus. É verdade, também, que nas idades senis a proporção aparente dos pardos e pretos é maior do que a real, em conseqüência dos mais freqüentes exageros nas declarações de idade ("erros de envelhecimento"). Mas não deixa de ser singular o contraste entre a marcha observada das proporções dos pardos e pretos nos diferentes grupos de idade e a que se podia prever levando-se em conta as características da natalidade e da mortalidade dessa parte da população.

Êsse contraste acha uma explicação, pelo menos parcial, na circunstância de que a tendência a declarar matizes de côr mais claros do que os efetivos parece diminuir com o crescer da idade. Se aos declarados pardos e pretos fôssem acrescentados os que no recenseamento foram declarados brancos, mas que num levantamento efetuado com critérios objetivos seriam qualificados pardos, provàvelmente os grupos de idade juvenis ficariam aumentados em proporção maior do que os senis.

* * *

9. Uma visão de conjunto dos fatôres das variações ocorridas na representação dos diversos grupos de côr, de 1872 a 1940, foi apresentada num estudo redigido e divulgado pelo Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento de 1940 [9]. A análise conjetural desenvolvida nessa pesquisa levou a estimar em 45 por 1 000 habitantes a taxa média anual de natalidade, tanto dos brancos como dos pardos e pretos, no período de 1872 a 1940, e em 23 a 24 por 1 000 habitantes a taxa de mortalidade dos brancos, em 28 a 29 por 1 000 a dos pardos e pretos reunidos, no mesmo período.

Conforme essas taxas de natalidade e de mortalidade, a taxa média anual de incremento vegetativo da população parda e preta no referido período seria

[8] Veja-se a seção II do volume citado na nota 3.
[9] Veja-se a seção I do volume citado na nota 3.

de 16 a 17 por 1 000, e o número dos componentes dessa população deveria ter aumentado de cêrca de 12,5 milhões entre 1872 a 1940, em vez de apenas 8,5 milhões, como aparentemente aumentou.

A diferença de cêrca de 4 milhões, entre o aumento calculado e o aumento aparente da população parda e preta, indicaria que as transferências de pardos e seus descendentes para o grupo branco contribuíram com cêrca de 4 milhões para o aumento aparente dêste grupo. Uma quota considerável do incremento vegetativo dos não-brancos acaba por ser absorvida pelos brancos, em virtude da inexistência da "linha de côr" e do progressivo embranquecimento dos produtos da miscigenação. Os nascidos de uniões entre pardos e pretos na maior parte dos casos são considerados pardos, e os nascidos de uniões entre brancos e pardos na maior parte dos casos são considerados brancos; através dessas reclassificações o grupo prêto perde muito e ganha pouco, o grupo pardo ganha muito mais do que perde, e o grupo branco ganha muito e perde pouco.

* * *

10. O recenseamento de 1950 confirmou plenamente as conjeturas relativas ao rápido incremento vegetativo de todos os grupos de côr.

O aumento de 11 milhões de habitantes em apenas 10 anos, devido quase exclusivamente ao excedente dos nascimentos sôbre os óbitos (pois que o excedente das imigrações sôbre as emigrações foi relativamente desprezível), indica uma taxa anual de incremento vegetativo de 24 por 1 000 habitantes, taxa tão elevada que não poderia ter sido atingida sem uma substancial contribuição dos grupos não-brancos.

Conforme o censo de 1950 [10], os declarados brancos, em número de 32 094 000, representam 61,8% da população do Brasil; os declarados pretos e os declarados ou classificados como pardos, 19 520 000, representam 37,6%; os declarados amarelos, 330 000, representam 0,6%.

Como já foi dito anteriormente, a quota dos brancos provàvelmente excede a que seria obtida por um levantamento da côr feito com critérios objetivos; a dos pretos e dos pardos em conjunto provàvelmente fica inferior. Cumpre, todavia, salientar que, segundo os resultados censitários de 1940 e de 1950, diminuiu a quota dos pretos e aumentou a dos pardos. O sentido desta variação aparente deve corresponder ao da variação real, embora a medida desta não coincida com a daquela. A quota dos amarelos parece corresponder com boa aproximação à realidade.

Apesar da taxa de crescimento natural dos brancos ser maior do que a dos dois outros principais grupos de côr, a proporção dos brancos no censo de 1950 é um pouco menor do que a do censo de 1940, provàvelmente em virtude da maior precisão das declarações.

[10] Dados arredondados em milhares, conforme os parágrafos anteriores. A cada grupo de côr acrescentou-se uma quota proporcional dos habitantes dos quais não fôra declarada a côr.

VII

A COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO DO BRASIL SEGUNDO O ESTADO CONJUGAL EM 1950 [1]

SUMÁRIO: 1. Advertências preliminares. — 2. Variação das diversas classes de estado conjugal de 1940 a 1950. — 3. Diferenças entre as classes correspondentes dos dois sexos. — 4. Variação das proporções das diversas classes de estado conjugal em relação à idade: a) Homens. — 5. b) Mulheres. — 6. Proporções das diversas classes na população adulta de cada sexo.

1. O exame dos dados divulgados pelo Serviço Nacional de Recenseamento de 1950 [2] sôbre o assunto do presente estudo deve ser precedido por algumas advertências acêrca da interpretação dêsses dados.

Na classificação da população do Brasil segundo o estado conjugal, as apurações do censo de 1940 discriminaram, agrupando-os, os "separados, desquitados e divorciados". Como a simples separação de fato não altera o estado civil dos separados, na apuração do censo de 1950 êstes foram incluídos na classe dos casados, com critério jurìdicamente certo.

A experiência dos dois censos mostrou que os números das declarações do estado de "desquitado" e de "divorciado" excedem fortemente os que se deveriam esperar levando em conta os números dos desquites pronunciados pela magistratura e considerando que não pode haver divórcio válido neste país entre casados de nacionalidade brasileira.

Em consideração a essas circunstâncias e à exigüidade dos números dos separados, desquitados e divorciados, êles foram incluídos na classe dos casados nas tabelas anexas ao presente estudo.

Acêrca desta classe, cumpre ainda advertir que pelas instruções do censo de 1950 ficaram autorizados a se declararem casados também os casais unidos pelo só vínculo religioso, enquanto as instruções do censo de 1940 deixavam dúvidas sôbre êste assunto.

Cumpre, afinal, lembrar que — não sendo exigida nenhuma documentação das declarações censitárias — declaram-se amiúde casadas as pessoas que vivem em união livre, não sancionada pelo rito civil nem consagrada pelo rito religioso.

Em conseqüência dessas confusões, acontece também que pessoas as quais nunca foram casadas na forma legal se declarem viúvas, tendo perdido o companheiro ou a companheira de fato.

De outro lado, a experiência ensinou que muitas pessoas declaradas solteiras, especialmente entre as em idades maduras, são tais de direito, mas de fato vivem em uniões conjugais, freqüentemente abençoadas por numerosa prole.

* * *

[1] Estudo compilado pelo Prof. GIORGIO MORTARA.

[2] Veja-se *Brasil, Censo Demográfico, VI Recenseamento Geral do Brasil — 1950* (Rio, I.B.G.E. 1956).

Tabela I

BRASIL

População masculina de 15 anos e mais, segundo o estado conjugal, por grupos de idade, em 1940 e em 1950

IDADE Anos completos	ANO DO CENSO	SOLTEIROS	CASADOS, SEPARADOS, DESQUITADOS E DIVORCIADOS	VIÚVOS	DE ESTADO CONJUGAL NÃO DECLARADO	TOTAL
15 a 19	1940	2 131 558	24 333	350	1 389	2 157 630
	1950	2 604 600	38 363	573	995	2 644 531
20 a 29	1940	2 084 743	1 377 186	20 448	2 776	3 485 153
	1950	2 571 147	1 816 831	17 866	8 928	4 414 772
30 a 39	1940	540 660	1 865 613	57 874	2 352	2 466 499
	1950	622 748	2 463 210	54 087	5 670	3 145 715
40 a 49	1940	248 025	1 443 608	96 186	1 763	1 789 582
	1950	277 645	1 869 318	95 249	3 895	2 246 107
50 a 59	1940	118 383	834 612	99 405	1 053	1 053 453
	1950	129 236	1 120 203	108 669	2 472	1 360 580
60 a 69	1940	52 815	386 328	84 955	557	524 655
	1950	63 119	559 496	104 768	1 419	728 802
70 a 79	1940	17 796	124 202	50 820	208	193 026
	1950	20 727	164 831	61 590	607	247 755
80 e mais	1940	7 741	33 363	26 469	117	67 690
	1950	7 609	42 190	31 354	279	81 432
Não declarada	1940	9 125	4 479	570	495	14 669
	1950	20 954	26 095	2 368	4 460	53 877
15 e mais*	*1940*	*5 210 846*	*6 093 724*	*437 077*	*10 710*	*11 752 357*
	1950	*6 317 785*	*8 100 537*	*476 524*	*28 725*	*14 923 571*

* Inclusive os casos de idade não declarada.

Tabela II

BRASIL

População feminina de 15 anos e mais, segundo o estado conjugal, por grupos de idade, em 1940 e em 1950

IDADE Anos completos	ANO DO CENSO	SOLTEIRAS	CASADAS, SEPARADAS, DESQUITADAS E DIVORCIADAS	VIÚVAS	DE ESTADO CONJUGAL NÃO DECLARADO	TOTAL
15 a 19	1940	1 957 928	323 541	3 120	1 704	2 286 293
	1950	2 429 677	422 787	3 040	2 280	2 857 784
20 a 29	1940	1 448 101	2 170 591	59 927	5 953	3 684 572
	1950	1 811 304	2 830 205	55 267	11 862	4 708 638
30 a 39	1940	492 978	1 783 774	153 567	4 864	2 435 183
	1950	575 156	2 397 700	159 007	8 474	3 140 337
40 a 49	1940	266 979	1 119 373	262 517	3 276	1 652 145
	1950	303 813	1 511 374	298 358	5 707	2 119 252
50 a 59	1940	145 176	541 905	302 652	1 721	991 454
	1950	164 959	755 586	365 691	3 498	1 289 734
60 a 69	1940	77 000	199 524	273 982	978	551 484
	1950	94 082	286 283	340 091	2 210	722 666
70 a 79	1940	33 650	49 961	150 616	431	234 658
	1950	40 034	65 445	190 841	1 095	297 415
80 e mais	1940	17 752	10 186	75 805	278	104 021
	1950	19 503	13 203	94 001	564	127 271
Não declarada	1940	8 734	5 656	2 633	579	17 602
	1950	21 259	28 347	9 492	3 657	62 755
*15 e mais**	*1940*	*4 448 298*	*6 204 511*	*1 284 819*	*19 784*	*11 957 412*
	1950	*5 459 787*	*8 310 930*	*1 515 788*	*39 347*	*15 325 852*

* Inclusive os casos de idade não declarada.

2. Os esclarecimentos precedentes — e especialmente o que se refere ao reconhecimento explícito do casamento religioso no censo de 1950 — facilitam a interpretação das variações ocorridas entre os dois últimos censos na composição por estado conjugal da população do Brasil, variações constantes das tabelas I (homens) e II (mulheres).

Enquanto a população total masculina de 15 anos e mais aumentou de 26,98% e a feminina de 28,17%, entre 1940 e 1950, o número dos casados aumentou de 32,93% e o das casadas de 33,95%. No mesmo intervalo o número dos solteiras aumentou apenas de 21,24% e o das solteiras de 22,74%.

É possível que um efetivo aumento da freqüência dos casamentos tenha concorrido para determinar êsse maior aumento relativo dos números dos casados, mas as lacunas irreparáveis da estatística do registro civil não permitem examinar o fundamento desta hipótese.

Poder-se-ia esperar que o forte aumento dos números dos casados se refletisse num aumento proporcional dos números dos viúvos. Pelo contrário, no sexo masculino esta classe apresenta o aumento de apenas 9,03% e no feminino o de 17,98%.

Embora outras circunstâncias possam ter contribuído para determinar o menor aumento relativo dos números de viúvos e de viúvas em comparação com os dos casados, o fator principal deve ter sido a diminuição da mortalidade nas idades moças e maduras, que reduziu a freqüência dos enviuvamentos nessas idades. Note-se que, no conjunto das idades de 15 a 39 anos para os homens e de 15 a 29 anos para as mulheres, o próprio número absoluto dos viúvos é menor em 1950 do que em 1940.

* * *

3. Como acontece, em geral, nos recenseamentos, verificam-se também no Brasil sensíveis diferenças entre o número dos homens que se declaram casados e o das mulheres que se declaram casadas.

Num país de imigração, como o Brasil, deveria ser maior o número efetivo dos homens casados, em virtude da presença de imigrados que deixaram as respectivas famílias nos países de origem. Pelo contrário, o censo mostra um sensível excedente de mulheres casadas (mais de 200 000), que pode ser explicado pela maior freqüência no sexo feminino da declaração de "casada" não correspondente à efetiva situação jurídica ou religiosa.

O número dos solteiros é maior do que o das solteiras, no conjunto das idades de 15 anos e mais, em virtude principalmente da mais elevada idade média do homem na época do casamento.

Esta mesma circunstância, à qual se acrescenta a maior mortalidade masculina nas idades maduras e senis, contribui para tornar muito menor o número dos viúvos do que o das viúvas, ocorrendo com maior freqüência a dissolução do casamento pelo óbito do marido do que pelo óbito da mulher. Cumpre, ainda, lembrar que as segundas e ulteriores núpcias são mais freqüentes entre os viúvos do que entre as viúvas.

* * *

4. A variação das proporções das diversas classes de estado conjugal em relação à idade é ilustrada pelas tabelas III (homens) e IV (mulheres), onde estão comparados os resultados dos dois últimos censos.

No sexo masculino, a proporção dos solteiros diminui ràpidamente ao subir da idade, passando, em 1950, de 98,49% no grupo de 15 a 19 anos para 58,24% no de 20 a 29, 19,80% no de 30 a 39 e 12,36% no de 40 a 49 anos. Nas idades seguintes essa proporção oscila entre 8% e 10%, sem nítida tendência.

Tabela III

BRASIL

Distribuição proporcional da população masculina de 15 anos e mais, segundo o estudo conjugal, por grupos de idade, em 1940 e em 1950

IDADE Anos completos	ANO DO CENSO	SOLTEIROS	CASADOS, SEPARADOS, DESQUITADOS E DIVORCIADOS	VIÚVOS	DE ESTADO CONJUGAL NÃO DECLARADO	TOTAL
15 a 19	1940	98,79	1,13	0,02	0,06	100,00
	1950	98,49	1,45	0,02	0,04	100,00
20 a 29	1940	59,82	39,51	0,59	0,08	100,00
	1950	58,24	41,15	0,41	0,20	100,00
30 a 39	1940	21,92	75,63	2,35	0,10	100,00
	1950	19,80	78,30	1,72	0,18	100,00
40 a 49	1940	13,86	80,67	5,37	0,10	100,00
	1950	12,36	83,23	4,24	0,17	100,00
50 a 59	1940	11,24	79,22	9,44	0,10	100,00
	1950	9,50	82,33	7,99	0,18	100,00
60 a 69	1940	10,07	73,63	16,19	0,11	100,00
	1950	8,66	76,77	14,38	0,19	100,00
70 a 79	1940	9,22	64,34	26,33	0,11	100,00
	1950	8,37	66,53	24,86	0,24	100,00
80 e mais	1940	11,44	49,28	39,11	0,17	100,00
	1950	9,35	51,81	38,50	0,34	100,00
*15 e mais**	*1940*	*44,31*	*51,88*	*3,72*	*0,09*	*100,00*
	1950	*42,34*	*54,31*	*3,19*	*0,16*	*100,00*

* Inclusives casos de idade não declarada.

Em todos os grupos de idade discriminados, a proporção dos solteiros é menor em 1950 do que em 1940. Já foi esclarecida a principal causa provável desta diferença.

A proporção dos casados sobe ràpidamente, de 1,45% no grupo de 15 a 19 anos para 41,15% no de 20 a 29 e 78,30% no de 30 a 39 anos. Aumenta, ainda, no grupo de 40 a 49 anos, onde atinge o máximo de 82,33%; depois, prevalecendo os enviuvamentos sôbre os casamentos, desce progressivamente até 51,81% no grupo de 80 anos e mais.

Em todos os grupos de idade a proporção dos casados é maior em 1950 do que em 1940 em conseqüência seja da aumentada freqüência (real ou aparente) dos casamentos, seja da diminuída freqüência dos enviuvamentos.

A proporção dos viúvos sobe ininterruptamente ao subir da idade; ainda baixa no grupo de 40 a 49 anos, onde atinge 4,24%, aumenta ràpidamente nos grupos sucessivos, até o máximo de 38,50% no de 80 anos e mais.

A proporção dos viúvos é menor em 1950 do que em 1940 em todos os grupos de idade, por efeito da diminuição ocorrida na mortalidade.

A classe mais numerosa é a dos solteiros nos grupos de 15 a 19 e de 20 a 29 anos, e a dos casados em todos os seguintes.

* * *

5. No sexo feminino, a queda da proporção das solteiras ao subir da idade é rapidíssima: em 1950, ela desce de 85,02% no grupo de 15 a 19 anos para 38,47% no de 20 a 29 e 18,32% no de 30 a 39. Ainda o grupo de 40 a 49 anos, com a proporção de 14,33%, apresenta nítida diminuição. Mas nos grupos seguintes a proporção das solteiras oscila sem nítida tendência entre 13% e 15%. É possível que o pequeno aumento dessa proporção no grupo

de 80 anos e mais seja, pelo menos em parte, aparente, dependendo da elevada proporção de solteiras entre as pessoas que declaram idades senis superiores à verdade. Em menor medida, isto acontece também no sexo masculino.

Em todos os grupos de idade a proporção das solteiras é menor em 1950 do que em 1940.

Tabela IV

BRASIL

Distribuição proporcional da população feminina de 15 anos e mais, segundo o estado conjugal, por grupos de idade, em 1940 e em 1950

IDADE Anos completos	ANO DO CENSO	SOLTEIRAS	CASADAS, SEPARADAS, DESQUITADAS E DIVORCIADAS	VIÚVAS	DE ESTADO CONJUGAL NÃO DECLARADO	TOTAL
15 a 19	1940	85,64	14,15	0,14	0,07	100,00
	1950	85,02	14,79	0,11	0,08	100,00
20 a 29	1940	39,30	58,91	1,63	0,16	100,00
	1950	38,47	60,11	1,17	0,25	100,00
30 a 49	1940	20,24	73,25	6,31	0,20	100,00
	1950	18,32	76,35	5,06	0,27	100,00
40 a 49	1940	16,16	67,75	15,89	0,20	100,00
	1950	14,33	71,32	14,08	0,27	100,00
50 a 59	1940	14,64	54,66	30,53	0,17	100,00
	1950	12,79	58,59	28,35	0,27	100,00
60 a 69	1940	13,96	36,18	49,68	0,18	100,00
	1950	13,02	39,61	47,06	0,31	100,00
70 a 79	1940	14,34	21,29	64,19	0,18	100,00
	1950	13,46	22,00	64,17	0,37	100,00
80 e mais	1940	17,07	9,79	72,87	0,27	100,00
	1950	15,33	10,37	73,86	0,44	100,00
*15 e mais**	*1940*	*37,18*	*51,92*	*10,74*	*0,16*	*100,00*
	1950	*35,63*	*54,27*	*9,87*	*0,23*	*100,00*

* Inclusive os casos de idade não declarada.

A proporção das casadas aumenta muito ràpidamente, de 14,79% no grupo de 15 a 19 anos para 60,11% no de 20 a 29 e para 76,35% no de 30 a 39 anos, onde atinge seu máximo. Declina, sucessivamente, até atingir 10,37% no grupo de 80 anos e mais.

Em todos os grupos de idade a proporção das casadas é maior em 1950 do que em 1940.

O aumento progressivo da proporção das viúvas ao subir da idade torna-se rápido a partir do grupo de 30 a 39 anos, onde ela ascende a 5,06%, e culmina no valor de 73,86% observado no grupo de 80 anos e mais.

Exceto neste último grupo de idade, a proporção das viúvas é menor em 1950 do que em 1940.

A classe mais numerosa é a das solteiras no grupo de 15 a 19 anos, a das casadas nos sucessivos grupos decenais de 20 a 59 anos, e a das viúvas nos últimos grupos.

* * *

6. No conjuto da população de 15 anos e mais, de cada sexo, de estado conjugal declarado [3], observam-se as seguintes percentagens das diversas classes de estado conjugal.

[3] As percentagens inseridas no texto diferem levemente daquelas das tabelas III e IV justamente porque foram calculadas em relação ao total das pessoas de cada sexo de *estado conjugal declarado*, e não ao total geral, inclusive as pessoas de estado conjugal não declarado.

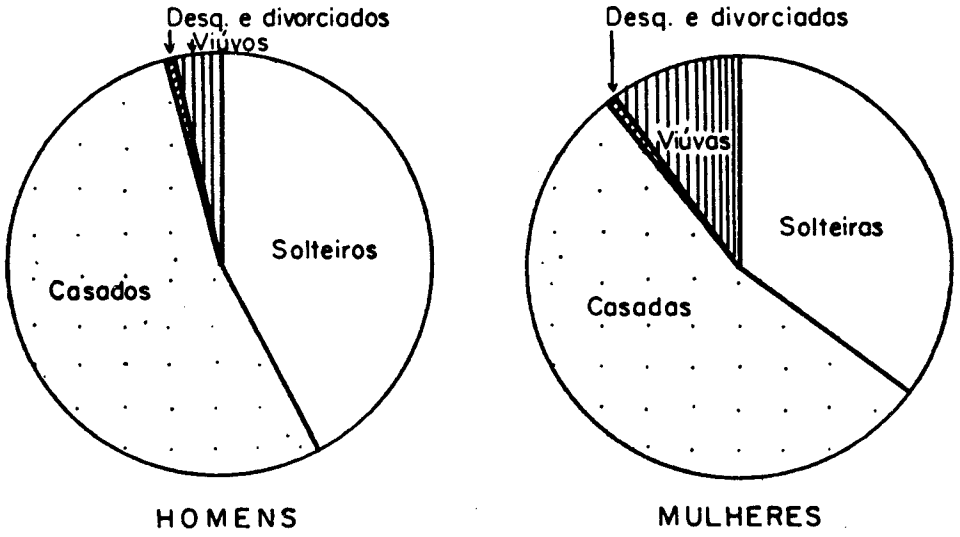


Fig. 17

Composição, segundo o estado conjugal, por sexo, da população do Brasil.

		1940	1950
HOMENS	Solteiros	44,35	42,41
	Casados, etc.	51,93	54,40
	Viúvos	3,72	3,19
MULHERES	Solteiras	37,24	35,71
	Casadas, etc.	52,00	54,40
	Viúvas	10,76	9,89

Em ambos os sexos, mais da metade da população de 15 anos e mais é constituída pelos casados, cuja proporção aumentou sensìvelmente de 1940 a 1950.

A classe dos solteiros, que inclui a grande maioria dos restantes, figura com quota maior na população masculina do que na feminina; sua proporção diminuiu de 1940 a 1950.

A classe dos viúvos aparece com pequena quota entre os homens, com quota maior, próximo de um décimo, entre as mulheres. Diminuiu a proporção desta classe de 1940 a 1950.

VIII

DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DOS ESTRANGEIROS E BRASILEIROS NATURALIZADOS PRESENTES NO BRASIL EM 1950 [1]

SUMÁRIO: 1. Esclarecimentos preliminares. — 2. Estrangeiros e brasileiros naturalizados presentes no Brasil em 1920, 1940 e 1950. — 3. Discriminação por sexo. — 4. Distribuição territorial em 1950. — 5. Comparações com 1940. — 6. Principais grupos estrangeiros em 1950. — 7. Comparações com 1940. — 8. Imigrações no período 1950-1955.

1. No presente estudo serão expostos dados sôbre a distribuição territorial do conjunto dos estrangeiros e brasileiros naturalizados, sem discriminação dos países de nacionalidade ou de naturalidade, presentes no Brasil, segundo o censo de 1950.

É conveniente lembrar que, enquanto o censo de 1920 discriminou os nacionais de países estrangeiros, classificando-os segundo a nacionalidade, o de 1940 os classificou segundo a nacionalidade e segundo a naturalidade e o de 1950 apenas segundo a naturalidade. Êste último critério foi adotado nos três censos para a classificação dos brasileiros naturalizados. Embora nem sempre se tornem possíveis comparações rigorosas entre os resultados apurados dos diversos censos, ficam sempre possíveis comparações suficientemente aproximadas.

* * *

2. O número dos nacionais de países estrangeiros e brasileiros naturalizados no Brasil em 1.º de julho de 1950 ascende a 1 214 184, representando 2,34% da população total do país. Estão incluídos nesse número 128 897 brasileiros naturalizados, isto é, 0,25% da população total.

Em 1.º de setembro de 1940 o número dos nacionais de países estrangeiros e brasileiros naturalizados no Brasil ascendia a 1 406 568, constituindo 3,41% da população total. Estavam incluídos nesse número 122 735 brasileiros naturalizados, isto é, 0,30% da população total.

Em 1.º de setembro de 1920 os nacionais e ex-nacionais de países estrangeiros, presentes no Brasil, em número de 1 565 961, constituíam 5,11% da população total. Estavam incluídos nesse número 52 326 brasileiros naturalizados, isto é, 0,17% da população total.

Verifica-se que o número absoluto dos nacionais e ex-nacionais de países estrangeiros diminuiu de 1 566 000 em 1920 para 1 214 000 em 1950, enquanto a proporção dêsses imigrados na população do país caiu de 5,11% para 2,34%.

* * *

3. Entre os estrangeiros presentes no Brasil em 1950, os homens constituem 54,78% do número total; entre os brasileiros naturalizados, 66,32%; no conjunto dêles, 56,00% (em comparação com 56,40% em 1940 e 58,94%

[1] Estudo redigido pelo Estatístico Analista RÊMULO COELHO.

em 1920). Observa-se que durante os últimos trinta anos se atenuou levemente o desequilíbrio numérico entre os dois sexos [2].

Verifica-se no conjunto dos estrangeiros e brasileiros naturalizados, em 1950, um excedente masculino de 145 740, enquanto entre os brasileiros natos se observa um excedente feminino de 320 377.

* * *

4. A distribuição dos estrangeiros e brasileiros naturalizados em 1950, segundo as Unidades da Federação, consta da tabela I, cujos dados estão resumidos segundo as regiões fisiográficas na tabela *A*. Os correspondentes dados proporcionais a 100 000 estrangeiros e brasileiros naturalizados, e a 100 000 habitantes, constam da tabela II.

Tabela *A*

BRASIL

Distribuição dos estrangeiros e brasileiros naturalizados presentes em 1.º-VII-1950, segundo as regiões fisiográficas

REGIÃO	ESTRANGEIROS	BRASILEIROS NATURALIZADOS	TOTAL
Norte	16 080	1 281	17 361
Nordeste	8 076	1 339	9 415
Leste	267 300	29 570	296 870
Sul	771 725	95 393	867 118
Centro-Oeste	22 106	1 314	23 420
BRASIL	*1 085 287*	*128 897*	*1 214 184*

Mais de sete décimos (71,41%) dos estrangeiros e brasileiros naturalizados presentes no Brasil em 1950 encontram-se na região Sul, concentrando-se especialmente no Estado de São Paulo, no qual se acha mais da metade (57,10%) do respectivo número total. Contingentes notáveis observam-se ainda nos Estados do Rio Grande do Sul (6,44%), do Paraná (6,31%); é menor, mas não desprezível, o de Santa Catarina (1,57%).

Núcleos de certa importância (24,45% do total) encontram-se na região Leste; principalmente no Distrito Federal (17,33%), e secundàriamente nos Estados do Rio de Janeiro (3,16%), Minas Gerais (2,71%), etc.

As demais regiões possuem pequenas frações do número total dos estrangeiros e brasileiros naturalizados: 1,93% o Centro-Oeste (1,63% em Mato Grosso), 1,43% o Norte e 0,78% o Nordeste.

* * *

5. As variações do número e da distribuição territorial dos estrangeiros e brasileiros naturalizados presentes nas diferentes Unidades da Federação, de 1940 a 1950, constam da tabela II.

Houve diminuições em tôdas as regiões: de 1 017 426 para 867 118 no Sul (aumentando, porém, de 66 653 para 76 592 o número dos presentes no Paraná, em conseqüência, em parte, do deslocamento de estrangeiros do Estado de São Paulo para êsse Estado, no intervalo entre 1940 e 1950); de 332 379 para 296 870 no Leste, e de 56 763 para 50 196 no conjunto das outras regiões.

A distribuição proporcional por regiões não teve fortes variações, tendo passado de 72,33% para 71,41% a quota do Sul, de 23,63% para 24,45% a do Leste e de 4,04% para 4,14% a das demais regiões em conjunto.

* * *

[2] Correspondem às percentagens acima expostas as seguintes proporções de homens para 1 000 mulheres: 1 211 entre os estrangeiros, 1 969 entre os brasileiros naturalizados, 1 273 entre os estrangeiros e brasileiros naturalizados em conjunto (em comparação com 1 293 em 1940 e 1 435 em 1920).

6. Em outros estudos do Laboratório de Estatística [3], estão expostos dados sôbre os principais grupos nacionais de estrangeiros e brasileiros naturalizados presentes em 1950. Um resumo dêsses dados encontra-se na tabela *B*.

Tabela *B*

BRASIL

Discriminação dos principais grupos de estrangeiros e brasileiros naturalizados, presentes em 1.º-VII-1950

NATURALIDADE	NÚMEROS ABSOLUTOS	NÚMEROS PROPORCIONAIS
Portuguêses	336 856	27,74
Italianos	242 337	19,96
Espanhóis	131 608	10,84
Japonêses	129 192	10,64
Alemães e austríacos	83 227	6,86
Poloneses	48 806	4,02
Soviéticos e bálticos*	48 669	4,01
Sírios e libaneses	44 718	3,68
Outras naturalidades**	148 771	12,25
TOTAL	*1 214 184*	*100,00*

* Nacionais e ex-nacionais da Estônia, da Letônia e da Lituânia.
** Inclusive os estrangeiros que não declararam o país de naturalidade.

Os portuguêses constituem o grupo mais importante, contribuindo com mais de um quarto para o total dos estrangeiros e brasileiros naturalizados.

Seguem-se, com cêrca de um quinto do total, os italianos.

Os espanhóis e os japonêses contribuem, respectivamente, com mais de um décimo para o total.

Os alemães e austríacos constituem mais de um vigésimo do total.

Os demais grupos importantes de estrangeiros (poloneses, soviéticos, sírios e libaneses), em conjunto, representam pouco mais de um décimo do total.

Entre os 148 771 estrangeiros de "outras naturalidades" especificados na tabela *B* estão incluídos grupos bem numerosos, como consta da discriminação feita na tabela *C*.

Tabela *C*

BRASIL

Discriminação dos principais grupos de estrangeiros e brasileiros naturalizados de "outras naturalidades"

NATURALIDADE	NÚMEROS ABSOLUTOS	PERCENTAGENS DO TOTAL
Romenos	17 352	1,43
Uruguaios	17 023	1,40
Argentinos	15 492	1,28
Paraguaios	14 762	1,21
Iugoslavos	13 216	1,09
Húngaros	10 483	0,86
Demais naturalidades*	60 443	4,98

* Inclusive os estrangeiros que não declararam o país de naturalidade.

* * *

[3] Veja-se o volume N.º 23, desta série, *A distribuição territorial dos estrangeiros no Brasil* (Rio, I.B.G.E., 1958).

7. Os três grandes grupos de latino-europeus, que em conjunto abrangem mais da metade dos estrangeiros e brasileiros naturalizados presentes no Brasil em 1950 (58,54%, em comparação com 61,58% em 1940), apresentam todos menor número de componentes do que em 1940. Entre êles, entretanto, o grupo português apresenta em 1950 quota percentual ligeiramente superior à de 1940.

Nos demais grupos de naturais do exterior houve também diminuição numérica entre os censos de 1940 e 1950. O grupo alemão e austríaco apresenta a maior diminuição (17 566) e o grupo sírio e libanês a menor (9 687).

Como já foi lembrado em estudos anteriores, na data do censo de 1940 a Áustria estava incorporada à Alemanha e o Govêrno do Brasil reconhecera esta incorporação ("Anschluss"). Por isso, na publicação oficial do censo demográfico de 1940, os habitantes que se tinham declarado nacionais da Áustria foram incluídos, na apuração da nacionalidade, entre os alemães, ficando porém discriminados nos estudos do Gabinete Técnico.

Quanto ao grupo dos sírios e libaneses, convém lembrar que no censo de 1940 estavam nêle compreendidos também os naturais da Palestina, Iraque e Arábia (discriminados à parte em 1950), os quais porém constituíam apenas uma pequena fração do total do grupo.

No grupo soviético foram incluídos, na apuração do censo de 1950, os nacionais e ex-nacionais da Estônia, da Letônia e da Lituânia, repúblicas que estão incorporadas na União Soviética. Cumpre, todavia, lembrar que esta incorporação não foi reconhecida pelo Govêrno do Brasil.

* * *

Tabela I

BRASIL

*Estrangeiros e brasileiros naturalizados presentes em 1.º-VII-1950, segundo as Unidades da Federação, por sexo**

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ESTRANGEIROS		BRASILEIROS NATURALIZADOS		TOTAL		
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens e mulheres
Rondônia	1 004	993	55	42	1 059	1 035	2 094
Acre	621	435	64	24	685	459	1 144
Amazonas	2 950	1 847	277	118	3 227	1 965	5 192
Rio Branco	105	75	21	11	126	86	212
Pará	4 834	2 729	532	120	5 366	2 849	8 215
Amapá	327	160	14	3	341	163	504
Maranhão	618	254	102	34	720	288	1 008
Piauí	143	68	33	14	176	82	258
Ceará	656	336	159	55	815	391	1 206
Rio Grande do Norte	250	128	60	15	310	143	453
Paraíba	257	176	59	24	316	200	516
Pernambuco	3 064	1 756	542	189	3 606	1 945	5 551
Alagoas	248	120	42	11	290	131	421
Fernando de Noronha	2	—	—	—	2	—	2
Sergipe	90	59	28	7	118	66	184
Bahia	5 373	2 230	509	112	5 882	2 342	8 224
Minas Gerais	14 486	10 605	5 219	2 586	19 705	13 191	32 896
(Serra dos Aimorés)**	78	56	47	29	125	85	210
Espírito Santo	2 309	2 065	1 385	748	3 694	2 813	6 507
Rio de Janeiro	20 411	13 657	3 345	982	23 756	14 639	38 395
Distrito Federal	111 976	83 905	11 341	3 232	123 317	87 137	210 454
São Paulo	333 188	294 245	41 876	24 012	375 064	318 257	693 321
Paraná	35 669	29 834	6 938	4 151	42 607	33 985	76 592
Santa Catarina	8 617	6 713	2 389	1 348	11 006	8 061	19 067
Rio Grande do Sul	34 522	28 937	9 497	5 182	44 019	34 119	78 138
Mato Grosso	10 892	8 149	499	213	11 391	8 362	19 753
Goiás	1 792	1 273	447	155	2 239	1 428	3 667
BRASIL	*594 482*	*490 805*	*85 480*	*43 417*	*679 962*	*534 222*	*1 214 184*

* Faltam dados sôbre o número dos estrangeiros e brasileiros naturalizados — decerto relativamente desprezível — presentes em algumas zonas, cujos habitantes não puderam ser classificados segundo caracteres individuais em conseqüência do extravio dos documentos de coleta (partes dos Municípios de Parintins, no Amazonas, e de Garça, em São Paulo, em 1940; Município de Nova Era, em Minas Gerais, e partes dos Municípios de Pirangi, em São Paulo, e de Lapa, no Paraná, em 1950).

**Região contestada entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

8. Segundo os dados estatísticos do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, imigraram para o Brasil no período de 1.º de julho de 1950 a 31 de dezembro de 1955, cêrca de 376 000 naturais do exterior. Contribuíram principalmente para essa imigração os grupos português, com 164 000 imigrantes, italiano, com 65 000 e espanhol, com 62 000.

Mesmo levando-se em conta os óbitos e as reimigrações que desfalcaram o contingente dos estrangeiros e brasileiros naturalizados no período considerado, pode-se presumir que o número absoluto dos estrangeiros e brasileiros naturalizados presentes no início de 1956 no Brasil seja superior ao que foi apurado pelo censo de 1950. Entretanto, em virtude do rápido incremento natural da população brasileira, é provável que a proporção atual dos estrangeiros não seja maior do que a verificada em 1950.

Tabela II

BRASIL

*Estrangeiros e brasileiros naturalizados, segundo as Unidades da Federação, em 1940 e em 1950**

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	DADOS ABSOLUTOS		PROPORÇÕES POR 100 000 ESTRANGEIROS E BRASILEIROS NATURALIZADOS PRESENTES NO BRASIL		PROPORÇÕES POR 100 000 HABITANTES	
	1940	1950	1940	1950	1940	1950
Rondônia	—	2 094	—	173	—	5 669
Acre	1 236	1 144	88	94	1 549	997
Amazonas	7 441	5 192	529	428	1 699	1 010
Rio Branco	—	212	—	18	—	1 170
Pará	11 074	8 215	787	677	1 172	731
Amapá	—	504	—	42	—	1 345
Maranhão	1 288	1 008	91	83	104	64
Piauí	285	258	20	21	35	25
Ceará	1 372	1 206	97	99	66	45
Rio Grande do Norte	451	453	32	37	59	47
Paraíba	671	516	48	43	47	30
Pernambuco	6 720	5 551	478	457	250	163
Alagoas	511	421	36	35	54	39
Fernando de Noronha	—	2	—	0	—	344
Sergipe	290	184	21	15	53	29
Bahia	8 007	8 224	569	677	204	170
Minas Gerais	45 546	32 896	3 238	2 709	676	426
Serra(dos Aimorés)**	226	210	16	17	337	131
Espírito Santo	10 943	6 507	778	536	1 459	755
Rio de Janeiro	38 734	38 395	2 754	3 162	2 096	1 671
Distrito Federal	228 633	210 454	16 255	17 333	12 960	8 852
São Paulo	814 102	693 321	57 879	57 102	11 338	7 590
Paraná	66 653	76 592	4 739	6 308	5 391	3 620
Santa Catarina	27 201	19 067	1 934	1 570	2 308	1 222
Rio Grande do Sul	109 470	78 138	7 783	6 435	3 297	1 876
Mato Grosso	23 207	19 753	1 650	1 627	5 369	3 784
Goiás	2 507	3 667	178	302	303	302
BRASIL	*1 406 568*	*1 214 184*	*100 000*	*100 000*	*3 411*	*2 337*

* Veja-se a nota* da tabela I.
** Região contestada entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

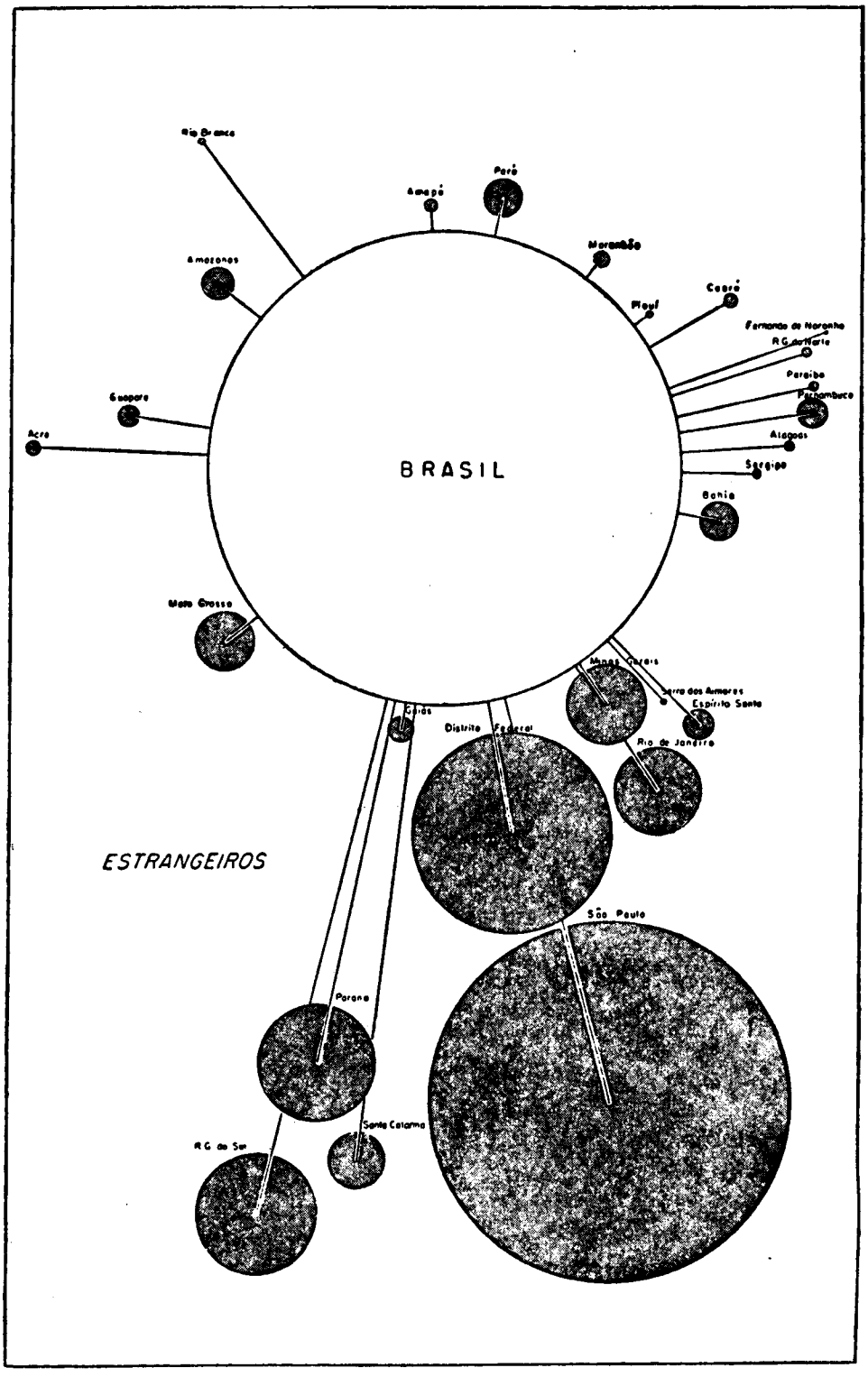


Fig. 18

Distribuição territorial dos naturais do exterior presentes no Brasil em 1.º-VII-1950.

IX

PESSOAS QUE FALAM NO LAR UMA LÍNGUA ESTRANGEIRA, NO BRASIL [1]

SUMÁRIO: 1. Introdução. — 2. Pessoas que falam no lar uma língua estrangeira. Discriminação segundo o sexo. — 3. Discriminação segundo o sexo e a nacionalidade. — 4. Discriminação segundo o sexo, a nacionalidade e a língua falada. — 5. Discriminação segundo grupos de idade e a nacionalidade. — 6. Proporção dos que falam determinada língua estrangeira, segundo grandes grupos de idade. — 7. Fatôres da persistência das línguas estrangeiras entre os imigrados e seus descendentes.

1. No presente estudo resumem-se os resultados gerais da apuração combinada das respostas aos quesitos do censo demográfico de 1950, referentes à língua falada habitualmente no lar, à nacionalidade, ao sexo e à idade.

Essa apuração foi limitada às pessoas de 5 anos e mais que habitualmente *não falavam o português no lar*. Observa-se que, se numa mesma família eram falados habitualmente idiomas diferentes no convívio doméstico, registrou-se, para cada pessoa, o idioma declarado.

Estudos sôbre êste assunto, elaborados com base nos resultados do censo demográfico de 1940, foram amplamente divulgados. Na presente análise serão feitas, para efeito de comparações, algumas referências a dados do censo anterior.

* * *

2. A tabela I encerra dados sôbre as pessoas de 5 anos e mais que falam no lar uma língua estrangeira [2], com discriminação da categoria de nacionalidade e sexo, segundo a língua falada.

Tabela I

BRASIL

Habitantes de 5 anos e mais, que falam no lar uma língua estrangeira ou aborígine, segundo a categoria de nacionalidade, o sexo e a língua falada

LÍNGUA FALADA NO LAR	ESTRANGEIROS		BRASILEIROS NATURALIZADOS		BRASILEIROS NATOS		HABITANTES EM GERAL*		
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens e mulheres
Alemã	23 109	22 310	2 298	1 262	253 017	249 911	278 446	273 505	551 951
Árabe	3 490	3 325	162	95	769	760	4 421	4 180	8 601
Espanhola	15 620	14 757	896	747	6 004	5 875	22 522	21 379	43 901
Guarani ou outra aborígine	2 142	1 607	18	8	22 163	20 269	24 323	21 885	46 208
Italiana	14 181	13 293	2 551	1 848	127 389	126 415	144 127	141 562	285 689
Japonêsa	55 038	46 882	1 774	1 407	48 161	47 726	104 975	96 016	200 991
Polonesa	7 350	7 233	1 166	887	32 560	32 162	41 080	40 282	81 362
Outras línguas	27 718	24 031	1 148	686	14 294	14 691	43 167	39 416	82 583
Sem declaração de língua	345	274	18	11	1 382	1 228	2 401	2 033	4 434
TOTAL	*148 993*	*133 712*	*10 031*	*6 951*	*505 739*	*499 037*	*665 462*	*640 258*	*1 305 720*

* Inclusive os de nacionalidade não declarada.

[1] Estudo redigido pelo Estatístico Analista AUREO PINTO DE FIGUEIREDO.

[2] Entenda-se a expressão "língua estrangeira" no sentido de "língua diversa da portuguêsa", sendo nela incluídos também os casos de pessoas que falam no lar o guarani ou outra língua aborígine.

O total das pessoas que falam no lar língua estrangeira eleva-se a 1 305 720, das quais 665 462 ou 50,97%, pertencem ao sexo masculino e 640 258 ou 49,03%, ao sexo feminino [3].

Em relação à população total, correspondem a êsses números as seguintes proporções por 1 000 habitantes: 25,14 para os dois sexos em conjunto, 25,71 para o sexo masculino e 24,57 para o feminino. Segundo os resultados do censo de 1940, essas proporções foram de 39,40 para os dois sexos, 40,09 para o sexo masculino e 38,71 para o feminino.

* * *

3. Segundo grandes categorias de nacionalidade, as pessoas que falam no lar uma língua estrangeira discriminam-se como consta dos dados seguintes.

NACIONALIDADE	*Pessoas que falam no lar uma língua estrangeira*			
	Número absoluto		Percentagem	
	1940	1950	1940	1950
Estrangeiros	348 182	282 705	21,43	21,65
Brasileiros naturalizados ...	21 133	16 982	1,30	1,30
Brasileiros natos	1 254 603	1 004 776	77,22	76,95
De nacionalidade ignorada ..	771	1 257	0,05	0,10

A quota dos nacionais e ex-nacionais de países estrangeiros (i.e., estrangeiros e brasileiros naturalizados) no total dos que falam no lar uma língua estrangeira é, em ambas as datas, de cêrca de 23%, enquanto a dos brasileiros natos excede a três quartos do total.

Em relação aos totais dos habitantes das diversas categorias de nacionalidade [4], os números acima, dos que falam no lar uma língua estrangeira, correspondem às proporções de:

1940	1950			
271,21	260,49	por	1 000	estrangeiros,
172,18	131,75	"	"	brasileiros naturalizados,
31,50	23,72	"	"	brasileiros natos.

Mais de um quarto da população estrangeira presente no Brasil em 1950, falava no lar uma língua diversa da portuguêsa; bem menor é essa fração entre os brasileiros naturalizados; e mínima entre os brasileiros natos.

Entre os nacionais e ex-nacionais de países estrangeiros a proporção dos que falam no lar uma língua estrangeira é maior no sexo feminino do que no masculino, como consta dos dados da tabela III. A explicação está, ao que parece, no fato da mulher imigrar mais freqüentemente do que o homem em companhia da respectiva família. O imigrante isolado, via de regra, não tendo um lar próprio, assimila-se mais ràpidamente à população do país de imigração, enquanto o que chega com a família mantém no novo lar a língua e os costumes do país de origem.

Entre os naturais do Brasil, a proporção dos que falam no lar uma língua estrangeira não apresenta sensível diferença entre os dois sexos, sendo, entretanto, levemente maior para o sexo masculino.

Em números absolutos, os homens predominam entre os que falam no lar uma língua estrangeira, como se pode verificar pelos dados da tabela I e pelas percentagens abaixo.

---

[3] Não estão incluídos nos dados do texto os casos possìvelmente existentes entre as 31 960 pessoas recenseadas nos Estados de Minas Gerais (10 461), São Paulo (7 588) e Paraná (13 911), cujas declarações não foram apuradas por extravio do material de coleta.

[4] Estrangeiros: 1 076 678 (590 110 homens e 486 568 mulheres); brasileiros naturalizados: 128 897 (85 480 homens e 43 417 mulheres); brasileiros natos: 42 365 000 (20 971 942 homens e 21 393 058 mulheres).

Percentagem, dos dois sexos, entre os que falam no lar língua estrangeira

NACIONALIDADE	HOMENS	MULHERES
Estrangeiros	52,70	47,30
Brasileiros naturalizados	59,07	40,93
Brasileiros natos	50,33	49,67
De tôdas as nacionalidades	50,97	49,03

Considerando-se os nacionais e ex-nacionais de países estrangeiros em conjunto, essas proporções ficam de 53,06% para o sexo masculino e de 46,94% para o feminino.

* * *

4. A tabela II encerra a ditribuição percentual dos habitantes de 5 anos e mais, que falam no lar uma língua estrangeira, em cada categoria de nacionalidade e sexo, segundo a língua falada.

Tabela II

BRASIL

Percentagens dos habitantes de 5 anos e mais, que falam no lar uma língua estrangeira ou aborigine, em cada categoria de nacionalidade e sexo, segundo a língua falada

LÍNGUA FALADA NO LAR	ESTRANGEIROS		BRASILEIROS NATURALIZADOS		BRASILEIROS NATOS		HABITANTES EM GERAL*		
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens e mulheres
Alemã.....	15,51	16,69	22,91	18,15	50,03	50,08	41,84	42,72	42,27
Árabe.....	2,34	2,49	1,62	1,37	0,15	0,15	0,66	0,65	0,66
Espanhola.....	10,48	11,04	8,93	10,75	1,19	1,18	3,38	3,34	3,36
Guarani ou outra aborígine.....	1,44	1,20	0,18	0,11	4,38	4,06	3,66	3,42	3,54
Italiana.....	9,52	9,94	25,43	26,59	25,19	25,33	21,66	22,11	21,88
Japonêsa.....	36,94	35,06	17,69	20,24	9,52	9,56	15,78	15,00	15,39
Polonesa.....	4,93	5,41	11,62	12,76	6,44	6,45	6,17	6,29	6,23
Outras línguas.....	18,61	17,97	11,44	9,87	2,83	2,94	6,49	6,15	6,33
Sem declaração de língua.....	0,23	0,20	0,18	0,16	0,27	0,25	0,36	0,32	0,34
TOTAL.....	*100,00*	*100,00*	*100,00*	*100,00*	*100.00*	*100,00*	*100,00*	*100,00*	*100,00*

* Inclusive os de nacionalidade não declarada.

A leitura conjugada desta tabela com a anterior, revela que, dos 282 705 estrangeiros (148 993 homens e 133 712 mulheres) que falam no lar uma língua estrangeira, 101 920 ou 36,05% falam o idioma japonês (55 038 homens e 46 882 mulheres); 45 419 ou 16,07%, falam a língua alemã (23 109 homens e 22 310 mulheres); e 30 377 ou 10,75%, a língua espanhola (15 620 homens e 14 757 mulheres). Entre os 16 982 brasileiros naturalizados, 4 399 ou 25,90% (2 551 homens e 1 848 mulheres), falam o italiano; 3 560 ou 20,96% (2 298 homens e 1 262 mulheres), falam a língua alemã; e 3 181 ou 18,73% (1 774 homens e 1 407 mulheres), falam o idioma japonês. Entre os brasileiros natos, em geral filhos de pais naturais de países estrangeiros, a língua mais falada é a alemã, que compreende a metade dos que falam no lar língua diferente da portuguêsa; seguem-se a italiana com aproximadamente um quarto do total, a japonêsa com pouco menos de um décimo, e, mais distantes, a polonesa (6,44%), a guarani (4,22%), etc. No total das pessoas que falam no lar uma língua estrangeira, a percentagem das que falam o alemão é de 42,27%, o italiano de 21,88%, o japonês 15,39% e o polonês 6,23%.

Da tabela III constam as proporções das pessoas que falam no lar uma língua estrangeira, calculadas separadamente para cada sexo e com discriminação da língua falada, em cada grande categoria de nacionalidade e no conjunto da população do Brasil.

Entre os estrangeiros, a língua mais falada é a japonêsa; seguem-se a alemã, a espanhola e a italiana.

Tabela III

BRASIL

Proporções das pessoas de 5anos e mais, de cada sexo, que falam no lar uma língua estrangeira, em cada categoria de nacionalidade e no conjunto da população, segundo a língua falada

LÍNGUA FALADA NO LAR	PROPORÇÃO DAS PESSOAS QUE FALAM NO LAR A LÍNGUA ESPECIFICADA, POR 1 000 DE CADA SEXO								
	ESTRANGEIROS		BRASILEIROS NATURALIZADOS		BRASILEIROS NATOS		HABITANTES EM GERAL*		
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens e mulheres
Alemã	39,16	45,85	26,89	29,07	12,06	11,68	12,86	12,47	12,67
Árabe	5,91	6,84	1,90	2,19	0,04	0,04	0,20	0,19	0,20
Espanhol	26,47	30,33	10,48	17,21	0,29	0,27	1,04	0,97	1,01
Guarani ou outra aborígine	3,63	3,30	0,21	0,18	1,06	0,95	1,12	1,00	1,06
Italiana	24,03	27,32	29,84	42,56	6,07	5,91	6,66	6,46	6,56
Japonêsa	93,27	96,35	20,75	32,41	2,30	2,23	4,85	4,38	4,61
Polonesa	12,46	14,87	13,64	20,43	1,55	1,50	1,90	1,84	1,87
Outras línguas	46,97	49,39	13,43	15,80	0,68	0,69	2,00	1,80	1,89
Sem declaração de língua	0,58	0,56	0,21	0,25	0,07	0,06	0,11	0,09	0,10
TOTAL	*252,48*	*274,81*	*117,35*	*160,10*	*24,12*	*23,33*	*30,74*	*29,20*	*29,97*

* Inclusive os de nacionalidade não declarada.

Entre os brasileiros naturalizados, a língua estrangeira mais falada é a italiana, a que se seguem a alemã, a japonêsa, a polonesa e a espanhola.

Entre os brasileiros natos, dois grupos se destacam amplamente, o das pessoas que falam no lar a língua alemã e o das que falam o italiano, sendo, o primeiro, cêrca de duas vêzes mais numeroso que o segundo. É muito menor a importância dos demais grupos, entre os quais se destaca o das que falam o japonês.

Como é óbvio, a diferente gradação nas três grandes categorias de nacionalidade depende não só da antiguidade das diversas correntes migratórias, como também da diferente rapidez de assimilação lingüística dos imigrados na população brasileira, além de outras circunstâncias de menor relêvo.

Em relação às línguas alemã e italiana — ambas de início de imigração muito antigo, tendo, portanto, já desaparecido grande parte dos primitivos imigrados dessas línguas —, nota-se maior tendência para a conservação da primeira do que da segunda, apesar da maior importância numérica da imigração italiana, tendência essa evidenciada não só pela menor proporção dos estrangeiros dessa nacionalidade que guardam a língua materna, mas principalmente pela menor proporção de brasileiros natos — descendentes de italianos — que continuam falando a língua de seus ancestrais no lar.

No caso da língua espanhola, pela sua grande analogia com o português, a resistência é sensìvelmente menor, tornando-se reduzido o número de brasileiros natos que falam no lar essa língua, ao contrário do que se verifica para as línguas alemã e italiana.

A língua japonêsa, que também se inclui entre as de elevada tendência para a conservação, é de imigração relativamente recente, contando, portanto, com menor número de nascidos no Brasil entre os que a falam. Pode-se admitir,

entretanto, que, dentro em breve, o número de brasileiros natos que falam o japonês no lar se tornará superior ao de estrangeiros, visto que, em 1940, os primeiros representavam menos de seis décimos dos segundos e já em 1950 essa quota elevou-se a mais de nove décimos, conforme se pode calcular pelos dados abaixo.

Pessoas que falam no lar língua estrangeira

LÍNGUA FALADA	Estrangeiros e brasileiros naturalizados		Brasileiros natos	
	1940	1950	1940	1950
Alemã	64 252	48 979	580 114	502 928
Espanhola	46 168	32 020	28 072	11 879
Italiana	52 865	31 873	405 084	253 804
Japonêsa	121 982	105 101	70 476	95 887

Entre os que falam língua aborígine, o número de brasileiros natos é muito maior do que o de estrangeiros, sendo essa língua, como já foi advertido, falada por naturais do Brasil e de países confinantes: Paraguai, Bolívia, etc.

* * *

5. A distribuição das pessoas de 5 anos e mais, que falam no lar uma língua estrangeira, segundo grupos de idade, consta das tabelas IV e VI. A primeira, que encerra a discriminação segundo as grandes categorias de nacionalidade e sexo, põe em relêvo, de um lado, a forte concentração dos estrangeiros e brasileiros naturalizados nas idades adultas em geral, e de outro a maior freqüência dos brasileiros natos nas idades infantis e juvenis.

Na tabela V foram calculadas as percentagens dos diversos grupos de idade em cada sexo e categoria de nacionalidade. Cumpre advertir que os dados para os brasileiros naturalizados, por fôrça do limite mínimo estabelecido na legislação que rege a aquisição da nacionalidade brasileira, se referem a pessoas de 18 anos e mais.

As quotas máximas se verificaram, para os estrangeiros, no grupo de 40 a 49 (20,50% dos homens e 19,02% das mulheres), para os brasileiros naturalizados, no de 60 a 69 anos (24,49% dos homens e 23,18% das mulheres), e para os brasileiros natos, no decênio de 5 a 14 anos (35,84% dos homens e 35,09% das mulheres).

Tabela IV

BRASIL

Habitantes de 5 anos e mais que falam no lar uma língua estrangeira ou aborígine, segundo a categoria de nacionalidade, o sexo e grupos de idade

GRUPOS DE IDADE	ESTRANGEIROS		BRASILEIROS NATURALIZADOS		BRASILEIROS NATOS		HABITANTES EM GERAL*		
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens e mulheres
5 a 9.....	2 693	2 648	—	—	95 962	92 166	98 659	94 820	193 479
10 a 14.....	2 717	2 468	—	—	85 313	82 951	88 040	85 427	173 467
15 a 19.....	5 632	5 088	77	78	70 439	71 047	76 156	76 218	152 374
20 a 24.....	10 874	9 348	295	276	57 164	55 540	68 344	65 170	133 514
25 a 29.....	14 816	12 258	444	390	42 864	42 414	58 127	55 062	113 189
30 a 39.....	28 652	22 959	1 000	794	62 633	61 862	92 296	85 632	177 928
40 a 49.....	30 542	25 438	1 819	1 157	41 665	41 918	74 039	68 526	142 567
50 a 59.....	24 504	22 258	2 047	1 358	27 949	28 563	54 507	52 184	106 691
60 a 69.....	17 159	17 388	2 457	1 611	14 667	14 754	34 288	33 759	68 047
70 a 79.....	8 318	9 758	1 484	945	4 781	5 238	14 585	15 947	30 532
80 e mais.....	2 685	3 805	388	321	964	1 264	4 037	5 386	9 425
Ignorada.....	403	304	20	21	1 338	1 320	2 384	2 123	4 507
TOTAL.....	*148 993*	*133 712*	*10 031*	*6 951*	*505 739*	*499 037*	*665 462*	*640 258*	*1 305 720*

*Inclusive os de nacionalidade não declarada.

Tabela V

BRASIL

Percentagens dos habitantes de 5 anos e mais, que falam no lar uma língua estrangeira ou aborígine, em cada categoria de nacionalidade e sexo, segundo grupos de idade

GRUPOS DE IDADE	ESTRANGEIROS		BRASILEIROS NATURALISADOS		BRASILEIROS NATOS		HABITANTES EM GERAL*		
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens e mulheres
5 a 9	1,81	1,98	—	—	18,97	18,47	14,83	14,81	14,82
10 a 14	1,82	1,85	—	—	16,87	16,62	13,23	13,34	13,28
15 a 19	3,78	3,81	0,77	1,12	13,93	14,24	11,44	11,91	11,67
20 a 24	7,30	6,99	2,94	3,97	11,30	11,13	10,27	10,18	10,22
25 a 29	9,95	9,17	4,43	5,61	8,48	8,50	8,73	8,60	8,67
30 a 39	19,23	17,17	9,97	11,42	12,38	12,40	13,87	13,38	13,63
40 a 49	20,50	19,02	18,13	16,64	8,24	8,40	11,13	10,70	10,92
50 a 59	16,45	16,44	20,41	19,54	5,53	5,72	8,19	8,15	8,17
60 a 69	11,52	13,00	24,49	23,18	2,90	2,96	5,15	5,27	5,21
70 a 79	5,58	7,30	14,79	13,60	0,95	1,05	2,19	2,49	2,34
80 e mais	1,79	2,84	3,87	4,62	0,19	0,25	0,61	0,84	0,72
Ignorada	0,27	0,23	0,20	0,30	0,26	0,26	0,36	0,33	0,35
TOTAL	*100,00*	*100,00*	*100,00*	*100,00*	*100,00*	*100,00*	*100,00*	*100,00*	*100,00*

*Inclusive os de nacionalidade não declarada.

* * *

6. Na tabela VI foram expostas, para cada uma das principais línguas estrangeiras faladas no lar, as percentagens das pessoas que as falam, com discriminação do sexo, segundo grandes grupos de idade.

A variação dessas percentagens depende de causas especiais, em cada grupo de nacionalidade. Assim, a forte discrepância entre a pequena quota dos que falam o árabe no grupo de 5 a 14 anos, e a quota muito maior dos que o falam nas idades mais avançadas pode ser atribuída ao fato de ser antiga e de renovação insignificante a imigração dos dessa língua, cujos descendentes — brasileiros natos — apresentam-se quase completamente assimilados do ponto de vista lingüístico, como se pode ver na tabela III.

O aproximado equilíbrio entre as quotas dos grupos até 59 anos, para os de língua japonêsa e alemã, depende, de um lado, da mais forte resistência do imigrado à assimilação lingüística, conservando-se a língua nas gerações de brasileiros natos (com elevação da quota do grupo 5 a 14 anos), e de outro, da maior freqüência de estrangeiros nas idades adultas e maduras, de que resulta a alta quota do grupo de 30 a 59 anos.

Tabela VI

BRASIL

Percentagens dos habitantes de 5 anos e mais, que falam no lar determinada língua estrangeira ou aborígine, em cada sexo, segundo grandes grupos de idade*

LÍNGUA FALADA NO LAR	5 A 14 ANOS		15 A 29 ANOS		30 A 59 ANOS		60 ANOS E MAIS		TOTAL	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Alemã	28,01	27,57	30,69	31,00	33,57	33,33	7,73	8,10	100,00	100,00
Arabe	7,03	6,80	21,70	18,12	47,71	48,87	23,56	26,21	100,00	100,00
Espanhola	13,92	14,10	26,19	21,43	38,82	37,45	21,07	27,02	100,00	100,00
Guarani ou outra aborígine	31,91	31,08	32,07	36,28	30,68	28,29	5,34	4,35	100,00	100,00
Italiana	31,61	31,35	33,04	32,13	27,54	27,64	7,81	8,88	100,00	100,00
Japonêsa	30,98	32,64	28,84	30,93	34,38	31,63	5,80	4,80	100,00	100,00
Polonesa	30,09	29,80	31,80	32,72	31,66	30,22	6,45	7,26	100,00	100,00
Outras línguas	16,59	18,11	26,81	25,56	46,68	43,74	9,92	12,59	100,00	100,00
Sem declaração de língua	19,54	19,41	29,06	29,42	41,55	37,62	9,85	13,55	100,00	100,00
TOTAL	*28,16*	*28,25*	*30,56*	*30,78*	*33,30*	*32,34*	*7,98*	*8,63*	*100,00*	*100,00*

*Que declararam a idade.

A distribuição dos que falam a língua italiana, com elevadas quotas nas idades juvenis e adultas, também revela a conservação do idioma nas gerações de brasileiros natos, que se verifica, entretanto, como já se viu anteriormente, com menor intensidade em comparação com os de língua japonêsa e alemã.

Entre os de língua espanhola, a baixa quota nas idades mais jovens se deve à fácil assimilação lingüística dos filhos de imigrados, enquanto as mais elevadas quotas nas idades adultas e senis são determinadas por estrangeiros que conservam no lar a língua materna.

* * *

7. São vários os fatôres que, de maneira as mais diversas, contribuem para a maior ou menor persistência da língua estrangeira falada no lar pelos imigrados e seus descendentes.

A forma de distribuição, no território nacional, dos estrangeiros de uma determinada origem, pode favorecer ou dificultar a conservação da respectiva língua falada, conforme o grau de concentração dos imigrados na população local; uma grande concentração, com estabelecimento, por assim dizer, de verdadeiro "quisto" nacional, forma um clima mais propício para a continuação dos usos e costumes do país de origem; numa fraca concentração, a influência do comportamento da população se processa mais intensamente, destruindo, de maneira progressiva, a resistência dos hábitos culturais e lingüísticos do alienígina.

O próprio nível cultural do imigrado tem sua importância na determinação do grau de persistência da língua por êle falada; o maior desenvolvimento da cultura do elemento estrangeiro implica na manutenção do padrão de conhecimento que adquiriu.

As similitudes etimológicas e fonéticas das línguas, determinam, òbviamente, uma mais rápida assimilação, enquanto uma profunda diversidade entre elas acarreta maior dificuldade na adoção, por parte do imigrado, da nova língua.

Ao lado dêsses fatôres que parecem mais relevantes, devem ainda ser citadas as influências das afinidades religiosas, de ideais, etc., que, direta ou indiretamente, determinam uma maior ou menor assimilação da língua. Finalmente, deve-se notar que as condições de organização e instrução do país de imigração podem facilitar a introdução do uso da língua nacional entre os seus novos habitantes.

X

A POPULAÇÃO ECONÔMICAMENTE ATIVA, SEGUNDO O CENSO DEMOGRÁFICO DE 1950 [1]

SUMÁRIO: 1. Definição da população econômicamente ativa. — 2. Cálculo da população econômicamente ativa, discriminada por grandes categorias. — 3. Considerações finais.

1. Exerce atividade econômica tôda pessoa que pelo seu trabalho contribui para satisfazer necessidades individuais ou sociais.

Nesse sentido, que concorda com os ensinamentos da economia política e do senso comum, devem ser incluídos na população econômicamente ativa não sòmente os trabalhadores remunerados em moeda ou *in natura* e os não remunerados, que contribuem para a produção de bens e serviços em atividades extra-domésticas, mas também os trabalhadores, remunerados ou não remunerados, que exercem suas atividades produtoras no lar e para o lar. Devem, ainda, ser incluídos na população econômicamente ativa os que se estão preparando, pelo estudo ou pela aprendizagem, para exercer mais tarde as atividades acima especificadas [2].

Convém, entretanto, discriminar na população econômicamente ativa as duas categorias dos que exercem atividades de caráter preparatório, como as escolares e as de aprendizagem, e dos que exercem atividades de caráter realizador. Estas últimas poderão ser subdivididas nas duas subcategorias das atividades exercidas no lar e para o lar ("atividades domésticas") e das demais atividades ("atividades extra-domésticas").

Será exposta no presente estudo a distribuição da população brasileira segundo a atividade econômica, determinada conforme os critérios especificados acima, com base nos dados do censo demográfico de 1950.

* * *

2. A apuração da ocupação foi limitada, nesse censo, à população em idades de 10 anos e mais. Merece ser aprovada, por razões práticas, essa limitação, deve-se, todavia, reconhecer que ela subtrai ao levantamento das atividades uma parte da população infantil, que de fato participa não sòmente das atividades preparatórias (escolares), mas também das realizadoras, especialmente no ramo agropecuário. Talvez pareça por si mesmo desprezível o trabalho da criança que conduz poucas ovelhas ao pasto, mas multiplicadas por centenas de milhares de crianças e por dezenas de dias no ano, essas pequenas contribuições para atividades econômicas dão um total não desprezível.

---

[1] Estudo redigido pelo Prof. GIORGIO MORTARA.

[2] Veja-se a *Nota sôbre a definição da população econômicamente ativa*, do mesmo autor, apresentada à Conferência Mundial da População (Roma, setembro de 1954).

Limitando, inicialmente, o exame à população de idade de 10 anos e mais, obtém-se a classificação [3] constante da tabela I.

Tabela I

BRASIL

População de 10 anos e mais, segundo a atividade, por sexo*

(1.º-VII-1950)

ATIVIDADES	HOMENS		MULHERES	
	Número	%	Número	%
Atividades extra-domésticas.....	14 450 688	80,13	1 834 156	9,97
Atividades domésticas e escolares....	1 661 146	9,21	15 493 642	84,17
Inativos, etc.....	1 922 564	10,66	1 079 162	5,86
TOTAL.....	*18 034 398*	*100,00*	*18 406 960*	*100,00*

* Exclusive os habitantes de idade ignorada.

Vê-se que 89,34% dos homens e 94,14% das mulheres de 10 anos e mais devem ser considerados como econômicamente ativos.

Se essa qualificação fôsse limitada aos que exercem atividades extra-domésticas — como costuma ser limitada, com êrro evidente —, a proporção dos econômicamente ativos ficaria reduzida a 80,13% para os homens e a apenas 9,97% para as mulheres. Se fôssem considerados econômicamente ativos também os ocupados em atividades domésticas remuneradas, essas proporções ficariam aumentadas, respectivamente, para 80,58% e 13,54%. Êsses critérios de classificação disfarçam o papel essencial que a mulher representa na vida econômica do país, papel bem evidenciado pelo critério adotado no presente estudo.

Conforme êste último critério, os inativos constituem apenas 10,66% dos homens e 5,86% das mulheres de 10 anos e mais. A maior parte dêles são crianças ou velhos [4]. A menor proporção de inativos no sexo feminino é devida à circunstância de que muitas das meninas e das velhas que não têm nenhuma ocupação escolar ou extra-doméstica contribuem para os trabalhos do lar.

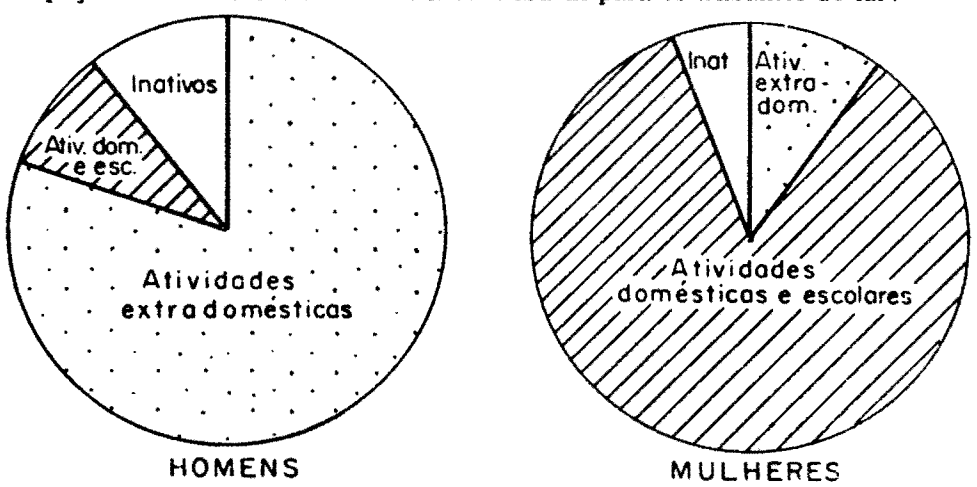


Fig. 19

Distribuição da população 10 anos e mais, segunlo grandes classes de atividade, por sexo.

[3] Supôs-se que a proporção dos ocupados em atividades domésticas remuneradas, na população de 10 anos e mais, fôsse a mesma verificada em 1940 (0,45% para o sexo masculino e 3,57% para o feminino).

[4] Entre os inativos constantes da tabela I, a proporção dos em idades de 10 a 14 anos ou de 60 anos e mais é de 73,47% para o sexo masculino e de 56,14% para o sexo feminino.

Sendo, no Brasil, muito elevadas a natalidade e a mortalidade, e alta a taxa de crescimento da população, é excepcionalmente alta neste país a proporção do grupo de idade de 0 a 9 anos, que figura na sua totalidade como econômicamente inativo. Êste grupo abrange quase três décimos da população total [5].

Em conseqüência, quando se calculam as proporções dos habitantes econômicamente ativos em relação à população total, obtêm-se valores relativamente baixos, em comparação com os verificados em países com quotas muito menores de população infantil.

Pondo em relação os dados da tabela I com os correspondentes dados da população total de cada sexo [6], obtêm-se as proporções constantes da tabela II.

Tabela II

BRASIL

*Proporções entre a população de 10 anos e mais, discriminada segundo as atividades, e a população total de cada sexo**

ATIVIDADES	PROPORÇÃO POR 100	
	Homens	Mulheres
Atividades extra-domésticas	55,95	7,06
Atividades domésticas e escolares	6,43	59,60
Inativos, etc	7,44	4,15
TOTAL	*69,82*	*70,81*

* Exclusive os habitantes de idade ignorada.

Se fôssem consideradas como atividades econômicas apenas as extra-domésticas, a proporção dos econômicamente ativos na população total de ambos os sexos ficaria apenas de 31,42%, enquanto acrescentando-se as atividades domésticas e escolares (33,10%) a proporção dos econômicamente ativos sobe para 64,52%. Note-se que ainda esta proporção fica inferior à realidade, não incluindo as crianças menores de 10 anos que freqüentam a escola ou prestam auxílio aos trabalhos dos adultos, como foi salientado acima.

* * *

3. A confusão entre as atividades extra-domésticas ou as atividades *profissionais*, que não incluem os serviços produtores gratuitos prestados no lar e para o lar, e as atividades *econômicas*, que os incluem, deu lugar à errada opinião de que um têrço da população do Brasil tem sôbre seus ombros a responsabilidade do sustento dos dois têrços restantes.

De fato, as atividades domésticas não remuneradas são igualmente essenciais para "o sustento" da população como as extra-domésticas e as domésticas remuneradas. E, considerando-se as necessidades sociais de longo prazo, também as atividades de estudo e aprendizagem são igualmente essenciais, pois que se elas cessassem o país cairia gradativamente no caos.

As verdadeiras proporções dos econômicamente ativos e dos inativos, na população de 10 anos e mais, de acôrdo com o censo demográfico de 1950, são as constantes da tabela I, isto é, respectivamente, 89,34% e 10,66% para os homens e 94,14% e 5,86% para as mulheres. E, como foi salientado, a maioria dos inativos são crianças ou velhos.

[5] Mais precisamente, 29,74%, em 1950. Dados comparativos para outros países na mesma época (censos de 1950 ou de 1951): Turquia 26,83%, India 26,80%, Japão 24,94%, Itália 22.00%, Estados Unidos 19,62%, Reino Unido 15,75%, França 15,17%, República Federal Alemã 14,52%.

[6] Total, de idade conhecida, homens 25 831 124 e mulheres 25 996 641.

XI

A DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DO BRASIL POR GRANDES CATEGORIAS DE ATIVIDADE, SEGUNDO O SEXO E A IDADE [1]

SUMÁRIO: 1. Objetivo do estudo. — 2. A população masculina de 10 anos e mais segundo a atividade. — 3. A população feminina de 10 anos e mais segundo a atividade. — 4. Recapitulação.

1. A distribuição da população de 10 anos e mais segundo o sexo e a categoria de atividade foi objeto de pesquisa em estudo anterior [2]. No presente estudo, aprofunda-se a análise, discriminando-se também a idade.

Nas tabelas I (homens) e II (mulheres) os habitantes de idade conhecida, de 10 anos e mais, estão classificados segundo grupos de idade e grandes categorias de atividade, de acôrdo com os censos de 1940 e de 1950.

Das tabelas III (homens) e IV (mulheres) constam as proporções dos ocupados nas diferentes categorias de atividade em cada grupo de idade, conforme os dados absolutos das tabelas I e II.

As categorias discriminadas são as seguintes:

1.ª Atividades na agricultura, pecuária e silvicultura;
2.ª Outras atividades extra-domésticas;
3.ª Atividades domésticas e escolares;
4ª Inativos [3].

Cumpre advertir que os ocupados em atividades domésticas remuneradas (0,45% da população masculina e 3,57% da população feminina de 10 anos e mais, em 1940) foram incluídos na 3.ª categoria em 1940, mas na 2.ª em 1950. No conjunto, é possível tornar comparáveis os dados dos dois censos deslocando essa classe de uma categoria para a outra, mas, não tendo sido discriminados seus componentes por grupos de idade, não é possível efetuar a mesma operação para cada um dêsses grupos. Deverá ser lembrada, na interpretação e na análise, essa causa de comparabilidade imperfeita entre os dados dos dois censos.

* * *

[1] Estudo redigido pelo Prof. GIORGIO MORTARA.
[2] Veja-se a seção D, capítulo X dêste volume.
[3] Inclusive atividades mal definidas, etc.

Tabela I

BRASIL

Distribuição dos habitantes segundo a atividade, em cada grupo de idade, por sexo

I. HOMENS

1. Censo demográfico de 1940

IDADE Anos completos	OCUPADOS EM ATIVIDADES			INATIVOS	TOTAL
	Agrícolas, etc.	Diversas	Domésticas e escolares		
10 a 14	833 324*	89 892*	893 107*	865 931*	2 682 254
15 a 19	1 374 257*	431 837*	177 831*	173 705*	2 157 630
20 a 29	2 168 340	1 129 761	64 444	122 608	3 485 153
30 a 39	1 488 032	897 084	19 662	61 721	2 466 499
40 a 49	1 134 843	591 804	12 104	50 831	1 789 582
50 a 59	686 033	307 314	7 935	52 171	1 053 453
60 a 69	347 289	112 843	4 697	59 826	524 655
70 e mais	147 282	31 161	2 504	79 769	260 716
*10 e mais***	*8 179 400*	*3 591 696*	*1 182 284*	*1 466 562*	*14 419 942*

2. Censo demográfico de 1950

IDADE Anos completos	OCUPADOS EM ATIVIDADES			INATIVOS	TOTAL
	Agrícolas, etc.	Diversas***	Domésticas e escolares		
10 a 14	848 115	132 059	1 207 855	976 675	3 164 704
15 a 19	1 468 429	658 233	285 490	232 379	2 644 531
20 a 29	2 446 948	1 726 896	70 051	170 877	4 414 772
30 a 39	1 736 661	1 310 827	5 516	92 711	3 145 715
40 a 49	1 270 504	887 279	3 667	84 657	2 246 107
50 a 59	792 517	467 076	3 161	97 826	1 360 580
60 a 69	417 574	182 789	2 538	125 901	728 802
70 e mais	147 670	38 266	1 713	141 538	329 187
*10 e mais***	*9 128 418*	*5 403 425*	*1 579 991*	*1 922 564*	*18 034 398*

* Estimativas, constando do censo de 1940 sòmente a distribuição no grupo de 10 a 19 anos.
** Exclusive os habitantes de idade ignorada.
*** Inclusive as atividades domésticas remuneradas.

Tabela II

BRASIL

Distribuição dos habitantes segundo a atividade, em cada grupo de idade, por sexo

II. MULHERES

1. Censo demográfico de 1940

IDADE Anos completos	OCUPADAS EM ATIVIDADES			INATIVAS	TOTAL
	Agrícolas, etc.	Diversas	Domésticas e escolares		
10 a 14	264 146*	60 372*	1 398 767*	922 541*	2 645 826*
15 a 19	450 394*	228 814*	1 401 203*	205 882*	2 286 293
20 a 29	270 812	322 208	2 918 337	173 215	3 684 572
30 a 39	99 525	160 177	2 118 032	57 449	2 435 183
40 a 49	79 304	100 388	1 431 830	40 623	1 652 145
50 a 59	57 269	55 817	831 081	47 287	991 454
60 a 69	33 255	28 022	420 086	70 121	551 484
70 e mais	15 055	11 980	194 256	117 388	338 679
*10 e mais***	*1 269 760*	*967 778*	*10 713 592*	*1 634 506*	*14 585 636*

2. Censo demográfico de 1950

IDADE Anos completos	OCUPADAS EM ATIVIDADES			INATIVAS	TOTAL
	Agrícolas, etc.	Diversas***	Domésticas e escolares		
10 a 14	149 025	120 193	2 279 245	595 400	3 143 863
15 a 19	236 819	430 927	2 088 341	101 697	2 857 784
20 a 29	162 094	613 092	3 854 002	79 450	4 708 638
30 a 39	64 441	292 933	2 746 680	36 283	3 140 337
40 a 49	52 853	172 392	1 864 113	29 894	2 119 252
50 a 59	37 375	84 109	1 128 605	39 645	1 289 734
60 a 69	20 405	35 262	601 482	65 517	722 666
70 e mais	8 038	11 326	274 046	131 276	424 686
*10 e mais***	*731 050*	*1 760 234*	*14 836 514*	*1 079 162*	*18 406 960*

* Estimativas, constando do censo de 1940 sòmente a distribuição no grupo do 10 a 19 anos.
** Exclusive os habitantes de idade ignorada.
*** Inclusive as atividades domésticas remuneradas

Tabela III

BRASIL

Distribuição proporcional dos habitantes segundo a atividade, em cada grupo de idade, por sexo

I. HOMENS

1. Censo demográfico de 1940

IDADE Anos completos	OCUPADOS EM ATIVIDADES			INATIVOS	TOTAL
	Agrícolas, etc.	Diversas	Domésticas e escolares		
10 a 14	31,07*	3,35*	33,30*	32,28*	100,00
15 a 19	63,69*	20,02*	8,24*	8,05*	100,00
20 a 29	62,21	32,42	1,85	3,52	100,00
30 a 39	60,33	36,37	0,80	2,50	100,00
40 a 49	63,41	33,07	0,68	2,84	100,00
50 a 59	65,12	29,17	0,76	4,95	100,00
60 a 69	66,19	21,51	0,90	11,40	100,00
70 e mais	56,49	11,95	0,96	30,60	100,00
*10 e mais***	*56,72*	*24,91*	*8,20*	*10,17*	*100,00*

2. Censo demográfico de 1950

IDADE Anos completos	OCUPADOS EM ATIVIDADES			INATIVOS	TOTAL
	Agrícolas, etc.	Diversas***	Domésticas e escolares		
10 a 14	26,80	4,17	38,17	30,86	100,00
15 a 19	55,53	24,89	10,79	8,79	100,00
20 a 29	55,43	39,11	1,59	3,87	100,00
30 a 39	55,21	41,67	0,17	2,95	100,00
40 a 49	56,57	39,50	0,16	3,77	100,00
50 a 59	58,25	34,33	0,23	7,19	100,00
60 a 69	57,30	25,08	0,35	17,27	100,00
70 e mais	44,86	11,62	0,52	43,00	100,00
*10 e mais***	*50,62*	*29,96*	*8,76*	*10,66*	*100,00*

* Estimativas, constando do censo de 1940 sómente a distribuição no grupo de 10 a 19 anos.
** Exclusive os habitantes de idade ignorada.
*** Inclusive as atividades domésticas remuneradas.

Tabela IV

BRASIL

Distribuição proporcional dos habitantes segundo a atividade, em cada grupo de idade, por sexo

II. MULHERES

1. Censo demográfico de 1940

IDADE Anos completos	OCUPADAS EM ATIVIDADES			INATIVAS	TOTAL
	Agrícolas, etc.	Diversas	Domésticas e escolares		
10 a 14	9.98*	2,28*	52,87*	34,87*	100,00
15 a 19	19,70*	10,01*	61,29*	9,00*	100,00
20 a 29	7,35	8,75	79,20	4,70	100,00
30 a 39	4,09	6,58	86,97	2,36	100,00
40 a 49	4,80	6,08	86,66	2,46	100,00
50 a 59	5,78	5,63	83,82	4,77	100,00
60 a 69	6,03	5,08	76,17	12,72	100,00
70 e mais	4,44	3,54	57,36	34,66	100,00
*10 e mais***	*8,70*	*6,64*	*73,45*	*11,21*	*100,00*

2. Censo demográfico de 1950

IDADE Anos completos	OCUPADAS EM ATIVIDADES			INATIVAS	TOTAL
	Agrícolas, etc.	Diversas***	Domésticas e escolares		
10 a 14	4,74	3,82	72,50	18,94	100,00
15 a 19	8,29	15,08	73,07	3,56	100,00
20 a 29	3,44	13,02	81,85	1,69	100,00
30 a 39	2,05	9,33	87,46	1,16	100,00
40 a 49	2,49	8,14	87,96	1,41	100,00
50 a 59	2,90	6,52	87,51	3,07	100,00
60 a 69	2,82	4,88	83,23	9,07	100,00
70 e mais	1,89	2,67	64,53	30,91	100,00
*10 e mais***	*3,97*	*9,56*	*80,60*	*5,87*	*100,00*

* Estimativas, constando do censo de 1940 sòmente a distribuição no grupo de 10 a 19 anos.
** Exclusive os habitantes de idade ignorada.
*** Inclusive as atividades domésticas remuneradas.

2. No sexo masculino, a proporção dos ocupados em atividades agropecuárias no conjunto da população de 10 anos e mais, que atingia 56,72% em 1940, desce para 50,62% em 1951. Na maior parte, esta diminuição parece ser real, e não dependente de divergências nos critérios de levantamento e de apuração dos dois censos.

Em 1940, a proporção dos homens ocupados nessas atividades subia de 31,07% no grupo de 10 a 14 anos para 63,69% no de 15 a 19; diminuía levemente nos grupos de 20 a 29 e de 30 a 39, descendo para 60,33% neste último; aumentava, depois, até o máximo de 66,19% no grupo de 60 a 69 anos, declinando para 56,49% no de 70 anos e mais.

Em 1950, a marcha das proporções em função da idade é análoga, mas seus valores são todos menos elevados do que em 1940. Partindo de 26,80% no grupo de 10 a 14 anos, a proporção dos homens ocupados em atividades agropecuárias sobe para 55,53% no grupo de 15 a 19 anos; declina levemente, para 55,21% no de 30 a 39 anos; sobe, depois, até atingir o máximo de 58,25% no grupo de 50 a 59 anos; diminui um pouco no de 60 a 69, e desce para 44,86% no de 70 anos e mais.

A ocupação masculina nas atividades agropecuárias é, portanto, caracterizada por uma intensidade pouco variável a partir da adolescência até o início da velhice, com uma leve flexão nas idades mais válidas.

Corresponde à diminuição da proporção dos homens ocupados em atividades agropecuárias um aumento da proporção dos ocupados em outras atividades extra-domésticas, que no conjunto da população masculina de 10 anos e mais sobe de 24,91% em 1940 para 29,96 em 1950. Mesmo retificando-se o dado de 1940 pela adição da parcela correspondente às atividades domésticas remuneradas, que foram incluídas nesta categoria em 1950, a proporção que resulta, de 25,36%, é bem inferior à de 1950. Parece, portanto, certo ter havido sensível aumento da ocupação masculina nas atividades extra-domésticas diversas das agropecuárias, entre 1940 e 1950.

A proporção dos ocupados nestas atividades em 1940 era muito baixa no grupo de 10 a 14 anos, onde atingia apenas 3,35%, mas subia para 20,02% no de 15 a 19 anos e aumentava nos seguintes até o máximo de 36,37 no de 30 a 39 anos; diminuía, depois, até cair para 11,95% no grupo de 70 anos e mais.

Em 1950 a marcha é análoga, mas os valores são, em geral, mais elevados; apenas a menor parte dêste excedente pode ser atribuída à inclusão dos serviços domésticos remunerados. De 4,17% no grupo de 10 a 14 anos, a proporção dos homens ocupados nessas atividades sobe até o máximo de 41,67% no grupo de 30 a 39 anos, declinando, depois, cada vez mais ràpidamente com o subir da idade, até o mínimo de 11,62% no grupo de 70 anos e mais.

Ao contrário da ocupação nas atividades agropecuárias, a ocupação em outras atividades extra-domésticas varia fortemente com a idade, atingindo a sua maior intensidade nas idades mais válidas — de 20 a 49 anos — e mantendo-se em níveis mais baixos na adolescência e nas idades maduras.

A ocupação masculina em atividades domésticas e escolares passa de 8,20% em 1940 para 8,76% em 1950, na população de 10 anos e mais. Retificando-se para 7,75% o dado de 1940, pela eliminação das atividades domésticas remuneradas, que em 1950 não foram incluídas nesta categoria, o aumento da proporção dos assim ocupados torna-se mais sensível.

A proporção dos ocupados nessas atividades em 1940, bem elevada no grupo de 10 a 14 anos, 33,30%, já diminuía fortemente no de 15 a 19 anos, 8,24%, e caía abaixo de 2% no grupo de 20 a 29 e abaixo de 1% nos grupos de idade seguintes.

Em 1950, apesar da exclusão dos serviços domésticos remunerados, encontram-se proporções mais elevadas nos grupos de idade de 10 a 14 anos, 38,17%, e de 15 a 19 anos, 10,79%; mas, em parte por efeito da referida exclusão,

encontram-se proporções muito inferiores às de 1940, já bem baixas, em tôdas as idades adultas.

Esta categoria, no sexo masculino, é constituída em parte preponderante por crianças e adolescentes ocupados nos estudos, compreendendo apenas uma pequenissima fração da população adulta.

A proporção dos inativos na população masculina de 10 anos e mais varia pouco, passando de 10,17% em 1940 para 10,66% em 1950.

Discriminando-se os diferentes grupos de idade, encontram-se diferenças mais sensíveis: leve diminuição da proporção dos inativos no grupo de 10 a 14 anos; aumentos, cuja importância relativa tende a crescer com o subir da idade, nos grupos seguintes.

Em 1940, a proporção dos inativos diminuía de 32,28% no grupo de 10 a 14 anos até o mínimo de 2,50% no de 30 a 39, subindo depois até o máximo de 30,60% no de 70 anos e mais.

Em 1950, a proporção diminui de 30,86% no grupo de 10 a 14 anos até o mínimo de 2,95% no de 30 a 39 anos, subindo depois até o máximo de 43,00% no grupo de 70 anos e mais.

As diferenças entre os dois censos em parte podem ser atribuídas à aumentada afluência de crianças e adolescentes às escolas, que faz diminuir a proporção dos inativos nos respectivos grupos de idade. É difícil julgar se o aumento das proporções dos inativos nas idades senis é real ou apenas depende de divergências nos critérios de declaração das ocupações nos dois censos; não há razão para se supor que se tenha efetivamente verificado êsse aumento em medida sensível.

De acôrdo com ambos os censos, uma fração preponderante dos inativos do sexo masculino é constituída por crianças e adolescentes ainda não encaminhados para uma atividade profissional; os velhos constituem uma fração muito menor, embora não desprezível .

* * *

3. No sexo feminino, as proporções da ocupação nas diversas categorias de atividades apresentam variações maiores do que as verificadas para o sexo masculino, de 1940 a 1950.

Como já foi esclarecido em outros estudos do Laboratório [4], uma parte considerável dessas variações não é real, e, sim, corresponde a modificações dos critérios de declaração da ocupação por parte dos informantes (chefes de família, indivíduos isolados ou agentes recenseadores). Há muitas mulheres que, embora participando em atividades econômicas diversas, cuidam ao mesmo tempo do seu lar; e, especialmente nas zonas rurais, torna-se difícil e arbitrário decidir se a ocupação principal delas é a que concerne ao lar ou a outra, sendo ambas essas atividades essenciais e indispensáveis para a economia familiar. A diversa formulação das instruções para o preenchimento dos boletins do censo demográfico em 1940 e em 1950 contribuiu para promover com maior freqüência a declaração, como ocupação principal, da extra-doméstica em 1940 e da doméstica em 1950.

Deve-se principalmente a essa modificação de critérios (e, talvez, mesmo exclusivamente a ela) a aparente diminuição da proporção das mulheres ocupadas em atividades agropecuárias, entre as de 10 anos e mais, que caiu de 8,70% em 1940 para 3,97% em 1950. Essa diminuição verifica-se, em medida relativa pouco diferente, em tôdas as idades.

Em 1940 a proporção das ocupadas em atividades agropecuárias subia de 9,98% no grupo de 10 a 14 anos para 19,70% no de 15 a 19, diminuindo forte-

[4] Veja-se o volume N.º 21, desta série, *Análises críticas de resultados dos censos demográficos* (Rio, I.B.G.E., 1956), seções XI, XII e XV.

mente nas idades seguintes, em que a maternidade afasta a mulher das ocupações extra-domésticas, até atingir o mínimo de 4,09% no grupo de 30 a 39 anos; aumentando um pouco, depois, até 6,03% no grupo de 60 a 69 anos, e descendo novamente, para 4,44%, no de 70 anos e mais.

Em 1950, a marcha é análoga, mas tôdas as proporções são muito mais baixas: 4,74% no grupo de 10 a 14 anos, 8,29% (máximo) no de 15 a 19 anos, 2,05% no de 30 a 39 anos, 2,90% no de 50 a 59 anos e 1,89% no de 70 anos e mais.

É preciso advertir que já em 1940 os dados do censo demográfico refletiam apenas parcialmente a contribuição das mulheres para as atividades agropecuárias. O censo agrícola, embora não compreendendo tôdas essas atividades, registrava 3 659 145 mulheres ocupadas em 1 815 632 dos estabelecimentos recensados (outros 88 957 estabelecimentos não forneceram informações sôbre o pessoal), em comparação com apenas 1 270 199 mulheres com ocupação principal e 371 716 com ocupação só suplementar em atividades agropecuárias, constantes do censo demográfico [5].

A proporção das mulheres ocupadas em atividades extra-domésticas diversas das agropecuárias parece à primeira vista ter aumentado fortemente de 1940, quando ascendia a 6,64% na população feminina de 10 anos e mais, para 1950, quando atinge 9,56%. Mas, acrescentando-se ao dado de 1940 a proporção das ocupadas em serviços domésticos remunerados, que em 1950 foram incluídas nesta categoria, a proporção referente àquela época sobe para 10,21%, excedendo a de 1950. A aparente diminuição, que se observa através desta comparação mais correta, deve depender principalmente da mesma circunstância a que foi atribuída a diminuição, muito mais acentuada, da ocupação feminina na agricultura, isto é, da tendência verificada em 1950 a declarar como principal a ocupação doméstica, em vez da extra-doméstica. De fato, é provável que no intervalo decenal tenha aumentado, e não diminuído, a ocupação feminina nas atividades extra-domésticas não agrícolas, assim como aumentou a ocupação masculina nessas atividades.

A proporção das mulheres com ocupação em atividades extra-domésticas não agrícolas ou em atividades domésticas remuneradas, em 1950, sobe de 3,82% no grupo de 10 a 14 anos para o máximo de 15,08% no de 15 a 19; diminui, depois, gradativamente, com o subir da idade, até o mínimo de 2,67% no grupo de 70 anos e mais. (Como já foi advertido, não é possível a comparação por grupos de idade com os dados de 1940, não sendo conhecida a distribuição por idade das ocupadas naquela data em atividades domésticas remuneradas, que deveriam ser levadas em conta para tornar comparáveis as proporções de 1940 com as de 1950).

Apesar da exclusão dos serviços domésticos remunerados, a proporção das mulheres de 10 anos e mais ocupadas em atividades domésticas e escolares em 1950 atinge 80,60%, excedendo a de 1940, que era apenas de 73,45% e que se reduz a 69,88% se, para torná-la comparável com a primeira, forem excluídos os serviços domésticos remunerados.

Em todos os grupos de idade, as proporções verificadas em 1950 excedem as de 1940, passando de 72,50% no grupo de 10 a 14 anos (onde é elevada a quota das atividades escolares) para 87,88% nos grupos de 30 a 59 anos (onde é preponderante a quota das atividades domésticas), diminuindo levemente no grupo de 60 a 69 anos e descendo para 64,53% no de 70 anos e mais. As diferenças entre as proporções de 1950 e as de 1940 ficariam maiores, especialmente nas idades adolescentes e moças, se das segundas fôsse subtraída a parcela referente aos serviços domésticos remunerados, que não estão incluídos nas primeiras.

---

[6] Veja-se o volume citado na nota anterior, seção XIV, no que se refere a 1940, e XV, no que se refere a 1950.

A proporção das mulheres declaradas inativas, entre as de 10 anos e mais, desce de 11,21% em 1940 para 5,87% em 1950. Em parte a diferença pode ser determinada pela menor proporção de meninas que não freqüentam a escola, no censo mais recente; mas provàvelmente depende sobretudo da extensão da tendência, já salientada, a declarar como ocupação principal a doméstica, também às mulheres que não têm outra ocupação e que trazem alguma contribuição para os serviços do lar.

Em 1940, a proporção das inativas, elevada no grupo de 10 a 14 anos, onde atingia 34,87%, descía ràpidamente com o subir da idade até o mínimo de 2,36% no grupo de 30 a 39 anos; depois subia, cada vez mais ràpidamente com o subir da idade, até 34,66% no grupo de 70 anos e mais.

Em 1950, a proporção das inativas no grupo de 10 a 14 anos é muito menor, 18,94%; são menores também os valores para os grupos seguintes (mínimo de 1,16% no grupo de 30 a 39 anos), até o do grupo senil, que atinge apenas 30,91%.

Segundo ambos os censos, uma fração preponderante das inativas é constituída por crianças e adolescentes que ainda não participam — pelo menos, como ocupação principal — nas atividades econômicas domésticas e extra-domésticas; outra fração notável, embora muito menor, é constituída por velhas.

* * *

4. Recapitulando, convém ressaltar a advertência de que os dados dos censos demográficos sôbre a ocupação principal não fornecem uma visão completa da atividade econômica. E, ainda, salientar que as diferenças verificadas na distribuição da população do Brasil segundo a atividade, entre os censos de 1940 e de 1950, em parte são apenas aparentes, dependendo de divergências dos critérios de levantamento, de declaração das ocupações, ou de classificação na apuração.

Levando em conta essas advertências, pode-se afirmar que o censo demográfico de 1950:

revela a participação de quase todos os adultos aptos para o trabalho nas atividades econômicas extra-domésticas e domésticas, de modo que a difusa opinião de que no Brasil é elevada a proporção dos inativos só pode ser justificada como expressão do fato de que na população dêste país é muito alta a proporção das crianças;

confirma a preponderância das ocupações agropecuárias entre as atividades extra-domésticas, embora indicando que a importância relativa delas tem diminuído um pouco de 1940 a 1950;

mostra que nesse decênio teve sensível aumento a proporção da ocupação em atividades extra-domésticas diversas das agropecuárias;

confirma a forte preponderância das ocupações domésticas entre as atividades da mulher, embora não dando adequada medida da sua participação em atividades extra-domésticas, e especialmente agrícolas, que poderá ser mais bem apreciada através dos dados do censo econômico.

XII

A DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DO BRASIL SEGUNDO RAMOS DE ATIVIDADE, POR SEXO E GRUPOS DE IDADE [1]

SUMÁRIO: 1. Introdução. — 2. Distribuição da população masculina de 10 anos e mais segundo ramos de atividade, por grupos de idade. — 3. Distribuição correspondente da população feminina. — 4. Considerações finais.

1. Em estudos anteriores [2] foi examinada a composição da população do Brasil em idades de 10 anos e mais segundo grandes categorias de atividade. No presente estudo a análise é estendida aos diversos ramos de atividade.

Consta das tabelas I (homens) e II (mulheres) a distribuição da população de cada sexo em idades de 10 anos e mais, segundo ramos de atividade, por grupos de idade.

Nas tabelas III (homens) e IV (mulheres) os dados das I e II são reduzidos a proporções por 100 000 habitantes de cada sexo em idades de 10 anos e mais.

A distribuição proporcional por grupos de idade dos habitantes de cada sexo ocupados em cada ramo de atividade consta das tabelas V (homens) e VI (mulheres).

As tabelas VII (homens) e VIII (mulheres) dão, para cada sexo, a distribuição proporcional por ramos de atividade em cada grupo de idade.

* * *

2. A distribuição por ramos de atividade da população masculina de 10 anos e mais é caracterizada pela predominância das atividades agropecuárias, cuja quota atinge 50,62%.

Às atividades industriais corresponde a quota de 12,70% (indústrias extrativas 2,51%, indústrias de transformação 10,19%).

As atividades comerciais figuram com a quota de 5,38% (comércio de mercadorias 4,81%, comércio de imóveis, etc. 0,57%).

Seguem-se os serviços (nos quais estão incluídas as atividades domésticas remuneradas), com a quota de 4,13%, e as atividades nos transportes e comunicações, com 3,69%.

As demais atividades extra-domésticas [3] abrangem em conjunto apenas 4,06% da população masculina de 10 anos e mais (1,11% as atividades sociais, 0,36% as profissões liberais, 1,22% as ocupações a serviço da administração pública, etc. e 1,37% as a serviço da defesa nacional, etc.).

---

[1] Estudo redigido pelo Estatístico Analista FERNANDO PEREIRA CARDIM.

[2] Vejam-se os seções D. X e D. XI dêste volume.

[3] Adverte-se que no curso do presente estudo serão, por brevidade, qualificadas "extradomésticas" as atividades incluídas nos primeiros onze ramos da classificação constante da tabela, embora no 6.º ramo (Serviços) estejam incluídos os serviços domésticos remunerados.

A quota das atividades domésticas não remuneradas e das atividades escolares (discentes) é de 8,76%.

E a quota das condições inativas, etc. é de 10,66%.

Em comparação com os países econômicamente mais adiantados, o Brasil apresenta uma proporção muito elevada de homens ocupados nas atividades agropecuárias e proporções baixas de ocupados nas atividades industriais e de transportes e comunicações. É baixa, também, a quota dos ocupados nas atividades das profissões liberais.

Como consta da tabela *A*, onde estão resumidos por grandes grupos de idade os dados da tabela III, uma fração não desprezível dos ocupados em atividades extra-domésticas é constituída por crianças de 10 a 14 anos, que contribuem com a parcela de 5,44 para a quota total de 80,58% de homens de 10 anos e mais ocupados nessas atividades. Sensìvelmente menor (4,36) é a parcela que corresponde aos velhos de 60 anos e mais. Os demais grupos de idade, discriminados na tabela III, contribuem com as seguintes parcelas: 11,79 de 15 a 19 anos (adolescentes), 40,04 de 20 a 39 anos e 18,95 de 40 a 59 anos.

Tabela *A*

Resumo por grandes grupos de idade da distribuição dos homens de 10 anos e mais segundo ramos de atividade

Proporções por 100 000

RAMO DE ATIVIDADE	IDADE (Anos completos)			TOTAL
	10 a 14	15 a 59	60 e mais	
Agricultura, pecuária, etc.	4 703	42 780	3 134	50 617
Indústrias extrativas	123	2 278	112	2 513
Indústrias de transformação	252	9 588	350	10 190
Comércio de mercadorias	133	4 426	248	4 807
Comércio de imóveis, etc.	5	539	25	569
Serviços	165	3 778	187	4 130
Transportes, comunicações, etc.	34	3 557	104	3 695
Profissões liberais	4	325	29	358
Atividades sociais	9	1 021	80	1 110
Administração pública, etc.	5	1 142	73	1 220
Defesa nacional, etc.	2	1 350	17	1 369
Atividades domésticas, etc.	6 697	2 040	24	8 761
Condições inativas, etc.	5 416	3 762	1 483	10 661
TOTAL	*17 548*	*76 586*	*5 866*	*100 000*

Verifica-se pelos dados da tabela V que a proporção das crianças de 10 a 14 anos [4] é especialmente elevada entre os ocupados em atividades agropecuárias (9,29% do total dos assim ocupados), ainda elevada entre os ocupados nas indústrias extrativas (4,91%) e nos serviços (3,99); menor no comércio de mercadorias (2,77%) e nas indústrias de transformação (2,47%); mais baixa em todos os demais grupos de atividades extra-domésticas.

Cumpre lembrar que pelo critério de classificação adotado no censo de 1950 ficam atribuídas a cada ramo de atividade as pessoas que trabalham *a serviço* do mesmo, independentemente da sua especialização profissional, de modo que, por exemplo, o "boy" do escritório de arquiteto, a datilógrafa do

[4] Cumpre lembrar que o número das crianças e dos adolescentes que participam em atividades econômicas extradomésticas, especialmente agrícolas e pecuárias, é bem maior do que o que resultaria pelo censo demográfico. Sôbre êste assunto, veja-se o volume N.º 21, desta série, *Análises críticas de resultados dos censos demográficos* (Rio, I.B.G.E., 1956), seções XII, XIII, XIV e XV.

advogado, o chofer do médico ficam incluídos no ramo das profissões liberais (justifica-se pela aplicação dêsse critério a proporção de 1,08% de crianças de 10 a 14 anos neste ramo, a qual à primeira vista poderia parecer inverissímel).

Ainda pela tabela V pode-se apreciar a variação da proporção dos adolescentes nos diversos ramos de atividade [4]. A proporção do grupo de 15 a 19 anos é especialmente elevada (22,03% do total dos ocupados) no ramo da defesa nacional (em virtude da presença de muitos moços de 18 e 19 anos em serviço militar); ainda elevada na agricultura (16,09%), dos serviços (14,73%, nas indústrias de transformação (13,63%) e nas extrativas (13,62%); menor no comércio de mercadorias (11,81%) e inferior a 10% nos demais ramos de atividades extra-domésticas.

A proporção dos adultos de 20 a 39 anos nas atividades extra-domésticas varia entre o mínimo de 45,83% na agricultura e o máximo de 61,59% nos transportes e comunicações. A baixa proporção dêste grupo nas atividades agropecuárias depende da elevada participação, nestas, das crianças, dos adolescentes e dos velhos. Nas indústrias de transformação a proporção é elevada (57,52%).

O grupo de 40 a 59 anos figura nos diversos ramos de atividades extra-domésticas com proporções variáveis entre o mínimo de 18,15% na defesa nacional e o máximo de 34,22% na administração pública. São elevadas as proporções dêste grupo também nas profissões liberais e nas atividades sociais.

A proporção dos velhos de 60 anos e mais é especialmente elevada nas profissões não manuais (8,15% dos ocupados nas profissões liberais, 7,18% dos nas atividades sociais, 6,03% dos na administração pública, etc.). Observa-se, todavia, uma quota relativamente elevada de velhos também nas atividades agropecuárias (6,19%), enquanto ficam sensìvelmente menores as quotas correspondentes nos ramos do comércio de mercadorias (5,15%), dos serviços (4,54%), das indústrias extrativas (4,45%) e do comércio de imóveis (4,41%), e ainda mais baixas as nas indústrias de transformação (3,43%) e nos transportes e comunicações (2,82%).

Pelos dados da tabela VII ficam determinadas as proporções dos ocupados nos diversos ramos de atividade, em cada grupo de idade.

É bem elevada a proporção dos ocupados em atividades extra-domésticas entre as crianças de 10 a 14 anos (30,97%, dos quais 26,80 na agricultura); elevada, também, a proporção dos inativos (30,86%); relativamente baixa a dos ocupados em atividades domésticas não remuneradas e escolares (38,17%), que deveria compreender uma parte preponderante dêste grupo de idade se fôsse observada a obrigação legal da instrução primária.

No grupo de 15 a 19 anos, a proporção dos ocupados em atividades extra-domésticas sobe para 80,42% (dos quais 55,53 na agricultura e 11,80 nas indústrias de transformação e extrativas). Desce para 10,79% a proporção dos ocupados em atividades domésticas não remuneradas e escolares e para 8,79% a dos inativos.

Aumenta ainda a proporção dos ocupados em atividades extra-domésticas no grupo de 20 a 39 anos, atingindo 95,51% (dos quais 55,33 na agricultura, 17,25 nas indústrias de transformação e extrativas, 6,84 no comércio, 5,43 nos transportes e comunicações, 5,27 nos serviços, 3,49 na administração pública, profissões liberais e atividades sociais). Reduz-se a 1,00% a proporção dos ocupados em atividades domésticas não remuneradas ou escolares e a 3,49% a dos inativos.

Declina a proporção dos ocupados em atividades extra-domésticas, apenas levemente, no grupo de 40 a 59 anos, 94,75% (dos quais 57,20 na agricultura, 14,53 nas indústrias de transformação e extrativas, 7,38 no comércio, 5,17 nos transportes e comunicações, 4,81 nos serviços, 4,42 na administração pública, profissões liberais e atividades sociais). É mínima neste grupo de idade a

proporção dos ocupados em atividades domésticas não remuneradas (0,19%), e nìtidamente maior do que no grupo anterior a dos inativos (5,06%).

No grupo senil, de 60 anos e mais, a proporção dos ocupados em atividades extra-domésticas mantém-se elevada (74,32%), embora menos do que nas idades mais válidas, contribuindo para essa proporção as ocupações na agricultura com 53,43, as nas indústrias de transformação e extrativas com 7,87, as no comércio com 4,65, as nos transportes e comunicações com 1,78, as nos serviços com 3,19, as na administração pública, profissões liberais e atividades sociais com 3,11. Mantém-se muito baixa (0,40%) a proporção dos ocupados em atividades domésticas não remuneradas; sobe fortemente, para 25,28%, a dos inativos.

A marcha da proporção dos ocupados em cada ramo de atividade extra-doméstica nos sucessivos grupos de idade varia fortemente nos diversos ramos. Em todos ela aumenta da infância para a adolescência e da adolescência para as idades adultas (única exceção o ramo da defesa nacional, cuja proporção máxima se encontra no grupo de 15 a 19 anos; a proporção dos ocupados na agricultura diminui levemente do grupo de 15 a 19 para o de 20 a 39 anos, mas aumenta em maior medida no grupo de 40 a 59 anos). As proporções dos ocupados nas indústrias de transformação e extrativas, nos transportes e comunicações e nos serviços atingem seus máximos no grupo de 20 a 39 anos; as dos ocupados na agricultura, no comércio, na administração pública, nas profissões liberais e nas atividades sociais, no grupo de 40 a 59 anos.

A proporção dos ocupados em atividades domésticas não remuneradas e escolares é relativamente elevada na infância e na adolescência e muito baixa nas idades adultas.

A proporção dos inativos, elevada nas idades infantis e senis, é relativamente baixa nas idades intermédias.

* * *

3. A distribuição por ramos de atividade da população feminina de 10 anos e mais é caracterizada pela preponderância das atividades domésticas não remuneradas, as quais, em conjunto com as atividades escolares, abrangem 80,60% dessa população.

Entre as atividades extra-domésticas [5], às quais se dedicam apenas 13,54% das mulheres de 10 anos e mais, são exercidas com maior freqüência as nos serviços (5,01%) e na agricultura (3,97%). Seguem-se, com proporções mais baixas, as atividades nas indústrias (2,26%, subdivididos nas parcelas de 2,11 nas indústrias de transformação e 0,15 nas extrativas), as atividades sociais, na administração pública e nas profissões liberais (1,56%, sendo 1,27 a parcela das atividades sociais), as atividades no comércio (0,55%). É pequena a participação feminina nas atividades dos transportes e comunicações e mínima a nas atividades da defesa nacional e segurança pública.

A proporção das mulheres inativas é relativamente baixa (5,86%).

Os dados da tabela *B*, que resume por grandes grupos de idade a tabela IV mostram que uma parcela pequena, mas não desprezível, das mulheres ocupadas em atividades extra-domésticas (as quais constituem 13,53% do total das de 10 anos e mais) é representada pelas meninas de 10 a 14 anos (1,46) e uma parcela ainda menor (0,41) pelas velhas de 60 anos e mais. Os demais

[5] O número das mulheres que participam em atividades econômicas extra-domésticas (especialmente nas agropecuárias) é muito maior do que o constante do censo demográfico. Veja-se sôbre êste assunto, a publicação citada na nota 4, seções XII, XIII, XIV e XV.

grupos de idade, discriminados na tabela IV, contribuem com as seguintes parcelas: 3,63 de 15 a 19 anos, 6,15 de 20 a 39 anos e 1,88 de 40 a 59 anos.

Tabela *B*

Resumo por grandes grupos de idade da distribuição das mulheres de 10 anos e mais segundo ramos de atividade

Proporções por 100 000

RAMO DE ATIVIDADE	IDADE (Anos completos)			TOTAL
	10 a 14	15 a 59	60 e mais	
Agricultura, pecuária, etc.	810	3 008	154	3 972
Indústrias extrativas	22	123	6	151
Indústrias de transformação	156	1 928	26	2 110
Comércio de mercadorias	16	457	10	483
Comércio de imóveis, etc.	0	69	0	69
Serviços	447	4 396	166	5 009
Transportes, comunicações, etc.	1	152	3	156
Profissões liberais	1	69	7	77
Atividades sociais	9	1 224	33	1 266
Administração pública, etc.	—	216	2	218
Defesa nacional, etc.	—	23	0	23
Atividades domésticas, etc.	12 383	63 463	4 757	80 603
Condições inativas, etc.	3 235	1 559	1 069	5 863
TOTAL	*17 080*	*76 687*	*6 233*	*100 000*

Os dados da tabela VI mostram que, nas atividades extra-domésticas, a proporção das meninas de 10 a 14 anos é elevada na agricultura (20,39% do total das mulheres de 10 anos e mais ocupadas neste ramo); ainda notável nas indústrias extrativas (14,74%); menor nos serviços (8,92) e nas indústrias de transformação (7,37%); mais baixa no comércio de mercadorias (3,37%) e nos demais ramos.

A proporção das adolescentes, de 15 a 19 anos, aproxima-se de um têrço entre as mulheres ocupadas na agricultura (32,39%) e nas indústrias de transformação (32,26%); excede um quarto também no comércio de mercadorias (27,71%), nos serviços (25,84%) e nas indústrias extrativas (25,40%); torna-se nitidamente menor nos demais ramos de atividades extra-domésticas.

O grupo de 20 a 39 anos abrange mais de dois terços das mulheres ocupadas na administração pública, etc. (74,69%), no comércio de imóveis, etc. (72,31%), nos transportes e comunicações (69,82%) e nas atividades sociais 66,74%); mais da metade, também, no comércio de mercadorias (53,84%), nas profissões liberais (51,76%) e nas indústrias de transformação (50,20%). A proporção relativamente baixa dêste grupo na agricultura (30,99%) depende da forte participação das meninas e das adolescentes nas ocupações agrícolas.

As proporções do grupo de 40 a 59 anos são baixas em todos os ramos de atividades extra-domésticas especialmente manuais, variando entre o mínimo de 8,96% nas indústrias de transformação e o máximo de 15,64 nos serviços. Proporções maiores dêste grupo encontram-se as ocupadas na administração pública (18,07%), nas atividades sociais (19,26%) e nas profissões liberais (21,13%).

A representação do grupo senil é relativamente alta apenas no ramo das profissões liberais (9,25%), descendo abaixo de 4% nos demais ramos de

atividades extra-domésticas (3,89% na agricultura, 3,31% nos serviços, 1,21% nas indústrias de transformação).

As proporções, constantes da tabela VIII, das ocupadas nos diversos ramos de atividade, entre as mulheres de cada grupo de idade, mostram que entre as meninas de 10 a 14 anos a proporção das ocupadas em atividades extra-domésticas atinge 8,56% (das quais 4,74 na agricultura e 2,62 nos serviços). Em atividades domésticas não remuneradas e escolares estão ocupadas 72,50%, e 18,94% são declaradas inativas.

Entre as adolescentes de 15 a 19 anos, a proporção das ocupadas em atividades extra-domésticas é bem maior, atingindo 23,37% (das quais 8,34 nos serviços, 8,29 na agricultura e 4,63 nas indústrias). Mantém-se elevada a proporção das ocupadas em atividades domésticas não remuneradas e escolares (73,07%); torna-se baixa a proporção das inativas (3,56%).

Já no grupo de 20 a 39 anos diminui fortemente a proporção das ocupações extra-domésticas, descendo para 14,43 (5,44 serviços, 2,89 agricultura, 2,63 indústrias, 1,98 atividades sociais). Aumenta para 84,10% a proporção das ocupações domésticas não remuneradas; diminui para 1,47% a proporção das mulheres inativas.

Uma diminuição ulterior da proporção das mulheres ocupadas em atividades extra-domésticas verifica-se no grupo de 40 a 59 anos, onde ela desce para 10,17% (das quais 4,23 nos serviços, 2,65 na agricultura, 1,32 nas atividades sociais, 1,15 nas indústrias). Sobe para 87,79% a proporção das ocupadas em atividades domésticas não remuneradas; aumenta sensìvelmente, para 2,04%, ficando porém ainda baixa, a proporção das inativas.

No grupo senil, de 60 anos e mais, a proporção das ocupações extra-domésticas desce para apenas 6,54% (2,66 nos serviços, 2,48 na agricultura). Diminui para 76,31% a proporção das mulheres ocupadas em atividades domésticas não remuneradas, mantendo-se todavia bem elevada; aumenta fortemente, para 17,15%, a das inativas.

A marcha das proporções das ocupadas nos diversos ramos de atividades extra-domésticas, nos sucessivos grupos de idade, apresenta fortes variações. Em todos os ramos a proporção aumenta do grupo infantil para o seguinte e diminui no grupo senil. Mas a máxima proporção de ocupadas é atingidas no grupo de 15 a 19 anos para a agricultura, os serviços, a indústria e o comércio de mercadorias; no grupo de 20 a 39 anos para as atividades sociais, as profissões liberais, a administração pública, os transportes e comunicações e o comércio de mercadorias.

A proporção das ocupadas em atividades domésticas não remuneradas atinge seu máximo no grupo de 40 a 59 anos.

A proporção das inativas, elevada na infância e na velhice, é relativamente baixa nas idades intermédias.

* * *

4. Torna-se impossível recapitular um trabalho de análise, como o desenvolvido nos parágrafos anteriores, onde, aliás, o comentário já foi reduzido às observações mais importantes.

As características fundamentais reveladas pela apuração e a elaboração dos resultados do censo de 1950 são as bem conhecidas, da preponderância das atividades agropecuárias entre os homens e das atividades domésticas entre as mulheres. O levantamento censitário dá a medida dessa preponderância e indica, também, as proporções em que um e o outro sexo participam das demais formas de atividade.

Tabela I

BRASIL

Distribuição da população de 10 anos e mais presente em 1.º-VII-1950 segundo ramos de atividade, por sexo e grupos de idade*

Dados absolutos: 1. Homens

RAMO DE ATIVIDADE	IDADE (Anos completos)					TOTAL
	10 a 14	15 a 19	20 a 39	40 a 59	60 e mais	
Agricultura, pecuária e silvicultura	848 115	1 468 429	4 183 609	2 063 021	565 244	9 128 418
Indústrias extrativas	22 242	61 726	247 070	102 010	20 183	453 231
Indústrias de transformação	45 404	250 404	1 056 990	421 864	63 074	1 837 736
Comércio de mercadorias	24 012	102 358	454 500	241 434	44 695	866 999
Comércio de imóveis, etc.	947	9 830	62 339	24 935	4 520	102 571
Serviços	29 693	109 682	398 048	173 604	33 795	744 822
Transportes, comunicações, etc.	6 212	44 626	410 389	186 351	18 785	666 363
Profissões liberais	697	3 388	34 022	21 135	5 259	64 501
Atividades sociais	1 624	10 837	110 440	62 883	14 374	200 158
Administração pública, legislativo, justiça	943	10 981	119 581	75 330	13 279	220 114
Defesa nacional e segurança pública	285	54 401	144 344	44 809	3 091	246 930
Atividades domésticas não remuneradas e escolares	1 207 855	285 490	75 567	6 828	4 251	1 579 991
Condições inativas, etc.	976 675	232 379	263 588	182 483	267 439	1 922 564
TOTAL	*3 164 704*	*2 644 531*	*7 560 487*	*3 606 687*	*1 057 989*	*18 034 398*

*Exclusive os habitantes de idade ignorada.

Tabela II

BRASIL

Distribuição da população de 10 anos e mais presente em 1.º-VII-1950 segundo ramos de atividade, por sexo e grupos de idade*

Dados absolutos: 2. Mulheres

RAMO DE ATIVIDADE	IDADE (Anos completos)					TOTAL
	10 a 14	15 a 19	20 a 39	40 a 59	60 e mais	
Agricultura, pecuária e silvicultura	149 025	236 819	226 535	90 228	28 443	731 050
Indústrias extrativas	4 107	7 077	11 318	4 295	1 067	27 864
Indústrias de transformação	28 638	125 260	194 924	34 791	4 705	388 318
Comércio de mercadorias	2 998	24 615	47 830	11 535	1 862	88 840
Comércio de imóveis, etc.	66	2 126	9 202	1 257	75	12 726
Serviços	82 241	238 264	426 806	144 232	30 489	922 032
Transportes, comunicações, etc.	266	3 504	20 081	4 463	448	28 762
Profissões liberais	201	2 332	7 341	2 997	1 312	14 183
Atividades sociais	1 676	24 778	155 572	44 904	6 175	233 105
Administração pública, legislativo, justiça	—	2 521	29 922	7 238	381	40 062
Defesa nacional e segurança pública	—	450	3 029	789	74	4 342
Atividades domésticas não remuneradas e escolares	2 279 245	2 088 341	6 600 682	2 992 718	875 528	14 836 514
Condições inativas, etc.	595 400	101 697	115 733	69 539	196 793	1 079 162
TOTAL	*3 143 863*	*2 857 784*	*7 848 975*	*3 408 986*	*1 147 352*	*18 406 960*

*Exclusive os habitantes de idade ignorada.

Tabela III

BRASIL

Distribuição da população de 10 anos e mais presente em 1.º-VII-1950 segundo ramos de atividade, por sexo e grupos de idade*

Proporções por 100 000: 1. Homens

RAMO DE ATIVIDADE	IDADE (Anos completos)					TOTAL
	10 a 14	15 a 19	20 a 39	40 a 59	60 e mais	
Agricultura, pecuária e silvicultura	4 703	8 143	23 198	11 439	3 134	50 617
Indústrias extrativas	123	342	1 370	566	112	2 513
Indústrias de transformação	252	1 388	5 861	2 339	350	10 190
Comércio de mercadorias	133	567	2 520	1 339	248	4 807
Comércio de imóveis, etc.	5	55	346	138	25	569
Serviços	165	608	2 207	963	187	4 130
Transportes, comunicações, etc.	34	248	2 276	1 033	104	3 695
Profissões liberais	4	19	189	117	29	358
Atividades sociais	9	60	612	349	80	1 110
Administração pública, legislativo, justiça	5	61	663	418	73	1 220
Defesa nacional e segurança pública	2	302	800	248	17	1 369
Atividades domésticas não remuneradas e escolares	6 697	1 583	419	38	24	8 761
Condições inativas, etc.	5 416	1 288	1 462	1 012	1 483	10 661
TOTAL	*17 548*	*14 664*	*41 923*	*19 999*	*5 866*	*100 000*

*Exclusive os habitantes de idade ignorada.

Tabela IV

BRASIL

Distribuição da população de 10 anos e mais presente em 1.º-VII-1950 segundo ramos de atividade, por sexo e grupos de idade*

Proporções por 100 000: 2. Mulheres

RAMO DE ATIVIDADE	IDADE (Anos completos)					TOTAL
	10 a 14	15 a 19	20 a 39	40 a 59	60 e mais	
Agricultura, pecuária e silvicultura	810	1 287	1 231	490	154	3 972
Indústrias extrativas	22	38	62	23	6	511
Indústrias de transformação	156	680	1 059	189	26	2 110
Comércio de mercadorias	16	134	260	63	10	483
Comércio de imóveis, etc.	0	12	50	7	0	69
Serviços	447	1 294	2 318	784	166	5 009
Transportes, comunicações, etc.	1	19	109	24	3	156
Profissões liberais	1	13	40	16	7	77
Atividades sociais	9	135	845	244	33	1 226
Administração pública, legislativa, justiça	—	14	163	39	2	218
Defesa nacional e segurança pública	—	3	16	4	0	23
Atividades domésticas não remuneradas e escolares	12 383	11 345	35 859	16 259	4 757	80 603
Condições intivas, etc.	3 235	552	629	378	1 069	5 863
TOTAL	*17 080*	*15 526*	*42 641*	*18 520*	*6 233*	*100 000*

*Exclusive os habitantes idade ignorada.

Tabela V

BRASIL

Distribuição da população de 10 anos e mais presente em 1.º-VII-1950 segundo ramos de atividade, por sexo e grupos de idade*

Proporções por 100 000 dos diversos grupos de idade em cada ramo de atividade

1. Homens

RAMO DE ATIVIDADE	IDADE (Anos completos)					TOTAL
	10 a 14	15 a 19	20 a 39	40 a 59	60 e mais	
Agricultura, pecuária e silvicultura	9 291	16 086	45 831	22 600	6 192	100 000
Indústrias extrativas	4 908	13 619	54 513	22 507	4 453	100 000
Indústrias transformação	2 471	13 62o	57 516	22 955	3 432	100 000
Comércio de mercadorias	2 770	11 806	52 442	27 847	5 155	100 000
Comércio de imóveis, etc.	923	9 584	60 776	24 310	4 407	100 000
Serviços	3 987	14 726	53 442	23 308	4 537	100 000
Transportes, comunicações, etc.	932	6 697	61 587	27 965	2 819	100 000
Profissões liberais	1 081	5 253	52 746	32 767	8 153	100 000
Atividades sociais	811	5 414	55 177	31 417	7 181	100 000
Administração pública, legislativo, justiça	428	4 989	54 327	34 223	6 033	100 000
Defesa nacional e segurança pública	115	22 031	58 455	18 147	1 252	100 000
Atividades domésticas não remuneradas e escolares	76 447	18 069	4 783	432	269	100 000
Condições inativas, etc.	50 801	12 087	13 710	9 492	13 910	100 000
TOTAL	*17 548*	*14 664*	*41 923*	*19 999*	*5 866*	*100 000*

*Exclusive os habitantes de idade ignorada.

Tabela VI

BRASIL

Distribuição da população de 10 anos e mais presente em 1.º-VII-1950 segundo ramos de atividade, por sexo e grupos de idade*

Proporções por 100 000 dos diversos grupos de idade em cada ramo de atividade

2. Mulheres

RAMO DE ATIVIDADE	IDADE (Anos completos)					TOTAL
	10 a 14	15 a 19	20 a 39	40 a 59	60 e mais	
Agricultura, pecuária e silvicultura	20 385	32 394	30 988	12 342	3 891	100 000
Indústrias extrativas	14 740	25 398	40 619	15 414	3 829	100 000
Indústrias de transformação	7 375	32 257	50 197	8 959	1 212	100 000
Comércio de mercadorias	3 375	27 707	53 838	12 984	2 096	100 000
Comércio de imóveis, etc.	519	16 706	72 309	9 877	589	100 000
Serviços	8 919	25 841	46 290	15 643	3 307	100 000
Transportes, comunicações, etc.	925	12 183	69 818	15 517	1 557	100 000
Profissões liberais	1 417	16 442	51 759	21 131	9 251	100 000
Atividades sociais	719	10 630	66 739	19 263	2 649	100 000
Administração pública, legislativo, justiça	—	6 293	74 689	18 067	951	100 000
Defesa nacional e segurança pública	—	10 364	69 761	18 171	1 704	100 000
Atividades domésticas não remuneradas e escolares	15 362	14 076	44 490	20 171	5 901	100 000
Condições inativas, etc.	55 172	9 424	10 724	6 444	18 236	100 000
TOTAL	*17 080*	*15 526*	*42 641*	*18 520*	*6 233*	*100 000*

*Exclusive os habitantes de idade ignorada.

Tabela VII

BRASIL

Distribuição da população de 10 anos e mais presente em 1.º-VII-1950 segundo ramos de atividade, por sexo e grupos de idade*

Proporções por 100 000 dos diversos grupos de idade em cada ramo de atividade

1. Homens

RAMO DE ATIVIDADE	IDADE (Anos completos)					TOTAL
	10 a 14	15 a 19	20 a 39	40 a 59	60 e mais	
Agricultura, pecuária e silvicultura	26 799	55 527	55 335	57 200	53 426	50 617
Indústrias extrativas	703	2 334	3 268	2 828	1 908	2 513
Indústrias de transformação	1 435	9 469	13 980	11 697	5 962	10 190
Comércio de mercadorias	759	3 871	6 012	6 694	4 224	4 807
Comércio de imóveis, etc.	30	372	825	691	427	569
Serviços	938	4 148	5 265	4 813	3 194	4 130
Transportes, comunicações, etc.	196	1 687	5 428	5 167	1 776	3 695
Profissões liberais	22	128	450	586	497	358
Atividades sociais	51	410	1 461	1 744	1 359	1 110
Administração pública, legislativo, justiça	30	415	1 582	2 089	1 255	1 220
Defesa nacional e segurança pública	9	2 057	1 909	1 242	292	1 369
Atividades domésticas não remuneradas e escolares	38 166	10 795	999	189	402	8 761
Condições inativas, etc.	30 862	8 787	3 486	5 060	25 278	10 661
TOTAL	*100 000*	*100 000*	*100 000*	*100 000*	*100 000*	*100 000*

*Exclusive os habitantes de idade ignorada.

Tabela VIII

BRASIL

Distribuição da população de 10 anos e mais presente em 1.º-VII-1950 segundo ramos de atividade, por sexo e grupos de idade*

Proporções por 100 000 dos diversos grupos de idade em cada ramo de atividade

2. Mulheres

RAMO DE ATIVIDADE	IDADE (Anos completos)					TOTAL
	10 a 14	15 a 19	20 a 39	40 a 59	60 e mais	
Agricultura, pecuária e silvicultura	4 740	8 287	2 886	2 647	2 479	3 972
Indústrias extrativas	131	248	144	126	93	151
Indústrias de transformação	911	4 383	2 483	1 021	410	2 110
Comércio de mercadorias	95	861	609	338	162	483
Comércio de imóveis, etc.	2	74	117	37	7	69
Serviços	2 616	8 337	5 438	4 231	2 657	5 009
Transportes, comunicações, etc.	9	123	256	131	39	156
Profissões liberais	6	82	94	88	114	77
Atividades sociais	53	867	1 982	1 317	538	1 266
Administração pública, legislativo, justiça	—	88	381	212	33	218
Defesa nacional e segurança pública	—	16	39	23	7	23
Atividades domésticas não remuneradas e escolares	72 498	73 075	84 096	87 879	76 309	80 603
Condições inativas, etc.	18 939	3 559	1 475	2 040	17 152	5 863
TOTAL	*100 000*	*100 000*	*100 000*	*100 000*	*100 000*	*100 000*

*Exclusive os habitantes de idade ignorada.

XIII

A POPULAÇÃO DO BRASIL, SEGUNDO RAMOS DE ATIVIDADE, POR SEXO E GRUPOS DE IDADE [1]

(segundo o censo de 1.º-VII-1950)

SUMÁRIO: 1. Introdução. — 2. Distribuição da população de 10 anos e mais segundo ramos de atividade, por sexo. — 3. Distribuição segundo grandes categorias de ocupação e grandes intervalos de idade, por sexo. — 4. Análise da composição por sexo e idade, dos ocupados nos diversos ramos de atividade: Agricultura, pecuária e silvicultura. — 5. Indústrias extrativas. — 6. Indústrias de transformação. — 7. Comércio de mercadorias. — 8. Comércio de imóveis, etc. — 9. Prestação de serviços. — 10. Transportes e comunicações. — 11. Profissões liberais. — 12. Atividades sociais. — 13. Administração pública, legislativo, justiça. — 14. Defesa nacional e segurança pública. — 15. Atividades extra-domésticas, em conjunto. — 16. Atividades domésticas e escolares. — 17. Considerações finais.

1. As seções anteriores D. X, D. XI e D. XII, dêste volume, ilustraram as características da composição da população do Brasil em idades de 10 anos e mais, segundo grandes categorias de atividade, e, mesmo segundo ramos de atividade. No presente estudo, esta última análise é aprofundada, examinando-se a distribuição por atividade principal dos habitantes de 10 anos e mais, discriminados segundo o sexo, por grupos decenais de idade, pondo-se em evidência a importância da ocupação feminina em relação à masculina, em cada atividade.

Os resultados da classificação dos habitantes do Brasil, de 10 anos e mais, discriminados por sexo e grupos decenais de idade, segundo os ramos de atividade *a serviço dos quais estão ocupados,* constam das tabelas anexas.

Da tabela I consta a distribuição da população de cada sexo, em idades de 10 anos e mais, segundo ramos de atividade, por grupos de idade.

Da tabela II, a distribuição percentual dos habitantes de cada sexo ocupados em cada ramo de atividade, segundo grupos de idade.

Da tabela III, a distribuição percentual de cada grupo de idade, em cada sexo, segundo a atividade principal.

* * *

2. Uma visão geral da distribuição da população de 10 anos e mais segundo ramos de atividade, por sexo, é oferecida pelos seguintes dados extraídos da tabela I e elaborados em forma de percentagens.

Cêrca de oito décimos dos homens de 10 anos e mais de idade (80,58%) estão ocupados em atividades extra-domésticas, e apenas menos de um décimo (8,76%) em atividades domésticas não remuneradas e escolares.

---

[1] Estudo elaborado pelo Dr. AUCEU V. DE CARVALHO, Diretor do Laboratório de Estatística.

Entre as mulheres, prevalecem ao contrário, as atividades domésticas não remuneradas e escolares, em que estão ocupadas cêrca de oito décimos das de 10 anos e mais de idade (80,60%), enquanto sòmente um pouco mais de um décimo das mesmas (13,54%) exerce atividades extra-domésticas.

Tabela *A*

RAMO DE ATIVIDADE	NÚMERO DOS OCUPADOS NO RAMO		PERCENTAGEM DOS HABITANTES DE 10 ANOS E MAIS	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Agricultura, pecuária e silvicultura	9 128 418	731 050	50,62	3,97
Indústrias extrativas	453 231	27 864	2,51	0,15
Indústrias de transformação	1 837 736	388 318	10,19	2,11
Comércio de mercadorias	866 999	88 840	4,81	0,48
Comércio de imóveis, crédito, etc.	102 571	12 726	0,57	0,07
Serviços	744 822	922 032	4,13	5,01
Transportes, comunicações, etc.	666 363	28 762	3,69	0,16
Profissões liberais	64 501	14 183	0,36	0,08
Atividades sociais	200 158	233 105	1,11	1,27
Administração pública, legislativo, justiça	220 114	40 062	1,22	0,22
Defesa nacional e segurança pública	246 930	4 342	1,37	0,02
Atividades domésticas não remuneradas e escolares	1 579 991	14 836 514	8,76	80,60
Condições inativas, etc.	1 922 564	1 079 162	10,66	5,86
TOTAL	*18 034 398*	*18 406 960*	*100,00*	*100,00*

A proporção dos inativos fica um pouco acima de um décimo no sexo masculino (10,66%), e de um vigésimo no feminino (5,86%). A maior parte dêles são crianças, adolescentes ou velhos [2]. A menor proporção de inativos no sexo feminino é devida à corcunstância de que muitas das meninas e das velhas, que não têm nenhuma ocupação escolar ou extra-doméstica, contribuem para o trabalho do lar.

As atividades extra-domésticas principais são as agropecuárias, em que estão ocupados 50,62% dos homens e 3,97% das mulheres de 10 anos e mais [3].

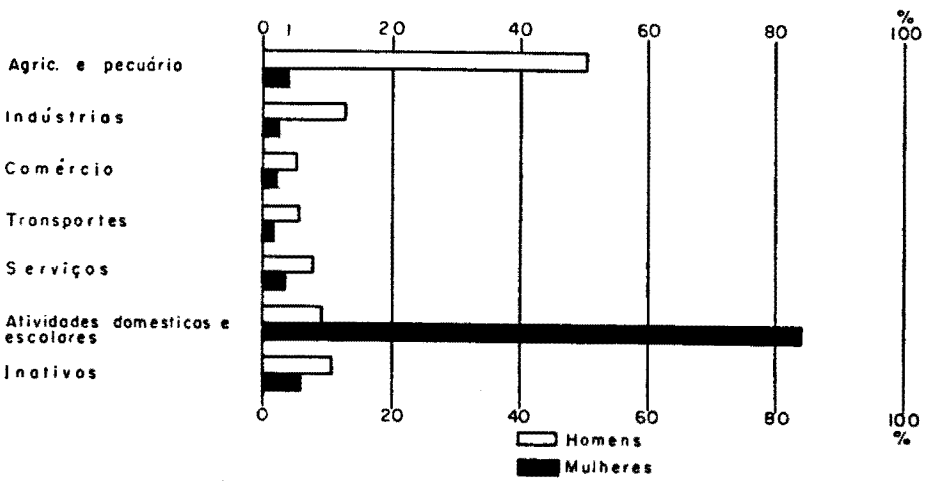


Fig. 20

Distribuição da população de 10 anos e mais, segundo ramos de atividade, por sexo.

[2] Conforme se pode ver na tabela II, a proporção dos inativos em idades de 10 a 19 ou de 60 anos e mais é de 76,80% para o sexo masculino e de 82,84% para o feminino.

[3] Essa baixa proporção de mulheres se refere àquelas que declararam exercer a sua ocupação *principal* na agricultura e pecuária. Enquanto o censo demográfico de 1950 registrava um total de 731 050 mulheres ocupadas em atividades agropecuárias, o censo agrícola, com critério apropriado à sua finalidade, levantava o seu número em 3 122 602. Pode-se, assim, concluir, que além das 731 050 mulheres que se ocupam *principalmente* da agricultura e pecuária, muitas outras contribuem também para essas atividades, *embora de maneira descontínua e suplementar*. A respeito do assunto, veja-se a seção **XV** do volume N.º 21, desta série, *Análises críticas de resultados dos censos demográficos* (Rio, I.B.G.E., 1956).

Seguem-se, em ordem de importância, as atividades industriais (extrativas e transformadoras), com 12,70% dos homens e 2,26% das mulheres; os serviços, com 4,13% dos homens e 5,01% das mulheres; as atividades comerciais (comércio de mercadorias e de imóveis, crédito, etc.), com 5,38% dos homens e 0,55% das mulheres; as atividades de transportes e comunicações, com 3,69% dos homens e 0,16% das mulheres.

Os demais ramos de atividade têm representações muito menores: 1,37% entre os homens e 0,02% entre as mulheres, o da defesa nacional e segurança pública; 1,22% e 0,22%, o da administração pública, legislativo e justiça; 1,11% e 1,27%, o das atividades sociais; e 0,36% e 0,08%, o das profissões liberais.

* * *

3. Os dados apresentados abaixo, retirados da tabela I ou elaborados com base nos dados da mesma, mostram a composição por sexo e idade dos ocupados nos diversos ramos, por grandes intervalos de idade e grandes categorias de atividade.

Para o sexo masculino, a discriminação é a seguinte:

Tabela *B*

IDADE Anos completos	HOMENS DE 10 ANOS E MAIS			
	Ocupados em atividades		Inativos	Total
	Extra-domésticas	Domésticas e escolares		
1. DADOS ABSOLUTOS				
10 a 19	3 106 836	1 493 345	1 209 054	5 809 235
20 a 59	10 638 708	82 395	446 071	11 167 174
60 e mais	786 299	4 251	267 439	1 057 989
TOTAL	*14 531 843*	*1 579 991*	*1 922 564*	*18 034 398*
2. PROPORÇÕES POR 1 000 000 NO TOTAL				
10 a 19	172 273	82 805	67 042	322 120
20 a 59	589 912	4 569	24 734	619 215
60 e mais	43 600	236	14 829	58 665
TOTAL	*805 785*	*87 610*	*106 605*	*1 000 000*
3. PROPORÇÕES POR 100 000 DE CADA GRUPO DE IDADE				
10 a 19	53 481	25 706	20 813	100 000
20 a 59	95 268	738	3 994	100 000
60 e mais	74 320	402	2 528	100 000
TOTAL	*80 578*	*8 761*	*10 661*	*100 000*

Os homens de 10 a 19 anos ocupados em atividades extra-domésticas representam 17,23% do total das pessoas dêste sexo, de 10 anos e mais, enquanto

os de 20 a 59 anos, constituindo o núcleo maior, representam 58,99%, e os de 60 anos e mais, 4,36%.

Dos ocupados em atividades domésticas e escolares, que constituem 8,76% da população masculina de 10 anos e mais, a grande maioria, correspondendo à parcela de 8,28%, acha-se em idade de 10 a 19 anos.

E também entre os 10,66% de inativos, predomina o mesmo grupo de idade de 10 a 19 anos, com a parcela de 6,70%, para apenas as de 2,47% do grupo de 20 a 59 e de 1,48% do de 60 anos e mais.

Passando-se a examinar a composição por grandes categorias de atividade dos diferentes grupos de idade, verifica-se que, dos homens de 20 a 59 anos, 95,27% estão ocupados em atividades extra-domésticas. A proporção dos inativos é de 3,99%, e a de ocupados em atividades domésticas e escolares de 0,74%, apenas.

Entre os homens de 60 anos e mais, a proporção dos ocupados em atividades extra-domésticas desce para 74,32%, nível bem elevado para essas idades senis; a proporção dos inativos sobe para 25,28% e a dos ocupados em atividades domésticas e escolares cai para 0,40%.

Entre os rapazes de 10 a 19 anos, os ocupados em atividades extra-domésticas ascendem a 53,48%, os ocupados em atividades domésticas e escolares a 25,71% e os inativos a 20,81%. Cumpre salientar que é muito baixa a proporção dos ocupados em atividades escolares, em comparação com a que se encontra em países de mais adiantada cultura; e é muito elevada a proporção dos declarados inativos que, não freqüentando a escola, como deveriam, ainda não têm uma ocupação regular. Para o sexo feminino, apresentam-se, em seguida, dados paralelos aos analisados acima.

Tabela *C*

IDADE Anos completos	MULHERES DE 10 ANOS E MAIS			
	Ocupadas em atividades		Inativas	Total
	Extra-domésticas	Domésticas e escolares		
1. DADOS ABSOLUTOS				
10 a 19	936 964	4 367 586	697 097	6 001 647
20 a 59	1 479 289	9 593 400	185 272	11 257 961
60 e mais	75 031	875 528	196 793	1 147 352
TOTAL	*2 491 284*	*14 836 514*	*1 079 162*	*18 406 960*
2. PROPORÇÕES POR 1 000 000 NO TOTAL				
10 a 19	50 903	237 279	37 871	326 053
20 a 59	80 366	521 183	10 065	611 614
60 e mais	4 076	47 565	10 692	62 333
TOTAL	*135 345*	*806 027*	*58 628*	*1 000 000*
3. PROPORÇÕES POR 100 000 DE CADA GRUPO DE IDADE				
10 a 19	15 612	72 773	11 615	100 000
20 a 59	13 140	85 214	1 646	100 000
60 e mais	6 539	76 309	17 152	100 000
TOTAL	*13 534*	*80 603*	*5 863*	*100 000*

Como já foi observado, a distribuição da população feminina segundo as atividades é caracterizada pela preponderância do número de mulheres ocupadas no ramo das atividades domésticas e escolares, que abrange 80,60% das de 10 anos e mais, contribuindo para essa quota o grupo de 10 a 19 anos com a parcela de 23,73% [4], o de 20 a 59 com a de 52,12%, e o de 60 e mais, com a de 4,76%.

A proporção de mulheres ocupadas em atividades extra-domésticas é relativamente baixa, atingindo apenas 13,53% do total das de 10 anos e mais. Contribuem para essa quota o grupo de 10 a 19 anos de idade com a parcela de 5,09%, o de 20 a 59 com a de 8,04%, e o de 60 e mais, com a de 4,08%.

Entre as inativas, que constituem 5,86% da população feminina de 10 anos e mais, o grupo maior é o das de 10 a 19 anos, contribuindo para essa quota com a parcela de 3,79%, em comparação com a de 1,01% do grupo de 20 a 59 anos e a de 1,07% do de 60 e mais.

Passando-se a examinar as proporções das diversas grandes categorias de atividade nos diferentes grandes grupos de idade, verifica-se que no principal dêstes, o de 20 a 59 anos, é preponderante a ocupação em atividades domésticas, com 85,21% do total do grupo, sendo apenas de 13,14% a quota das atividades extra-domésticas e de 1,65% a das pessoas inativas.

Entre as mulheres de 60 anos e mais, mantém-se ainda predominante a ocupação em atividades domésticas, com a proporção de 76,31%; a proporção das inativas sobe, entretanto, para 17,15%, diminuindo para 6,54% a das ocupadas em atividades extra-domésticas.

No grupo de 10 a 19 anos de idade, prevalecem, igualmente, as atividades domésticas e escolares, com 72,77% do total do grupo, sendo de 15,61% a proporção das ocupadas em atividades extra-domésticas e de 11,62% a das inativas; esta proporção relativamente elevada de inativas denuncia uma freqüência escolar insuficiente, da mesma maneira como já foi observado para os homens.

* * *

4. Iniciando-se, agora, a análise da composição por sexo e idade dos ocupados nos diversos ramos de atividade, apresentam-se, em primeiro lugar, dados para o ramo das atividades agropecuárias, tirados das tabelas I, II e III.

Tabela *D*

IDADE Anos completos	OCUPADOS EM ATIVIDADES AGROPECUARIAS					
	Números absolutos		Distribuição percentual segundo a idade, por sexo		Percentagem na população, em cada grupo de sexo e idade	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
10 a 19	2 316 544	385 844	25,38	52,78	39,88	6,43
20 a 29	2 446 948	162 094	26,81	22,17	55,43	3,44
30 a 39	1 736 661	64 441	19,02	8,82	55,21	2,05
40 a 49	1 270 504	52 853	13,92	7,23	56,56	2,49
50 a 59	792 517	37 375	8,68	5,11	58,25	2,90
60 a 69	417 574	20 405	4,57	2,79	57,30	2,82
70 a 79	120 409	6 378	1,32	0,87	48,60	2,14
80 e mais	27 261	1 660	0,30	0,23	33,48	1,30
10 e mais	*9 128 418*	*731 050*	*100,00*	*100,00*	*50,62*	*3,97*

[4] Na população masculina, onde as pessoas de 10 a 19 anos ocupadas em atividades domésticas e escolares são, na grande maioria, estudantes, a proporção correspondente é apenas de 8,28%. A proporção de 23,73% verificada na população feminina, reflete a já intensa ocupação das mulheres em atividades domésticas, nessas idades.

É característica das atividades agropecuárias a predominância das idades mais moças entre as pessoas nelas ocupadas. A idade mediana [5] dos ocupados nessas atividades é de 28,9 anos para os homens, e de apenas 19,4 para as mulheres. Mais de um quarto dos homens (25,38%) e mais da metade das mulheres (52,78%) estão em idade inferior a 20 anos.

A quota dos ocupados nas atividades agropecuárias varia de maneira muito diferente, em função da idade, nos dois sexos. Na população masculina, mantém-se sempre elevada nos diferentes grupos de idade, já atingindo 40% no grupo de 10 a 19 anos e excedendo 55% nos sucessivos, até o de 60 a 69, para cair ligeiramente no de 70 a 79 para 49% e no de 80 anos e mais para 33%.

Na população feminina, essa quota atinge o valor mais elevado, um pouco superior a 6%, no grupo de 10 a 19 anos. As exigências da maternidade e os cuidados da família afastam a maioria das mulheres das atividades extra-domésticas nas idades sucessivas; assim, diminui fortemente a quota das ocupadas nas atividades agropecuárias, até 2% no grupo de 30 a 39 anos, para depois subir um pouco até atingir 3% no grupo de 50 a 59 — pela maior liberdade que readquire a mulher nas idades maduras, e pela mais freqüente necessidade em que se acha de prover a sua existência e a dos seus — descendo, enfim, nas idades mais avançadas, por causas óbvias.

A proporção entre o número das mulheres e o dos homens nas atividades agropecuárias, conforme se verifica abaixo, chega apenas a 8% no conjunto da população nas mesmas ocupada [6].

Tabela *E*

IDADE Anos completos	PROPORÇÃO DE MULHERES POR 100 HOMENS
10 a 19	16,66
20 a 29	6,62
30 a 39	3,71
40 a 49	4,16
50 a 59	4,72
60 a 69	4,89
70 a 79	5,30
80 e mais	6,09
10 e mais	*8,01*

Essa proporção atinge o seu valor máximo, de 17%, no grupo de 10 a 19 anos, desce, em seguida, para 7% no grupo de 20 a 29, caindo ainda mais, depois, para cêrca de 4% nos grupos de 30 a 39 e 40 a 49, começando, então, a subir ligeiramente nos grupos sucessivos, até atingir 6% no de 80 anos e mais.

* * *

[5] Os dados sôbre a idade mediana dos ocupados nas diversas atividades são apenas aproximados, sendo feita a apuração por qüinqüênios até a idade de 29 anos, e por decênios dessa idade em diante; foram determinados gràficamente.

5. Acêrca dos ocupados nas indústrias extrativas, as tabelas I, II e III fornecem os seguintes dados.

Tabela *F*

IDADE Anos completos	OCUPADOS EM INDÚSTRIAS EXTRATIVAS					
	Números absolutos		Distribuição percentual segundo idade, por sexo		Percentagem na população, em cada grupo de sexo e idade	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
10 a 19	83 968	11 184	18,53	40,14	1,44	0,19
20 a 29	142 749	7 376	31,50	26,47	3,23	0,16
30 a 39	104 321	3 942	23,02	14,15	3,32	0,13
40 a 49	67 429	2 670	14,88	9,58	3,00	0,13
50 a 59	34 581	1 625	7,63	5,83	2,54	0,13
60 a 69	16 066	817	3,54	2,93	2,20	0,11
70 a 79	3 377	193	0,74	0,69	1,36	0,06
80 e mais	740	57	0,16	0,21	0,91	0,05
10 e mais	*453 231*	*27 864*	*100,00*	*100,00*	*2,51*	*0,15*

Também neste ramo de atividade observa-se forte predominância das idades moças embora um pouco menos acentuada do que nas atividades agropecuárias. A idade mediana é de 30,0 para os homens e de 23,0 para as mulheres.

A quota dos ocupados nas indústrias extrativas é baixa em tôdas as idades. Na população masculina, ela atinge o máximo de apenas um pouco mais de 3% no grupo de 30 a 39 anos, caindo progressivamente nos grupos sucessivos, em que, com o subir da idade, se vai reduzindo ràpidamente a capacidade física exigida para a maior parte dessas atividades.

Na população feminina, essa quota não chega a 0,2% no próprio grupo de 10 a 19 anos, em que atinge o seu máximo; diminui, depois, ainda mais, especialmente nos grupos mais velhos.

A proporção entre as mulheres e os homens é de 6% no conjunto dos ocupados nas idústrias extrativas, atingindo o máximo de 13% no grupo de idade de 10 a 19 anos, reduzindo-se rápidamente nos seguintes, até mínimos inferiores a 4% nos grupos de 30 a 39 e 40 a 49 anos, e depois subindo de novo até atingir quase 6% no grupo de 70 a 79 e quase 8% no de 80 anos e mais.

Tabela *G*

IDADE Anos completos	PROPORÇÃO DE MULHERES POR 100 HOMENS
10 a 19	13,32
20 a 29	7,38
30 a 39	3,78
40 a 49	3,96
50 a 59	4,70
60 a 69	5,09
70 a 79	5,72
80 e mais	7,70
10 e mais	*6,15*

* * *

[6] Essa baixa proporção, é, em parte, apenas aparente, dependendo dos fatos já expostos anteriormente na nota 3.

6. Os dados abaixo resumem os resultados da apuração dos ocupados nas indústrias de transformação e as respectivas elaborações, de acôrdo com as tabelas I, II e III.

Tabela *H*

IDADE Anos completos	OCUPADOS EM INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO					
	Números absolutos		Distribuição percentual segundo a idade, por sexo		Percentagem na população, em cada grupo de sexo e idade	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
10 a 19	295 808	153 898	16,10	39,63	5,09	2,56
20 a 29	635 652	142 306	34,59	36,65	14,40	3,02
30 a 39	421 338	52 618	22,93	13,55	13,39	1,67
40 a 49	277 501	25 250	15,10	6,50	12,35	1,19
50 a 59	144 363	9 541	7,85	2,46	10,61	0,74
60 a 69	52 822	3 396	2,87	0,88	7,25	0,47
70 a 79	8 977	986	0,49	0,25	3,62	0,33
80 e mais	1 275	323	0,07	0,08	1,57	0,25
10 e mais	*1 837 736*	*388 318*	*100,00*	*100,00*	*10,19*	*2,11*

A predominância das idades moças é também notável nas indústrias de transformação, apresentando-se ligeiramente mais acentuada do que nas indústrias extrativas. A idade mediana é de 29,8 anos no sexo masculino e de 22,2 no feminino.

A quota dos ocupados nas indústrias de transformação varia fortemente com a idade. No sexo masculino, saindo de 5% no grupo de 10 a 19 anos, já sobe acima de 14% no de 20 a 29, mantendo-se superior a 10% nas idades sucessivas, até o grupo de 50 a 59 anos, para depois declinar ràpidamente nas seguintes, até o mínimo de 1,5% no grupo de 80 anos e mais.

No sexo feminino, essa quota ascende a 2,5% no grupo de 10 a 19 anos, atinge o seu máximo, de 3%, no grupo de 20 a 29 anos, declinando, depois, contìnuamente, nos seguintes, até níveis inferiores a 0,5% nos grupos de 60 a 69 anos em diante.

A proporção entre o número das mulheres e o dos homens ocupados nas indústrias de transformação é relativamente elevada, excedendo 21%, em conjunto.

Tabela *I*

IDADE Anos completos	PROPORÇÃO DE MULHERES POR 100 HOMENS
10 a 19	52,03
20 a 29	22,39
30 a 39	12,49
40 a 49	9,10
50 a 59	6,61
60 a 69	6,43
70 a 79	10,98
80 e mais	25,33
10 e mais	*21,13*

No grupo de 10 a 19 anos essa proporção atinge o máximo, muito elevado, de 52%; desce, depois, até o mínimo de cêrca de 6,5% nos grupos de 50 a 59 e 60 a 69; sobe de novo nas idades sucessivas, até atingir um novo máximo das mais avançadas. A intensificação relativa da participação feminina nas atividades da indústria de transformação nas idades mais avançadas é devida, de um lado, à atenuação das exigências de sua atividade no lar, e, de outro, à mais freqüente necessidade de ganho, para a qual devem contribuir, em medida provàvelmente importante, os numerosos enviuvamentos.

* * *

7. Prosseguindo a análise dos diversos ramos de atividade, expõem-se abaixo os dados referentes aos ocupados no comércio de mercadorias, conforme aparecem nas tabelas I, II e III.

Tabela *J*

IDADE Anos completos	OCUPADOS NO COMÉRCIO DE MERCADORIAS					
	Números absolutos		Distribuição percentual segundo a idade, por sexo		Percentagem na população. em cada grupo de sexo e idade	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
10 a 19	126 370	27 613	14,58	31,08	2,17	0,46
20 a 29	247 198	34 942	28,51	39,33	5,60	0,74
30 a 39	207 302	12 888	23,91	14,51	6,59	0,41
40 a 49	154 263	7 855	17,79	8,84	6,87	0,37
50 a 59	87 171	3 680	10,06	4,14	6,41	0,29
60 a 69	36 497	1 447	4,21	1,63	5,01	0,20
70 a 79	7 226	347	0,83	0,39	2,92	0,12
80 e mais	972	68	0,11	0,08	1,19	0,05
10 e mais	*866 999*	*88 840*	*100,00*	*100,00*	*4,81*	*0,48*

A predominância das idades moças entre os ocupados no comércio de mercadorias é menor do que a verificada entre os ocupados nos ramos da agricultura e das indústrias extrativas e de transformação, especialmente entre as mulheres; a idade mediana neste ramo é mais elevada, atingindo 32,7 anos para os homens e 23,5 para as mulheres.

Tabela *K*

IDADE Anos completos	PROPORÇÃO DE MULHERES POR 100 HOMENS
10 a 19	21,85
20 a 29	14,14
30 a 39	6,22
40 a 49	5,09
50 a 59	4,22
60 a 69	3,96
70 a 79	4,80
80 e mais	7,00
10 e mais	*10,25*

A quota dos ocupados no comércio de mercadorias apresenta andamento diferente nos dois sexos. No sexo masculino ela varia fortemente em relação à idade, subindo, de pouco mais de 2% no grupo de 10 a 19 anos, até o máximo de quase 7% no de 40 a 49, diminuindo, depois, com o crescer da idade.

No sexo feminino, essa quota fica sempre muito baixa; não chega a 1% no grupo de 20 a 29 anos, e a 0,5% nos demais, apresentando-se decrescente do grupo de 30 a 39 em diante.

A proporção entre o número das mulheres e o dos homens ocupados no comércio de mercadorias é de 10% em conjunto, com o máximo de 22% no grupo de 10 a 19 anos, o mínimo de 4% no de 60 a 69 e valores crescentes, mas não elevados, nos grupos seguintes.

* * *

8. Acêrca dos ocupados no comércio de imóveis, de valores mobiliários, no crédito, nos seguros e em outras atividades de caráter comercial diversas do comércio de mercadorias, as tabelas I, II e III fornecem os dados seguintes.

Tabela *L*

IDADE Anos completos	OCUPADOS NO COMÉRCIO DE IMOVEIS, ETC.					
	Números absolutos		Distribuição percentual segundo a idade, por sexo		Percentagem na população, em cada grupo de sexo e idade	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
10 a 19	10 777	2 192	10,51	17,23	0,19	0,04
20 a 29	37 673	6 702	36,73	52,66	0,85	0,14
30 a 39	24 666	2 500	24,05	19,64	0,78	0,08
40 a 49	15 898	1 006	15,50	7,91	0,71	0,05
50 a 59	9 037	251	8,81	1,97	0,66	0,02
60 a 69	3 515	55	3,43	0,43	0,48	0,01
70 a 79	887	18	0,86	0,14	0,36	0,01
80 e mais	118	2	0,11	0,02	0,14	0,00
10 e mais	*102 571*	*12 726*	*100,00*	*100,00*	*0,57*	*0,07*

Em comparação com os ocupados no comércio de mercadorias os ocupados no comércio de imóveis, etc., apresentam proporções menores do grupo de 10 a 19 anos e maiores dos grupos de 20 a 29 e 30 a 39, em ambos os sexos, sendo mais acentuadas essas diferenças no sexo feminino. A idade mediana dos homens, 31,2 anos é um pouco inferior à verificada no comércio de mercadorias; a das mulheres, 25,1 anos, é mais elevada do que nesse ramo.

A importância relativa da ocupação no comércio de imóveis, etc., no quadro geral das atividades, é pequena. Na população masculina, a quota dos ocupados neste ramo atinge o máximo no grupo de 20 a 29 anos, onde porém não chega a 1%, diminuindo nas idades sucessivas.

Na população feminina essa quota fica desprezível em tôdas as idades, sendo apenas de 0,1% o próprio máximo, atingido no grupo de 20 a 29 anos.

A proporção entre o número das mulheres e o dos homens ocupados no comércio de imóveis, etc., é pouco superior a 12%, em conjunto.

Tabela *M*

IDADE Anos completos	PROPORÇÃO DE MULHERES POR 100 HOMENS
10 a 19	20,34
20 a 29	17,79
30 a 39	10,14
40 a 49	6,33
50 a 59	2,78
60 a 69	1,56
70 a 79	2,03
80 e mais	1,69
10 e mais	*12,41*

O máximo dessa proporção, 20%, verifica-se no grupo de 10 a 19 anos; o mínimo, de cêrca de 1,5%, no de 60 a 69, mantendo-se também baixas as proporções nos dois grupos de idade sucessivos.

* * *

9. Apresentam-se, em seguida, os dados referentes ao ramo dos serviços, tirados das tabelas I, II e III.

Tabela *N*

IDADE Anos completos	OCUPADOS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS					
	Números absolutos		Distribuição percentual segundo a idade, por sexo		Percentagem na população, em cada grupo de sexo e idade	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
10 a 19	139 375	320 505	18,71	34,76	2,40	5,34
20 a 29	234 236	287 098	31,45	31,14	5,30	6,10
30 a 39	163 812	139 708	21,99	15,15	5,21	4,45
40 a 49	111 427	93 231	14,96	10,11	4,96	4,40
50 a 59	62 177	51 001	8,35	5,53	4,57	3,95
60 a 69	26 752	23 204	3,59	2,52	3,67	3,21
70 a 79	6 013	5 887	0,81	0,64	2,43	1,98
80 e mais	1 030	1 398	0,14	0,15	1,26	1,10
10 e mais	*744 822*	*922 032*	*100,00*	*100,00*	*4,13*	*5,01*

A distribuição por idade dos ocupados na prestação de serviços não difere muito da observada entre os ocupados nas indústrias de transformação, especialmente entre os homens.

A idade mediana é de 29,7 anos para os homens e de 23,9 para as mulheres.

A importância relativa da ocupação na prestação de serviços é maior entre as mulheres do que entre os homens: êstes constituem 4% e aquelas 5% do total da população de 10 anos e mais de cada sexo. Na população masculina os níveis de ocupação nessa atividade nos diferentes grupos de idade ficam muito

próximos dos verificados para os ocupados no comércio de mercadorias, passando a quota dos ocupados, em relação ao total dos presentes em cada grupo de idade, de quase 2,5% no grupo de 10 a 19 anos, para valores próximos de 5% nos grupos de 20 a 59 anos e decrescendo depois gradativamente nas idades senis.

Na população feminina, a ocupação na prestação de serviços é mais freqüente do que qualquer outra ocupação em atividades extra-domésticas, como se pode verificar na tabela III. A quota das ocupadas, que já é superior a 5% no grupo de 10 a 19 anos, alcança o máximo, superior a 6%, no grupo de 20 a 29 para, daí em diante, diminuir, gradativamente, nas idades mais velhas.

Entre os ramos de atividades extra-domésticas, êste se destaca, juntamente ao das atividades sociais, pela predominância numérica de mulheres cuja proporção sobe a 124 por 100 homens, em conjunto.

Tabela *O*

IDADE Anos completos	PROPORÇÃO DE MULHERES POR 100 HOMENS
10 a 19	229,96
20 a 29	122,57
30 a 39	85,29
40 a 49	83,67
50 a 59	82,03
60 a 69	86,74
70 a 79	97,90
80 e mais	135,73
10 e mais	*123,79*

No grupo de idade de 10 a 19 anos a proporção das mulheres é de 230 por 100 homens; diminui para 123 no grupo seguinte; desce para mínimos, ainda bastante elevados, compreendidos entre 82 e 87 por 100, nos grupos de 30 a 39 a 60 a 69 anos; sobe de novo nas idades senis, atingindo 136 por 100 no grupo de 80 anos e mais.

* * *

10. A composição por sexo e idade dos ocupados no ramo de atividade dos transportes e comunicações consta dos dados abaixo tirados das tabelas I, II e III.

Êste ramo de atividade é caracterizado pelas proporções relativamente baixas de adolescentes e velhos e pelas elevadas proporções de pessoas de 20 a 39 anos. A idade mediana é de 33,4 anos para os homens e de 27,6 para as mulheres.

A quota dos ocupados nos transportes e comunicações difere profundamente nos dois sexos. Na população masculina ela é notável, principalmente nas idades de maior vigor físico; já próxima de 6% no grupo de idade de 20 a 29 anos, ultrapassa êsse limite no de 30 a 39, quase o atinge no de 40 a 49, e se mantém ainda superior a 4% no de 50 a 59, caindo ràpidamente nas idades senis.

Tabela *P*

IDADE Anos completos	OCUPADOS NOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES					
	Números absolutos		Distribuição percentual segundo a idade, por sexo		Percentagem na população, em cada grupo de sexo e idade	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
10 a 19	50 838	3 770	7,63	13,11	0,87	0,06
20 a 29	216 248	13 448	32,45	46,76	4,90	0,29
30 a 39	194 141	6 633	29,13	23,06	6,17	0,21
40 a 49	128 651	3 168	19,31	11,02	5,73	0,15
50 a 59	57 700	1 295	8,66	4,50	4,24	0,10
60 a 69	16 977	401	2,55	1,39	2,33	0,05
70 a 79	1 576	41	0,24	0,14	0,64	0,01
80 e mais	232	6	0,03	0,02	0,28	0,01
10 e mais	*666 363*	*28 762*	*100,00*	*100,00*	*3,69*	*0,16*

Na população feminina essas atividades são raras, sendo apenas de cêrca de 0,30% a máxima quota de ocupação, que corresponde ao grupo de 20 a 29 anos.

A proporção entre o número das mulheres e o dos homens ocupados nos transpotes e comunicações é apenas de 4% em conjunto, com máximos superiores a 7% e 6%, respectivamente, nos grupos de idade de 10 a 19 e de 20 a 29 anos, e mínimos próximos de 2,5% nas idades de 40 anos em diante.

Tabela *Q*

IDADE Anos completos	PROPORÇÃO DE MULHERES POR 100 HOMENS
10 a 19	7,42
20 a 29	6,22
30 a 39	3,42
40 a 49	2,46
50 a 59	2,24
60 a 69	2,36
70 a 79	2,60
80 e mais	2,59
10 e mais	*4,32*

* * *

11. Nas profissões liberais, a distribuição por sexo e idade dos ocupados é a representada pelos dados abaixo, tirados das tabelas I, II e III!

A distribuição por idade, neste ramo de atividade, é caracterizada pela proporção relativamente elevada dos grupos de 30 anos e mais. A idade mediana ascende a 36,8 anos para os homens e a 29,2 para as mulheres.

Tabela *R*

IDADE Anos completos	OCUPADOS NAS PROFISSÕES LIBERAIS					
	Números absolutos		Distribuição percentual segundo a idade, por sexo		Percentagem na população, em cada grupo de sexo e idade	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
10 a 19	4 085	2 533	6,33	17,86	0,07	0,04
20 a 29	15 377	4 869	23,84	34,33	0,35	0,10
30 a 39	18 645	2 472	28,91	17,43	0,59	0,08
40 a 49	12 750	1 705	19,77	12,02	0,57	0,08
50 a 59	8 385	1 292	13,00	9,11	0,62	0,10
60 a 69	3 925	853	6,08	6,01	0,54	0,12
70 a 79	1 174	344	1,82	2,43	0,48	0,12
80 e mais	160	115	0,25	0,81	0,20	0,09
10 e mais	*64 501*	*14 183*	*100,00*	*100,00*	*0,36*	*0,08*

A quota dos ocupados nas referidas atividades é muito baixa em ambos os sexos, mas fica caracterizada pela aproximada constância do seu nível nos grupos de idade de 30 a 79 anos no sexo masculino, e de 20 a 79 anos no sexo feminino, oscilando entre 0,5% e 0,6% naquele e em tôrno de 0,1% neste.

É relativamente elevada a participação feminina neste ramo, subindo a proporção de ocupadas a 22 por 100 homens, em conjunto.

Tabela *S*

IDADE Anos completos	PROPORÇÃO DE MULHERES POR 100 HOMENS
10 a 19	62,01
20 a 29	31,66
30 a 39	13,26
40 a 49	13,37
50 a 59	15,41
60 a 69	21,73
70 a 79	29,30
80 e mais	71,88
10 e mais	*21,99*

Em relação à idade, essa proporção varia da mesma forma já repetidas vêzes observada em outros ramos de atividade, descendo do nível elevado de 62 por 100 no grupo de 10 a 19 anos para mínimos de cêrca de 13 por 100 nos grupos de 30 a 39 e 40 a 49, para depois subir novamente até alcançar o máximo de quase 72 por 100 no grupo de 80 anos e mais.

* * *

12. Apresentam-se agora os dados referentes aos ocupados em atividades sociais, tirados das tabelas I, II e III.

Tabela *T*

IDADE Anos completos	OCUPADOS EM ATIVIDADES SOCIAIS					
	Números absolutos		Distribuição percentual segundo a idade, por sexo		Percentagem na população, em cada grupo de sexo e idade	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
10 a 19	12 461	26 454	6,23	11,35	0,22	0,44
20 a 29	53 820	96 631	26,89	41,45	1,22	2,05
30 a 39	56 620	58 941	28,29	25,29	1,80	1,88
40 a 49	39 225	31 285	19,60	13,42	1,75	1,48
50 a 59	23 658	13 619	11,82	5,84	1,74	1,05
60 a 69	11 517	4 677	5,75	2,01	1,58	0,65
70 a 79	2 487	1 259	1,24	0,54	1,00	0,42
80 e mais	370	239	0,18	0,10	0,45	0,19
10 e mais	*200 158*	*233 105*	*100,00*	*100,00*	*1,11*	*1,27*

A distribuição por idade dos ocupados nas atividades sociais, ramo que também engloba várias classes de atividades intelectuais e técnicas [7], não difere muito da observada entre os ocupados nas profissões liberais, especialmente entre os homens. A idade mediana é de 35,9 anos para os homens e 29,3 para as mulheres.

A importância relativa da ocupação nas atividades sociais, assim como no ramo da prestação de serviços, é ligeiramente maior entre as mulheres do que entre os homens, contribuindo em ambos os sexos com pouco mais de 1% para o total da população de 10 anos e mais. Na população masculina, a quota dos ocupados nas atividades sociais, que é apenas de 0,2% no grupo de 10 a 19 anos de idade, passa a variar dentro dos limites de 1% a 2% nas idades de 20 a 79 anos, caindo para 0,5 nas de 80 anos e mais.

Na população feminina, essa quota, próxima de 0,5% no grupo de 10 a 19 anos, sobe para o máximo de 2% no grupo de idades seguinte, para declinar gradativamente nas idades sucessivas até o mínimo de 0,2% nas de 80 anos e mais.

Êste ramo, como o da prestação de serviços, destaca-se entre os das atividades extra-domésticas pela predominância numérica de mulheres, cuja proporção sobe a 116,5 por 100 homens, em conjunto.

Tabela *U*

IDADE Anos completos	PROPORÇÃO DE MULHERES POR HOMENS 100
10 a 19	212,29
20 a 29	179,54
30 a 39	104,10
40 a 49	79,76
50 a 59	57,57
60 a 69	40,61
70 a 79	50,62
80 e mais	64,59
10 e mais	*116,46*

[7] Ensino público, ensino particular, instituições culturais, assistência médico-hospitalar pública, etc.

No grupo de idade de 10 a 19 anos a proporção das mulheres é de 212 por 100 homens; diminui gradativamente nos grupos seguintes até um mínimo de 41 por 100 no de 60 a 69, para então subir, ligeiramente, nos dois últimos grupos, alcançando 65 por 100 no de 80 anos e mais.

* * *

13. A distribuição por sexo e idade dos ocupados na administração pública, legislativo e justiça, conforme os dados das tabelas I, II e III, consta do quadro seguinte.

Tabela *V*

IDADE Anos completos	OCUPADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ETC.					
	Números absolutos		Distribuição percentual segundo a idade, por sexo		Percentagem na população, em cada grupo de sexo e idade	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
10 a 19	11 924	2 521	5,42	6,29	0,21	0,04
20 a 29	58 095	17 877	26,39	44,62	1,32	0,38
30 a 39	61 486	12 045	27,93	30,07	1,95	0,38
40 a 49	46 404	5 624	21,08	14,04	2,07	0,26
50 a 59	28 926	1 614	13,14	4,03	2,13	0,13
60 a 69	11 881	354	5,40	0,88	1,63	0,05
70 a 79	1 272	24	0,58	0,06	0,51	0,01
80 e mais	126	3	0,06	0,01	0,16	0,00
10 e mais	*220 114*	*40 062*	*100,00*	*100,00*	*1,22*	*0,22*

A distribuição por idade dos ocupados na administração pública, ramo a que pertencem, igualmente, várias classes de atividades intelectuais, assemelha-se muito às verificadas nos ramos das profissões liberais e das atividades sociais, especialmente entre os homens: elevada representação dos grupos de 20 a 39 e baixa representação do de 10 a 19. A idade mediana é de 36,5 para os homens e 29,8 para as mulheres.

A quota dos ocupados na administração pública, etc., muito baixa na adolescência, aumenta, em seguida, nas idades moças e maduras, em ambos os sexos, diminuindo de novo nas idades senis. No sexo masculino, essa quota, que já ultrapassa 1% no grupo de 20 a 29 anos, aumenta progressivamente nos grupos seguintes até atingir o máximo, superior a 2% no de 50 a 59, diminuindo nas idades senis.

No sexo feminino, a quota mais elevada, que é de 0,4% apenas, corresponde aos grupos de 20 a 29 e 30 a 39 anos, além dos quais os valores diminuem ràpidamente.

A participação feminina neste ramo de atividade é relativamente elevada, montando a 18,20 a proporção de mulheres por 100 homens.

O valor mais elevado, que é de 31%, encontra-se no grupo de 20 a 29 anos de idade; a partir do grupo de 30 a 39 anos a proporção das mulheres por 100 homens cai ràpidamente, até o mínimo de 2% no de 70 a 79 anos, subindo ligeiramente nas idades de 80 anos e mais [8].

[8] É provável que muitas das pessoas de mais de 70 anos classificadas no ramo da administração pública tenham declarado a antiga ocupação, estando já aposentadas.

Tabela *W*

IDADE Anos completos	PROPORÇÃO DE MULHERES POR 100 HOMENS
10 a 19	21,14
20 a 29	30,77
30 a 39	19,59
40 a 49	12,12
50 a 59	5,58
60 a 69	2,98
70 a 79	1,89
80 e mais	2,38
10 e mais	*18,20*

* * *

14. Resta a examinar o último ramo das atividades extra-domésticas, o da defesa nacional e segurança pública, cujos dados, tirados das tabelas I, II e III, constam do quadro abaixo.

Tabela *X*

IDADE Anos completos	OCUPADOS NA DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA					
	Números absolutos		Distribuição percentual segundo a idade, por sexo		Percentagem na população, em cada grupo de sexo e idade	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
10 a 19	54 686	450	22,15	10,36	0,94	0,01
20 a 29	85 848	1 843	34,76	42,45	1,94	0,04
30 a 39	58 496	1 186	23,69	27,31	1,86	0,04
40 a 49	33 731	598	13,66	13,77	1,50	0,03
50 a 59	11 078	191	4,49	4,40	0,81	0,01
60 a 69	2 837	58	1,15	1,34	0,39	0,01
70 a 79	232	14	0,09	0,32	0,09	0,01
80 e mais	22	2	0,01	0,05	0,03	0,00
10 e mais	*246 930*	*4 342*	*100,00*	*100,00*	*1,37*	*0,02*

Em vista do pequeno número de mulheres ocupadas nesse ramo de atividade, o comentário ficará limitado ao sexo masculino.

As próprias exigências dos serviços de defesa nacional e segurança pública fazem com que se torne preponderante o grupo de 20 a 29 anos de idade entre os homens ocupados nessas atividades. A sua idade mediana é de 27,8 anos.

A quota dos ocupados nas referidas atividades, na população masculina, atinge o seu máximo, pouco inferior a 2%, no grupo de 20 a 29 anos; diminui, depois, ràpidamente, com o aumentar da idade.

* * *

15. Procede-se, a seguir, a análise dos dados para o conjunto das atividades extra-domésticas, que foram consideradas separadamente nos capítulos precedentes.

Apresentam-se abaixo êsses dados, tirados das tabelas I, II e III, na mesma forma adotada nas análises dos diversos ramos particulares de atividade.

Tabela Y

IDADE Anos completos	OCUPADOS EM ATIVIDADES EXTRA-DOMÉSTICAS					
	Números absolutos		Distribuição percentual segundo a idade, sexo por		Percentagem na população, em cada grupo de sexo e idade	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
10 a 19	3 106 836	936 964	21,38	37,61	53,48	15,61
20 a 29	4 173 844	775 186	28,72	31,12	94,54	16,46
30 a 39	3 047 488	357 374	20,97	14,34	96,88	11,30
40 a 49	2 157 783	225 245	14,85	9,04	96,07	10,63
50 a 59	1 259 593	121 484	8,67	4,88	92,58	9,42
60 a 69	600 363	55 667	4,13	2,23	82,38	7,70
70 a 79	153 630	15 491	1,06	0,62	62,01	5,21
80 e mais	32 306	3 873	0,22	0,16	39,67	3,04
10 e mais	*14 531 843*	*2 491 284*	*100,00*	*100,00*	*80,58*	*13,53*

A distribuição por idade dos ocupados em atividades extra-domésticas reflete a elevada proporção das idades adolescentes e moças que é peculiar à população do Brasil. No sexo feminino, a freqüente renúncia às ocupações extra-domésticas no período da existência em que se tornam predominantes as exigências da maternidade e do lar, faz acentuar a referida característica, determinando uma forte superioridade da representação do grupo de 10 a 19 anos de idade sôbre as dos demais grupos decenais, que decrescem ràpidamente com o subir da idade. Resumem-se os caracteres da distribuição, por meio da idade mediana dos ocupados, que é de 29,9 para os homens e 22,0 para as mulheres.

A importância relativa da ocupação nas atividades extra-domésticas é muito maior entre os homens do que entre as mulheres, constituindo aquêles mais de 80%, e essas cêrca de 14%, apenas, do total da população de 10 anos e mais de cada sexo. Na população masculina, os que exercem atividades extra-domésticas já constituem a maioria no grupo de 10 a 19 anos, e uma maioria preponderante nos de 20 a 59, com o máximo de quase 97% no grupo de 30 a 39 anos e um valor pouco menor no de 40 a 49; continuam maioria nos grupos de 60 a 69 e 70 a 79, embora a sua quota apresente marcado declínio nessas idades; passam a constituir minoria, finalmente, no grupo de 80 anos e mais.

Na população feminina, a quota das ocupadas em atividades extra-domésticas, já moderada no grupo de idade de 10 a 19 anos, em que atinge cêrca de 16%, sobe ligeiramente no de 20 a 29, ultrapassando 16%, para em seguida descer nas idades seguintes, mantendo-se em tôrno de 10% nos grupos de 30 a 59 anos e reduzindo-se ainda mais nas idades avançadas.

A proporção entre as mulheres e os homens ocupados em atividades extra-domésticas varia como mostram os dados abaixo.

Tabela Z

IDADE Anos completos	PROPORÇÃO DE MULHERES POR 100 HOMENS
10 a 19	30,16
20 a 29	18,57
30 a 39	11,73
40 a 49	10,44
50 a 59	9,64
60 a 69	9,27
70 a 79	10,08
80 e mais	11,99
10 e mais	17,14

No conjunto das pessoas ocupadas em atividades extra-domésticas contam-se 17 mulheres por 100 homens; no grupo de 10 a 19 anos essa proporção sobe para 30%, descendo nas idades sucessivas, até um mínimo de 9% no grupo de 60 a 69 anos, e aumentando um pouco nas idades mais velhas.

* * *

16. Acêrca dos ocupados em atividades domésticas e escolares, embora já tenham sido feitas algumas observações no parágrafo 3, reúnem-se no quadro seguinte os dados respectivos, tirados das tabelas I, II e III, para tornar mais fácil a comparação com os dados expostos no parágrafo precedente acêrca dos ocupados em atividades extra-domésticas.

Tabela Z bis

IDADE Anos completos	OCUPADOS EM ATIVIDADES DOMÊSTICAS NÃO REMUNERADAS E ESCOLARES					
	Números absolutos		Distribuição percentual segundo a idade, por sexo		Percentagem na população, em cada grupo de sexo e idade	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
10 a 19	1 493 345	4 367 586	94,52	29,44	25,71	72,77
20 a 29	70 051	3 854 002	4,43	25,98	1,59	81,85
30 a 39	5 516	2 746 680	0,35	18,51	0,18	87,46
40 a 49	3 667	1 864 113	0,23	12,56	0,16	87,96
50 a 59	3 161	1 128 605	0,20	7,61	0,23	87,51
60 a 69	2 538	601 482	0,16	4,05	0,35	83,23
70 a 79	1 268	211 842	0,08	1,43	0,51	71,23
80 e mais	445	62.204	0,03	0,42	0,55	48,88
10 e mais	*1 579 991*	*14 836 514*	*100,00*	*100,00*	*8,76*	*80,60*

Como já foi dito anteriormente em nota ao parágrafo 3, entre os homens clasificados neste ramo de atividades prevalecem os estudantes, de modo que a maioria preponderante dêles se concentra no grupo de 10 a 19 anos, encontrando-se ainda um núcleo não desprezível no de 20 a 29.

Entre as mulheres, ao lado do importante grupo das crianças e adolescentes com atividades escolares, que devem constituir maioria no grupo de 10 a 19 anos, encontra-se a grande massa das ocupadas em atividades domésticas, com importante núcleo no grupo de 20 a 29 anos, sendo também consideráveis, embora decrescentes, os contingentes nos grupos sucessivos.

A idade mediana dos ocupados em atividades domésticas e escolares é de 13,3 anos para os homens e 27,7 anos para as mulheres.

Ao contrário do que acontece nas atividades extra-domésticas, a importância relativa da ocupação nas atividades domésticas não remuneradas e escolares é muito maior entre as mulheres do que entre os homens, constituindo aquelas mais de 80%, e êsses cêrca de 9%, apenas, do total da população de 10 anos e mais de cada sexo. Na população masculina, os ocupados nessas atividades constituem uma quota relativamente elevada apenas no grupo de 10 a 19 anos, sendo muito pequena a quota no grupo de 20 a 29 anos e desprezíveis as quotas nos grupos sucessivos.

Na população feminina, as ocupadas em atividades domésticas e escolares constituem maioria em todos os grupos de idade, exceto no de 80 e mais; essa maioria é preponderante nos grupos de 20 a 69 anos, onde as quotas excedem 80%.

* * *

17. O presente estudo, além de evidenciar as características fundamentais, já bem conhecidas, da predominância das atividades agropecuárias entre os homens e das domésticas entre as mulheres, indica também em que proporções um e outro sexo participam das demais formas de atividade.

As pessoas ocupadas em atividades extra-domésticas constituem menos de um têrço da população total do país. Mais da metade da população masculina está ocupada nessas atividades, porém apenas cêrca de um décimo da feminina, devendo-se notar, porém, que grande número de mulheres exercendo atividades domésticas também trabalha na agricultura, embora de maneira descontínua e suplementar.

Os inativos representam cêrca de um décimo da população masculina de 10 anos e mais de idade, e as inativas mais de um vigésimo da população feminina das mesmas idades. A maior proporção de homens do que de mulheres entre os inativos é, em grande parte, apenas aparente, de vez que muitas das mulheres que, com o mesmo critério que prevaleceu para os homens, seriam classificadas como inativas, declararam-se ocupadas em atividades domésticas.

A idade mediana dos ocupados em atividades extra-domésticas é baixa, em conseqüência mesmo da extrema juventude da população brasileira. As idades mais moças predominam, entretanto, no sexo masculino, entre os ocupados na agricultura, pecuária e silvicultura, nas indústrias extrativas e nas indústrias de transformação; no sexo feminino, também entre as ocupadas na agricultura, pecuária e silvicultura, nas indústrias extrativas, nas indústrias de transformação, assim como na prestação de serviços e no comércio de mercadorias.

A idade mediana é bem mais baixa no sexo feminino do que no masculino nas atividades extra-domésticas; ao contrário, ela é bem mais elevada nas atividades domésticas e escolares, nas quais a grande maioria dos homens é constituída por estudantes.

Entre os ocupados nos diversos ramos de atividade, encontram-se as idades medianas mais elevadas nas profissões liberais, nas atividades sociais e na administração pública, em ambos os sexos.

Entre os homens ocupados em atividades extra-domésticas, os que exercem atividade na agricultura, pecuária e silvicultura constituem maioria preponderante em todos os grupos decenais de idade, nos quais são também importantes os contingentes dos que se dedicam às indústrias de transformação, ao comércio de mercadorias, à prestação de serviços e às indústrias extrativas.

Tabela I

BRASIL

População de 10 anos e mais, segundo a atividade principal, por sexo e grupos de idade

IDADE Anos completos	DISCRIMINAÇÃO SEGUNDO A ATIVIDADE PRINCIPAL						
	Agricultura, pecuária e silvicultura	Indústrias extrativas	Indústrias de transformação	Comércio de mercadorias	Comércio de imóveis, etc.	Serviços	Transportes comunicações, etc.
1. HOMENS							
10 a 19	2 316 544	83 958	295 808	126 370	10 777	139 375	50 838
20 a 29	2 446 948	142 749	635 652	247 198	37 673	234 236	216 248
30 a 39	1 736 661	104 321	421 338	207 302	24 666	163 812	194 141
40 a 49	1 270 504	67 429	277 501	154 263	15 898	111 427	128 651
50 a 59	792 517	34 581	144 363	87 171	9 037	62 177	57 700
60 a 69	417 574	16 066	52 822	36 497	3 515	26 752	16 977
70 a 79	120 409	3 377	8 977	7 226	887	6 013	1 576
80 e mais	27 261	740	1 275	972	118	1 030	232
10 e mais	*9 128 418*	*453 231*	*1 837 736*	*866 999*	*102 571*	*744 822*	*666 363*
2. MULHERES							
10 a 19	385 844	11 184	153 898	27 613	2 192	320 505	3 770
20 a 29	162 094	7 376	142 306	34 942	6 702	287 098	13 448
30 a 39	64 441	3 942	52 618	12 888	2 500	139 708	6 633
40 a 49	52 853	2 670	25 250	7 855	1 006	93 231	3 168
50 a 59	37 375	1 625	9 541	3 680	251	51 001	1 295
60 a 69	20 405	817	3 396	1 447	55	23 204	401
70 a 79	6 378	193	986	347	18	5 887	41
80 e mais	1 660	57	323	68	2	1 398	6
10 e mais	*731 050*	*28 864*	*388 318*	*88 840*	*12 726*	*922 032*	*28 762*

IDADE Anos completos	DISCRIMINAÇÃO SEGUNDO A ATIVIDADE PRINCIPAL						
	Profissões liberais	Atividades sociais	Administração pública, legislativo, justiça	Defesa nacional e segurança pública	Atividades domésticas não remuneradas e escolares	Condições inativas, etc.	TOTAL
1. HOMENS							
10 a 19	4 085	12 461	11 924	54 686	1 493 345	1 209 054	5 809 235
20 a 29	15 377	53 820	58 095	85 848	70 051	170 877	4 414 772
30 a 39	18 645	56 620	61 486	58 496	5 516	92 711	3 145 715
40 a 49	12 750	39 225	46 404	33 731	3 667	84 657	2 246 107
50 a 59	8 385	23 658	28 926	11 078	3 161	97 826	1 360 580
60 a 69	3 925	11 517	11 881	2 837	2 538	125 901	728 802
70 a 79	1 174	2 487	1 272	232	1 268	92 857	247 755
80 e mais	160	370	126	22	445	48 681	81 432
10 e mais	*64 501*	*200 158*	*220 114*	*246 930*	*1 579 991*	*1 922 564*	*18 034 398*
2. MULHERES							
10 a 19	2 533	26 454	2 521	450	4 367 586	697 097	6 001 647
20 a 29	4 869	96 631	17 877	1 843	3 854 002	79 450	4 708 638
30 a 39	2 472	58 911	12 045	1 186	2 746 680	36 283	3 140 337
40 a 49	1 705	31 285	5 624	598	1 864 113	29 894	2 119 252
50 a 59	1 292	13 619	1 614	191	1 128 605	39 645	1 289 734
60 a 69	853	4 677	354	58	601 482	65 517	722 666
70 a 79	344	1 259	24	14	211 842	70 082	297 415
80 e mais	115	239	3	2	62 204	61 194	127 271
10 e mais	*14 183*	*233 105*	*40 062*	*4 342*	*14 836 514*	*1 079 162*	*18 406 960*

Tabela II

BRASIL

Percentagens das pessoas nos diferentes grupos de idade entre os ocupados em cada ramo de atividade principal, por sexo

IDADE Anos completos	DISCRIMINAÇÃO SEGUNDO A ATIVIDADE PRINCIPAL						
	Agricultura, pecuária e silvicultura	Indústrias extrativas	Indústrias de transformação	Comércio de mercadorias	Comércio de imóveis, etc.	Serviços	Transportes comunicações, etc.
1. HOMENS							
10 a 19	25,38	18,53	16,10	14,58	10,51	18,71	7,63
20 a 29	26,81	31,50	34,59	28,51	36,73	31,45	32,45
30 a 39	19,02	23,02	22,93	23,91	24,05	21,99	29,13
40 a 49	13,92	14,88	15,10	17,79	15,50	14,96	19,31
50 a 59	8,68	7,63	7,85	10,06	8,81	8,35	8,66
60 a 69	4,57	3,54	2,87	4,21	3,43	3,59	2,55
70 a 79	1,32	0,74	0,49	0,83	0,86	0,81	0,24
80 e mais	0,30	0,16	0,07	0,11	0,11	0,14	0,03
10 e mais	*100,00*	*100,00*	*100,00*	*100,00*	*100,00*	*100,00*	*100,00*
2. MULHERES							
10 a 19	52,78	40,14	39,63	31,08	17,23	34,76	13,11
20 a 29	22,17	26,47	36,65	39,33	52,66	31,14	46,76
30 a 39	8,82	14,15	13,55	14,51	19,64	15,15	23,06
40 a 49	7,23	9,58	6,50	8,84	7,91	10,11	11,02
50 a 59	5,11	5,83	2,46	4,14	1,97	5,53	4,50
60 a 69	2,79	2,93	0,88	1,63	0,43	2,52	1,39
70 a 79	0,87	0,69	0,25	0,39	0,14	0,64	0,14
80 e mais	0,23	0,21	0,08	0,08	0,02	0,15	0,02
10 e mais	*100,00*	*100,00*	*100,00*	*100,00*	*100,00*	*100,00*	*100,00*

IDADE Anos completos	DISCRIMINAÇÃO SEGUNDO A ATIVIDADE PRINCIPAL						
	Profissões liberais	Atividades sociais	Administração pública, legislativo, justiça	Defesa nacional e segurança pública	Atividades domésticas não remuneradas e escolares	Condições inativas, etc.	TOTAL
1. HOMENS							
10 a 19	6,33	6,23	5,42	22,15	94,52	62,89	32,21
20 a 29	23,84	26,89	26,39	34,76	4,43	8,89	24,48
30 a 39	28,91	28,29	27,93	23,69	0,35	4,82	17,44
40 a 49	19,77	19,60	21,08	13,66	0,23	4,40	12,46
50 a 59	13,00	11,82	13,14	4,49	0,20	5,09	7,55
60 a69	6,08	5,75	5,40	1,15	0,16	6,55	4,04
70 a 79	1,82	1,24	0,58	0,09	0,08	4,83	1,37
80 e mais	0,25	0,18	0,06	0,01	0,03	2,53	0,45
10 e mais	*100,00*	*100,00*	*100,00*	*100,00*	*100,00*	*100,00*	*100,00*
2. MULHERES							
10 a 19	17,86	11,35	6,29	10,36	29,44	64,60	32,60
20 a 29	34,33	41,45	44,62	42,45	25,98	7,36	25,58
30 a 39	17,43	25,29	30,07	27,31	18,51	3,36	17,06
40 a 49	12,02	13,42	14,04	13,77	12,56	2,77	11,51
50 a 59	9,11	5,84	4,03	4,40	7,61	3,67	7,01
60 a 69	6,01	2,01	0,88	1,34	4,05	6,07	3,93
70 a 79	2,43	0,54	0,06	0,32	1,43	6,50	1,62
80 e mais	0,81	0,10	0,01	0,05	0,42	5,67	0,69
10 e mais	*100,00*	*100,00*	*100,00*	*100,00*	*100,00*	*100,00*	*100,00*

Tabela III

BRASIL

Percentagens dos ocupados nos diversos ramos de atividade principal em cada grupo de idade, por sexo

IDADE Anos completos	DISCRIMINAÇÃO SEGUNDO A ATIVIDADE PRINCIPAL						
	Agricultura, pecuária e silvicultura	Indústrias extrativas	Indústrias de transformação	Comércio de mercadorias	Comércio de imóveis, etc.	Serviços	Transportes comunicações, etc.
1. HOMENS							
10 a 19	39,88	1,44	5,09	2,17	0,19	2,40	0,87
20 a 29	55,43	3,23	14,40	5,60	0,85	5,30	4,90
30 a 39	55,21	3,32	13,39	6,59	0,78	5,21	6,17
40 a 49	56,56	3,00	12,35	6,87	0,71	4,96	5,73
50 a 59	58,25	2,54	10,61	6,41	0,66	4,57	4,24
60 a 69	57,30	2,20	7,25	5,01	0,48	3,67	2,33
70 a 79	48,60	1,36	3,62	2,92	0,36	2,43	0,64
80 e mais	33,48	0,91	1,57	1,19	0,14	1,26	0,28
10 e mais	*50,62*	*2,51*	*10,19*	*4,81*	*0,57*	*4,13*	*3,69*
2. MULHERES							
10 a 19	6,43	0,19	2,56	0,46	0,04	5,34	0,06
20 a 29	3,44	0,16	3,02	0,74	0,14	6,10	0,29
30 a 39	2,05	0,13	1,67	0,41	0,08	4,45	0,21
40 a 49	2,49	0,13	1,19	0,37	0,05	4,40	0,15
50 a 59	2,90	0,13	0,74	0,29	0,02	3,95	0,10
60 a 69	2,82	1,11	0,47	0,20	0,01	3,21	0,05
70 a 79	2,14	0,06	0,33	0,12	0,01	1,98	0,01
80 e mais	1,30	0,05	0,25	0,05	0,00	1,10	0,01
10 e mais	*3,97*	*0,15*	*2,11*	*0,48*	*0,07*	*5,01*	*0,16*

IDADE Anos completos	DISCRIMINAÇÃO SEGUNDO A ATIVIDADE PRINCIPAL						
	Profissões liberais	Atividades sociais	Administração pública, legislativo, justiça	Defesa nacional e segurança pública	Atividades domésticas não remuneradas e escolares	Condições inativas, etc.	TOTAL
1. HOMENS							
10 a 19	0,07	0,22	0,21	0,94	25,71	20,81	100,00
20 a 29	0,35	1,22	1,32	1,94	1,59	3,87	100,00
30 a 39	0,59	1,80	1,95	1,86	0,18	2,95	100,00
40 a 49	0,57	1,75	2,07	1,50	0,16	3,77	100,00
50 a 59	0,62	1,74	2,13	0,81	0,23	7,19	100,00
60 a 69	0,54	1,58	1,63	0,39	0,35	17,27	100,00
70 a 79	0,48	1,00	0,51	0,09	0,51	37,48	100,00
80 e mais	0,20	0,45	0,16	0,03	0,55	59,78	100,00
10 e mais	*0,36*	*1,11*	*1,22*	*1,37*	*8,76*	*10,66*	*100,00*
2. MULHERES							
10 a 19	0,04	0,44	0,04	0,01	72,77	11,62	100,00
20 a 29	0,10	2,05	0,38	0,04	81,85	1,69	100,00
30 a 39	0,08	1,88	0,38	0,04	87,46	1,16	100,00
40 a 49	0,08	1,48	0,26	0,03	87,96	1,41	100,00
50 a 59	0,10	1,05	0,13	0,01	87,51	3,07	100,00
60 a 69	0,12	0,65	0,05	0,01	83,23	9,07	100,00
70 a 79	0,12	0,42	0,01	0,01	71,23	23,56	100,00
80 e mais	0,09	0,19	0,00	0,00	48,88	48,08	100,00
10 e mais	*0,08*	*1,27*	*0,22*	*0,02*	*80,60*	*5,86*	*100,00*

Os contingentes de ocupados nos transportes e comunicações são importantes nas idades maduras compreendidas entre 20 e 69 anos, mas não nas demais, em que as condições físicas ou técnicas dos indivíduos não os habilitam ao exercício de tal atividade.

Entre as mulheres ocupadas em atividades extra-domésticas, as que exercem atividade na agricultura, pecuária e silvicultura e na prestação de serviços constituem maioria preponderante em todos os grupos decenais de idade. São também importantes os contingentes de mulheres ocupadas nas indústrias de transformação nas idades compreendidas entre 10 e 49 anos, especialmente nos grupos decenais mais moços, e nas atividades sociais nas idades de 20 a 59 anos.

A predominância de homens nas atividades extra-domésticas é especialmente forte na agricultura, pecuária e silvicultura, nas indústrias extrativas, no comércio de imóveis, nos transportes e comunicações e na defesa nacional. Apresenta-se mais atenuada na administração pública, nas indústrias de transformação e nas profissões liberais.

Apesar de constituírem atividades extra-domésticas, a prestação de servviços e as atividades sociais apresentam preponderâncias do sexo feminino.

E — A POPULAÇÃO URBANA E A POPULAÇÃO RURAL

I

AS AGLOMERAÇÕES URBANAS NO BRASIL SEGUNDO O CENSO DE 1950 [1]

SUMÁRIO: 1. Introdução. — 2. Resultados gerais para o Brasil. — 3. Distribuição dos Municípios, segundo a proporção dos habitantes em aglomerações urbanas. — 4. Aglomerações urbanas, segundo o número de habitantes. Relação das grandes aglomerações. — 5. Resultados gerais para as regiões fisiográficas. — 6. Resultados gerais para as Unidades da Federação. — 7. População das aglomerações urbanas em 1940 e em 1950. — 8. Elementos do incremento demográfico das aglomerações urbanas entre 1940 e 1950. — 9. Recapitulação.

1. Indicou o Professor GIORGIO MORTARA, em artigo publicado na "Revista Brasileira dos Municípios" [2], como poderiam ser aproveitados os resultados da apuração do censo demográfico de 1940 para o estudo da discriminação aproximativa da população do Brasil nas categorias urbana e rural.

O critério que tinha sido adotado na apuração daquele censo, que é, em princípio, o mesmo que vem de ser seguido no de 1950, é o de classificar como urbana ou rural a população presente em quadros delimitados pela administração municipal como sendo urbanos ou rurais. A administração municipal, no entanto, nem sempre respeitou, no delimitar essas áreas, as condições — que são muitas e que estão ainda sujeitas, em parte, a controvérsias — que caracterizam uma aglomeração urbana. Houve casos, mesmo, em que foi arbitràriamente delimitada uma área que em virtude de suas características poderia vir a ser ocupada por uma aglomeração urbana, mas que por ocasião da delimitação não o era, e que, no entanto, foi apresentada como "quadro urbano". Observou-se, por exemplo, que havia, em 1940, 471 distritos cuja população do quadro urbano não ultrapassava 100 habitantes. Não havia, portanto, de acôrdo com o conceito demográfico da expressão, aglomerações urbanas nessas áreas, em vista simplesmente do número muito baixo de habitantes. Verificou-se que dêsses 471 distritos, 69 não tinham nenhum habitante no quadro urbano.

A discriminação rigorosa das duas categorias exigiria uma pesquisa quase impraticável. São muitos os fatôres que seria preciso considerar. Realizada essa discriminação, teria de ser periòdicamente revista em virtude da tendência geral no sentido da urbanização observada em todos os países. Uma zona rural hoje deverá talvez ser classificada como urbana amanhã. A zona urbana de hoje tende em geral a expandir-se absorvendo parte da zona rural. Uma grande aglomeração em cujas proximidades haja hoje certo número de pequenas aglomerações pode, no futuro, agregá-las, passando juntas a constituir uma só aglomeração, por ter deixado de existir a separação que havia entre elas de uma zona de habitações esparsas. Uma pequena aglomeração, em virtude, de

---

[1] Nova redação de um estudo, redigido pelo Estatístico Analista ERNANI THIMOTEO DE BARROS (publicado na "Revista Brasileira de Estatística", N.º 48, 1952), que fôra primeiramente elaborado com base em dados referentes à população *registrada* (dados preliminares) do censo de 1950. A presente edição aproveita os dados, agora disponíveis, referentes à população *de fato* (dados definitivos).

[2] *Observações sôbre a discriminação da população urbana no censo de 1940* (N.º 9, 1950 páginas 20 a 55).

possibilidades potenciais de exploração industrial, com o início dessa exploração tem o seu ritmo de crescimento acelerado, passando a absorver áreas antes rurais, originando-se uma mudança na composição segundo ramos de atividades da população. É desnecessário que sejam citados outros exemplos das dificuldades de uma discriminação com mais rigor das duas categorias de população e da necessidade de ser renovada periòdicamente essa discriminação.

No artigo citado, é sugerido, para se obter uma discriminação mais satisfatória do que a imediatamente obtida pela classificação adotada na apuração do recenseamento, que se considere urbana a população dos quadros urbano e suburbano de um distrito *sòmente* quando fôr superior a certo limite, tendo sido indicado o de 5 000 habitantes. Êsse limite exclui grande parte de populações com características rurais que ficariam incluídas se o limite fôsse mais baixo, não excluindo, senão raramente, nenhum agrupamento de habitantes que apresente efetivamente as características de uma aglomeração urbana.

No presente trabalho, dedicado à análise das aglomerações urbanas em 1950, adota-se o mesmo critério convencional. Denominar-se-á, com as reservas já expostas, "população das aglomerações urbanas" à população presente nesses quadros.

O Serviço Nacional de Recenseamento, com a publicação, por Unidades da Federação, das "Seleções" dos principais dados do censo demográfico de 1.º de julho de 1950, tornou conhecida a população dos quadros urbano e suburbano dos distritos. Observe-se, no entanto, que a população da Serra dos Aimorés, em litígio entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, foi apresentada sem discriminação segundo a divisão territorial e segundo a situação urbana ou rural do domicílio, sendo, portanto, excluída do presente estudo. Não consta das tabelas apresentadas o Território de Fernando de Noronha, por não haver neste Território nenhuma aglomeração urbana. A população dêsse Território, que foi criado ùnicamente no interêsse da defesa nacional, atinge apenas 581 habitantes em 1950.

* * *

2. De acôrdo com os resultados do censo demográfico de 1.º de julho de 1950 [3], havia, no Brasil, 478 aglomerações urbanas de mais de 5 000 habitantes, nas quais estavam presentes 13 925 769 habitantes, ou seja, 26,88% da população do País. Estavam essas aglomerações localizadas em 440 Municípios [4] e no Distrito Federal, cuja população total atingia 25 835 509 habitantes; portanto, a população das aglomerações acima referidas, em relação à dos Municípios em que estavam localizadas, corresponde à proporção de 53,90%.

* * *

3. Dentre os 441 Municípios [5], nos quais estão localizadas aglomerações urbanas, a grande maioria apresenta proporções da população das aglomerações urbanas, em relação à população total do respectivo Município, inferiores a 50%. São em número de 331 êstes Municípios e correspondem a 75,06% do total. Em 64 Municípios, isto é, 14,51%, esta proporção fica entre 50 e 70%; em 32, isto é, 7,26%, fica entre 70 e 90%.

Em 12 Municípios, isto é, 2,72%, esta proporção ultrapassa 90%, mas não atinge 100%. Em quase todos êsses, a população da aglomeração urbana do distrito-sede ultrapassa 100 000 habitantes. Dez dêles são Municípios de Capitais. O que apresenta a proporção mais elevada é o de Vitória (97,67%),

[3] Omite-se de agora em diante a data a que se referem os dados comentados, visto que sòmente nos §§ 7 e 8 se exporão dados relativos a data diversa de 1.º de julho de 1950, sendo a data nesse caso sempre indicada.

[4] Havia, nessa data, no Brasil, 1 888 Municípios, exclusive os inteiramente compreendidos na região da Serra dos Aimorés, território em litígio entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

[5] Mais corretamente, 440 Municípios e o Distrito Federal.

seguindo-se a êste os de Recife (97,65%), Santos (97,47%), Rio de Janeiro (96,87%), Belo Horizonte (95,99%), Pôrto Alegre (95,15%), Belém (94,07%), Salvador (93,33%), São Paulo (92,89%), São Caetano do Sul (92,59%), Natal (91,86%) e Niterói (91,71%).

Em 2 Municípios, não havia população rural, São João de Meriti e Nilópolis, ambos do Estado do Rio de Janeiro, mas estreitamente dependentes da influência econômica do Distrito Federal.

Discrimina-se abaixo, por classes menos amplas, o número dos Municípios com aglomerações urbanas, segundo a proporção da população dessas aglomerações na população total. Esta proporção, discriminadamente para cada Município, bem como a respectiva população das aglomerações urbanas e total, constam da tabela I.

PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO TOTAL DO MUNICÍPIO (%)	NÚMERO DE MUNICÍPIOS	
	Dados absolutos	Dados percentuais
Até 9,99	8	1,81
10,00 a 19,99	82	18,60
20,00 a 29,99	103	23,36
30,00 a 39,99	68	15,42
40,00 a 49,99	70	15,87
50,00 a 59,99	36	8,16
60,00 a 69,99	28	6,35
70,00 a 79,99	19	4,31
80,00 a 89,99	13	2,95
90,00 a 99,99	12	2,72
100,00	2	0,45
TOTAL	*441*	*100,00*

Tabela I

BRASIL

Aglomerações urbanas com mais de 5 000 habitantes, em 1.º de julho de 1950, segundo as Unidades da Federação; sua população em cifra absoluta e em relação à população total dos respectivos Municípios [1]

UNIDADE DA FEDERAÇÃO MUNICÍPIO	POPULAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (*a*)	POPULAÇÃO TOTAL DO MUNICÍPIO (*b*)	100 *a*/*b* (*c*)
Rondônia			
Pôrto Velho	10 036	27 244	36,84
ACRE			
Rio Branco	9 371	28 246	33,18
AMAZONAS			
Manaus	89 612	139 620	64,18
Itacoatiara	5 867	30 102	19,49
Parintins	5 855	25 662	22,82

[1] Reuniram-se à aglomeração urbana do distrito-sede as aglomerações urbanas de outros distritos do mesmo Município, quando estas últimas ultrapassam a cifra de 5 000 habitantes. Observe-se também que houve casos em que se apresentou, não a população da aglomeração urbana do distrito-sede, porque esta não atingia a cifra amima referida, mas sim a população das aglomerações urbanas de outros distritos, do mesmo Município, que satisfaziam aquela condição. Todos êsses casos estão assinalados nas notas seguintes.

Tabela I (Continuação)

BRASIL

Aglomerações urbanas com mais de 5 000 habitantes, em 1.º de julho de 1950, segundo as Unidades da Federação; sua população em cifra absoluta e em relação à população total dos respectivos Municípios

UNIDADE DA FEDERAÇÃO — MUNICÍPIO	POPULAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (*a*)	POPULAÇÃO TOTAL DO MUNICÍPIO (*b*)	100 *a*/*b* (*c*)
RIO BRANCO			
Boa Vista	5 132	17 247	29,76
PARÁ			
Belém	235 820(2)	254 949	94,07
Santarém	14 061	60 229	23,35
Bragança	5 495	57 888	9,49
Abaetetuba	5 449	36 587	14,89
Soure	5 264	17 419	30,22
AMAPÁ			
Macapá	9 748	20 594	47,33
MARANHÃO			
São Luís	93 764(3)	119 785	78,28
Caxias	14 445	107 347	13,46
Pedreiras	7 185	59 475	12,08
Codó	6 027	59 657	10,10
Rosário	5 316	24 886	21,36
São Bento	5 191	27 366	18,97
PIAUÍ			
Teresina	51 418	90 723	56,68
Paraíba	30 174	49 369	61,12
Floriano	9 101	33 786	26,94
Campo Maior	6 992	39 927	17,51
CEARÁ			
Fortaleza	235 633(4)	270 169	87,22
Juazeiro do Norte	41 999	56 146	74,80
Sobral	22 628	70 011	32,32
Crato	15 464	46 408	33,32
Iguatu	10 063	41 922	24,00
Aracati	8 952	36 842	24,30
Camocim	8 299	33 626	24,68
Crateús	7 391	34 227	21,59
Ipu	5 874	37 242	15,77
Russas	5 531	34 077	16,23
Quixadá	5 417	61 631	8,79
Maranguape	5 412	41 585	13,01
Baturité	5 194	37 927	13,69
Senador Pompeu	5 158	25 209	20,46

[2] Inclusive a população das aglomerações urbanas dos distritos de Icoraci (8 168 habitantes) e Mosqueiro (6 434 habitantes).

[3] Inclusive a população das aglomerações urbanas dos distritos de Anil (8 694 habitantes) e Ribamar (5 339 habitantes).

[4] Inclusive a população das aglomerações urbanas dos distirtos de Parangaba (24 459 habitantes) e Antônio Bezerra (6 122 habitantes).

Tabela I (Continuação)

BRASIL

Aglomerações urbanas com mais de 5 000 habitantes, em 1.º de julho de 1950, segundo as Unidades da Federação; sua população em cifra absoluta e em relação à população total dos respectivos Municípios

UNIDADE DA FEDERAÇÃO — MUNICÍPIO	POPULAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (*a*)	POPULAÇÃO TOTAL DO MUNICÍPIO (*b*)	100 *a*/*b* (*c*)
RIO GRANDE DO NORTE			
Natal	94 812	103 215	91,86
Mossoró	19 612	40 681	48,21
Caicó	7 755	24 214	32,03
Areia Branca	7 665	15 717	48,77
Macau	7 661	23 553	32,53
Currais Novos	5 179	28 433	18,21
Nova Cruz	5 131	27 565	18,61
Ceará-Mirim	5 092	25 739	19,78
Açu	5 071	27 259	18,60
PARAÍBA			
João Pessoa	96 265(5)	119 326	80,67
Campina Grande	72 464	173 206	41,84
Mamanguape	26 108(6)	83 112	31,41
Santa Rita	20 343(7)	42 929	47,39
Patos	13 889	49 540	28,04
Cajàzeiras	9 832	30 918	31,80
Guarabira	9 425	81 204	11,61
Itabaiana	8 670	38 471	22,54
Sapé	7 416	47 259	15,69
Alagoa Grande	8 990	29 890	23,39
Esperança	6 857	24 021	28,55
PERNAMBUCO			
Recife	512 370	524 682	97,65
Caruaru	43 501	102 877	42,28
Jaboatão	39 574(8)	57 278	69,09
Olinda	38 169	62 435	61,13
Paulista	32 406(9)	48 103	67,37
Garanhuns	20 550	101 471	20,25
Vitória de Santo Antão	15 720	75 946	20,70
Limoeiro	14 122	76 527	18,45
Goiana	13 744	44 962	30,57
Pesqueira	13 124	48 584	27,01
Carpina	12 431	28 490	43,63
Moreno	11 411	23 095	49,41
Timbaúba	11 041	37 059	29,79
Gravatá	10 816	47 859	22,60
Palmares	10 055	38 318	26,24
Arcoverde	9 599	16 888	56,84
Bezerros	7 737	63 168	12,25
Barreiros	7 666	28 093	27,29
Escada	7 533	28 966	25,98

[6] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Cabedelo (6 748 habitantes).
[6] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito do Rio Tinto (19 774 habitantes).
[7] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Bayeux (7 981 habitantes).
[8] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Muribeca dos Guararapes (5 395 habitantes).
[9] Inclusive a população das aglomerações urbanas dos distritos de Abreu e Lima (5 554 habitantes) e Paratibe (5 609 habitantes).

Tabela I (Continuação)

BRASIL

Aglomerações urbanas com mais de 5 000 habitantes, em 1.º de julho de 1950, segundo as Unidades da Federação; sua população em cifra absoluta e em relação à população total dos respectivos Municípios

UNIDADE DA FEDERAÇÃO — MUNICÍPIO	POPULAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (*a*)	POPULAÇÃO TOTAL DO MUNICÍPIO (*b*)	100 *a*/*b* (*c*)
PERNAMBUCO (conclusão)			
Petrolina	7 478	27 330	27,36
Catende	7 053	24 693	28,56
Belo Jardim	6 971	37 049	18,82
Nazaré da Mata	6 577	41 086	16,01
São Lourenço da Mata	6 118(10)	33 671	18,17
Bom Conselho	6 113	66 709	9,16
Cabo	6 029	36 007	16,74
Ribeirão	5 639	20 062	28,11
Paudalho	5 360	32 148	16,67
Serra Talhada	5 353	35 192	15,21
Sertânia	5 170	21 994	23,51
ALAGOAS			
Maceió	99 088	120 980	81,90
Penedo	14 222	20 762	68,50
Rio Largo	13 524	31 354	43,13
Palmeira dos Índios	9 246	66 636	13,88
Arapiraca	8 791	37 073	23,71
União dos Palmares	6 917	58 381	11,85
Pilar	6 826	13 176	51,81
Viçosa	6 000	52 509	11,43
Água Branca	5 080(11)	28 956	17,54
SERGIPE			
Aracaju	67 539	78 364	86,19
Estância	14 051	20 216	69,50
Propriá	12 654	17 884	70,76
São Cristóvão	6 742	17 359	38,84
Neópolis	6 086	12 705	47,90
Itabaiana	5 746	35 802	16,05
Maruim	5 009	8 013	62,51
BAHIA			
Salvador	389 422	417 235	93,33
Ilhéus	35 058(12)	134 240	26,12
Itabuna	34 663(13)	147 730	23,46
Feira de Santana	26 559	107 205	24,77
Alagoinhas	21 283	52 007	40,92
Jequié	20 652	90 155	22,91
Vitória da Conquista	17 503	96 664	18,11
Juazeiro	15 896	34 416	46,19
Santo Amaro	12 258	85 739	14,30
Valença	11 492	33 057	34,76
Santo Antônio de Jesus	11 417	29 668	38,48

[10] População da aglomeração urbana do distrito de Camarajibe. A população da aglomeração urbana do distrito-sede é inferior a 5 000 habitantes.

[11] População da aglomeração urbana do distrito de Delmiro. A população da aglomeração urbana do distrito-sede é inferior a 5 000 hbitantes.

[12] Inclusive a população das aglomerações urbanas dos distritos de Coaraci (7 126 habitantes) e Itajuípe (5 339 habitantes).

[13] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Ibicaraí (9 312 habitantes).

Tabela I (Continuação)

BRASIL

Aglomerações urbanas com mais de 5 000 habitantes, em 1.º de julho de 1950, segundo as Unidades da Federação; sua população em cifra absoluta e em relação à população total dos respectivos Municípios

UNIDADE DA FEDERAÇÃO — MUNICÍPIO	POPULAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (*a*)	POPULAÇÃO TOTAL DO MUNICÍPIO (*b*)	100 *a*/*b* (*c*)
BAHIA (conclusão)			
Nazaré	11 205	24 045	46,60
Cachoeira	10 825	26 979	40,12
Senhor do Bonfim	10 113	31 652	31,95
Maragogipe	9 744	36 868	26,43
Itambé	7 887(14)	46 030	17,13
Muritiba	7 452	31 605	23,58
Jacobina	7 224	61 681	11,71
Ipiaú	6 981	48 056	14,53
Cruz das Almas	6 758	32 276	20,94
Serrinha	6 602	68 413	9,65
Canavieiras	6 579	53 830	12,22
Castro Alves	6 479	38 912	16,65
Itaberaba	5 896	56 990	10,35
São Félix	5 872	14 801	39,67
Barreiras	5 802	35 199	16,48
Barra	5 580	31 781	17,56
Rui Barbosa	5 574	37 317	14,94
Belmonte	5 204	33 115	15,71
MINAS GERAIS			
Belo Horizonte	338 585	352 724	95,99
Juiz de Fora	84 995	126 989	66,93
Uberaba	42 481	69 434	61,18
Uberlândia	34 866	54 984	63,41
Barbacena	24 718	68 285	36,20
Araguari	24 619	43 305	56,85
São João Del Rei	24 560	50 621	48,52
Itajubá	20 627	40 465	50,97
Montes Claros	20 370	71 736	28,40
Governador Valadares	20 357	60 958	33,40
Teófilo Otoni	19 790	87 316	22,66
Divinópolis	19 701	32 361	60,88
Poços de Caldas	19 109	25 237	75,72
Sete Lagoas	18 438	24 868	74,14
Conselheiro Lafaiete	18 042	47 327	38,12
Nova Lima	17 415	21 932	79,40
Ponte Nova	15 056	60 463	24,90
Araxá	14 375	18 515	77,64
Passos	14 044	33 811	41,54
Ubá	14 022	40 516	34,61
Curvelo	13 633	42 825	31,83
Santos Dumont	13 599	33 410	40,70
Varginha	13 147	23 555	55,81
Caratinga	12 923	73 906	17,49
Cataguases	12 837	33 827	37,95
Pouso Alegre	12 509	28 731	43,54
Lavras	12 257	27 364	44,79
Além Paraíba	12 051	26 505	45,47

[14] População da aglomeração urbana do distrito de Itapetinga. A população da aglomeração urbana do distrito-sede é inferior a 5 000 habitantes.

Tabela I (Continuação)

BRASIL

Aglomerações urbanas com mais de 5 000 habitantes, em 1.º de julho de 1950, segundo as Unidades da Federação; sua população em cifra absoluta e em relação à população total dos respectivos Municípios

UNIDADE DA FEDERAÇÃO — MUNICÍPIO	POPULAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (*a*)	POPULAÇÃO TOTAL DO MUNICÍPIO (*b*)	100 *a*/*b* (*c*)
MINAS GERAIS (conclusão)			
Formiga	11 782	33 275	35,41
Muriaé	11 437	48 164	23,75
Patos de Minas	11 414	64 244	17,77
Rio Piracicaba	11 168(15)	20 946	53,32
Leopoldina	10 828	40 529	26,72
São Sebastião do Paraíso	10 532	22 658	46,48
Campo Belo	10 449	26 615	39,26
Três Corações	10 025	22 465	44,62
Diamantina	9 827	56 025	17,56
Itaúna	9 254	23 812	38,86
Guaxupé	9 227	18 562	49,71
Sabará	9 183	13 310	68,99
Alfenas	9 052	19 803	45,71
Carangola	9 048	42 122	21,48
Pará de Minas	9 025	28 482	31,69
Ouro Preto	8 751	32 859	26,63
São Lourenço	8 692	10 792	80,54
Aimorés	8 625	37 022	23,30
Pirapora	8 531	28 282	30,16
Ituiutaba	8 002	52 472	15,25
Bom Despacho	7 976	25 279	31,55
Oliveira	7 832	23 550	33,26
Caxambu	7 685	8 791	87,42
Ouro Fino	7 592	26 455	28,70
Itabira	7 357	25 274	29,11
Visconde do Rio Branco	7 357	26 179	28,10
Itabirito	7 104	12 820	55,41
Januária	7 023	49 756	14,11
Patrocínio	6 905	34 061	20,27
São João Nepomuceno	6 797	22 707	29,93
Corinto	6 678	25 668	26,02
Caeté	6 663	21 911	30,41
Viçosa	6 424	36 588	17,56
Manhuaçu	6 050	34 747	17,41
Machado	6 042	22 708	26,61
Santa Rita do Sapucaí	6 003	25 264	23,76
Paracatu	5 909	29 912	19,75
Piauí	5 736	15 736	36,45
Três Pontas	5 659	23 310	24,28
Pedra Azul	5 589	21 932	25,48
Manhumirim	5 490	27 686	19,83
Dores do Indaiá	5 475	18 441	29,69
Pitangui	5 367	34 377	15,61
Raposos	5 352	6 411	83,48
Paraisópolis	5 341	18 417	29,00
Bicas	5 241	10 214	51,31
Muzambinho	5 211	16 140	32,29
Itapecerica	5 003	35 833	13,96

(15) População da aglomeração urbana do distrito de João Monlevade. A população da aglomeração urbana do distrito-sede é inferior a 5 000 habitantes.

Tabela I (Continuação)

BRASIL

Aglomerações urbanas com mais de 5 000 habitantes, em 1.º de julho de 1950, segundo as Unidades da Federação; sua população em cifra absoluta e em relação à população total dos respectivos Municípios

UNIDADE DA FEDERAÇÃO — MUNICÍPIO	POPULAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (*a*)	POPULAÇÃO TOTAL DO MUNICÍPIO (*b*)	100 *a*/*b* (*c*)
ESPÍRITO SANTO			
Vitória	49 735	50 922	97,67
Cachoeiro do Itapemirim	24 021	81 082	29,63
Espírito Santo	20 558(16)	23 127	88,89
Cariacica	6 547(17)	21 741	30,11
Colatina	6 451	100 437	6,42
Alegre	5 159	58 968	8,75
RIO DE JANEIRO			
Niterói	170 868	186 309	91,71
São Gonçalo	101 002(18)	127 276	79,36
Nova Iguaçu	76 568(19)	145 649	52,57
São João de Meriti	76 462(20)	76 462	100,00
Duque de Caxias	73 527	92 459	79,52
Campos	72 980(21)	237 633	30,71
Petrópolis	72 007(22)	108 307	66,48
Barra Mansa	53 036(23)	70 880	74,83
Nilópolis	46 406(24)	46 406	100,00
Nova Friburgo	28 458	47 755	59,59
Barra do Piraí	25 874(25)	45 156	57,30
Teresópolis	14 651	34 396	42,60
Três Rios	14 376	34 816	41,29
Magé	13 486(26)	36 761	36,69
Resende	13 361(27)	34 752	38,45
Marquês de Valença	12 469	36 126	34,52
Macaé	10 664	54 873	19,43
Itaperuna	8 819	75 011	11,76
Rio Bonito	7 318	25 157	29,09
Miracema	6 820	18 722	36,43
Cabo Frio	6 652	16 176	41,12
Paraíba do Sul	5 697	21 966	25,94
Angra dos Reis	5 277	20 929	25,21
DISTRITO FEDERAL			
Rio de Janeiro	2 303 063	2 377 451	96,87

[16] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Argolas (10 857 habitantes).
[17] População da aglomeração urbana do listrito de Itaquari. A população da aglomeração urbana do distrito-sede é inferior a 5 000 habitantes.
[18] Inclusive a população das aglomerações urbanas dos distritos de Neves (52 424 habitantes) e Sete Pontes (27 958 habitantes).
[19] Inclusive a população das aglomerações urbanas dos distritos de Belford Roxo (12 933 habitantes) e Queimados (5 102 habitantes).
[20] Inclusive a população das aglomerações urbanas dos distritos de Coelho da Rocha (21 394 habitantes) e São Mateus (11 278 habitantes).
[21] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Guarus (11 347 habitantes).
[22] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Cascatinha (10 996 habitantes).
[23] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Volta Redonda (32 143 habitantes).
[24] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Olinda (15 695 habitantes).
[25] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Mendes (5 850 habitantes).
[26] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Santo Aleixo (6 406 habitantes).
[27] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Agulhas Negras (6 439 habitantes).

Tabela I (Continuação)

BRASIL

Aglomerações urbanas com mais de 5 000 habitantes, em 1.º de julho de 1950, segundo as Unidades da Federação; sua população em cifra absoluta e em relação à população total dos respectivos Municípios

UNIDADE DA FEDERAÇÃO — MUNICÍPIO	POPULAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (*a*)	POPULAÇÃO TOTAL DO MUNICÍPIO (*b*)	100 *a*/*b* (*c*)
SÃO PAULO			
São Paulo	2 041 857(28)	2 198 096	92,89
Santos	198 405	203 562	97,47
Santo André	102 812(29)	127 032	80,93
Campinas	99 156	152 547	65,00
Sorocaba	74 553(30)	93 928	79,37
Ribeirão Prêto	63 312	92 160	68,70
São Caetano do Sul	55 399	59 832	92,59
Bauru	51 734	65 452	79,04
Piracicaba	45 782	87 835	52,12
Jundiaí	39 014	69 165	56,41
São José do Rio Preto	36 942	65 852	56,10
Marília	35 742	86 844	41,16
Taubaté	35 149	52 997	66,32
Rio Claro	34 618	47 073	73,54
Araraquara	34 114	62 688	54,42
Mogí das Cruzes	31 300	61 553	50,85
São Carlos	30 830	47 731	64,59
São Vicente	28 012	31 684	88,41
Limeira	27 552	46 281	59,53
Araçatuba	26 862	59 452	45,18
Presidente Prudente	26 790	60 903	43,99
Franca	26 629	53 485	49,79
São José dos Campos	25 892	44 804	57,79
Lins	23 737	56 304	42,16
Botucatu	23 099	41 264	55,98
Barretos	22 689	50 249	45,15
Catanduva	21 604	44 431	48,62
Guaratinguetá	20 811	36 657	56,77
São Bernardo do Compo	19 960	29 295	68,13
Jaú	18 578	44 141	42,09
Tupã	17 946	56 682	31,66
Itapetininga	17 475	38 181	45,77
Assis	16 675	32 959	50,59
Itu	16 550	30 883	53,59
Guarulhos	16 261	34 683	46,88
Lorena	16 033	24 569	65,26
Bragança Paulista	16 027	51 623	31,05
São João da Boa Vista	15 837	33 874	46,75
Jacareí	15 251	27 561	55,34
Cruzeiro	14 169	19 918	71,14
Jaboticabal	13 850	30 863	44,88
Ourinhos	13 457	21 085	63,82
Pindamonhangaba	13 397	28 901	46,35
Americana	13 330	21 415	62,25
Tatuí	13 244	29 431	45,00
Birigui	12 550	31 018	40,46

[28] Inclusive a população das aglomerações urbanas dos distritos de São Miguel Paulista (16 022 habitantes) e Itaquera (8 810 habitantes).
[29] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Mauá (5 368 habitantes).
[30] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Votorantim (5 742 habitantes).

Tabela I (Continuação)

BRASIL

Aglomerações urbanas com mais de 5 000 habitantes, em 1.º de julho de 1950, segundo as Unidades da Federação; sua população em cifra absoluta e em relação à população total dos respectivos Municípios

UNIDADE DA FEDERAÇÃO — MUNICÍPIO	POPULAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (*a*)	POPULAÇÃO TOTAL DO MUNICÍPIO (*b*)	100 *a*/*b* (*c*)
SÃO PAULO (continuação)			
Pirassununga	12 546	26 081	48,10
Garça	12 433	42 912	28,97
Araras	12 331	28 599	43,12
Avaré	12 061	27 478	43,89
Bebedouro	11 360	27 238	41,71
Itapira	10 929	31 061	35,19
Mogi-Mirim	10 913	29 783	36,64
Caçapava	10 683	19 301	55,35
Amparo	10 482	26 965	38,87
Pinhal	10 103	23 805	35,07
Batatais	9 735	21 677	44,91
Andradina	9 366	48 783	19,20
Olímpia	9 245	37 906	24,39
Itararé	9 177	16 531	55,51
Pôrto Feliz	9 112	19 615	46,45
Salto	9 056	11 400	79,44
São José do Rio Pardo	8 956	32 019	27,97
Guarujá	8 954	13 203	67,82
Penápolis	8 832	34 608	25,52
Votuporanga	8 780	22 433	39,14
Aparecida	8 759	15 088	58,05
Lucélia	8 575	29 900	28,68
Adamantina	8 557	35 223	24,29
Santa Cruz do Rio Pardo	8 293	32 158	25,79
Guararapes	8 038	27 162	29,59
Mococa	7 893	30 706	25,71
Rancharia	7 884	27 355	28,82
Itatiba	7 853	17 212	45,63
Taquaritinga	7 641	23 948	31,91
Mirassol	7 620	31 375	24,29
Piquete	7 471	10 372	72,03
Casa Branca	7 373	21 123	34,91
São Roque	7 307	27 217	26,85
Tietê	7 187	17 907	40,14
Valparaíso	7 159	21 628	33,10
Capivari	7 053	23 522	29,98
Ituverava	6 926	24 563	28,20
Cachoeira Paulista	6 855	12 492	54,88
Atibaia	6 795	18 130	37,48
São Joaquim da Barra	6 714	15 766	42,59
Osvaldo Cruz	6 591	27 022	24,39
Paraguaçu Paulista	6 562	24 543	26,74
Presidente Venceslau	6 559	30 506	21,50
Cubatão	6 426	11 803	54,44
Promissão	6 376	21 770	29,29
Leme	6 365	15 480	41,12
Santo Anastácio	6 312	36 489	17,30
São Manuel	6 280	29 354	21,39
Campos do Jordão	6 270	13 040	48,08
Novo Horizonte	6 114	25 833	23,67
Ibitinga	6 113	18 836	32,45
Pederneiras	6 087	17 804	34,19

Tabela I (Continuação)

BRASIL

Aglomerações urbanas com mais de 5 000 habitantes, em 1.º de julho de 1950, segundo as Unidades da Federação; sua população em cifra absoluta e em relação à população total dos respectivos Municípios

UNIDADE DA FEDERAÇÃO — MUNICÍPIO	POPULAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (a)	POPULAÇÃO TOTAL DO MUNICÍPIO (b)	100 a/b (c)
SÃO PAULO (conclusão)			
Poá	6 080	11 697	51,98
Santa Bárbara d'Oeste	6 073	15 624	38,87
Itapeva	6 072	23 546	25,79
Sertãozinho	6 070	20 357	29,82
Pompéia	6 025	39 398	15,29
Piraju	5 980	20 954	28,54
Barueri	5 948(31)	10 447	56,94
Igarapava	5 792	28 336	20,44
Franco da Rocha	5 680	26 055	21,80
Pirajuí	5 654	37 573	15,05
Indaiatuba	5 556	11 253	49,37
Fernandópolis	5 528	29 303	18,86
Dois Córregos	5 464	13 041	41,90
Suzano	5 369	11 157	48,12
Itápolis	5 216	21 216	24,59
Cafelândia	5 151	27 066	19,03
Bariri	5 145	22 030	23,35
Vera Cruz	5 136	15 851	32,40
PARANÁ			
Curitiba	138 178	180 575	76,52
Ponta Grossa	42 875	53 578	80,02
Londrina	33 095	71 412	46,34
Paranaguá	15 803	24 638	64,14
Mandaguari	13 657(32)	101 657	13,43
Apucarana	11 981	88 977	13,47
Arapongas	11 645	58 488	19,91
Cornélio Procópio	8 662	56 394	15,36
Jacarèzinho	8 131	34 405	23,63
Rolândia	7 735	34 074	22,70
Rio Negro	7 653	28 479	26,87
União da Vitória	7 628	33 693	22,64
Irati	7 072	25 491	27,74
Cambé	6 436	19 166	33,58
Castro	6 158	29 065	21,19
Cambará	6 028	19 799	30,45
Guarapuava	5 489	67 436	8,14
Lapa	5 381	46 511(33)	11,57
Antonina	5 151	10 991	46,87
SANTA CATARINA			
Florianópolis	48 264	67 630	71,36
Blumenau	22 627	48 108	47,03

[31] População da aglomeração urbana do distrito de Carapicuíba. A população da aglomeração urbana do distrito-sede é inferior a 5 000 habitantes.

[32] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Maringá .(7 270 habitantes).

[33] População retificada mediante o acréscimo de 13 780 habitantes que constituem a população estimada dos distritos de Água Azul e Antônio Olinto, para os quais, por extravio dos boletins originais do levantamento, não pôde ser realizada a apuração definitiva.

A estimativa foi realizada com base na apuração preliminar, baseada nas cadernetas dos agentes recenseadores. Vejam-se os *Apontamentos sôbre a população do Brasil* do Laboratório de Estatística (I.B.G.E., edição mimeográfica, abril de 1953).

Tabela I (Continuação)

BRASIL

Aglomerações urbanas com mais de 5 000 habitantes, em 1.º de julho de 1950, segundo as Unidades da Federação; sua população em cifra absoluta e em relação à população total dos respectivos Municípios

UNIDADE DA FEDERAÇÃO / MUNICÍPIO	POPULAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (*a*)	POPULAÇÃO TOTAL DO MUNICÍPIO (*b*)	100 *a*/*b* (*c*)
SANTA CATARINA (conclusão)			
Joinville	20 951	43 334	48,35
Itajaí	19 797	52 057	38,03
Lajes	14 596	77 234	18,90
Tubarão	11 740	67 045	17,51
Brusque	11 011	32 351	34,04
São Francisco do Sul	9 825	19 853	49,49
Laguna	9 459	38 189	24,77
Mafra	8 603	25 472	33,77
Criciúma	8 014	50 854	15,76
Caçador	6 828	23 723	28,78
Joaçaba	6 714	48 299	13,90
Rio do Sul	5 966	57 152	10,44
Canoinhas	5 705	52 556	10,86
Pôrto União	5 405	24 601	21,97
RIO GRANDE DO SUL			
Pôrto Alegre	375 049	394 151	95,15
Pelotas	78 014	127 641	61,12
Rio Grande	63 235	77 915	81,16
Santa Maria	44 949	83 001	54,15
Bagé	34 525	64 923	53,18
Canoas	33 632(34)	39 826	84,45
Uruguaiana	32 639	48 773	66,92
Caxias do Sul	31 561	58 594	53,86
Livramento	29 099	48 411	60,11
São Leopoldo	28 098(35)	75 601	37,17
Passo Fundo	24 395	101 887	23,94
Cachoeira do Sul	23 270	94 110	24,73
Novo Hamburgo	19 604	29 447	66,57
Alegrete	19 560	43 426	45,04
Cruz Alta	19 375	64 721	29,94
São Jerônemo	19 017(36)	49 841	38,16
Erechim	14 418	119 529	12,06
São Gabriel	14 384	38 472	37,39
Santo Angelo	13 573	89 601	15,15
Santa Cruz do Sul	13 161	69 605	18,91
Rosário do Sul	11 992	28 049	42,75
São Borja	11 829	38 835	30,46
Caràzinho	11 740	56 127	20,92
Dom Pedrito	11 124	25 707	43,27
Santiago	9 469	31 300	30,25
Jaguarão	9 382	16 255	57,72
Itaqui	8 814	19 162	46,00
Ijuí	8 652	49 509	17,48
Rio Pardo	8 322	40 039	20,78
Montenegro	8 123	50 385	16,12

[34] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Niterói (14 480 habitantes).
[35] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Esteio (9 718 habitantes).
[36] População das aglomefações urbanas dos distritos de Arroio dos Ratos (10 379 habitantes) e Butiá (8 638 habitantes). A população da aglomeração urbana do distrito-sede é inferior a 5 000 habitantes.

Tabela I (Conclusão)

BRASIL

Aglomerações urbanas com mais de 5 000 habitantes, em 1.º de julho de 1950, segundo as Unidades da Federação; sua população em cifra absoluta e em relação à população total dos respectivos Municípios

UNIDADE DA FEDERAÇÃO — MUNICÍPIO	POPULAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (*a*)	POPULAÇÃO TOTAL DO MUNICÍPIO (*b*)	100 *a*/*b* (*c*)
RIO GRANDE DO SUL (conclusão)			
São Luís Gonzaga	7 767	73 652	10,55
Quaraí	7 358	15 526	47,39
Taquara	7 274	51 585	14,10
Bento Gonçalves	6 920	24 933	27,75
Santa Vitória do Palmar	5 807	15 868	38,28
Cacequi	5 699	14 824	38,44
Vacaria	5 516	41 722	13,22
Lajeado	5 126	47 710	10,74
Tupanciretã	5 047	25 196	20,03
MATO GROSSO			
Campo Grande	31 708	57 033	55,60
Cuiabá	23 745	56 204	42,25
Corumbá	18 725	38 734	48,34
Três Lagoas	7 650	18 803	40,68
Aquidauana	7 472	21 258	35,15
Bela Vista	6 090	16 436	37,05
Ponta Porã	5 152	19 997	25,76
GOIÁS			
Goiânia	39 871	53 389	74,68
Anápolis	18 350	50 338	36,45
Trindade	8 247	17 342	47,56
Ipameri	7 234	21 398	33,81
Catalão	6 088	30 652	19,86
Goiás	5 606	124 905	4,49
Rio Verde	5 395	24 731	21,81

* * *

4. As aglomerações urbanas, em seu maior número, são de modesta importância. As grandes aglomerações, em número muito reduzido, abrangem parte considerável da população das aglomerações urbanas em conjunto.

Consta da tabela II a distribuição do número das aglomerações e da população total que abrangem, segundo a população da aglomeração individualmente considerada.

As pequenas aglomerações urbanas, de 5 001 a 10 000 habitantes, em número de 258, contam em conjunto 1 782 267 habitantes. Abrangem, portanto, 12,80% da população das aglomerações em conjunto, mas constituem 53,97% do número de aglomerações.

As 209 aglomerações médias, isto é, de 10 001 a 100 000 habitantes, compreendem 5 270 267 habitantes. Constituindo 43,72% do número de aglomerações, compreendem 37,85% da população das aglomerações em conjunto.

Tabela II

BRASIL

Dados absolutos e percentuais do número e da população presente das aglomerações urbanas com mais de 5 000 habitantes em 1.º de julho de 1950, discriminadas segundo o número dos habitantes

NÚMERO DE HABITANTES DA AGLOMERAÇÃO URBANA	AGLOMERAÇÕES URBANAS		POPULAÇÃO TOTAL	
	Número	%	Habitantes	%
5 001 a 10 000.....	258	53,97	1 782 267	12,80
10 001 a 25 000.....	147	30,75	2 272 970	16,32
25 001 a 50 000.....	40	8,37	1 383 888	9,94
50 001 a 100 000.....	22	4,60	1 613 409	11,59
100 001 a 250 000.....	5	1,05	937 721	6,73
250 001 a 500 000.....	3	0,63	1 103 056	7,92
500 001 a 1 000 000.....	1	0,21	512 370	3,68
Mais de 1 000 000.....	2	0,42	4 320 088	31,02
TOTAL.....	*478*	*100,00*	*13 925 769*	*100,00*

Há, apenas, 11 aglomerações urbanas de mais de 100 000 habitantes, "aglomerações grandes", as quais têm em total a população de 6 873 235 habitantes. Corresponde, portanto, a essas aglomerações cêrca da metade da população das aglomerações em conjunto, mais precisamente, 49,35%, embora seu número seja pouco superior a dois centésimos, 2,31% do total de aglomerações. São as seguintes essas grandes aglomerações urbanas, para as quais se indicam tanto a população quanto a proporção que esta representa em relação à população total do Município (do Distrito Federal no caso do Rio de Janeiro) em que se encontram localizadas:

Rio de Janeiro,	com 2 503 063	habitantes,	isto é,	96,87%
São Paulo,	" 2 017 025	"	" "	91,76%
Recife,	" 512 370	"	" "	97,65%
Salvador,	" 389 422	"	" "	93,33%
Pôrto Alegre,	" 375 049	"	" "	95,15%

Belo Horizonte,	"	338 585	"	"	"	95,99%
Belém,	"	225 218	"	"	"	88,34%
Fortaleza,	"	205 052	"	"	"	75,90%
Santos,	"	198 405	"	"	"	97,47%
Niterói,	"	170 868	"	"	"	91,71%
Curitiba	"	138 178	"	"	"	76,52%.

A população dessas 11 grandes aglomerações constitui cêrca de 13% da população total do Brasil.

Fig. 21

Localização das maiores cidades do Brasil (cidades de mais de 50 000 habitantes em 1.º-VII-1950).

* * *

5. Dados sôbre as aglomerações urbanas, em cada região fisiográfica, são apresentados nas tabelas IIIa e IIIb. A primeira dessas tabelas é de dados absolutos, apresentando o número dessas aglomerações e a respectiva população, segundo classes de população das aglomerações. A segunda indica, separadamente para cada uma dessas classes, a proporção correspondente à população das aglomerações de cada região em relação à do Brasil em conjunto.

Tabela IIIa

BRASIL

Número e população presente das aglomerações urbanas com mais de 5 000 habitantes em 1.º de julho de 1950, discriminadas segundo o número dos habitantes, nas diversas regiões fisiográficas e Unidades da Federação

REGIÃO — UNIDADE	AGLOMERAÇÕES URBANAS COM					
	5 001 a 10 000 habitantes		10 001 a 25 000 habitantes		25 001 a 50 000 habitantes	
	N.º	População	N.º	População	N.º	População
NORTE	*10*	*66 783*	*2*	*24 097*	—	—
Rondônia	—	—	1	10 036	—	—
Acre	1	9 371	—	—	—	—
Amazonas	2	11 722	—	—	—	—
Rio Branco	1	5 132	—	—	—	—
Pará	5	30 810	1	14 061	—	—
Amapá	1	9 748	—	—	—	—
NORDESTE	*58*	*390 816*	*22*	*334 699*	*5*	*188 022*
Maranhão	6	37 752	1	14 445	—	—
Piauí	2	16 093	—	—	1	30 174
Ceará	10	63 350	4	72 614	1	41 999
Rio Grande do Norte	7	43 554	1	19 612	—	—
Paraíba	9	70 253	3	46 025	—	—
Pernambuco	18	116 954	11	154 257	3	115 849
Alagoas	6	42 860	2	27 746	—	—
LESTE	*78*	*535 322*	*60*	*919 994*	*10*	*342 052*
Sergipe	4	23 583	2	26 705	—	—
Bahia	18	121 411	11	165 237	2	51 910
Minas Gerais	40	284 088	32	495 834	2	77 347
Espírito Santo	4	27 858	2	34 878	1	49 735
Rio de Janeiro	12	78 382	13	197 340	5	163 060
Distrito Federal	—	—	—	—	—	—
SUL	*103*	*730 412*	*60*	*933 360*	*23*	*782 235*
São Paulo	63	441 080	34	522 393	15	485 228
Paraná	14	95 181	3	39 429	2	75 970
Santa Catarina	9	66 519	6	100 722	1	48 264
Rio Grande do Sul	17	127 632	17	270 816	5	172 773
CENTRO-OESTE	*9*	*58 934*	*3*	*60 820*	*2*	*71 579*
Mato Grosso	4	26 364	2	42 470	1	31 708
Goiás	5	32 570	1	18 350	1	39 871
BRASIL	*258*	*1 782 267*	*147*	*2 272 970*	*40*	*1 383 888*

Tabela IIIa (Continuação)

BRASIL

Número e população presente das aglomerações urbanas com mais de 5 000 habitantes em 1.º de julho de 1950, discriminadas segundo o número dos habitantes, nas diversas regiões fisiográficas e Unidades da Federação

REGIÃO — UNIDADE	AGLOMERAÇÕES URBANAS COM					
	50 001 a 100 000 habitantes		100 001 a 250 000 habitantes		250 001 a 500 000 habitantes	
	N.º	População	N.º	População	N.º	População
NORTE	*1*	*89 612*	*1*	*225 218*	—	—
Rondônia	—	—	—	—	—	—
Acre	—	—	—	—	—	—
Amazonas	1	89 612	—	—	—	—
Rio Branco	—	—	—	—	—	—
Pará	—	—	1	225 218	—	—
Amapá	—	—	—	—	—	—
NORDESTE	*6*	*487 030*	*1*	*205 052*	—	—
Maranhão	1	79 731	—	—	—	—
Piauí	1	51 418	—	—	—	—
Ceará	—	—	1	205 052	—	—
Rio Grande do Norte	1	94 812	—	—	—	—
Paraíba	2	161 981	—	—	—	—
Pernambuco	—	—	—	—	—	—
Alagoas	1	99 088	—	—	—	—
LESTE	*7*	*459 662*	*1*	*170 868*	*2*	*728 007*
Sergipe	1	67 539	—	—	—	—
Bahia	—	—	—	—	1	389 422
Minas Gerais	1	84 995	—	—	1	338 585
Espírito Santo	—	—	—	—	—	—
Rio de Janeiro	5	307 128	1	170 868	—	—
Distrito Federal	—	—	—	—	—	—
SUL	*8*	*577 105*	*2*	*336 583*	*1*	*375 049*
São Paulo	6	435 856	1	198 405	—	—
Paraná	—	—	1	138 178	—	—
Santa Catarina	—	—	—	—	—	—
Rio Grande do Sul	2	141 249	—	—	1	375 049
CENTRO-OESTE	—	—	—	—	—	—
Mato Grosso	—	—	—	—	—	—
Goiás	—	—	—	—	—	—
BRASIL	*22*	*1 613 409*	*5*	*937 721*	*3*	*1 103 056*

Tabela IIIa (Conclusão)

BRASIL

Número e população presente das aglomerações urbanas com mais de 5 000 habitantes em 1.º de julho de 1950, discriminadas segundo o número dos habitantes, nas diversas regiões fisiográficas e Unidades da Federação

REGIÃO — UNIDADE	AGLOMERAÇÕES URBANAS COM					
	500 001 a 1 000 000 de habitantes		Mais de 1 000 000 de habitantes		Mais de 5 000 habitantes	
	N.º	População	N.º	População	N.º	População
NORTE	—	—	—	—	*14*	*405 710*
Rondônia	—	—	—	—	1	10 036
Acre	—	—	—	—	1	9 371
Amazonas	—	—	—	—	3	101 334
Rio Branco	—	—	—	—	1	5 132
Pará	—	—	—	—	7	270 089
Amapá	—	—	—	—	1	9 748
NOSDESTE	*1*	*512 370*	—	—	*93*	*2 117 989*
Maranhão	—	—	—	—	8	131 928
Piauí	—	—	—	—	4	97 685
Ceará	—	—	—	—	16	383 015
Rio Grande do Norte	—	—	—	—	9	157 978
Paraíba	—	—	—	—	14	278 259
Pernambuco	1	512 370	—	—	33	899 430
Alagoas	—	—	—	—	9	169 694
LESTE	—	—	*1*	*2 303 063*	*159*	*5 458 968*
Sergipe	—	—	—	—	7	117 827
Bahia	—	—	—	—	32	727 980
Minas Gerais	—	—	—	—	76	1 280 849
Espírito Santo	—	—	—	—	7	112 471
Rio de Janeiro	—	—	—	—	36	916 778
Distrito Federal	—	—	1	2 303 063	1	2 303 063
SUL	—	—	1	*2 017 025*	*198*	*5 751 769*
São Paulo	—	—	1	2 017 025	120	4 099 987
Paraná	—	—	—	—	20	348 758
Santa Catarina	—	—	—	—	16	215 505
Rio Grande do Sul	—	—	—	—	42	1 087 519
CENTRO-OESTE	—	—	—	—	*14*	*191 333*
Mato Grosso	—	—	—	—	7	100 542
Goiás	—	—	—	—	7	90 791
BRASIL	*1*	*512 370*	*2*	*4 320 088*	*478*	*13 925 769*

Tabela IIIb

BRASIL

Número e percentagem da população presente das aglomerações urbanas com mais de 5 000 habitantes em 1.º de julho de 1950, discriminadas segundo o número dos habitantes, nas diversas regiões fisiográficas e Unidades da Federação

REGIÃO — UNIDADE	AGLOMERAÇÕES URBANAS COM					
	5 001 a 10 000 habitantes		10 001 a 25 000 habitantes		25 001 a 50 000 habitantes	
	N.º	População %	N.º	População %	N.º	População %
NORTE	*10*	*3,75*	*2*	*1,06*	—	—
Rondônia	—	—	1	0,44	—	—
Acre	1	0,52	—	—	—	—
Amazonas	2	0,66	—	—	—	—
Rio Branco	1	0,29	—	—	—	—
Pará	5	1,73	1	0,62	—	—
Amapá	1	0,55	—	—	—	—
NORDESTE	*58*	*21,93*	*22*	*14,72*	*5*	*13,59*
Maranhão	6	2,12	1	0,64	—	—
Piauí	2	0,90	—	—	1	2,18
Ceará	10	3,56	4	3,19	1	3,04
Rio Grande do Norte	7	2,44	1	0,86	—	—
Paraíba	9	3,94	3	2,02	—	—
Pernambuco	18	6,56	11	6,79	3	8,37
Alagoas	6	2,41	2	1,22	—	—
LESTE	*78*	*30,03*	*60*	*40,48*	*10*	*24,72*
Sergipe	4	1,32	2	1,18	—	—
Bahia	18	6,81	11	7,27	2	3,75
Minas Gerais	40	15,94	32	21,82	2	5,59
Espírito Santo	4	1,56	2	1,53	1	3,60
Rio de Janeiro	12	4,40	13	8,68	5	11,78
Distrito Federal	—	—	—	—	—	—
SUL	*103*	*40,98*	*60*	*41,06*	*23*	*56,52*
São Paulo	63	24,75	34	22,98	15	35,06
Paraná	14	5,34	3	1,73	2	5,49
Santa Catarina	9	3,73	6	4,43	1	3,49
Rio Grande do Sul	17	7,16	17	11,92	5	12,48
CENTRO-OESTE	*9*	*3,31*	*3*	*2,68*	*2*	*5,17*
Mato Grosso	4	1,48	2	1,87	1	2,29
Goiás	5	1,83	1	0,81	1	2,88
BRASIL	*258*	*100,00*	*147*	*100,00*	*40*	*100,00*

Tabela IIIb (Continuação)

BRASIL

Número e percentagem da população presente das aglomerações urbanas com mais de 5 000 habitantes em 1.º de julho de 1950, discriminadas segundo o número dos habitantes, nas diversas regiões fisiográficas e Unidades da Federação

REGIÃO — UNIDADE	AGLOMERAÇÕES URBANAS COM					
	50 001 a 100 000 habitantes		100 001 a 250 000 habitantes		250 001 a 500 000 habitantes	
	N.º	População %	N.º	População %	N.º	População %
NORTE	*1*	*5,55*	*1*	*24,02*	—	—
Rondônia	—	—	—	—	—	—
Acre	—	—	—	—	—	—
Amazonas	1	5,55	—	—	—	—
Rio Branco	—	—	—	—	—	—
Pará	—	—	1	24,02	—	—
Amapá	—	—	—	—	—	—
NORDESTE	*6*	*30,19*	*1*	*21,87*	—	—
Maranhão	1	4,94	—	—	—	—
Piauí	1	3,19	—	—	—	—
Ceará	—	—	1	21,87	—	—
Rio Grande do Norte	1	5,88	—	—	—	—
Paraíba	2	10,04	—	—	—	—
Pernambuco	—	—	—	—	—	—
Alagoas	1	6,14	—	—	—	—
LESTE	*7*	*28,49*	*1*	*18,22*	*2*	*66,00*
Sergipe	1	4,19	—	—	—	—
Bahia	—	—	—	—	1	35,30
Minas Gerais	1	5,27	—	—	1	30,70
Espírito Santo	—	—	—	—	—	—
Rio de Janeiro	5	19,03	1	18,22	—	—
Distrito Federal	—	—	—	—	—	—
SUL	*8*	*35,77*	*2*	*35,89*	*1*	*34,00*
São Paulo	6	27,02	1	21,16	—	—
Paraná	—	—	1	14,73	—	—
Santa Catarina	—	—	—	—	—	—
Rio Grande do Sul	2	8,75	—	—	1	34,00
CENTRO-OESTE	—	—	—	—	—	—
Mato Grosso	—	—	—	—	—	—
Goiás	—	—	—	—	—	—
BRASIL	*22*	*100,00*	*5*	*100,00*	*3*	*100,00*

Tabela IIIb (Conclusão)

BRASIL

Número e percentagem da população presente das aglomerações urbanas com mais de 5 000 habitantes em 1.º de julho de 1950, discriminadas segundo o número dos habitantes, nas diversas regiões fisiográficas e Unidades da Federação

REGIÃO — UNIDADE	AGLOMERAÇÕES URBANAS COM					
	500 001 a 1 000 000 de habitantes		Mais de 1 000 000 de habitantes		Mais de 5 000 de habitantes	
	N.º	População %	N.º	População %	N.º	População %
NORTE	—	—	—	—	*14*	*2,91*
Rondônia	—	—	—	—	1	0,07
Acre	—	—	—	—	1	0,07
Amazonas	—	—	—	—	3	0,73
Rio Branco	—	—	—	—	1	0,03
Pará	—	—	—	—	7	1,94
Amapá	—	—	—	—	1	0,07
NORDESTE	*1*	*100,00*	—	—	*93*	*15,21*
Maranhão	—	—	—	—	8	0,95
Piauí	—	—	—	—	4	0,70
Ceará	—	—	—	—	16	2,75
Rio Grande do Norte	—	—	—	—	9	1,13
Paraíba	—	—	—	—	14	2,00
Pernambuco	1	100,00	—	—	33	6,46
Alagoas	—	—	—	—	9	1,22
LESTE	—	—	*1*	*53,31*	*159*	*39,20*
Sergipe	—	—	—	—	7	0,84
Bahia	—	—	—	—	32	5,23
Minas Gerais	—	—	—	—	76	9,20
Espírito Santo	—	—	—	—	7	0,81
Rio de Janeiro	—	—	—	—	36	6,58
Distrito Federal	—	—	1	53,31	1	16,54
SUL	—	—	*1*	*46,69*	*198*	*41,31*
São Paulo	—	—	1	46,69	120	29,44
Paraná	—	—	—	—	20	2,51
Santa Catarina	—	—	—	—	16	1,55
Rio Grande do Sul	—	—	—	—	42	7,81
CENTRO-OESTE	—	—	—	—	*14*	*1,37*
Mato Grosso	—	—	—	—	7	0,72
Goiás	—	—	—	—	7	0,65
BRASIL	*1*	*100,00*	*2*	*100,00*	*478*	*100,00*

O maior número de aglomerações se encontra na região Sul. Seguem-se o Leste, com número também elevado, o Nordeste e, por último, com números iguais e muito baixos de aglomerações, o Norte e o Centro-Oeste.

Na região Sul, foram registrados 5 751 769 habitantes em 198 aglomerações. Correspondiam, portanto, a esta região, 41,42% do número de aglomerações e 41,31% da população das aglomerações do Brasil em conjunto.

No Leste, havia 5 458 968 habitantes em 159 aglomerações. Logo, correspondiam a esta região 33,26% do número de aglomerações em total e 39,20% da respectiva população.

No Nordeste, a população das aglomerações urbanas era sensìvelmente inferior à verificada nas duas regiões já citadas. Suas 93 aglomerações, número que corresponde à proporção de 19,46% do total nacional, abrangiam 2 117 989 habitantes, isto é, 15,21% da população das aglomerações em total.

Nas regiões Norte e Centro-Oeste, encontram-se, apenas, 14 aglomerações em cada, isto é, 2,93% do total nacional. Na primeira dessas regiões, no entanto, a população das aglomerações, 405 710 habitantes, ou seja, 2,91%, é superior ao dôbro da verificada na segunda, 191 333 habitantes, ou seja, 1,37%.

Varia sensìvelmente a proporção correspondente à população das aglomerações urbanas, em relação à população total, entre as diversas regiões. A população das aglomerações urbanas corresponde, no Sul, a 33,84% da população da região; no Leste, a 29,12%; no Nordeste, a 16,95%; no Norte, a 21,99%; e no Centro-Oeste, a 11,02%.

Se se tomar agora como referência, não a população total de cada região, mas a população dos Municípios de cada região nos quais estão localizadas aglomerações urbanas, a proporção correspondente à população dessas aglomerações se eleva para 55,03 no Sul, 58,20% no Leste, 44,72% no Nordeste, 56,68% no Norte e 34,71% no Centro-Oeste. Sendo pequeno no Norte o número das aglomerações, a respectiva proporção média da população das aglomerações em relação à dos Municípios em que estão localizadas é muito influenciada pela presença de duas grandes aglomerações, localizadas em Municípios de Capitais a que correspondem altas proporções de população urbana.

Das 198 aglomerações da região Sul, 103 têm menos de 10 000 habitantes, abrangendo 12,70% da população das aglomerações da região; das 159 do Leste, 78 são pequenas, abrangendo 9,81%; das 93 do Nordeste, 58 são pequenas, abrangendo 18,45%; das 14 do Norte 10 são pequenas, abrangendo 16,46%, e das 14 do Centro-Oeste, 9 são pequenas, abrangendo 30,80%.

Havia, no Sul, 91 aglomerações médias, abrangendo 39,86% da população das aglomerações da região; no Leste, havia 77 que compreendiam 31,54%; no Nordeste, 33 que compreendiam 47,68%; no Norte, 3 que compreendiam 28,03%; e no Centro-Oeste, 5 que compreendiam 69,20%.

As grandes aglomerações de mais de 100 000 habitantes já foram relacionadas no § 4. Estão localizadas no Sul 4 delas (São Paulo, Pôrto Alegre, Santos e Curitiba), as quais abrangem 47,44% da população das aglomerações da região. No Leste encontram-se 4 grandes aglomerações (Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte e Niterói), as quais abrangem 58,65%; no Nordeste, 2 (Recife e Fortaleza), abrangendo 33,87%; no Norte, 1 (Belém), abrangendo 55,51%. No Centro-Oeste, não há grandes aglomerações.

Os dados abaixo, discriminados por classes menos amplas do que as acima referidas, esclarecem melhor a distribuição, em cada região, das aglomerações segundo o número de habitantes da aglomeração individualmente considerada.

NÚMERO DE HABITANTES DA AGLOMERAÇÃO URBANA	NORTE		NORDESTE		LESTE		SUL		CENTRO-OESTE	
	N.º	População %	N.º	População %	N.º	População %	N.º	População %	N.º	População %
5 001 a 10 000....	10	16,46	58	18,45	78	9,81	103	12,70	9	30,80
10 001 a 25 000....	2	5,94	22	15,80	60	16,85	60	16,23	3	31,79
25 001 a 50 000....	—	—	5	8,88	10	6,27	23	13,60	2	37,41
50 001 a 100 000....	1	22,09	6	23,00	7	8,42	8	10,03	—	—
100 001 a 250 000....	1	55,51	1	9,68	1	3,13	2	5,85	—	—
250 001 a 500 000....	—	—	—	—	2	13,34	1	6,52	—	—
500 001 a 1 000 000....	—	—	1	24,19	—	—	—	—	—	—
Mais de 1 000 000....	—	—	—	—	1	42,18	1	35,07	—	—
TOTAL.....	*14*	*100,00*	*93*	*100,00*	*159*	*100,00*	*198*	*100,00*	*14*	*100,00*

* * *

6. As tabelas IIIa e IIIb, utilizadas no parágrafo anterior para o estudo das aglomerações por regiões, também, se prestam para o estudo por Unidades, que agora vai ser realizado.

São Paulo é a Unidade que apresenta a mais elevada população correspondente às aglomerações urbanas, a qual atinge 4 099 987 habitantes, constituindo 29,44% da população das aglomerações do Brasil em conjunto. Em seguida, está colocado o Distrito Federal, com 2 303 063 habitantes, ou seja, 16,54% do total nacional. A população das aglomerações de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul também fica superior a 1 000 000 de habitantes: 1 280 849 habitantes, 9,20% do total nacional, no primeiro Estado, e 1 087 519 habitantes, 7,81%, no segundo. Contribuições ainda importantes são as do Estado do Rio de Janeiro, 916 778 habitantes, 6,58%, de Pernambuco, 899 430 habitantes, 6,46%, e da Bahia, 727 980 habitantes, 5,23%. A contribuição, em conjunto, das 7 Unidades acima referidas corresponde a 81,26%.

A tabela IV apresenta, para cada Unidade, a proporção da população das aglomerações em relação à população da Unidade. É especial o caso do Distrito Federal, onde a população urbana corresponde a 96,87% da população total. As proporções mais elevadas, dentre as demais Unidades, verificam-se em São Paulo, 44,85%, e no Rio de Janeiro, 39,91%. Em 6 Unidades esta proporção fica entre 20 e 30% (Rio Branco, Rondônia, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Amapá e Pará), em 12 Unidades, fica entre 10 e 20% (Amazonas, Mato Grosso, Sergipe, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Bahia, Ceará, Santa Catarina e Espírito Santo), em 4 fica inferior a 10% (Piauí, Maranhão, Acre e Goiás).

A tabela IV, acima referida, também dá a proporção da população das aglomerações em relação à população total dos Municípios em que estão situadas, por Unidades. As proporções mais altas correspondem a São Paulo, 64,53%, ao Pará, 63,24%, a Sergipe, 61,90%. Em 2 Unidades a proporção fica entre 50 e 60% (Rio de Janeiro e Amazonas), em 8 Unidades entre 40 e 50% (Rio Grande do Norte, Pernambuco, Amapá, Ceará, Piauí, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Minas Gerais), em 8 Unidades entre 30 e 40% (Alagoas, Paraíba, Bahia, Rondônia, Paraná, Espírito Santo, Acre e Maranhão), e em 3 Unidades entre 28 e 30% (Rio Branco, Santa Catarina e Goiás). No interpretar os dados acima convém não deixar de levar em conta o diferente número de aglomerações, bem como a influência das grandes aglomerações sôbre a proporção geral de cada Unidade. Por exemplo, o Estado do Rio de Janeiro, de intensa urbanização, fica, de acôrdo com a última série referida de proporções, colocado pouco acima do Amazonas, Estado de baixa urbanização (51,86%, Amazonas; 57,52%, Rio de Janeiro). Isto porque, enquanto no Rio de Janeiro as aglomerações urbanas se encontram distribuídas em 23 Municípios

Tabela IV

BRASIL

População das aglomerações urbanas com mais de 5 000 habitantes, segundo as Unidades da Federação, em cifra absoluta, em relação à população total dos Municípios em que estão situadas e em relação à população total das respectivas Unidades, em 1.º de julho de 1950

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (a)	POPULAÇÃO TOTAL DOS MUNICÍPIOS COM AGLOMERAÇÕES URBANAS HABITANTES (b)	POPULAÇÃO TOTAL DA UNIDADE (c)	100 a/b (d)	100 a/c (e)
Rondônia	10 036	27 244	36 935	36,84	27,17
Acre	9 371	28 246	114 755	33,18	8,17
Amazonas	101 334	195 384	514 099	51,86	19,71
Rio Branco	5 132	17 247	18 116	29,76	28,33
Pará	270 089	427 072	1 123 273	63,24	24,04
Amapá	9 748	20 594	37 477	47,33	26,01
Maranhão	131 928	398 516	1 583 248	33,10	8,33
Piauí	97 685	213 805	1 045 696	45,69	9,34
Ceará	383 015	827 022	2 695 450	46,31	14,21
Rio Grande do Norte	157 978	316 376	967 921	49,93	16,32
Paraíba	278 259	719 876	1 713 259	38,65	16,24
Pernambuco	899 430	1 830 772	3 395 185	49,13	26,49
Alagoas	169 694	429 827	1 093 137	39,48	15,52
Sergipe	117 827	190 343	644 361	61,90	18,29
Bahia	727 980	1 937 666	4 834 575	37,57	15,06
Minas Gerais	1 280 849	2 944 576	7 728 104*	43,50	16,57
Espírito Santo	112 471	336 277	861 562	33,45	13,05
Rio de Janeiro	916 778	1 593 977	2 297 194	57,52	39,91
Distrito Federal	2 303 063	2 377 451	2 377 451	96,87	96,87
São Paulo	4 099 987	6 353 572	9 141 928**	64,53	44,85
Paraná	348 758	984 829***	2 129 327***	35,41	16,38
Santa Catarina	215 505	728 458	1 560 502	29,58	13,81
Rio Grande do Sul	1 087 519	2 385 159	4 164 821	45,60	26,11
Mato Grosso	100 542	228 465	522 044	44,01	19,26
Goiás	90 791	322 755	1 214 921	28,13	7,47
BRASIL	*13 925 769*	*25 835 509*	*51 815 922***	*53,90*	*26,88*

* Inclusive 10 312 habitantes, população presente estimada do Município de Nova Era, cujo material censitário se extraviou.

** Inclusive 7 505 habitantes, população presente estimada de parte do Município de Pirangi, cujo material censitário se extraviou.

***Inclusive 13 780 habitantes, população presente estimada de parte do Município de Lapa, cujo material censitário se extraviou.

**** Inclusive a população do Território de Fernando de Noronha (581 habitantes). Exclusive a população da região da Serra dos Aimorés (160 072 habitantes).

(em apenas 6 a população das respectivas aglomerações urbanas ultrapassa a proporção de 70% em relação à população do Município; por sua vez, a população dêsses Municípios corresponde a apenas 37,63% da de todos os Municípios que apresentam aglomerações urbanas), no Amazonas sòmente em 3 Municípios, um dos quais o da Capital, encontram-se aglomerações (a população da aglomeração da Capital corresponde a 64,18% da do respectivo Município; esta última corresponde a 71,46% da população dos 3 Municípios que apresentam aglomerações urbanas). Mas a colocação correspondente ao Estado do Rio de Janeiro, quanto à proporção da população das aglomerações em relação à do Estado, fica destacada no quadro nacional e muito acima da do Amazonas (39,91%, Estado do Rio de Janeiro; 19,71%, Amazonas). Em Sergipe, cuja situação é merecedora de menção, a proporção correspondente à população das aglomerações em relação à dos Municípios em que se acham situadas, de 61,90%, fica, dentre os demais Estados, apenas inferior às verificadas para São Paulo, de 64,53%, e Pará, de 63,24%. A proporção em relação à população total do Estado, de 18,29%, em Sergipe, é baixa no quadro nacional. Também neste Estado são poucos os Municípios que apresentam aglomerações urbanas, mas, ao contrário do que se verifica para o Amazonas, a influência da aglomeração da Capital não é tão grande porque nestes Municípios

a proporção correspondente à população das aglomerações é, em geral, elevada. É, portanto, uma situação diversa da do Amazonas, onde a proporção da população das aglomerações em relação à dos Municípios é elevada ùnicamente em virtude da influência da aglomeração constituída pela Capital. É desnecessário que sejam citados outros exemplos.

* * *

7. Aproveitando-se os dados expostos no já citado artigo do Professor. GIORGIO MORTARA sôbre a população urbana em 1940, pode-se comparar a situação nesse ano, com a que foi revelada pelo censo de 1950.

Em 1940, a população das 324 aglomerações urbanas então recenseadas no Brasil atingia 8 899 202 habitantes; em 1950, são 478 as aglomerações, as quais em conjunto têm a população de 13 925 769 habitantes.

A população das aglomerações urbanas em 1950 é superior de 5 026 567 habitnates, ou seja, de 56,48%, à em 1940. Também é superior em 1950 a proporção da população das aglomerações em relação quer à dos Municípios em que estão localizadas (50,80% em 1940 e 53,90% em 1950), quer em relação à população total do País (21,57% em 1940 e 26,88% em 1950).

A população, em 1950, das aglomerações que em 1940 já excediam 5 000 habitantes (algumas dessas aglomerações têm número de habitantes em 1950 inferior ao em 1940, sendo que três delas não excedem na última data o limite de 5 000 habitantes) ascende a 12 742 733 habitantes, tendo havido, portanto, um incremento nessas aglomerações de 3 843 531 habitantes, ou seja, de 43,19%.

Dentre as aglomerações incluídas em 1950, 158, cuja população é de 1 197 180 habitantes, não excediam em 1940 o limite mínimo de 5 000 habitantes. A população destas "novas" aglomerações em relação à população das aglomerações em 1940 corresponde à proporção de 13,45%. Representa, portanto, esta proporção a contribuição das "novas" aglomerações para a diferença relativa entre a população em 1950 e em 1940 das aglomerações urbanas.

Na região Sul, a população das aglomerações urbanas, que em 1940 atingia 3 620 950 habitantes, ascende em 1950 a 5 751 769 habitantes. Houve, entre as duas datas, um incremento de 2 130 819 habitantes, a que corresponde, em relação à população das aglomerações em 1940, a proporção de 58,85%. No Leste, a população das aglomerações passa de 3 657 809 habitantes em 1940 para 5 458 968 habitantes em 1950; o incremento de 1 801 159 habitantes corresponde à proporção de 49,24% da população em 1940. No Nordeste, passa de 1 259 333 habitantes em 1940 para 2 117 989 habitantes em 1950; o incremento de 858 656 habitantes corresponde à proporção de 68,18% da população em 1940. No Norte, passa de 253 177 habitantes em 1940 para 405 710 habitantes em 1950; o incremento de 152 533 habitantes corresponde à proporção de 60,25% da população em 1940. No Centro-Oeste, passa de 107 933 habitantes em 1940 para 191 333 habitantes em 1950; o incremento de 83 400 habitantes corresponde à proporção de 77,27% da população em 1940.

Expõe-se abaixo, para cada região, a população das aglomerações em 1940, a população dessas mesmas aglomerações em 1950, a população das aglomerações em 1950 e a população em 1950 das aglomerações que excediam o limite mínimo de 5 000 habitantes em 1940.

A diferença entre a população das aglomerações urbanas em 1950 e em 1940 (resultante do incremento da população das aglomerações que já excediam o limite de 5 000 habitantes em 1940, da inclusão em 1950 de novas aglomerações que excedem nesta data o limite fixado mas que em 1940 não o excediam e da exclusão das que, embora excedessem o limite em 1940, não o excedem em 1950) será parceladamente analisada a seguir para cada região.

REGIÃO FISIOGRÁFICA	POPULAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS EM 1940	POPULAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS EM 1950	POPULAÇÃO EM 1950 DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS QUE TINHAM MAIS DE 5 000 HABITANTES EM 1940	POPULAÇÃO EM 1950 DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES EM 1950 MAS NÃO EM 1940
Norte	253 177	405 710	341 979*	68 651
Nordeste	1 259 333	2 117 989	1 861 346	256 643
Leste	3 657 809	5 458 968	5 094 758**	373 434
Sul	3 620 950	5 751 769	5 278 199	473 570
Centro-Oeste	107 933	191 333	166 451	24 882

* Uma dessas aglomerações não excede em 1950 o limite de 5 000 habitantes.
** Duas dessas aglomerações não excedem em 1950 o limite de 5 000 habitantes.

Na região Sul, a população das aglomerações, em número de 58, posteriormente incluídas corresponde a 473 570 habitantes, ou seja, a 22,22% da diferença entre a população urbana em 1950 e a em 1940. O incremento da população das aglomerações, em número de 141 [6], que já tinham sido incluídas em 1940 corresponde a 1 657 249 habitantes, ou seja, a 77,78% da diferença entre 1950 e 1940.

No Leste, a população das "novas" aglomerações, em número de 48, ascende a 373 434 habitantes, ou seja, a 20,73% da diferença, enquanto o incremento das "antigas", em número de 113, ascende a 1 436 949, ou seja, a 79,78% da diferença. Duas dessas "antigas" aglomerações não excedem em 1950 o limite mínimo de 5 000 habitantes. Sua população é de 9 224 habitantes, em conjunto.

No Nordeste, a população das "novas" aglomerações, em número de 38, ascende a 256 643 habitantes, ou seja, a 29,89% da diferença, enquanto o incremento das "antigas", em número de 55, ascende a 602 013 habitantes, ou seja, a 70,11% da diferença.

No Norte, a população das "novas" aglomerações, em número de 10, ascende a 68 651, ou seja, a 45,01% da diferença, enquanto o incremento das "antigas", em número de 5, de 88 802 habitantes, corresponde a 58,22%. Uma dessas "antigas" aglomerações não excede o limite mínimo de 5 000 habitantes, em 1950, quando atinge 4 920 habitantes.

No Centro-Oeste, a população das "novas" aglomerações, em número de 4, de 24 882 habitantes, corresponde a 29,83% da diferença, enquanto o incremento das "antigas", em número de 10, de 58 518 habitantes, corresponde a 70,17%.

Em tôdas as regiões, a proporção da população das aglomerações urbanas em relação à população total é mais elevada em 1950 do que em 1940. No Sul atinge 33,84% em 1950, como já foi exposto em parágrafo anterior, e 28,02% em 1940; no Leste, 29,12% em 1950 e 23,41% em 1940; no Nordeste, 16,95% em 1950 e 12,63% em 1940; no Norte, 21,99% em 1950 e 17,09% em 1940; e no Centro-Oeste, 11,02% em 1950 e 8,65% em 1940.

[6] O distrito de João Pessoa, do Município de São José, em Santa Catarina, cuja aglomeração urbana tinha em 1940 população superior ao mínimo de 5 000 habitantes, foi mais tarde extinto e anexado ao Município de Florianópolis.

Tabela V

BRASIL

População das aglomerações urbanas em 1940 e em 1950, segundo as Unidades da Federação, de acôrdo com a divisão territorial vigente em 1.º de julho de 1950

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS EM 1940 (*a*)	POPULAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS EM 1950 (*b*)	POPULAÇÃO EM 1950 DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS QUE TINHAM MAIS DE 5 000 HABITANTES EM 1940 (*c*)	POPULAÇÃO EM 1950 DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES EM 1950 MAS NÃO EM 1940 (*d*)
Rondônia	—	10 036	—	10 036
Acre	—	9 371	—	9 371
Amazonas	66 854	101 334	89 612	11 722
Rio Branco	—	5 132	—	5 132
Pará	186 323	270 089	252 367*	22 642
Amapá	—	9 748	—	9 748
Maranhão	65 777	131 928	94 176	37 752
Piauí	63 955	97 685	90 693	6 992
Ceará	221 171	383 015	323 068	59 947
Rio Grande do Norte	77 229	157 978	129 750	28 228
Paraíba	165 592	278 259	242 681	35 578
Pernambuco	540 230	899 430	825 155	74 275
Alagoas	125 379	169 694	155 823	13 871
Sergipe	70 944	117 827	94 244	23 583
Bahia	482 177	727 980	647 899	80 081
Minas Gerais	815 811	1 280 849	1 173 992**	116 081
Espírito Santo	75 590	112 471	94 314	18 157
Rio de Janeiro	515 287	916 778	781 246	135 532
Distrito Federal	1 700 000	2 303 063	2 303 063	—
São Paulo	2 560 216	4 099 987	3 809 269	290 718
Paraná	174 150	348 758	257 044	91 714
Santa Catarina	122 220	215 505	176 873	38 632
Rio Grande do Sul	764 364	1 087 519	1 035 013	52 506
Mato Grosso	71 802	100 542	95 390	5 152
Goiás	36 131	90 791	71 061	19 730
*BRASIL****	*8 899 202*	*13 925 769*	*12 742 733*	*1 197 180*

* Dentre essas aglomerações urbanas, há uma, a de Vigia, que, contràriamente ao verificado em 1940, não excede, em 1950, a cifra de 5 000 habitantes (atinge 4 920 habitantes).

** Dentre essas aglomerações urbanas, há duas que, contràriamente ao verificado em 1940, não excedem, em 1950, a cifra de 5 000 habitantes. São as de Lambari, com 4 840 habitantes, e de Mariana, com 4 384 habitantes.

*** Não se encontram, em 1940, na região da Serra dos Aimorés, que é objeto de litígio entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, aglomerações urbanas com mais de 5 000 habitantes (Veja-se o estudo do Professor G. MORTARA citado na nota 2; pág. 42, nota 1). A população em 1950 dessa região foiapresentada sem discriminação segundo a divisão territorial e segundo a situação urbana ou rural do domicílio.

A proporção da população das aglomerações urbanas, em relação à população dos Municípios em que se encontram localizadas, é mais elevada em 1950 do que em 1940 em tôdas as regiões, menos na região Norte[7]. No Sul,

[7] A exceção do Norte é causada pela inclusão de 10 "novas" aglomerações, a que correspondem proporções baixas, enquanto havia apenas 5 aglomerações que já excediam em 1940 o limite de 5 000 habitantes. À população das "antigas" aglomerações, em geral, corresponde uma proporção mais elevada em 1950 do que em 1940: Manaus, 64,18% em 1950 e 62,83% em 1940; Belém, 91,54% em 1950 e 83,73% em 1940 (inclusive ,em ambas as datas, a aglomeração do distrito de Icoraci), etc.

atinge 55,03% em 1950 e 50,59% em 1940; no Leste, 58,20% em 1950 e 54,64% em 1940; no Nordeste, 44,72% em 1950 e 42,84% em 1940; no Norte, 56,68% em 1950 e 65,89% em 1940; e no Centro-Oeste, 34,71% em 1950 e 31,67% em 1940.

Constam da tabela V a distribuição, por Unidades, da população das aglomerações urbanas em 1950 e em 1940 e da tabela VI, as respectivas proporções em relação à população dos Municípios em que estavam localizadas e em relação à população total da respectiva Unidade.

Tabela VI

BRASIL

Comparação, entre 1940 e 1950, das proporções correspondentes à população das aglomerações urbanas com mais de 5 000 habitantes, segundo as Unidades da Federação, de acôrdo com a divisão territorial vigente em 1.º de julho de 1950

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO TOTAL DOS MUNICÍPIOS EM QUE ESTÃO SITUADAS		POPULAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO TOTAL DE CADA UNIDADE	
	EM 1.º-IX-1940	EM 1.º-VII-1950	EM 1.º-IX-1940	EM 1.º-VII-1950
Rondônia	—	36,84	—	27,17
Acre	—	33,18	—	8,17
Amazonas	62,83	51,86	15,79	19,71
Rio Branco	—	29,76	—	28,33
Pará	67,06	63,24	20,18	24,04
Amapá	—	47,33	—	26,01
Maranhão	40,24	33,10	5,33	8,33
Piauí	47,23	45,69	7,82	9,34
Ceará	45,84	46,31	10,58	14,21
Rio Grande do Norte	65,03	49,93	10,06	16,32
Paraíba	33,08	38,65	11,64	16,24
Pernambuco	44,26	49,13	20,10	26,49
Alagoas	39,41	39,48	13,18	15,52
Sergipe	77,10	61,90	13,08	18,29
Bahia	39,29	37,57	12,31	15,06
Minas Gerais	35,02	43,50	12,11	16,57
Espírito Santo	54,47	33,45	9,81	13,05
Rio de Janeiro	44,94	57,52	27,89	39,91
Distrito Federal	96,36	96,87	96,36	96,87
São Paulo	56,19	63,53	35,61	44,85
Paraná	46,72	35,41	14,09	16,38
Santa Catarina	29,71	29,58	10,37	13,81
Rio Grande do Sul	42,05	45,60	23,02	26,11
Mato Grosso	39,10	44,01	17,06	19,26
Goiás	22,99	28,13	4,37	7,47
*BRASIL**	*50,80*	*53,90*	*21,57*	*26,88*

* Veja-se a nota XXX à tabela V.

Em tôdas as Unidades verifica-se forte aumento da população das aglomerações urbanas. A respectiva proporção em relação à população da Unidade também é mais elevada em 1950 do que em 1940.

No Estado de São Paulo, por exemplo, a população das aglomerações, que em 1940 era de 2 560 216 habitantes, passa, em 1950, para 4 099 987. A diferença atinge 1 539 771 habitantes, correspondendo a 60,14% da população em 1940. A população das aglomerações, que foram incluídas em 1950, mas não em 1940, por não excederem nesta data o limite de 5 000 habitantes, em número de 33, é de 290 718 habitantes, correspondendo à parcela de 11,35% da diferença percentual acima referida. Portanto, o incremento da população das aglomerações, em número de 87, incluídas tanto em 1940 quanto em 1950, foi de 1 249 053 habitantes, ou seja, de 48,79% da de 1940. A proporção correspondente à população das aglomerações urbanas em relação à população total passa de 35,61% em 1940 para 44,85% em 1950 e em relação à população dos Municípios em que se encontram localizadas passa de 56,19% para 64,53%.

No Estado de Minas Gerais a população das aglomerações, que em 1940 era de 815 811 habitantes, passa em 1950 para 1 280 849 [8]. A diferença atinge 465 038 habitantes, correspondendo a 57,00% da população em 1940. A população das aglomerações que foram incluídas em 1950, mas não em 1940, por não excederem nesta data o limite mínimo de 5 000 habitantes, em número de 17, é de 116 081 habitantes, constituindo a parcela de 14,23% da diferença percentual acima referida. O incremento da população das aglomerações que já tinham sido incluídas em 1940, em número de 61, corresponde a 358 181 habitantes, ou seja, a 43,90%. Duas dessas aglomerações não atingem em 1950 o limite mínimo de 5 000 habitantes. Sua população de 9 224 habitantes deve ser subtraída do incremento das antigas aglomerações, para obter-se o incremento geral para a Unidade entre 1940 e 1950. A proporção correspondente à população das aglomerações urbanas em relação à população total passa de 12,11% em 1940 para 16,57% em 1950; em relação à população dos Municípios em que se encontram localizadas, passa de 35,02% para 43,50%.

No Estado do Rio Grande do Sul a população das aglomerações, que em 1940 era de 764 364 habitantes, passa em 1950 para 1 087 519. A diferença atinge 323 155 habitantes, correspondendo a 42,28% da população em 1940. A população das aglomerações que foram incluídas em 1950, mas não em 1940, por não excederem nesta data o limite mínimo de 5 000 habitantes, em número de 7, é de 52 506 habitantes, constituindo a parcela de 6,87% da diferença percentual acima referida. Portanto, o incremento da população das aglomerações incluídas tanto em 1940 quanto em 1950, em número de 35, atinge 270 649 habitantes, ou seja, 35,41%. A população correspondente à população das aglomerações urbanas em relação à população total passa de 23,02% em 1940 para 26,11% em 1950; a em relação à população dos Municípios em que se encontram localizadas passa de 42,05% para 45,60%.

Como a população das aglomerações urbanas nos Estados do Rio de Janeiro e de Pernambuco é também elevada, atingindo cêrca de 900 mil habitantes em 1950 em cada um, estendem-se a êsses dois Estados os esclarecimentos sôbre a situação em 1940 e em 1950.

No primeiro dêsses dois Estados a população das aglomerações urbanas, que em 1940 era de 515 287 habitantes, passa em 1950 para 916 778; a diferença atinge 401 491 habitantes, ou seja, 77,92% da população em 1940. A população das aglomerações incluídas em 1950, mas não em 1940, em número de 12, é de 135 532 habitantes, constituindo a parcela de 26,30% da diferença percentual acima referida. Portanto, o incremento da população das aglomerações incluídas em ambas as datas, em número de 24, atinge 265 959 habitantes, ou seja, 51,61%. A proporção correspondente à população das aglomerações urbanas em relação à população total passa de 27,89% em 1940 para

[8] Exclusive a população da aglomeração urbana dos distritos-sedes dos Municípios de Lambari (4 840 habitantes) e de Mariana (4 384 habitantes), por não exceder, nesta data, o limite mínimo de 5 000 habitantes, embora tenha sido incluída em 1940, quando essas aglomerações ultrapassavam o limite mínimo estabelecido.

39,91% em 1950; a em relação à população dos Municípios em que se encontram localizadas passa de 44,94% para 57,52%.

No Estado de Pernambuco a população das aglomerações urbanas, que em 1940 era de 540 230 habitantes, passa em 1950 para 899 430; a diferença atinge 359 200 habitantes, ou seja, 66,49% da população em 1940. A população das aglomerações incluídas em 1950, mas não em 1940, em número de 12, é de 74 275 habitantes, constituindo a parcela de 13,75% da diferença percentual acima referida. Portanto, o incremento da população das aglomerações incluídas em ambas as datas, em número de 21, atinge 284 925 habitantes, ou seja, 52,74%. A proporção correspondente à população das aglomerações urbanas em relação à população total passa de 20,10% em 1940 para 26,49% em 1950; a em relação à população dos Municípios em que se encontram localizadas passa de 44,26% para 49,13%.

Esclarecimentos sôbre as demais Unidades podem ser deduzidos do quadro abaixo. Nêle se apresentam dados sôbre o incremento absoluto e percentual, de 1940 a 1950, da população das aglomerações urbanas com mais de 5 000 habitantes em ambas essas datas e o número dessas aglomerações, em cada Unidade. Expõem-se também o numero e a população das aglomerações em 1950, que não excediam em 1940 o limite mínimo de 5 000 habitantes, e a proporção entre a população dessas aglomerações e a das aglomerações em 1940.

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES EM 1940 E EM 1950			AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES EM 1950, MAS NÃO EM 1940		
	Número	Incremento absoluto da respectiva população entre 1940 e 1950	Incremento percentual	Número	População em 1950	Proporção percentual em relação à população em 1940 da aglomerações com mais de 5 000 habitantes de 1940
Bahia	20	165 722	34,37	12	80 081	16,61
Ceará	9	101 897	46,07	7	59 947	27,10
Paraná	8	82 894	47,60	12	91 714	52,66
Paraíba	9	77 089	46,55	5	35 578	21,49
Pará	3*	67 165*	37,26	4	22 642	12,56
Santa Catarina	11**	54 653	44,72	6	38 632	31,61
Alagoas	7	30 444	24,28	2	13 871	11,06
Rio Grande do Norte	4	52 521	68,01	5	28 228	36,55
Maranhão	2	28 399	43,17	6	37 752	57,39
Amazonas	11	22 758	34,04	2	11 722	17,53
Segipe	3	23 300	32,84	4	23 583	33,24
Espírito Santo	4	20 724	28,16	3	18 157	24,67
Mato Grosso	6	23 588	32,85	1	5 152	7,18
Piauí	3	26 738	41,81	1	6 992	10,93
Goiás	4	34 930	96,68	3	19 730	54,61

* Exclusive, tanto em 1940, quanto em 1950, a aglomeração do distrito-sede do Município de Vigia, que em 1940 excedia, mas que em 1950 não excede, o limite de 5 000 habitantes.
Incluindo-se essa aglomeração, o incremento percentual da população das "antigas" aglomerações atinge 35,45% e a proporção da população das "novas" em relação à das "antigas" em 1940 atinge 12,15%.

** Em 1940, inclusive a aglomeração do então distrito de João Pessoa. Em 1950, êsse distrito foi anexado ao Município de Florianópolis.

No Território do Acre não havia em 1940 aglomerações urbanas com mais de 5 000 habitantes; nas áreas correspondentes aos atuais Territórios de Rondônia, Rio Branco e Amapá, verifica-se o mesmo.

Contribuem, como pode ser verificado através os dados acima apresentados, as aglomerações incluídas em 1950 mas não em 1940 numa proporção elevada para o aumento da população das aglomerações urbanas. Em alguns Estados o número de "novas" aglomerações ultrapassa o de "antigas".

Dão-se abaixo as proporções correspondentes à população das aglomerações em relação à da Unidade, para 1940 e 1950.

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	PROPORÇÃO DO NÚMERO DE HABITANTES DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS EM RELAÇÃO A 100 HABITANTES DA UNIDADE RESPECTIVA	
	1940	1950
Bahia	12,31	15,06
Ceará	10,58	41,21
Paraná	14,09	16,38
Paraíba	11,64	16,24
Pará	20,18	24,04
Santa Catarina	10,37	13,81
Alagoas	13,18	15,52
Rio Grande do Norte	10,06	16,32
Maranhão	5,33	8,33
Amazonas	15,79	19,71
Sergipe	13,08	18,29
Espírito Santo	9,81	13,05
Mato Grosso	17,06	19,26
Piauí	7,82	9,34
Goiás	4,37	7,47

A tabela VII apresenta a população das aglomerações em 1940 e em 1950, bem como o incremento absoluto e o percentual. Dela são transcritas as seguintes indicações referentes às aglomerações com mais de 100 000 habitantes em 1950.

AGLOMERAÇÃO	POPULAÇÃO EM 1940	POPULAÇÃO EM 1950	INCREMENTO ENTRE 1940 E 1950	INCREMENTO PERCENTUAL
Rio de Janeiro	1 700 000	2 303 063	603 063	35,47
São Paulo	1 258 482	2 017 025	758 543	60,27
Recife	323 177	512 370	189 193	58,54
Salvador	290 443	389 422	98 979	34,08
Pôrto Alegre	259 246	375 049	115 803	44,67
Belo Horizonte	177 004	338 585	161 581	91,29
Belém	164 673	225 218	60 545	36,77
Fortaleza	140 901	205 052	64 151	45,53
Santos	155 894	198 405	42 511	27,27
Niterói	124 507	170 868	46 361	37,24
Curitiba	99 440	138 178	38 738	38,96

* * *

8. As estatísticas disponíveis não permitem discriminar com precisão, no incremento da população das aglomerações urbanas, a parte devida ao excedente dos nascimentos sôbre os óbitos da parte devida ao excedente das imigrações sôbre as emigrações.

Para a maioria das aglomerações as falhas do registro civil dos nascimentos e dos óbitos impedem a medida, ainda que aproximada, do nível da natalidade e da mortalidade. Não há estatísticas dos movimentos internos da população. Os levantamentos censitários da naturalidade dos brasileiros natos indicam apenas a Unidade da Federação de nascimento, e não o Município.

O Laboratório de Estatística, no entanto, vem realizando, para alguns Municípios das Capitais, estudos sôbre a natalidade e a mortalidade no período intercensitário, baseados nas estatísticas dos nascimentos e dos óbitos, retificados com o auxílio dos dados censitários.

Êsses estudos dão indicações que permitem tentar a medição, longamente aproximativa, do incremento vegetativo da população das aglomerações.

Os referidos estudos se referem a Municípios, não a aglomerações. Mas justamente nesses Municípios, os habitantes dos quadros urbano e suburbano, isto é, da "cidade" no conceito administrativo, constituem proporção elevadíssima da população total.

Considerem-se os oito Municípios, inclusive o Distrito Federal, que em 1950 têm população superior a 250 000 habitantes. São os do Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Salvador, Pôrto Alegre Belo Horizontte, Belém e Fortaleza.

As aglomerações urbanas compreendem, em conjunto, 93,76% da população total dêsses Municípios. Portanto, taxas referentes à população total dêsses Municípios em conjunto podem ser atibuídas, sem grave êrro, à população das aglomerações.

Para as 8 grandes aglomerações, pode-se estimar que o incremento vegetativo da população entre 1940 e 1950 corresponda a cêrca de 14% da população em 1940. Sendo esta de 4 313 926 habitantes, o incremento vegetativo ascenderia a 603 950 habitantes. Por diferença, conhecendo-se o incremento total de 2 051 858 habitantes, obtém-se o incremento migratório de 1 447 908 habitantes.

Em vista do nível mais elevado da natalidade, pode-se admitir que o incremento vegetativo nas demais aglomerações que já em 1940 contavam mais de 5 000 habitantes corresponda a cêrca de 20% da população em 1940. Sendo esta de 4 585 276 habitantes, o incremento vegetativo ascenderia a 917 055 habitantes. Por diferença, conhecendo-se o incremento total de 1 791 673 habitantes, obtém-se o incremento migratório de 874 618 habitantes.

Resumindo, o incremento de 3 843 531 habitantes, verificado entre 1940 e 1950 na população das aglomerações que já na primeira data contavam mais de 5 000 habitantes, pode ser decomposto nas duas parcelas de 1 521 005 (39,57% do total), correspondente ao saldo do movimento vegetativo, e 2 322 526 (60,43%), correspondente ao saldo do movimento migratório.

As aglomerações com mais de 5 000 habitantes em 1950 que não atingiam êste limite de população em 1940 contam, segundo o último censo, 1 197 180 habitantes.

Assim, o aumento da população das aglomerações urbanas com mais de 5 000 habitantes, que se verifica pela comparação entre os censos de 1940 e 1950 — aumento de 5 040 711 habitantes —, cinde-se nas seguintes parcelas:

Incremento vegetativo: das 8 maiores aglomerações	603 950 (11,98%)
das demais aglomerações com mais de 5 000 habitantes em 1940	917 055 (18,19%)
Incremento migratório: das 8 maiores aglomerações	1 447 908 (28,73%)
das demais aglomerações com mais de 5 000 habitantes em 1940	874 618 (17,35%)
População das aglomerações que em 1940 não tinham mais de 5 000 habitantes e em 1950 têm mais de 5 000 ...	1 197 180 (23,75%)
Total	*5 040 711*

Para o aumento total da população do Brasil verificado entre os dois censos, 10 723 050 habitantes, as aglomerações que em 1940 contavam mais de 5 000 habitantes contribuíram com um excedente de 1 521 005 nascimentos sôbre os óbitos.

Do incremento vegetativo do resto da população essas aglomerações absorveram cêrca de 2 275 000 habitantes, estimando-se em 45 000 a 50 000 habitantes o excedente da imigração do exterior para as mesmas sôbre a emigração para o exterior.

Ficou ainda aumentada a população das aglomerações com mais de 5 000 habitantes pela passagem para essa categoria de numerosas aglomerações que em 1940 não atingiam êsse limite, com 1 197 180 habitantes em 1950.

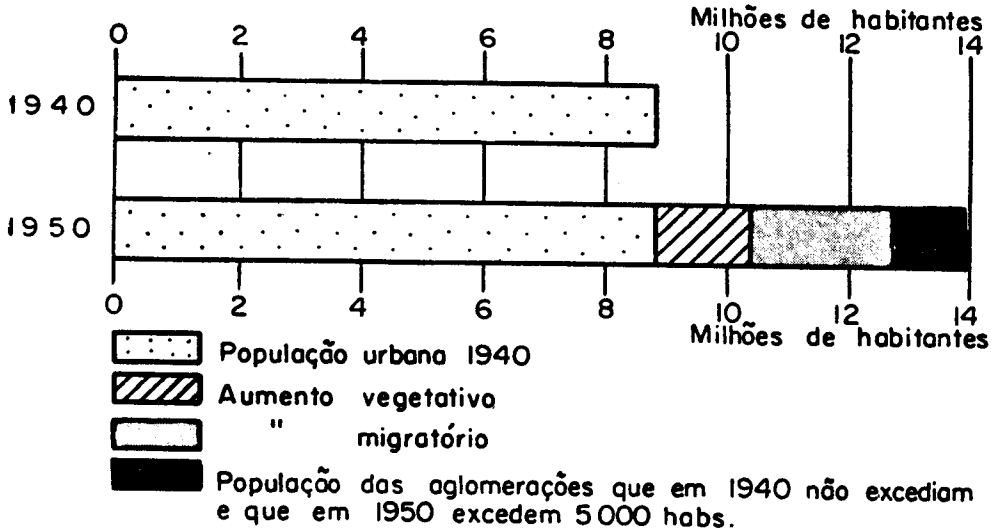


Fig. 22

Aumento das aglomerações urbanas entre 1940 e 1950.

* * *

9. No presente estudo, para se obter uma discriminação mais satisfatória (embora ainda em caráter de larga aproximação) da população urbana do que a imediatamente obtida pela classificação do censo, considerou-se convencionalmente urbana a soma da população urbana e suburbana de um distrito sòmente quando ultrapassava o limite de 5 000 habitantes. Êsse critério permitiu a exclusão de populações que, embora classificadas pela administração como urbanas, de fato apresentam características rurais.

Em conjunto, a população das aglomerações consideradas atinge 13 925 769 habitantes em 1950, correspondendo à proporção de 26,88% em relação à população do País em conjunto.

Apenas em cêrca de um quarto do número de Municípios se encontram aglomerações com população superior ao limite considerado, correspondendo a população dessas aglomerações a 53,90% da dos Municípios em conjunto em que estavam localizadas.

São muito poucas as grandes aglomerações. Apenas 11 delas têm população superior a 100 000 habitantes, abrangendo proporções muito elevadas da população total dos respectivos Municípios (em geral, superiores a 90%). Constituem essas aglomerações pouco mais de 2% do número, mas sua população reúne quase 50% da população das aglomerações consideradas.

O incremento da população das aglomerações, entre 1940 e 1950, foi muito mais intenso do que o verificado para a população total do Brasil.

Atingia 8 899 202 habitantes a população das aglomerações na primeira data, tendo passado, como já se expôs, para 13 925 769 habitantes, em 1950. O incremento de 5 026 567 habitantes corresponde a 56,48% da população em 1940. Observe-se que 158 aglomerações que em 1940 ainda não atingiam o limite convencionalmente adotado, já o ultapassam em 1950. Convém, pois, discriminar no incremento a parcela constituída pela inclusão de "novas" aglomerações. A população dessas aglomerações, 1 197 180 habitantes, em 1950, corresponde à proporção de 13,45% da população das aglomerações em 1940.

A população das aglomerações que em 1940 já excediam o limite considerado (em número de 324) ascende em 1950 a 12 742 733 habitantes, marcando um incremento de 3 843 531 habitantes, ou seja, de 43,19%. A população do País em conjunto, que era de 41 252 944 habitantes em 1940, passou para 51 975 944 habitantes em 1950[9]. Houve, portanto, um incremento relativo de 25,99% na população total, o qual fica muito inferior ao incremento relativo verificado na população das aglomerações referidas.

Houve um sensível aumento da proporção da população das aglomerações em relação à do País em conjunto, a qual passou de 21,57% em 1940 para 26,88% em 1950. A proporção em relação à população dos Municípios em que as aglomerações estão localizadas subiu de 50,80% para 53,90%.

São Paulo é o Estado que apresenta o maior número de aglomerações, 120, cuja população atinge 4 099 987 habitantes. Em Minas Gerais se encontram 76, cuja população ascende a 1 280 849 habitantes, e no Rio Grande do Sul 42, com a população de 1 087 519 habitantes. A população da cidade do Rio de Janeiro atinge 2 303 063 habitantes.

Varia fortemente, entre as Unidades, a proporção da população das aglomerações em relação à da Unidade em conjunto. A São Paulo, 44,85%, e ao Rio de Janeiro, 39,91%, correspondem as mais elevadas. Em 4 Unidades, no outro extremo, não atinge 10%; dentre estas, o Acre, com 8,17%, e Goiás, com 7,47% apresentam as proporções mais baixas.

A proporção da população das aglomerações em relação à dos Municípios em que estão localizadas, de níveis pouco inferiores a 30% (28,13%, Goiás e 29,58%, Santa Catarina) se eleva a níveis superiores a 60% (61,90%, Sergipe; 63,24%, Pará e 64,53%, São Paulo).

Em tôdas as Unidades, entre 1940 e 1950, houve aumento na proporção da população das aglomerações em relação à da respectiva Unidade. Em São Paulo, por exemplo, esta proporção passou de 35,61% em 1940 para 44,85% em 1950, em Minas Gerais de 12,11% para 16,57%, no Rio Grande do Sul de 23,02% para 26,11%, no Rio de Janeiro de 27,89% para 39,91%, etc.

Expuseram-se no presente trabalho dados referentes à população das aglomerações urbanas com mais de 5 000 habitantes em 1950. Apenas em caráter de larga aproximação podem êsses dados ser aceitos como referentes à população urbana do País. Pode-se supor, no entanto, que se a apuração do censo tivesse sido baseada numa delimitação mais racional de áreas que fôssem ocupadas por populações de caráter urbano, as conclusões gerais a que então se poderia chegar não ficariam muito diferente daquelas a que se chegou no presente trabalho.

A comparação com os dados do censo de 1940, também realizada neste trabalho, permitiu a análise do incremento da população dessas aglomerações entre as datas dos dois últimos censos. Aglomerações cuja população ainda não tinha ultrapassado o limite de 5 000 habitantes em 1940, já o ultrapassando em 1950, foram nesta última data incluídas nos dados apresentados. Apesar de serem aproximativos êsses dados, pôde ser dicernida a marcha do processo de urbanização no período intercensitário.

---

[9] Dados completados por estimativas da população das áreas para as quais houve extravio do material censitário. Veja-se a *Nota sôbre o desenvolvimento da população do Brasil* (I.B.G.E., edição mimeográfica, 1953). Os dados acima se referem às datas dos censos, 1.º de setembro, quanto ao de 1940, e 1.º de julho, quanto ao de 1950.

Tabela VII

BRASIL

Cálculo do incremento da população das aglomerações urbanas, que tinham mais de 5 000 habitantes em 1.º de setembro de 1940, entre esta data e 1.º de julho de 1950 [1]

UNIDADE DA FEDERAÇÃO / MUNICÍPIO	POPULAÇÃO, EM 1940, DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (*a*)	POPULAÇÃO, EM 1950, DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS QUE TINHAM MAIS DE 5 000 HABITANTES EM 1940 (*b*)	INCREMENTO DA POPULAÇÃO DAS MESMAS AGLOMERAÇÕES URBANAS, ENTRE 1940 E 1950 (*c*)	INCREMENTO RELATIVO $100\frac{(c)}{(a)}$ (*d*)
AMAZONAS				
Manaus	66 854	89 612	22 758	34,04
PARÁ				
Belém (2)	172 755	233 386	60 631	35,10
Santarém	7 527	14 061	6 534	86,81
Vigia	6 041	4 920	— 1 121	— 18,56
MARANHÃO				
São Luís	58 735	79 731	20 996	35,75
Caxias	7 042	14 445	7 403	105,13
PIAUÍ				
Teresina	34 695	51 418	16 723	48,20
Parnaíba	22 176	30 174	7 998	36,07
Floriano	7 084	9 101	2 017	28,47
CEARÁ				
Fortaleza	140 901	205 052	64 151	45,53
Juàzeiro do Norte (3)	23 490	41 999	18 509	78,80
Sobral	13 533	22 628	9 095	67,21
Crato	11 233	15 464	4 231	37,67
Camocim	7 645	8 299	654	8,55
Iguatu	7 249	10 063	2 814	38,82
Aracati	6 731	8 952	2 221	33,00
Baturité	5 247	5 194	— 53	— 1,01
Quixadá	5 142	5 417	275	5,35
RIO GRANDE DO NORTE				
Natal	51 479	94 812	43 333	84,18
Mossoró	13 374	19 612	6 238	46,64
Macau	6 584	7 661	1 077	16,36
Areia Branca	5 792	7 665	1 873	32,34

[1] Reuniram-se à aglomeração urbana do distrito-sede as aglomerações urbanas de outros distritos do mesmo Município, quando estas últimas ultrapassavam a cifra de 5 000 habitantes em 1940.

Observe-se também que houve casos em que se apresentou não a população da aglomeração urbana do distrito-sede do Município, porque esta não atingia, em 1940, a cifra referida, mas, sim, a população da aglomeração urbana de outros distritos, do mesmo Município, que satisfaziam aquela condição.

Deve-se levar em conta, também, que em 1950 outros distritos-sedes e outros distritos apresentam aglomerações urbanas com população superior ao limite estabelecido. Mas na presente tabela não são consideradas essas aglomerações.

A nomenclatura dos Municípios é a vigente em 1950, na data do censo. São referidas em notas as modificações de nomenclatura ocorridas entre 1940 e 1950 para os Municípios considerados.

[2] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito que, na data do censo de 1940, era denominado Pinheiro e que, na data do de 1950, é denominado Icoraci. Em 1940 a população dessa aglomeração atingia 8 082 habitantes, enquanto em 1950 atinge 8 168 habitantes.

[3] Na data do censo de 1940, êsse Município era denominado Juàzeiro.

Tabela VII (Continuação)

BRASIL

Cálculo do incremento da população das aglomerações urbanas, que tinham mais de 5 000 habitantes em 1.º de setembro de 1940, entre esta data e 1.º de julho de 1950

UNIDADE DA FEDERAÇÃO — MUNICÍPIO	POPULAÇÃO, EM 1940, DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (a)	POPULAÇÃO, EM 1950, DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS QUE TINHAM MAIS DE 5 000 HABITANTES EM 1940 (b)	INCREMENTO DA POPULAÇÃO DAS MESMAS AGLOMERAÇÕES URBANAS, ENTRE 1940 E 1950 (c)	INCREMENTO RELATIVO $100\frac{(c)}{(a)}$ (d)
PARAÍBA				
João Pessoa (4)	76 561	96 265	19 704	25,74
Campina Grande	33 818	72 464	38 646	114,28
Mamanguape (5)	14 346	19 774	5 428	37,84
Santa Rita	10 805	12 362	1 557	14,41
Cajazeiras	8 146	9 832	1 686	20,70
Itabaiana	7 972	8 670	698	8,76
Patos	7 760	13 889	6 129	78,98
Guarabira	6 184	9 425	3 241	52,41
PERNAMBUCO				
Recife	323 177	512 370	189 193	58,54
Olinda	31 666	38 169	6 503	20,54
Caruaru	24 264	43 501	19 237	79,28
Guaranhuns	16 279	20 550	4 271	26,24
Jaboatão	13 060	34 179	21 119	161,71
Paulista	12 843	21 243	8 400	65,41
Limoeiro	12 493	14 122	1 629	13,04
Vitória de Santo Antão(6)	12 435	15 720	3 285	26,42
Carpina	9 756	12 431	2 675	27,42
Goiânia	9 681	13 744	4 063	41,97
Gravatá	8 676	10 816	2 140	24,67
Timbaúba	8 532	11 041	2 509	29,41
Pesqueira	8 472	13 124	4 652	54,91
Moreno	7 282	11 411	4 129	56,70
Palmares	7 223	10 055	2 832	39,21
Bezerros	6 772	7 737	965	14,25
Barreiros	6 055	7 666	1 611	26,61
Escada	5 651	7 533	1 882	33,30
Nazaré da Mata (7)	5 418	6 577	1 159	21,39
Bom Conselho	5 257	6 113	856	16,28
Catende	5 238	7 053	1 815	34,65
ALAGOAS				
Maceió	80 045	99 088	19 043	23,79
Penedo	12 651	14 222	1 571	12,42
Rio Largo	8 762	13 524	4 762	54,35
Viçosa	6 652	6 000	— 652	— 9,80
União dos Palmares (8)	6 102	6 917	815	13,36
Pilar	5 734	6 826	1 092	19,04
Palmeira dos Índios	5 433	9 246	3 813	70,18

[4] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Cabedelo, que em 1940 atingia 5 403 habitantes, enquanto em 1950 atinge 6 748 habitantes.

[5] População da aglomeração urbana do distrito de Rio Tinto, porque, em 1940, ao contrário do que se verifica em 1950, a população da aglomeração urbana do distrito-sede não atingia 5 000 habitantes. Nesta última data, a população da aglomeração urbana do distrito-sede atinge 6 334 habitantes.

[6] Na data do censo de 1940, êsse Município era denominado Vitória.

[7] Na data do censo de 1940, êsse Município era denominado Nazaré.

[8] Na data do censo de 1940, êsse Município era denominado União.

Tabela VII (Continuação)

BRASIL

Cálculo do incremento da população das aglomerações urbanas, que tinham mais de 5 000 habitantes em 1.º de setembro de 1940, entre esta data e 1.º de julho de 1950

UNIDADE DA FEDERAÇÃO / MUNICÍPIO	POPULAÇÃO, EM 1940, DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (a)	POPULAÇÃO, EM 1950, DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS QUE TINHAM MAIS DE 5 000 HABITANTES EM 1940 (b)	INCREMENTO DA POPULAÇÃO DAS MESMAS AGLOMERAÇÕES URBANAS, ENTRE 1940 E 1950 (c)	INCREMENTO RELATIVO $100 \frac{(c)}{(a)}$ (d)
SERGIPE				
Aracaju	50 306	67 539	17 233	34,26
Estância	10 324	14 051	3 727	36,10
Propriá	10 314	12 654	2 340	22,69
BAHIA				
Salvador	290 443	389 422	98 979	34,08
Itabuna	15 712	25 351	9 639	61,35
Ilhéus	15 566	22 593	7 027	45,14
Feira de Santana	14 131	26 559	12 428	87,95
Nazaré	13 382	11 205	— 2 177	— 16,27
Alagoinhas	13 317	21 283	7 966	59,82
Jequié	13 268	20 652	7 384	55,65
Santo Amaro	10 929	12 258	1 329	12,16
Juàzeiro	10 831	15 896	5 065	46,76
Cachoeira	10 374	10 825	451	4,35
Valença	9 636	11 492	1 856	19,26
Maragogipe	8 589	9 744	1 155	13,45
Santo Antônio de Jesus	8 518	11 417	2 899	34,03
Vitória da Conquista (9)	7 682	17 503	9 821	127,84
Senhor do Bonfim (10)	7 213	10 113	2 900	40,21
Castro Alves	7 208	6 479	— 729	— 10,11
Muritiba	7 095	7 452	357	5,03
São Félix	6 559	5 872	— 687	— 10,47
Belmonte	6 137	5 204	— 933	— 15,20
Canavieiras	5 587	6 579	992	17,76
MINAS GERAIS				
Belo Horizonte	177 004	338 585	161 581	91,29
Juiz de Fora	70 849	84 995	14 146	19,97
Uberaba	31 259	42 481	11 222	35,90
São João del Rei	22 551	24 560	2 009	8,91
Uberlândia	21 530	34 866	13 336	61,94
Barbacena	19 238	24 718	5 480	28,49
Nova Lima	16 321	17 415	1 094	6,70
Araguari	15 974	24 619	8 645	54,12
Itajubá	14 704	20 627	5 923	40,28
Conselheiro Lafaiete	14 352	18 042	3 690	25,71
Montes Claros	13 768	20 370	6 602	47,95
Poços de Caldas	13 751	19 109	5 358	38,96
Teófilo Otôni	11 968	19 790	7 822	65,36
Ponte Nova	11 707	15 056	3 349	28,61
Pouso Alegre	11 582	12 509	927	8,00

[9] Na data do censo de 1940, êsse Município era denominado Conquista.
[10] Na data do censo de 1940, êsse Município era denominado Bonfim.

Tabela VII (Continuação)

BRASIL

Cálculo do incremento da população das aglomerações urbanas, que tinham mais de 5 000 habitantes em 1.º de setembro de 1940, entre esta data e 1.º de julho de 1950

UNIDADE DA FEDERAÇÃO — MUNICÍPIO	POPULAÇÃO, EM 1940, DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (a)	POPULAÇÃO, EM 1950, DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS QUE TINHAM MAIS DE 5 000 HABITANTES EM 1940 (b)	INCREMENTO DA POPULAÇÃO DAS MESMAS AGLOMERAÇÕES URBANAS, ENTRE 1940 E 1950 (c)	INCREMENTO RELATIVO $100\frac{(c)}{(a)}$ (d)
MINAS GERAIS (cont.)				
Santos Dumont	11 385	13 599	2 214	19,45
Passos	11 336	14 044	2 708	23,89
Lavras	11 075	12 257	1 182	10,67
Varginha	10 954	13 147	2 193	20,02
Ubá	10 911	14 022	3 111	28,51
Sete Lagoas	10 537	18 438	7 901	74,98
Araxá	10 040	14 375	4 335	43,18
Diamantina	9 663	9 837	174	1,80
São Sebastião do Paraíso	9 663	10 532	869	8,99
Além Paraíba	9 598	12 051	2 453	25,56
Divinópolis	9 593	19 701	10 108	105,37
Muriaé	9 171	11 437	2 266	24,71
Formiga	9 010	11 782	2 772	30,77
Cataguases	8 972	12 837	3 865	43,08
Ouro Prêto	8 819	8 751	— 68	— 0,77
Carangola	8 758	9 048	290	3,31
Guaxupé	8 563	9 227	664	7,75
Curvelo	7 909	13 633	5 724	72,37
Sabará	7 588	9 183	1 595	21,02
Alfenas	7 422	9 052	1 630	21,96
Pirapora	7 365	8 531	1 166	15,83
Leopoldina	7 261	10 828	3 567	49,13
São Lourenço	7 247	8 692	1 445	19,94
Ouro Fino	7 149	7 592	443	6,20
Três Corações	7 141	10 025	2 884	40,39
Campo Belo	7 094	10 449	3 355	47,29
Patos de Minas (11)	6 943	11 414	4 471	64,40
Pará de Minas	6 710	9 025	2 315	34,50
Oliveira	6 630	7 832	1 202	18,13
Visconde do Rio Branco (12)	6 526	7 357	831	12,73
Viçosa	6 326	6 424	98	1,55
Patrocínio	6 078	6 905	827	13,61
São João Nepomuceno	5 879	6 797	918	15,61
Caxambu	5 866	7 685	1 819	31,01
Januária	5 747	7 023	1 276	22,20
Governador Valadares	5 734	20 357	14 623	255,02
Bom Despacho	5 577	7 976	2 399	43,02
Machado	5 498	6 042	544	9,89
Lambari	5 438	4 840	— 598	— 11,00
Dores do Indaiá	5 377	5 475	98	1,82
Mariana	5 224	4 384	— 840	— 16,08
Santa Rita do Sapucaí	5 184	6 003	819	15,80

(11) Na data do censo de 1940, êsse município era denominado Patos.
(12) Na data do censo de 1940, êsse Município era denominado Rio Branco.

Tabela VII (Continuação)

BRASIL

Cálculo do incremento da população das aglomerações urbanas, que tinham mais de 5 000 habitantes em 1.º de setembro de 1940, entre esta data e 1.º de julho de 1950

UNIDADE DA FEDERAÇÃO / MUNICÍPIO	POPULAÇÃO, EM 1940, DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (a)	POPULAÇÃO, EM 1950, DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS QUE TINHAM MAIS DE 5 000 HABITANTES EM 1940 (b)	INCREMENTO DA POPULAÇÃO DAS MESMAS AGLOMERAÇÕES URBANAS, ENTRE 1940 E 1950 (c)	INCREMENTO RELATIVO $100\frac{(c)}{(a)}$ (d)
MINAS GERAIS (concl.)				
Três Pontas	5 116	5 659	543	10,61
Manhuaçu	5 094	6 050	956	18,77
Corinto	5 047	6 678	1 631	32,32
Itaúna	5 035	9 254	4 219	83,79
ESPÍRITO SANTO				
Vitória	42 098	49 735	7 637	18,14
Cachoeiro do Itapemirim	18 812	24 021	5 209	27,69
Espírito Santo (13)	12 680	20 558	7 878	62,13
RIO DE JANEIRO				
Niterói	124 507	170 868	46 361	37,24
Nova Iguaçu (14)	104 840	206 561	101 721	97,02
São Gonçalo (15)	66 682	101 002	34 320	51,47
Campos (16)	58 031	72 980	14 949	25,76
Petrópolis (17)	52 527	72 007	19 480	37,09
Nova Friburgo	16 041	28 458	12 417	77,41
Barra do Piraí	14 846	20 024	5 178	34,88
Marquês de Valença (18)	10 614	12 469	1 855	17,48
Três Rios (19)	10 285	14 376	4 091	39,78
Teresópolis	9 747	14 651	4 904	50,31
Macaé	9 534	10 664	1 130	11,85
Barra Mansa	8 839	20 893	12 054	136,37
Itaperuna	6 697	8 819	2 122	31,69
Miracema	6 242	6 820	578	9,26
Cabo Frio	5 647	6 652	1 005	17,80
Magé	5 168	7 080	1 912	37,00
Resende	5 040	6 922	1 882	37,34

[13] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Argolas, que, em 1940, atingia 7 039 habitantes, enquanto em 1950 atinge 10 857 habitantes.

[14] Inclusive, em 1940, a população das aglomerações urbanas dos distritos de Caxias, Meriti e Nilópolis, do mesmo Município.

Em 1950, êsses distritos constituem a sede, respectivamente, de três novos Municípios: de Duque de Caxias, de São João de Meriti e de Nilópolis. A população das aglomerações urbanas dos distritos-sedes citados, foi, para 1950, reunida à do de Nova Iguaçu para permitir a comparação com 1940.

Dá-se abaixo a população das aglomerações referidas:

Duque de Caxias (ex-Caxias) 23 707 habitantes em 1940 e 73 527 habitantes em 1950, São João de Meriti (ex-Meriti) 38 194 habitantes em 1940 e 43 790 habitantes em 1950, Nilópolis 22 341 habitantes em 1940 e 30 711 habitantes em 1950.

[15] Inclusive a população das aglomerações urbanas dos distritos de Neves e Sete Pontes que em 1940 tinham respectivamente 34 181 e 24 017 habitantes e que em 1950 têm respectivamente 52 424 e 27 958 habitantes.

[16] Inclusive a aglomeração urbana do distrito, que, na data do censo de 1940, era denominado Guarulhos e que, na data do de 1950, é denominado Guarus. Em 1940 a população dessa aglomeração atingia 6 368 habitantes, enquanto em 1950 atinge 11 347 habitantes.

[17] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Cascatinha, que em 1940 atingia 6 166 habitantes, enquanto em 1950 atinge 10 996 habitantes.

[18] Na data do censo de 1940, êsse Município era denominado Valença.

[19] Na data do censo de 1940, êsse Município era denominado Entre Rios.

Tabela VII (Continuação)

BRASIL

Cálculo do incremento da população das aglomerações urbanas, que tinham mais de 5 000 habitantes em 1.º de setembro de 1940, entre esta data e 1.º de julho de 1950

UNIDADE DA FEDERAÇÃO — MUNICÍPIO	POPULAÇÃO, EM 1940, DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (*a*)	POPULAÇÃO, EM 1950, DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS QUE TINHAM MAIS DE 5 000 HABITANTES EM 1940 (*b*)	INCREMENTO DA POPULAÇÃO DAS MESMAS AGLOMERAÇÕES URBANAS, ENTRE 1940 E 1950 (*c*)	INCREMENTO RELATIVO $100\frac{(c)}{(a)}$ (*d*)
DISTRITO FEDERAL				
Rio de Janeiro	1 700 000(20)	2 303 063	603 063	35,47
SÃO PAULO				
São Paulo	1 258 482	2 017 025	758 543	60,27
Santos	155 894	198 405	42 511	27,27
Campinas	77 779	99 156	21 377	27,48
Santo André (21)	70 280	117 404	47 124	67,05
Sorocaba (22)	53 152	74 553	21 401	40,26
Ribeirão Prêto	46 946	63 312	16 366	34,86
Bauru	32 796	51 734	18 938	57,74
Piracicaba	31 923	45 782	13 859	43,41
Jundiaí	29 532	39 014	9 482	32,11
Araraquara	27 724	34 114	6 390	23,05
Taubaté	27 548	35 149	7 601	27,59
Marília	24 473	35 742	11 269	46,05
São Carlos	24 366	30 830	6 464	26,53
São José do Rio Prêto(23)	23 972	36 942	12 970	54,10
Rio Claro	23 322	34 618	11 296	48,43
Franca	20 568	26 629	6 061	29,47
Botucatu	19 301	23 099	3 798	19,68
Jaú	18 201	18 578	377	2,07
Limeira	17 241	27 552	10 311	59,81
Catanduva	17 028	21 604	4 576	26,87
Barretos	19 960	22 689	5 729	33,78
Araçatuba	16 903	26 862	9 959	58,92
Lins	16 897	23 737	6 840	40,48
Guaratingueta	15 395	20 811	5 416	35,18
Mogi das Cruzes	14 359	31 300	16 941	117,98
Itu	13 729	16 550	2 821	20,55
São José dos Campos	13 491	25 892	12 401	91,92
São Vicente	12 983	28 012	15 029	115,76
Itapetininga	12 786	17 475	4 689	36,67
Bragança Paulista (24)	12 757	16 027	3 270	25,63
Presidente Prudente	12 637	26 790	14 153	112,00
São João da Boa Vista	12 071	15 837	3 766	31,20
Jacareí	11 797	15 251	3 454	29,28

[20] Estimativa, que por ter sido realizada de acôrdo, tanto quanto possível, com os critérios adotados pelo Serviço Nacional de Recenseamento de 1950, difere da apresentada anteriormente à realização do último censo demográfico. O cálculo desta segunda estimativa visa apenas a tornar, embora imperfeitamente, comparáveis os dados de 1940 com os de 1950.

[21] Inclusive, em 1940, a população da aglomeração urbana do distrito de São Bernardo (7 840 habitantes).

Em 1950, êsse distrito constitui a sede do novo Município de São Bernardo do Campo. A população da aglomeração urbana dêsse distrito (19 960 habitantes) foi, para permitir a comparação, reunida à da aglomeração urbana do distrito de Santo André.

[22] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Votorantim, que em 1940 atinge 5 041 habitantes, enquanto em 1950 atinge 5 742 habitantes.

[23] Na data do censo de 1940, êsse Município era denominado Rio Prêto.

[24] Na data do censo de 1940, êsse Município era denominado Bragança.

Tabela VII (Continuação)

BRASIL

Cálculo do incremento da população das aglomerações urbanas, que tinham mais de 5 000 habitantes em 1.º de setembro de 1940, entre esta data e 1.º de julho de 1950

UNIDADE DA FEDERAÇÃO / MUNICÍPIO	POPULAÇÃO, EM 1940, DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (a)	POPULAÇÃO, EM 1950, DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS QUE TINHAM MAIS DE 5 000 HABITANTES EM 1940 (b)	INCREMENTO DA POPULAÇÃO DAS MESMAS AGLOMERAÇÕES URBANAS, ENTRE 1940 E 1950 (c)	INCREMENTO RELATIVO $100\frac{(c)}{(a)}$ (d)
SÃO PAULO (continuação)				
Bebedouro	11 632	11 360	— 272	— 2,34
Cruzeiro	11 618	14 169	2 551	21,96
Jaboticabal	11 592	13 850	2 258	19,48
Avaré	10 382	12 061	1 679	16,17
Tatuí	10 347	13 244	2 897	28,00
Pirassununga	10 050	12 546	2 496	24,84
Lorena	10 040	16 033	5 993	59,69
Amparo	9 954	10 482	934	9,78
Pinhal	9 320	10 103	783	8,40
Assis	8 964	16 675	7 711	86,02
Olímpia	8 694	9 245	551	6,34
Pindamonhangaba	8 642	13 397	4 755	55,02
São José do Rio Pardo	8 436	8 956	520	6,16
Batatais	8 372	9 735	1 363	16,28
Mogi-Mirim	8 295	10 913	2 618	31,56
Birigui	8 284	12 550	4 266	51,50
Taquaritinga	8 152	7 641	— 511	— 6,27
Salto	8 108	9 056	948	11,69
Itapira	7 872	10 929	3 057	38,83
Mococa	7 681	7 893	212	2,76
Garça	7 669	12 433	4 764	62,12
Caçapava	7 548	10 683	3 135	41,53
Araras	7 282	12 331	5 049	69,34
Pompéia	7 160	6 025	— 1 135	— 15,85
Casa Branca	7 094	7 373	279	3,93
Mirassol	6 929	7 620	691	9,97
Tietê	6 771	7 187	416	6,14
Ourinhos	6 666	13 457	6 791	101,88
Guarulhos	6 660	16 261	9 601	144,16
Promissão	6 632	6 376	— 256	— 3,86
Penápolis	6 428	8 832	2 404	37,40
Santa Cruz do Rio Pardo	6 235	8 293	2 058	33,01
São Miguel	5 911	6 280	369	6,24
Pôrto Feliz	5 908	9 112	3 204	54,23
Capivari	5 880	7 053	1 173	19,95
Americana	5 794	13 330	7 536	130,07
Vera Cruz	5 784	5 136	— 648	— 11,20
Dois Córregos	5 591	5 464	— 127	— 2,27
Novo Horizonte	5 433	6 114	681	12,53
Bariri	5 426	5 145	— 281	— 5,18
Guarujá	5 397	8 954	3 557	65,91
São Roque	5 367	7 307	1 940	36,15
Cafelândia	5 342	5 151	— 191	— 3,58
Cachoeira Paulista(25)	5 250	6 855	1 605	30,57
Ibitinga	5 203	6 113	910	17,49

[25] Na data do censo de 1940, êsse Município era denominado Cachoeira.

Tabela VII (Continuação)

BRASIL

Cálculo do incremento da população das aglomerações urbanas, que tinham mais de 5 000 habitantes em 1.º de setembro de 1940, entre esta data e 1.º de julho de 1950

UNIDADE DA FEDERAÇÃO — MUNICÍPIO	POPULAÇÃO, EM 1940, DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (a)	POPULAÇÃO, EM 1950, DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS QUE TINHAM MAIS DE 5 000 HABITANTES EM 1940 (b)	INCREMENTO DA POPULAÇÃO DAS MESMAS AGLOMERAÇÕES URBANAS, ENTRE 1940 E 1950 (c)	INCREMENTO RELATIVO $100\frac{(c)}{(a)}$ (d)
SÃO PAULO (conclusão)				
Pirajuí	5 150	5 654	504	9,79
Itatiba	5 145	7 853	2 708	52,63
Pederneiras	5 115	6 087	972	19,00
Sertãozinho	5 074	6 070	996	19,63
Itararé	5 033	9 177	4 144	82,34
Aparecida	5 016	8 759	3 743	74,62
Piquete	5 001	7 471	2 470	49,39
PARANÁ				
Curitiba	99 440	138 178	38 738	38,96
Ponta Grossa	29 360	42 875	13 515	46,03
Paranaguá	12 930	15 803	2 873	22,22
Londrina	10 531	33 095	22 564	214,26
Castro	5 796	6 158	362	6,25
Antonina	5 632	5 151	— 481	— 8,54
Rio Negro	5 326	7 653	2 327	43,69
Jacarèzinho	5 135	8 131	2 996	58,34
SANTA CATARINA				
Florianópolis(26)	32 246	48 264	16 018	49,67
Joinville	16 724	20 951	4 227	25,28
Blumenau	13 652	22 627	8 975	65,74
Itajaí	13 239	19 797	6 558	49,54
São Francisco do Sul(27)	10 192	9 825	— 367	— 3,60
Laguna	8 498	9 459	961	11,31
Lajes	7 603	14 596	6 993	91,98
Mafra	7 268	8 603	1 335	18,37
Tubarão	6 830	11 740	4 910	71,89
Brusque	5 968	11 011	5 043	84,50
RIO GRANDE DO SUL				
Pôrto Alegre	259 246	375 049	115 803	44,67
Pelotas	61 985	78 014	16 029	25,86
Rio Grande	49 337	63 235	13 898	28,17
Santa Maria	39 074	44 949	5 875	15,04
Bagé	31 349	34 525	3 176	10,13
Livramento	26 623	29 099	2 476	9,30
Uruguaiana	21 365	32 639	11 274	52,77
Cachoeira do Sul(28)	17 565	23 270	5 705	32,49
Passo Fundo	17 207	24 395	7 188	41,77

[26] Inclusive, em 1940, a população da aglomeração urbana do distrito de João Pessoa (7 232 habitantes), do Município de São José. Êsse distrito foi mais tarde extinto e anexado ao Município de Florianópolis.

[27] Na data do censo de 1940, êsse Município era denominado São Francisco.

[28] Na data do censo de 1940, êsse Município era denominado Cachoeira.

[29] Na data do censo de 1940, êsse Município era denominado Caxias.

Tabela VII (Conclusão)

BRASIL

Cálculo do incremento da população das aglomerações urbanas, que tinham mais de 5 000 habitantes em 1.º de setembro de 1940, entre esta data e 1.º de julho de 1950

UNIDADE DA FEDERAÇÃO — MUNICÍPIO	POPULAÇÃO, EM 1940, DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (a)	POPULAÇÃO, EM 1950, DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS QUE TINHAM MAIS DE 5 000 HABITANTES EM 1940 (b)	INCREMENTO DA POPULAÇÃO DAS MESMAS AGLOMERAÇÕES URBANAS, ENTRE 1940 E 1950 (c)	INCREMENTO RELATIVO $100\frac{(c)}{(a)}$ (d)
RIOGRANDEDOSUL(concl.)				
Caxias do Sul(29)	17 180	31 561	14 381	83,71
Alegrete	16 227	19 560	3 333	20,54
Cruz Alta	16 028	19 375	3 347	20,88
São Lepoldo	13 876	18 380	4 504	32,46
Novo Hamburgo	12 954	19 604	6 650	51,34
São Jerônimo(30)	12 613	19 017	6 404	50,77
São Gabriel	12 288	14 384	2 096	17,06
Canoas	11 463	19 152	7 689	67,08
Jaguarão	10 660	9 382	— 1 278	— 11,99
Dom Pedrito	10 030	11 124	1 094	10,91
Santa Cruz do Sul(31)	9 489	13 161	3 672	38,70
São Borja	8 690	11 829	3 139	36,12
Santiago	8 205	9 469	1 264	15,41
Santo Ângelo	7 792	13 573	5 781	74,19
Quaraí	7 726	7 358	— 368	— 4,76
Caràzinho	7 692	11 740	4 048	52,63
Erechim(32)	7 511	14 418	6 907	91,96
Itaqui	7 121	8 814	1 693	23,77
Montenegro	7 055	8 123	1 068	15,14
Rosário do Sul(33)	6 733	11 992	5 259	78,11
Rio Pardo	6 365	8 322	1 957	30,75
São Luís Gonzaga	6 020	7 767	1 747	29,02
Santa Vitória do Palmar	5 702	5 807	105	1,84
Taquara	5 670	7 274	1 604	28,29
Ijuí	5 523	8 652	3 129	56,65
MATO GROSSO				
Campo Grande	23 054	31 708	8 654	37,54
Cuiabá	18 861	23 745	4 884	25,89
Corumbá	13 319	18 725	5 406	40,59
Aquidauana	5 773	7 472	1 699	29,43
Bela Vista	5 641	6 090	449	7,96
Três Lagoas	5 154	7 650	2 496	48,43
GOIÁS				
Goiânia	14 943	39 871	24 928	166,82
Anápolis	8 091	18 350	10 259	126,80
Ipameri	7 192	7 234	42	0,58
Goiás	5 905	5 606	— 299	— 5,06

[30] População das aglomerações urbanas dos distritos de Arroio dos Ratos (6 332 habitantes em 1940 e 10 379 habitantes em 1950) e de Butiá (6 281 habitantes em 1940 e 8 638 habitantes em 1950), porque, tanto em 1940, como em 1950, a população da aglomeração urbana do distrito-sede não atinge 5 000 habitantes.

[31] Na data do censo de 1940, êsse Município era denominado Santa Cruz.

[32] Na data do censo de 1940, êsse Município era denominado José Bonifácio.

[33] Na data do censo de 1940, êsse Município era denominado Rosário.

II

O AUMENTO DA POPULAÇÃO DAS GRANDES CIDADES DO BRASIL ENTRE 1940 E 1950 [1]

SUMÁRIO: 1. A população das oito maiores Capitais e seu incremento de 1940 a 1950. — 2. Discriminação do incremento natural e do incremento migratório. — 3. Incrementos relativos natural, migratório e total. — 4. Taxas de natalidade, de mortalidade e de incremento natural. — 5. Recapitulação.

1. O Distrito Federal, que pode ser considerado como o Município da Capital do Brasil, e os sete Municípios com mais de 250 000 habitantes — todos Municípios de Capitais estaduais — tinham, em conjunto, segundo o censo de 1950, cêrca de 6,8 milhões de habitantes, que constituíam pouco mais de um oitavo da população do país.

A comparação entre os resultados dos dois últimos censos, efetuada na tabela I, mostra que em menos de dez anos a população dessas oito Capitais [2] aumentou de quase 2,2 milhões de habitantes, ou seja, de 47,62%. No resto do país, a população aumentou de cêrca de 8,5 milhões de habitantes [3], ou seja, de 23,28%.

Tabela I

População do Distrito Federal e dos Municípios das 7 maiores Capitais estaduais em 1940 e em 1950

CAPITAL	POPULAÇÃO PRESENTE		
	Em 1.º-IX-1940	Em 1.º-VII-1950	Aumento da população (de 1940 a 1950)
Rio de Janeiro (D.F.).....	1 764 141	2 377 451	613 310
São Paulo.....	1 326 261	2 198 096	871 835
Recife.....	348 424	524 682	176 258
Salvador.....	290 443	417 235	126 792
Pôrto Alegre.....	272 232	394 151	121 919
Belo Horizonte.....	211 377	352 724	141 347
Fortaleza.....	180 185	270 169	89 984
Belém.....	206 331	254 949	48 618
TOTAL.....	*4 599 394*	*6 789 457*	*2 190 063*

* * *

2. Que parte do incremento demográfico das Capitais é devida ao excedente dos nascimentos sôbre os óbitos nas respectivas populações, e que parte é devida ao excedente das imigrações sôbre as emigrações?

As lacunas que afetam as estatísticas do registro civil na maior parte das Capitais e a falta absoluta de estatísticas dos movimentos migratórios tornam

[1] Estudo redigido pelo Professor GIORGIO MORTARA.
[2] Dir-se-á, por brevidade, "Capitais", em vez de "Distrito Federal e Municípios de Capitais".
[3] Mais precisamente, de 36 653 550 para 45 186 537 habitantes, isto é, de 8 532 987.

difícil responder a essa pergunta. Entretanto, aproveitando-se as estatísticas dos nascimentos e dos óbitos divulgadas pelo Serviço Nacional de Bioestatística e introduzindo-se nelas as retificações sugeridas por estudos anteriores do Laboratório de Estatística [4], foram calculados os números aproximativos dos nascimentos e dos óbitos ocorridos no período intercensitário nas oito Capitais, e puderam ser dêles deduzidos os dados sôbre o incremento natural constantes da tabela II. As diferenças entre os incrementos totais e os incrementos naturais deram os incrementos imigratórios, constantes da mesma tabela.

As percentagens calculadas na tabela II mostram que mais de sete décimos do incremento demográfico das oito Capitais no período intercensitário são devidos às imigrações, não chegando o incremento natural a constituir três décimos do total.

Em seis das oito Capitais a quota do incremento imigratório excede sete décimos, atingindo o máximo de 75,86% no Recife. Desce abaixo dêsse limite em Fortaleza (63,24%) e cai para menos de três décimos (28,88%) em Belém. Nas duas metrópoles do Rio de Janeiro e de São Paulo, a quota do aumento imigratório é um pouco superior a sete décimos.

Ao lado dos dados relativos, não devem ser esquecidos os absolutos, que, antes, no caso são especialmente importantes.

As oito Capitais absorveram cêrca de 1,5 milhões [5] do incremento natural de quase 10 milhões de habitantes verificado no resto do país entre os censos de 1940 e 1950, ou seja, cêrca de 15%. Dois terços dêste contingente afluíram às duas metrópoles de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Tabela II

Discriminação dos incrementos natural e migratório da população do Distrito Federal e das 7 maiores Capitais estaduais, entre 1940 e 1950

CAPITAL	INCREMENTO DA POPULAÇÃO			
	Natutal		Migratório	
	Absoluto	%	Absoluto	%
Rio de Janeiro (D.F.).....	175 764	28,66	437 546	71,34
São Paulo.....	239 553	27,48	632 282	72,52
Recife.....	42 551	24,14	133 707	75,86
Salvador.....	37 121	29,28	89 671	70,72
Pôrto Alegre.....	34 088	27,96	87 831	72,04
Belo Horizonte.....	41 867	29,62	99 480	70,38
Fortaleza.....	33 080	36,76	56 904	63,24
Belém.....	34 575	71,12	14 043	28,88
TOTAL.....	*638 599*	*29,16*	*1 551 464*	*70,84*

* * *

3. O incremento de 47,62% verificado na população das oito Capitais no período intercensitário discrimina-se, de acôrdo com os dados absolutos da tabela II, nas duas parcelas de 13,89%, incremento natural, e 33,73%, incremento migratório.

A mesma discriminação das duas parcelas do incremento relativo, efetuada para cada uma das oito Capitais, dá os resultados constantes da tabela III.

[4] Vejam-se: para o Rio de Janeiro, o volume N. 13, desta série, *Pesquisas sôbre o desenvolvimento da população do Brasil* (Rio, I.B.G.E., 1951), seção II; para as demais Capitais, o N.º 15, desta série, *Estudos sôbre a natalidade em algumas grandes cidades do Brasil* (Rio, I.B.G.E., 1952), seções III (São Paulo) e IV (Pôrto Alegre e Belém), e o N.º 16, desta série, *Pesquisas sôbre a natalidade no Brasil* (Rio, I.B.G.E., 1953), seções VII (Salvador), VIII (Fortaleza) e IX (Recife).

[5] Apenas uma pequena fração do incremento imigratório das oito Capitais, estimado em 1 551 464 habitantes, foi devida às imigrações do exterior.

O incremento relativo total varia entre o mínimo de 23,56% em Belém (que passou de sétimo lugar em 1940 para o oitavo em 1950, entre as oito Capitais) e o máximo de 66,87% em Belo Horizonte. O incremento relativo de 65,74% verificado em São Paulo é apenas levemente inferior a êste máximo. Incrementos da ordem de 50% verificam-se no Recife e em Fortaleza; incrementos da ordem de 45%, em Pôrto Alegre e Salvador. No Rio de Janeiro o aumento relativo atinge apenas 34,77%.

O incremento relativo natural varia entre o mínimo de 9,97% no Rio de Janeiro e o máximo de 19,81% em Belo Horizonte, ficando mais próximo do mínimo no Recife, em Pôrto Alegre e em Salvador, e mais próximo do máximo em Belém, em São Paulo e em Fortaleza.

O incremento relativo migratório varia entre o mínimo de 6,80% em Belém e os máximos de 47,06% em Belo Horizonte e 47,68% em São Paulo. No Rio de Janeiro atinge apenas 24,80%; nas demais quatro Capitais excede 30%, não atingindo, porém, 40%.

Tabela III

Discriminação dos incrementos relativos natural e migratório da população do Distrito Federal e das 7 maiores Capitais estaduais, entre 1940 e 1950

CAPITAL	INCREMENTO RELATIVO (%)		
	Natural	Migratório	Total
Rio de Janeiro (D.F.)	9,97	24,80	34,77
São Paulo	18,06	47,68	65,74
Recife	12,21	38,38	50,59
Salvador	12,78	30,87	43,65
Pôrto Alegre	12,52	32,26	44,78
Belo Horizonte	19,81	47,06	66,87
Fortaleza	18,36	31,58	49,94
Belém	16,76	6,80	23,56
TOTAL	*13,89*	*33,73*	*47,62*

* * *

4. O cálculo dos nascimentos e dos óbitos, efetuado para o período intercensitário de nove anos e dez meses, foi estendido a todo o decênio anterior ao censo de 1950, obtendo-se os dados das segunda e terceira colunas da tabela IV, que, postos em relação com as correspondentes populações médias, deram as taxas de natalidade e de mortalidade, constantes das duas últimas colunas.

No conjunto das oito Capitais, a taxa de natalidade ascendeu a 28,16 por 1 000 habitantes e a taxa de mortalidade a 16,70 por 1 000, ficando assim determinada em 11,46 por 1 000 habitantes a taxa de incremento natural, em comparação com 24,49 por 1 000 no resto do país [6].

As taxas de natalidade variam entre o mínimo de 25,04 por 1 000 habitantes, do Rio de Janeiro, e o máximo de 42,00, de Fortaleza, não atingindo em nenhuma das Capitais o nível médio nacional, que é estimado em 43 a 44. As taxas calculadas para São Paulo e Pôrto Alegre são pouco superiores à da Capital Federal. Nas outras Capitais a taxa de natalidade excede 30 mas não chega a 40 por 1 000 habitantes.

As taxas de mortalidade variam entre o mínimo de 11,46 por 1 000 habitantes, de São Paulo, e o máximo de 27,16, do Recife. No Rio de Janeiro, em Pôrto Alegre, em Belo Horizonte e em Belém, verificam-se taxas superiores a

[6] Incremento natural médio anual, no resto do país, 997 400; população média do decênio, 40 719 000 habitantes (dados arredondados).

15 mas inferiores a 20 por 1 000 habitantes; em Salvador e em Fortaleza, taxas superiores a êste último limite.

As taxas de incremento natural (diferenças entre os dados da penúltima e os da última coluna da tabela IV) variam entre o mínimo de 8,67 por 1 000 habitantes no Rio de Janeiro e os máximos de 15,16 em Fortaleza, 15,25 em Belém e 15,37 em Belo Horizonte. Para as outras Capitais, os valores são os seguintes: Recife, 10,04; Pôrto Alegre, 10,48; Salvador, 10,76; São Paulo, 14,10 por 1 000 habitantes.

Tabela IV

Cálculo das taxas médias de natalidade e de mortalidade para o Distrito Federal e as 7 maiores Capitai estaduais, no decênio anterior ao censo e 1950

CAPITAL	POPULAÇÃO MÉDIA DO DECÊNIO	TOTAIS DO DECÊNIO		TAXAS MÉDIAS ANUAIS POR 1 000 HABITANTES	
		Nascimentos	Óbitos	Natalidade	Mortalidade
Rio de Janeiro (D.F.)	2 050 560	513 494	335 716	25,04	16,37
São Paulo	1 718 688	439 250	196 965	25,56	11,46
Recife	428 728	159 487	116 424	37,20	27,61
Salvador	348 672	117 502	79 980	33,70	22,94
Pôrto Alegre	328 453	90 325	55 890	27,50	17,02
Belo Horizonte	274 922	89 083	46 826	32,40	17,03
Fortaleza	221 422	92 997	59 426	42,00	26,84
Belém	229 382	78 907	43 918	34,40	19,15
TOTAL	*5 600 827*	*1 581 045*	*935 145*	*28,16*	*16,70*

* * *

5. Concluindo, cumpre lembrar que a precisão dos dados obtidos pelas elaborações expostas nos parágrafos anteriores é apenas aparente, devendo-se considerar como aproximativos os dados sôbre os nascimentos e os óbitos, obtidos mediante retificações em parte conjeturais de estatísticas incompletas.

Esta incerteza não deveria, entretanto, afetar a ordem de grandeza dos resultados.

O incremento total de 2,19 milhões de habitantes verificado nas oito Capitais consideradas, entre os censos de 1940 e de 1950, dependeu na proporção de cêrca de sete décimos das imigrações e na de cêrca de três décimos dos nascimentos.

As oito Capitais obsorveram cêrca de 1,5 milhões do incremento natural da população do resto do país (que se aproximou de 10 milhões). Só as duas metrópoles do Rio de Janeiro e de São Paulo absorveram 1 milhão. Em relação à população inicial do período, o incremento migratório atingiu a sua maior importância em São Paulo e em Belo Horizonte; foi muito menor a sua importância relativa na Capital Federal.

Ao incremento natural de 0,64 milhões, verificado no período intercensitário nas oito Capitais, corresponde uma taxa média anual de 11,46 por 1 000 habitantes, diferença entre a taxa de natalidade de 28,16 e a taxa de mortalidade de 16,70 por 1 000 habitantes. Taxas de natalidade relativamente baixas no quadro nacional, embora relativamente elevadas no quadro internacional, observam-se no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Pôrto Alegre. Quanto às taxas de mortalidade, apenas a de São Paulo pode ser considerada baixa no quadro internacional.

III

AS VARIAÇÕES DA POPULAÇÃO URBANA, SUBURBANA E RURAL DO BRASIL ENTRE 1940 E 1950 [1]

SUMÁRIO: 1. Elementos das variações da população. — 2. Medida dessas variações no decênio considerado. — 3. Discriminação dos elementos das variações observadas: nascimentos, óbitos, movimentos migratórios. — 4. Recapitulação.

1. A comparação entre os resultados de censos sucessivos torna possível verificar as variações ocorridas na população dos quadros administrativos urbanos, suburbanos e rurais.

Essas variações dependem:

da diferença entre os nascimentos e os óbitos ocorridos em cada classe de quadros;

da diferença entre as imigrações de outras classes para cada classe de quadros e as emigrações desta para aquelas;

da diferença entre as imigrações do exterior para cada classe de quadros e a emigração desta classe para o exterior;

e, afinal, das modificações introduzidas na delimitação dos diversos quadros no período intercensitário.

Na situação atual da estatística demográfica brasileira, caracterizada pela falta de dados fidedignos sôbre os nascimentos e os óbitos e pela falta obsoluta de dados sôbre as migrações interiores, a discriminação entre os diferentes elementos da variação da população em cada quadro administrativo pode ser apenas largamente aproximativa e deve ser em boa parte conjetural.

Uma tentativa dessa discriminação será realizada no presente estudo.

* * *

2. O censo de 1940 foi levantado em 1.º de setembro; o de 1950, em 1.º de julho. Para facilitar a análise, calculou-se a distribuição da população em 1.º de julho de 1940 com base nos dados do censo de 1.º de setembro; dessa maneira podem ser comparadas situações com intervalo exatamente decenal.

Levou-se, também, em conta a população de algumas áreas às quais não foi estendida a apuração definitiva do censo, em conseqüência do extravio dos documentos de coleta [2].

Em virtude dessas retificações e do arredondamento em milhares, que foi adotado em consideração ao caráter largamente aproximativo das elaborações, os dados da tabela I, que visam a determinar a variação da população dos diversos quadros no decênio anterior ao último censo, não coincidem com os dados oficiais.

Mais de um têrço do aumento da população no decênio (34,97%) verificou-se nos quadros urbanos, pouco menos de um quinto (19,76%) nos suburbanos, menos da metade (45,27%) nos rurais.

---

[1] Estudo redigido pelo Professor GIORGIO MORTARA.

[2] Em 1940, partes dos Município de Parintins (Amazonas) e Garça (São Paulo); em 1950; Município de Nova Era (Minas Gerais) e partes dos Municípios de Pirangi (São Paulo) e Lapa (Paraná).

A quota da população total incluída nos quadros urbanos aumentou de 22,29% em 1940 para 24,94% em 1950, e a incluída nos quadros suburbanos de 8,95% para 11,21%, enquanto a quota incluída nos quadros rurais diminuiu de 68,76% para 63,85%.

Tabela I

BRASIL

Variação da população, segundo os quadros administrativos, no decênio anterior ao censo de 1950

QUADROS	POPULAÇÃO PRESENTE (Milhares de habitantes)		AUMENTO NO DECÊNIO (Milhares de habitantes)
	1.º-VII-1940	1.º-VII-1950	
Urbanos	9 163	12 962	3 799
Suburbanos	3 681	5 827	2 146
Rurais	28 270	33 187	4 917
BRASIL	*41 114*	*51 976*	*10 862*

É preciso lembrar a advertência, feita em estudos anteriores, de que a delimitação dos diversos quadros administrativos não coincide com a que poderia ser feita segundo critérios demográficos e sociológicos. Entretanto, a maior parte da população qualificada urbana ou rural no sentido administrativo é tal também no sentido demográfico; quanto à população qualificada suburbana, às vêzes é efetivamente tal, outras vêzes pode até ser considerada urbana, em maior número de casos apresenta caráter nìtidamente rural [3].

* * *

3. O aumento de 10 862 000 habitantes, ocorrido na população do Brasil no decênio anterior a 1.º de julho de 1950 — segundo a tabela I — é devido em parte preponderante ao excedente dos nascimentos sôbre os óbitos.

O número dos imigrantes do exterior nesse decênio pode ser estimado, de acôrdo com a estatística oficial, em 120 000 a 125 000. Não consta o número dos emigrantes para o exterior e não constam, òbviamente, as migrações clandestinas, que não são desprezíveis, especialmente em algumas partes da fronteira terrestre. Na falta de maiores informações, pode ser estimado largamente em 112 000 o excedente de imigrações nas trocas de população com o exterior.

Fica, assim, determinado por diferença em 10 750 000 o excedente dos nascimentos sôbre os óbitos.

Estimando-se em 20 110 000 o número dos nascidos vivos no decênio [4], pode-se calcular o número dos óbitos em 20 110 000 — 10 750 000 = 9 360 000.

Como se distribuem êsses nascimentos e óbitos segundo os quadros administrativos ?

No que diz respeito aos nascimentos, o autor do presente estudo calculou a sua distribuição segundo quadros, baseando-se nas proporções verificadas no censo de 1950 entre os números das crianças e os correspondentes números de mulheres em idades fecundas. Arredondando-se os resultados dêsse cálculo,

[3] A população das aglomerações demográficas com mais de 2 000 habitantes nos quadros urbano e suburbano constitui em 1950 apenas 30,82% da população do Brasil. Os restantes 69,18% incluem a população das aglomerações menores e das habitações esparsas (população rural, no sentido demográfico).

[4] Veja-se o volume N.º 16, desta série, *Pesquisas sôbre a natalidade no Brasil, 2.ª série* (Rio, I.B.G.E., 1953), seções I e II; vejam-se, também, as seções C. I e C. III do presente volume.

efetuado no estudo citado acima, obtêm-se os dados expostos na primeira coluna da tabela II.

Quanto aos óbitos, é preciso recorrer a hipóteses. Supondo-se que a taxa geral de mortalidade q_2 dos quadros suburbanos exceda na proporção de um décimo a taxa q_1 dos quadros urbanos, e que a taxa q_3 dos quadros rurais a exceda de dois décimos; conhecendo-se, de outro lado, o número médio anual dos óbitos ocorridos no decênio, 936 000, e conhecendo-se as populações médias dos diversos quadros no decênio (10 930 000 a urbana, 4 660 000 a suburbana e 30 730 000 a rural [5]), pode-se escrever:

$$936\,000 = q_1\ 10\,930\,000 + 1{,}1\ q_1\ 4\,660\,000 + 1{,}2\ q_1\ 30\,730\,000.$$

Obtido pela equação acima o valor de $q_1 = 0{,}01763$, calculam-se fàcilmente os números de óbitos ocorridos no decênio nos diversos quadros, constantes da segunda coluna da tabela II; e depois, pela diferença entre os nascimentos e os óbitos, calculam-se os incrementos naturais, constantes da terceira coluna.

Tabela II

BRASIL

Nascimentos e óbitos, segundo os quadros administrativos, no decênio anterior ao censo de 1950

QUADROS	NASCIMENTOS (Milhares)	ÓBITOS (Milhares)	DIFERENÇA N — O (Milhares)
Urbanos	3 872	1 933	1 939
Suburbanos	2 117	906	1 211
Rurais	14 121	6 521	7 600
BRASIL	*20 110*	*9 360*	*10 750*

De acôrdo com o cálculo acima, apenas 18,04% do incremento natural da população do Brasil no decênio seriam dados pelos quadros urbanos e 11,26% pelos suburbanos, enquanto ascenderia a 70,70% a contribuição dos quadros rurais.

A diferença entre a variação total, no decênio, da população de cada quadro e o respectivo incremento natural dá a diferença entre as imigrações e as emigrações constante da última coluna da tabela III: diferença positiva, isto é, excedente de imigrações, para os quadros urbanos (+ 1 860 000) e os suburbanos (+ 935 000), e negativa, isto é, excedente de emigrações, para os quadros rurais (— 2 683 000).

Supondo-se que o excedente de imigrações nas trocas de população com o exterior se divida entre os diversos quadros como consta da segunda coluna da tabela III [6], obtêm-se por diferença os dados sôbre o excedente de imigrações ou de emigrações constantes da primeira coluna [7].

---

[5] Veja-se o volume N.º 16, citado anteriormente, seção II.

[6] Essa divisão é arbitrária, faltando elementos para conjeturas sòlidamente baseadas. Mas o excedente de imigrações exteriores é, relativamente, tão pequeno que a sua distribuição influi bem pouco sôbre os resultados do cálculo das migrações interiores.

[7] Além do excedente de imigrações ou de emigrações, êsses dados contêm o ganho ou a perda dependente da transferência de áreas de uma para outra classe de quadros, parcela que não se torna possível discriminar à parte.

Tabela III

BRASIL

Variação da população dependente dos movimentos migratórios, segundo os quadros administrativos, no decênio anterior ao censo de 1950

QUADROS	DIFERENÇA ENTRE AS IMIGRAÇÕES E AS EMIGRAÇÕES		
	Correntes interiores (Milhares)	Correntes internacionais (Milhares)	Em conjunto (Milhares)
Urbanos	1 820	40	1 860
Suburbanos	923	12	935
Rurais	— 2 743	60	— 2 683
BRASIL	—	*112*	*112*

De acôrdo com o cálculo acima, os quadros rurais teriam perdido no decênio, pela emigração interior, cêrca de 2,7 milhões de habitantes, enquanto os quadros urbanos teriam ganho cêrca de 1,8 milhões e os suburbanos cêrca de 0,9 milhões.

Lembre-se que êsses dados representam apenas *os saldos* das trocas de população entre os diversos quadros. O tamanho dêsses saldos, entretanto, dá uma idéia suficiente da grande importância que tiveram estas trocas no período considerado.

* * *

4. Resume-se na tabela IV a discriminação, que foi obtida nas sucessivas etapas das precedentes elaborações, dos elementos que contribuíram para a variação da população dos diversos quadros administrativos no decênio anterior a 1.º de julho de 1950.

Tabela IV

BRASIL

Discriminação, segundo os quadros administrativos, da variação natural e das variações migratórias da população, no decênio anterior ao censo de 1950

QUADROS	DIFERENÇA ENTRE OS NASCIMENTOS E OS ÓBITOS (Milhares)	DIFERENÇA ENTRE AS IMIGRAÇÕES E AS EMIGRAÇÕES		VARIAÇÃO NO DECÊNIO (Milhares)
		Interiores (Milhares)	Exteriores (Milhares)	
Urbanos	1 939	1 820	40	3 799
Suburbanos	1 211	923	12	2 146
Rurais	7 600	— 2 743	60	4 917
BRASIL	*10 750*	—	*112*	*10 862*

O aumento da população dos quadros urbanos dependeu apenas na proporção de 51,04% do excedente dos nascimentos sôbre os óbitos. As migrações interiores [8] contribuíram para êsse aumento na proporção de 47,91%; as exteriores, na de 1,05%.

Nos quadros suburbanos, a quota do incremento natural foi um pouco maior, atingindo 56,43%. As migrações interiores [8] contribuíram para o aumento total com 43,01%, as exteriores, com 0,56%.

Nos quadros rurais, o excedente de nascimentos correspondeu a 154,57% do aumento efetivo da população. Dessa proporção, a parcela de 55,79% representa a parte neutralizada pelo excedente de emigrações interiores [8]. Contribuiu, de outro lado, para o aumento, na proporção de 1,22%, o excedente de imigrações do exterior.

Nos quadros urbanos, um excedente de imigrações acrescentou-se na proporção de 95,93% ao excedente de nascimentos, e nos suburbanos na de 77,21%.

Pelo contrário, nos quadros rurais, 35,30% do excedente de nascimentos ficaram neutralizados pelo excedente de emigrações.

Em dados absolutos: o aumento demográfico dos quadros urbanos inclui um saldo de 1 860 000 habitantes procedente da imigração, e o dos quadros suburbanos, um saldo de 935 000; os quadros rurais ficam com um saldo passivo de 2 683 000, pelo excedente das emigrações sôbre as imigrações.

Cumpre lembrar, como advertência final, que tôdas as elaborações efetuadas no presente estudo têm caráter largamente aproximativo e que a precisão dos dados que foram delas deduzidos é apenas aparente. Pode-se esperar ter determinado a ordem de grandeza dos fenômenos considerados, mas não ter medido rigorosamente as respectivas dimensões.

[8] Veja-se a nota 7.

IV

CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS DAS POPULAÇÕES RURAIS DO BRASIL [1]

SUMÁRIO: 1. Elementos disponíveis para o estudo. — 2. Discriminação da população não-urbana. Sua proporção, segundo as regiões fisiográficas e as unidades políticas. — 3. Densidade média da população não-urbana, segundo as regiões e as unidades. — 4. Diversos tipos econômicos de zonas não-urbanas e diversas características demográficas correspondentes. Migrações interiores. — 5. Características da composição das populações rurais. Composição por sexo. — 6. Composição por idade e por sexo e idade. Proporções do grupo econômicamente ativo e dos econômicamente passivos. — 7. Origens étnicas das populações rurais. Sua composição segundo a côr. — 8. A natalidade; a fecundidade feminina e masculina. — 9. A mortalidade em geral e segundo o sexo e a idade. — 10. Considerações finais acêrca das relações entre as características demográficas e as características econômicas das populações rurais do Brasil.

1. As relações entre as características demográficas e as características econômicas de uma população não são as da causa para o efeito ou do efeito para a causa, e sim são relações de interdependência. O fator demográfico contribui com outros fatôres para determinar as condições econômicas e o padrão de vida da população; o fator econômico contribui com outros fatôres para determinar a situação demográfica. Discriminar estas interdependências particulares na vasta e complicada rêde das relações recíprocas entre os fenômenos sociais é tarefa árdua e que eu não ousaria enfrentar. Viso, apenas, a reunir e coordenar alguns elementos para o estudo dessa complexa questão, com referência ao Brasil.

Uma advertência preliminar importante é a de que a maior parte das apurações censitárias não é efetuada separadamente segundo zonas rurais e zonas urbanas. Todavia, o censo de 1950 marcou um progresso, neste aspecto, em relação ao de 1940, pois que na apuração de alguns caracteres foram discriminados os habitantes segundo os quadros administrativos urbano, suburbano e rural dos municípios. Nem sempre esta discriminação administrativa coincide com a que se poderia fazer segundo critérios demográficos e sociológicos: há "cidades" com poucas centenas de habitantes, há "subúrbios" onde não existe urbe e há povoados de certa importância nos "quadros rurais" de alguns municípios [2]. Mas, em conjunto, a maior parte da população qualificada urbana ou rural no sentido administrativo pode ser considerada tal também no sentido demográfico e sociológico, de modo que as apurações do censo de 1950 fornecem elementos úteis para o nosso estudo, apesar da incerteza sôbre a classificação da população qualificada suburbana, que às vêzes é efetivamente tal, mas na maioria dos municípios participa dos caracteres da população rural ou dêles se aproxima.

---

[1] Nova redação, completada e ampliada, de um estudo do Prof. GIORGIO MORTARA, compilado a pedido do Departamento de Questões Econômicas das Nações Unidas, para o Seminário sôbre o Bem-Estar Social Rural realizado no Rio de Janeiro em janeiro e fevereiro de 1953.

[2] Vejam-se, sôbre êsse assunto, os estudos de G. MORTARA, (*Observações sôbre a discriminação da população urbana no censo de 1940*, na "Revista dos Municípios", N.º 9, 1950) e de E. THIMOTEO DE BARROS (*As aglomerações urbanas no Brasil segundo o censo de 1950*, na "Revista Brasileira de Estatística", N.º 48, 1952, publicado em nova redação na seção E. I dêste volume).

Outros elementos podem ser deduzidos do censo de 1940, mesmo quando das apurações não constam dados separados para a população rural. Com efeito, a maior parte da população do Brasil — dois terços — é constituída pelos habitantes das áreas que podem ser consideradas não-urbanas. Portanto, as características demográficas do país refletem principalmente as das populações dessas áreas.

Quanto ao movimento da população, seja vegetativo — nascimentos e óbitos — seja migratório — imigrações e emigrações —, é preciso confessar que faltam, no Brasil, estatísticas fidedignas, com a única e parcial exceção dos movimentos de migração internacional, que justamente nos últimos anos tiveram modesta importância, enquanto assumiam grande amplitude os movimentos de migração interior, acêrca dos quais se dispõe de escassas informações [3].

Mas o aproveitamento dos elementos tirados dos censos de 1940 e de 1950 torna possível obter uma visão suficientemente aproximada de alguns fenômenos do movimento da população, enquanto a coordenação dos dados parciais fornecidos por inquéritos especiais permite preencher outras lacunas.

* * *

2. Para discriminar a população rural, segundo regiões fisiográficas e unidades políticas, aproveitei os dados definitivos do censo de 1950, resumidos na tabela I. Na elaboração dessa tabela considerei como urbana a população presente em aglomerações demográficas com mais de 2 000 habitantes [4], e, em conseqüência, como não-urbana tôda a população restante, inclusive a parte dela que vive em aglomerações demográficas menores, algumas das quais pertencem à categoria administrativa das "cidades".

Estou usando o têrmo "não-urbana", para acentuar os caracteres do meio em que vive essa parte da população, meio que nem sempre é "rural" no sentido clássico da palavra, isto é, aproveitado pelas atividades agrícolas e pecuárias, antes, na maior parte da sua extensão, não é aproveitado ou apenas sustenta atividades extrativas. Todavia, na continuação dêste estudo, escreverei às vêzes "população rural" no sentido de "não-urbana", por simplicidade e em coerência com o uso corrente dêsse têrmo.

No conjunto do Brasil, a proporção da população não-urbana (69,19%) excede dois terços.

Para a interpretação dos dados expostos na tabela I, é conveniente lembrar que o Brasil se divide em 26 unidades políticas, das quais 20 são Estados e 5 Territórios Federais [5] (4 zonas de fronteira e 1 arquipélago no Atlântico), e 1 é o Distrito Federal (área relativamente pequena, que contém a grande cidade do Rio de Janeiro com alguns dos seus centros satélites).

Segundo os critérios adotados pelo Conselho Nacional de Geografia, as unidades políticas se agrupam, como resulta da tabela I, em 5 regiões fisiográficas: Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste.

A população das diversas unidades e regiões consta da tabela I; a superfície, da tabela II.

A proporção da população não-urbana nos Estados varia entre os mínimos de 51,46% em São Paulo e 57,37% no Rio de Janeiro e os máximos de 87,39% em Goiás e 88,26% no Maranhão. Em 8 Estados essa proporção excede 80%, em mais 6 excede 75% e em 4 outros 70%; apenas nos dois Estados citados acima não atinge êste último limite.

---

[3] Vejam-se, entretanto, as informações obtidas através os censos de 1940 e de 1950 expostas nas seções F. I, F. II, F. III e F. IV do presente volume.

[4] Considerei como "aglomeração demográfica" o conjunto dos habitantes presentes nos quadros administrativos urbano e suburbano do distrito (fração do Município).

[5] Dêstes Territórios Federais, 4 foram constituídos com áreas que pertenciam aos Estados do Amazonas, de Mato Grosso, do Pará e de Pernambuco, depois de 1940. No censo de 1940, portanto, figura apenas o Território do Acre.

Tabela I

BRASIL, 1950

População total e sua discriminação em urbana e não-urbana, segundo as regiões fisiográficas e as Unidades da Federação

REGIÃO FISIOGRÁFICA — UNIDADE DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO PRESENTE			PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO NÃO-URBANA
	Total	Urbana*	Não-urbana	
NORTE	*1 844 655*	*467 061*	*1 377 594*	*74,68*
Rondônia	36 935	12 618	24 317	65,84
Acre	114 755	13 080	101 675	88,60
Amazonas	514 099	108 525	405 574	78,89
Rio Branco	18 116	5 132	12 984	71,67
Pará	1 123 273	317 958	805 315	71,69
Amapá	37 477	9 748	27 729	73,99
NORDESTE	*12 494 477*	*2 610 443*	*9 884 034*	*79,11*
Maranhão	1 583 248	185 907	1 397 341	88,26
Piauí	1 045 696	138 801	906 895	86,73
Ceará	2 695 450	496 992	2 198 458	81,56
Rio Grande do Norte	967 921	189 693	778 228	80,40
Paraíba	1 713 259	351 886	1 361 373	79,46
Pernambuco	3 395 185	1 016 219	2 378 966	70,07
Alagoas	1 093 137	230 945	862 192	78,87
Fernando de Noronha	581	—	581	100,00
*LESTE***	*18 903 319*	*6 268 687*	*12 634 632*	*66,84*
Sergipe	644 361	172 323	472 038	73,26
Bahia	4 834 575	936 523	3 898 052	80,63
Minas Gerais**	7 824 819	1 733 516	6 101 303	77,87
Espírito Santo**	914 919	144 056	770 863	84,25
Rio de Janeiro	2 297 194	979 206	1 317 988	57,37
Distrito Federal	2 377 451	2 303 063	74 388	3,13
*SUL***	*16 996 578*	*6 396 873*	*10 599 705*	*62,36*
São Paulo**	9 141 928	4 437 768	4 704 160	51,46
Paraná**	2 129 327	448 676	1 680 651	78,93
Santa Catarina	1 560 502	264 079	1 296 423	83,08
Rio Grande do Sul	4 164 821	1 246 350	2 918 471	70,07
CENTRO-OESTE	*1 736 965*	*271 511*	*1 465 454*	*84,37*
Mato Grosso	522 044	125 645	396 399	75,93
Goiás	1 214 921	145 866	1 069 055	87,99
*BRASIL***	*51 975 994*	*16 014 575*	*35 961 419*	*69,19*

* Foi considerada "urbana" a população das aglomerações demográficas com mais de 2 000 habitantes e não-urbana tôda a restante população.

** Para simplificação dos cálculos, a população da região da Serra dos Aimorés, contestada entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, foi atribuída em dois terços ao primeiro e em um terço ao segundo dêsses Estados.

A população de Minas Gerais inclui 10 312 habitantes, população estimada do Município de Nova Era, dos quais 3 218 população urbana e 7 094 não-urbana. A população de São Paulo inclui 7 505 habitantes, população estimada, tôda não-urbana, de parte do Município de Pirangi. A população do Paraná inclui 13 780 habitantes, população estimada, tôda não-urbana, de parte do Município de Lapa. Estas estimativas, baseadas na apuração preliminar do censo, preenchem lacunas da apuração definitiva, na qual as referidas áreas não puderam ser incluídas pelo extravio dos documentos de coleta.

Nos Territórios Federais, a proporção da população não-urbana é também elevada, variando entre o mínimo de 65,84% em Rondônia e o máximo de 100% em Fernando de Noronha.

No Distrito Federal essa proporção é apenas de 3,13%.

Entre as regiões, as menores proporções de população não-urbana encontram-se no Sul (62,36%) e no Leste (66,84%); proporções mais elevadas no Norte (74,68%) e no Nordeste (79,11%), e a proporção máxima no Centro-Oeste (84,37%).

* * *

3. A densidade média da população não-urbana nas diversas regiões fisiográficas e unidades políticas foi calculada de acôrdo com a convenção de que a cada componente da população urbana, como definida no parágrafo anterior, correspondam em média 200 metros quadrados da respectiva área; ou seja, foram subtraídos da superfície total de cada região ou unidade tantas vêzes 200 metros quadrados quantos os componentes da população urbana, para se estimar a superfície da parte não-urbana. O quociente do número dos habitantes por essa superfície deu a densidade média.

Cumpre advertir que essa densidade média representa apenas o resultado de uma operação aritmética e não tem o mesmo significado que teria em muitas regiões da Europa e em algumas partes dos Estados Unidos, onde a população rural se acha espalhada com certa uniformidade nas áreas não-urbanas. Em quase tôdas as unidades há zonas territoriais não aproveitadas nem habitadas; em algumas delas, a maior parte da área não foi ainda aberta à civilização. Por isso, as densidades médias, sempre baixas, que se encontram, são muito inferiores — mas em proporções bem diferentes nas diversas unidades e regiões — àquelas que se obteriam pondo em relação o número dos habitantes das áreas não-urbanas com a parte destas áreas efetivamente habitada e explorada.

No conjunto do Brasil a densidade média da população não-urbana é muito baixa, atingindo apenas 4,22 habitantes por quilômetro quadrado. Mas essa média pode ainda parecer elevada em comparação com as de 0,39 e 0,78, verificadas, respectivamente, nas regiões do Norte e do Centro-Oeste. Nas demais regiões a situação é muito diferente, pois que a densidade da população não-urbana excede 10 habitantes por quilômetro quadrado, atingindo as proporções de 10,03 no Leste, de 10,17 no Nordeste e de 12,86 no Sul.

As regiões do Norte e do Centro-Oeste, no território não-urbano de 5 457 milhares de quilômetros quadrados (64,10% do total nacional), têm apenas 2 843 milhares de habitantes (7,91% do total nacional), com a densidade média de 0,52 habitantes por quilômetro quadrado.

As regiões do Nordeste, do Leste e do Sul, no seu território não-urbano de 3 056 milhares de quilômetros quadrados (35,90% do total nacional), têm 33 118 milhares de habitantes (92,09% do total nacional), com a densidade média de 10,84 habitantes por quilômetros quadrado.

É nítido o contraste entre essas duas partes do país: na segunda, a densidade média da população rural é 21 vêzes maior do que na primeira. Todavia, mesmo nessa parte mais densamente povoada, encontram-se grandes áreas com população rara, como os territórios não-urbanos dos Estados do Maranhão e do Piauí, no Nordeste, e algumas zonas da Bahia e de Minas Gerais, no Leste, e do Paraná, no Sul. Entre os Estados das regiões do Nordeste, do Leste e do Sul, apresentam as densidades mais baixas da população não-urbana o Piauí (3,64 habitantes por quilômetro quadrado), o Maranhão (4,17), a Bahia

(6,92) e o Paraná (8,35); as mais elevadas, Alagoas (30,27) e o Rio de Janeiro (31,09). Na pequena área rural do Distrito Federal, a densidade é ainda maior (83,12), mas talvez a área não-urbana efetiva desta unidade seja maior do que a calculada de acôrdo com a convenção aqui adotada, e a densidade efetiva menor.

Tabela II

BRASIL, 1950

Superfície, população e densidade da população das áreas não-urbanas, segundo as regiões fisiográficos e as Unidades da Federação

REGIÃO FISIOGRÁFICA — UNIDADE DA FEDERAÇÃO	SUPERFÍCIE TERRITORIAL (km²)		POPULAÇÃO DAS ÁREAS NÃO-URBANAS	
	Total	Das áreas não-urbanas	Total*	Média por km²
NORTE	*3 571 612*	*3 571 518*	*1 377 594*	*0,39*
Rondônia	254 163	254 161	24 317	0,10
Acre	153 170	153 167	101 675	0,66
Amazonas	1 595 818	1 595 796	405 574	0,25
Rio Branco	214 316	214 315	12 984	0,06
Pará	1 216 726	1 216 662	805 315	0,66
Amapá	137 419	137 417	27 729	0,20
NORDESTE	*972 275*	*971 753*	*9 884 034*	*10,17*
Maranhão	334 809	334 772	1 397 341	4,17
Piauí	249 317	249 289	906 895	3,64
Ceará	153 245	153 145	2 198 458	14,36
Rio Grande do Norte	53 048	53 010	778 228	14,68
Paraíba	56 282	56 212	1 361 373	24,22
Pernambuco	97 016	96 813	2 378 966	24,57
Alagoas	28 531	28 485	862 192	30,27
Fernando de Noronha	27	27	581	21,52
*LESTE***	*1 261 757*	*1 260 503*	*12 634 632*	*10,02*
Sergipe	21 057	21 023	472 038	22,45
Bahia	563 672	563 575	3 898 052	6,92
Minas Gerais**	588 733	588 386	6 101 303	10,37
Espírito Santo**	44 261	44 232	770 863	17,43
Rio de Janeiro	42 588	42 392	1 317 988	31,09
Distrito Federal	1 356	895	74 388	83,12
*SUL***	*825 358*	*824 079*	*10 599 705*	*12,86*
São Paulo**	247 223	246 336	4 704 160	19,10
Paraná**	201 288	201 198	1 680 651	8,35
Santa Catarina	94 367	94 314	1 296 423	13,75
Rio Grande do Sul	282 480	282 231	2 918 471	10,34
CENTRO-OESTE	*1 885 035*	*1 884 981*	*1 465 454*	*0,78*
Mato Grosso	1 262 572	1 262 547	396 399	0,31
Goiás	622 463	622 434	1 069 055	1,72
*BRASIL***	*8 516 037*	*8 512 834*	*35 961 419*	*4,22*

* Veja-se a nota * da tabela I.

** Veja-se a nota ** da tabela I.

Na outra parte do Brasil (regiões do Norte e do Centro-Oeste), as densidades mínimas da população não-urbana encontram-se nos Territórios Federais do Rio Branco (0,06 habitantes por quilômetro quadrado) e de Rondônia (0,10); a máxima, ainda bem baixa, no Estado de Goiás (1,72).

* * *

4. Nas zonas não-urbanas podem ser discriminados vários tipos econômicos, aos quais correspondem condições demográficas em parte diferentes.

Há territórios ainda não colonizados, cujos recursos naturais, entretanto, são parcialmente explorados pelos pioneiros da penetração econômica, que vão à busca de ouro, de pedras preciosas ou semipreciosas, de borracha, de resinas, cêras e outros produtos espontâneos vegetais, de peles de animais selvagens, etc. Essas atividades são, pela sua própria natureza, nômades, e amiúde apenas temporárias; dificilmente conciliáveis, portanto, com a constituição da família nos lugares remotos onde são exercidas.

Em fase mais adiantada da exploração econômica dos recursos naturais, ou em outras condições do meio físico, as próprias atividades extrativas admitem ou até exigem a estabilidade da sede, assim como acontece com a coleta de alguns produtos vegetais (frutos oleaginosos, fibras têxteis, etc.), com a pesca e com a extração de minérios existentes em vastas jazidas (ferro, manganês, carvão, etc.). Nesses casos, os ocupados nas atividades extrativas participam, em geral, das características demográficas das populações de que fazem parte.

A exploração sistemática e ativa do solo por parte do homem realiza-se, na sua fase extensiva, principalmente pela criação do gado e pela agricultura, limitada a poucos gêneros. Nesta fase, já o habitante das zonas rurais fica ligado ao solo, embora a sua atividade se desenvolva numa área às vêzes relativamente vasta.

A fixação mais estável verifica-se na fase intensiva das atividades agropecuárias, quando elas se multiplicam e ao mesmo tempo se concentram em tôrno da sede permanente do lavrador. É então que se formam as populações mais completa e genuìnamente rurais, no sentido mais estrito da expressão, e as que apresentam no maior grau as características demográficas próprias dêsse tipo.

Já na fase extensiva, e ainda mais na fase intensiva do aproveitamento agropecuário do solo, formam-se e desenvolvem-se centros de população, onde se agrupam os estabelecimentos comerciais, as pequenas indústrias, os serviços administrativos e outras atividades destinadas a satisfazer necessidades dos agricultores e criadores. Enquanto as dimensões dêsses centros se mantêm pequenas, seus habitantes conservam, por via de regra, as características das populações rurais, salvo nos raros casos em que prevalecem entre êles os imigrados de procedência urbana.

Num país como o Brasil, onde a população é ainda muito baixa em relação à grande extensão do território, poder-se-ia supor que a expansão das populações rurais pelo crescimento natural se desenvolvesse como um processo contínuo e progressivo, não encontrando obstáculos como aquêles que lhe são opostos pela própria limitação do espaço nos países de antigo povoamento. De fato, na maior parte das áreas não-urbanas, o número dos habitantes vai aumentando; todavia não faltam exceções, e em muitos casos uma fração do crescimento natural dessas áreas é absorvida, direta ou indiretamente, pelas áreas urbanas, através das migrações interiores.

O fenômeno da atração demográfica exercida pelas cidades tem caráter mundial e não apenas local; antes, no Brasil até agora se manifestou em proporções muito menores do que nos países econômicamente mais adiantados,

IBGE-PT-SUEDE
Departamento de Estudos de População
DAPO

como consta dos dados já expostos. Em parte, os emigrantes das zonas rurais afluem às cidades mais próximas, mas em parte saem das fronteiras do Estado e da própria região, especialmente para buscar trabalho nas metrópoles do Rio de Janeiro e de São Paulo, que à imaginação do camponês se afiguram como verdadeiros Eldorados.

Em outros casos é a falta de terras que determina o êxodo rural: falta, em geral, não absoluta, mas relativa e dependente da distribuição da propriedade(em alguns lugares concentrada nas mãos de poucos latifundiários, amiúde ausentes e pouco interessados na exploração; em outros, já demasiado dividida para tornar conveniente a fragmentação ulterior) e da escassez dos capitais disponíveis para novos empreendimentos.

Um fator de emigrações rurais que age intensamente no Brasil é o da falta não de terra e sim de água. Em vastíssimas regiões, que abrangem Estados inteiros — como o do Ceará — há escassez ou irregularidade de precipitações, ou até escassez e irregularidade ao mesmo tempo. Não há constância no ciclo anual das chuvas; concentram-se em breves períodos abundantes precipitações, que apenas em pequena parte podem ser utilizadas, e faltam, ou quase faltam, precipitações no resto do ano; seguem-se, às vêzes, dois ou mais anos de sêca. Nestas condições, não sòmente se torna impossível um aproveitamento agropecuário intensivo do solo, mas também o aproveitamento extensivo fica fortemente aleatório, pois que em muitos casos a sêca não sòmente impede ou destrói as culturas, mas chega a causar falta da própria água indispensável para a subsistência da população e dos rebanhos. Nos anos de sêca mais prolongada e grave, centenas de milhares de emigrantes ("retirantes") fogem das regiões áridas, em busca d'água e de trabalho.

Êste é um tipo de emigração que se poderia dizer forçada. Mas há também emigrações regulares, de algumas zonas onde a mão-de-obra é relativamente abundante para outras onde as exigências das culturas ou das colheitas determinam temporária procura de trabalhadores. Entretanto, êsses movimentos estão bem longe de alcançar a extensão a que chegaram em outros países, e em particular nos Estados Unidos.

As crises provocadas pelas sêcas têm causa natural; mas efeitos semelhantes, embora menos violentos, podem derivar de causas sociais. Nas zonas rurais de culturas variadas, às populações são em boa parte autosuficientes, pelo menos no que diz respeito aos meios essenciais de subsistência, mas nas zonas de monocultura amiúde se despreza a produção do indispensável para dedicar tôdas as energias à produção do exportável, estimulada pelos intermediários, que em geral obtêm amplos lucros. Disso resulta que, enquanto nas fases favoráveis dos ciclos econômicos e dos mercados dos produtos particulares os maiores beneficiados são os intermediários, nas fases desfavoráveis o sacrifício recai em pleno sôbre os lavradores, nas formas das dificuldades de venda e da queda dos preços. Se a crise se prolongar, ela também acaba por causar migrações em massa das zonas de monocultura para outras zonas rurais ou para as cidades.

Faltando, no Brasil, uma estatística das migrações interiores, uma idéia, embora imperfeita, da amplitude e dos rumos destas pode ser obtida pelas apurações censitárias do lugar de presença dos habitantes em combinação com o lugar de nascimento.

Alguns resultados da apuração do censo de 1950 estão resumidos na tabela III. Os dados desta tabela representam as diferenças entre o número dos brasileiros naturais de outras unidades políticas presentes em cada unidade e o número dos naturais desta presentes em outras unidades. Para 12 unidades essa diferença é positiva ("saldos ativos" da primeira seção da tabela), e para as demais 14 negativas ("saldo passivos" da segunda seção da tabela).

Tabela III

BRASIL, 1950

Saldos ativos e passivos das migrações interiores de brasileiros natos, segundo as Unidades da Federação

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	SALDO ATIVO HABITANTES	UNIDADE DA FEDERAÇÃO	SALDO PASSIVO HABITANTES
Distrito Federal	+ 787 793	Minas Gerais*	— 1 077 440
Paraná*	+ 590 146	Bahia	— 289 323
São Paulo*	+ 556 761	Rio Grande do Sul	— 161 141
Goiás	+ 244 101	Ceará	— 160 948
Maranhão	+ 60 928	Paraíba	— 146 621
Mato Grosso	+ 42 036	Alagoas	— 140 575
Santa Catarina	+ 32 903	Rio de Janeiro	— 138 374
Amapá	+ 29 946	Pernambuco	— 103 828
Guaporé	+ 28 762	Sergipe	— 71 309
Acre	+ 15 996	Piauí	— 58 616
Rio Branco	+ 13 728	Rio Grande do Norte	— 26 381
Fernando de Noronha	+ 493	Espírito Santo*	— 15 602
		Pará	— 9 662
		Amazonas	— 3 773
TOTAL	*+ 2 403 593*	*TOTAL*	*— 2 403 593*

* O saldo ativo de 118 396 habitantes, da região da Serra dos Aimorés, contestada entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, foi atribuído em dois terços ao primeiro e em um têrço ao segundo dêsses Estados, ficando assim reduzidos, como consta da tabela, os respectivos saldos passivos, que atingiam — 1 156 371 e — 138 374 habitantes.

Ficaram excluídas da apuração as áreas cujos documentos de coleta foram extraviados, especificadas na nota ** da tabela I.

Verifica-se à primeira vista que os principais destinos das correntes de migração interior correspondem às unidades políticas que contêm as duas metrópoles do Rio de Janeiro e de São Paulo e a algumas zonas rurais de recente maior desenvolvimento econômico (Paraná, Goiás), enquanto as principais procedências correspondem tôdas a Estados com caráter preponderante rural (e é sobretudo das zonas não-urbanas dêsses Estados que procedem as emigrações). Há também excedente de imigrações interiores para as unidades do Norte e do Centro-Oeste, nas quais está sendo estendido o povoamento.

Deve-se advertir, para a correta interpretação dos dados da tabela III, que para os moradores dos Territórios Federais de recente constituição (Rondônia, Rio Banco, Amapá e Fernando de Noronha) nascidos anteriormente a essa constituição, foi considerado como lugar de nascimento o Estado a que anteriormente pertenciam as áreas atuais dêsses Territórios; em conseqüência figuram com números muito superiores à realidade os saldos ativos dos três Territórios, fica inferior à realidade o saldo ativo de Mato Grosso, e aparecem com saldos passivos o Amazonas e o Pará, que em realidade deveriam aparecer com modestos saldos ativos.

Cumpre lembrar que os saldos das correntes migratórias, calculados pelos dados censitários, não podem dar uma idéia adequada da importância dos movimentos de entrada e saída, assim como os saldos das contas bancárias não podem indicar o movimento de depósitos e de retiradas. Cumpre, ainda, advertir que algumas correntes de migração interior tomaram maior amplitude depois de 1950, sendo facilitadas pelo desenvolvimento das comunicações e dos meios de transporte, e estimuladas pelas adversidades naturais (sêcas no Nordeste, etc.).

* * *

5. As informações e considerações que foram expostas nos parágrafos anteriores permitirão tornar mais simples e rápida a exposição das principais características demográficas das populações rurais.

Iniciando-se essa exposição pela ligeira análise da composição destas populações, cabe o primeiro lugar entre os caracteres examinados ao do sexo.

Não há regra geral, no que diz respeito à composição por sexo das populações rurais.

Os fatôres biológicos operam no Brasil como em todo o mundo, assegurando ao sexo masculino uma vantagem de 5 a 6% sôbre o sexo feminino, entre os nascidos vivos. Depende, também, mas apenas em parte, de fatôres biológicos a maior mortalidade masculina nas idades infantis, que diminui ou até neutraliza essa vantagem inicial.

Os fatôres sociais tendem a levar a mortalidade masculina para um nível mais alto do que o da feminina, em conseqüência da maior participação do homem em atividades que apresentam riscos para a incolumidade ou para a saúde individual. Essa maior mortalidade masculina é especialmente acentuada nas idades senis, mas é já sensível nas idades moças e maduras, apesar do tributo de vidas que cobra a maternidade no sexo feminino. Parece certo que o excedente da mortalidade masculina sôbre a feminina é menor no campo do que na cidade, onde agem mais intensamente suas causas. Embora não se torne possível verificar e documentar diretamente, de maneira geral, esta característica no caso do Brasil, ela pode ser verificada indiretamente, através dos dados censitários, e direta mas só parcialmente, através de dados sôbre a mortalidade, como se verá mais adiante.

As observações acima referem-se às influências do movimento vegetativo da população sôbre a composição por sexo. As influências dos movimentos migratórios são mais variadas, diferindo de um a outro lugar e até, no mesmo lugar, de uma para outra época.

A emigração para a cidade tende a enfraquecer na população rural a representação do sexo que predomina na corrente emigratória, o qual no Brasil é amiúde o feminino. Há, por exemplo, zonas das quais emigram numerosas moças para empregar-se em serviços domésticos, em serviços sociais, nas indústrias e no comércio, especialmente nas metrópoles do Rio de Janeiro e de São Paulo. Verifica-se com certa freqüência a emigração inicial de um indivíduo válido; depois que êste achou ocupação na cidade, transferem-se para esta outros componentes da família, improdutivos ou escassamente produtivos por razão de idade, ou até parasitários, isto é, adultos e válidos mas sem capacidade ou vontade de trabalhar.

Na emigração normal ou periódica das zonas rurais para outras zonas não-urbanas prevalece, em geral, o sexo masculino. Esta predominância é forte especialmente nas correntes dirigidas para zonas de atividades extrativas, onde a mulher isolada tem escasso lugar e onde as condições de vida e de trabalho são inconciliáveis com as exigências mais rudimentares do lar.

Na emigração excepcional causada pelas adversidades da natureza, são famílias inteiras que abandonam as suas sedes, à procura de ambientes físicos mais clementes e de ambientes sociais mais adiantados. Quando a causa da emigração é uma crise econômica geral ou parcial, prevalecem, pelo menos na fase inicial, os elementos isolados do sexo masculino.

A imigração do exterior para as zonas rurais tende, na maior parte dos casos, a reforçar a representação relativa do sexo masculino, por efeito da própria composição dessas correntes imigratórias, onde em geral é elevada a proporção dos homens nas idades mais válidas. Mesmo nas imigrações por grupos de famílias predomina por via de regra, embora menos fortemente, o sexo masculino. Mas desde a segunda geração a proporção dos sexos tende a normalizar-se nos lugares colonizados pelos imigrantes.

Em virtude da ação complexa e simultânea de tantos fatôres diferentes, verificam-se diversidades de características na composição por sexo das populações rurais, não sòmente entre as regiões e entre as unidades políticas mas também entre as zonas fisiográficas de cada unidade e entre os diversos Municípios de cada zona.

Em 1950, no conjunto da população do Brasil o sexo masculino fica em leve minoria, contando-se 993 homens para 1 000 mulheres.

Mas nos quadros administrativos rurais [6] prevalecem nìtidamente os homens, na proporção de 1 041 para 1 000 mulheres, em comparação com 898 para 1 000 nos quadros urbanos e 951 para 1 000 nos quadros suburbanos.

Nos quadros rurais das regiões fisiográficas, a proporção dos homens para 1 000 mulheres varia entre o mínimo de 999 no Nordeste e o máximo de 1 102 no Norte, e nos das unidades políticas, entre o mínimo de 962 em Sergipe e o máximo de 1 478 em Rondônia. Prevalece o sexo masculino em 4 regiões e em 20 das 25 unidades onde foram discriminados os quadros rurais, como consta dos dados da tabela IV.

A predominância masculina nos quadros administrativos rurais adquire maior relêvo pela comparação com os quadros urbanos, onde o sexo masculino se acha em minoria em tôdas as regiões, em todos os Estados e no Distrito Federal, constituindo maioria apenas nos três Territórios do Norte de recente constituição [7].

No que diz respeito aos quadros suburbanos, embora em conjunto predomine o sexo feminino, encontram-se exceções. Cumpre lembrar que o quadro suburbano em alguns Municípios tem o caráter correspondente à sua qualificação, mas em muitos outros tem caráter nìtidamente rural.

A predominância masculina nos quadros rurais é forte especialmente nas zonas de povoamento mais recente, onde uma parte da população ainda não está fixada ao solo (regiões do Norte e do Centro-Oeste); é forte, também, nas zonas de desenvolvimento mais adiantado das atividades agropecuárias e que atraem largas correntes de imigração rural (região do Sul). Já no Leste esta predominância se atenua fortemente, e no Nordeste desaparece, ficando entretanto os dois sexos em aproximado equilíbrio numérico. Essas diferenças dependem em grande parte das migrações interiores que afluem às zonas rurais das primeiras três regiões, saindo das zonas rurais das duas últimas.

Como já observei, a diferença entre a mortalidade dos homens e a das mulheres é menor nas zonas rurais do que nas urbanas, porque a maior participação da mulher em atividades fatigantes, a sua maior exposição às doenças epidêmicas e a excessiva prolificidade contribuem para agravar a mortalidade feminina nas zonas rurais, enquanto nas zonas urbanas prevalecem os fatôres de maior mortalidade masculina.

Mas, talvez, o fator mais importante da predominância masculina nas zonas rurais consista no maior êxodo feminino para as zonas urbanas. No Distrito Federal, em 1950, acham-se presentes 442 912 homens brasileiros natos não naturais do Distrito (isto é, imigrados de outras partes do país, em muitos casos zonas rurais) em comparação com 499 900 mulheres das mesmas nacionalidade e naturalidade. Prevalecem, portanto, fortemente as mulheres, apesar da presença de uma numerosa guarnição militar que compreende muitos elementos não naturais do Distrito Federal. Entre os naturais do Distrito Federal, nêle presentes, contam-se 596 133 homens para 627 321 mulheres, em conseqüência

[6] Advirta-se que os dados expostos e analisados no texto dêste parágrafo se referem às populações dos diversos quadros municipais, segundo os quais a população urbana é discriminada com critério administrativo, diverso do critério demográfico que foi adotado nos parágrafos 2 e 3. Por exemplo, figura aqui como urbana a população de Fernando de Noronha, que ali foi considerada não-urbana.

[7] Não têm importância as elevadas proporções masculinas que se verificam nos quadros urbanos dêstes Territórios, para onde afluem pioneiros, funcionários, militares, etc. Êsses quadros urbanos não chegam a ter 20 mil habitantes no conjunto dos três Territórios.

Tabela IV

BRASIL, 1950

Proporção dos homens para 1 000 mulheres nos quadros administrativos urbanos, suburbanos e rurais, segundo as regiões fisiográficas e as Unidades da Federação

REGIÃO FISIOGRÁFICA — UNIDADE DA FEDERAÇÃO	HOMENS PARA 1 000 MULHERES		
	Quadros urbanos	Quadros suburbanos	Quadros rurais
NORTE	*889*	*940*	*1 102*
Rondônia	1 051	1 082	1 478
Acre	985	1 057	1 251
Amazonas	884	937	1 113
Rio Branco	1 070	1 202	1 162
Pará	865	930	1 067
Amapá	1 147	1 034	1 121
NORDESTE	*808*	*885*	*999*
Maranhão	833	904	1 027
Piauí	786	986	1 008
Ceará	797	892	1 005
Rio Grande do Norte	821	894	1 003
Paraíba	818	901	985
Pernambuco	811	880	990
Alagoas	772	847	977
Fernando de Noronha	1 362	—	—
*LESTE**	*890*	*957*	*1 025*
Sergipe	771	879	962
Bahia	823	891	989
Minas Gerais*	866	915	1 037
Espírito Santo*	898	967	1 064
Rio de Janeiro	954	1 049	1 072
Distrito Federal	923	1 057	1 143
*SUL**	*938*	*1 005*	*1 086*
São Paulo*	956	1 011	1 117
Paraná*	953	1 023	1 097
Santa Catarina	920	979	1 052
Rio Grande do Sul	879	989	1 049
CENTRO-OESTE	*903*	*978*	*1 093*
Mato Grosso	907	1 025	1 159
Goiás	899	939	1 070
*BRASIL***	*898*	*951*	*1 041*

* Para o cálculo das proporções, a população da região da Serra dos Aimorés foi atribuída em dois terços ao Estado de Minas Gerais e em um têrço ao do Espírito Santo.
Ficaram excluídas do cálculo as áreas cujos documentos de coleta foram extraviados, especificadas na nota ** da tabela I.

** Os números absolutos para o conjunto do Brasil são os seguintes: quadros urbanos, H. 6 131 346, M. 6 826 197, quadros suburbanos, H. 2 839 817, M. 2 985 531; quadros rurais, H. 16 913 938, M. 16.247.668.

da maior mortalidade e da maior emigração masculina. Todavia, entre êstes a proporção dos homens atinge 950 para 1 000 mulheres [8], enquanto entre os naturais de outras Unidades desce para 886.

* * *

[8] Considerando-se o conjunto dos naturais do Distrito Federal presentes no Brasil em 1950, a proporção dos homens sobe a 962 para 1 000 mulheres.

6. No que diz respeito à composição por idade, há notável uniformidade entre as diversas populações rurais do Brasil.

Essa uniformidade de situações reflete a relativa uniformidade da ação dos fatôres que as determinam.

Em tôdas as partes rurais do país a taxa de natalidade é excepcionalmente elevada, podendo-se estimar que ela oscila em tôrno do nível médio anual de 45 a 47 por 1 000 habitantes.

É, também, muito elevada, atingindo o nível de 20 a 22 por 1 000 habitantes, a taxa de mortalidade[9].

Fica, entretanto, uma larga margem de incremento natural: de 24 a 26 por 1 000 habitantes, em média anual.

Estas características do movimento vegetativo — alta natalidade, alta mortalidade, rápido incremento natural — determinam, na composição por idade das populações rurais, proporções muito elevadas de crianças e adolescentes e proporções muito baixas de velhos.

Os movimentos migratórios interiores tendem, na maior parte dos casos, a acentuar a primeira dessas características, subtraindo às populações rurais especialmente elementos nas idades mais válidas. Sòmente nas emigrações causadas pelas adversidades da natureza desloca-se, às vêzes, a população em massa.

Nas imigrações do exterior para as zonas rurais, em geral prevalecem os elementos em idades moças e maduras, de modo que o efeito delas sôbre a composição por idade é oposto ao das migrações interiores. No Brasil de hoje, porém, êsse efeito é fraco, em virtude da escassa afluência de imigrantes estrangeiros nos últimos lustros.

Em conseqüência da ação dos fatôres vegetativo e migratório, as populações rurais do Brasil apresentam uma composição por idade caracterizada pela elevada proporção dos elementos econômicamente passivos em relação aos ativos; circunstância que, por sua vez, contribui para manter baixo o padrão de vida.

No censo de 1950, a composição por idade da população foi apurada separadamente para os quadros administrativos urbanos, suburbanos e rurais. Um ensaio dos resultados dessa apuração, resumidos por grandes grupos de idade e expressos na forma de proporções por 100 000 habitantes de cada quadro, é apresentado nas tabelas V e VI. Os dados da primeira referem-se ao conjunto do Brasil; os da segunda a três Estados, pertencentes a três diferentes regiões — Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul —, que têm todos importantes contingentes de população urbana, embora predominando nêles a população rural. Nestes Estados, a população dos quadros rurais é quase totalmente rural no sentido mais estrito da palavra, dedicando-se principalmente às atividades agrícolas e pecuárias.

A composição por sexo da população dos diversos quadros administrativos, que em outra forma consta da tabela IV, é indicada nas tabelas V e VI pelas proporções dos dois sexos na população total de cada classe de quadros.

Nos quadros urbanos fica em minoria o sexo masculino, tanto no conjunto do Brasil (47,32%), como nos três Estados considerados.

Nos quadros rurais prevalece o sexo masculino, tanto no conjunto do Brasil (51,01%) como nos Estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, enquanto em Pernambuco se verifica um leve excedente feminino.

Há sensíveis diferenças entre os três Estados na composição por sexo, mas em todos êles a proporção masculina é bem maior nos quadros rurais do que nos

[9] De acôrdo com as elaborações do estudo sôbre a fecundidade feminina nas populações urbanas, suburbanas e rurais do Brasil, publicado no volume N.º 16 desta série, *Pesquisas sôbre a natalidade no Brasil* (Rio, I.B.G.E., 1953), seção II, podem ser calculadas, para a população dos quadros rurais no lecênio anterior a 1.º-VII-1950, as taxas médias anuais de natalidade de 45,96 e de mortalidade de 21,19 por 1 000 habitantes.

Tabela V

BRASIL, 1950

Composição proporcional da população, por sexo e grandes grupos de idade, nos quadros administrativos urbanos, suburbanos e rurais

Proporções por 100 000 habitantes de idade conhecida em cada classe de quadros*

QUADROS ADMINISTRATIVOS	SEXO	IDADE (Anos completos)			TOTAL
		0 a 14	15 a 19	60 e mais	
Urbanos	H.	16 466	28 519	2 339	47 324
	M.	16 939	32 554	3 183	52 676
	H. e M.	33 405	61 073	5 522	100 000
Suburbanos	H.	19 720	27 119	1 925	48 764
	M.	19 626	29 191	2 419	51 236
	H. e M.	39 346	56 310	4 344	100 000
Rurais	H.	23 231	25 836	1 945	51 012
	M.	22 374	24 815	1 799	48 988
	H. e M.	45 605	50 651	3 744	100 000

* Especificam-se abaixo os números absolutos dos habitantes de idade conhecida.

SEXO	QUADROS URBANOS	QUADROS SUBURBANOS	QUADROS RURAIS
Homens	6 118 099	2 833 055	16 879 960
Mulheres	6 809 902	2 976 718	16 210 021
Homens e mulheres	12 928 001	5 809 783	33 089 981

Não estão incluídas nos dados acima as populações das áreas cujos documentos de coleta foram extraviados, especificadas na nota** da tabela I.

urbanos, e intermediária nos suburbanos, assim como se observa no conjunto do Brasil (onde essa proporção, nos quadros suburbanos, ascende a 48,76%).

Na composição por idade, a característica mais marcada da população dos quadros rurais é a da proporção muito elevada dos grupos infantis e adolescentes. No conjunto do Brasil, a proporção do grupo de 0 a 14 anos nos quadros rurais atinge 45,61%, em comparação com 39,35% nos suburbanos e apenas 33,41% nos urbanos. As proporções correspondentes, nos quadros rurais, ascendem a 45,55% em Pernambuco, a 45,29% no Estado do Rio de Janeiro e a 45,15% no Rio Grande do Sul, em comparação, respectivamente, com as proporções de 35,31%, de 36,23% e de 32,25% nos quadros urbanos.

A proporção das idades moças e maduras, de 15 a 59 anos, é baixa nos quadros rurais. No conjunto do Brasil, ela ascende a 50,65%, em comparação com 56,31% nos quadros suburbanos e 61,07% nos urbanos. As proporções correspondentes, nos quadros rurais, ascendem a 50,45% em Pernambuco, a 50,73% no Estado do Rio de Janeiro e a 50,80% no Rio Grande do Sul, em comparação, respectivamente, com as proporções de 59,31%, de 58,86% e de 61,95% nos quadros urbanos.

A proporção das idades senis, de 60 anos e mais, é, também, menor nos quadros rurais do que nos urbanos, sendo, entretanto, muito baixa mesmo nestes. No conjunto dos quadros rurais do Brasil, a proporção destas idades é apenas de 3,74%, em comparação com 4,34% nos quadros suburbanos e 5,52% nos urbanos. As proporções correspondentes, nos quadros rurais, ascendem a 4,00% em Pernambuco, a 3,98% no Estado do Rio de Janeiro e a 4,05% no Rio Grande do Sul, em comparação, respectivamente, com as proporções de 5,38%, de 4,91% e de 5,80% nos quadros urbanos.

Tabela VI

BRASIL, 1950

Composição proporcional, por sexo e grandes grupos de idade, da população de alguns Estados, nos quadros administrativos urbanos, suburbanos e rurais

Proporção por 100 000 habitantes de idade conhecida em cada classe de quadros*

QUADROS ADMINISTRATIVOS	SEXO	IDADE (Anos completos)			TOTAL
		0 a 14	15 a 59	60 e mais	
PERNAMBUCO					
Urbanos	H.	17 038	25 681	2 078	44 797
	M.	18 270	33 632	3 301	55 203
	H. e M.	35 308	59 313	5 379	100 000
Suburbanos	H.	18 695	26 360	1 785	46 840
	M.	19 222	31 323	2 615	53 160
	H. e M.	37 917	57 683	4 400	100 000
Rurais	H.	22 825	24 953	1 983	49 761
	M.	22 728	25 497	2 014	50 239
	H. e M.	45 553	50 450	3 997	100 000
RIO DE JANEIRO					
Urbanos	H.	18 118	28 591	2 130	48 839
	M.	18 113	30 268	2 780	51 161
	H. e M.	36 231	58 859	4 910	100 000
Suburbanos	H.	20 860	28 401	1 938	51 199
	M.	20 204	26 541	2 056	48 801
	H. e M.	41 064	54 942	3 994	100 000
Rurais	H.	23 237	26 340	2 158	51 735
	M.	22 058	24 389	1 818	48 265
	H. e M.	45 295	50 729	3 976	100 000
RIO GRANDE DO SUL					
Urbanos	H.	15 823	28 572	2 395	46 790
	M.	16 425	33 378	3 407	53 210
	M. e H.	32 248	61 950	5 802	100 000
Suburbanos	H.	20 101	27 586	2 047	49 734
	M.	19 500	28 342	2 424	50 266
	H. e M.	39 601	55 928	4 471	100 000
Rurais	H.	23 098	25 979	2 121	51 198
	M.	22 048	24 822	1 932	48 802
	H. e M.	45 146	50 801	4 053	100 000

* Especificam-se abaixo os números absolutos dos habitantes de idade conhecida.

ESTADO	SEXO	QUADROS URBANOS	QUADROS SUBURBANOS	QUADROS RURAIS
Pernambuco	H.	222 661	311 865	1 105 671
	M.	274 377	353 937	1 116 309
Rio de Janeiro	H.	453 528	81 885	622 588
	M.	475 101	78 051	580 785
Rio Grande do Sul	H.	474 340	201 565	1 401 582
	M.	539 410	203 725	1 335 990

Se forem considerados econômicamente ativos os habitantes em idades de 15 a 59 anos e econômicamente passivos os de 0 a 14 e de 60 anos e mais [10], a proporção dos passivos para os ativos resulta muito maior na população rural (Brasil, 97 para 100; Pernambuco, 98; Rio de Janeiro, 97; Rio Grande do Sul, 97) do que na urbana (Brasil, 64 para 100; Pernambuco, 69; Rio de Janeiro, 70; Rio Grande do Sul, 61)

Na interpretação dêsses cálculos é preciso, todavia, levar em conta duas circunstâncias. A primeira é a de que o trabalho das crianças, dos adolescentes e dos velhos pode ser, e é de fato, muito mais aproveitado nas atividades rurais do que nas urbanas. A segunda é a de que entre os elementos classificados como econômicamente ativos a proporção das mulheres (elementos ativos, mas com rendimento médio inferior ao dos homens) é menor nos quadros rurais do que nos urbanos. Talvez na realidade o ônus médio de elementos improdutivos que pesa sôbre cada elemento produtivo nos quadros rurais não seja muito superior ao dos quadros urbanos, apesar da aparência contrária.

Já nas idades de 0 a 14 anos a população feminina dos quadros urbanos é avantajada pelas imigrações; no conjunto do Brasil, em Pernambuco e no Rio Grande do Sul chega a exceder a masculina, e no Estado do Rio de Janeiro a igualá-la. Nos quadros rurais prevalece o sexo masculino, nestas idades, tanto no conjunto do Brasil como em todos os três Estados.

Nas idades de 15 a 59 anos verifica-se forte excedente feminino nos quadros urbanos, enquanto quadros rurais há excedente masculino no conjunto do Brasil e nos Estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul e leve excedente feminino em Pernambuco. Sobretudo nestas idades revelam-se os efeitos das migrações para a cidade.

Ainda nas idades de 60 anos e mais há forte excedente feminino nos quadros urbanos, em parte em virtude da menor mortalidade das mulheres; nos quadros rurais prevalece o sexo masculino no conjunto do Brasil e nos Estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul e, embora levemente, o sexo feminino em Pernambuco.

Tabela VII

BRASIL, 1950

Composição proporcional, por sexo e grandes grupos de idade, da população dos quadros urbanos do Distrito Federal e da população dos quadros rurais da Bahia

Proporções por 100 000 habitantes de idade conhecida em cada classe de quadros*

QUADROS ADMINISTRATIVOS	SEXO	IDADE (Anos completos)			TOTAL
		0 a 14	15 a 59	60 e mais	
DISTRITO FEDERAL					
Urbanos	H.	12 777	32 723	2 507	48 007
	M.	13 121	35 144	3 728	51 993
	H. e M.	25 898	67 867	6 235	100 000
BAHIA					
Rurais	H.	23 086	24 425	2 225	49 736
	M.	22 469	25 533	2 262	50 264
	H. e M.	45 555	49 958	4 487	100 000

* Números absolutos dos habitantes de idade conhecida: Distrito Federal, quadros urbanos, H. 851 643, M. 922 341; Bahia, quadros rurais, H. 1 778 850, M. 1 797 753.

[10] Ativos, os primeiros, no sentido de que produzem mais do que consomem, e passivos, os segundos, no sentido de que consomem mais do que produzem.

Para estender a documentação a outras partes do Brasil, apresentam-se na tabela VII dados comparativos sôbre a composição proporcional por idade da população do quadro urbano do Distrito Federal e da população do quadro rural da Bahia. Confronta-se assim a população do núcleo principal da maior aglomeração urbana do Brasil com a de uma das regiões rurais típicas dêste país.

Na população dos quadros urbanos do Distrito Federal apresentam-se com a máxima intensidade as características demográficas da cidade.

A proporção dos habitantes em idades infantis e adolescentes é muito baixa, em comparação com a observada na população dos quadros rurais da Bahia, que, entretanto, fica levemente inferior à verificada no conjunto do Brasil, embora excedendo as verificadas nos Estados a que se refere a tabela VI.

A proporção dos habitantes em idades moças e maduras é muito elevada na população dos quadros urbanos do Distrito Federal em comparação com a dos quadros rurais da Bahia, sendo nesta última pouco inferior à verificada no conjunto do Brasil e às observadas nos outros Estados já estudados.

A proporção dos habitantes em idades senis é, também, elevada no quadro urbano do Distrito Federal, em comparação com os quadros rurais da Bahia, embora neste Estado essa proporção seja superior às verificadas no conjunto do Brasil e nos outros Estados anteriormente examinados.

A proporção dos econômicamente passivos para 100 econômicamente ativos, que é apenas de 47 nos quadros urbanos do Distrito Federal, sobe para 100 nos quadros rurais da Bahia.

Ficam confirmadas e ilustradas por essa comparação as características já salientadas da composição por idade das populações rurais.

* * *

7. As origens étnicas das populações rurais do Brasil são as mais variadas. Há zonas onde é forte a contribuição dos aborígines para a formação dessas populações, especialmente no Norte e no Centro-Oeste; outras, onde é considerável a contribuição africana, especialmente no Nordeste e no Leste; outras, ainda, nas quais é preponderante a contribuição européia, como no Sul. Em alguns lugares, sobretudo no Estado de São Paulo, encontram-se núcleos de origem asiática (japonêses). Porém, salvo no que diz respeito a êstes últimos núcleos, relativamente pequenos, que ainda se mantêm quase fechados, não se encontram linhas nítidas de separação entre os diversos grupos étnicos, antes são freqüentes os cruzamentos, que, através das gerações, deram origem a uma multiplicidade quase incrível de tipos intermediários.

Esta, aliás, é uma característica geral do povo brasileiro, e não se pode dizer que seja mais acentuada nas zonas rurais do que nas urbanas, senão no sentido de que nas primeiras são menos marcadas as discriminações de classes sociais e, logo, são menos consideradas as diferenças de origens étnicas, que nas cidades nem sempre passam inobservadas.

Depois da abolição da escravatura, verificou-se um intenso êxodo de pretos e de mestiços do campo para a cidade. Todavia, as proporções mais elevadas de elementos de origem africana encontram-se ainda nas partes do país onde os escravos eram mais largamente aproveitados nas atividades agrícolas e pecuárias e nas indústrias rurais (moagem de mandioca, fabricação de açúcar, etc.). Outras partes, onde predominam os brancos, só foram intensamente colonizadas depois da cessação do tráfico dos escravos.

As correntes imigratórias de origem européia ou asiática que afluíram para o Brasil nos últimos cem anos em parte visaram especìficamente à colonização de áreas rurais (italianos e alemães no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, japonêses em São Paulo, etc.), em parte dirigiram-se de preferência para as cidades (portuguêses no Rio de Janeiro e em São Paulo, sírio e libaneses, etc.) e em parte dividiram-se entre as cidades e as zonas rurais (italianos em São Paulo, etc.).

Nessas condições, não se torna possível encontrar características gerais da composição étnica das populações rurais do Brasil, que varia fortemente nas diversas regiões e Unidades e, amiúde, nas diversas zonas do mesmo Estado, e até nos diversos Municípios da mesma zona.

Uma característica freqüente, embora não absolutamente geral, é a da maior proporção de não-brancos nas populações não-urbanas. Por exemplo, no Pará e na Bahia, Estados onde os não-brancos predominam fortemente, êles constituem, respectivamente, 56,96% e 66,51% das populações das capitais, mas 75,18% e 71,82% das populações do interior. Nos Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, onde mais da metade dos habitantes são declarados brancos, a proporção dos não-brancos é, respectivamente, de 37,50% e 28,30% na capital, mas de 41,76% e 41,39% no interior. E, entre os Estados onde preponderam os brancos, São Paulo marca as proporções de 12,22% não-brancos na capital e de 15,03% no interior.

De outro lado, em Pernambuco a proporção dos não-brancos é levemente maior na capital (50,70%) do que no interior (50,31%), e no Rio Grande do Sul a proporção dos não-brancos na capital (14,24%) excede nitidamente a no interior (10,51%).

As proporções dos diversos grupos de côr verificadas em 1950 nas diferentes regiões e Unidades, constantes da tabela VIII, são suficientes para dar uma idéia da composição das respectivas populações segundo a côr, índice da origem étnica.

Para evitar interpretações erradas dos dados da tabela VIII, cumpre lembrar que as declarações censitárias da côr em muitos casos não coincidem com as qualificações que seriam aplicadas num inquérito efetuado segundo critérios objetivos e científicos, e, ainda, que as discriminações correntes da côr, às quais em geral se conformam essas declarações, variam de lugar para lugar.

Tanto a distinção entre brancos e pardos como a entre pardos e pretos são largamente arbitrárias na zona dos matizes de côr intermediários, e não se torna pràticamente possível, nem mesmo foi tentado, obter uniformidade de critérios para essas distinções, no levantamento do censo.

Em muitos casos, a qualificação de brancos é atribuída não sòmente aos que efetivamente a merecem, mas também a indivíduos para os quais seria mais apropriada a qualificação de pardos. E, de outro lado, são freqüentemente declarados pardos indivíduos a quem mais conviria a qualificação de pretos, e também acontece o contrário, especialmente quando os boletins do censo são preenchidos pelo agente recenseador.

Em todo caso, é certo que a proporção dos brancos é mínima na região do Norte (31,30%, segundo o censo de 1950) e máxima na região do Sul (87,40%). No Nordeste os brancos se acham em minoria (46,05%); no Leste, aparentemente, em leve maioria (52,29%), e no Centro-Oeste em maioria mais sensível (56,52%). Mas cumpre lembrar que tôdas essas proporções aparentes de brancos, assim como a de 61,66% observada no conjunto do país, são algo superiores às que se obteriam efetuando-se o levantamento com critérios objetivos e científicos.

Nas unidades políticas, a proporção aparente dos brancos varia entre os mínimos de 27,15% no Amapá e de 27,98% no Piauí e os máximos de 89,14% no Rio Grande do Sul e de 94,61% em Santa Catarina.

Considerando-se em conjunto os dois grupos dos pardos e dos pretos, para eliminar os efeitos dos diferentes critérios de discriminação entre êles, a sua proporção aparente varia, nas regiões, entre o mínimo de 10,55% no Sul e o máximo de 68,38% no Norte, e nas unidades políticas, entre os mínimos de 5,17% em Santa Catarina e de 10,65% no Rio Grande do Sul e os máximos de 71,89% no Piauí e de 72,68% no Amapá.

A proporção dos amarelos excede 1% sòmente na região do Sul (1,87%) e, nesta, nos Estados de São Paulo (3,03%) e do Paraná (1,86%), onde se encontram os maiores núcleos de imigrados do Japão. Núcleos japonêses menores encontram-se em Mato Grosso.

Os dados da tabela VIII mostram que em tôdas as partes do Brasil — e, logo, nas respectivas áreas rurais — a população é de origens étnicas mistas, variando, todavia, fortemente as proporções comparativas dos diversos grupos

Tabela VIII

BRASIL, 1950

Composição proporcional da população por grupos de côr, segundo as regiões fisiográficas e as Unidades da Federação

Dados proporcionais a 10 000 habitantes de cada região ou Unidade*

REGIÃO FISIOGRAFICA — UNIDADE DA FEDERAÇÃO	CÔR					TOTAL
	Branca	Parda	Preta	Amarela	Não declarada	
NORTE	*3 130*	*6 350*	*488*	*8*	*24*	*10 000*
Rondônia	2 851	6 299	806	0	44	10 000
Acre	3 001	6 463	521	1	14	10 000
Amazonas	3 684	5 943	339	10	24	10 000
Rio Branco	4 155	5 326	496	1	22	10 000
Pará	2 896	6 539	532	8	25	10 000
Amapá	2 715	6 454	814	1	16	10 000
NORDESTE	*4 605*	*4 274*	*1 100*	*0*	*21*	*10 000*
Maranhão	3 373	5 026	1 577	0	24	10 000
Piauí	2 798	5 898	1 291	0	13	10 000
Ceará	4 364	4 577	1 035	0	24	10 000
Rio G. do Norte	4 878	4 158	946	0	18	10 000
Paraíba	6 712	1 974	1 296	0	18	10 000
Pernambuco	4 903	4 083	931	0	23	10 000
Alagoas	4 055	5 184	743	0	18	10 000
Fer. de Noronha	6 592	2 720	671	—	17	10 000
LESTE	*5 229*	*3 180*	*1 566*	*3*	*22*	*10 000*
Sergipe	4 964	3 602	1 417	0	17	10 000
Bahia	2 955	5 103	1 916	0	26	10 000
Minas Gerais	5 843	2 681	1 455	3	18	10 000
Espírito Santo	5 859	2 941	1 189	0	11	10 000
Rio de Janeiro	5 977	2 213	1 772	11	27	10 000
Distrito Federal	6 986	1 750	1 230	4	30	10 000
SUL	*8 740*	*411*	*644*	*187*	*18*	*10 000*
São Paulo	8 565	320	797	303	15	10 000
Paraná	8 626	730	433	186	25	10 000
Santa Catarina	9 461	152	365	0	22	10 000
Rio G. do Sul	8 914	543	522	1	20	10 000
CENTRO-OESTE	*5 652*	*3 290*	*1 004*	*28*	*26*	*10 000*
Mato Grsoso	5 332	3 589	979	70	30	10 000
Goiás	5 789	3 161	1 015	10	25	10 000
BRASIL	*6 166*	*2 654*	*1 096*	*63*	*21*	*10 000*

* No cálculo das proporções por unidades políticas não foi levada em conta a população da região da Serra dos Aimorés, que porém foi incluída nos cálculos para a região do Leste e para o conjunto do Brasil. As populações das áreas cujos documentos de coleta foram extraviados, especificadas na nota ** da tabela I, ficaram excluídas tanto dos cálculos por Unidades e por regiões como do cálculo para o conjunto do Brasil.

étnicos. Cumpre acrescentar que tanto no grupo branco como no prêto se acham representados numerosos subtipos diferentes e que no grupo pardo se encontram inumeráveis subtipos, descendentes dos mais variados e complicados cruzamentos.

* * *

8. Nas análises relativas à composição das populações das zonas rurais, efetuadas nos parágrafos anteriores, já foram, por óbvia necessidade, salientadas as características dos movimentos vegetativo e migratório dessas populações, das quais dependem as características da sua composição. Torna-se, todavia, conveniente acrescentar a essas informações gerais algumas notícias especiais sôbre a natalidade e a mortalidade.

No que diz respeito à natalidade, faltam para a maior parte do Brasil estatísticas fidedignas, em conseqüência das largas omissões no registro dos nascimentos e na apuração dos casos registrados. Estudos baseados nos resultados dos censos levam à estimativa, já exposta, de uma freqüência anual de 45 a 47 nascidos vivos por 1 000 habitantes, como média geral para as populações rurais dêste país. Deve-se, porém, advertir que essa estimativa foi formulada com critérios de prudência; é possível, portanto, que ela fique aquém do nível efetivo.

Das apurações do censo de 1950 podem ser deduzidas indicações indiretas sôbre a fecundidade comparativa das mulheres nos quadros administrativos urbanos, suburbanos e rurais.

Com efeito, um índice dessa fecundidade [11] é fornecido pela proporção entre o número das crianças de 0 a 9 anos e o das mulheres de 15 a 49 anos, que pode ser calculada pelos dados censitários, proporção que varia em estreita correlação com a taxa de fecundidade feminina, embora dependendo também das taxas de mortalidade nas idades infantis e de outros elementos dos movimentos vegetativo e migratório da população [12].

O cálculo dêste índice para o Brasil é ilustrado pela tabela IX, baseada no censo de 1950.

Tabela IX

BRASIL, 1950

*Proporção entre o número das crianças de 0 a 9 anos e o das mulheres de 15 a 49 anos, nos quadros administrativos urbanos, suburbanos e rurais**

QUADROS ADMINISTRATIVOS	CIRANÇAS DE 0 A 9 ANOS	MULHERES DE 15 A 49 ANOS	CRIANÇAS DE 0 A 9 ANOS PARA 100 MULHERES DE 15 A 49 ANOS
Urbanos	2 962 662	3 778 301	78,41
Suburbanos	1 619 709	1 537 484	105,35
Rurais	10 804 036	7 510 226	143,86
TOTAL	*15 386 407*	*12 826 011*	*119,96*

* Exclusive as populações das áreas, especificadas na nota ** da tabela I, cujos documentos censitários foram extraviados.

[11] Sôbre a significação dêsse índice, veja-se o volume N.º 14, desta série, *Estudos sôbre a natalidade e a mortalidade no Brasil* (Rio, I.B.G.E., 1952), págs. 107 a 115, como também a seção I do volume N.º 16, já citado, desta série (1953).

[12] Para o conjunto do Brasil, foi calculada, no estudo citado na nota 9, a taxa aproximativa de fecundidade feminina, média anual do decênio anterior a 1.-VII-1950, nos quadros rurais, de 201,86 nascidos vivos por 1 000 mulheres de 15 a 49 anos, em comparação com 120,85 nos quadros urbanos. Veja-se, também, a monografia de G. MORTARA, *A fecundidade da mulher no Brasil* (Rio, I.B.G.E., 1957), capítulo IV.

A proporção das crianças de 0 a 9 anos para 100 mulheres de 15 a 49 anos é quase duas vêzes maior nos quadros rurais do que nos urbanos, dando indício de um nível da fecundidade feminina muito maior nas zonas rurais [13].

Nos quadros suburbanos a proporção é intermediária às dos quadros urbanos e dos rurais, ficando porém mais próxima da primeira do que da segunda.

Dados paralelos aos da tabela acima, para cada um dos 20 Estados, constam da tabela X (onde os Estados são dispostos segundo a ordem decrescente dos números de habitantes).

A grande superioridade da proporção das crianças nos quadros rurais em comparação com os urbanos verifica-se em todos os Estados.

É interessante observar que os valores da proporção das crianças nos quadros rurais diferem bem pouco nos diversos Estados, indicando níveis de fecundidade feminina e de natalidade geral uniformemente elevados nas zonas rurais de todo o país. Encontram-se 133 crianças de 0 a 9 anos para 100 mulheres de 15 a 49 anos nos quadros rurais do Maranhão (mínimo); 158 nos de Santa Catarina e 160 nos de Mato Grosso (máximo); mas nos demais 17 Estados a proporção varia entre os limites, bem próximos, de 140 e 153.

Nos quadros suburbanos a proporção das crianças oscila mais amplamente, entre 95 (Alagoas) e 141 (Mato Grosso), em parte em conseqüência dos diferentes caracteres das respectivas populações, às vêzes quase urbanas e outras vêzes quase rurais. Em todos os Estados a proporção das crianças nos quadros suburbanos é maior do que nos urbanos e menor do que nos rurais.

Nos quadros urbanos observam-se, também, fortes variações, correspondendo os valores mais baixos da proporção das crianças a Estados que têm grandes cidades, e os mais elevados a Estados que só têm pequenas cidades. As proporções mais baixas são observadas nos quadros urbanos de São Paulo (71 crianças de 0 a 9 anos para 100 mulheres de 15 a 49 anos) e do Rio Grande do Sul (74); elas, todavia, ficam ainda superiores à verificada na população total, em parte preponderante urbana, do Distrito Federal (66). As proporções mais elevadas são as de Goiás (101) e de Mato Grosso (103).

Parecem ter escassa difusão nas zonas rurais as limitações da procriação pelo emprêgo de meios anticoncepcionais e pelo abôrto voluntário, que já se estão difundindo em alguns meios urbanos, e especialmente nas duas metrópoles do Rio de Janeiro e de São Paulo.

O nível tão elevado da natalidade nas zonas rurais indica que quase não agem nelas freios à reprodução, exceto o que é constituído pela instituição do casamento. Êste é um freio muito eficaz, porque reduz a proporção das mulheres que contribuem para a reprodução, retarda a época inicial da prolificação e abrevia o intervalo utilizável do período fecundo da existência feminina. Entretanto, em várias partes do Brasil, mesmo a ação dêsse freio é atenuada pela freqüente constituição de uniões livres, de caráter permanente ou semi-permanente. No Estado do Maranhão, 56,39% das solteiras em idades de 20 anos e mais, recenseadas em 1940, tinham tido filhos nascidos vivos, em número médio superior a 4 por mulher. Outros Estados com proporções muito elevadas de solteiras-mães são o Pará, o Amazonas, Mato Grosso, a Bahia, Sergipe, o Rio de Janeiro. As proporções mais baixas se encontram nos Estados de Minas Gerais, do Ceará e de São Paulo; neste último, apenas 7,50% das solteiras de 20 anos e mais tinham tido filhos nascidos vivos, em número médio próximo de 4.

Abundantes elementos sôbre a fecundidade feminina no Brasil foram colhidos pelo censo de 1940. Embora nas respectivas apurações não tenham sido discriminadas as zonas não-urbanas das urbanas, os resultados referentes a Estados com populações em grande parte rurais podem ser aproveitados para o nosso objetivo.

---

[13] Apenas em pequena parte contribui para determinar essa superioridade a permanência nos quadros rurais de crianças cujas mães se encontram nos quadros urbanos, tendo emigrado para a cidade.

Tabela X

BRASIL, 1950

Proporção entre o número das crianças de 0 a 9 anos e o das mulheres de 15 a 49 anos, nos quadros administrativos urbanos, suburbanos e rurais, nos 20 Estados

ESTADO	CRIANÇAS DE 0 A 9 ANOS			MULHERES DE 15 A 49 ANOS			CRIANÇAS DE 0 A 9 ANOS PARA 100 MULHERES DE 15 A 49 ANOS		
	Quadros urbanos	Quadros suburbanos	Quadros rurais	Quadros urbanos	Quadros suburbanos	Quadros rurais	Quadros urbanos	Quadros suburbanos	Quadros rurais
São Paulo*	759 614	311 749	1 371 946	1 068 463	299 129	964 100	71,09	104,22	142,30
Minas Gerais*	369 556	249 507	1 573 098	405 296	240 993	1 248 221	91,18	103,53	140,45
Bahia	233 941	96 244	1 168 541	280 509	81 285	834 975	83,40	106.10	139,95
Rio Grande do Sul	225 273	114 332	886 215	302 646	103 984	617 961	74,43	109,95	143,41
Pernambuco	121 021	181 120	717 825	151 043	189 498	513 155	80,12	95,58	139,88
Ceará	85 259	103 988	678 486	89 462	96 114	442 378	95,30	108,19	153,37
Rio de Janeiro	236 747	47 581	388 179	252 540	38 383	266 341	93,75	123,96	145,75
Paraná*	87 090	50 379	521 807	99 173	44 771	354 291	87,82	112,53	147,28
Paraíba	82 026	40 752	408 514	90 909	37 704	285 017	90,23	108,08	143,33
Maranhão	40 989	30 183	409 350	47 625	28 807	307 949	86,07	104,78	132,93
Santa Catarina	72 335	28 823	413 966	73 528	22 858	262 449	98,38	126,10	157,73
Goiás	49 938	19 625	317 639	49 514	16 727	219 789	100,86	117,33	144,52
Pará	44 947	58 431	239 250	52 850	53 954	165 799	85,05	108,30	144,30
Alagoas	37 511	36 861	271 217	44 362	38 900	183 913	84,56	94,76	147,47
Piauí	21 836	26 012	295 424	24 930	23 086	197 424	87,59	112,67	149,64
Rio Grande do Norte	45 417	23 946	231 379	49 452	21 143	158 190	91,84	113,26	146,27
Espírito Santo*	34 972	17 293	219 818	38 490	14 933	149 127	90,86	115,80	147,40
Sergipe	35 275	19 816	147 792	40 462	17 815	100 180	87,18	111,23	147,53
Mato Grosso	33 705	17 927	115 481	32 608	12 712	72 277	103,36	141,02	159,78
Amazonas	20 770	17 439	124 200	22 319	15 209	84 135	93,06	114,66	147,62

* Exclusive as populações das áreas, especificadas na nota ** da tabela I, cujos documentos censitários foram extraviados, e da região da Serra dos Aimorés, contestada entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Na tabela XI especifica-se o número médio dos filhos nascidos vivos tidos no curso da sua existência pelas mulheres prolíficas em idade de 60 anos e mais (sendo consideradas "prolíficas" as mulheres que tiveram filhos nascidos vivos), nas diversas unidades políticas.

Tabela XI

BRASIL, 1940

Número médio dos filhos nascidos vivos tidos por 100 mulheres prolíficas em idades de 60 anos e mais, segundo as Unidades da Federação

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	FILHOS TIDOS POR 100 MULHERES	UNIDADE DA FEDERAÇÃO	FILHOS TIDOS POR 100 MULHERES
Rio Grande do Norte.....	867	Rio de Janeiro.....	762
Paraíba.....	861	Paraná.....	758
Espírito Santo.....	854	Alagoas.....	756
Acre.....	851	Piauí.....	754
Ceará.....	833	Rio Grande do Sul.....	747
Pernambuco.....	810	Amazonas.....	729
Minas Gerais.....	787	Goiás.....	720
Santa Catarina.....	776	Pará.....	709
Sergipe.....	773	Maranhão.....	693
Bahia.....	771	Mato Grosso.....	676
São Paulo.....	771	Distrito Federal.....	610

Os números médios mais elevados de filhos tidos encontram-se em Estados com população em grande parte não-urbana. No conjunto do Brasil o número médio dos filhos nascidos vivos tidos por 100 mulheres prolíficas de 60 anos e mais é de 769; nas zonas rurais, em particular, pode-se estimar que êsse número médio seja da ordem de 850, o que significa 8 ou 9 filhos, em média, para cada mulher prolífica que sobrevive no fim do período fecundo da sua existência.

Nem tôdas as mulheres são prolíficas, mas entre as de 60 anos e mais a proporção das prolíficas no conjunto do Brasil é muito elevada, atingindo 83,7%, e com certeza é ainda mais elevada nas zonas rurais, onde não deve ser muito inferior a 90%.

Também sôbre a fecundidade masculina o censo de 1940 trouxe úteis informações. A referência aos homens tornou possível o estudo da natalidade nas diversas classes econômicas e sociais, que não podia ser realizado pela referência às mulheres, as quais na maior parte se declaram "donas de casa" ou "domésticas", qualquer que seja a classe a que pertencem.

Na tabela XII reúnem-se alguns dados sôbre o número médio de filhos nascidos vivos tidos pelos homens prolíficos de 60 a 69 anos ocupados em diversos ramos de atividade (sendo considerados "prolíficos" os homens que tiveram filhos nascidos vivos).

Tabela XII

BRASIL, 1940

*Número médio dos filhos nascidos vivos tipos por 100 homens prolíficos em idades de 60 a 69 anos, segundo o ramo de atividade**

RAMO DE ATIVIDADE	FILHOS TIDOS POR 100 HOMENS
Agricultura, pecuária, etc.	879
Indústrias de transformação	739
Indústrias extrativas	736
Administração pública, justiça e ensino público	734
Comércio de mercadorias	713
Transportes e comunicações	700
Serviços e atividades sociais	689
Comércio de valores, etc.	665
Defesa nacional e segurança pública	656
Profissões liberais, ensino particular, culto, etc.	632

No conjunto da população (inclusive os grupos dos ocupados em atividades domésticas e dos inativos, que não figuram na tabela XII), o número médio dos filhos nascidos vivos tidos por 100 homens prolíficos de 60 a 69 anos é de 828.

Deve ser salientada a forte superioridade da fecundidade dos ocupados em atividades agropecuárias, isto é, nas atividades típicas das populações rurais, em comparação com a dos ocupados em todos os demais ramos de atividade, na maior parte urbanos exceto o das indústrias extrativas.

Como os ocupados em atividades agropecuárias constituem pouco menos de três quartos do total dos homens de 60 a 69 anos, a sua alta fecundidade (879) contribui com pêso preponderante para a formação da média geral (828), que excede fortemente os níveis verificados em todos os demais ramos de atividade, o mais elevado dos quais (739) se observa entre os ocupados nas indústrias de transformação.

Cumpre acrescentar, como informação complementar, que os prolíficos constituem quase nove décimos (89,71%) dos homens de 60 a 69 anos ocupados em atividades agropecuárias. Essa elevada proporção excede as verificadas em todos os demais ramos de atividade, a maior das quais (85,96%) se observa entre os ocupados nas indústrias de transformação.

Considerei êsse grupo de idade, para obter a medida completa, ou quase, da fecundidade masculina; mas a grande superioridade dos números médios de filhos tidos pelos agricultores e pecuaristas e das respectivas proporções de prolíficos, sôbre os dados correspondentes para os demais ramos de atividade, é característica comum de todos os grupos de idade.

As informações expostas parecem ser mais que suficientes para mostrar que o nível da natalidade e da fecundidade é excepcionalmente elevado nas populações rurais do Brasil, excedendo os níveis, já notáveis, que se verificam nas populações suburbanas e urbanas.

* * *

9. Torna-se mais difícil, antes pràticamente impossível, o estudo sistemático da mortalidade nas zonas rurais, porque as faltas do registro de óbitos e da respectiva apuração não podem ser supridas mediante processos indiretos

* Exclusive as populações das áreas, especificadas na nota ** da tabela I, cujos documentos censitários foram extraviados.

de estimativa baseados nos resultados dos censos, como os que foram empregados no estudo da natalidade.

As pesquisas efetuadas sôbre êsse assunto mostram, entretanto, que não há uniformidade nas diferenças de mortalidade entre as populações urbanas e as rurais. Em alguns Estados, a mortalidade é mais elevada nas zonas rurais; assim acontece em São Paulo. Em outros Estados, a mortalidade é mais baixa em vastas zonas rurais do que na própria capital; é o que parece verificar-se em Santa Catarina e em Pernambuco.

Em conjunto, entretanto, a mortalidade rural parece ser um pouco superior à urbana, atingindo a taxa média de 20 a 22 por 1 000 habitantes.

Na falta de dados fidedignos para o conjunto do país, torna-se conveniente aproveitar os resultados das pesquisas efetuadas pelo Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recensamento de 1940 sôbre a mortalidade na capital do Estado de São Paulo (que é uma grande cidade) e a mortalidade no resto do Estado (onde predomina a população rural). Tanto para a capital como para o interior, foram calculadas tábuas de sobrevivência, segundo a mortalidade observada no triênio 1939-41. Constam da tabela XIII dados representativos dessas tábuas.

Os dados da vida média ao nascimento, em que se resume tôda a tábua de sobrevivência, mostram que a mortalidade é mais elevada no interior do que na capital de São Paulo. Para o sexo masculino, a vida média é de 46,69 anos na capital e de 43,38 no interior, com a diferença de 3,31 anos; para o sexo feminino, de 51,63 anos na capital e de 45,19 anos no interior, com a diferença de 6,44 anos. Vê-se, portanto, que a diferença na duração média da vida entre a população urbana e a rural, a desfavor da segunda, é bem maior para o sexo feminino do que para o masculino, embora também na população rural a vida média da mulher exceda a do homem.

No sexo masculino, o excedente da mortalidade rural sôbre a urbana é forte sobretudo nas idades infantis; nas idades maduras e senis não há quase diferença entre as duas populações.

No sexo feminino, há também forte excedente da mortalidade rural sôbre a urbana na infância; mas a diferença no mesmo sentido continua na adolescência, acentua-se nas idades moças e maduras (maternidade) e se mantém nas idades senis.

Se fôr considerado o 15.º aniversário como idade inicial do período econômicamente ativo da existência, verifica-se que na capital atingem essa idade 76,50% dos nascidos vivos do sexo masculino e 78,29% dos do feminino, enquanto no interior as proporções correspondentes são, respectivamente, de 71,10% e 73,28%.

E se fôr considerado o 60.º aniversário como idade final do período econômicamente ativo, verifica-se que na capital atingem essa idade 44,01% dos homens e 54,13% das mulheres, em comparação, respectivamente, com 41,03% e 43,98% no interior.

Assim, 28,90% da geração rural masculina e 26,72% da feminina não chegam a iniciar o período econômicamente ativo da existência, e 30,07% da primeira e 29,30% da segunda chegam a iniciar mas não a terminar êsse período.

É preciso advertir que a mortalidade média geral das populações rurais do Brasil, em tôrno de 1940, devia ser nìtidamente superior à observada no interior do Estado de São Paulo, relativamente adiantado na organização da defesa da saúde pública, e que, apesar dos recentes progressos na luta contra as doenças, as tábuas de sobrevivência de 1939-41 para o interior de São Paulo forneceriam um quadro demasiado otimista da situação das populações rurais do Brasil.

Tabela XIII

ESTADO DE SÃO PAULO (1939-41)

Comparações entre as tábuas de sobrevivência da capital e as do interior, por sexo

IDADE Anos x	HOMENS		MULHERES	
	Capital	Interior	Capital	Interior
PROBABILIDADE DE MORTE POR 1 000, NO $(x+1)^{mo}$ ANO DE IDADE				
0	145,01	172,04	130,20	152,93
1	53,54	72,07	51,19	71,19
2	18,40	27,46	17,86	25,60
5	3,60	4,95	3,75	4,45
10	2,00	2,50	1,65	2,15
15	2,95	2,75	2,25	2,35
20	4,80	5,35	4,70	6,20
30	6,42	7,09	4,95	8,31
40	10,77	10,62	7,34	10,88
50	18,63	18,12	11,54	14,90
60	37,07	35,22	21,69	28,81
70	73,33	75,37	50,87	65,29
80	154,42	161,21	119,14	136,87
SOBREVIVENTES DE 100 000 NASCIDOS VIVOS, NA IDADE EXATA DE x ANOS				
0	100 000	100 000	100 000	100 000
1	85 499	82 796	86 980	84 707
2	80 921	76 829	82 528	78 677
5	78 411	73 292	79 952	75 254
10	77 335	71 978	78 974	74 047
15	76 499	71 104	78 289	73 280
20	75 102	69 809	77 106	71 840
30	71 013	65 659	73 215	66 840
40	65 562	60 280	68 846	60 701
50	57 063	52 642	62 954	53 724
60	44 009	41 032	54 133	43 981
70	26 018	24 477	38 858	28 512
80	8 696	7 571	17 211	10 420
VIDA MÉDIA RESÍDUA (ANOS) DO SOBREVIVENTE NA IDADE EXATA DE x ANOS				
0	46,69	43,38	51,63	45,19
1	53,52	51,29	58,28	52,25
2	55,52	54,23	60,40	55,22
5	54,26	53,80	59,31	54,68
10	49,99	49,74	55,02	50,54
15	45,51	45,32	50,48	46,04
20	41,30	41,11	46,21	41,91
30	33,38	33,38	38,40	34,65
40	25,71	25,89	30,50	27,63
50	18,75	18,88	22,85	20,55
60	12,73	12,70	15,70	13,92
70	7,99	7,77	9,74	8,58
80	4,47	4,56	5,61	5,09

A elevada mortalidade, característica dêste país, é devida principalmente à grande difusão de doenças infecciosas e parasitárias, algumas das quais (malária, verminoses, esquitosomíase, doença de Chagas, febre amarela silvestre, etc.) grassam quase exclusivamente em zonas rurais. Justamente a intensificação da luta contra a malária e outras doenças contribuiu para diminuir a mortalidade nessas zonas durante os últimos anos.

* * *

10. Para os estudos de sociologia, as características demográficas das populações rurais brasileiras são interessantes, não só por si mesmas, como, e mais ainda, pelas influências que exercem sôbre as condições econômicas dessas populações e sôbre o seu bem-estar.

Devo declarar francamente que julgo, em geral, apenas secundária a ação dos fatôres demográficos na determinação do baixo padrão de vida que se verifica na maior parte das zonas rurais do Brasil.

Não se encontra neste país um excesso da população em relação à própria extensão do território e às possibilidades de ocupação, tal como se encontra no Japão, na Índia e em várias regiões de outros países, asiáticos e europeus.

Por isso, a alta natalidade e o conseguinte rápido incremento demográfico não podem ser considerados de maneira geral como fatôres principais do mal-estar econômico, exceto em algumas regiões assoladas pelas sêcas, onde a população, embora ainda rara ou pouco densa, fica excessivamente numerosa em relação às possibilidades de subsistência, nas épocas calamitosas. Em outros lugares, onde as condições naturais são propícias, o rápido crescimento da população, favorecendo um melhor equilíbrio entre o número dos habitantes e o espaço habitado, se torna, pelo contrário, fator de progresso econômico.

Uma conseqüência da elevada natalidade, apta para influir sôbre as condições econômicas das famílias, consiste na freqüência das proles numerosas, cujas exigências distraem para as atividades domésticas muitas energias femininas que poderiam ser destinadas a atividades produtoras extra-domésticas. Entretanto, o custo de produção dêsses capitais humanos deve ser apreciado em relação ao rendimento que êles poderão dar, de modo que nem a menor disponibilidade de mão-de-obra feminina, nem o ônus da criação dos filhos que cai sôbre o produto do trabalho do homem, podem ser considerados de maneira geral fatôres de baixo padrão de vida. Exemplos estrangeiros, e também exemplos brasileiros, demonstram não ser inconciliável a elevada prolificidade com o bem-estar de uma população rural.

O próprio pêso das crianças e dos velhos na economia doméstica fica muito atenuado nas populações rurais pela participação de uma boa parte dêles nos trabalhos do campo, nos cuidados com o gado e nos afazeres do lar.

Mais do que a elevada natalidade, é a elevada mortalidade um fator importante do baixo padrão de vida. Energias humanas e meios econômicos são desperdiçados para criar filhos que falecem na infância ou na adolescência; numerosas vidas de adultos extinguem-se antes de ter dado todos os frutos que delas se podiam esperar; muitas famílias desagregam-se prematuramente pela morte do seu chefe.

A elevada freqüência de doenças que enfraquecem o organismo, reduzindo — ou até anulando, às vêzes durante longo anos — a capacidade de trabalho do enfêrmo, antes de causar a sua morte, é também um fator importante do mal-estar das populações rurais, especialmente em algumas regiões. Êste, porém, não me parece ser pròpriamente um fator demográfico e sim um fator dependente da situação da saúde pública. A organização higiênica e sanitária visa a reduzir ao mínimo possível, no futuro próximo, o número dêstes inválidos ou semi-inválidos, ainda hoje bastante elevado.

Nem ousaria chamar de fator demográfico do mal-estar a composição étnica da população de algumas zonas rurais, onde são mais representados os elementos de origem africana ou indígena. As diferenças entre o rendimento quantitativo e qualitativo do trabalho de indivíduos de diversas origens étnicas dependem na maior parte de fatôres históricos e ambientais, antes do que de fatôres constitucionais. E, de outro lado, mesmo o estudo dêsses fatôres constitucionais é da alçada do etnologista e do sociólogo antes do que do demógrafo.

F — AS MIGRAÇÕES INTERIORES

I

NOTA SÔBRE O CÁLCULO DAS MIGRAÇÕES INTERIORES BASEADO NOS CENSOS [1]

1. Na apuração dos censos de 1940 e de 1950, os brasileiros natos presentes em cada Unidade da Federação foram discriminados segundo a Unidade de nascimento.

Resumindo-se os resultados dessa apuração, torna-se possível conhecer:

a) quantos naturais de determinada Unidade se achavam, na data do censo, em outras Unidades da Federação; verifica-se, por exemplo, que o número dos naturais de Minas Gerais presentes em outras Unidades era de 829 521 em 1940 e de 1 367 239 em 1950;

b) quantos naturais de outras Unidades se achavam, na data do censo, em determinada Unidade da Federação; verifica-se, por exemplo, que o número dos naturais de outras Unidades presentes em São Paulo era de 749 539 em 1940 e de 1 080 428 em 1950.

* * *

2. Os dados definidos e exemplificados no parágrafo anterior representam apenas *saldos* das variações da população, naturais e migratórias, na data do censo.

É claro, por exemplo, que a diferença entre o número N_2 de 1 367 239 mineiros presentes em outras Unidades em 1.º-VII-1950 e o número N_1 de 829 521 presentes em 1.º-IX-1940, isto é, 537 718, é igual à soma algébrica das seguintes parcelas:

Mineiros que emigraram para outras Unidades no período intercensitário (E)

— Mineiros que voltaram para Minas Gerais nesse período (R)

— Mineiros que faleceram em outras Unidades nesse período (D).

Em fórmula:

$$N_2 - N_1 = E - R - D. \qquad (1)$$

É, portanto, errado atribuir à diferença ($N_2 - N_1$), assim como foi feito em alguns casos, a significação de medida do número E dos emigrados no período intercensitário, significação que nem mesmo aproximadamente lhe pode ser dada, não sendo desprezíveis [2] nem R nem D. Se não forem conhecidos os valores destas parcelas, apenas se poderá dizer com certeza que é

$$E > (N_2 - N_1).$$

Anàlogamente, a diferença entre o número N'_2 de 1 080 428 brasileiros natos não paulistas presentes no Estado de São Paulo em 1.º-VII-1950 e o

---

[1] Redigida pelo Prof. GIORGIO MORTARA.

[2] Vejam-se no § 3 os ensaios de determinação dos valores de D e D' e no § 4 as indicações para a determinação dos valores de R e R'.

número N'_1 de 749 539 presentes em 1.º-IX-1940, isto é, 330 889, é igual à soma algébrica dás seguintes parcelas:

Não paulistas que imigraram para São Paulo no período intercensitário (I)

— Não paulistas que saíram de São Paulo nesse período (R')

— Não paulistas que faleceram em são Paulo nesse período (D')

Em fórmula:

$$N'_2 - N'_1 = I - R' - D'. \qquad (2)$$

É, portanto, errado atribuir à diferença $(N'_2 - N'_1)$ a significação de medida do número dos imigrados no período intercensitário, que não lhe cabe nem mesmo aproximadamente, não sendo desprezíveis [2] nem R' nem D'. Se não forem conhecidos os valores destas parcelas, apenas se poderá dizer com certeza que é

$$I > N'_2 - N'_1.$$

Um outro êrro, corolário da errada identificação de $(N_2 - N_1)$ com E e de $(N'_2 - N'_1)$ com I — com referência às emigrações de dada Unidade e às emigrações para a mesma — é o de tomar como diferença entre o número dos imigrados e o dos emigrados no período intercensitário a diferença entre $(N'_2 - N_2)$ e $(N'_1 - N_1)$, a qual contém outras parcelas além da diferença $(I - E)$. Com efeito, tem-se:

$$(N'_2 - N_2) - (N'_1 - N_1) = (N'_2 - N'_1) - (N_2 - N_1) = (I - E) + \\ + (R - R') + (D - D'). \qquad (3)$$

Quando fôr considerável a diferença $(I - E)$, não serão desprezíveis, em geral, as diferenças $(R - R')$ e $(D - D')$. Portanto, como foi advertido, a estimativa efetuada pelo critério aqui criticado não pode ser aceita como expressão suficientemente aproximada da diferença entre as entradas e as saídas de migrantes.

* * *

3. As conhecidas falhas do registro de óbitos e a falta de estatísticas dos movimentos migratórios impedem determinar diretamente os valores dos números D e D', R e R', definidos no parágrafo anterior.

Torna-se, entretanto, possível obter estimativas suficientemente aproximadas dos primeiros, mercê dos estudos sôbre a mortalidade efetuados pelo Laboratório do Conselho Nacional de Estatística.

Com referência aos exemplos apresentados acima, pode-se supor que tanto a mortalidade dos mineiros em outras Unidades como a dos não paulistas em São Paulo, no período intercensitário, sejam medidas com suficiente aproximação pelas taxas calculadas de acôrdo com a tábua de sobrevivência para o Estado de São Paulo [3] segundo a mortalidade no período 1939-41.

Para calcular o número D dos mineiros falecidos em outras Unidades no período intercensitário, supôs-se que o número médio anual dos existentes em outras Unidades nesse período fôsse igual, em cada grupo decenal de idade e para cada sexo, à média aritmética dos dados constantes dos censos de 1940 e de 1950. Ao número médio de vivos assim determinado aplicou-se o décuplo [4]

[3] Publicada na seção VI do volume 18 da série de "Estatística Demográfica" dos "Estudos de Estatística Teórica e Aplicada", *Pesquisas sôbre a mortalidade no Brasil* (Rio, I.B.G.E., 1954).

[4] Em vista do caráter largamente aproximativo do cálculo, considerou-se como exatamente decenal o período que de fato abrange 9 anos e 10 meses. O êrro assim cometido ficou mais que compensado pela larga retificação efetuada sucessivamente, como está esclarecido no texto.

da taxa de mortalidade paulista de 1939-41 para o respectivo grupo, calculando-se assim o total dos falecidos no período intercensitário. Os elementos e os resultados do cálculo constam da tabela I.

Tabela I

Cálculo dos óbitos de naturais do Estado de Minas Gerais ocorridos em outras Unidades da Federação no período entre os censos de 1940 e 1950

IDADE	HOMENS			MULHERES		
	População média	Taxa de mortalidade po 1 000	Óbitos	População média	Taxa de mortalidade por 1 000	Óbitos
0 a 9	67 922	35,87	24 364	65 212	32,42	21 142
10 a 19	108 360	3,03	3 283	113 221	2,88	3 261
20 a 29	140 974	5,79	8 162	132 296	7,15	9 459
30 a 39	107 860	8,60	9 276	95 070	8,35	7 938
40 a 49	74 122	13,96	10 347	62 578	11,53	7 215
50 a 59	40 333	24,77	9 990	34 679	18,79	6 516
60 a 69	19 034	47,91	9 119	16 884	36,07	6 090
70 e mais	8 544	125,40	10 629	9 088	109,68	9 967
Não declarada	991	*	149	1 212	*	164
TOTAL	*568 140*		*85 319*	*530 240*		*71 752*

* Ao grupo de idade não declarada foi aplicada a taxa média aritmética ponderada calculada para o conjunto dos grupos de idade conhecida.

Anàlogamente, para calcular o número *D'* dos brasileiros natos não paulistas falecidos em São Paulo no período intercensitário, tomou-se como número médio dos existentes a média aritmética dos respectivos dados de 1940 e de 1950. A êste número aplicou-se, em cada grupo de idade para cada sexo, o décuplo da correspondente taxa de mortalidade paulista, obtendo-se assim o número dos falecidos. Os elementos e os resultados do cálculo constam da tabela II.

Tabela II

Cálculo dos óbitos de brasileiros natos não naturais do Estado de São Paulo ocorridos nesse Estado no período entre os censos de 1940 e de 1950

IDADE Anos completos	HOMENS			MULHERES		
	População média	Taxa de mortalidade por 1 000	Óbitos	População média	Taxa de mortalidade por 1 000	Óbitos
0 a 9	50 194	35,87	18 005	49 078	32,42	15 911
10 a 19	84 957	3,03	2 574	82 661	2,88	2 381
20 a 29	136 073	5,79	7 879	104 405	7,15	7 465
30 a 39	103 007	8,60	8 859	75 107	8,35	6 271
40 a 49	70 277	13,96	9 811	48 158	11,53	5 553
50 a 59	35 547	25,77	8 805	27 021	18,79	5 077
60 a 69	16 925	47,91	8 109	13 795	36,07	4 976
70 e mais	7 895	124,40	9 821	7 722	109,68	8 469
Não declarada	1 157	*	169	1 005	*	138
TOTAL	*506 032*		*74 032*	*408 952*		*56 241*

* Ao grupo de idade não declarada foi aplicada a taxa média aritmética ponderada calcualda para o conjunto dos grupos de idade conhecida.

Os cálculos assim efetuados estão afetados por um êrro sistemático. Com efeito, as taxas de mortalidade paulistas para o grupo de idade de 0 a 9 anos são as que se teriam numa população com constituição por idade não alterada por movimentos migratórios, onde o número dos vivos, saindo de um máximo no primeiro ano de idade, diminuiria progressivamente com o subir da idade. Assim, essas taxas refletem fortemente a influência da elevada mortalidade nos primeiro e segundo anos de idade. As populações observadas, pelo con-

trário, sendo constituídas por grupos emigrados ou imigrados, compreendem pouquíssimas crianças nessas idades iniciais, de modo que os números de óbitos calculados nas tabelas I e II para as idades de 0 a 9 anos ficam exagerados e precisam ser fortemente reduzidos.

Segundo as tabelas citadas, o número dos mineiros falecidos em outras Unidades no período intercensitário ascenderia a 157 071, e o dos brasileiros natos não paulistas falecidos em São Paulo no mesmo período a 130 273. Levando-se em conta a observação acima [5], parece prudente reduzir a 130 000 o primeiro dêsses números e a 110 000 o segundo.

Tem-se, portanto, aproximadamente:

$$D = 130\,000 \qquad D' = 110\,000.$$

Inserindo nas fórmulas (1) e (2) os valores conhecidos, torna-se agora possível calcular:

$$E - R = 667\,718 \qquad I - R' = 440\,889, \tag{4}$$

devendo-se considerar êstes números como largamente aproximativos.

Fica, portanto, estabelecido que, no período intercensitário, o Estado de Minas Gerais perdeu cêrca de 670 000 dos seus naturais e o Estado de São Paulo ganhou cêrca de 440 000 naturais de outras Unidades, em virtude dos movimentos de migração interior.

* * *

4. Os números obtidos pelos cálculos (4) não representam emigrados (E) ou imigrados (I), e sim saldos de movimentos migratórios, ou seja, excedentes dos emigrados sôbre os imigrados ou dos imigrados sôbre os emigrados.

Para calcular aproximadamente os valores de E e I, em cada caso concreto, seria preciso conhecer, pelo menos aproximadamente, a razão entre as correntes de refuxo e de fluxo. Mas, sôbre êsse asunto apenas podem-se fazer hipóteses, pois que faltam completamente bases estatísticas. Os resultados correspondentes às hipóteses de que o refluxo seja igual, respectivamente, a um décimo, a um quinto e a um quarto do fluxo, estão especificados abaixo, apenas como exemplos da aplicação do processo sugerido.

1. Emigração interior de Minas Gerais

R/E	E	R
1/10	741 909	74 191
1/5	834 647	166 929
1/4	890 291	222 573

2. Imigração interior para São Paulo

R'/I	I	R'
1/10	489 877	48 988
1/5	551 111	110 222
1/4	587 852	146 963

[5] E levando-se em conta, também, a advertência feita na nota 4.

A interpretação dos dados acima não deveria dar lugar a dúvidas; todavia, para melhor esclarecimento, dão-se em seguida dois exemplos dessa interpretação.

Se o movimento de refluxo dos mineiros emigrados, para o Estado natal, fôr suposto igual a um quinto do movimento de fluxo, no período intercensitário, o número dos mineiros emigrados para outras Unidades no curso dêsse período fica determinado em 834 647 (fluxo), e o número dos mineiros reimigrados para Minas Gerais em 166 929 (refluxo).

Se o movimento de refluxo dos brasileiros natos não paulistas imigrados para São Paulo fôr suposto igual a um quinto do movimento de fluxo, no período intercensitário, o número dos não paulistas imigrados para São Paulo nesse período fica determinado em 551 111 (fluxo) e o número dos não paulistas reimigrados para outras Unidades em 110 222 (refluxo).

Cumpre advertir, mais uma vez, que os números assim calculados, apesar da aparente precisão, são apenas largamente aproximativos.

Sòmente instituições ou estudiosos individuais com larga informação e experiência dos movimentos de migração interior estarão habilitados para indicar os valores presumíveis da razão entre os movimentos de refluxo e de fluxo em cada caso particular. O autor dêste ensaio preliminar não se considera competente para dar sugestões sôbre êsse assunto; apenas quis indicar o método e fornecer os elementos apropriados para a solução do problema.

* * *

5. O objetivo principal da presente nota foi apresentar e ilustrar o método correto para calcular com base nos dados censitários os saldos das migrações interiores de e para cada Unidade da Federação. Êste método foi esclarecido e aplicado nos parágrafos 2 e 3.

Um objetivo acessório foi o de mostrar como, uma vez obtido o saldo migratório, se torna posível estimar a emigração, com base em estimativas da razão entre os movimentos de refluxo e de fluxo (parágrafo 4).

II

MIGRAÇÕES INTERIORES ENTRE AS REGIÕES FISIOGRÁFICAS [1]

SUMÁRIO: 1. Introdução. — 2. Discriminação dos brasileiros natos segundo a região de nascimento, em combinação com a região de presença. — 3. Ganhos ou perdas de população das diversas regiões pelas migrações interiores de brasileiros natos. — 4. Número e proporção dos naturais de outras regiões, entre os presentes em cada região. — 5. Número e proporção dos presentes em outras regiões, entre os naturais de cada região. — 6. Ganho ou perda de população de cada região, em relação às demais, pelas migrações interiores. — 7. Variação das migrações interiores no último período intercensitário.

1. No presente estudo, a apuração combinada dos dados do censo demográfico de 1.º-VII-1950 referente à Unidade de nascimento e à de presença dos brasileiros natos será aproveitada para a determinação das correntes de migração interior entre as regiões fisiográficas.

* * *

2. Agrupando, segundo regiões fisiográficas, os resultados publicados na tabela 23 da *Seleção dos principais dados do censo demográfico de 1950 para o Brasil* [2], obteve-se a tabela I, em que os brasileiros natos, de quem foi declarada a Unidade de nascimento, estão classificados segundo a região de nascimento em combinação com o região de presença.

Os brasileiros natos presentes na região de nascimento constituem grande maioria, 95,60% do total, e os presentes em outras regiões, 4,40%. Na seção III,

Tabela I

BRASIL

*Brasileiros natos, segundo o lugar de nascimento em combinação com o lugar de presença (Região fisiográfica)**

LUGAR DE NASCIMENTO (Região fisiográfica)	LUGAR DE PRESENÇA (Região fisiográfica)					*TOTAL*, segundo o lugar de nascimento
	Norte	Nordeste	Leste**	Sul	Centro Oeste	
Norte	1 694 544	17 178	30 316	5 445	3 482	*1 750 965*
Nordeste	114 388	12 418 105	252 667	191 233	75 947	*13 052 340*
Leste**	4 880	33 156	18 100 784	1 007 923	227 427	*19 374 170*
Sul	1 334	5 428	163 622	14 858 406	37 425	*15 066 215*
Centro-Oeste	10 816	2 925	22 526	21 877	1 367 468	*1 425 612*
TOTAL, segundo o lugar de presença	1 825 962	12 476 792	18 569 915	16 084 884	1 711 749	*50 669 302*

* Exclusive 57 811 brasileiros natos dos quais não foi especificada a Unidades de nascimento, ou que nasceram no exterior ou em navio.

** Incluídos os nascidos ou presentes no território da Serra dos Aimorés, em litígio entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

[1] Estudo elaborado pelo Dr. ALCEU VICENTE DE CARVALHO, Diretor do Laboratório de Estatística.

[2] Rio, Serviço Nacional de Recenseamento, 1953.

dêste volume, foi determinada em 10,28% a proporção dos brasileiros natos presentes em Unidades diversas da de nascimento. Verifica-se agora que dêsses 10,28% emigrados da Unidade de nascimento, apenas 4,40% afastaram-se também da região de nascimento; os demais 5,88%, embora afastados da Unidade, permaneceram na região onde nasceram.

* * *

3. O ganho ou a perda de população que cabe a cada região em conseqüência das migrações interiores de brasileiros natos consta da tabela II.

Tabela II

BRASIL

Saldos ativos ou passivos das trocas de população (brasileiros natos) entre as diversas regiões fisiográficas

REGIÃO FISIOGRAFICA	BRASILEIROS NATOS		GANHO (+) OU PERDA (−) PELAS MIGRAÇÕES INTERIORES DE BRASILEIROS NATOS	
	Presentes na região	Naturais da região	Absoluto	%
Norte	1 825 962	1 750 965	+ 74 997	+ 4,28
Nordeste	12 476 792	13 052 340	— 575 548	— 4,41
Leste	18 569 915	19 374 170	— 804 255	— 4,15
Sul	16 084 884	15 066 215	+ 1 018 669	+ 6,76
Centro-Oeste	1 711 749	1 425 612	+ 286 137	+ 20,07
TOTAL	*50 669 302*	*50 669 302*	—	—

Apresentam ganhos as regiões do Sul, do Centro-Oeste e do Norte, nessa ordem de importância absoluta; segundo a importância relativa, o ganho maior é o do Centro-Oeste, que conta um número de brasileiros natos superior de 20,07% ao que teria se todos os recenseados estivessem presentes na região de nascimento, na data do censo. Para o Sul, o ganho relativo é de 6,76%, para o Norte, de 4,28%.

Apresentam perdas as regiões do Leste e do Nordeste, nessa ordem de importância absoluta; segundo a importância relativa, a perda do Nordeste, 4,41%, é pouco maior do que a do Leste, 4,15%.

* * *

4. O número dos emigrados *para* cada região, e a quota que êles representam no total dos brasileiros natos nela presentes, constam da tabela III.

O total dos deslocados para regiões diversas da de nascimento ultrapassa dois milhões; mais da metade dêles dirigiu-se para a região Sul. Muito menores, mas também importantes, são as correntes que se dirigem para o Leste e o Centro-Oeste.

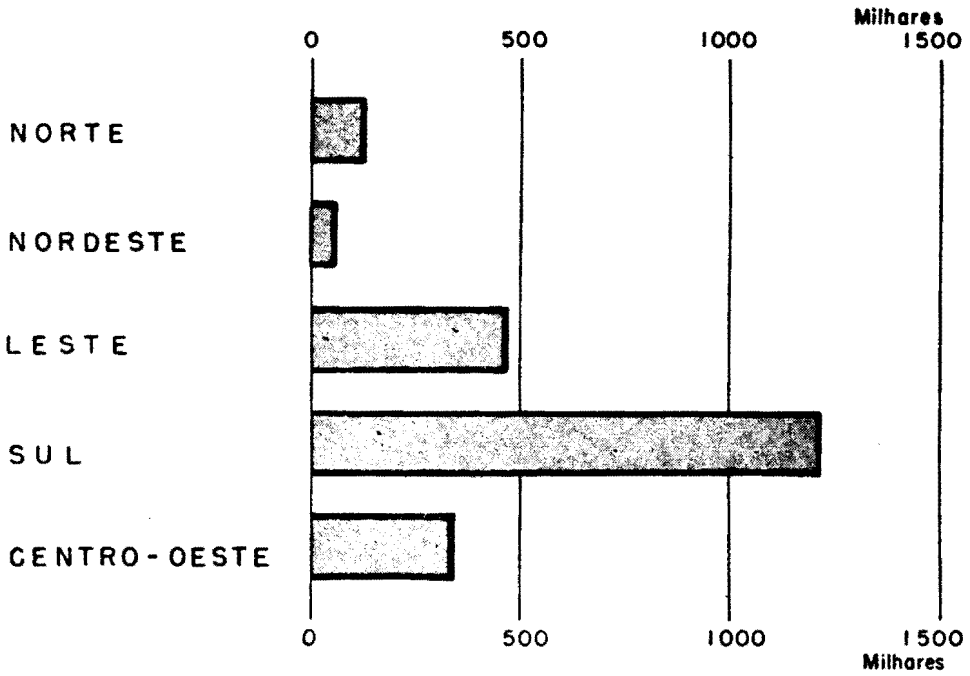


Fig. 23

Naturais da região fisiográfica indicada, presentes em outras regiões, em 1950.

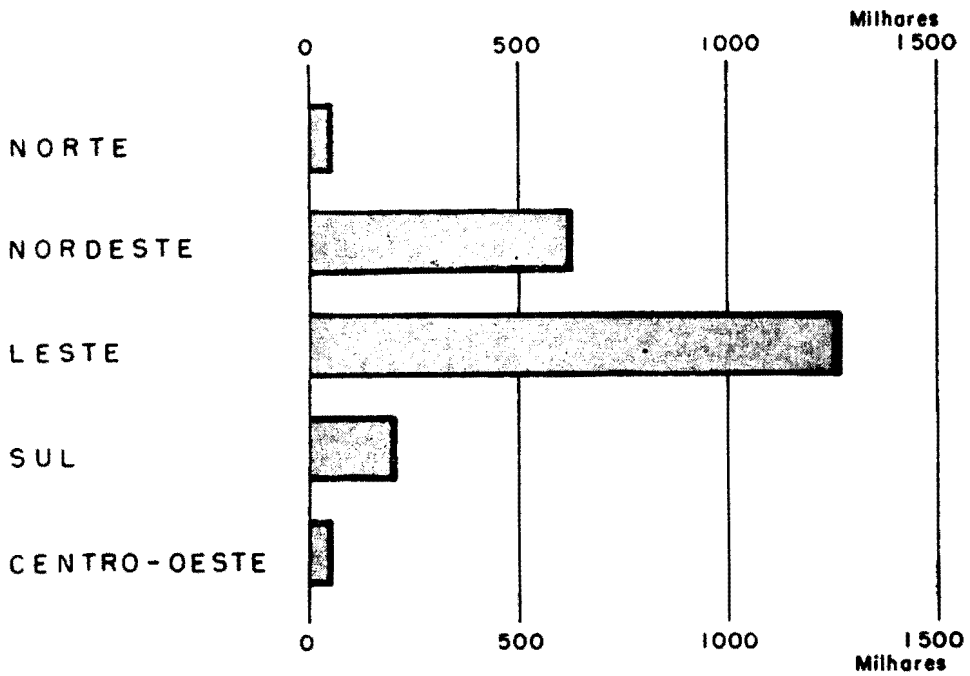


Fig. 24

Naturais de outras regiões fisiográficas, presentes na região indicada, em 1950.

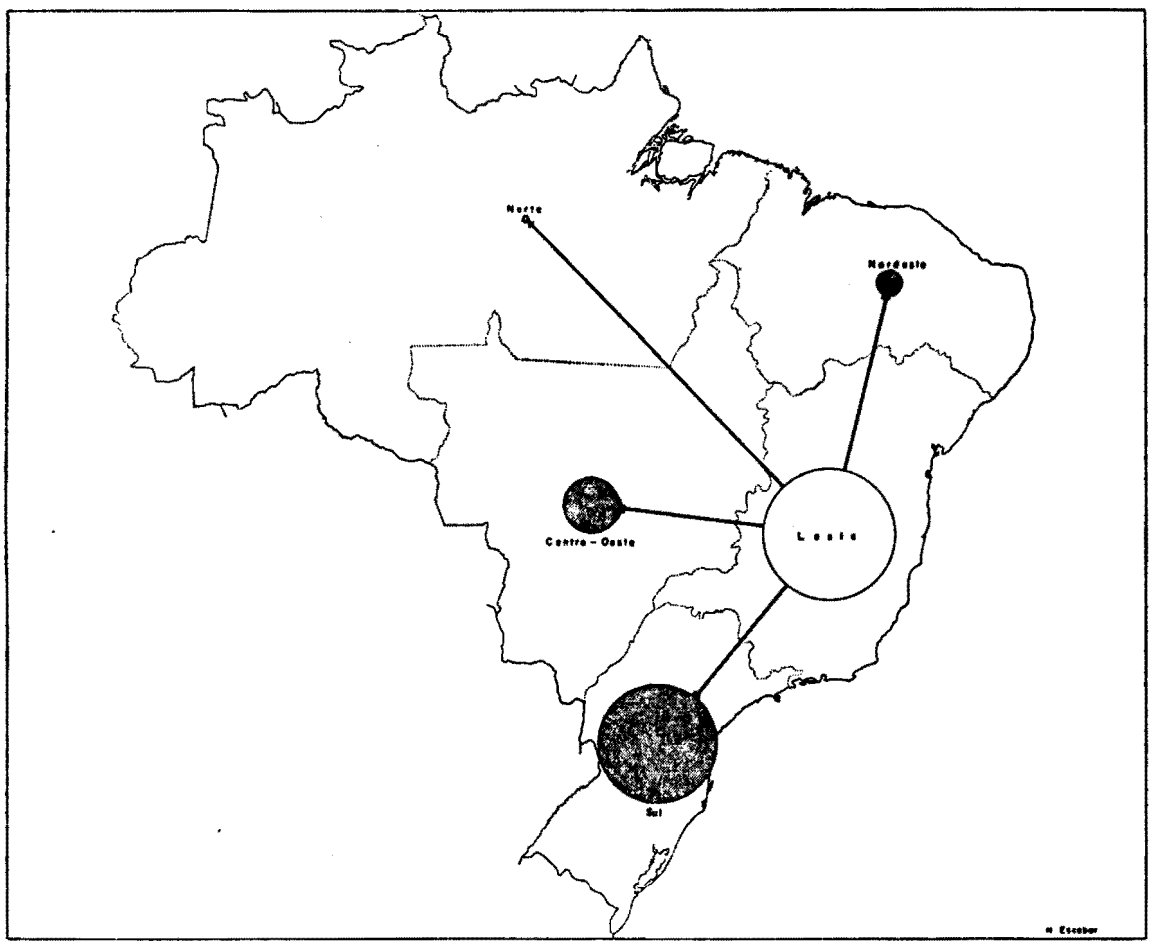


Fig. 25

Distribuição dos naturais da região Leste, presentes em outras regiões, segundo a região de presença, em 1950.

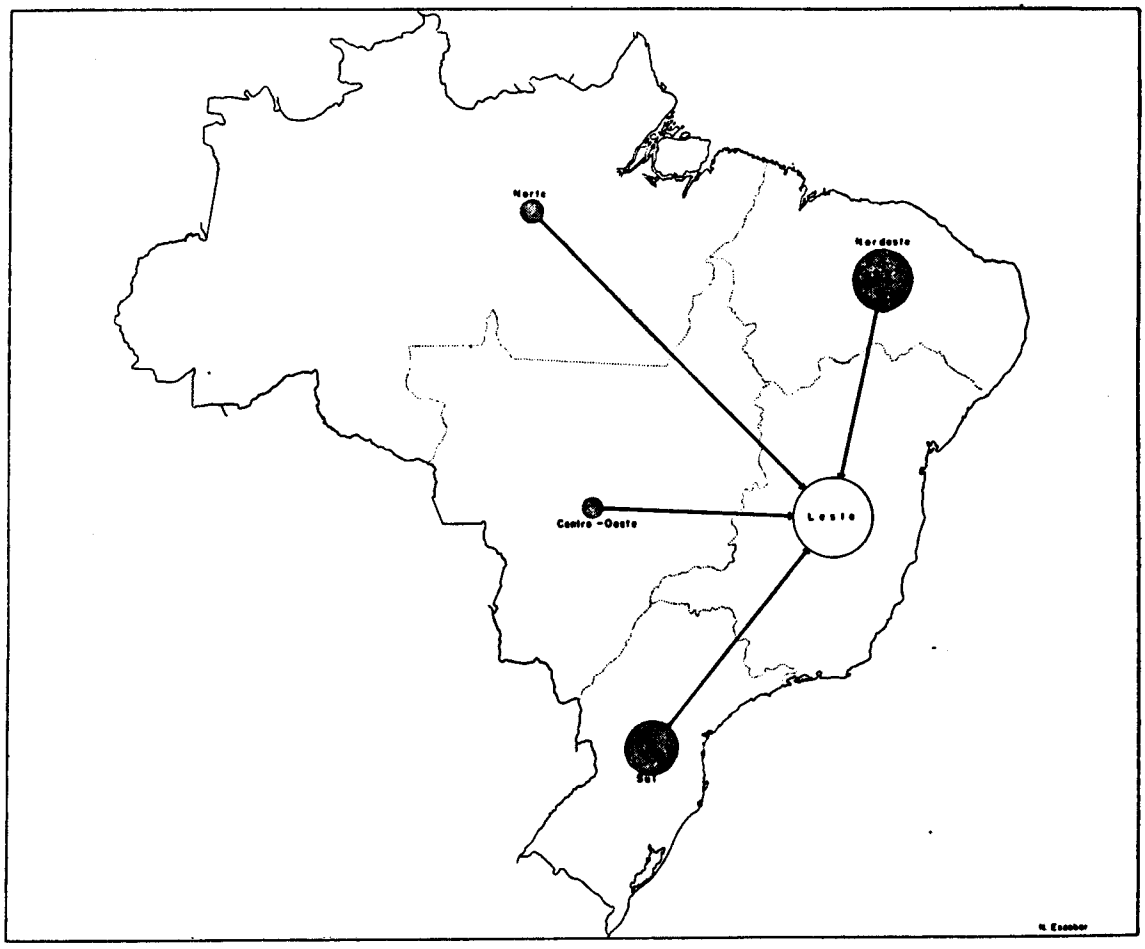


Fig. 26

Distribuição dos naturais de outras regiões, presentes na região Leste, segundo a região de nascimento, em 1950.

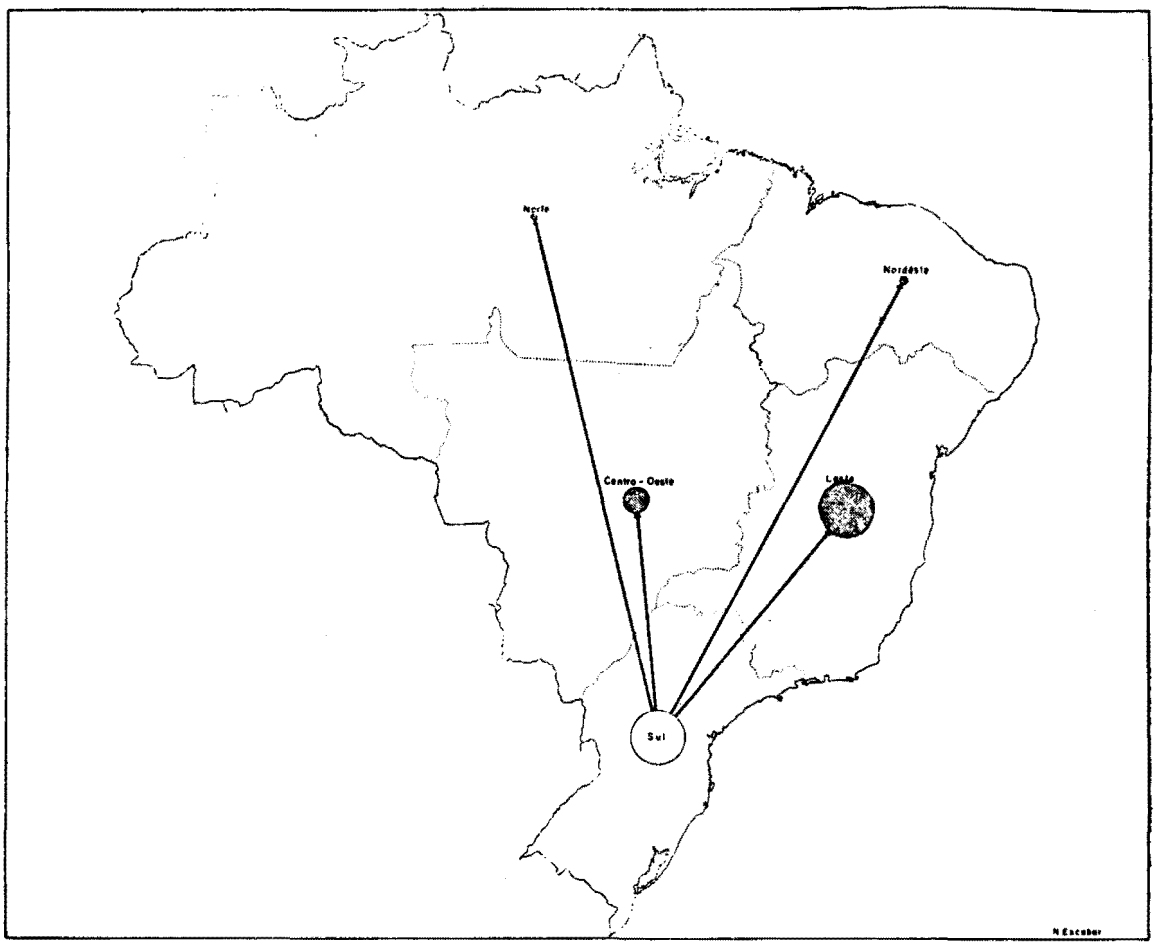


Fig. 27

Distribuição dos naturais da região Sul, presentes em outras regiões, segundo a região de presença, em 1950.

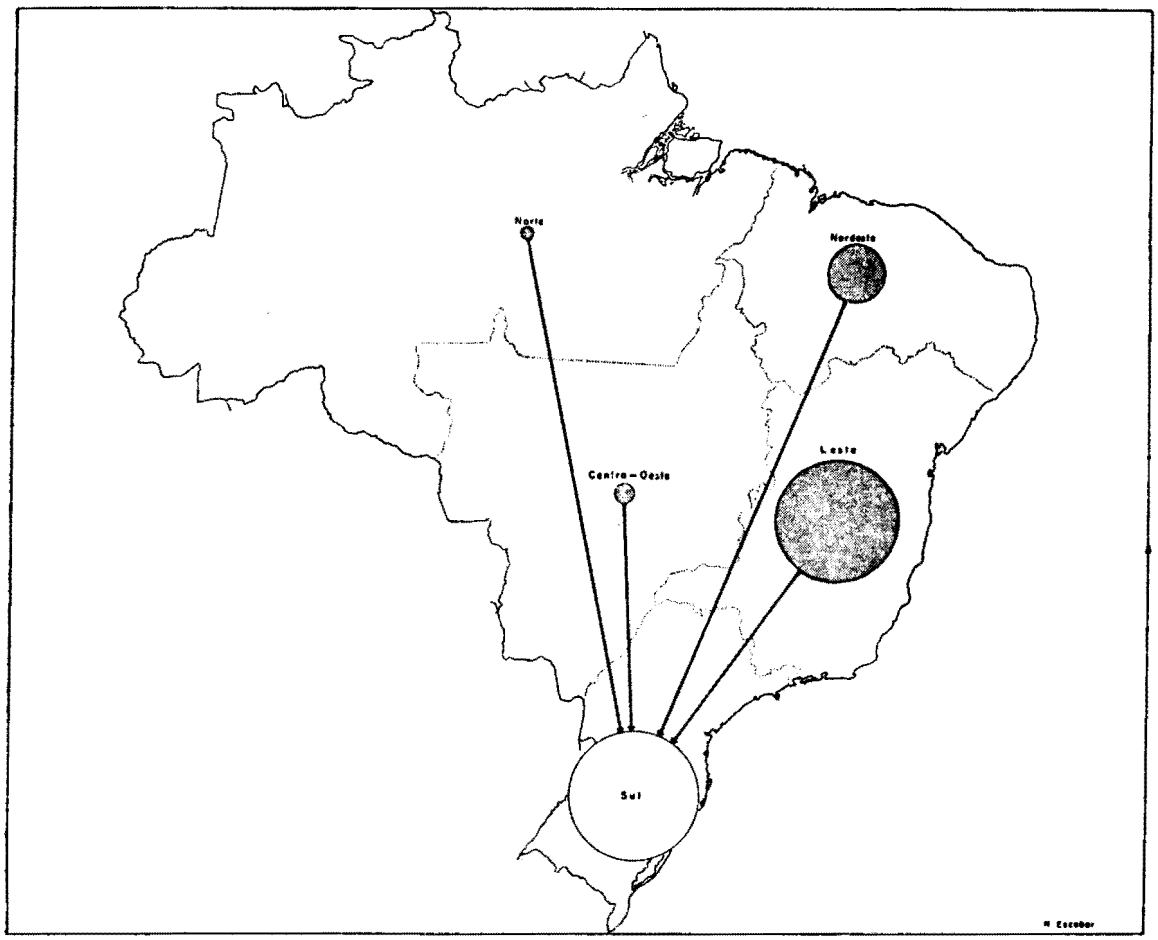


Fig. 28

Discriminação dos naturais de outras regiões, presentes na região Sul, segundo a região de nascimento, em 1950.

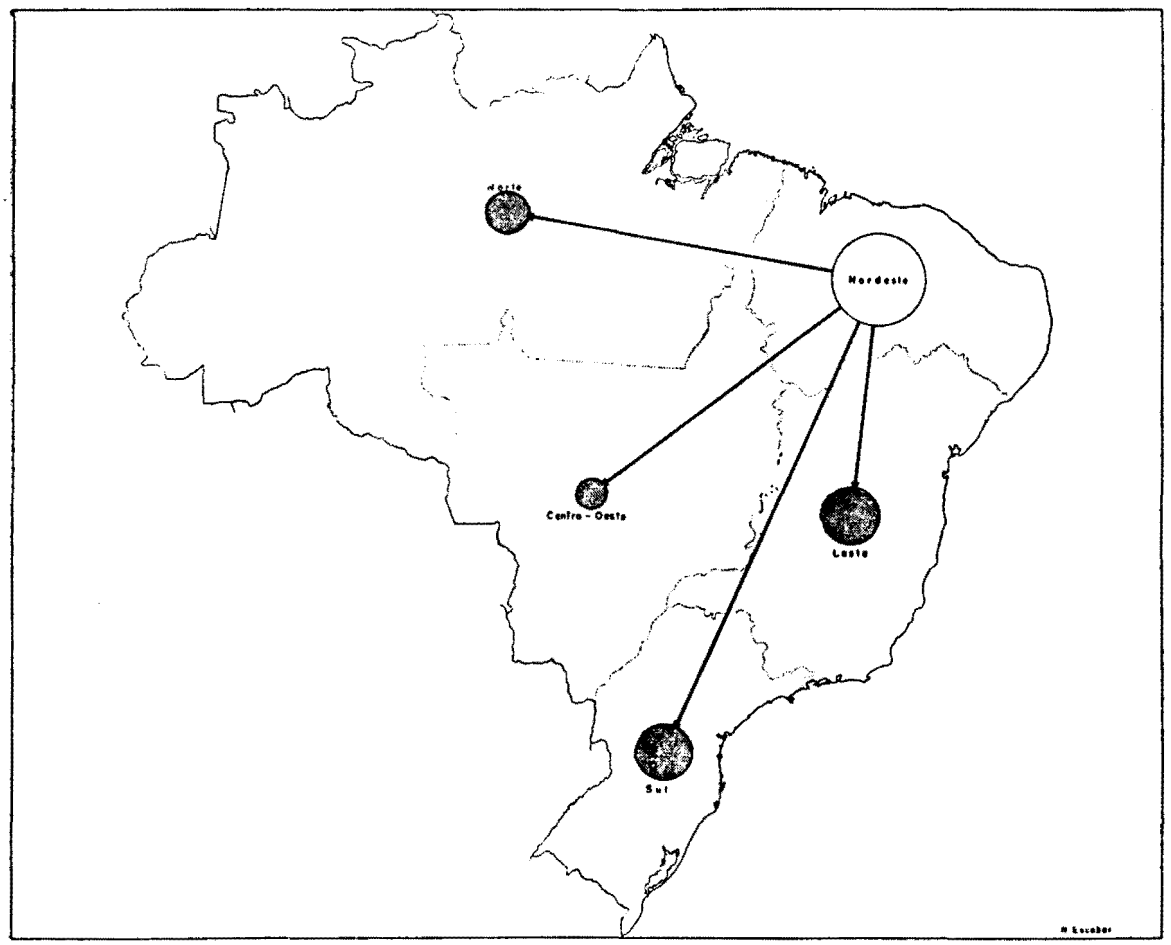


Fig. 29

Distribuição dos naturais da região Nordeste, presentes em outras regiões, segundo a região de presença, em 1950.

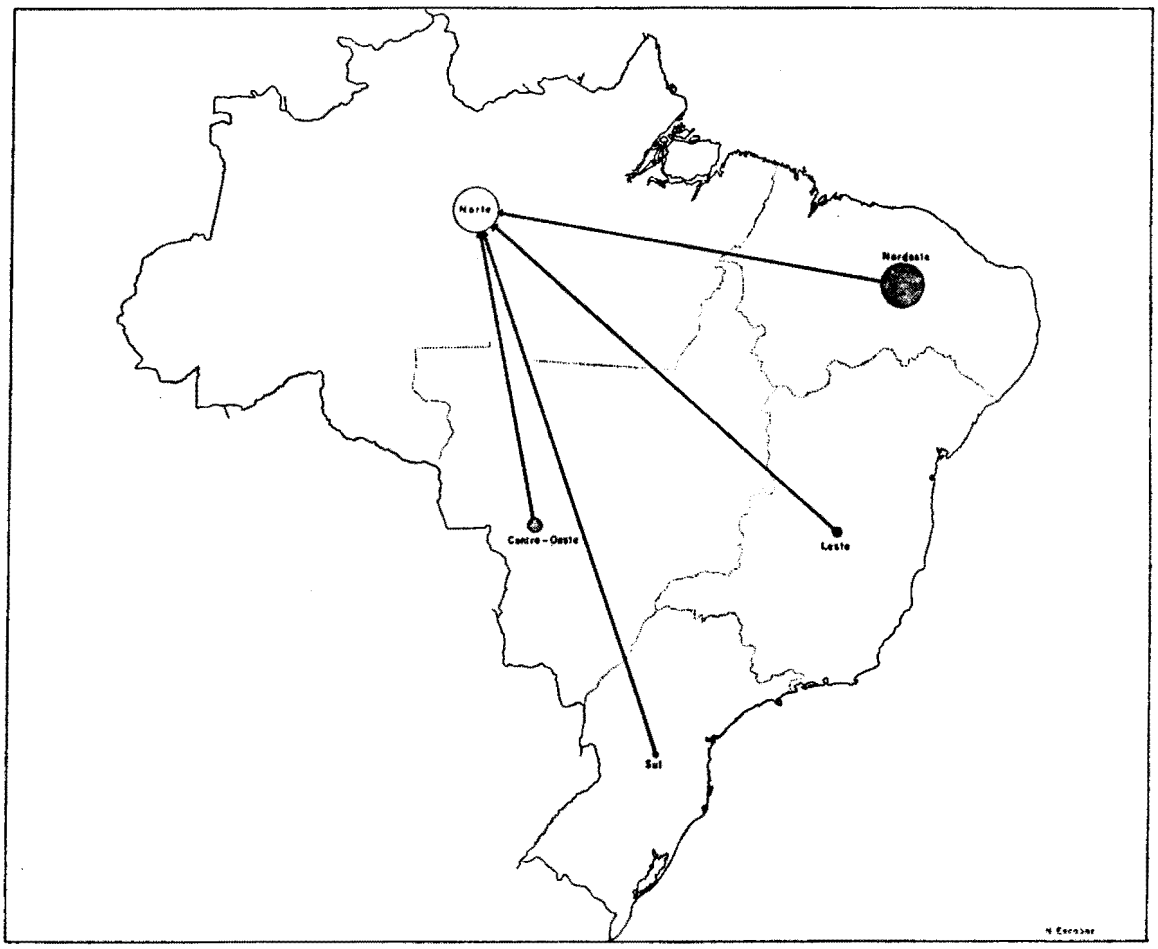


Fig. 30

Discriminação dos naturais de outras regiões, presentes na região Norte, segundo a região de nascimento, em 1950.

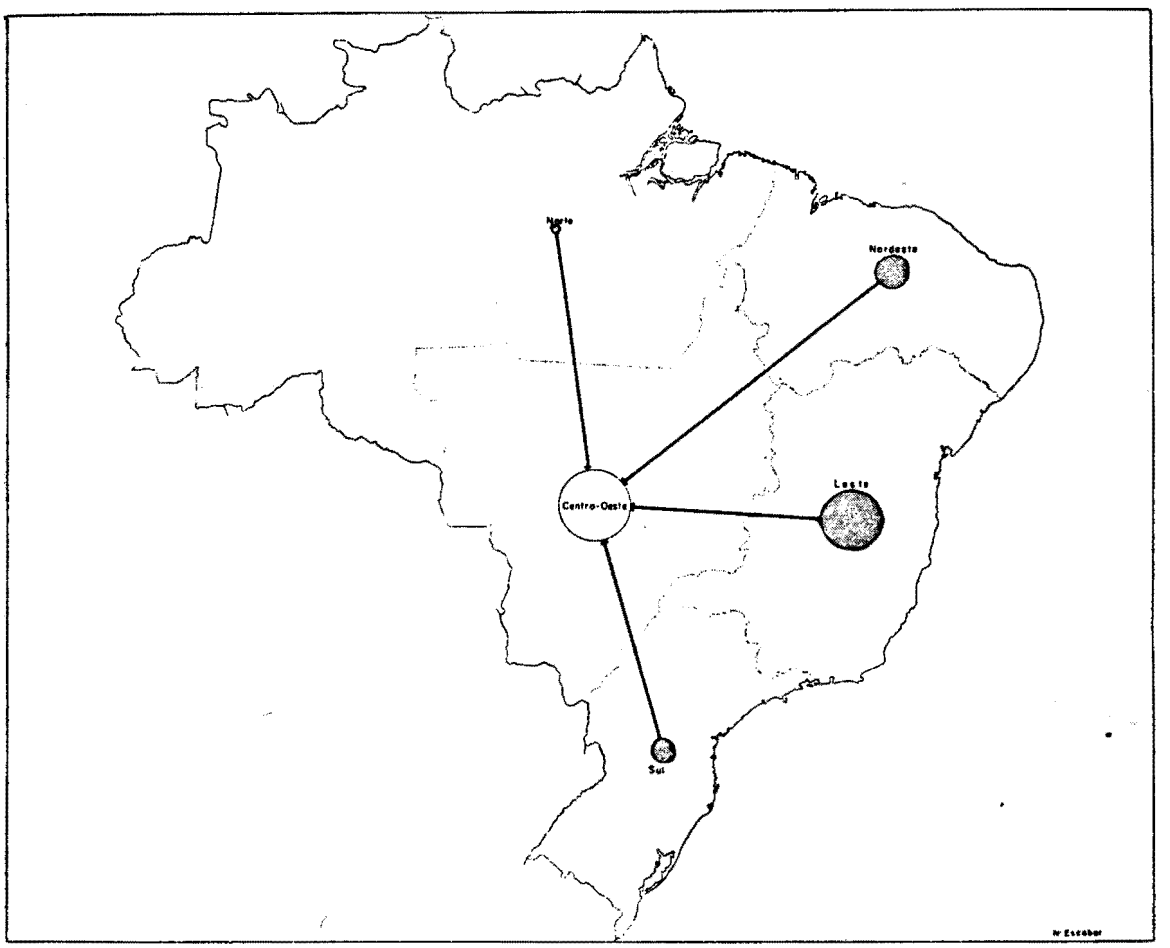


Fig. 31

Discriminação dos naturais de outras regiões, presentes na região Centro-Oeste, segundo a região de nascimento, em 1950.

Tabela III

BRASIL

Brasileiros natos presentes em cada região fisiográfica, com discriminação dos naturais da própria região e dos naturais de outras regiões

REGIÃO FISIOGRAFICA	BRASILEIROS NATOS PRESENTES NA REGIÃO			PERCENTAGEM DOS IMIGRADOS
	Em total	Naturais da própria região	Naturais de outras regiões	
Norte	1 825 962	1 694 544	131 418	7,20
Nordeste	12 476 792	12 418 105	58 687	0,47
Leste	18 569 915	18 100 784	469 131	2,53
Sul	16 084 884	14 858 406	1 226 478	7,63
Centro-Oeste	1 711 749	1 367 468	344 281	20,11
TOTAL	*50 669 302*	*48 439 307*	*2 229 995*	4,40

A quota que os imigrados representam na população brasileira nata de cada região atinge valores mais elevados no Centro-Oeste, 20,11%, no Sul, 7,63%, e no Norte, 7,20%, do que no Leste, 2,53%, e no Nordeste, 0,47%; nessas duas últimas regiões de maior emigração, é menor a imigração.

* * *

5. O número dos emigrados *de* cada região, e a quota que êles representam no total dos brasileiros natos dela naturais, constam da tabela IV.

Tabela IV

BRASIL

Brasileiros natos naturais de cada região fisiográfica, com discriminação dos naturais da própria região e dos naturais de outras regiões

REGIÃO FISIOGRAFICA	BRASILEIROS NATOS PRESENTES NA REGIÃO			PERCENTAGEM DOS EMIGRADOS
	Em total	Naturais da própria região	Naturais de outras regiões	
Norte	1 750 965	1 694 544	56 421	3,22
Nordeste	13 052 340	12 418 105	634 235	4,86
Leste	19 374 170	18 100 784	1 273 386	6,57
Sul	15 066 215	14 858 406	207 809	1,38
Centro-Oeste	1 425 612	1 367 468	58 144	4,08
TOTAL	*50 669 302*	*48 439 307*	*2 229 995*	*4,40*

Mais da metade dos deslocados pertence à região Leste. Também importantes são os contingentes de deslocados das regiões Nordeste e Sul; ao contrário, são pequenos os contingentes saídos das regiões Centro-Oeste e Norte.

A quota dos emigrados no total dos naturais de cada região atinge o máximo na do Leste, 6,57%, sendo também relativamente elevadas as quotas das regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte, que contribuíram, respectivamente, com 4,86%, 4,08% e 3,22% de seus naturais para o povoamento das outras regiões. É baixa, pelo contrário, a quota dos deslocados da principal região de imigração, a do Sul, atingindo apenas 1,38%.

* * *

6. O ganho ou a perda de cada região em relação às demais, por efeito das migrações de brasileiros natos, consta dos dados da tabela V.

Tabela V

BRASIL

Balanço dos ganhos e perdas, pelas migrações internas de brasileiros natos, entre as diversas regiões fisiográficas

REGIÃO FISIOGRAFICA	GANHO (+) OU PERDA (−) DA REGIÃO ESPECIFICADA ABAIXO, NAS TROCAS DE HABITANTES COM A REGIÃO ESPECIFICADA NO INÍCIO DA LINHA				
	Norte	Nordeste	Leste	Sul	Centro-Oeste
Norte	—	— 97 210	+ 25 436	+ 4 111	— 7 334
Nordeste	+ 97 210	—	+ 219 511	+ 185 805	+ 73 022
Leste	— 25 436	— 219 511	—	+ 844 301	+ 204 901
Sul	— 4 111	— 185 805	— 844 301	—	+ 15 548
Centro-Oeste	+ 7 334	— 73 022	— 204 901	— 15 548	—
TOTAL do ganho (+) ou da perda (—) da região	+ *74 997*	— *575 548*	— *804 255*	+*1 018 669*	+ *286 137*

Considerando-se as regiões com excedente das imigrações sôbre as emigrações, verifica-se que o ganho do Norte é obtido principalmente às expensas do Nordeste, e muito secundàriamente às do Centro-Oeste. Para o ganho do Sul, contribui em primeiro lugar e fortemente o Leste, depois o Nordeste, e, finalmente, com um pequeno contingente, o Norte. O ganho do Centro-Oeste resulta, principalmente, da imigração do Leste, e secundàriamente, da do Nordeste e do Sul.

Considerando-se, agora, as regiões com excedentes das emigrações sôbre as imigrações, verifica-se que o Nordeste encerra em perda o balanço das suas trocas com tôdas as demais regiões, sendo a maior dessas perdas a para o Leste, embora se apresentem também elevadas as outras. As grandes perdas do Leste nas trocas com o Sul e o Centro-Oeste ficam, em parte não desprezível, compensadas pelos ganhos nas trocas com o Nordeste, principalmente, e com o Norte.

* * *

7. Na tabela VI são comparados os resultados dos dois últimos censos, de modo apropriado para mostrar a variação, de 1940 a 1950, do ganho ou da perda de cada região em relação às demais.

Tabela VI

BRASIL

Balanço dos ganhos e perdas, pelas migrações internas de brasileiros natos, entre as diversas regiões fisiográficas, em 1.º-IX-1940 e em 1.º-VII-1950

REGIÃO FISIOGRAFICA	GANHO (+) OU PERDA (—) PARA A REGIÃO ESPECIFICADA ABAIXO, NAS TROCAS DE HABITANTES BRASILEIROS NATOS COM A REGIÃO ESPECIFICADA NO INÍCIO DA LINHA									
	Norte		Nordeste		Leste		Sul		Centro-Oeste	
	1940	1950	1940	1950	1940	1950	1940	1950	1940	1950
Norte	—	—	— 96 287	— 97 210	+ 16 584	+ 25 436	+ 2 975	+ 4 111	+ 179	— 7 334
Nordeste	+ 96 287	+ 97 210	—	—	+ 129 514	+ 219 511	+ 87 473	+ 185 805	+ 53 234	+ 73 022
Leste	— 16 584	— 25 436	— 129 514	— 219 511	—	—	+ 516 057	+ 844 301	+ 114 251	+ 204 901
Sul	— 2 975	— 4 111	— 87 473	— 185 805	— 516 057	— 844 301	—	—	+ 6 119	+ 15 548
Centro-Oeste	— 179	+ 7 334	— 53 234	— 73 022	— 114 251	— 204 901	— 6 119	— 15 548	—	—
TOTAL do ganho (+) ou da perda (—) da região	+ *76 549*	+ *74 997*	— *366 508*	— *575 548*	— *484 210*	— *804 255*	+ *600 386*	+*1 018 669*	+ *173 783*	+ *286 137*

A última linha da tabela registra os saldos ativos ou passivos das trocas de população (brasileiros natos) entre as diversas regiões fisiográficas, em 1940 e em 1950.

No que diz respeito à imigração, merece relêvo o grande aumento do saldo ativo da região Sul, que passou de 600 386 para 1 018 669; foi também considerável o aumento do saldo ativo da região Centro-Oeste, que passou de 173 783 para 286 137. Houve um ligeiro decréscimo no saldo ativo da região Norte, que desceu de 76 549 para 74 997.

No que diz respeito à emigração, salienta-se o grande aumento do saldo passivo da região Leste, de 484 210 para 804 255; foi também considerável o aumento do saldo passivo do Nordeste, de 366 508 para 575 548.

Êstes dados indicam os rumos das principais correntes de migração interior, que se dirigem do Leste e do Nordeste principalmente para o Sul e o Centro-Oeste, sendo muito menor o movimento para o Norte (Amazônia).

Pelos dados da tabela VI pode-se também verificar a variação dos saldos das trocas de população entre determinada região fisiográfica e as demais, de 1940 a 1950. Aumentou o saldo passivo do Norte para o Leste (de 16 584 para 25 436), e para o Sul (de 2 975 para 4 111); do Nordeste para o Norte (de 96 287 para 97 210), para o Leste (de 129 514 para 219 511), para o Sul (de 87 473 para 185 805) e para o Centro-Oeste (de 53 234 para 73 022); do Leste para o Sul (de 516 057 para 844 301) e para o Centro-Oeste (de 114 251 para 204 901); e, finalmente, do Sul para o Centro-Oeste (de 6 119 para 15 548).

Pela grandeza dos contingentes emigrados, fizeram-se mais notáveis, no intervalo entre os dois últimos censos, os movimentos do Leste em direção ao Sul e ao Centro-Oeste, e do Nordeste em direção ao Leste, ao Sul e ao Centro-Oeste.

Cumpre, finalmente, notar que o Norte, que em 1940 encerrava em perda o balanço de suas trocas com o Centro-Oeste (— 179), passa, em 1950, a acusar um ganho apreciável (+ 7 334). O fato revela a inversão na direção principal do fluxo migratório entre essas duas regiões, por efeito da intensificação do movimento do Centro-Oeste para o Norte.

III

ELEMENTOS DE INFORMAÇÃO SÔBRE AS MIGRAÇÕES INTERIORES, DEDUZIDOS DO CENSO DEMOGRÁFICO [1]

Faltando no Brasil um registro sistemático das migrações interiores, adquirem grande importância as informações que, sôbre êste assunto, podem ser deduzidas dos censos demográficos.

Êstes, representando a situação existente em dado instante, não podem revelar a amplitude das correntes migratórias, que se desenvolvem através do tempo. Mas, indicando e medindo os aumentos e as diminuições, delas dependentes, da população das diversas partes do país, fornecem índices da sua importância.

Na coletânea de estudos sôbre *O aproveitamento das apurações do censo demográfico de 1940 para a determinação das correntes de migração interior*, o Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento de 1940 reuniu e coordenou uma série de pesquisas sôbre êsse assunto.

A publicação dos resultados do censo demográfico de 1950 para o conjunto do Brasil, efetuada pelo Serviço Nacional de Recenseamento, tornou possível o cálculo das tabelas anexas I, II e III, paralelas às contidas no volume citado.

* * *

A tabela I discrimina os brasileiros natos naturais de cada Unidade da Federação, presentes no Brasil na data do censo, em presentes na própria Unidade e presentes em outras Unidades. Os primeiros são os que se acham na Unidade de nascimento. Os segundos, na maior parte dos casos, são os que emigraram para outras Unidades; há todavia exceções, dependentes da constituição de novas Unidades ou de controvérsias sôbre fronteiras. As pessoas nascidas em localidades dos novos Territórios Federais antes da respectiva constituição foram classificadas como naturais do Estado a que então pertenciam aquelas localidades. Pessoas nascidas na região da Serra dos Aimorés, em litígio entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, declararam ter nascido num ou no outro dêsses Estados. Casos como êstes fazem figurar como presentes em Unidades diversas daquelas de nascimento pessoas que de fato não se afastaram do torrão natal. Entretanto, salvo no que diz respeito aos novos Territórios Federais e aos Estados dos quais êles foram separados, êsses casos têm escassa importância.

Podem, portanto, ser considerados na grande maioria emigrados da Unidade de nascimento os 1 367 000 naturais de Minas Gerais, os 507 000 naturais de São Paulo, os 504 000 naturais do Estado do Rio de Janeiro, os 430 000 naturais da Bahia, os 311 000 naturais de Pernambuco, os 268 000 naturais do Ceará, os 247 000 naturais da Paraíba, os 207 000 naturais de Alagoas e os 206 000 naturais do Rio Grande do Sul, presentes em Unidades diversas da-

[1] Nota compilada pelo Prof. GIORGIO MORTARA.

quela de nascimento. Contingentes menores de emigrados são fornecidos por outras Unidades. Em conjunto, 5 206 000 brasileiros natos (10,28% do total) encontram-se em Unidades diversas daquela de nascimento.

Entre os Estados, a proporção dos emigrados em relação ao total dos brasileiros natos naturais da Unidade atinge os valores mais elevados nos do Rio de Janeiro (21,06%), de Alagoas (16,81%), do Espírito Santo (16,25%), de Minas Gerais (15,47%), de Sergipe (15,03%), da Paraíba (13,28%), do Piauí (13,13%), e os mais baixos nos do Paraná (4,93%), do Rio Grande do Sul (4,84%) e de Goiás (3,86%).

* * *

A tabela II discrimina os brasileiros natos presentes em cada Unidade da Federação na data do censo em nascidos na própria Unidade e nascidos em outras Unidades. A respeito dêstes últimos vale a advertência exposta acima; figuram como naturais de outras Unidades pessoas presentes no próprio lugar do seu nascimento, só em conseqüência da criação de novos Territórios ou das disputas de fronteiras.

Os maiores números de imigrados são o de 1 064 000 que se encontra no Estado de São Paulo, o de 930 000 do Distrito Federal, o de 661 000 do Paraná; seguem-se, bem distantes, os referentes ao Estado do Rio de Janeiro, 366 000, e a Goiás, 281 000. Contingentes menores afluíram para outras Unidades.

Em relação ao número total dos brasileiros natos presentes na Unidade, a proporção dos imigrados é muito elevada no Distrito Federal (42,92%) e atinge valores relativamente elevados nos Estados do Paraná (32,44%), de Goiás (23,23%), do Rio de Janeiro (16,19%), de Mato Grosso (15,54%) e de São Paulo (12,61%). São em parte aparentes as proporções muito elevadas que se observam nos novos Territórios; é real a do Acre, menos elevada (25,80%). As proporções mais baixas correspondem aos Estados do Ceará (3,99%), da Bahia (2,92%), de Minas Gerais (2,74%) e do Rio Grande do Sul (1,09%).

* * *

Na tabela III é apresentado o balanço entre os ganhos de população de cada Unidade (imigrados) e as perdas (emigrados), dependentes das migrações interiores.

A maior perda líquida é a de Minas Gerais, que atinge 1 156 000; seguem-se, a grande distância, a Bahia com 289 000, o Rio Grande do Sul com 161 000, o Ceará com 161 000, a Paraíba com 147 000, Alagoas com 141 000 e o Estado do Rio de Janeiro com 138 000.

Os maiores ganhos líquidos são os do Distrito Federal, 788 000, do Paraná, 590 000, e de São Paulo, 557 000. Segue-se, muito distante, Goiás com 244 000. Os ganhos dos novos Territórios são em parte aparentes.

* * *

Na tabela IV são comparados os resultados dos dois últimos censos.

No que diz respeito à imigração, merecem relêvo o grande aumento dos imigrados para o Paraná e os aumentos menores, mas ainda consideráveis, dos imigrados para o Estado de São Paulo e para o Distrito Federal; também na imigração para o Estado do Rio de Janeiro houve notável aumento.

No que diz respeito à emigração, salientam-se o grande aumento dos emigrados de Minas Gerais, e o aumento, também considerável, dos emigrados de São Paulo. Verificam-se notáveis aumentos na emigração da Bahia, do Espírito Santo, da Paraíba e de outros Estados.

De 1940 a 1950 aumentou fortemente o saldo passivo dos movimentos migratórios do Estado de Minas Gerais; outros Estados, também, marcaram

aumentos, mas muito menores. Merece relêvo a diminuição do saldo passivo do Estado do Rio de Janeiro.

Aumentou fortemente o saldo ativo dos movimentos migratórios do Paraná; aumentou também em proporção considerável o do Distrito Federal; muito menor foi o aumento em São Paulo. É digno de nota o aumento, relativamente muito forte, do saldo ativo de Goiás.

* * *

Pelos dados da tabela IV podem-se, também, obter os saldos por regiões fisiográficas. De 1940 a 1950 aumentaram fortemente os saldos ativos do Sul, de 600 000 para 1 019 000, e do Centro-Oeste, de 174 000 para 286 000; ficou quase inalterado o do Norte, passando de 77 000 para 75 000. O saldo passivo do Leste subiu de 488 000 para 804 000 e o do Nordeste de 363 000 para 576 000.

Êstes dados indicam os rumos das principais correntes de migração interior, que se dirigem do Leste e do Nordeste principalmente para o Sul e o Centro-Oeste, sendo muito menor o movimento para o Norte (Amazônia).

Tabela I

BRASIL

Distribuição dos brasileiros natos presentes em 1.º-VII-1950 segundo a Unidade de nascimento, com discriminação dos presentes na própria Unidade e dos presentes em outras Unidades

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	NATURAIS DA UNIDADE PRESENTES EM 1.º-II-1950			PERCENTAGEM DOS PRESENTES EM OUTRAS UNIDADES
	No Brasil	Na própria Unidade	Em outras Unidades	
Rondônia	6 001	5 702	299	4,98
Acre	97 503	84 190	13 313	13,65
Amazonas	512 351	458 973	53 378	10,42
Rio Branco	4 135	4 019	116	2,81
Pará	1 123 972	1 042 540	81 432	7,25
Amapá	7 003	6 886	117	1,67
Maranhão	1 520 377	1 420 188	100 189	6,59
Piauí	1 103 534	958 588	144 946	13,13
Ceará	2 852 855	2 584 369	268 486	9,41
Rio Grande do Norte	993 334	889 665	103 669	10,44
Paraíba	1 858 103	1 611 323	246 780	13,28
Pernambuco	3 491 249	3 180 111	311 138	8,91
Alagoas	1 232 802	1 025 552	207 250	16,81
Fernando de Noronha	86	31	55	63,95
Sergipe	715 114	607 635	107 479	15,03
Bahia	5 112 440	4 682 223	430 217	8,42
Minas Gerais	8 836 270	7 469 031	1 367 239	15,47
(Serra dos Aimorés)*	41 347	41 347	—	—
Espírito Santo	909 623	761 769	147 854	16,25
Rio de Janeiro	2 393 863	1 889 733	504 130	21,06
Distrito Federal	1 365 513	1 223 460	142 053	10,40
São Paulo	7 867 588	7 360 340	507 248	6,45
Paraná	1 446 387	1 375 077	71 310	4,93
Santa Catarina	1 507 119	1 388 371	118 748	7,88
Rio Grande do Sul	4 245 121	4 039 545	205 576	4,84
Mato Grosso	459 676	423 642	36 034	7,84
Goiás	965 936	928 673	37 263	3,86
*BRASIL***	*50 669 302*	*45 462 983*	*5 206 319*	*10,28*

* Região em litígio entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

** Exclusive 57 811 brasileiros natos dos quais não foi especificada a Unidade de nascimento, ou que nasceram no exterior ou em navio.

Tabela II

BRASIL

Distribuição dos brasileiros natos presentes em 1.º-VII-1950 segundo a Unidade de presença, com discriminação dos naturais da própria Unidade e dos naturais de outras Unidades

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	BRASILEIROS NATOS PRESENTES EM 1.º-VII-1950			PERCENTAGEM DOS NATURAIS DE OUTRAS UNIDADES
	Total	Naturais da própria Unidade	Naturais de outras Unidades	
Rondônia	34 838	5 702	29 061	83,42
Acre	113 609	84 190	29 309	25,80
Amazonas	508 897	458 973	49 605	9,75
Rio Branco	17 901	4 019	13 844	77,34
Pará	1 115 016	1 042 540	71 770	6,44
Amapá	36 973	6 886	30 063	81,31
Maranhão	1 582 157	1 420 188	161 117	10,18
Piauí	1 045 419	958 588	86 330	8,26
Ceará	2 693 862	2 584 369	107 538	3,99
Rio Grande do Norte	967 417	889 665	77 288	7,99
Paraíba	1 712 688	1 611 323	100 159	5,85
Pernambuco	3 389 573	3 180 111	207 310	6,12
Alagoas	1 092 695	1 025 552	66 675	6,10
Fernando de Noronha	579	31	548	94,65
Sergipe	644 097	607 635	36 170	5,62
Bahia	4 826 278	4 682 223	140 894	2,92
Minas Gerais	7 684 837	7 469 031	210 868	2,74
(Serra dos Aimorés)*	159 862	41 347	118 396	74,06
Espírito Santo	854 968	761 769	92 787	10,85
Rio de Janeiro	2 258 480	1 889 733	365 756	16,19
Distrito Federal	2 166 272	1 223 460	929 846	42,92
São Paulo	8 440 768	1 7 360 340	1 064 009	12,61
Paraná	2 038 860	1 375 077	661 456	32,44
Santa Catarina	1 541 297	1 388 371	151 651	9,84
Rio Grande do Sul	4 086 373	4 039 545	44 435	1,09
Mato Grosso	502 274	423 642	78 070	15,54
Goiás	1 211 123	928 673	281 364	23,23
*BRASIL***	*50 727 113*	*45 462 983*	*5 206 319*	*10,26*

* Região em litígio entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

** Inclusive 57 811 brasileiros natos dos quais não foi especificada a Unidade de nascimento, ou que nasceram no exterior ou em navio.

Tabela III

BRASIL

*Naturais de outras Unidades da Federação presentes em cada Unidade e naturais de cada Unidade da Federação presentes em outras Unidades, em 1.º-VII-1950**

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	NATURAIS DE OUTRAS UNIDADES PRESENTES NA UNIDADE	NATURAIS DA UNIDADE PRESENTES EM OUTRAS UNIDADES	DIFERENÇA**	
Rondônia	29 061	299	+	28 762
Acre	29 309	13 313	+	15 996
Amazonas	49 605	53 378	—	3 773
Rio Branco	13 844	116	+	13 728
Pará	71 770	81 432	—	9 662
Amapá	30 063	117	+	29 946
Maranhão	161 117	100 189	+	60 928
Piauí	86 330	144 946	—	58 616
Ceará	107 538	268 486	—	160 948
Rio Grande do Norte	77 288	103 669	—	26 381
Paraíba	100 159	246 780	—	146 621
Pernambuco	207 310	311 138	—	103 828
Alagoas	66 675	207 250	—	140 575
Fernando de Noronha	548	55	+	493
Sergipe	36 170	107 479	—	71 309
Bahia	140 894	430 217	—	289 323
Minas Gerais	210 868	1 367 239	—	1 156 371
Espírito Santo	92 787	147 854	—	55 067
Rio de Janeiro	365 756	504 130	—	138 374
Distrito Federal	929 846	142 053	+	787 793
São Paulo	1 064 009	507 248	+	556 761
Paraná	661 456	71 310	+	590 146
Santa Catarina	151 651	118 748	+	32 903
Rio Grande do Sul	44 435	205 576	—	161 141
Mato Grosso	78 070	36 034	+	42 036
Goiás	281 364	37 263	+	244 101

* A diferença entre o total da primeira coluna (5 087 923) e o da segunda (5 206 319) corresponde a 118 396 naturais de outras Unidades presentes na região da Serra dos Aimorés, em litígio entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

** O sinal + indica excedente de imigrados de outras Unidades; o sinal — indica excedente de emigrados para outras Unidades.

Tabela IV

BRASIL

Saldos ativos ou passivos das trocas de população entre as diversas Unidades da Federação, em 1.º-IX-1940 e em 1.º-VII-1950

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	BRASILEIROS NATOS				SALDO ATIVO (+) OU PASSIVO (—) (c) = (a) — (b)	
	Naturais de outras Unidades presentes na Unidade (a)		Naturais da Unidade presentes em outras Unidades (b)			
	1940	1950	1940	1950	1940	1950
Rondônia	—	29 061	—	299	—	+ 28 762
Acre	22 783	29 309	9 852	13 313	+ 12 931	+ 15 996
Amazonas	52 781	49 605	24 289	53 378	+ 28 492	— 3 773
Rio Branco	—	13 844	—	116	—	+ 13 728
Pará	76 402	71 770	41 017	81 432	+ 35 385	— 9 662
Amapá	—	30 063	—	117	—	+ 29 946
Maranhão	131 019	161 117	77 194	100 189	+ 53 825	+ 60 928
Piauí	66 646	86 330	114 416	144 946	— 47 770	— 58 616
Ceará	89 618	107 538	205 661	268 486	— 116 043	— 160 948
Rio Grande do Norte	63 512	77 288	73 521	103 669	— 10 009	— 26 381
Paraíba	104 183	100 159	158 755	246 780	— 54 572	— 146 621
Pernambuco	131 410	207 310	244 665	311 138	— 113 255	— 103 828
Alagoas	60 147	66 675	134 920	207 250	— 74 773	— 140 575
Fernando de Noronha	—	548	—	55	—	+ 493
Sergipe	33 737	36 170	75 848	107 479	— 42 111	— 71 309
Bahia	105 888	140 894	339 851	430 217	— 233 963	— 289 323
Minas Gerais	195 792	210 868	829 521	1 367 239	— 633 729	—1 156 371
(Serra dos Aimorés)*	61 355	118 396	404	—	+ 60 951	+ 118 396
Espírito Santo	106 070	92 787	67 459	147 854	+ 38 611	— 55 067
Rio de Janeiro	202 989	365 756	432 428	504 130	— 229 439	— 138 374
Distrito Federal	633 686	929 846	82 386	142 053	+ 551 300	+ 787 793
São Paulo	726 492	1 064 009	231 330	507 248	+ 495 162	+ 556 761
Paraná	214 256	661 456	62 658	71 310	+ 151 598	+ 590 146
Santa Catarina	107 851	151 651	61 451	118 748	+ 46 400	+ 32 903
Rio Grande do Sul	38 358	44 435	131 132	205 576	— 92 774	— 161 141
Mato Grosso	70 509	78 070	16 192	36 034	+ 54 317	+ 42 036
Goiás	155 480	281 364	36 014	37 263	+ 119 466	+ 244 101
BRASIL	*3 450 964*	*5 206 319*	*3 450 964*	*5 206 319*	—	—

* Região em litígio entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

IV

AS MIGRAÇÕES INTERIORES NO BRASIL [1]

SUMÁRIO: 1. Introdução. — 2. Informações sôbre as principais correntes de migração interior, deduzidas dos recenseamentos. — 3. Influência das migrações interiores sôbre a variação da população urbana, suburbana e rural. — 4. Contribuição da imigração para o crescimento das populações das grandes cidades. — 5. As aglomerações urbanas e a contribuição da imigração para o seu desenvolvimento. — 6. Considerações finais.

1. Os movimentos de migração interior no Brasil são muito importantes e muito variados. Além das correntes dirigidas da zona rural para a cidade, características dos países modernos, encontram-se em nosso país correntes dirigidas de zonas menos favorecidas pela natureza ou sujeitas a calamidades periódicas para zonas mais favorecidas e mais seguras, de terras já esgotadas por uma exploração de rapina para terras ainda inexploradas, de regiões econômicamente em depressão para regiões florescentes.

Não há estatística completa dêsses movimentos; na maior parte dos casos não são registrados, e sòmente em um dos Estados de imigração, o de São Paulo, se se ocupou em organizar uma estatística das entradas de imigrantes. A medida indireta dêstes movimentos com a ajuda das estatísticas dos nascimentos e dos óbitos tornou-se muito difícil pelas lacunas irreparáveis que afetam estas estatísticas. Fica-se, portanto, limitado a utilizar, como fonte principal de informação, para o estudo das migrações interiores, os dados dos recenseamentos.

Felizmente, nos últimos dois recenseamentos (1940 e 1950), teve-se o cuidado de classificar os habitantes segundo o lugar de nascimento em combinação com o lugar de presença. Para os naturais do Brasil, a classificação foi feita segundo as Unidades da Federação (Estados, Distrito Federal, Territórios Federais), de maneira a tornar conhecidos os números dos presentes em cada Unidade naturais da mesma e de cada uma das outras Unidades e os números dos naturais de cada Unidade presentes na mesma e em cada uma das outras Unidades.

Os dados assim obtidos não permitem medir as correntes migratórias, pois que representam sòmente o que se poderia chamar de "saldos" ativos ou passivos, na data do recensamento, dos movimentos de entrada, de um lado, e de eliminação por óbito ou por saída, do outro. Todavia, são suficientes para dar uma idéia da importância comparativa das diversas correntes, especialmente em um país como o Brasil, onde a maior parte da emigração interior tem um caráter permanente ou quase permanente.

Pelos dados do recenseamento pode-se fàcilmente distinguir as Unidades onde prevalece a emigração e aquelas onde prevalece a imigração, estabelecer a origem e o destino das correntes principais, e mesmo, em parte, reconstruir sua composição por sexo e por idade. A análise comparativa dos resultados de dois recenseamentos sucessivos pode indicar as tendências que se manifestam no volume e na direção dessas correntes.

* * *

[1] Comunicação apresentada por ERNANI THIMOTEO DE BARROS à Conferência Mundial de População, realizada em Roma, em 1954.

2. A importância considerável das migrações interiores no Brasil é atestada pelos números dos habitantes que os dois últimos recenseamentos encontraram fora da Unidade da Federação em que tinham nascido: 3,4 milhões em 1940 e 5,2 milhões em 1950, isto é, respectivamente, 8,5% e 10,3% do total dos brasileiros natos presentes no país na data do recenseamento. Por brevidade, designaremos êstes habitantes que se deslocaram: como "emigrados" em relação à Unidade em que nasceram e como "imigrados" em relação à em que se encontram.

A tabela I, construída com base nos dados do recenseamento de 1950, dá o número de emigrados de cada Unidade, em valor absoluto e em percentagem do total dos brasileiros natos [2] naturais desta Unidade, e o número dos imigrados em cada Unidade, em valor absoluto e em percentagem do total dos brasileiros natos presentes nesta Unidade.

Tabela I

BRASIL

Dados obtidos pelo recenseamento de 1950 sôbre as migrações interiores

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	BRASILEIROS NATOS NATURAIS DA UNIDADE E PRESENTES EM OUTRAS UNIDADES		BRASILEIROS NATOS PRESENTES NA UNIDADE E NATURAIS DE OUTRAS UNIDADES		GANHO (+) OU PERDA (−) DA UNIDADE PELAS MIGRAÇÕES INTERIORES DE BRASILEIROS NATOS
	Número absoluto	Percentagem do total dos brasileiros natos naturais da Unidade	Número absoluto	Percentagem do total dos brasileiros natos presentes na Unidade	
Rondônia	299	4,98	29 061	83,42	+ 28 762
Acre	13 313	13,65	29 309	25,80	+ 15 996
Amazonas	53 378	10,42	49,605	9,75	− 3 773
Rio Branco	116	2,81	13 844	77,34	+ 13 728
Pará	81 432	7,25	71 770	6,44	− 9 662
Amapá	117	1,67	30 063	81,31	+ 29 946
Maranhão	100 189	6,59	161 117	10,18	+ 60 928
Piauí	144 946	13,13	86 330	8,26	− 58 616
Ceará	268 486	9,41	107 538	3,99	− 160 948
Rio Grande do Norte	103 669	10,44	77 288	7,99	− 26 381
Paraíba	246 780	13,28	100 159	5,85	− 146 621
Pernambuco	311 138	8,91	207 310	6,12	− 103 828
Alagoas	207 250	16,81	66 675	6,10	− 140 575
Fernando de Noronha	55	63,95	548	94,65	+ 498
Sergipe	107 479	15,03	36 170	5,62	− 71 309
Bahia	430 217	8,42	140 894	2,92	− 289 323
Minas Gerais	1 367 239	15,47	210 868	2,74	−1 156 371
Serra dos Aimorés*	—	—	118 396	74,06	+ 118 396
Espírito Santo	147 854	16,25	92 787	10,85	− 55 067
Rio de Janeiro	504 130	21,06	365 756	16,19	− 138 374
Distrito Federal	142 053	10,40	929 846	42,92	+ 787 793
São Paulo	507 248	6,45	1 064 009	12,61	+ 556 761
Paraná	71 310	4,93	661 456	32,44	+ 590 146
Santa Catarina	118 748	7,88	151 651	9,84	+ 32 903
Rio Grande do Sul	205 576	4,84	44 435	1,09	− 161 141
Mato Grosso	36 034	7,84	78 070	15,54	+ 42 036
Goiás	37 263	3,86	281 364	23,23	+ 244 101

* Região em litígio entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

[2] Os nascidos no Brasil, salvo algumas exceções desprezíveis sob o ponto de vista numérico, são considerados cidadãos brasileiros segundo a lei dêste país.

Os números mais elevados de imigrados se encontram no Estado de São Paulo (1 064 000, ou 12,6% da população presente dêste Estado), no Distrito Federal, sede da capital da República (930 000, ou 42,9%), e no Estado do Paraná, que tem tido um desenvolvimento muito rápido durante os últimos anos (661 000, ou 32,4%). Contingentes assaz importantes de imigrados se encontram também nos Estados do Rio de Janeiro (366 000, ou 16,2%), de Goiás (281 000, ou 23,2%), de Minas Gerais, de Pernambuco, etc. É necessário advertir que as proporções aparentemente muito elevadas de "imigrados" observadas nos Territórios Federais constituídos em 1943 (Rondônia, Rio Branco e Amapá) não correspondem à realidade, porque se considerou como naturais dos Estados, dos quais êstes Territórios foram desmembrados (Amazonas, Mato Grosso e Pará) todos os habitantes nascidos, nas fronteiras atuais dos Territórios, antes de sua constituição. A proporção aparentemente muito elevada de naturais de outras Unidades observada na região da Serra dos Aimorés, em litígio entre dois Estados, é também desprovida de significação, a maior parte de seus habitantes tendo declarado que eram naturais de um ou do outro dêstes Estados.

O número mais elevado de emigrados corresponde ao Estado de Minas Gerais (1 367 000, ou 15,5% da população natural dêste Estado). Os Estados de São Paulo (507 000, ou 6,5%), do Rio de Janeiro (504 000, ou 21,1%) e da Bahia (430 000, ou 8,4%) vêm em seguida com números muito mais baixos. Entre os outros Estados que têm fortes contigentes de emigrados, destacam-se os de Pernambuco (311 000, ou 8,9% do total dos naturais do Estado), do Ceará (268 000, ou 9,4%), da Paraíba, do Rio Grande do Sul, etc. Os números, já modestos, de emigrados dos Estados do Amazonas e de Mato Grosso seriam ainda reduzidos se se pudesse eliminar os naturais dos novos Territórios que aí se acham indevidamente incluídos, como acima esclarecemos.

Uma observação que é sugerida pelo exame, embora rápido, da tabela I é a de que, mesmo nas Unidades em que prevalece fortemente a imigração ou a emigração, constatam-se freqüentemente movimentos consideráveis em sentido oposto. São Paulo, que tem o mais elevado número de imigrados, entre os 20 Estados, tem também um grande número de emigrados, sendo sòmente ultrapassado por Minas Gerais. O Estado do Rio de Janeiro, que tem um número de emigrados quase igual ao de São Paulo e proporcionalmente mais elevado do que os de todos os outros Estados, tem também um número bem considerável de imigrados. Não se trata sòmente de movimentos de fluxo e refluxo, que reconduzem aos lugares de origem parte dos emigrados com seus filhos nascidos nos lugares de imigração, mas também e sobretudo de movimentos que se verificam em sentidos opostos nas diversas regiões de um mesmo Estado, nas trocas com as outras Unidades, como veremos mais adiante.

A diferença entre o número de imigrados recebidos e o de emigrados cedidos por determinada Unidade representa o ganho líquido ou a perda líquida de habitantes que resulta diretamente das migrações interiores de brasileiros natos.

Os mais elevados ganhos líquidos são os do Distrito Federal (788 000) e dos Estados do Paraná (590 000) e de São Paulo (557 000). Bem menor, mas ainda muito importante, é o ganho do Estado de Goiás (244 000).

No que se refere às perdas líquidas, o Estado de Minas Gerais ocupa o primeiro lugar (1 065 000), seguido, a grande distância, pelos Estados da Bahia (289 000), do Rio Grande do Sul (161 000), do Ceará (161 000), da Paraíba, de Alagoas, do Rio de Janeiro, etc.

Correntes muito amplas de migração interior afluem às grandes cidades, como se pode ver pelo número de imigrados presentes no Distrito Federal (930 000 em 1950) e pelo número de imigrados de outros Estados presentes na capital de São Paulo (274 000), aos quais é preciso acrescentar algumas centenas de milhares de imigrados do interior dêste mesmo Estado. Apresen-

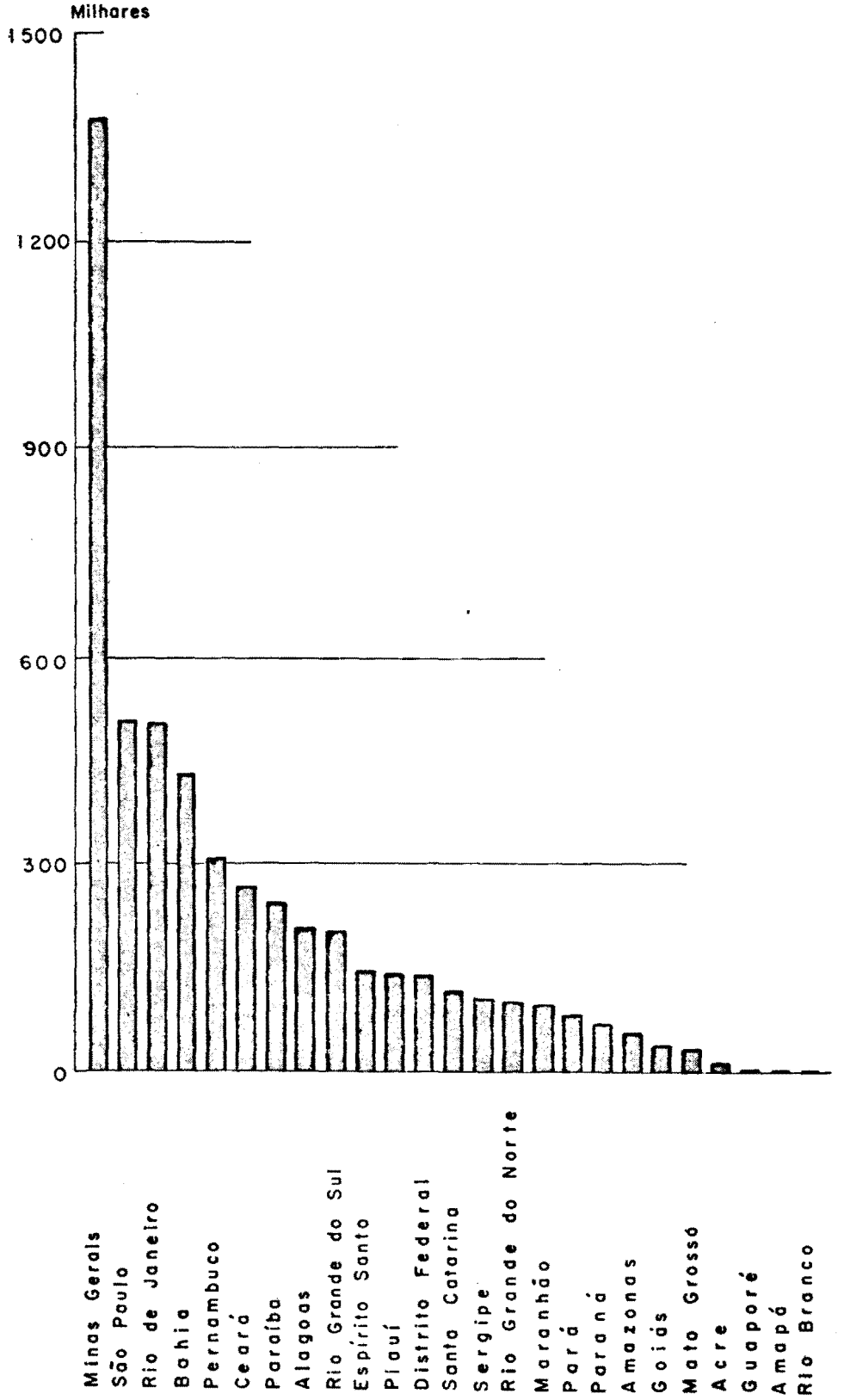


Fig. 32

Naturais da Unidade da Federação indicada, presentes em outras Unidades, em 1950.

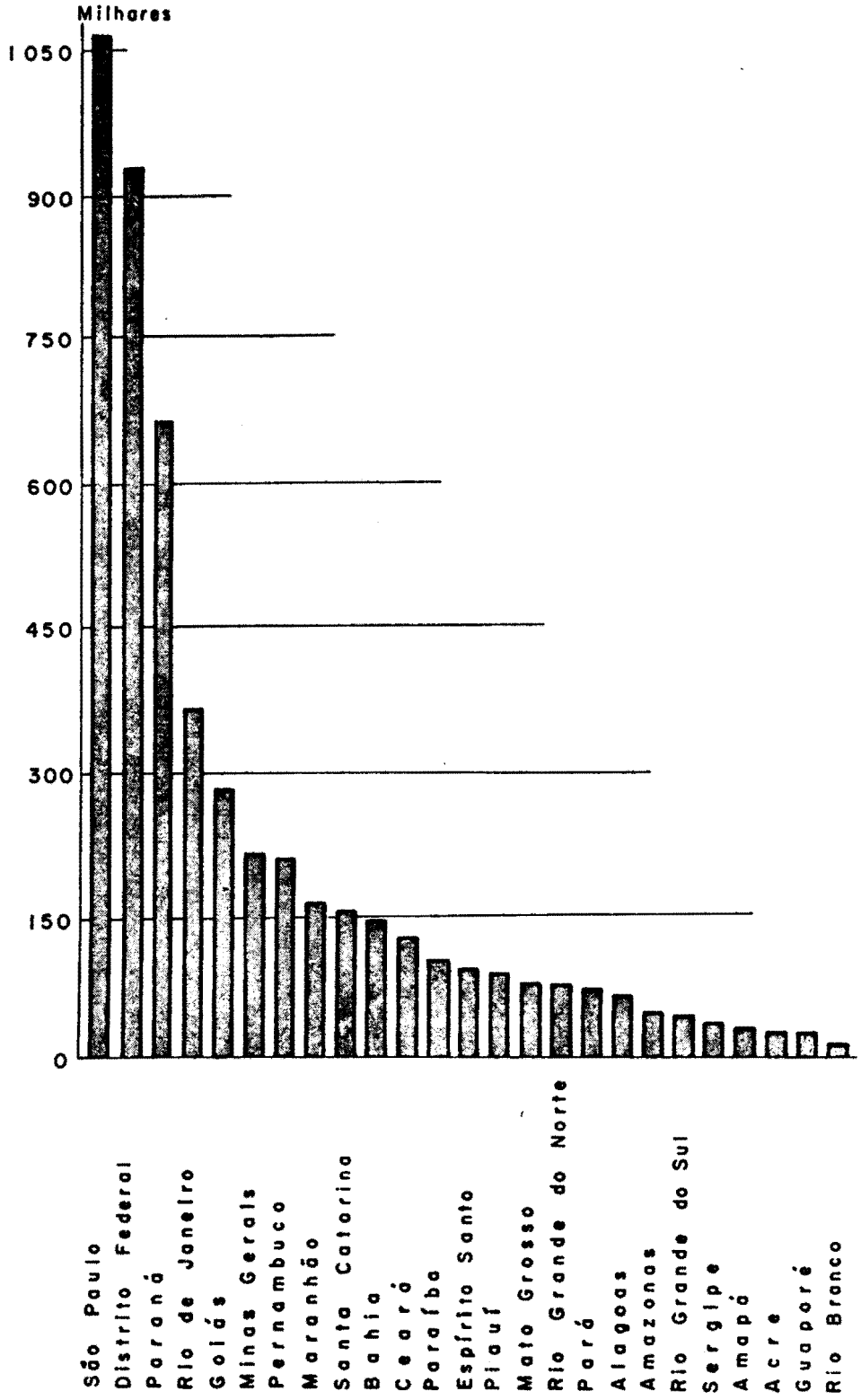


Fig. 33

Naturais de outras Unidades da Federação, presentes na Unidade indicada, em 1950.

taremos mais adiante outros dados aptos a demonstrar a importância das migrações para as cidades.

Outras correntes se dirigem principalmente das zonas rurais das regiões do Leste e do Nordeste para as regiões do Sul e do Centro-Oeste. Em 1950, enumeraram-se no Sul 981 000 imigrados do Leste e 191 000 do Nordeste, e no Centro-Oeste 227 000 imigrados do Leste e 76 000 do Nordeste. Uma corrente menos ampla se dirige da região do Nordeste para a do Norte, onde em 1950 se encontravam 114 000 naturais da primeira.

Nestas trocas de população verificadas principalmente entre zonas rurais prevalece fortemente o sexo masculino sôbre o feminino. Entre os 1 208 000 emigrados da região do Leste compreendidos nas correntes especificadas acima, 664 000 eram homens e 544 000 mulheres; entre os 381 000 do Nordeste, 228 000 eram homens e 153 000 mulheres.

Nas migrações para as cidades, pelo contrário, é o sexo feminino que prevalece. Entre os 930 000 imigrados para o Distrito Federal, encontram-se 437 000 homens e 493 000 mulheres; mesmo levando em conta a mais elevada mortalidade do sexo masculino, êstes dados atestam sua menor participação nas migrações do interior para a capital do país.

A diferença da composição por sexo dêstes dois tipos de correntes migratórias pode ser explicada considerando-se que nas migrações para as cidades a mulher individualmente procura muitas vêzes uma ocupação como empregada doméstica, operária, etc., enquanto que nas migrações para zonas não-urbanas ela, com maior freqüência, acompanha o homem que procura uma ocupação na agricultura, na pecuária ou na extração de produtos naturais.

Tabela II

BRASIL

Dados obtidos pelos recensamentos de 1940 e de 1950 sôbre as principais correntes de migração interior

UNIDADE DE NASCIMENTO	UNIDADE DE PRESENÇA	NUMERO DE PRESENTES	
		1940	1950
Minas Gerais	São Paulo	348 676	512 736
Rio de Janeiro	Distrito Federal	286 609	360 324
São Paulo	Paraná	115 299	352 471
Minas Gerais	Distrito Federal	114 214	191 917
Bahia	São Paulo	153 311	189 685
Minas Gerais	Paraná	40 479	156 848
Minas Gerais	Rio de Janeiro	99 440	152 909
Minas Gerais	Goiás	69 602	150 033
Rio Grande do Sul	Santa Catarina	76 394	120 710
Distrito Federal	Rio de Janeiro	51 624	102 108
Piauí	Maranhão	83 446	100 617
Paraíba	Pernambuco	54 594	89 849
Santa Catarina	Paraná	28 428	63 162
Pernambuco	São Paulo	31 533	62 745
Paraíba	Rio Grande do Norte	50 507	60 654
Alagoas	Pernambuco	43 622	60 387
Bahia	Minas Gerais	61 779	59 649
Alagoas	São Paulo	23 671	56 788
Rio de de Janeiro	São Paulo	56 302	56 076
Espírito Santo	Distrito Federal	17 824	55 746
Pernambuco	Paraíba	61 825	54 384
Pernambuco	Alagoas	48 652	52 509
Ceará	Piauí	37 924	50 965
Minas Gerais	Espírito Santo	54 090	50 911

Vários detalhes sôbre a origem e o destino das principais correntes de migração interior são apresentados na tabela II, em que são comparados os

resultados correspondentes dos recenseamentos de 1940 e de 1950. Para cada corrente considerada, esta tabela indica a Unidade de origem e a de destino e dá os "saldos" de emigrados registrados por êstes dois recenseamentos. As correntes incluídas nessa tabela são as que deixaram um "saldo" superior a 50 000 em 1950; em conjunto compreendem 3 164 000 emigrados, isto é, mais de seis décimos do número total.

O número de 513 000 naturais de Minas Gerais presentes em São Paulo em 1950 é suficiente para mostrar a importância desta grande corrente de migração interior; 127 000 dentre êles se encontram na capital, mas a maior parte dos restantes vivem em zonas rurais. Do mesmo modo, entre os 190 000 imigrados da Bahia, os 63 000 de Pernambuco, os 57 000 de Alagoas, os 56 000 do Rio de Janeiro, também presentes no Estado de São Paulo, sòmente uma modesta minoria — um quinto para o conjunto — se estabeleceu na capital.

Dos imigrados para o Paraná, dentre os quais 352 000 são naturais de São Paulo, 157 000 de Minas Gerais e 63 000 de Santa Catarina, apenas uma pequena fração (17 000 destas três origens) se encontra na capital, Curitiba; a maior parte dos outros colabora na valorização de terras férteis de zonas das quais se intensificou a exploração nos últimos anos.

Enquanto algumas zonas rurais de São Paulo continuam recebendo numerosos imigrantes de outras Unidades, algumas outras zonas rurais dêste mesmo Estado vêm emigrar parte de seus habitantes para a terra prometida do Paraná.

A atração da grande cidade, capital da República, alimenta as numerosas correntes dirigidas para o Distrito Federal, em que se encontram, em 1950, 360 000 naturais do Estado confinante do Rio de Janeiro, 192 000 de Minas Gerais, 56 000 do Espírito Santo, etc. Os habitantes do Estado de São Paulo são atraídos bem mais para a sua capital, que é também uma cidade muito grande, do que pela capital da República, onde, em 1950, se encontravam sòmente 47 000 naturais dêste Estado.

A atração da capital da República se manifesta também pelas migrações para as zonas do Estado do Rio de Janeiro confinantes com o Distrito Federal, onde se encontram alguns centros satélites da metrópole, os quais tiveram nos últimos lustros um grande desenvolvimento demográfico. O número dos imigrados de Minas Gerais enumerados pelo recensamento de 1950 no Estado do Rio de Janeiro atinge 153 000. Outra corrente aflui para êste Estado vinda do Distrito Federal (102 000 imigrados); em parte ela corresponde a movimentos de fluxo e refluxo, mas em parte considerável é composta por naturais da metrópole que procuraram habitações menos caras nos centros satélites, embora conservando sua ocupação na grande cidade.

A maior parte das outras correntes consideradas na tabela II provém principalmente de zonas não-urbanas dos Estados de emigração e se dirige em grande parte para zonas não-urbanas dos Estados de imigração.

Comparando-se os dados dos recenseamentos de 1940 e de 1950, observam-se, sobretudo, fortes aumentos nas correntes dirigidas para os Estados do Paraná e de São Paulo e para o Distrito Federal, e aumentos menos acentuados nas correntes dirigidas para os Estados do Rio de Janeiro e de Goiás. No que se refere à origem, as correntes que apresentam os aumentos mais fortes são as que partem de Minas Gerais; o aumento constatado nas correntes provenientes de São Paulo é devido principalmente ao brusco desenvolvimento da emigração para o Paraná; outros Estados (Bahia, Espírito Santo, Paraíba, etc.) mostram também notáveis aumentos dos números de emigrados.

* * *

3. Pela comparação entre os resultados do recenseamento de 1940, deslocados para a data de 1.º de julho, e os do recenseamento de 1.º de julho de 1950 pôde-se determinar separadamente o incremento das populações dos "quadros administrativos" urbanos, suburbanos e rurais no período decenal

imediatamente anterior ao último dêstes recenseamentos. A delimitação dêstes quadros administrativos não coincide sempre com a que se poderia fazer sob as mesmas qualificações segundo critérios científicos, todavia, a maior parte da população dos quadros urbanos é urbana, e a maior parte da dos quadros rurais é rural, mesmo sob o ponto de vista demográfico e sociológico.

Os quadros administrativos urbanos compreendem em 1950 cêrca de um quarto da população total (24,9%); os quadros rurais compreendem pouco menos de dois terços (63,9%); os quadros suburbanos, cêrca de um nono (11,2%).

Os dados da tabela III permitem calcular que o acréscimo relativo da população durante o período decenal anterior à data de 1.º de julho de 1950 atingiu 41,5% nos quadros urbanos e 58,3% nos quadros suburbanos, mas sòmente 17,4% nos quadros rurais. O desenvolvimento rápido das cidades e o desenvolvimento ainda mais rápido das zonas circundantes são fenômenos característicos do urbanismo de hoje.

Tabela III

BRASIL

Variação da população nos dez anos anteriores à data de 1.º-VII-1950, segundo classes de quadros administrativos

(Dados em milhares de habitantes)

QUADROS	POPULAÇÃO PRESENTE		AUMENTO DE 1940 A 1950
	1.º-VII-1940	1.º-VII-1950	
Urbanos	9 163	12 962	3 799
Suburbanos	3 681	5 827	2 146
Rurais	28 270	33 187	4 917
BRASIL	*41 114*	*51 976*	*10 862*

O Laboratório do Conselho Nacional de Estatística, suprindo por estimativas, baseadas em suas pesquisas, as lacunas das estatísticas dos nascimentos e dos óbitos, chegou a calcular o excedente do nascimentos sôbre os óbitos em cada classe de quadros. A diferença entre o aumento total da população da classe e êste excedente de nascimentos deu a variação positiva ou negativa da população devida às migrações. Separou-se, afinal, a parte desta última variação que corresponde às migrações exteriores da que corresponde às migrações interiores. Estão resumidos na tabela IV os resultados dêstes cálculos.

Tabela IV

BRASIL

Elementos da variação da população nos dez anos anteriores à data de 1.º-VII-1950 segundo classes de quadros administrativos

(Dados em milhares de habitantes)

QUADROS	DIFERENÇA ENTRE OS NASCIMENTOS E OS ÓBITOS	DIFERENÇA ENTRE AS IMIGRAÇÕES E AS EMIGRAÇÕES		AUMENTO DE 1940 A 1950
		Interiores	Exteriores	
Urbanos	1 939	1 820	40	3 799
Suburbanos	1 211	923	12	2 146
Rurais	7 600	— 2 743	60	4 917
BRASIL	*10 750*	—	*112*	*10 862*

Os quadros rurais tiveram um excedente de nascimentos muito elevado (7,6 milhões), porém, mais de um têrço dêste acréscimo foi neutralizado pelo excedente de emigrações (2,7 milhões). Os quadros urbanos e suburbanos, além de seu considerável excedente de nascimentos (3,1 milhões), foram beneficiados por um excedente muito elevado de imigrações (2,8 milhões), devido quase totalmente aos movimentos de migração interior.

Assim, o acréscimo efetivo da população dos quadros urbanos durante o período decenal considerado ultrapassou de 95,9%, e o dos quadros suburbanos ultrapassou de 77,2%, o acréscimo devido ao excedente de nascimentos, enquanto que nos quadros rurais o acréscimo efetivo ficou inferior de 35,3% ao excedente de nascimentos.

* * *

4. As contribuições comparativas do movimento natural e do movimento migratório para o incremento demográfico das oito cidades mais populosas do Brasil, durante o período de 1.º de setembro de 1940 a 1.º de julho de 1950, foram calculadas pelo Laboratório do Conselho Nacional de Estatística e constam da tabela V. Cumpre advertir que os dados desta tabela são referentes às populações totais dos Municípios e não sòmente às de seus "quadros" urbanos e suburbanos; mas nos Municípios das grandes cidades, em geral, a maior parte da população está compreendida nestas classes de quadros.

Do aumento total de 2 190 000 habitantes, observado no período considerado, menos de três décimos são devidos ao excedente dos nascimentos sôbre os óbitos e pouco mais de sete décimos ao excedente das imigrações sôbre as emigrações. Dêste último excedente, uma parte relativamente desprezível foi obtida pelas trocas de população com o exterior; o acréscimo da população das oito grandes cidades pelo excedente das imigrações sôbre as emigrações no movimento interior atinge 1,5 milhões. A capital de São Paulo e a capital federal têm a parte do leão neste acréscimo migratório. E se se levasse também em conta as migrações para os centros satélites destas duas metrópoles, que se encontram fora das fronteiras, respectivamente, do Distrito Federal e do Município de São Paulo, a atração exercida pelas duas principais aglomerações urbanas do Brasil se revelaria ainda mais forte.

Tabela V

População do Distrito Federal e dos Municípios das 7 cidades que tinham mais de 250 000 habitantes em 1950

CIDADES	POPULAÇÃO PRESENTE		AUMENTO DE 1940 A 1950
	1.º-IX-1940	1.º-VII-1950	
Rio de Janeiro (D.F.)	1 764 141	2 377 451	613 310
São Paulo	1 326 261	2 198 096	871 835
Recife	384 424	524 682	176 258
Salvador	290 443	417 235	126 792
Pôrto Alegre	272 232	394 151	121 919
Belo Horizonte	211 377	352 724	141 347
Fortaleza	180 185	270 169	89 984
Belém	206 331	254 949	48 618
TOTAL	*4 599 394*	*6 789 457*	*2 190 063*

* * *

5. Outra pesquisa do Laboratório do Conselho Nacional de Estatística, ralizada pelo autor da presente comunicação, foi dedicada a descrever a situação e o progresso da concentração demográfica nas cidades. Para os objetivos dessa pesquisa considerou-se como "aglomeração urbana" a população dos quadros urbano e suburbano dum distrito municipal quando ultrapassava 5 000 habitantes.

As 324 aglomerações urbanas existentes em 1940 tinham 8 899 000 habitantes, isto é, 21,6% da população do Brasil.

As 478 aglomerações urbanas existentes em 1950 tinham 13 926 000 habitantes, isto é, 26,8% da população total.

Essas proporções são assaz baixas em comparação com aquelas que se poderia calcular, segundo o mesmo critério, para muitos países, mais avançados do que o Brasil no caminho da urbanização. Mas o aumento que se observa de 1940 a 1950 mostra que o movimento de concentração está em via de se intensificar. Com efeito, a população das aglomerações urbanas aumentou de 5 027 000 habitantes, ou 56,5%.

Cumpre, todavia, distinguir neste aumento a parte que é devida ao acréscimo da população das 321 aglomerações urbanas que estavam já compreendidas nesta classe em 1940 [3] e a parte que é devida à inclusão nesta classe de 158 novas aglomerações, que não tinham ainda ultrapassado a cifra de 5 000 habitantes em 1940. Estas últimas abrangiam 1 197 000 habitantes em 1950. Assim, o acréscimo da população das aglomerações urbanas que eram tais tanto em 1940 quanto em 1950 se reduz a 3 844 000 habitantes, ou 43,6%, proporção ainda muito elevada.

Calculamos que êste acréscimo de 3 844 000 habitantes foi obtido por um excedente de nascimentos de 1 521 000 e por um excedente de imigrações de 2 323 000. As imigrações (em parte preponderante provenientes do resto do país e sòmente em pequena parte do exterior) contribuíram, portanto, na proporção de seis décimos para o acréscimo, entre 1940 e 1950, da população das aglomerações urbanas que já eram tais em 1940.

Como um complemento das informações dadas acima sôbre a tendência da população do Brasil a se concentrar nas cidades, a tabela VI dá a distribuição desta população por lugar de domicílio e classes de aglomerações, em 1950.

Tabela VI

BRASIL

Distribuição da população presente em 1950 segundo o lugar do domicílio e o número de habitantes das aglomerações

LUGAR DO DOMICÍLIO — NÚMERO DE HABITANTES DA AGLOMERAÇÃO	NÚMERO DE AGLOMERAÇÕES	POPULAÇÃO PRESENTE	
		Número absoluto	Percentagem
Aglomerações com:			
Mais de 500 000 habitantes	3	4 832 458	9,30
100 001 a 500 000 »	8	2 040 777	3,93
50 001 a 100 000 »	22	1 613 409	3,11
10 001 a 50 000 »	187	3 656 858	7,04
5 001 a 10 000 »	258	1 782 267	3,43
2 001 a 5 000 »	692	2 085 588	4,01
Centros pequenos e habitações esparsas	—	35 933 040	69,18
BRASIL	*1 170*	*51 944 397*	*100,00*

[3] Três outras aglomerações, com cêrca de 17 000 habitantes, que tinham mais de 5 000 habitantes cada uma em 1940, não atingem êste limite em 1950; uma outra aglomeração de 1940 está incluída em 1950 numa aglomeração confinante à qual foi incorporada.

Mais de dois terços dos habitantes do Brasil (69,2%) vivem em pequenos centros rurais ou em habitações esparsas.

Os centros de 2 001 a 5 000 habitantes compreendem uma pequena fração (4,0%) da população total. Mesmo se se quisesse considerá-las como aglomerações urbanas, abaixando para "mais de 2 000" o limite de população que no estudo resumido acima foi fixado em "mais de 5 000" habitantes, a proporção das aglomerações urbanas segundo esta nova definição atingiria apenas 30,8% da população total.

As aglomerações de 5 001 a 100 000 habitantes compreendem 13,6% da população total; as de mais de 100 000 habitantes compreendem 13,2%.

* * *

6. As observações que expusemos, baseadas no recenseamento de 1950 e na comparação de seus resultados com os do recenseamento de 1940, são suficientes para dar uma idéia da importância e das direções das correntes de migração interior no Brasil.

Os últimos anos não apresentaram modificações profundas nestes movimentos. Os progressos rápidos da industrialização do país contribuíram sobretudo para manter e reforçar as correntes de migração orientadas para as cidades. A sucessão de três anos de sêcas em várias zonas das regiões do Nordeste e do Leste estimulou o êxodo de seus habitantes para a região do Sul, que tem sido facilitado, além disso, pelo desenvolvimento das comunicações e dos meios de transporte. A valorização dos recursos de algumas zonas das regiões do Norte e do Centro-Oeste favoreceu a imigração de trabalhadores de outras partes do país; mas a importância destas correntes é ainda modesta em comparação com a das correntes dirigidas para o Sul e para as grandes cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo.

G — A ALFABETIZAÇÃO

I

A ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL, SEGUNDO O CENSO DE 1950 [1]

SUMÁRIO: 1. Esclarecimentos preliminares. — 2. A alfabetização da população de 5 anos e mais e da de 10 anos e mais em 1950, em comparação com 1940. — 3. A alfabetização segundo o sexo. — 4. A alfabetização segundo o sexo e a idade. — 5. A alfabetização segundo o sexo e a idade nos quadros urbanos, suburbanos e rurais. — 6. Recapitulação.

1. No presente estudo serão expostos, elaborados e ligeiramente comentados os resultados do censo de 1950, em comparação com os do censo de 1940, referentes à instrução dos habitantes de 5 anos e mais, para o Brasil em conjunto.

* * *

2. O número dos habitantes de 5 anos e mais do Brasil [2] aumentou de 34 796 665 em 1.º de setembro de 1940 para 43 573 517 em 1.º de julho de 1950; entre êles, sabiam ler e escrever, conforme as declarações censitárias, 13 292 605, na primeira data, e 18 588 722, na segunda.

A proporção dos que sabem ler e escrever ("quota de alfabetização"), na população de 5 anos e mais, passou de 38,20% em 1940 para 42,66% em 1950, marcando pequeno aumento.

Adotando-se para a discriminação dos que sabem ler e escrever o limite inicial de 10 anos de idade, obtêm-se quotas de alfabetização mais elevadas do que as correspondentes ao limite de 5 anos, tanto em 1940 (43,04%) como em 1950 (48,35%), porque fica excluída a classe de 5 a 9 anos de idade, onde as crianças que sabem ler e escrever constituem apenas uma pequena minoria.

* * *

3. Discriminando-se os sexos, observam-se notáveis diferenças das respectivas quotas de alfabetização, como se pode verificar pelos seguintes dados.

Tabela *A*

ESPECIFICAÇÃO	HOMENS E MULHERES		HOMENS		MULHERES	
	1940	1950	1940	1950	1940	1950
Habitantes de 5 anos e mais						
Que sabem ler e escrever..	13 292 605	18 588 722	7 334 772	9 966 382	5 947 833	8 622 340
Em total.....	34 796 665	43 573 517	17 358 587	21 649 125	17 438 078	21 924 392
Quota de Alfabetização (%)	38,20	42,66	42,31	46,04	34,11	39,33
Habitantes de 10 anos e mais						
Que sabem ler e escrever..	12 498 131	17 675 504	6 950 854	9 517 751	5 547 277	8 157 753
Em total.....	29 037 849	36 557 990	14 434 611	18 088 275	14 603 238	18 469 715
Quota de alfabetização (%)	43,04	48,35	48,15	52,62	37,99	44,17

[1] Estudo redigido pela Contadora HERMÍNIA FERREIRA DE OLIVEIRA.

[2] Cumpre advertir que os dados expostos no presente estudo não abrangem algumas áreas, para as quais não puderam ser apurados os caracteres individuais dos habitantes pelo extravio dos documentos de coleta do censo, isto é, partes dos Municípios de Parintins (Amazonas) e Garça (São Paulo), em 1940, e o Município de Nova Era (Minas Gerais) e partes dos Municípios de Pirangi (São Paulo) e Lapa (Paraná), em 1950.

Na população de 5 anos e mais, a quota de alfabetização masculina passou de 42,31% em 1940 para 46,04% em 1950, com modesto aumento, e a feminina de 34,11% para 39,33%, com aumento um pouco maior.

Na população de 10 anos e mais, a quota de alfabetização masculina passou de 48,15% em 1940 para 52,62% em 1950, e a feminina de 37,99% para 44,17%.

* * *

4. Dados referentes à distribuição por idade tanto da população alfabetizada como da população total são apresentados sem discriminação do sexo na seção *A* da tabela I, e em cada sexo nas seções *B* e *C*.

Tabela I

BRASIL

Número e proporção dos habitantes de 5 anos e mais que sabem ler e escrever, presentes em 1.º-IX-1940 e em 1.º-VII-1950, por sexo e grupos de idade

IDADE Anos completos	HABITANTES DE 5 ANOS E MAIS							
	Que sabem ler e escrever		Em total		Percentagem dos que sabem ler e escrever em cada grupo de idade		Percentagem de cada grupo de idade no total dos que sabem ler e escrever	
	1940	1950	1940	1950	1940	1950	1940	1950
A. HOMENS E MULHERES								
5 a 9	794 474	913 218	5 758 816	7 015 527	13,80	13,02	5,90	4,91
10 a 14	2 118 141	2 758 725	5 328 080	6 308 567	39,75	43,73	15,93	14,84
15 a 19	2 013 798	2 900 434	4 443 923	5 502 315	45,32	52,71	15,15	15,60
20 a 29	3 310 266	4 856 976	7 169 725	9 123 410	46,17	53,24	24,90	26,13
30 a 39	2 224 939	3 157 757	4 901 682	6 286 052	45,39	50,23	16,74	16,99
40 a 49	1 433 281	2 021 360	3 441 727	4 365 359	41,64	46,30	10,78	10,87
50 a 59	814 803	1 126 845	2 044 907	2 650 314	39,85	42,52	6,13	6,06
60 a 69	390 240	570 418	1 076 139	1 451 468	36,26	39,30	2,94	3,07
70 a 79	139 715	196 203	427 684	545 170	32,67	35,99	1,05	1,06
80 e mais	36 933	51 000	171 711	208 703	21,51	24,44	0,28	0,28
Ignorada	16 015	35 786	32 271	116 632	49,63	30,68	0,12	0,19
TOTAL	*13 292 605*	*18 588 722*	*34 796 665*	*43 573 517*	38,20	42,66	100,00	100,00
B. HOMENS								
5 a 9	393 918	448 631	2 923 976	3 560 850	13,47	12,60	5,36	4,50
10 a 14	1 053 059	1 353 937	2 682 254	3 164 704	39,26	42,78	14,34	13,58
15 a 19	996 147	1 392 342	2 157 630	2 644 531	46,17	52,65	13,58	13,97
20 a 29	1 798 118	2 532 992	3 485 153	4 414 772	51,59	57,38	24,48	25,42
30 a 39	1 331 141	1 796 195	2 466 499	3 145 715	53,97	57,10	18,12	18,02
40 a 49	908 606	1 226 760	1 789 582	2 246 107	50,77	54,75	12,37	12,34
50 a 59	517 199	706 983	1 053 453	1 360 580	49,10	51,96	7,04	7,09
60 a 69	238 422	349 987	524 655	728 802	45,44	48,02	3,25	3,51
70 a 79	80 171	110 254	193 026	247 755	41,81	44,50	1,10	1,11
80 e mais	19 210	25 446	67 690	81 432	28,38	31,25	0,25	0,26
Ignorada	8 241	19 855	14 669	53 877	56,18	36,85	0,10	0,20
TOTAL	*7 344 772*	*9 966 382*	*17 358 587*	*21 649 125*	*42,31*	*46,04*	*100,00*	*100,00*
C. MULHERES								
5 a 9	400 556	464 587	2 834 840	3 454 677	14,13	13,45	6,73	5,39
10 a 14	1 065 082	1 404 788	2 645 826	3 143 863	40,26	44,68	17,91	16,29
15 a 19	1 017 651	1 508 092	2 286 293	2 857 784	44,51	52,77	17,11	17,49
20 a 29	1 512 148	2 323 984	3 684 572	4 708 638	41,04	49,36	25,42	26,95
30 a 39	893 798	1 361 562	2 435 183	3 140 337	36,70	43,36	15,03	15,79
40 a 49	524 675	791 600	1 652 145	2 119 252	31,78	37,35	8,82	9,18
50 a 59	297 604	419 862	991 454	1 289 734	30,02	32,55	5,00	4,87
60 a 69	151 818	220 431	551 484	722 666	27,53	30,50	2,55	2,56
70 a 79	59 004	85 949	234 658	297 415	25,14	28,90	0,99	1,00
80 e mais	17 723	25 554	104 021	127 271	17,04	20,08	0,30	0,30
Ignorada	7 774	15 931	17 602	62 755	44,17	25,39	0,14	0,18
TOTAL	*5 947 833*	*8 622 340*	*17 438 078*	*21 924 392*	*34,11*	*39,33*	*100,00*	*100,00*

A quota de alfabetização calculada, por grupos de idade, para o conjunto dos dois sexos, sobe a partir das idades infantis, atingindo o máximo no grupo

de 20 a 29 anos (46,17% em 1940 e 53,24% em 1950); depois desce gradativamente, até atingir o mínimo nas idades de 80 anos e mais. Em comparação com o censo de 1940, o de 1950 revela diminuição da alfabetização no grupo de 5 a 9 anos e sensível aumento nos demais grupos. Vale a pena notar que, enquanto em 1940 nenhum grupo de idade apresentava quota de alfabetização superior a 50%, em 1950 êste limite é superado nos grupos de 15 a 19, de 20 a 29 e de 30 a 39 anos.

Comparando-se as seções *B* (homens) e *C* (mulheres), observam-se diferenças na marcha da alfabetização segundo a idade.

Nas idades de 5 a 9 e de 10 a 14 anos, em que os meninos são aproveitados mais do que as meninas para trabalhos manuais, ficando amiúde impedidos de freqüentar a escola primária, a quota de alfabetização feminina excede nìtidamente a masculina, tanto em 1940 como em 1950. No grupo de 15 a 19 anos, em 1950, a quota de alfabetização masculina (52,65%) é levemente inferior à feminina (52,77%), enquanto em 1940 a primeira (46,17%) excedia a segunda (44,51%). A partir do grupo de 20 a 29 anos, a alfabetização feminina mantém-se sempre fortemente inferior à masculina, tendendo a aumentar a inferioridade relativa com o subir da idade.

De 1940 a 1950, houve leve mas nítida diminuição da quota de alfabetização no grupo de 5 a 9 anos, em ambos os sexos. Nos demais grupos de idade, houve aumento das quotas de alfabetização, tanto no sexo masculino como no feminino, principalmente no grupo de 20 a 29 anos. Em 1940, a quota de alfabetização excedia 50% apenas nos grupos de idade de 20 a 49 anos da população masculina; em 1950, excede êste limite nos grupos de 15 a 59 anos da população masculina e no de 15 a 19 da feminina.

Como consta das percentagens calculadas nas últimas duas colunas da tabela I, pouco mais de três décimos dos habitantes que sabem ler e escrever (31,08% em 1940 e 30,44% em 1950) se acham em idades de 10 a 19 anos, pouco mais de quatro décimos (41,64% em 1940 e 43,12% em 1950) em idades de 20 a 39 anos e cêrca de um sexto (16,91% em 1940 e 16,93% em 1950) em idades de 40 a 59 anos.

* * *

5. No censo de 1950, a distribuição por sexo e grupos de idade dos habitantes que sabem ler e escrever foi apurada separadamente para os quadros administrativos urbanos, suburbanos e rurais [3]. Os resultados desta apuração constam da tabela II (seção *A* para o conjunto dos dois sexos, e seções *B* e *C* para cada sexo discriminado).

No conjunto da população de 5 anos e mais, a quota de alfabetização nos quadros urbanos atinge 73,14% para o conjunto dos dois sexos, 77,45% para o sexo masculino e 69,34% para o feminino. Nos quadros rurais, encontram-se quotas de alfabetização da população de 5 anos e mais muito inferiores à metade das urbanas: 27,66% para o conjunto dos dois sexos, 31,60% para o masculino e 23,54% para o feminino. A inferioridade relativa da alfabetização das mulheres, em comparação com a dos homens, é muito maior nos quadros rurais do que nos urbanos.

A situação dos quadros suburbanos é intermediária às dos quadros urbanos e dos rurais, aproximando-se todavia mais da primeira do que da segunda. Para o conjunto dos dois sexos, a quota de alfabetização da população de 5 anos e mais ascende a 55,75%, para o sexo masculino a 60,48% e para o feminino a 51,30%. A inferioridade relativa das mulheres é maior do que no quadro urbano, porém menor do que no quadro rural [4].

[3] Não são possíveis comparações com o censo de 1940, não tendo sido neste realizada a apuração correspondente.

[4] Adotando-se o limite inicial de 10 anos, em vez de 5, a quota de alfabetização para o conjunto dos dois sexos sobe para 78,63% nos quadros urbanos, 61,97% nos suburbanos e 32,25% nos rurais.

Em relação à idade, a quota de alfabetização para o conjunto dos dois sexos sobe a partir de 32,21% nos quadros urbanos, 19,09% nos suburbanos e 6,96% nos rurais, no grupo de 5 a 9 anos, até atingir seus máximos no grupo de 15 a 19 anos, com 84,35% nos quadros urbanos, 72,58% nos suburbanos e 36,38% nos rurais; daí desce gradativamente até os mínimos de 47,14% nos quadros urbanos, 24,36% nos suburbanos e 12,84% nos rurais, no grupo de idade de 80 anos e mais. A quota de alfabetização calculada para o conjunto dos dois sexos excede 50% em todos os grupos de idade de 10 a 79 anos nos quadros urbanos, mas apenas nos de 10 a 49 anos nos suburbanos, e fica muito abaixo dêste limite nos quadros rurais, mesmo nas idades de maior alfabetização.

Tabela II

BRASIL

Número e proporção dos habitantes de 5 anos e mais que sabem ler e escrever, por grupos de idade, com discriminação dos quadros urbanos, suburbanos e rurais

IDADE Anos completos	HABITANTES DE 5 ANOS E MAIS								
	Que sabem ler e escrever			Em total			Percentagem dos que sabem ler e escrever em cada grupo de idade		
	Quadros urbanos	Quadros suburbanos	Quadros rurais	Quadros urbanos	Quadros suburbanos	Quadros rurais	Quadros urbanos	Quadros suburbanos	Quadros rurais
				A. HOMENS E MULHERES					
5 a 9	431 488	136 249	345 481	1 339 535	713 636	4 962 356	32,21	19,09	68,96
10 a 14	1 090 352	433 074	1 235 299	1 355 877	666 251	4 286 439	80,42	65,00	28,82
15 a 19	1 179 666	447 067	1 273 701	1 398 458	615 927	3 487 930	84,35	72,58	36,52
20 a 29	2 122 658	734 207	2 000 111	2 551 110	1 074 357	5 497 943	83,21	68,34	36,38
30 a 39	1 446 834	466 853	1 244 070	1 807 845	759 737	3 718 470	80,03	61,45	33,46
40 a 49	988 555	277 878	754 927	1 312 636	515 514	2 537 209	75,31	53,90	29,75
50 a 59	574 615	143 259	408 971	825 581	305 938	1 518 795	69,60	46,83	26,93
60 a 69	300 297	70 066	200 055	467 514	167 193	816 761	64,23	41,91	24,49
70 a 79	110 335	22 669	63 199	183 644	61 587	299 919	60,07	36,81	21,07
80 e mais	29 535	5 741	15 724	62 654	23 570	122 479	47,14	24,36	12,84
Ignorada	15 971	5 309	14 506	29 542	15 565	71 525	54,06	34,11	20,28
TOTAL	*8 290 306*	*2 742 372*	*7 556 044*	*11 334 416*	*4 919 275*	*27 319 826*	*73,14*	*55,75*	*27,66*
				B. HOMENS					
5 a 9	208 579	66 121	173 931	667 193	358 812	2 534 845	31,26	18,43	6,86
10 a 14	517 845	211 236	624 856	644 328	331 353	2 189 023	80,37	63,75	28,54
15 a 19	539 139	218 680	634 523	623 448	298 478	1 722 605	86,48	73,27	36.84
20 a 29	1 027 093	373 044	1 132 855	1 174 352	506 042	2 734 378	87,46	73,72	41,43
30 a 39	738 288	259 644	798 263	856 216	368 980	1 920 519	86,23	70,37	41,56
40 a 49	535 832	165 486	528 442	637 732	254 551	1 353 824	84,02	65,01	39,03
50 a 59	318 990	87 767	300 226	395 220	147 499	817 861	80,71	59,50	36,71
60 a 69	158 741	41 764	149 482	209 990	77 775	441 037	75,59	53,70	33,89
70 a 79	51 716	12 528	46 010	72 425	25 696	149 634	71,41	48,75	30,75
80 e mais	11 748	2 836	10 862	20 013	8 346	53 073	58,70	33,98	20,47
Ignorada	8 081	2 940	8 834	13 247	6 752	33 878	61,00	43,54	26,08
TOTAL	*4 116 052*	*1 442 046*	*4 408 284*	*5 314 164*	*2 384 284*	*13 950 677*	*77,45*	*60,48*	*31,60*
				C. MULHERES					
5 a 9	222 909	70 128	171 550	672 342	354 824	2 427 511	33,15	19,76	7,07
10 a 14	572 507	221 838	610 443	711 549	334 898	2 097 416	80,46	66,24	29,10
15 a 19	640 527	228 387	639 178	775 010	317 449	1 765 325	82,65	71,94	36,21
20 a 29	1 095 565	361 163	867 256	1 376 758	568 315	2 763 565	79,58	63,55	31,38
30 a 39	708 546	207 209	445 807	951 629	390 757	1 797 951	74,46	53,03	24,80
40 a 49	452 723	112 392	226 485	674 904	260 963	1 183 385	67,08	43,07	19,14
50 a 59	255 625	55 492	108 745	430 361	158 439	700 934	59,40	35,02	15,51
60 a 69	141 556	28 302	50 573	257 524	89 418	375 724	54,97	31,65	13,46
70 a 79	58 619	10 141	17 189	111 239	35 891	150 285	52,70	28,25	11,44
80 e mais	17 787	2 905	4 862	42 641	15 224	69 406	41,71	19,08	7,01
Ignorada	7 890	2 369	5 672	16 295	8 813	37 647	48,42	26,88	15,07
TOTAL	*4 174 254*	*1 300 326*	*3 147 760*	*6 020 252*	*2 534 991*	*13 369 149*	*69,34*	*51,30*	*23,54*

A quota de alfabetização feminina é superior à masculina nos grupos de 5 a 9 anos e de 10 a 14 anos em tôdas as classes de quadros; nos grupos de

idade seguintes ela se torna inferior, acentuando-se essa inferioridade com o subir da idade e sendo mais marcada na população suburbana do que na urbana, e na rural do que na suburbana.

A quota de alfabetização masculina, subindo a partir de 31,26% nos quadros urbanos, 18,43% nos suburbanos e 6,86% nos rurais, no grupo de 5 a 9 anos, atinge o máximo no grupo de 20 a 29 anos, tanto nos quadros urbanos com 87,46% como nos suburbanos com 73,72%, e grupo de 30 a 39 anos nos quadros rurais com 41,56%; declina em seguida com o subir da idade, até os mínimos de 58,70% nos quadros urbanos, 33,98% nos suburbanos e 20,47% nos rurais, no grupo de idade de 80 anos e mais. A quota de alfabetização masculina excede 50% em todos os grupos de idade, exceto o de 5 a 9 anos, nos quadros urbanos, e nos grupos de 10 a 69 anos, nos suburbanos.

A quota de alfabetização feminina sobe de 33,15% nos quadros urbanos, 19,76% nos suburbanos e 7,07% nos rurais, no grupo de 5 a 9 anos, até 82,65% nos quadros urbanos, 71,94% nos suburbanos e 36,21% nos rurais, no grupo de 15 a 19 anos; em seguida declina gradativamente com o subir da idade, até os mínimos de 41,71% nos quadros urbanos, 19,08% nos suburbanos e 7,01% nos rurais, no grupo de idade de 80 anos e mais. A quota de alfabetização feminina excede 50% nos grupos de idade de 10 a 79 anos, nos quadros urbanos, e nos grupos de 10 a 39 anos, nos suburbanos.

* * *

6. Recapitulando, cumpre reconhecer que o censo de 1950 encontrou um nível de alfabetização ainda muito baixo na população do Brasil. Mesmo considerando-se apenas os habitantes em idades de 10 anos e mais, a proporção dos que sabem ler e escrever, 48,35%, não atinge um meio.

É preciso lembrar que a apuração censitária está baseada nas declarações dos próprios interessados ou dos respectivos chefes de família, os quais, na resposta ao quesito da alfabetização, pecam decerto com maior freqüência no sentido otimista do que no pessimista, de modo que a proporção dos que sabem efetivamente ler e escrever deve ser algo inferior à constante do censo.

Um motivo de satisfação é dado pela melhoria verificada no último decênio, pois que em 1940 a proporção dos que sabem ler e escrever na população de 10 anos e mais atingia apenas 43,04%. Mas essa satisfação não pode ser senão moderada, assim como é moderada a melhoria.

O aumento da alfabetização foi menor na população masculina de 10 anos e mais (de 48,15% em 1940 para 52,62% em 1950) do que na feminina (de 37,99% para 44,17%), atenuando-se assim a inferioridade das mulheres, que todavia se mantém ainda bem marcada.

A proporção dos que sabem ler e escrever aumenta a partir das idades infantis até as idades moças, declinando depois até as idades senis. A idade de máxima alfabetização é mais elevada no sexo masculino do que no feminino, que parece aproveitar em menor medida a instrução pós-escolar.

Há grande diferença entre a proporção dos que sabem ler e escrever na população dos quadros administrativos urbanos (78,63%, entre os habitantes de 10 anos e mais) e a na população dos quadros rurais (32,25%), onde são menores as facilidades de instrução e é mais freqüente o aproveitamento das crianças nos trabalhos do campo e do lar. Nos quadros suburbanos, a quota de alfabetização (61,97%) é intermediária às dos quadros urbanos e dos rurais.

Há, também, grandes diferenças na proporção dos que sabem ler e escrever nas diversas partes do país. Mas êste assunto já foi tratado em estudos anteriores [5], do Laboratório de Estatística.

[5] Estudos pormenorizados sôbre a alfabetização em cada Unidade da Federação, com discriminação das diferentes zonas fisiográficas, dos Municípios, das cidades e vilas e dos quadros urbanos, suburbanos e rurais, foram divulgados na série de "Estatística Cultural" dos "Estudos de Estatística Teórica e Aplicada" (N.os 3 a 8). Vejam-se, também, as seções G. III, G. IV e G. V, dêste volume.

II

A ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DO BRASIL, SEGUNDO O SEXO, A IDADE E A CÔR [1]

SUMÁRIO: 1. Especificação da apuração realizada e relação dos dados apresentados nas tabelas. — 2. Quotas de alfabetização em geral e segundo o sexo. — 3. A alfabetização segundo a idade, por sexo. — 4. Quotas de alfabetização nos diversos grupos de côr, em geral e segundo o sexo. — 5. A alfabetização segundo a idade e a côr, por sexo. — 6. Considerações finais.

1. Os resultados gerais da apuração combinada da alfabetização com a característica étnica da côr, efetuada no censo demográfico de 1950, consta da tabela III, que dá, para cada grupo de côr, o número dos habitantes de 5 anos e mais, subdivididos por sexo e grupos de idade, com discriminação dos que sabem ler e escrever. Das colunas (d) e (g) da mesma tabela constam as quotas de alfabetização calculadas para os diferentes grupos de sexo e idade em cada grupo de côr.

O número e as proporções dos alfabetizados nos diversos grupos de côr, determinados a partir de diferentes limites iniciais de idade (5,10 e 20 anos), constam das tabelas Ia, para os dois sexos em conjunto, e Ib, para cada sexo [2].

* * *

2. No conjunto da população do Brasil em idade superior a determinado limite, a "quota de alfabetização" (razão percentual entre o número dos que sabem ler e escrever e o total dos componentes do grupo de população considerado) varia como consta dos dados abaixo.

Tabela A

POPULAÇÃO EM IDADE	QUOTA DE ALFABETIZAÇÃO POR 100		
	Homens e mulheres	Homens	Mulheres
De 5 anos e mais*.....	42,69	46,06	39,37
De 10 anos e mais*.....	48,41	52,67	44,23
De 20 anos e mais*.....	48,64	55,23	42,15

* Exclusive os habitantes de idade não declarada.

[1] Estudo redigido pelo Estatístico Analista ÁUREO PINTO DE FIGUEIREDO.

[2] Cumpre advertir que no censo de 1950 a capacidade de ler e escrever do recenseado foi determinada com critérios mais rigorosos do que no de 1940. Por esta diversidade de critério ficam prejudicados, embora não inutilizados, os cálculos sôbre a variação da alfabetização entre as duas épocas. As quotas de alfabetização de 1940 deveriam ser reduzidas, especialmente nas primeiras idades consideradas, para ficarem corretamente comparáveis com as de 1950.

Na população adulta, ou seja, de 20 anos e mais, a quota de alfabetização atinge 48,64%, sendo, logo, de 51,36% a quota de analfabetismo [3]. Esta quota atinge 57,85% no sexo feminino e desce para 44,77% no masculino.

Os números absolutos dos que sabem ler e escrever, a partir dos diferentes limites de idade adotados, constam das tabelas Ia (sem discriminação do sexo) e Ib (por sexo). Estando especificados, ainda, nas citadas tabelas os correspondentes dados totais de população, obtêm-se fàcilmente, por subtração, os números dos analfabetos.

Entre os habitantes de 20 anos e mais, o total dos analfabetos ascende a 12 649 917, dos quais 5 473 546, ou 43,27%, homens, e 7 176 371, ou 56,73%, mulheres [4].

* * *

Tabela Ia

BRASIL

Número e proporção dos que sabem ler e escrever, a partir de diferentes limites iniciais de idade, nos diversos grupos de côr e na população total, em 1.º-VII-1950

IDADE Anos completos — CÔR (a)	TOTAL DOS PRESENTES (b)	SABEM LER E ESCREVER	
		Número absoluto (c)	% (d)
*5 anos mais**			
Brancos	26 784 038	14 122 971	52,73
Pardos**	11 534 376	3 085 140	26,75
Pretos	4 864 971	1 144 369	23,52
Amarelos	273 500	200 456	73,59
TOTAL	*43 456 885*	*18 552 936*	*42,69*
*10 anos e mais**			
Brancos	22 586 766	13 388 999	59,28
Pardos**	9 507 456	2 965 260	31,19
Pretos	4 123 716	1 101 168	26,70
Amarelos	223 420	184 291	82,49
TOTAL	*36 441 358*	*17 639 718*	*48,41*
*20 anos e mais**			
Brancos	15 463 989	9 171 968	59,31
Pardos**	6 220 540	1 971 168	31,69
Pretos	2 798 577	722 650	25,82
Amarelos	147 370	114 773	77,88
TOTAL	*24 630 476*	*11 980 559*	*48,64*

* Exclusive os habitantes de idade não declarada.
** Inclusive os habitantes de côr não declarada.

[3] Na população de 15 anos e mais, cujo total ascende a 30 132 791, o número dos que sabem ler e escrever é de 14 880 993 (correspondendo-lhe, logo, uma quota de alfabetização de 49,38%) e o dos analfabetos, de 15 251 798 (quota de analfabetismo, 50,62%).

[4] Na população de 15 anos e mais, o número dos que sabem ler e escrever é de 14 880 993, dos quais 8 143 959 homens e 6 737 034 mulheres; a quota de alfabetização é de 49,38% em conjunto, de 54,77% para os homens e de 44,14% para as mulheres. O número dos analfabetos é de 15 251 798, dos quais 6 725 735, ou 44,10%, homens, e 8 526 063, ou 55,90%, mulheres.

Tabela Ib

BRASIL

Número e proporção dos que sabem ler e escrever, a partir de diferentes limites iniciais de idade, segundo o sexo, nos diversos grupos de côr e na população total, em 1.º-VII-1950

IDADE Anos completos — COR (a)	HOMENS			MULHERES		
	Total dos presentes (b)	Sabem ler e escrever		Total das presentes (e)	Sabem ler e escrever	
		Número absoluto (c).	% (d)		Número absoluto (f)	% (g)
*5 anos e mais**						
Brancos	13 340 602	7 501 978	56,23	13 443 436	6 620 993	49,25
Pardos**	5 712 713	1 695 687	29,68	5 821 663	1 389 453	23,87
Pretos	2 397 598	636 296	26,54	2 467 373	508 073	20,59
Amarelos	144 335	112 566	77,99	129 165	87 890	68,04
TOTAL	*21 595 248*	*9 946 527*	*46,06*	*21 861 637*	*8 606 409*	*39,37*
*10 anos e mais**						
Brancos	11 223 544	7 141 339	63,63	11 363 222	6 247 660	54,98
Pardos**	4 677 062	1 637 322	35,01	4 830 394	1 327 938	27,49
Pretos	2 015 245	614 969	30,52	2 108 471	486 199	23,06
Amarelos	118 547	104 266	87,95	104 873	80 125	76,40
TOTAL	*18 034 398*	*9 497 896*	*52,67*	*18 406 960*	*8 141 922*	*44,23*
*20 anos e mais**						
Brancos	7 730 741	5 084 781	65,77	7 733 248	4 087 187	52,85
Pardos**	3 050 590	1 163 826	38,15	3 169 950	807 342	25,47
Pretos	1 363 886	434 227	31,84	1 434 691	288 423	20,10
Amarelos	79 946	68 783	86,04	67 424	45 990	68,21
TOTAL	*12 225 163*	*6 751 617*	*55,23*	*12 405 313*	*5 228 942*	*42,15*

* Exclusive os habitantes de idade não declarada.
** Inclusive os habitantes de côr não declarada.

Em vista das notáveis diferenças que se verificam na variação da quota de alfabetização em relação à idade entre os homens e entre as mulheres, discriminaram-se os dois sexos em todos os dados da tabela III, em que as quotas de alfabetização foram calculadas com a discriminação combinada do sexo, da côr e da idade.

Todavia, uma primeira orientação acêrca da marcha da alfabetização em relação à idade pode ser oferecida pelos dados abaixo, calculados sem discriminação do sexo e da côr, segundo os resultados dos dois últimos censos.

Tabela B

IDADE Anos completos	QUOTA DE ALFABETIZAÇÃO POR 100		QUOTA DE ANALFABETISMO POR 100	
	1940	1950	1940	1950
5 a 9	13,80	13,02	86,20	86,98
10 a 14	39,75	43,79	60,25	56,21
15 a 19	45,32	52,71	54,68	47,29
20 a 29	46,17	53,24	53,83	46,76
30 a 39	45,39	50,23	54,61	49,77
40 a 49	41,64	46,30	58,36	53,70
50 a 59	39,85	42,52	60,15	57,48
60 a 69	36,26	39,30	63,74	60,70
70 a 79	32,67	35,99	67,33	64,01
80 e mais	21,51	24,44	78,49	75,56

As quotas de alfabetização, mínimas em ambas as datas nas idades infantis, sobem até atingir os máximos (ainda bem inferior a 50% o de 1940, mas nìtidamente superior o de 1950) no grupo de 20 a 29 anos; depois descem, tendendo essa descida a acelerar-se com o subir da idade.

A aparente inferioridade da quota de alfabetização em 1950 em relação à em 1940 no grupo de 5 a 9 anos deve ser atribuída totalmente à diferença de critério já salientada na nota 1.

As proporções dos analfabetos nas idades adultas, saindo dos mínimos de 53,83% em 1940 e 46,76% em 1950, aumentam, nos grupos seguintes, até os máximos de 78,49% e 75,56%, respectivamente, no grupo de 80 anos e mais.

* * *

3. Discriminando-se os dois sexos, a marcha da alfabetização em relação à idade, embora mantendo o mesmo tipo da verificada para o conjunto da população (subida nas idades infantis e adolescentes e descida nas idades maduras e senis), apresenta notáveis diferenças.

Essa marcha é ilustrada pelas duas últimas secções da tabela II, que apresenta dados absolutos e relativos. Reproduzem-se aqui êsses últimos, isto é, as quotas de alfabetização, colocando-se-lhes ao lado as correspondentes quotas de analfabetismo e, a título de comparação, também as respectivas quotas calculadas segundo os resultados do censo de 1940.

Tabela C

IDADE Anos completos	QUOTA DE ALFABETIZAÇÃO POR 100				QUOTA DE ANALFABETISMO POR 100			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	1904	1950	1940	1950	1940	1950	1940	1950
5 a 9	13,47	12,60	14,13	13,45	86,53	87,40	85,87	86,55
10 a 14	39,26	42,78	40,26	44,68	60,74	57,22	59,74	55,32
15 a 19	46,17	52,65	44,51	52,77	53,83	47,35	55,49	47,23
20 a 29	51,59	57,38	41,04	49,34	48,41	42,62	58,96	50,66
30 a 39	53,97	57,10	36,70	43,36	46,03	42,90	63,30	56,64
40 a 49	50,77	54,75	31,76	37,35	49,23	45,25	68,24	62,65
50 a 59	49,10	51,96	30,02	32,55	50,90	48,04	69,98	67,45
60 a 69	45,44	48,02	27,53	30,50	54,56	51,98	72,47	69,50
70 a 79	41,81	44,50	25,14	28,90	58,19	55,50	74,86	71,10
0 e mais	28,38	31,25	17,04	20,08	71,62	68,75	82,96	79,92

Para o sexo masculino, a máximo quota de alfabetização, em 1940, foi atingida no grupo de 30 a 39 anos, enquanto, em 1950, se verificou uma leve superioridade da quota do grupo de 20 a 29 anos em relação ao grupo seguinte; para o sexo feminino essa quota máxima é alcançada em idade mais baixa (15 a 19 anos), em ambas as datas.

As quotas de alfabetização femininas, que em 1940 eram levemente superiores às masculinas nas idades infantis e adolescentes, mostram, em 1950, ainda mais acentuada essa superioridade, que se estende até às idades juvenis. Nas idades moças e maduras, entretanto, já se verifica, em ambas as datas, uma considerável inferioridade da alfabetização feminina, que, sempre inferior a 50%, desce, em 1950, até atingir 20% no grupo de 80 anos e mais, enquanto o sexo masculino apresenta quotas próximas de 50% até o grupo de 60 a 69 anos e ainda no grupo de 80 anos e mais atinge uma quota superior a 30%.

Tabela II

BRASIL

População de 5 anos e mais, presente em 1.º-VII-1950, segundo a alfabetização, por sexo e grupos de idade

IDADE Anos completos (a)	DADOS ABSOLUTOS: Sabem ler e escrever (b)	Não sabem ler nem escrever (c)	De instrução não declarada (d)	Total (e)	PERCENTAGEM DOS QUE SABEM LER E ESCREVER EM CADA GRUPO DE IDADE	PERCENTAGEM DE CADA GRUPO DE IDADE NO TOTAL DOS QUE SABEM LER E ESCREVER
A. HOMENS E MULHERES						
5 a 9	913 218	6 095 177	7 132	7 015 527	13,02	4,91
10 a 19	5 659 159	6 134 501	17 222	11 810 882	47,91	30,44
20 a 29	4 856 976	4 252 405	14 029	9 123 410	53,24	26,13
30 a 39	3 157 757	3 116 941	11 354	6 286 052	50,23	16,99
40 a 49	2 021 360	2 335 433	8 566	4 365 359	46,30	10,87
50 a 59	1 126 845	1 518 056	5 413	2 650 314	42,52	6,06
60 a 69	570 418	877 836	3 214	1 451 468	39,30	3,07
70 a 79	196 203	347 567	1 400	545 170	35,99	1,06
80 e mais	51 000	157 034	669	208 703	24,44	0,28
Não declarada	35 786	72 646	8 200	116 632	30,68	0,19
5 e mais	*18 588 722*	*24 907 596*	*77 199*	*43 573 517*	*42,66*	*100,00*
B. HOMENS						
5 a 9	448 631	3 108 588	3 631	3 560 850	12,60	4,50
10 a 19	2 746 279	3 054 365	8 591	5 809 235	47,28	27,56
20 a 29	2 532 992	1 874 916	6 864	4 414 772	57,38	25,42
30 a 39	1 796 195	1 344 047	5 473	3 145 715	57,10	18,02
40 a 49	1 229 760	1 012 494	3 853	2 246 107	54,75	12,34
50 a 59	706 983	651 339	2 258	1 360 580	51,96	7,09
60 a 69	349 987	377 558	1 257	728 802	48,02	3,51
70 a 79	110 254	137 017	484	247 755	44,50	1,11
80 e mais	25 446	55 790	196	81 432	31,25	0,25
Não declarada	19 855	29 459	4 563	53 877	36,85	0,20
5 e mais	*9 966 382*	*11 645 573*	*37 170*	*21 649 125*	*46,04*	*100,00*
C. MULHERES						
5 a 9	464 587	2 986 589	3 501	3 454 677	13,45	5,39
10 a 19	2 912 880	3 080 136	8 631	6 001 647	48,53	33,78
20 a 29	2 323 984	2 377 489	7 165	4 708 638	49,34	26,95
30 a 39	1 361 562	1 772 894	5 881	3 140 337	43,36	15,79
40 a 49	791 600	1 322 939	4 713	2 119 252	37,35	9,18
50 a 59	419 862	866 717	3 155	1 289 734	32,55	4,87
60 a 69	220 431	500 278	1 957	722 666	30,50	2,56
70 a 79	85 949	210 550	916	297 415	28,90	1,00
80 e mais	25 554	101 244	473	127 271	20,08	0,30
Não declarada	15 931	43 187	3 637	62 755	25,39	0,18
5 e mais	*8 622 340*	*13 262 023*	*40 029*	*21 924 392*	*39,33*	*100,00*

* * *

4. A discriminação dos que sabem ler e escrever, e da correspondente população total, segundo grupos de côr, a partir de diferentes limites de idade, consta das Tabelas Ia e Ib.

Tabela D

CÔR	QUOTA DE ALFABETIZAÇÃO, NA POPULAÇÃO DE 20 ANOS E MAIS, POR 100					
	Homens e mulheres		Homens		Mulheres	
	1940	1950	1940	1950	1940	1950
Brancos	53,09	59,31	60,77	65,77	45,28	52,85
Pardos*	29,70	31,69	37,00	38,15	22,76	25,47
Pretos	20,45	25,82	26,74	31,84	14,52	20,10
Amarelos	61,49	77,88	73,10	86,04	46,88	68,21

* Inclusive os habitantes de côr não declarada.

Considerando-se a população adulta, de 20 anos e mais, obtêm-se as seguintes quotas de alfabetização para 1940 e 1950.

Uma advertência preliminar necessária é a de que nos dois últimos censos foram aplicados critérios diferentes para a qualificação da côr, sendo possível e provável que essas divergências em parte contribuem para determinar as aparentes divergências entre os progressos da alfabetização nos diversos grupos de côr, e especialmente o aparente menor progresso no grupo pardo.

As quotas de alfabetização dos pretos são as mais baixas; as dos pardos, embora nìtidamente maiores, estão ainda muito distantes das dos brancos; estas, por sua vez, são excedidas pelas dos amarelos. Verifica-se essa mesma graduação para os dois sexos, sendo a inferioridade relativa dos pretos e dos pardos mais acentuada e a superioridade relativa dos amarelos menos acentuada no sexo feminino, como evidenciam os seguintes números índices.

Tabela E

CÔR	NÚMERO ÍNDICE DA QUOTA DE ALFABETIZAÇÃO (Brancos = 100,0)					
	Homens e mulheres		Homens		Mulheres	
	1940	1950	1940	1950	1940	1950
Brancos	100,0	100,0	100,0	100.0	100,0	100,0
Pardos*	55,9	53,4	60,9	58,0	50,3	48,2
Pretos	38,5	43,5	44,0	48,4	32,1	38,0
Amarelos	115,8	131,3	120,3	130,8	103,5	129,1

* Inclusive os habitantes de côr não declarada.

Êsses mesmos números índices salientam, ainda, a relativa elevação das quotas de alfabetização dos pretos e amarelos ao lado da diminuição das dos pardos, em relação às dos brancos, de 1940 para 1950. Mas, como foi advertido acima, estas variações podem ser em parte apenas aparentes, no que diz respeito aos grupos pardo e preto.

Na tabela abaixo foram reunidas as quotas de alfabetização da população do Brasil, segundo diferentes limites iniciais de idade, em 1940 e 1950, com discriminação do sexo e da côr.

Tabela F

IDADE Anos completos — ANO DO CENSO	QUOTA DE ALFABETIZAÇÃO POR 100							
	Homens				Mulheres			
	Brancos	Pardos**	Pretos	Amarelos	Brancas	Pardas**	Pretas	Amarelas
*5 e mais**								
1940	51,15	29,09	21,70	66,28	42,56	22,02	15,29	50,22
1950	56,23	29,68	26,54	77,99	49,25	23,87	20,59	68,04
*10 e mais**								
1940	57,90	33,73	24,91	74,03	47,37	24,76	16,97	55,61
1950	63,63	35,01	30,52	87,95	54,98	27,49	23,06	76,40
*20 e mais**								
1940	60,77	37,00	26,74	73,10	45,28	22,76	14,52	46,88
1950	65,77	38,15	31,84	86,04	52,85	25,47	20,10	68,21

* Exclusive os habitantes de idade não declarada.
** Inclusive os habitantes de côr não declarada.

* * *

5. A discriminação da população total e dos que sabem ler e escrever, segundo a idade e o sexo, nos diversos grupos de côr, consta da tabela III, onde estão, também, especificadas, por sexo, as quotas de alfabetização dos diversos grupos de idade e côr.

Tabela III

BRASIL

*População de 5 anos e mais, presente em 1.º-VII-1950, segundo grupos de côr, por sexo e grupos de idade, com discriminação dos que sabem ler e escrever**

IDADE Anos completos (a)	HOMENS			MULHERES		
	Total dos presentes (b)	Sabem ler e escrever		Total das presentes (e)	Sabem ler e escrever	
		Número absoluto (c)	% (d)		Número absoluto (f)	% (g)
A. BRANCOS						
5 a 9	2 117 058	360 639	17,03	2 080 214	373 333	17,95
10 a 19	3 492 803	2 056 558	58,85	3 629 974	2 160 473	59,52
20 a 29	2 766 574	1 875 987	67,81	2 927 417	1 757 496	60,04
30 a 39	1 982 605	1 340 039	67,59	1 958 277	1 068 777	54,58
40 a 49	1 420 530	933 723	65,73	1 318 587	636 168	48,25
50 a 59	875 929	548 037	62,57	812 246	344 998	42,47
60 a 69	472 299	275 725	58,38	456 870	183 765	40,22
70 a 79	165 299	90 767	54,91	189 597	74 080	39,07
80 e mais	47 505	20 503	43,16	70 254	21 903	31,18
Não declarada	26 190	13 501	51,55	30 220	11 405	37,74
5 e mais	*13 366 792*	*7 515 479*	*56,23*	*13 473 656*	*6 632 398*	*49,22*
B. PARDOS (Inclusive os habitantes de côr não declarada)						
5 a 9	1 035 651	58 365	5,64	991 269	61 515	6,21
10 a 19	1 626 472	473 496	29,11	1 660 444	520 596	31,35
20 a 29	1 135 949	457 533	40,28	1 228 143	397 068	32,33
30 a 39	800 452	319 418	39,90	813 144	208 955	25,70
40 a 49	556 772	206 895	37,16	536 734	110 530	20,59
50 a 59	319 156	109 836	34,41	314 243	52 480	16,70
60 a 69	166 937	52 491	31,44	174 846	26 696	15,27
70 a 79	52 124	14 145	27,14	69 389	8 943	12,89
80 e mais	19 200	3 508	18,27	33 451	2 670	7,98
Não declarada	20 786	4 611	22,18	23 728	3 281	13,83
5 e mais	*5 733 499*	*1 700 298*	*29,66*	*5 845 391*	*1 392 734*	*23,83*
C. PRETOS						
5 a 9	382 353	21 327	5,58	358 902	21 874	6,09
10 a 19	651 359	180 742	27,75	673 780	197 776	29,35
20 a 29	485 782	174 607	35,94	528 317	148 169	28,05
30 a 39	342 339	118 200	34,53	352 640	72 400	20,53
40 a 49	254 186	76 747	30,19	252 199	38 277	15,18
50 a 59	154 055	40 528	26,31	153 843	17 695	11,50
60 a 69	83 804	18 095	21,59	86 956	8 374	9,63
70 a 79	29 156	4 697	16,11	37 384	2 586	6,92
80 e mais	14 564	1 353	9,29	23 352	922	3,95
Não declarada	6 683	1 595	2,39	8 605	1 135	13,19
5 e mais	*2 404 281*	*637 891*	*26,53*	*2 475 978*	*509 208*	*20,57*
D. AMARELOS						
5 a 9	25 788	8 300	32,19	24 292	7 865	32,38
10 a 19	38 601	35 483	91,92	37 449	34 035	90,88
20 a 29	26 467	24 865	93,95	24 761	21 251	85,82
30 a 39	20 319	18 538	91,23	16 276	11 430	70,23
40 a 49	14 619	12 395	84,79	11 732	6 625	56,47
50 a 59	11 440	8 582	75,02	9 402	4 689	49,87
60 a 69	5 762	3 676	63,80	3 994	1 596	39,96
70 a 79	1 176	645	54,85	1 045	340	32,54
80 e mais	163	82	50,31	214	59	27,57
Não declarada	218	148	67,89	202	110	54,46
5 e mais	*144 553*	*112 714*	*77,97*	*129 367*	*88 000*	*68,02*

* Os dados correspondentes para a população total (conjunto dos 4 grupos de côr) constam da tabela II.

Em todos os grupos de côr, a marcha da curva da alfabetização em função da idade apresenta o caráter comum de uma subida inicial, até um máximo, e de uma consecutiva descida. Em 1940 êsse máximo corresponde sempre a uma idade mais elevada para o sexo masculino do que para o feminino; em 1950, porém, nos grupos branco e pardo se localiza no mesmo grupo de idade para ambos os sexos.

Na tabela abaixo estão indicados os máximos de cada grupo de côr e sexo, bem como os respectivos grupos de idade onde se verificam, segundo os dados dos censos de 1940 e 1950.

Tabela G

CÔR	QUOTA MÁXIMA DE ALFABETIZAÇÃO POR 100 E GRUPO DE IDADE A QUE CORRESPONDE			
	Homens		Mulheres	
	1940	1950	1940	1950
Brancos	63,58 (30 a 39)	67,81 (20 a 29)	51,48 (10 a 19)	60,04 (20 a 29)
Pardos*	39,34 (30 a 39)	40,28 (20 a 29)	28,52 (10 a 19)	32,33 (20 a 29)
Pretos	29,29 (30 a 39)	35,94 (20 a 29)	21,97 (10 a 19)	29,35 (10 a 19)
Amarelos	80,40 (20 a 29)	93,95 (20 a 29)	71,45 (10 a 19)	90,88 (10 a 19)

* Inclusive os habitantes de côr não declarada.

Em todos os grupos de côr, o máximo masculino excede o feminino, sendo a diferença relativa entre êsses dois máximos mais aceutada nos grupos de menor alfabetização.

As cararcterísticas comparativas da variação da quota de alfabetização em relação à idade, nos diversos grupos de sexo e côr, ficam salientadas pelos dados da tabela IV, em que as quotas de alfabetização estão reduzidas a números índices, sendo posta igual a 100, em cada grupo de sexo e idade, a quota correspondente aos brancos.

Tabela IV

BRASIL

Número índice da quota de alfabetização dos pretos, dos pardos e dos amarelos, em comparação com a dos brancos, segundo o sexo e a idade

IDADE Anos completos (a)	BRANCOS		PARDOS**		PRETOS		AMARELOS	
	Homens (b)	Mulheres (c)	Homens (d)	Mulheres (e)	Homens (f)	Mulheres (g)	Homens (h)	Mulheres (i)
5 a 9	100,0	100,0	32,8	33,9	33,1	34,6	189,0	180,4
10 a 19	100,0	100,0	47,2	49,3	49,5	52,7	156,2	152,7
20 a 29	100,0	100,0	53,0	46,7	59,4	53,8	138,5	142,9
30 a 39	100,0	100,0	51,1	37,6	59,0	47,1	135,0	128,7
40 a 49	100,0	100,0	45,9	31,5	56,5	42,7	129,0	117,0
50 a 59	100,0	100,0	42,0	27,1	55,0	39,3	119,9	117,4
60 a 69	100,0	100,0	37,0	23,9	53,9	38,0	109,3	99,4
70 a 79	100,0	100,0	29,3	17,7	49,4	33,0	99,9	83,3
80 e mais	100,0	100,0	21,5	12,7	42,3	25,6	116,6	88,4
*5 e mais**	*100,0*	*100,0*	*47,2*	*41,8*	*52,7*	*48,4*	*138,7*	*138,2*

* Exclusive os habitantes de idade não declarada.
** Inclusive os habitantes de côr não declarada.

Pode-se verificar, por exemplo, pelas indicações da tabela IV, que a inferioridade relativa dos pretos e dos pardos, em comparação com os brancos, se atenua na passagem das idades infantis para as idades juvenis, acentuando-se

depois cada vez mais com o subir da idade. A superioridade dos amarelos, em comparação com os brancos, é máxima nas idades infantis e tende a diminuir com o subir da idade, até desaparecer nas idades senis para as mulheres.

* * *

6. A análise da alfabetização por grupos de côr permite apreciar os efeitos dos fatôres que dificultam a difusão da instrução primária no Brasil, com sua ação mais intensa entre os pardos e pretos — em relação com a inferioridade econômica e social dêstes grupos — do que entre os brancos. A marcha da alfabetização no curso dos últimos dez anos mostra que a difusão da instrução tende a aumentar através do tempo, porém muito lentamente.

Fatôres de ordem social, determinados pelo baixo nível geral de existência das camadas menos favorecidas do povo brasileiro, são os responsáveis imediatos pela inferioridade da alfabetização dos pardos e dos pretos em relação aos brancos. Seria arbitrário e inaceitável a atribuição dessa inferioridade a fatôres étnicos, que, aliás, por coerência, levaria a atribuir a tais fatôres também a superioridade dos amarelos.

É preciso lembrar, ainda, que a alfabetização dos grupos pardo e prêto teve início em época relativamente recente. Os escravos, que ainda em 1872 ascendiam a cêrca de um milhão e meio, eram quase todos analfabetos, e a alfabetização de seus descendentes, embora ainda limitada, representa um grande progresso em comparação com êsse estado inicial.

Os resultados dos próximos censos confirmarão de certo os prognósticos favoráveis acêrca do progresso da alfabetização, podendo-se esperar que êste progresso se torne menos lento do que o que foi verificado entre 1940 e 1950 e que especialmente se acelere nos grupos éticos atualmente mais atrasados.

III

A ALFABETIZAÇÃO NAS DIVERSAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO, EM 1940 E EM 1950 [1]

As informações divulgadas pelo Serviço Nacional de Recenseamento tornaram possível calcular as percentagens dos habitantes de 10 anos e mais que sabem ler e escrever ("quotas de alfabetização") verificadas no último censo (1950), nas diversas Unidades da Federação. Na tabela I essas proporções, discriminadas por sexo, estão comparadas com as que foram calculadas com base no censo de 1940.

As quotas de alfabetização se apresentam baixas na maior parte das Unidades da Federação. Observam-se mais baixas na região Nordeste, variando de 23,65% em Alagoas a 31,98% no Rio Grande do Norte. Melhor é a situação da alfabetização na região Norte, onde as quotas variam de 34,37% no Território do Acre a 49,13% no de Rondônia. Na região Centro-Oeste, verifica-se um grande contraste na alfabetização de suas duas Unidades :Goiás tem uma quota relativamente baixa no quadro nacional (33,04%), enquanto Mato Grosso tem uma quota relativamente elevada (51,25%). Na região Leste, as quotas de alfabetização dos Estados variam de 31,55% na Bahia a 55,97% no Estado do Rio de Janeiro. A quota de alfabetização do Distrito Federal, 84,56%, é a mais alta das observadas entre tôdas as Unidades da Federação, em virtude do caráter urbano de quase tôda a população e dos cuidados dedicados à educação na Capital. Na região Sul, tôdas as Unidades apresentam quotas relativamente elevadas, variando entre 52,68% no Paraná e 65,83% no Rio Grande do Sul.

No conjunto do Brasil, o número dos habitantes de 10 anos e mais que sabem ler e escrever não chega ainda a atingir a metade do total dos nessas idades (48,35%).

Para facilitar o exame comparativo da alfabetização nos Estados em 1950, foram graduadas, na tabela II, as respectivas quotas de alfabetização. A mais alta quota de alfabetização, para o conjunto dos dois sexos, é a do Rio Grande do Sul, 65,83%; a mais baixa é a de Alagoas, 23,65%. A alfabetização em Alagoas é quase três vêzes menor do que no Rio Grande do Sul. Uma característica saliente da situação da instrução no Brasil é o grande desnivelamento entre as quotas de alfabetização dos diversos Estados.

Comparando-se a alfabetização segundo os sexos, observa-se que em todos os Estados, exceto o do Rio Grande do Norte, o nível de alfabetização entre os homens é mais elevado do que entre as mulheres. As maiores diferenças verificam-se no Paraná, em São Paulo, no Espírito Santo e em Goiás. Em Sergipe, Pernambuco, Ceará, Paraíba e Alagoas, como também no Rio Grande do Norte, a alfabetização nos dois sexos é pouco diferente.

Entre os homens, a mais elevada quota de alfabetização verifica-se em São Paulo (71,50%) e a mais baixa em Alagoas (24,31%); entre as mulheres, a mais alta no Rio Grande do Sul (63,03%) e a mais baixa no Piauí (22,14%).

[1] Nota redigida pelo Dr. ALCEU CARVALHO, Diretor do Laboratório de Estatística.

Foram calculados e são apresentados na tabela III, números índices da variação da alfabetização dos habitantes de 10 anos e mais, de 1940 a 1950, com base em 1940.

Êsses números índices mostram retrocesso da alfabetização apenas no Território do Acre, para ambos os sexos. Houve progresso em tôdas as demais Unidades. Discriminando-se os sexos, verifica-se, entretanto, um ligeiro retrocesso da alfabetização masculina nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Espírito Santo, enquanto a alfabetização feminina marca progresso nessas Unidades.

É característico da marcha da alfabetização no decênio intercensitário o fato de que o progresso feminino foi sempre superior ao masculino, tanto no conjunto do Brasil, como em cada uma de suas Unidades (exceto o Território do Acre, onde houve retrocesso para ambos os sexos, porém menor para as mulheres do que para os homens). O mais baixo nível inicial da alfabetização feminina deu margem a um progresso maior e mais rápido.

Entre as diversas Unidades da Federação, Goiás foi a que apresentou o maior índice de progresso da alfabetização entre 1940 e 1950, para o conjunto dos dois sexos (124,96); destaca-se, em seguida, a Paraíba, com índice relativamente elevado (123,33); progressos sensíveis foram também registrados na Bahia, no Estado do Rio de Janeiro, no Piauí, em Minas Gerais, em Santa Catarina, em São Paulo, em Sergipe, em Pernambuco e em Mato Grosso. As mais modestas melhorias verificaram-se, respectivamente, no Espírito Santo, no Amazonas e no Distrito Federal. No caso particular do Distrito Federal, convém notar que o pequeno progresso registrado deve-se, de um lado, ao fato de que, em 1940, esta Unidade já tinha uma relativamente alta percentagem de alfabetizados e, de outro, à grande afluência de imigrantes de zonas rurais com baixo nível de alfabetização.

No conjunto do Brasil o número índice do progresso da alfabetização entre os dois censos atinge 112,34 descendo para 109,28 na população masculina e subindo para 116,27 na feminina.

O estudo dos efeitos diretos da educação primária sôbre a alfabetização é facilitado pela tabela IV, onde estão especificadas as quotas de alfabetização do grupo de idade de 10 a 19 anos, em conjunto e por sexo, em 1940 e em 1950.

Nos Estados, em 1950, essas quotas variam: no conjunto dos dois sexos, entre o máximo de 72,51% em Santa Catarina e o mínimo de 22,69% no Piauí; no sexo masculino entre o máximo de 72,68% em Santa Catarina e o mínimo de 20,87% em Alagoas; no sexo feminino, entre o máximo de 72,34% em Santa Catarina e o mínimo de 24,22% no Piauí. As quotas de São Paulo e do Rio Grande do Sul são pouco inferiores às de Santa Catarina; as do Maranhão, pouco superiores às do Piauí e de Alagoas.

Em 17 dos 20 Estados a quota de alfabetização no grupo de 10 a 19 anos é maior para o sexo feminino do que para o masculino. Nos demais 3 Estados (Santa Catarina, São Paulo e Paraná) e no Distrito Federal é maior a quota de alfabetização masculina.

Sôbre os dados da tabela IV foram calculados os números índices da tabela V, que medem a variação relativa da alfabetização, no referido grupo de idade, de 1940 a 1950. Entre os Estados, mostra os maiores aumentos relativos, tanto para o conjunto dos dois sexos (28,14%) como para cada um dêles (H. 23,71%, M. 31,36%), a Paraíba, onde todavia a alfabetização está ainda bem baixa. Em 3 Estados (Ceará, Maranhão e Amazonas), a quota de alfabetização diminuiu no conjunto dos dois sexos e para o sexo masculino; no Território do Acre houve diminuição maior e estendida a ambos os sexos.

Em todos os Estados, como também no Distrito Federal, houve progresso maior da alfabetização feminina do que da masculina (a qual, antes, em 3 Estados diminuiu, como foi dito acima).

Tabela I

BRASIL

Percentagem dos que sabem ler e escrever entre as habitantes em idades de 10 anos e mais, em 1.º-IX-1940 e em 1.º-VII-1950

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	HOMENS E MULHERES		HOMENS		MULHERES	
	1940	1950	1940	1950	1940	1950
Rondônia*	...	49,13	...	51,63	...	45,53
Acre	38,85	34,37	39,92	34,57	37,42	34,11
Amazonas	41,64	42,85	45,96	45,99	36,98	39,53
Rio Branco**	...	44,50	...	47,03	...	41,47
Pará	45,78	48,71	52,47	53,73	39,18	43,73
Amapá***	...	44,08	...	50,91	...	36,31
Maranhão	23,89	25,22	26,63	27,25	21,23	23,24
Piauí	21,95	25,59	26,68	29,20	17,43	22,14
Ceará	29,81	31,19	32,05	31,57	27,70	30,83
Rio Grande do Norte	30,38	31,98	31,23	30,96	29,56	32,94
Paraíba	23,66	29,18	25,78	30,29	21,66	28,16
Pernambuco****	28,33	31,75	30,64	33,70	26,20	29,97
Alagoas	22,03	23,65	23,20	24,31	20,97	23,05
Sergipe	29,89	33,63	32,10	34,63	27,96	32,76
Bahia	26,98	31,55	31,85	36,15	22,45	27,33
Minas Gerais	38,03	43,81	43,40	48,35	32,75	39,42
(Serra dos Aimorés)*****	16,30	22,18	23,22	30,01	8,68	13,87
Espírito Santo	45,79	47,01	52,80	52,44	38,55	41,45
Rio de Janeiro	47,93	55,97	53,59	60,87	42,17	51,00
Distrito Federal	81,82	84,56	86,69	89,05	77,01	80,32
São Paulo	57,76	65,37	65,00	71,50	50,14	59,00
Paraná	48,60	52,68	55,83	59,09	40,92	45,34
Santa Catarina	56,20	64,20	61,24	68,08	51,08	60,27
Rio Grande do Sul	61,23	65,83	64,88	68,67	57,60	63,03
Mato Grosso	45,84	51,25	50,67	55,56	40,12	46,49
Goiás	26,44	33,04	32,33	38,18	20,44	27,73
BRASIL	*43,04*	*48,35*	*48,15*	*52,62*	*37,99*	*44,17*

* Em 1940 incluído parte no Amazonas e parte em Mato Grosso.

** Em 1940 incluído no Amazonas.

*** Em 1940 incluído no Pará.

**** Inclusive em 1950 o Território de Fernando de Noronha, que em 1940 figurava como distrito do Município do Recife.

***** Região em litígio entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Tabela II

BRASIL

Números índices da percentagem dos que sabem ler e escrever entre os habitantes em idades de 10 anos e mais, em 1950

(Base 1940 = 100)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	HOMENS E MULHERES	HOMENS	MULHERES
Acre	88,47***	86,60***	91,15***
Amazonas	102,91	100,07	106,90
Pará	106,40	102,40	111,61
Maranhão	105,57	102,33	109,47
Piauí	116,58	109,45	127,02
Ceará	104,63	98,50***	111,30
Rio Grande do Norte	105,27	99,14***	111,43
Paraíba	123,33	117,49	130,01
Pernambuco*	112,07	109,99	114,39
Alagoas	107,35	104,78	109,92
Sergipe	112,51	107,88	117,17
Bahia	116,94	113,50	121,74
Minas Gerais	115,20	111,41	120,37
(Serra dos Aimorés)**	136,07	129,24	159,79
Espírito Santo	102,66	99,32***	107,52
Rio de Janeiro	116,77	113,58	120,94
Distrito Federal	103,35	102,72	104,30
São Paulo	113,18	110,00	117,67
Paraná	108,40	105,84	110,80
Santa Catarina	114,23	111,17	117,99
Rio Grande do Sul	107,51	105,84	109,43
Mato Grosso	111,80	109,65	115,88
Goiás	124,96	118,09	135,67
BRASIL	*112,34*	*109,28*	*116,27*

* Inclusive o Território Federal de Fernando de Noronha.
** Região em litígio entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.
*** Retrocesso.

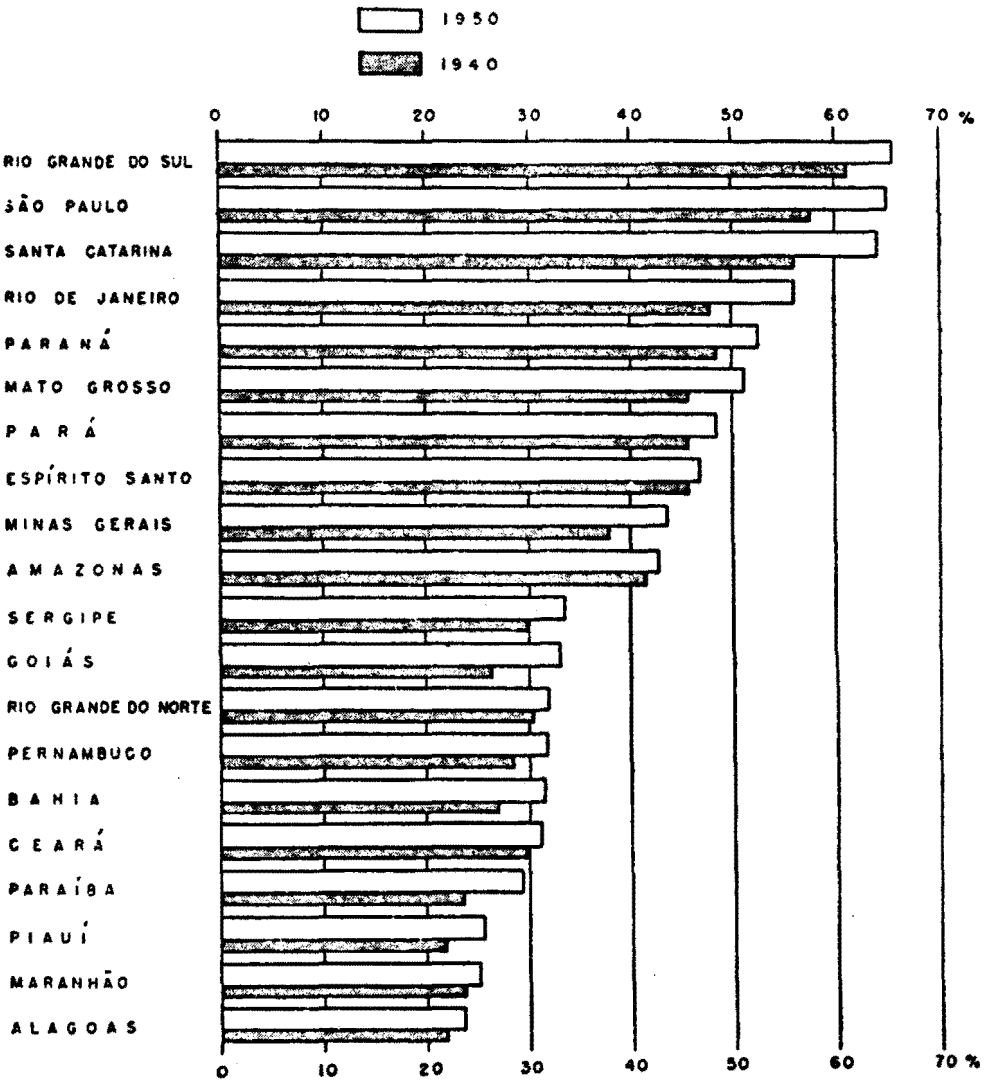


Fig. 34

A alfabetibação na população de 10 anos e mais dos diversos Estados, em 1940 e em 1950.

Tabela III

BRASIL

Graduação dos Estados segundo a percentagem dos que sabem ler e escrever entre os habitantes em idades de 10 anos e mais, em 1.º-VII-1950

ESTADO	HOMENS E MULHERES	HOMENS	MULHERES
Rio Grande do Sul	65,83	68,67	63,03
São Paulo	65,37	71,50	59,00
Santa Catarina	64,20	68,08	60,27
Rio de Janeiro	55,97	60,87	51,00
Paraná	52,68	59,09	45,34
Mato Grosso	51,25	55,56	46,49
Pará	48,71	53,73	43,73
Espírito Santo	47,01	52,44	41,45
Minas Gerais	43,81	48,35	39,42
Amazonas	42,85	45,99	39,53
Sergipe	33,63	34,63	32,76
Goiás	33,04	38,18	27,73
Rio Grande do Norte	31,98	30,96	32,94
Pernambuco	31,75	33,70	29,97
Bahia	31,55	36,15	27,33
Ceará	31,19	31,57	30,83
Paraíba	29,18	30,29	28,16
Piauí	25,59	29,20	22,14
Maranhão	25,22	27,25	23,24
Alagoas	23,65	24,31	23,05

Tabela IV

BRASIL

Percentagem dos que sabem ler e escrever no grupo de idade de 10 a 19 anos, em 1940 e em 1950

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	HOMENS E MULHERES		HOMENS		MULHERES	
	1940	1950	1940	1950	1940	1950
Rondônia	...	45,68	...	42,63	...	48,65
Acre	32,62	27,18	28,35	22,97	36,22	31,60
Amazonas	37,98	36,77	37,31	34,71	38,65	38,82
Rio Branco	25,80	36,99	23,80	33,18	28,10	40,80
Pará	44,39	46,98	44,86	45,94	43,91	48,03
Amapá	20,10	44,09	20,70	44,47	19,47	43,69
Maranhão	24,70	24,29	23,50	22,16	25,91	26,40
Piauí	20,96	22,69	20,66	21,13	21,27	24,22
Ceará	28,06	27,93	25,46	24,10	30,62	31,61
Rio Grande do Norte	30,47	32,72	26,59	27,44	34,25	37,71
Paraíba	22,64	29,01	20,54	25,41	24,68	32,42
Pernambuco	26,90	29,91	25,64	27,79	28,10	31,88
Alagoas	21,77	23,20	20,06	20,87	23,41	25,34
Sergipe	33,10	36,59	31,23	33,31	34,74	39,59
Bahia	23,56	28,59	23,68	27,97	23,44	29,17
Minas Gerais	36,17	43,34	36,35	43,10	35,99	43,56
Espírito Santo	45,11	46,99	45,61	46,60	44,61	47,38
Rio de Janeiro	47,05	55,44	46,96	54,31	47,14	56,58
Distrito Federal	86,40	87,98	87,68	89,04	85,20	87,00
São Paulo	60,68	71,43	62,36	72,55	59,01	70,33
Paraná	48,67	53,39	51,00	54,86	46,35	51,92
Santa Catarina	63,23	72,51	64,55	72,68	61,91	72,34
Rio Grande do Sul	62,09	67,30	62,00	66,44	62,18	68,14
Mato Grosso	44,46	51,20	43,93	50,41	45,00	52,00
Goiás	24,65	30,45	25,19	29,49	24,11	31,40

Tabela V

Números índices da percentagem dos que sabem ler e escrever no grupo de idade de 10 a 19 anos, em 1950

(Base 1940 = 100)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	NUMEROS ÍNDICES		
	Homens e mulheres	Homens	Homens
Rondônia	...	...	...
Acre	84,25*	81,02*	87,24*
Amazonas	96,81*	93,03*	100,44*
Rio Branco	143,37	139,41	145,20
Pará	105,83	102,41	109,38
Amapá	219,35	214,83	224,40
Maranhão	98,34*	94,30*	101,89
Piauí	108,25	102,27	113,87
Ceará	99,54*	94,66*	103,23
Rio Grande do Norte	107,38	103,20	110,10
Paraíba	128,14	123,71	131,36
Pernambuco	111,19	108,39	113,45
Alagoas	106,57	104,04	108,24
Sergipe	110,54	106,32	113,96
Bahia	121,35	118,12	124,45
Minas Gerais	119,82	118,57	121,03
Espírito Santo	104,17	102,17	106,21
Rio de Janeiro	117,83	115,65	120,03
Distrito Federal	101,83	101,55	102,11
São Paulo	117,72	116,34	119,18
Paraná	109,70	107,57	112,02
Santa Catarina	114,68	112,59	116,85
Rio Grande do Sul	108,39	107,16	109,59
Mato Grosso	115,16	114,75	115,56
Goiás	123,53	117,07	130,24

* Retrocesso.

IV

A ALFABETIZAÇÃO DAS POPULAÇÕES URBANAS, SUBURBANAS E RURAIS NO BRASIL [1]

SUMÁRIO: 1. Introdução. — 2. Dados para o conjunto do Brasil. — 3. Dados por Estados.

1. No censo demográfico de 1950, a distribuição por sexo e idade dos habitantes que sabem ler e escrever foi apurada separadamente para os quadros administrativos urbano, suburbano e rural de cada Município. Os resultados desta apuração foram expostos, elaborados e comentados em trabalhos do Laboratório de Estatística, já divulgados em edição preliminar na série dos "Estudos Demográficos" e em edição definitiva na série de "Estatística Cultural" dos "Estudos de Estatística Teórica e Aplicada".

Reproduzem-se aqui alguns dados para o conjunto do Brasil, que ilustram a variação da percentagem dos que sabem ler e escrever, em relação à idade, nas diversas classes de quadros administrativos (tabela I), como também dados sumários comparativos para os vinte Estados (tabela II) com o objetivo de ilustrar as características diferenciais das populações urbanas e rurais quanto à alfabetização.

* * *

2. A percentagem dos que sabem ler e escrever ("quota de alfabetização"), na população do Brasil em idades de 10 anos e mais, é muito maior entre os habitantes dos quadros urbanos (78,63%) do que entre o dos quadros rurais (32,25%), sendo intermediária a essas duas proporções, e mais próxima da primeira do que da segunda, verificada nos quadros suburbanos (61,97%).

Para julgar da importância comparativa das diversas classes de quadros, convém lembrar que 27,34% da população do Brasil em idades de 10 anos e mais se acham nos quadros urbanos, 11,50% nos suburbanos e 61,16% nos rurais.

A quota de alfabetização masculina excede a feminina em tôdas as classes de quadros, sendo a diferença relativa maior nos suburbanos do que nos urbanos e maior nos rurais do que nos suburbanos. Com efeito, essa quota atinge 84,09% entre os homens e 73,89% entre as mulheres nos quadros urbanos, e, respectivamente, 67,93% e 56,43% nos suburbanos e 37,09% e 27,20% nos rurais.

A quota de alfabetização sobe com o crescer da idade, a partir das idades infantis. No grupo de 5 a 9 anos (que foi excluído da tabela I para limitar as comparações à população de 10 anos e mais), a quota de alfabetização já atinge 32,21% nos quadros urbanos, mas desce para 19,09% nos suburbanos e cai para 6,96% nos rurais, dando indício do grande atraso no início dos estudos primários pelas crianças das zonas rurais.

O máximo nível da quota de alfabetização é atingido pelos homens no grupo de idade de 20 a 29 anos nos quadros urbanos (87,46%) e nos subur-

[1] Nota redigida por GIORGIO MORTARA e ERNANI THIMOTEO DE BARROS.

banos (73,72%) e no grupo de 30 a 39 anos nos rurais (41,56%). Parece evidente que a instrução pós-escolar contribui para elevar a alfabetização no sexo masculino.

Entre as mulheres, a máxima quota de alfabetização é atingida mais cedo, no grupo de 15 a 19 anos (82,65% nos quadros urbanos, 71,94% nos suburbanos e 36,21% nos rurais).

Além da idade de máxima alfabetização, a percentagem dos que sabem ler e escrever desce contìnuamente até as idades senis, onde cai para níveis extremamente baixos nos quadros rurais (20,47% entre os homens e 7,01% entre as mulheres de 80 anos e mais, em comparação com 58,70% e 41,71% nos quadros urbanos).

A inferioridade relativa da alfabetização feminina tende a aumentar com o crescer da idade.

* * *

3. Dados comparativos para os diversos Estados, sôbre a quota de alfabetização da população de 10 anos e mais nos diversos quadros administrativos, constam da tabela II [2]. Ficaram excluídos dessa tabela o Distrito Federal, pequena área com população muito numerosa, em parte preponderante urbana, e os Territórios Federais, vastas áreas de escassa importância demográfica, que contêm apenas algumas pequenas cidades.

Em todos os Estados, a quota de alfabetização entre os habitantes de 10 anos e mais é muito mais elevada nos quadros urbanos do que nos suburbanos, e nestes do que nos rurais.

As quotas de alfabetização mais elevadas nos quadros urbanos correspondem aos Estados de São Paulo, 84,66%, e do Rio Grande do Sul, 84,07%; as mais baixas, aos Estados de Alagoas, 58,06%, e da Paraíba, 55,98%.

Nos quadros suburbanos, as quotas de alfabetização mais elevadas são as de 72,33%, do Paraná, e de 72,26%, de São Paulo; as mais baixas, as de 37,20%, do Rio Grande do Norte, e de 33,78%, da Paraíba.

A Santa Catarina e ao Rio Grande do Sul correspondem as quotas de alfabetização mais elevadas nos quadros rurais, respectivamente, 58,78% e 57,22%, e ao Maranhão e a Alagoas as mais baixas, respectivamente 16,86% e 13,28%.

A percentagem dos que sabem ler e escrever fica acima de 50%, em todos os Estados, nos quadros urbanos, e acima de 25% nos suburbanos, onde apenas em 11 Estados excede 50%. Nos quadros rurais, em 9 Estados, que são os 7 da região Nordeste e 2 da Leste (Sergipe e Bahia), a quota de alfabetização fica inferior a 25%; apenas nos 2 Estados já mencionados (Santa Catarina e Rio Grande do Sul) ultrapassa 50%. As percentagens mais elevadas nos quadros rurais ficam muito próximas das mais baixas nos quadros urbanos.

A inferioridade relativa da quota de alfabetização nos quadros rurais em relação à nos quadros urbanos é mais acentuada, na maior parte dos casos, nos Estados em que é mais baixa a quota de alfabetização nos quadros urbanos. Por exemplo, nos Estados de mais elevada alfabetização nos quadros urbanos — São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina —, as quotas de alfabetização dêstes quadros correspondem, respectivamente, a 1,9, 1,5 e 1,4 vêzes as dos quadros rurais; nos Estados de mais baixa alfabetização nos quadros urbanos — Pernambuco, Alagoas e Paraíba —, as quotas de alfabetização dêstes quadros correspondem, respectivamente, a 3,5, 4,4 e 2,6 vêzes as dos quadros rurais.

[2] Os dados absolutos pelos quais foram calculadas as percentagens da tabela II constam das tabelas III e IV.

Tabela I

BRASIL

Quotas de alfabetização, por sexo e grupos de idade, nas populações dos quadros administrativos urbanos, suburbanos e rurais, segundo o censo de 1.º-VII-1950

IDADE Anos completos	PERCENTAGEM DOS QUE SABEM LER E ESCREVER								
	Homens e mulheres			Homens			Mulheres		
	Quadros urbanos	Quadros suburbanos	Quadros rurais	Quadros urbanos	Quadros suburbanos	Quadros rurais	Quadros urbanos	Quadros suburbanos	Quadros rurais
10 a 14	80,42	65,00	28,82	80,37	63,75	28,54	80,46	66,24	29,10
15 a 19	84,35	72,58	36,52	86,48	73,27	36,84	82,65	71,94	36,21
20 a 29	83,21	68,34	36,38	87,46	73,72	41,43	79,58	63,55	31,38
30 a 39	80,03	61,45	33,46	86,23	70,37	41,56	74,46	53,03	24,80
40 a 49	75,31	53,90	29,75	84,02	65,01	39,03	67,08	43,07	19,14
50 a 59	69,60	46,83	26,93	80,71	59,50	36,71	59,40	35,02	15,51
60 a 69	64,23	41,91	24,49	75,59	53,70	33,89	54,97	31,65	13,46
70 a 79	60,07	36,81	21,07	71,41	48,75	30,75	52,70	28,25	11,44
80 e mais	47,14	24,36	12,84	58,70	33,98	20,47	41,71	19,08	7,01
*10 e mais**	*78,63*	*61,97*	*32,25*	*84,09*	*67,93*	*37,09*	*73,89*	*56,43*	*27,20*

Tabela II

BRASIL

Quotas de alfabetização nas populações em idades de 10 anos e mais dos 20 Estados, com discriminação dos quadros administrativos urbanos, suburbanos e rurais, segundo o censo de 1.º-VII-1950

ESTADO	PERCENTAGEM DOS QUE SABEM LER E ESCREVER ENTRE OS HABITANTES DE 10 ANOS E MAIS*			
	Quadros administrativos			Em conjunto
	Urbanos	Suburbanos	Rurais	
Amazonas	78,63	65,11	30,88	42,85
Pará	81,35	68,24	33,70	48,71
Maranhão	70,63	48,91	16,86	25,22
Piauí	69,65	41,68	19,19	25,59
Ceará	62,97	47,57	22,50	31,19
Rio Grande do Norte	64,49	37,20	22,86	31,98
Paraíba	55,98	33,78	21,30	29,18
Pernambuco	61,73	52,96	17,40	31,75
Alagoas	58,06	40,66	13,28	23,65
Sergipe	65,53	44,92	20,59	33,63
Bahia	67,31	39,27	20,29	31,55
Minas Gerais	75,67	64,72	30,87	43,81
Espírito Santo	77,43	64,10	38,54	47,01
Rio de Janeiro	77,59	62,29	36,75	55,97
São Paulo	84,66	72,26	44,56	65,37
Paraná	82,18	72,33	42,75	52,47
Santa Catarina	83,38	71,45	58,78	64,20
Rio Grande do Sul	84,07	71,18	57,22	65,83
Mato Grosso	79,85	61,05	38,58	51,25
Goiás	68,21	43,79	25,23	33,04

* Inclusive os habitantes de idade ignorada.

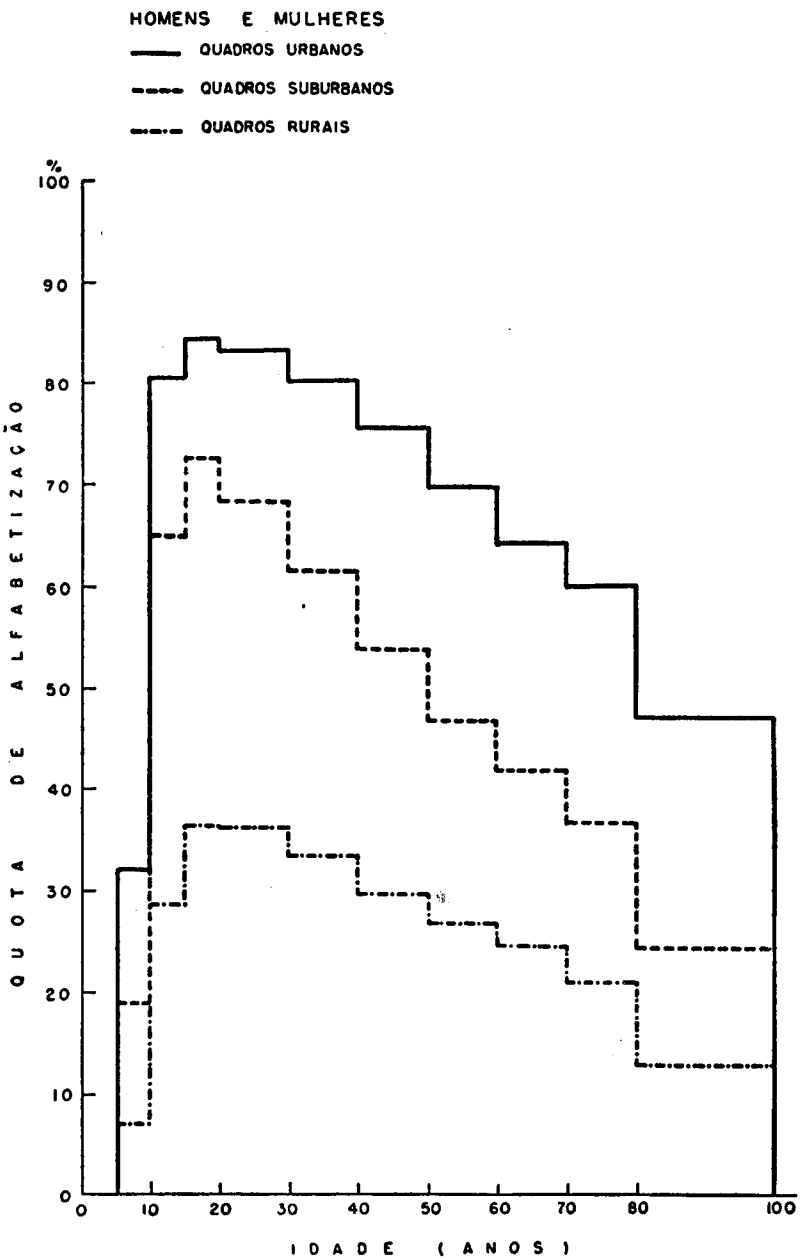


Fig. 35

A alfabetiçação segundo a idade, nos quadros administrativos urbanos, suburbanos e rurais, em 1950.

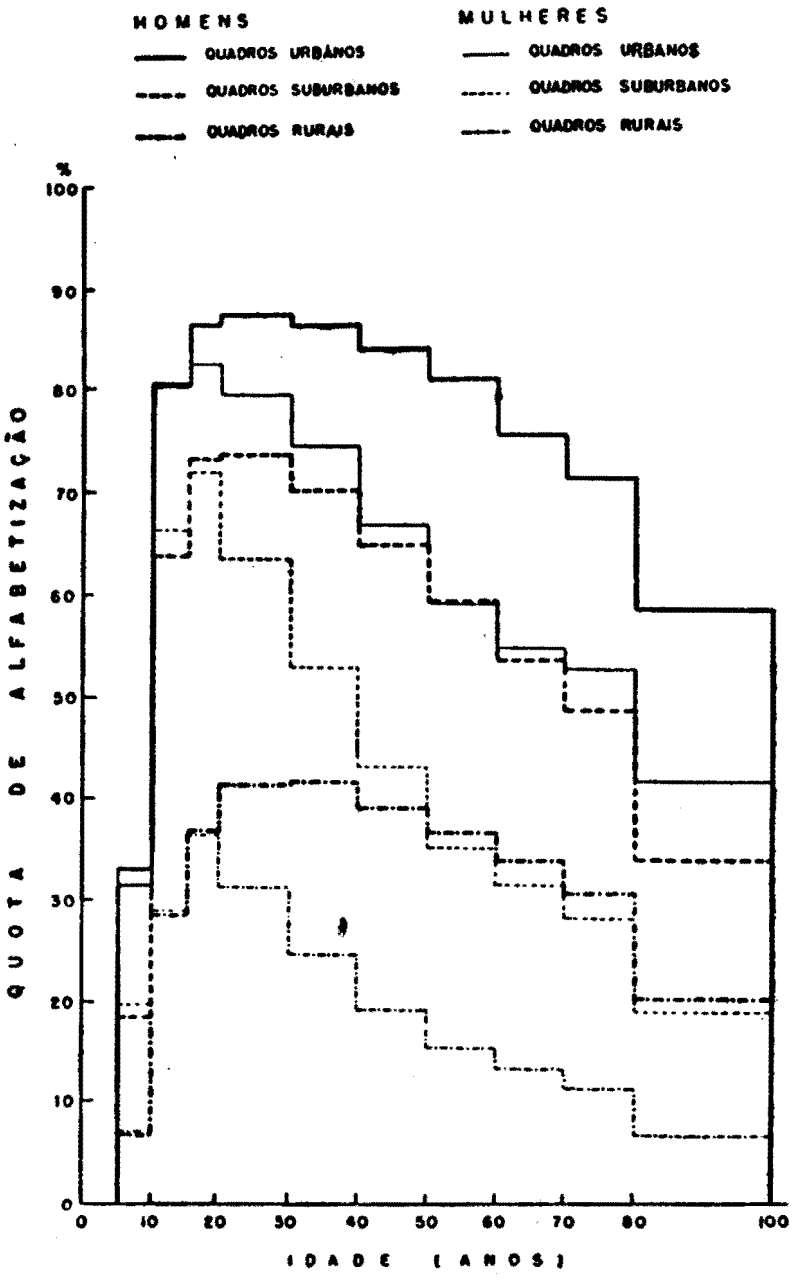


Fig. 36

A alfabetização segundo o sexo e a idade, nos quadros administrativos urbanos, suburbanos e rurais, em 1950.

Tabela III

BRASIL

*Distribuição por quadros administrativos dos habitantes de 10 anos e mais * que sabem ler e escrever, nos diversos Estados, segundo o censo de 1.º-VII-1950***

ESTADO	QUADROS ADMINISTRATIVOS			EM CONJUNTO
	Urbanos	Suburbanos	Rurais	
Amazonas	46 722	26 117	77 863	150 702
Pará	114 925	98 505	166 802	380 232
Maranhão	88 144	38 305	151 692	278 141
Piauí	43 288	25 253	111 224	179 765
Ceará	146 399	122 662	300 920	569 981
Rio Grande do Norte	81 312	21 696	110 354	213 362
Paraíba	129 959	34 372	180 589	344 920
Pernambuco	233 350	258 050	262 792	754 192
Alagoas	64 913	40 743	71 106	176 762
Sergipe	67 067	21 359	60 027	148 453
Bahia	480 284	85 140	490 107	1 055 531
Minas Gerais	802 408	414 604	1 125 020	2 342 032
Espírito Santo	78 308	26 626	172 185	277 119
Rio de Janeiro	538 727	70 217	300 455	909 399
São Paulo	2 455 261	610 316	1 318 185	4 373 762
Paraná	217 539	91 201	455 433	764 173
Santa Catarina	164 300	46 087	460 766	671 153
Rio Grande do Sul	664 653	207 684	1 062 313	1 934 650
Mato Grosso	70 525	23 120	88 255	181 900
Goiás	89 273	19 802	164 427	273 502

Tabela IV

BRASIL

*Distribuição por quadros administrativos dos habitantes de 10 anos e mais * nos diversos Estados, segundo o censo de 1.º-VII-1950***

ESTADO	QUADROS ADMINISTRATIVOS			EM CONJUNTO
	Urbanos	Suburbanos	Rurais	
Amazonas	59 417	40 110	252 163	351 690
Pará	141 279	144 354	495 012	780 645
Maranhão	124 796	78 320	899 610	1 102 726
Piauí	62 151	60 585	579 688	702 424
Ceará	232 495	257 862	1 337 360	1 827 717
Rio Grande do Norte	126 078	58 324	482 777	667 179
Paraíba	232 171	101 767	848 029	1 181 967
Pernambuco	378 012	487 247	1 509 960	2 375 219
Alagoas	111 799	100 208	535 541	747 548
Sergipe	102 348	47 545	291 585	441 478
Bahia	713 506	216 816	2 415 527	3 345 849
Minas Gerais	1 060 338	640 653	3 644 640	5 345 631
Espírito Santo	101 134	41 536	446 809	589 479
Rio de Janeiro	694 311	112 720	817 656	1 624 687
São Paulo	2 888 190	844 658	2 958 266	6 691 114
Paraná	264 725	126 094	1 065 452	1 456 271
Santa Catarina	197 055	64 504	783 819	1 045 378
Rio Grande do Sul	790 595	291 780	1 856 626	2 939 001
Mato Grosso	88 327	37 871	228 733	354 931
Goiás	130 884	45 220	651 615	827 719

* Inclusive os de idade ignorada.

** Os dados da tabela não incluem o Município de Nova Era, no Estado de Minas Gerais, parte do Município de Pirangi, no Estado de São Paulo, e parte do Município de Lapa, no Estado do Paraná, cujos habitantes não puderam ser classificados segundo os caracteres individuais pelo extravio dos documentos de coleta.

Não incluem, ainda, a região da Serra dos Aimorés, em litígio entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

V

ESTUDO REGIONAL DA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL BASEADO NO CENSO DE 1950 [1]

Entre os fenômenos cuja análise regional tem sido realizada pelo Laboratório do Conselho Nacional de Estatística, salienta-se o da capacidade de ler e escrever ("alfabetização"), que foi estudado ampla e pormenorizadamente.

É supérfluo salientar a importância dessa pesquisa num país onde a instrução pública está bastante atrasada. Importância que se torna maior porque a alfabetização apresenta grande variedade de níveis nas diversas partes do país.

Já se encontram fortes variações da proporção de alfabetizados considerando-se comparativamente as diversas regiões fisiográficas: Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste.

Essa forte variação da proporção de alfabetizados está condicionada principalmente às diferentes características sociais e econômicas de cada região. O Nordeste, menos desenvolvido econômicamente, se caracteriza por proporções de alfabetizados muito baixas no quadro nacional. O sul, que se caracteriza por forte desenvolvimento das indústrias, apresenta, pelo contrário, proporções que são as mais elevadas do país. As demais regiões, a Norte, a Leste e a Centro-Oeste, apresentam proporções intermediárias.

Deve-se ressaltar que o Sul está mais urbanizado do que o Nordeste; o fator urbanização, reflexo de outros fatôres — econômicos, sociais e mesmo geográficos — será considerado adiante no estudo da variação da alfabetização segundo as regiões do país.

A proporção de alfabetizados nas áreas rurais fica sempre fortemente inferior à nas áreas urbana e suburbana em tôdas as regiões do país. Considerando-se a proporção de alfabetizados nas áreas urbana e suburbana, vê-se que ao Sul corresponde a mais elevada e ao Nordeste, a mais baixa; as demais regiões ocupam posições intermediárias. O mesmo se verifica em relação à proporção de alfabetizados correspondente às áreas rurais. Observa-se também que áreas nìtidamente rurais situadas no Sul chegam apresentar proporções de alfabetizados superiores às apresentadas por áreas nìtidamente urbanas do Nordeste.

Conforme a divisão territorial já referida, o Brasil divide-se em 5 regiões fisiográficas — Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste —, cujos limites coincidem com fronteiras de Unidades da Federação nelas incluídas (Estados, Territórios Federais, Distrito Federal) [1]. Em cada Unidade são discriminadas zonas, cujos limites coincidem com fronteiras municipais. É portanto, possível estudar a variação da alfabetização dentro de cada região ou dentro de cada Unidade, aproveitando-se os dados censitários. Êsse estudo foi efetuado, com referência ao censo de 1950, em uma série de pequisas do Laboratório do Conselho Nacional de Estatística [2].

---

[1] Comunicação redigida por ERNANI THIMOTEO DE BARROS no Laboratório de Estatística do I.B.G.E, e apresentala à XXIX Sessão do Instituto Internacional de Estatçstica (Quitandinha, Rio de Janeiro, 1955).

[2] *Estudo sôbre a alfabetização da população do Brasil, baseados no censo demográfico de 1950* Ns. 3 a 8 da série de "Estatística Cultural" dos "Estudos de Estatística Teórica e Aplicada" (I.B.G.E., 1952 a 1955).

Como foi dito inicialmente, a população do Brasil apresenta uma proporção muito baixa de alfabetizados. Dentre os 43 573 517 habitantes de 5 anos e mais, em 1.º de julho de 1950, sabiam ler e escrever, 18 588 722, isto é, 42,66%.

Adotando-se a idade inicial de 10 anos, obtém-se uma proporção de alfabetizados mais elevada do que a correspondente ao limite de 5 anos porque fica excluída a classe de 5 a 9 anos, em que as crianças que sabem ler e escrever constituem apenas uma pequena minoria. De acôrdo com o limite de 10 anos, a proporção dos alfabetizados se eleva para 48,35% (17 675 504 habitantes nessas idades sabem ler e escrever, num total de 36 557 990). Entretanto, na apuração do censo de 1950, a alfabetização nos Municípios foi apurada para a população de 5 anos e mais não se tornando possível a exclusão do grupo de 5 a 9 anos.

A proporção de alfabetizados na população de 5 anos e mais atinge o mínimo de 25,20% no Nordeste e o máximo de 57,30% no Sul. Mesmo essa última proporção deve ser considerada muito baixa, tendo-se em vista o nível da alfabetização atingido nos países mais adiantados. No Leste, a proporção de alfabetizados ascende a 42,02%; deve-se, no entanto, considerar que nessa região está incluído o Distrito Federal, sede da capital da República, cuja população é quase totalmente urbana e cuja proporção de alfabetizados atinge 79,89%. Excluindo-se o Distrito Federal, a proporção de alfabetizados no Leste cai para 36,20%. No Norte essa proporção é de 39,94% e no Centro-Oeste, de 33,07%.

Considere-se, agora, a variação da proporção de alfabetizados dentro de cada região, segundo os Estados que as constituem [3], de acôrdo com os dados da tabela I.

Verifica-se que todos os Estados do Nordeste apresentam proporções muito baixas de alfabetizados, compreendidas entre o máximo de 27,85% (Rio Grande do Norte) e o mínimo de 20,25% (Alagoas).

Pelo contrário, todos os Estados do Sul apresentam proporções relativamente elevadas, que variam entre o máximo de 59,35% (São Paulo) e o mínimo de 46,04% (Paraná).

A proporção observada em São Paulo, máxima entre as de todos os Estados, é quase tripla da mínima de Alagoas.

Dos Estados do Leste, os dois situados na parte setentrional e mais próxima do Nordeste apresentam proporções baixas, próximas daquelas desta região: 29,41% em Sergipe e 27,23% na Bahia. Os demais Estados, situados na parte meridional, apresentam proporções de alfabetizados mais próximas das do Sul. A proporção máxima de 49,61% corresponde ao Estado do Rio de Janeiro.

Os dois Estados do Centro-Oeste apresentam proporções muito afastadas uma da outra: 44,44% (Mato Grosso) e 28,20% (Goiás). Em Goiás é mais elevada do que em Mato Grosso a proporção da população rural.

Os dois Estados do Norte apresentam proporções médias: 42,30% (Pará) e 36,87% (Amazonas). O Território do Acre, também situado no Norte, apresenta proporção baixa, 29,31% [4].

Calculando-se por sexo as proporções de alfabetizados, observa-se que as femininas ficam nìtidamente abaixo das masculinas, porém em medida variável segundo as regiões e Unidades.

---

[3] Limitar-se-á a comparação aos diversos Estados e ao Território do Acre. Excluem-se da comparação os Territórios de Rondônia, do Rio Branco, do Amapá e de Fernando de Noronha, em consideração à sua pequena importância demográfica; entretanto, os respectivos dados constam das tabelas anexas.

[4] Se fôssem consideradas as proporções calculadas a partir da idade de 10 anos (e que constam também da tabela I) poderiam ser feitas observações paralelas às acima apresentadas. Apenas as proporções ficariam tôdas em um nível um pouco superior ao nível das apresentadas anteriormente. A proporção máxima de alfabetizados na população de 10 anos e mais atinge 65,83%, correspondendo ao Rio Grande do Sul. Na população de 5 anos e mais, a máxima proporção correspondia a São Paulo. Mas a diferença entre as proporções referentes a êsses dois Estados é, segundo ambos os agrupamentos de idade, muito pequena. A proporção mínima de 23,65% corresponde a Alagoas, que também segundo o agrupamento de 5 anos e mais apresentava a mais baixa proporção.

As mais elevadas proporções de alfabetizados para ambos os sexos correspondem ao Sul (61,60% para o sexo masculino e 52,87% para o feminino) e as mais baixas ao Nordeste (26,04% para o sexo masculino e 24,41% para o feminino). É interessante observar que a alfabetização feminina do Sul excede a alfabetização masculina das demais regiões, como se pode verificar através a tabela abaixo. Em ambos os sexos, as proporções de alfabetizados correspondentes a todos os Estados do Sul são das mais elevadas e as correspondentes a todos os Estados do Nordeste, das mais baixas.

REGIÃO FISIOGRÁFICA	PROPORÇÃO DE ALFABETIZADOS NA POPULAÇÃO DE 5 ANOS E MAIS		
	Homens	Mulheres	Homens e mulheres
Norte	43,15	36,60	39,94
Nordeste	26,04	24,41	25,20
Leste*	45,62	38,53	42,02
Sul	61,60	52,87	57,30
Centro-Oeste	37,14	28,78	33,07

* Excluindo-se da região do Leste o Distrito Federal, obtêm-se as seguintes proporções: homens, 39,83%; mulheres, 32,67%; homens e mulheres, 36,20%.

Dentro de cada Estado podem ser discriminadas áreas com níveis de alfabetização muito diferentes.

Um dos fatôres predominantes dessa diferenciação é constituído pela urbanização. Assim, uma discriminação da população segundo áreas urbanas e rurais [5] já poderia ser aproveitada para separar na área total do Estado secções de alfabetização relativamente elevada e relativamente baixa. Dada, porém, a grande variação da alfabetização segundo as regiões, encontram-se, como já foi ressaltado anteriormente, proporções de alfabetizados correspondentes a áreas rurais de determinados Estados muito mais elevadas do que proporções correspondentes a áreas urbanas de outros. (Veja-se, sôbre êsse assunto, a tabela II). Por exemplo, em Santa Catarina, Estado do Sul, a proporção de alfabetizados na população rural atinge 51,23%, valor superior às proporções de alfabetizados na população urbana e suburbana de 5 dos 7 Estados do Nordeste.

Dentre os diversos Estados, a proporção de alfabetizados nas áreas urbanas e suburbanas varia entre 44,74% na Paraíba, Estado do Nordeste, e 76,47% em São Paulo, Estado do Sul. Nas área rurais, varia entre 11,05% em Alagoas, Estado do Nordeste, e 51,23% em Santa Catarina, Estado do Sul. Nos Estados do Sul as proporções de alfabetizados nas áreas urbanas e suburbanas ficam compreendidas entre 72 e 76%, enquanto dentre os do Nordeste ficam compreendidas entre 45 e 56%. As proporções de alfabetizados nas áreas rurais ficam compreendidas entre os limites de 37 e 51% dentre os Estados do Sul e entre os limites bem mais baixos de 11 a 20% dentre os Estados do Nordeste.

A diferença relativa entre a proporção de alfabetizados na áreas urbanas e suburbanas e a proporção nas áreas rurais é, em geral, maior nos Estados de mais baixa alfabetização do que nos de mais elevada. Em nenhum Estado do Sul, a proporção de alfabetizados nas áreas urbanas e suburbanas excede o dôbro da proporção na área rural. A diferença nos Estados do Nordeste é sempre relativamente maior; em dois dêles a proporção de alfabetizados nas áreas urbanas e suburbanas é quase quádrupla da proporção nas áras rurais (56,27% a primeira e 14,29% a segunda no Maranhão; 45,08% a primeira e 11,05% a segunda em Alagoas). Pesquisas do Laboratório de Estatística revelaram que a inferioridade da alfabetização nas áreas rurais é especialmente

[5] Nem sempre a discriminação administrativa, adotada pelo Serviço de Recenseamento, coincide com a que se poderia fazer segundo critérios demográficos e sociológicos. Mas, em conjunto, a maior parte da população qualificada urbana ou rural no sentido administrativo o é, também, no sentido demográfico e sociológico de modo que as apurações do censo de 1950 fornecem elementos úteis para êste estudo.

acentuada em todos os Estados nas idades infantis, indicando menor observância da obrigação da instrução primária e maior atraso no início dos estudos.

Observam-se, em geral, notáveis variações da proporção de alfabetizados nas diferentes zonas fisiográficas em que se divide cada Unidade da Federação, como se pode verificar através a tabela III (da qual constam as proporções de alfabetizados máxima e mínima dentre as diversas zonas de cada Unidade).

Em Minas Gerais, por exemplo, que é um Estado do Leste e cuja proporção de alfabetizados (38,24%) é pouco inferior à média nacional, esta variação é especialmente forte, a proporção máxima de zona atinginda 59,51% e a mínima, 10,96%. Observe-se que na zona de máxima alfabetização está incluído o Município da capital, altamente urbanizado. Aliás, pode ser verificada neste Estado uma nítida relação entre a urbanização das zonas e a respectiva proporção de alfabetizados, como consta dos dados abaixo.

ZONA FISIOGRÁFICA	PROPORÇÃO DE ALFABETIZADOS*	PROPORÇÃO DE HABITANTES NAS AREAS RURAIS*
Metalúrgica	59,51	41,50
Triângulo	46,01	63,58
Mata	43,79	69,32
Oeste	42,05	69,99
Alto Paranaíba	40,98	69,73
Sul	40,67	68,36
Alto São Francisco	35,76	70,22
Rio Doce	29,61	81,98
Urucuia	24,38	87,37
Médio São Francisco	19,18	82,47
Alto Jequitinhonha	18,45	83,45
Mucuri	15,87	80,87
Itamcabira	10,96	90,96

* Na população de 5 anos e mais.

Como exemplo, de certa maneira contrastante, pode ser tomado o Rio Grande do Sul, Estado de nível de alfabetização relativamente elevado (58,61%), onde a variação entre as diversas zonas é moderada. A máxima proporção de alfabetizados atinge 67,09% (na zona que inclui o Município da capital, preponderantemente urbano) e a mínima, 41,39%. Embora menos nítida, também neste Estado se observa a relação com a urbanização.

ZONA FISIOGRÁFICA	PROPORÇÃO DE ALFABETIZADOS*	PROPORÇÃO DE HABITANTES NAS ÁREAS RURAIS*
Depressão Central	67,09	34,33
Colônia Alta	65,39	68,03
Colônia Baixa	64,35	76,03
Litoral Lagunar	62,74	45,45
Companha	59,20	46,14
Passo Fundo	56,24	75,67
Missões	52,80	75,90
Noroeste	51,82	90,01
Campo do Centro	49,43	79,00
Campos de Vacaria	46,88	85,01
Serras do Sudoeste	42,92	88,71
Costa	41,39	81,66

* Na população de 5 anos e mais.

Como terceiro e último exemplo, tomar-se-á o Estado de Alagoas (situado no Nordeste), que apresenta a mais baixa proporção de alfabetizados (20,25%). Neste Estado, a variação, segundo as zonas, menor do que em Minas Gerais, é, no entanto, bem maior do que no Rio Grande do Sul. Apresenta-se nítida a relação com a urbanização, como se pode ver pelos dados seguintes. A zona de mais elevada proporção de alfabetizados inclui o Município da capital, com baixa proporção de habitantes na área rural.

ZONA FISIOGRÁFICA	PROPORÇÃO DE ALFABETIZADOS*	PROPORÇÃO DE HABITANTES NAS ÁREAS RURAIS*
Litoral	33,91	46,63
Baixo São Francisco	20,28	60,01
Sertão do São Francisco	17,64	82,63
Sertaneja	14,22	86,79
Mata	12,89	85,67

Apesar da forte variação da proporção de alfabetizados dentro de cada Estado, em nenhuma zona do Nordeste a proporção de alfabetizados atinge um nível comparável aos níveis máximos de zona dos Estados do Sul. E em nenhum Estado do Sul a proporção mínima de zona desce a níveis tão baixos quanto os atingidos nos Estados do Nordeste.

Sendo cada zona fisiográfica constituída por vários Municípios, o estudo da variação da proporção de alfabetizados pode ser aprofundado considerando-se as proporções de alfabetizados por Municípios.

Já se viu que nas zonas de mais elevada proporção de alfabetizados dos três Estados considerados (Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Alagoas) estava compreendido o Município da capital. Na maioria dos Estados o Município da capital apresenta a mais elevada proporção de alfabetizados e nos poucos Estados restantes, uma das mais elevadas. Essas proporções ficam muito afastadas das proporções mínimas municipais de alfabetzados dos respectivos Estados, que se situam em níveis extremamente baixos. Em 6 Estados, a proporção mínima municipal fica abaixo de 10%.

Minas Gerais é o Estado em que a variação é mais ampla, atingindo 76,73% a máxima e 4,51% a mínima proporção municipal de alfabetizados. Santa Catarina é o em que a variação é menos ampla, atingindo 79,85% a máxima e 38,94% a mínima. Dados referentes aos demais Estados constam da tabela IV.

Resumindo-se, o Brasil é um país de muito baixa proporção de alfabetizados, mas a variação desta proporção segundo as regiões é muito forte por causa das diferenças das condições sociais e econômicas. O Nordeste é a região em que são mais baixas as proporções de alfabetizados e o Sul a em que são mais elevadas.

Entre os Estados, os de São Paulo e do Rio Grande do Sul apresentam as mais elevadas proporções de habitantes alfabetizados e os de Alagoas, Maranhão e Piauí, as mais baixas.

Dentro de cada região e de cada Estado notam-se fortes diferenças, as áreas rurais apresentando proporções de alfabetizados muito mais baixas do que as áreas urbanas.

Tabela I

BRASIL

Percentagens dos que sabem ler e escrever, nas diversas Unidades da Federação, em 1.º-VII-1950 *

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ENTRE OS HABITANTES DE 5 ANOS E MAIS			ENTRE OS HABITANTES DE 10 ANOS E MAIS		
	Homens	Mulheres	Homens e mulheres	Homens	Mulheres	Homens e mulheres
Rondônia	46,85	40,23	44,06	51,63	45,53	49,13
Acre	29,88	28,61	29,31	34,57	34,11	34,37
Amazonas	39,36	34,24	36,87	45,99	39,53	42,85
Rio Branco	41,48	36,24	39,07	47,03	41,47	44,50
Pará	46,21	38,39	42,30	53,73	43,73	48,71
Amapá	44,32	32,18	38,65	50,91	36,31	44,08
Maranhão	23,23	20,24	21,73	27,25	23,24	25,22
Piauí	24,30	18,88	21,55	29,20	22,14	25,59
Ceará	26,76	26,68	26,72	31,57	30,83	31,19
Rio Grande do Norte	26,78	28,86	27,85	30,96	32,94	31,98
Paraíba	26,06	24,71	25,34	30,29	28,16	29,18
Pernambuco	28,89	26,22	27,50	33,70	29,97	31,75
Alagoas	20,54	19,98	20,25	24,31	23,05	23,65
Sergipe	29,88	29,00	29,41	34,63	32,76	33,63
Bahia	30,72	23,96	27,23	36,15	27,33	31,55
Minas Gerais	41,72	34,81	38,24	48,35	39,42	43,81
(Serra dos Aimorés)**	24,62	11,63	18,31	30,01	13,87	22,18
Espírito Santo	45,33	36,48	40,96	52,44	41,45	47,01
Rio de Janeiro	53,57	45,58	49,61	60,87	51,00	55,97
Distrito Federal	83,72	76,25	79,89	89,05	80,32	84,56
São Paulo	64,58	53,93	59,35	71,50	59,00	65,37
Paraná	51,60	40,07	46,04	59,09	45,34	52,68
Santa Catarina	59,64	53,56	56,63	68,08	60,27	64,20
Rio Grande do Sul	60,76	56,48	58,61	68,67	63,03	65,83
Mato Grosso	48,08	40,46	44,44	55,56	46,49	51,25
Goiás	32,34	23,92	28,20	38,18	27,73	33,04
BRASIL	*46,04*	*39,33*	*42,66*	*52,62*	*44,17*	*48,35*

* Não se inclui discriminadamente na tabela o território de Fernando de Noronha em vista de sua pequena importancia demográfica (em 1950, 491 habitantes de 5 anos e mais).

** Região em litigio entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Tabela II

BRASIL

*Percentagens médias, percentagens nas áreas urbanas e suburbanas e nas áreas rurais dos que sabem ler e escrever, entre os habitantes de 5 anos e mais, nas diversas Unidades da Federação, em 1.º-VII-1950**

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	MEDIA DA UNIDADE	ÁREAS URBANAS E SUBURBANAS	ÁREAS RURAIS
Rondônia	44,06	63,74	32,49
Acre	29,31	59,35	22,31
Amazonas	36,87	65,72	25,99
Rio Branco	39,07	72,27	25,70
Pará	42,30	67,81	28,35
Amapá	38,65	55,68	28,62
Maranhão	21,73	56,27	14,29
Piauí	21,55	49,76	15,86
Ceará	26,72	49,24	18,85
Rio Grande do Norte	27,85	50,52	19,55
Paraíba	25,34	44,74	18,09
Pernambuco	27,50	51,28	14,65
Alagoas	20,25	45,08	11,05
Sergipe	29,41	53,94	17,53
Bahia	27,23	55,49	20,48
Minas Gerais	38,24	65,03	26,33
Espírito Santo	40,96	66,85	33,07
Rio de Janeiro	49,61	68,84	31,61
Distrito Federal	79,89	80,83	48,88
São Paulo	59,35	76,47	39,16
Paraná	46,04	72,46	36,85
Santa Catarina	56,63	73,72	51,23
Rio Grande do Sul	58,61	74,62	49,85
Mato Grosso	44,44	66,58	32,63
Goiás	28,20	55,56	21,08
BRASIL	*42,66*	*67,88*	*27,66*

* Não se inclui discriminadamente na tabela o Território de Fernando de Noronha em vista de sua pequena importância demográfica (em 1950, 491 habitantes de 5 anos e mais).

Tabela III

BRASIL

*Percentagens médias e percentagens máxima e mínima de zona fisiográfica dos que sabem ler e escrever, entre os habitantes de 5 anos e mais, nas diversas Unidades da Federação, em 1.º-VII-1950**

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	MÉDIA DA UNIDADE			ZONA FISIOGRÁFICA					
				De máxima alfabetização			De mínima alfabetização		
	Homens	Mulheres	Homens e mulheres	Homens	Mulheres	Homens e mulheres	Homens	Mulheres	Homens e mulheres
Acre	29,88	28,61	29,31	33,04	31,72	32,46	25,77	24,66	25,27
Amazonas	39,36	34,24	36,87	55,90	55,33	55,61	16,10	12,36	14,36
Pará	46,21	38,39	42,30	58,03	55,17	56,55	26,88	21,31	24,23
Maranhão	23,23	20,24	21,73	44,33	44,90	44,63	15,48	11,40	13,47
Piauí	24,30	18,88	21,55	29,02	27,21	28,11	18,91	14,15	16,55
Ceará	26,76	26,68	26,72	35,58	37,41	36,53	19,40	14,85	17,08
Rio Grande do Norte	26,78	28,86	27,85	32,98	36,20	34,63	15,54	17,82	16,70
Paraíba	26,06	24,71	25,34	31,96	35,43	33,67	16,82	16,02	16,40
Pernambuco	28,89	26,22	27,50	37,25	35,62	36,41	19,69	16,74	18,14
Alagoas	20,54	19,98	20,25	33,70	34,10	33,91	13,51	12,28	12,89
Sergipe	29,88	29,00	29,41	39,55	39,91	39,75	22,34	18,63	20,39
Bahia	30,72	23,96	27,23	48,97	44,87	46,79	19,05	13,05	16,13
Minas Gerais	41,72	34,81	38,24	63,05	56,20	59,51	13,87	8,30	10,96
Espírito Santo	45,33	36,48	40,96	54,31	47,44	50,81	38,01	28,36	33,37
Rio de Janeiro	53,57	45,58	49,61	67,46	58,25	62,88	40,47	29,21	34,83
São Paulo	64,58	53,93	59,35	80,07	72,92	76,66	32,02	21,69	26,95
Paraná	51,60	40,07	46,04	74,40	68,57	71,46	26,52	17,11	21,94
Santa Catarina	59,64	53,56	56,63	71,57	66,67	69,14	50,94	41,46	46,29
Rio Grande do Sul	60,76	56,48	58,61	69,10	65,18	67,09	45,38	37,21	41,39
Mato Grosso	48,08	40,46	44,44	63,59	55,75	59,83	18,82	10,41	15,42
Goiás	32,34	23,92	28,20	40,02	31,17	35,63	18,11	11,41	14,62

* Não incluído o Distrito Federal, que constitui uma só zona fisiográfica. Os territórios de Rondônia, do Rio Branco e do Amapá, de pequena importância demográfica, têm suas zonas coincidentes, em geral com os próprios Municípios que os constituem. Por isso, os dados da tabela seguinte sôbre a variação de percentagem de alfabetizados dentre os Municípios também indicam a variação por zonas. O Território de Fernando de Noronha, de exígua população, não permite o estudo correspondente.

Tabela IV

BRASIL

*Percentagens médias e percentagens municipais máxima e mínima dos que sabem ler e escrever, entre os habitantes de 5 anos e mais, nas diversas Unidades da Federação, em 1.º-VII-1950**

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	MÉDIA DA UNIDADE			MUNICÍPIO					
				De máxima alfabetização			De mínima alfabetização		
	Homens	Mulheres	Homens e mulheres	Homens	Mulheres	Homens e mulheres	Homens	Mulheres	Homens e mulheres
Rondônia	46,85	40,23	44,06	49,84	39,88	45,76	45,76	40,35	43,45
Acre	29,88	28,61	29,31	36,77	36,16	36,51	25,26	20,31	23,15
Amazonas	39,36	34,24	36,87	60,49	59,98	60,23	15,23	10,94	13,30
Rio Branco	41,48	36,24	39,07	41,65	36,65	39,35	38,27	28,35	33,83
Pará	46,21	38,39	42,30	74,51	70,69	72,45	21,90	7,04	15,09
Amapá	44,32	32,18	38,65	49,30	34,81	42,40	26,14	16,15	21,46
Maranhão	23,23	20,24	21,73	59,82	59,78	59,80	10,15	8,69	9,44
Piauí	24,30	18,88	21,55	42,21	40,91	41,53	12,55	7,35	9,95
Ceará	26,76	26,68	26,72	58,90	56,86	57,78	12,17	12,34	12,26
Rio Grande do Norte	26,78	28,86	27,85	58,77	54,27	56,32	10,02	12,46	11,25
Paraíba	26,06	24,71	23,54	50,48	49,01	49,68	12,62	12,83	12,73
Pernambuco	28,89	26,22	27,50	63,74	56,96	60,04	10,92	8,02	9,41
Alagoas	20,54	19,98	20,25	54,12	50,81	52,27	9,65	9,34	9,49
Sergipe	29,88	29,00	29,41	63,76	59,88	61,56	16,25	13,50	14,80
Bahia	30,72	23,96	27,23	72,75	65,61	68,86	17,20	6,33	11,48
Minas Gerais	41,72	34,81	38,24	80,94	73,10	76,73	6,71	2,43	4,51
Espírito Santo	45,33	36,48	40,96	75,33	67,72	71,23	18,19	14,80	16,56
Rio de Janeiro	53,57	45,58	49,61	79,67	72,33	75,86	28,37	21,44	24,94
São Paulo	64,58	53,93	59,35	92,52	83,42	88,14	21,64	11,32	16,42
Paraná	51,60	40,07	46,04	85,01	79,47	82,17	20,00	12,64	16,41
Santa Catarina	59,64	53,56	56,63	81,05	78,68	79,85	43,59	34,18	38,94
Rio Grande do Sul	60,76	56,48	58,61	80,60	81,17	80,88	40,11	26,42	33,42
Mato Grosso	48,08	40,46	44,44	70,15	61,91	66,15	18,82	10,41	15,42
Goiás	32,34	23,92	28,20	61,43	54,89	58,09	12,95	6,71	9,73

* Não incluído o Território de Fernando de Noronha, em vista de sua exígua população (491 habitantes de 5 anos e mais, em 1950), e o Distrito Federal, que constituí um só Município.

VI

A ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS NO BRASIL [1]

SUMÁRIO: *1. Cálculo e ajustamento das quotas de alfabetização por anos de idade. — 2. Cálculo das quotas de alfabetização nos aniversários de 6.º ao 16.º. — 3. Cálculo da alfabetização de uma geração entre os 6.º e 16.º aniversários.*

1. Torna-se possível calcular pelos dados dos censos demográficos de 1940 e de 1950 a proporção, por anos de idade, das crianças que sabem ler e escrever, segundo as declarações censitárias.

Os elementos e os resultados dêsse cálculo constam da tabela I, onde a coluna (*a*) dá a número total dos presentes em cada ano de idade, do 6.º ao 15.º, a coluna (*b*) o número dos que, entre êles, sabem ler e escrever, e a coluna (c) a respectiva percentagem. Para dar uma idéia da marcha ulterior da alfabetização incluíram-se na tabela os dados correspondentes para o qüinqüênio de idade sucessivo.

Tabela I

BRASIL

Cálculo e ajustamento das percentagens dos habitantes que sabem ler e escrever, para as idades de 5 a 19 anos

(1940 e 1950)

IDADE Anos completos	TOTAL DOS PRESENTES (*a*)	SABEM LER E ESCREVER (*b*)	PERCENTAGEM DOS QUE SABEM LER E ESCREVER	
			Original (*c*)	Ajustada (*d*)
EM 1.º DE SETEMBRO DE 1940				
5	1 215 032	23 212	1,91	2,0
6	1 183 384	61 735	5,22	5,0
7	1 162 192	150 273	12,93	13,0
8	1 171 662	244 362	20,86	21,0
9	1 026 546	314 892	30,67	29,0
10	1 231 904	400 365	32,50	34,0
11	991 738	404 236	40,76	38,0
12	1 164 533	450 236	38,66	41,0
13	952 362	428 582	45,00	43,0
14	987 543	434 722	44,02	44,2
15 a 19	4 443 923	2 013 798	45,32	45,3
EM 1.º DE JULHO DE 1950				
5	1 479 940	14 422	0,97	1,0
6	1 441 377	57 057	3,96	4,0
7	1 445 502	171 072	11,83	11,7
8	1 389 175	281 932	20,29	21,2
9	1 259 533	388 735	30,86	29,9
10	1 436 438	487 541	33,94	35,8
11	1 189 571	520 075	43,72	40,8
12	1 351 233	583 930	43,21	45,1
13	1 157 404	574 225	49,61	48,6
14	1 173 921	592 954	50,51	50,6
15 a 19	5 502 315	2 900 434	52,71	52,7

[1] Estudo redigdo pelo Prof. GIORGIO MORTARA.

As proporções, assim calculadas, de crianças que sabem ler e escrever tendem a crescer com a idade, apresentando porém irregularidades na sua marcha, em conseqüência dos erros nas declarações de idade dos recenseados, erros mais freqüentes entre os analfabetos do que entre os que sabem ler e escrever. Torna-se, portanto, conveniente ajustar as proporções calculadas, procurando aproximar da realidade seu andamento [2]. Os resultados do ajustamento gráfico-numérico que foi efetuado para êsse fim constam da coluna (*d*) da tabela I.

De acôrdo com os dados ajustados, a proporção das crianças que sabem ler e escrever aumenta cada vez mais ràpidamente do 6.º ao 8.º anos de idade, e cada vez mais lentamente do 9.º ao 15.º; continua aumentando levemente nos primeiros anos seguintes.

Em 1940, essa proporção subia de 2,0% no 6.º ano de idade para 44,2% no 15.º; em 1950, sobe de 1,0% para 50,6%. Verificou-se, portanto, sensível melhoria da alfabetização, embora nas idades iniciais as proporções dos que sabem ler e escrever sejam um pouco menores em 1950 do que em 1940 [3].

* * *

2. Pela interpolação que deu os dados ajustados da tabela I, pode-se calcular, também, a proporção dos que sabem ler e escrever no x^{mo} *aniversário* (enquanto a proporção constante da coluna (*d*) da tabela I é a dos que sabem ler e escrever no $(x+1)^{mo}$ *ano de idade*). As proporções assim calculadas para os aniversários do 6.º ao 16.º constam das colunas "1940" e "1950" da tabela II. Conhecendo-se as proporções nos dois anos dos censos, torna-se fácil calcular, mediante interpolação linear, as proporções nos nove anos intermediários, especificadas nas colunas "1941" a "1949" da mesma tabela.

Em 1940, a proporção dos que sabem ler e escrever passava de 3,2% no 6.º aniversário para 45,0% no 16.º; em 1950, passa de 2,2% para 51,9%.

Tabela II

BRASIL

Percentagens das crianças que sabem ler e escrever no x^{mo} aniversário, calculadas com base nos censos demográficos de 1940 e de 1950

(Dados ajustados)

IDADE x	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950
6.....	3,20	3,10	3,00	2,90	2,80	2,70	2,60	2,50	2,40	2,30	2,20
7.....	8,30	8,25	8,20	8,15	8,10	8,05	8,00	7,95	7,90	7,85	7,80
8.....	17,00	17,02	17,04	17,06	17,08	17,10	17,12	17,14	17,16	17,18	17,20
9.....	25,00	25,08	25,16	25,24	25,32	25,40	25,48	25,56	25,64	25,72	25,80
10.....	31,50	31,64	31,78	31,92	32,06	32,20	32,34	32,48	32,68	32,76	32,90
11.....	36,00	36,25	36,50	36,75	37,00	37,25	37,50	37,75	38,00	38,25	38,50
12.....	39,50	39,86	40,22	40,58	30,94	41,30	41,66	42,02	42,38	42,74	43,10
13.....	42,00	42,50	43,00	43,50	44,00	44,50	45,00	44,00	46,00	46,50	47,00
14.....	43,60	44,22	44,84	45,46	46,08	46,70	47,32	47,94	48,56	49,18	49,80
15.....	44,50	45,16	45,82	46,48	47,14	47,80	48,46	49,12	50,44	49,78	51,10
16.....	45,00	45,69	46,38	47,07	47,76	48,45	49,14	49,83	50,52	51,21	51,90

* * *

[2] O assunto foi discutido amplamente no volume N.º 1 da série de "Estatística Cultural", dos "Estudos de Estatística Teórica e Aplicada", *Estudos sôbre a alfabetização e a instrução da população do Brasil, conforme as apurações do censo demográfico de 1940* (Rio, I.B.G.E., 1950), págs. 21 a 32.

[3] Não parece provável que tenha havido efetivamente um retrocesso da instrução nos 6.º ao 8.º anos de idade. Ou houve menor largueza na apreciação da capacidade de ler e escrever em 1950 do que em 1940, ou nos anos mais recentes foi observado mais rigorosamente o limite de idade de 6 anos para a admissão à escola primária.

3. Pelos dados da tabela II pode-se observar a marcha da alfabetização da geração de crianças que atingiu o 6.º aniversário em 1940 e o 16.º em 1950.

Resume-se essa marcha nos dados seguintes.

IDADE x	PERCENTAGEM DAS CRIANÇAS	
	Que sabem ler e escrever no x^{mo} aniversário	Que aprendem a ler e escrever no $(x+1)^{mo}$ ano de idade
6	3,20	5,05
7	8,25	8,79
8	17,04	8,20
9	25,24	6,82
10	32,06	5,19
11	37,25	4,41
12	41,66	3,84
13	45,50	3,06
14	48,56	1,88
15	50,44	1,46

Dessa geração, 3,20% aprenderam a ler e escrever antes do 6.º aniversário, 28,86% entre os 6.º e 10.º aniversários e 18,38% entre os 10.º e 15.º aniversários. Provàvelmente, ainda 6 a 8% aprenderão a ler e escrever após o 15.º aniversário [4], atingindo-se assim a proporção de 58-60%.

Apesar das recentes melhorias, fica ainda muito elevada a proporção dos que permanecem analfabetos, e também elevada a proporção dos que aprendem a ler e escrever em idade tal que, na maior parte dos casos, não lhes deixa a possibilidade de continuar a sua instrução.

[4] Em 1950 a máxima proporção de habitantes que sabem ler e escrever, pouco superior a 54%, corresponde ao grupo de idade de 20 a 24 anos, de modo que a estimativa de previsão exposta acima pressupõe a continuação do progresso da alfabetização.

VII

A ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS NO BRASIL, SEGUNDO O SEXO [1]

SUMÁRIO: 1. Objetivo e método do estudo. — 2. Cálculo e ajustamento das quotas de alfabetização por anos de idade. — 3. Cálculo das quotas de alfabetização do 6.º ao 16.º aniversários. — 4. Cálculo da alfabetização de uma geração entre os 6.º e 16.º aniversários.

Nota complementar: *Comparação retificada entre os resultados dos censos de 1940 e de 1950.*

1. Na seção G. VI dêste volume, dedicada ao estudo da alfabetização das crianças, foram considerados os dois sexos em conjunto, enquanto na presente seção considera-se cada sexo separadamente.

Como já foi advertido, o maior rigor usado no censo de 1950, em comparação com o de 1940, na definição da capacidade de ler e escrever, determinou a aparente diminuição das quotas de alfabetização (percentagens dos que sabem ler e escrever) nas primeiras idades infantis e fêz aparecer menor do que realmente foi o progresso nas idades sucessivas. Apesar dêsse rigor, a quota de alfabetização no 15.º ano de idade, calculada segundo os dados apurados, passou de 44,0% em 1940 para 50,5% em 1950.

Constam da tabela I os dados absolutos e as proporções dos que sabem ler e escrever, segundo os censos de 1940 e de 1950, por anos de idade, de 5 a 14 anos completos, como também para o conjunto do qüinqüênio de idade seguinte.

Em consideração às evidentes irregularidades que se manifestam na marcha das quotas de alfabetização — dependentes, na maior parte, dos erros nas declarações de idade — achou-se conveniente efetuar o ajustamento gráfico-numérico das quotas anuais de alfabetização do intervalo decenal considerado [2]. Os resultados do ajustamento constam das últimas colunas da tabela I.

* * *

2. De acôrdo com os dados ajustados, em 1940 a quota de alfabetização subia de 1,8% para o sexo masculino e 2,1% para o feminino, no sexto ano de idade, para, respectivamente, 44,7% e 44,5% no décimo-quinto ano.

Em 1950, partindo de um nível aparente mais baixo no sexto ano de idade, 0,9% para o sexo masculino e 1,0% para o feminino, a quota de alfabetização sobe para, respectivamente, 50,4% e 51,8% no décimo quinto ano.

Nos segundo e terceiro lustros de idade a alfabetização feminina excede levemente a masculina, principalmente em conseqüência da mais extensa participação dos meninos em ocupações que os impedem de freqüentar a escola; e em 1950 persiste uma leve superioridade da alfabetização feminina nos anos iniciais do quarto lustro, ao contrário do que se verificava em 1940.

---

[1] Estudo redigido pelo Assistente-Técnico em Estatística ANNIBAL RIBEIRO FONTES.

[2] Nesse ajustamento, foram mantidas, sendo apenas arredondadas, as quotas de alfabetização nos 5.º e 6.º anos e no quarto lustro de idade. Foi mantida a soma das quotas ajustadas igual à das observadas. Foram eliminadas as irregularidades dependentes da acumulação das declarações de idade dos analfabetos nas idades "atrativas" (especialmente nas de 10 e 12 anos).

Como já foi frisado, as quotas de alfabetização de 1940 teriam ficado mais baixas, se também no censo daquele ano fôsse determinada a capacidade de alfabetização conforme o critério mais rigoroso aplicado no censo de 1950, de modo que o progresso real da alfabetização no decênio foi decerto maior do que o aparente. Mesmo levando-se em conta essa diferença de critérios de levantamento, deve-se julgar bem limitado êste progresso.

Tabela I

BRASIL

Cálculo e ajustamento das percentagens dos habitantes que sabem ler e escrever, para as idades de 5 a 19 anos, por sexo

(1940 e 1950)

IDADE Anos completos	TOTAL DOS PRESENTES		SABEM LER E ESCREVER		PERCENTAGENS DOS QUE SABEM LER E ESCREVER			
					Originais		Ajustadas	
	Homens (a)	Mulheres (b)	Homens (c)	Mulheres (d)	Homens (e)	Mulheres (f)	Homens (g)	Mulheres (h)
			EM 1.º DE SETEMBRO DE 1940					
5.....	618 978	596 054	10 984	12 217	1,77	2,05	1,80	2,10
6.....	600 836	582 548	29 735	31 964	4,95	5,49	5,00	5,50
7.....	586 390	575 802	73 837	76 385	12,59	13,27	12,60	13,30
8.....	598 736	572 926	121 971	122 301	20,37	21,35	20,40	21,40
9.....	519 036	507 510	157 230	157 540	30,29	31,04	28,90	29,10
10.....	629 381	602 523	200 233	200 005	31,81	33,19	33,90	34,80
11.....	496 455	495 283	201 273	202 827	40,54	40,95	37,60	39,60
12.....	591 664	572 869	224 681	225 388	37,97	39,34	40,80	42,20
13.....	472 172	480 190	211 561	216 880	44,80	45,17	43,00	43,70
14.....	492 582	494 961	214 935	219 637	43,63	44,37	44,70	44,50
15 a 19.....	*2 157 630*	*2 286 293*	*995 854*	*1 017 368*	*46,15*	*44,50*	*46,20*	*44,50*
			EM 1.º DE JULHO DE 1950					
5.....	752 924	727 016	6 838	7 584	0,91	1,04	0,90	1,00
6.....	730 687	710 690	27 463	29 594	3,76	4,16	3,80	4,20
7.....	729 296	716 206	83 597	87 475	11,46	12,21	11,50	12,20
8.....	710 340	678 835	139 077	142 855	19,58	21,04	19,60	21,00
9.....	637 603	621 930	191 656	197 079	30,06	31,69	27,60	29,20
10.....	730 628	705 810	241 415	246 126	33,04	34,87	35,10	37,00
11.....	596 845	592 726	257 287	262 788	43,11	44,34	40,50	42,60
12.....	682 589	668 644	288 718	295 212	42,30	44,15	44,70	46,60
13.....	572 202	585 202	279 077	295 148	48,77	50,44	48,20	50,00
14.....	582 440	591 481	287 440	305 514	49,35	51,65	50,40	51,80
15 a 19.....	*2 644 531*	*2 857 784*	*1 392 342*	*1 508 092*	*52,65*	*52,77*	*52,70*	*52,80*

* * *

3. Pela interpolação que deu os dados ajustados da tabela I, pode-se calcular, também, a proporção dos que sabem ler e escrever no x^{mo} aniversário (enquanto a proporção constante das colunas (g) e (h) da tabela I é a dos que sabem ler e escrever no $(x + 1)^{mo}$ ano de idade).

As proporções assim calculadas para os aniversários 6.º ao 16.º constam das colunas "1940" e "1950" das tabelas II e III, respectivamente, para as crianças do sexo masculino e para as do feminino. Conhecendo-se as proporções nos dois anos dos censos, torna-se fácil calcular, mediante interpolação linear, as proporções nos nove anos intermediários, especificados nas colunas "1941" e "1949" das mesmas tabelas.

Tabela II

BRASIL

Percentagens das crianças do sexo masculino que sabem ler e escrever no x^{mo} aniversário, calculadas com base nos censos demográficos de 1940 e de 1950

(Dados ajustados)

IDADE x	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950
6	3,00	2,89	2,78	2,67	2,56	2,45	2,34	2,23	2,12	2,01	1,90
7	8,80	8,68	8.56	8,44	8,32	8,20	8,08	7,96	7,84	7,72	7,60
8	16,60	16,50	16,40	16,30	16,20	16,10	16,00	15,90	15,80	15,70	15,60
9	24,80	24,68	24,56	24,44	24,32	24,20	24,08	23,96	23,84	23,72	23,60
10	31,60	31,59	31,58	31,57	31,56	31,55	31,54	31,53	31,52	51,51	31,50
11	35,80	36,02	36,24	36,46	36,68	36,90	37,12	37,34	37,56	37,78	38,00
12	39,20	39,55	39,90	40,25	40,60	40,95	41,30	41,65	42,00	42,35	42,70
13	42,00	42,46	42,92	43,38	43,84	44,40	44,76	45,22	45,68	46,14	46,60
14	43,90	44,45	45,00	45,55	46,10	46,65	47,20	47,75	48,30	48,85	49,40
15	45,10	45,71	46,32	46,93	47,54	48,15	48,76	49,37	49,98	50,59	51,20
16	45,70	46,35	47,00	47,65	48,30	48,95	49,60	50,25	50,90	51,55	52,20

Tabela III

BRASIL

Percentagens das crianças do sexo feminino que sabem ler e escrever no x^{mo} aniversário, calculadas com base nos censos demográficos de 1940 e de 1950

(Dados ajustados)

IDADE x	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950
6	3,40	3,27	3,14	3,01	2,88	2,75	2,62	2,49	2,36	2,23	2,10
7	9,40	9,27	9,14	9,01	8,88	8,75	8,62	8,49	8,36	8,23	8,10
8	17,40	17,32	17,42	17,16	17,08	17,00	16,92	16,84	16,76	16,68	16,60
9	25,40	25,36	25,32	25,28	25,24	25,20	25,16	25,12	25,08	25,04	25,00
10	32,20	32,28	32,36	32,44	32,52	32,60	32,68	32,76	32,84	32,92	33,00
11	37,50	37,82	38,48	38,26	38,04	38,70	38,92	39,14	39,36	39,58	39,80
12	41,00	41,36	41,72	42,08	42,44	42,80	43,16	43,52	43,88	44,24	44,60
13	43,00	43,56	44,12	44,68	45,24	45,80	46,36	46,92	47,48	48,04	48,60
14	44,20	44,90	45,60	46,30	47,00	47,70	48,40	49,10	49,80	50,50	51,20
15	44,60	45,37	46,14	46,91	47,68	48,45	49,22	49,99	50,76	51,53	52,30
16	44,60	45,41	46,22	47,03	47,84	48,65	49,46	50,27	51,08	51,89	52,70

Para o sexo masculino em 1940, a proporção dos que sabem ler e escrever passava de 3,0% no 6.º aniversário para 45,7% no 16.º; em 1950, passa de 1,9% para 52,2%.

Para o sexo feminino em 1940, a proporção das que sabem ler e escrever passava de 3,4% no 6.º aniversário para 44,6% no 16.º; em 1950, passa de 2,1% para 52,7%.

Cumpre lembrar que as aparentes diminuições ocorridas de 1940 a 1950 nas quotas de alfabetização dos primeiros anos considerados dependem apenas da divergência dos critérios de levantamento adotados nos dois últimos censos, a qual influi também no sentido de retardar os aumentos das quotas de alfabetização nos anos sucessivos.

* * *

4. Pelos dados da tabela IV procurou-se reconstituir a marcha da alfabetização da geração de crianças que atingiu o 6.º aniversário em 1940 e o 16.º em 1950. Fica, entretanto, afetada esta reconstituição pela divergência de critérios de levantamento já assinalada. Aplicando-se os critérios de 1950, ficariam reduzidas sobretudo as quotas referentes aos primeiros aniversários, ficando sensìvelmente diminuída a proporção dos que aprenderam a ler e escrever nas primeiras idades consideradas [3].

[3] Veja-se a nota complementar anexa ao presente estudo.

Tabela IV

BRASIL

Marcha da alfabetização entre os 6.º e 16.º aniversários

IDADE x	PERCENTAGENS DAS CRIANÇAS			
	Que sabem ler e escrever no x^{mo} aniversário		Que aprendem a ler e escrever no $(x+1)^{mo}$ ano de idade	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
6	3,00	3,40	5,68	5,87
7	8,68	9,27	7,72	7,97
8	16,40	17,24	8,04	8,04
9	24,44	25,28	7,12	7,24
10	31,56	32,52	5,34	6,18
11	36,90	38,70	4,40	4,46
12	41,30	43,16	3,92	3,76
13	45,22	46,92	3,08	2,88
14	48,30	49,80	2,29	1,73
15	50,59	51,53	1,61	1,17
16	52,20	52,70	...	...

Dessa geração, 3,0% das crianças do sexo masculino aprenderam a ler e escrever antes do 6.º aniversário, 33,9% entre os 6.º e 11.º aniversários e 15,3% entre os 11.º e 16.º aniversários; das crianças do sexo feminino, 3,4% aprenderam a ler e escrever antes do 6.º aniversário, 35,3% entre os 6.º e 11.º aniversários e 14,0% entre os 11.º e 16.º aniversários. Provàvelmente, ainda 8 a 10% dos homens dessa geração aprenderão a ler e escrever após o 16.º aniversário, mas apenas 3 a 5% das mulheres, atingindo-se assim a proporção de 60 a 62% para aquêles e de 56 a 58% para estas.

Apesar das recentes melhorias, fica ainda muito elevada a proporção dos que permanecem analfabetos, e também elevada a proporção dos que aprendem a ler e escrever em idade tal que, na maior parte dos casos, não lhes deixa a possibilidade de continuar a sua instrução.

NOTA COMPLEMENTAR [4]

Comparação retificada entre os resultados dos censos de 1940 e de 1950

Como foi advertido, o critério mais rigoroso aplicado no censo de 1950 para a determinação da capacidade de ler e escrever, prejudica sensìvelmente a comparabilidade entre os dados dêste censo e os do censo anterior, de 1940.

Para se obter a possibilidade de uma comparação mais correta, foi efetuada uma retificação das quotas de alfabetização de 1940, visando-se a estimar os valores que elas teriam tomado se tivessem sido então aplicados os critérios de 1950.

Partiu-se da suposição, que parece fundada, de que a diferença entre os resultados da aplicação dos dois critérios tenda a se atenuar ao subir da idade, até se anular no 15.º ano.

Não foi feita, portanto, nenhuma retificação na quota de alfabetização ajustada referente ao 15.º ano, calculada com base no censo de 1940.

De outro lado, foi suposto que, se fôsse aplicado em 1940 o critério de 1950, a quota de alfabetização no 6.º ano de idade ficaria igual à verificada

[4] Redigida pelo Prof. GIORGIO MORTARA. Os cálculos foram feitos por ANIBAL RIBEIRO FONTES.

em 1950. Esta suposição levou a reduzir em cêrca de 50% a quota ajustada de 1940 para o 6.º ano de idade.

Reduções relativas decrescentes ao subir da idade foram aplicadas nos sucessivos anos às quotas ajustadas de 1940. Representando-se por q a quota de alfabetização ajustada de 1940, por q_1 a correspondente quota retificada de maneira a ficar comparável com a de 1950, e por x a idade em anos completos, aplicou-se a fórmula:

$$q_1 = q\left(\frac{1{,}45x - 0{,}05x^2 - 1{,}50}{9}\right),$$

que dá $q_1 = 0{,}5\ q$, para $x = 5$, e $q_1 = q$, para $x = 14$.

Os valores das quotas de alfabetização de 1940 assim retificadas constam da tabela I *bis*.

Tabela I bis

BRASIL

Percentagens de habitantes que sabem ler e escrever, para as idades de 5 a 14 anos, por sexo, em 1.º-IX-1940, retificadas conforme os critérios de levantamento de 1950

IDADE Anos completos	HOMENS	MULHERES
5	0,90	1,00
6	3,00	3,30
7	8,68	9,16
8	15,64	16,41
9	24,08	24,25
10	30,13	30,93
11	35,09	36,96
12	39,44	40,79
13	42,52	43,21
14	44,70	44,50

Pela curva das quotas médias de alfabetização por anos de idade, foram determinadas as quotas nos aniversários; e foram refeitos os cálculos das tabelas II e III, como consta das tabelas II *bis* e III *bis*. Foi também feito de novo o cálculo da tabela IV, apresentada na IV *bis*.

Tabela II *bis*

BRASIL

Percentagens das crianças do sexo masculino que sabem ler e escrever no x^{mo} aniversário, calculadas com base nos censos demográficos de 1940 (dados retificados) e de 1950

IDADE x	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950
6	1,70	1,72	1,74	1,76	1,78	1,80	1,82	1,84	1,86	1,88	1,90
7	5,60	5,80	6,00	6,20	6,40	6,60	6,80	7,00	7,20	7,40	7,60
8	12,20	12,54	12,88	13,22	13,56	13,90	14,24	14,58	14,92	15,26	15,60
9	19,60	20,00	20,40	20,80	21,20	21,60	22,00	22,40	22,80	23,20	23,60
10	27,30	27,72	28,14	28,56	28,98	29,40	29,82	30,24	30,66	31,08	31,50
11	32,60	33,14	33,68	34,22	34,76	35,30	35,84	36,38	36,92	37,46	38,00
12	37,40	37,93	38,46	38,99	39,52	40,05	40,58	41,11	41,64	42,17	42,70
13	41,00	41,56	42,12	42,68	43,24	43,80	44,36	44,92	45,48	46,04	46,60
14	43,60	44,18	44,76	45,34	45,92	46,50	47,08	47,66	48,24	48,82	49,40
15	45,40	45,98	46,56	47,14	47,72	48,30	48,88	49,46	50,04	50,62	51,20
16	46,20	46,80	47,40	48,00	48,60	49,20	49,80	50,40	51,00	51,60	52,20

Tabela III *bis*

BRASIL

Percentagens das crianças do sexo feminino que sabem ler e escrever no x^{mo} aniversário, calculadas com base nos censos demográficos de 1940 (dados retificados) e de 1950

IDADE x	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950
6	1,90	1,92	1,94	1,96	1,98	2,00	2,02	2,04	2,06	2,08	2,10
7	6,20	6,39	6,58	6,77	6,96	7,15	7,34	7,53	7,72	7,91	8,10
8	12,60	13,00	13,40	13,80	14,20	14,60	15,00	15,40	15,80	16,20	16,60
9	20,20	20,68	21,16	21,64	22,12	22,60	23,08	23,56	24,04	24,52	25,00
10	27,60	28,14	28,68	29,22	29,76	30,30	30,84	31,38	31,92	32,46	33,00
11	33,90	34,49	35,08	35,67	36,26	36,85	37,44	38,03	38,62	39,21	39,80
12	39,10	39,65	40,20	40,75	41,30	41,85	42,40	42,95	43,50	44,05	44,60
13	42,20	42,84	43,48	44,12	44,76	45,40	46,04	46,68	47,32	47,96	48,60
14	44,00	44,72	45,44	46,16	46,88	47,60	48,32	49,04	49,76	50,48	51,20
15	44,80	45,55	46,30	47,05	47,80	48,55	49,30	50,05	50,80	51,55	52,30
16	45,10	45,86	46,62	47,38	48,14	48,90	49,66	50,42	51,18	51,94	52,70

Tabela IV *bis*

BRASIL

Marcha da alfabetização entre os 6.º e 16.º aniversários segundo os dados retificados

IDADE x	PERCENTAGENS DAS CRIANÇAS			
	Que sabem ler e escrever no x^{mo} aniversário		Que aprendem a ler e escrever no $(x+1)^{mo}$ ano de idade	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
6	1,70	1,90	4,10	4,49
7	5,80	6,39	7,08	7,01
8	12,88	13,40	7,92	8,24
9	20,80	21,64	8,18	8,12
10	28,98	29,76	6,32	7,09
11	35,30	36,85	5,28	5,55
12	40,58	42,40	4,34	4,28
13	44,92	46,68	3,32	3,08
14	48,24	49,76	2,38	1,79
15	50,62	51,55	1,58	1,15
16	52,20	52,70	...	...

O novo cálculo da alfabetização de uma geração dá proporções de alfabetizados menores do que as do cálculo anterior, atenuando-se a diferença ao subir da idade, até se anular no fim do intervalo de idade considerado.

Resumindo-se as tabelas IV e IV *bis* obtêm-se as seguintes proporções comparativas de crianças que aprendem a ler e escrever, por intervalos mais amplos de idade.

	Segundo o cálculo			
	Original		Retificado	
	H.	M.	H.	M.
Até o 6.º aniversário	3,00	3,40	1,70	1,90
Entre os 6.º e 11.º aniversários ..	33,90	35,30	33,60	34,95
Entre os 11.º e 16.º aniversários .	15,30	14,00	16,90	15,85

As diferenças entre os dois cálculos, nesta distribuição por grandes intervalos, não são muito grandes. Poderão, portanto, ser aproveitados, com retificações de moderado relêvo, os cálculos efetuados para todos os Estados sôbre a alfabetização da geração que atingiu a idade de 6 anos em 1940 e a de 16 anos em 1950.

VIII

A ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS NOS DIVERSOS ESTADOS DO BRASIL [1]

SUMÁRIO: 1. Objetivo e método do estudo. — 2. A marcha da alfabetização em relação à idade. — 3. A alfabetização dos dois sexos. — 4. Esclarecimentos finais.

APÊNDICE: A alfabetização das crianças no Distrito Federal e no Município de São Paulo.

1. A série de pesquisas do Laboratório de Estatística sôbre a marcha da alfabetização na infância e na adolescência, para os diversos Estados [2], torna possíveis interessantes comparações.

Cumpre advertir que essas pesquisas revelaram ter sido investigada com maior rigor a capacidade de ler e escrever no censo de 1950 do que no de 1940, como se torna evidente, não apenas pelas instruções aos agentes recenseadores [3], mas também pelos próprios resultados censitários. Com efeito, verificaram-se em geral quotas de alfabetização mais baixas em 1950 do que em 1940 nas primeiras idades infantis a partir da de 5 anos, enquanto é certo que, em vez desta aparente piora, houve de fato melhoria, como aparece nas idades seguintes. Pode-se, portanto, concluir que no censo de 1940 figuraram como capazes de ler e escrever muitos que em 1950 não seriam considerados tais.

Em vista da imperfeita comparabilidade dos dois censos, o presente estudo ficará limitado a uma ligeira exposição de resultados do censo de 1950.

Nas pesquisas efetuadas separadamente para os diversos Estados, foi calculada a percentagem por anos de idade, do 6.º ao 15.º, dos habitantes de cada sexo que sabem ler e escrever ("quota de alfabetização"). O exame dos resultados dêste cálculo mostrou que na maior parte dos Estados êles apresentam fortes irregularidades na sua marcha em relação à idade [4], causadas principalmente pelos erros nas declarações de idade dos recenseados. Sendo freüentes sobretudo entre os analfabetos, êstes erros determinam diminuições das quotas de alfabetização nas idades em 0, em 5, etc., onde se concentram as declarações erradas, e aumentos dessas quotas nas idades onde a representação dos analfabetos fica desfalcada.

Para eliminar essas irregularidades, fêz-se o ajustamento gráfico-numérico das quotas de alfabetização por anos de idade, do 6.º ao 15.º. Naturalmente, o ajustamento não pode reconstituir *exatamente* a marcha efetiva das quotas de alfabetização em relação à idade; todavia, êle dá uma representação dessa marcha bem mais próxima da realidade do que a constante das quotas diretamente calculadas.

---

[1] Estudo redigido pelo Prof. GIORGIO MORTARA.

[2] Vejam os volumes N.º 9 e 10 da série de "Estatística Cultural", dos "Estudos de Estatística Teórica e Aplicada", *Estudos sôbre a alfabetização das crianças no Brasil* (Rio, I.B.G.E., 1956 e 1957).

[3] Nas instruções de 1950 recomendou-se considerar capazes de ler e escrever sòmente os habitantes "que são capazes de ler e escrever pelo menos um bilhete simples num idioma qualquer", e não os "que apenas são capazes de escrever o próprio nome.

[4] Numerosos exemplos destas irregularidades podem ser verificados examinando-se a tabela I dos estudos referentes aos diversos Estados.

As quotas de alfabetização ajustadas, que já foram expostas nos estudos por Estados, estão reunidas num quadro comparativo na tabela II.

Consta, também, dessa tabela a quota média de alfabetização do quarto lustro de idade, que compreende os anos do 16.º ao 20.º. Esta quota é a calculada diretamente pelos dados do censo, não tendo sido considerado necessário um ajustamento, pois que no agrupamento qüinqüenal se compensam recìprocamente, em boa parte, as irregularidades dependentes dos erros nas declarações de idade.

As quotas de alfabetização do quarto lustro de idade foram levadas em conta na execução do referido ajustamento gráfico-numérico. Na tabela II os Estados estão dispostos segundo a ordem decrescente destas quotas, que podem ser tomadas como índices da eficácia final do ensino primário na infância e na adolescência para a geração que em 1950 se encontrava nas idade de 15 a 19 anos completos.

* * *

2. Para dar uma visão de conjunto da situação comparativa dos diversos Estados, apresentam-se na tabela I alguns dados apropriados para resumir as principais indicações fornecidas pelos dados pormenorizados da tabela II.

A "quota de alfabetização no 10.º aniversário", constante da tabela I, é a média das quatro quotas da tabela II referentes aos dois sexos nos 9.º e 10.º anos de idade. A "quota de alfabetização no 17.º aniversário" é a média das referentes aos dois sexos no quarto lustro de idade [5]. Trata-se, portanto, de dados aproximativos; mas o campo de variação das quotas é tão amplo que a aproximação conseguida fica suficiente para mostrar claramente as posições comparativas dos diversos Estados.

Tabela I

BRASIL

Percentagens dos habitantes que sabem ler e escrever nos 10.º e 17.º aniversários, nos diversos Estados, em 1.º de julho de 1950

ESTADO	QUOTA PERCENTUAL DE ALFABETIZAÇÃO NO ANIVERSÁRIO		ESTADO	QUOTA PERCENTUAL DE ALFABETIZAÇÃO NO ANIVERSÁRIO	
	10.º	17.º		10.º	17.º
Santa Catarina	58,1	73,8	Sergipe	24,3	40,9
São Paulo	58,7	73,1	Rio Grande do Norte	18,1	38,5
Rio Grande do Sul	49,6	71,1	Goiás	15,9	36,9
Rio de Janeiro	37,1	60,7	Pernambuco	15,7	35,7
Paraná	38,1	57,6	Paraíba	15,9	34,9
Mato Grosso	32,2	56,9	Ceará	13,4	34,9
Pará	27,0	54,2	Bahia	16,7	33,7
Espírito Santo	31,1	50,8	Piauí	10,0	28,9
Minas Gerais	29,6	47,1	Maranhão	13,1	28,6
Amazonas	19,4	43,6	Alagoas	12,1	27,2

Apenas em dois Estados — os de Santa Catarina e de São Paulo — mais, embora pouco mais, da metade das crianças que atingem o 10.º aniversário sabem ler e escrever, e num terceiro Estado — o do Rio Grande do Sul — a proporção correspondente aproxima-se da metade.

E apenas em dois outros Estados — os do Paraná e do Rio de Janeiro — essa proporção excede, embora não de muito, um têrço.

[5] É preciso lembrar que os dados sôbre a alfabetização nos 10.º e 17.º aniversários se referem a gerações diferentes. Em geral, dada a tendência para o progresso da alfabetização, a proporção dos que saberão ler e escrever no 17.º aniversário, na geração que atingiu o 10.º aniversário em 1950, será maior do que a proporção verificada nesse ano, na geração que aingiu o 17.º aniversário no curso do mesmo. Esta tendência torna-se evidente sobretudo no Estado de Santa Catarina, onde já em 1950 as quotas de alfabetização de ambos os sexos eram mais elevadas nos 14.º e 15.ò anos de idade do que no quarto lustro considerado em conjunto.

Proporções inferiores a um têrço mas superiores a um quarto encontram-se em quatro Estados: Mato Grosso, Espírito Santo, Minas Gerais e Pará.

Em Sergipe a quota de alfabetização está próxima de um quarto; em nenhum outro Estado excede um quinto.

Quotas superiores a um sexto verificam-se em três Estados: Amazonas, Rio Grande do Norte e Bahia.

Nos demais sete Estados a proporção das crianças que sabem ler e escrever no 10.º aniversário é ainda menor, variando entre o máximo de quase 16% em Goiás e na Paraíba e o mínimo de 10% no Piauí.

Parece supérfluo qualquer comentário a êsses dados desoladores, que falam por si mesmos, revelando o gravíssimo atraso da instrução primária no Brasil. Nos países mais adiantados, quase tôdas as crianças de 10 anos sabem ler e escrever; as poucas exceções são constituídas na maior parte pelos deficientes mentais.

Mostra, todavia, a tabela I que a falta dos rudimentos da instrução primária na infância é reparada, em parte, na adolescência. Com efeito, a proporção dos habitantes que sabem ler e escrever no 17.º aniversário chega a exceder dois terços em três Estados — Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul — e excede a metade em cinco outros — Rio de Janeiro, Paraná, Mato Grosso, Pará e Espírito Santo.

Encontram-se, ainda, quotas de alfabetização no 17.º aniversário superiores a um têrço em nove Estados, variando entre o máximo de 47% em Minas Gerais e o mínimo de 34% na Bahia.

Nos três Estados mais atrasados — Piauí, Maranhão e Alagoas —, a quota de alfabetização no 17.º aniversário fica bem inferior a um têrço, excedendo todavia um quarto.

Apesar da parcial recuperação, a situação permanece bem triste, pois que em doze dos vinte Estados mais da metade dos adolescentes ficam desprovidos das primeiras bases da instrução, e mesmo nos três Estados relativamente adiantados mais de um quarto dos adolescentes ignoram o alfabeto. Aliás o próprio retardamento da alfabetização se torna prejudicial, impedindo na maior parte dos casos uma suficiente ampliação da cultura.

Pode-se verificar, pelos dados da tabela I, que êsse retardamento é característica geral dos Estados mais atrasados. Dos que sabem ler e escrever no 17.º aniversário, mais da metade no Maranhão e em Alagoas, em comparação com apenas um quinto em Santa Catarina e São Paulo, só aprenderam depois do 19.º aniversário [6].

* * *

3. Uma característica peculiar da instrução da infância no Brasil, pôsta em evidência pelos dados da tabela II, consiste na inferioridade das quotas de alfabetização masculinas em relação às femininas. O maior emprêgo de crianças do sexo masculino em trabalhos extradomésticos, especialmente rurais, parece ser o fator principal dessa inferioridade [7].

Em dezoito Estados a quota de alfabetização masculina no 10.º aniversário é menor do que a feminina; apenas em São Paulo e no Paraná é levemente maior.

Em alguns Estados o sexo masculino reconquista na adolescência o terreno perdido na infância em relação ao feminino: no 17.º aniversário a quota de alfabetização masculina excede a feminina não sòmente em São Paulo e no Paraná, onde a superioridade é acentuada, mas também, embora de pouco, em Santa Catarina e em Minas Gerais, e a iguala na Bahia.

---

[6] Em conseqüência da circunstância salientada na nota 5, as proporções efetivas dos que aprenderam a ler e escrever entre os 10.º e 17.º aniversários ficam, em geral, um pouco maiores do que as calculadas pelos dados da tabela I.

[7] Segundo o censo agrícola de 1950, estavam ocupadas em atividades agropecuárias 1 187 000 crianças do sexo masculino e 710 000 do feminino, de idade inferior a 15 anos.

Entretanto, ainda no 17.º aniversário a proporção dos que sabem ler e escrever mantém-se maior no sexo feminino do que no masculino em quinze dos vinte Estados. Em alguns dêstes a diferença é bem forte; por exemplo, no Rio Grande do Norte a quota de alfabetização feminina excede 44%, enquanto a masculina não chega a 33%; no Ceará, aquela excede 39%, esta não alcança 31%; e na Paraíba e em Sergipe a inferioridade masculina é, também marcada.

* * *

4. O objetivo do presente estudo não foi o de indagar as causas — aliás bem conhecidas — do baixo nível da alfabetização no Brasil, nem o de propor remédios — já muitas vêzes planejados e apenas em pequena parte aplicados.

Visou-se a investigar e descrever a marcha da alfabetização, em relação à idade, na infância e na adolescência, para fornecer elementos de estudo aos cientistas, que buscam soluções para os problemas da educação, e bases de ação aos administradores públicos, que devem solicitar e aplicar essas soluções.

A situação atual (1956) é, em geral, um pouco melhor do que a revelada pelo último censo; infelizmente, porém, verificou-se apenas uma lenta evolução e não uma transformação muito rápida capaz de tornar obsoletos os dados acima expostos e comentados.

Tabela II

BRASIL

Percentagens dos habitantes de 5 a 14 anos que sabem ler e escrever, segundo o sexo e por anos de idade, nos diversos Estados, em 1.º de julho de 1950

(Dados ajustados*)

IDADE Anos completos	SANTA CATARINA		SÃO PAULO		RIO GRANDE DO SUL		RIO DE JANEIRO		PARANÁ	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
5	0,8	0,9	0,7	0,8	1,4	1,6	1,3	1,5	0,9	1,1
6	4,2	4,4	4,6	4,9	6,2	7,0	5,3	5,8	4,2	4,4
7	18,0	19,2	19,6	20,7	17,8	19,1	13,2	14,8	12,9	13,0
8	37,1	38,0	38,2	40,1	31,7	33,4	22,3	24,7	23,4	23,5
9	52,7	53,4	53,9	54,3	44,2	45,9	31,5	34,3	34,0	34,0
10	62,9	63,3	63,5	63,0	53,3	55,0	39,7	42,8	42,3	42,0
11	70,0	70,2	69,3	68,5	60,7	62,4	46,5	49,4	48,0	47,3
12	73,8	73,9	72,7	71,0	64,9	66,6	51,2	54,0	51,7	50,7
13	75,9	75,7	74,0	72,5	67,8	69,5	54,7	57,4	54,6	53,2
14	76,4	76,0	74,8	73,0	69,5	71,2	57,1	59,7	56,8	55,0
15 a 19	74,3	73,2	74,9	71,3	70,5	71,6	60,1	61,3	60,1	55,0

IDADE Anos completos	MATO GROSSO		PARÁ		ESPÍRITO SANTO		MINAS GERAIS		AMAZONAS	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
5	1,2	1,6	1,9	2,2	0,6	0,9	0,4	0,5	1,4	1,8
6	4,9	5,4	4,9	5,8	3,2	3,6	2,4	2,7	3,4	4,4
7	11,4	12,1	9,4	10,5	9,1	9,7	8,8	9,7	6,5	7,9
8	19,3	20,2	15,1	16,5	17,2	19,0	16,7	18,2	10,7	12,5
9	27,7	28,7	22,4	24,3	26,3	28,3	25,1	26,9	15,3	17,7
10	35,7	36,8	29,4	31,7	33,8	35,8	32,4	34,0	21,0	23,5
11	42,9	44,3	36,0	38,6	40,3	41,5	38,0	39,4	26,3	29,0
12	47,9	49,6	41,5	43,9	45,1	45,9	41,8	42,9	31,0	34,2
13	51,5	53,4	46,3	48,4	48,2	48,7	44,4	45,2	34,4	38,2
14	53,7	55,7	49,6	51,5	50,3	50,7	46,1	46,4	37,0	41,3
15 a 19	56,0	57,7	53,6	54,7	50,7	50,9	47,5	46,6	41,5	45,7

* As percentagens médias correspondentes para o quarto lustro de idade, também incluídas na tabela, são as calculadas pelos dados do censo, não ajustadas.

Tabela II (Conclusão)

BRASIL

Percentagens dos habitantes de 5 a 14 anos que sabem ler e escrever, segundo o sexo e por anos de idade, nos diversos Estados, em 1.º de julho de 1950

(Dados ajustados*)

IDADE Anos completos	SERGIPE		RIO GRANDE DO NORTE		GOIÁS		PERNAMBUCO		PARAÍBA	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
5	0,8	1,1	0,8	1,0	0,6	0,6	0,6	0,7	1,1	1,2
6	3,9	4,3	2,7	3,4	2,2	2,6	2,0	2,4	3,1	3,5
7	8,0	8,4	5,7	7,3	5,4	6,0	4,4	5,3	5,8	6,4
8	14,8	15,9	9,4	12,2	9,2	10,0	8,3	9,8	9,0	10,5
9	20,9	22,7	13,5	17,8	13,1	14,4	12,1	14,3	12,4	15,1
10	25,5	28,1	17,7	23,5	17,4	18,8	16,7	19,7	16,0	20,0
11	28,8	32,2	21,7	28,9	21,5	23,1	20,5	24,0	19,5	24,6
12	31,5	35,9	25,0	33,5	25,4	27,2	23,7	27,7	22,7	28,4
13	33,4	39,3	27,4	37,4	28,6	31,2	26,6	31,5	25,0	31,8
14	34,9	42,3	29,2	40,6	31,1	34,5	29,5	34,1	26,8	34,7
15 a 19	37,1	44,7	32,6	44,4	36,2	37,5	34,0	37,4	30,9	38,8

IDADE Anos completos	CEARÁ		BAHIA		PIAUÍ		MARANHÃO		ALAGOAS	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
5	0,7	0,8	0,9	0,9	0,3	0,3	0,6	0,7	0,5	0,8
6	2,2	2,6	2,6	2,9	1,1	1,2	1,8	2,2	1,8	2,2
7	4,5	5,4	5,6	6,5	2,6	3,2	3,8	4,6	3,6	4,1
8	7,1	8,6	9,5	10,7	5,0	6,1	6,7	8,1	6,2	7,2
9	10,2	12,2	13,9	15,3	7,6	9,2	10,1	12,0	9,3	11,0
10	13,7	17,4	18,2	19,5	10,5	12,6	13,8	16,4	13,0	15,2
11	17,1	22,6	22,0	23,6	13,7	16,3	17,3	20,5	16,5	19,0
12	20,4	26,8	25,2	26,6	16,9	20,0	20,4	24,3	19,2	22,7
13	23,1	30,6	27,8	29,1	20,0	23,5	23,0	27,3	21,2	26,2
14	25,4	33,5	29,8	30,8	22,8	26,7	24,5	29,2	22,6	28,3
15 a 19	30,6	39,1	33,7	33,7	27,6	30,2	26,4	30,7	24,8	29,6

* As percentagens médias correspondentes para o quarto lustro de idade, também incluídas na tabela, são as calculadas pelos dados do censo, não ajustadas.

APÊNDICE

A alfabetização das crianças no Distrrito Federal e no Município de São Paulo

Em virtude da melhor organização escolar, as duas metrópoles brasileiras, Rio e São Paulo, apresentam proporções de crianças que sabem ler e escrever bem superiores às médias nacionais e às dos territórios circundantes.

Dados paralelos aos da tabela II (porém não ajustados, em vista da escassa importância das suas irregularidades), para o Distrito Federal e o Município de São Paulo, constam da tabela III.

Já no 10.º aniversário, a proporção das crianças que sabem ler e escrever atinge três quartos no Distrito Federal (75,1%) e excede quatro quintos no Município de São Paulo (81,3%). No 15.º aniversário, atinge nove décimos no Distrito Federal e excede nìtidamente êste limite em São Paulo.

Como foi advertido no estudo especial dedicado ao Distrito Federal[8], a marcha das quotas de alfabetização nos anos da adolescência fica alterada nas grandes cidades, em conseqüência da intensa imigração do interior, na qual é relativamente baixa a proporção dos que sabem ler e escrever. Torna-se especialmente visível essa influência na quota de alfabetização feminina do grupo de 15 a 19 anos, que fica inferior às das idades de 13 e de 14 anos

[8] Veja-se a seção XIII do volume N.º 10, citado anteriormente.

justamente pela grande afluência de moças em busca de ocupação como empregadas domésticas, obreiras, etc.; menor, mas não desprezível, é a influência correspondente no sexo masculino.

Tabela III

*Percentagens dos habitantes de 5 a 14 anos que sabem ler e escrever, segundo o sexo e por anos de idade, no Distrito Federal e no Município de São Paulo, em 1.º de julho de 1950**

IDADE Anos completos	DISTRITO FEDERAL		MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
5	4,2	4,6	1,3	1,4
6	16,7	17,6	8,4	8,8
7	38,6	40,6	33,5	35,8
8	57,1	59,3	58,0	60,7
9	70,1	71,9	75,9	78,0
10	78,3	80,0	84,9	86,2
11	84,8	85,7	90,5	90,9
12	87,2	87,2	92,5	92,3
13	89,9	88,4	94,0	93,3
14	90,8	89,0	94,1	93,4
15 a 19	91,5	87,7	94,4	91,3

As quotas de alfabetização nas idades de 5, 6 e 7 anos são aparentemente maiores no Distrito Federal do que em São Paulo, não se podendo, entretanto, excluir que essa superioridade dependa, pelo menos em parte, da aplicação de critérios mais largos para a determinação da capacidade de ler e escrever. A partir da idade de 8 anos, as quotas de alfabetização de São Paulo excedem as do Distrito Federal.

Em ambas as metrópoles é relativamente baixa a proporção das crianças ocupadas em atividades extradomésticas. Todavia, até a idade de 11 anos verfica-se leve superioridade da alfabetização feminina sôbre a masculina. Depois, a quota de alfabetização masculina excede a feminina, em proporção crescente ao subir da idade; mas ainda no grupo de 15 a 19 anos o excedente é moderado.

Embora relativamente elevado, o nível da alfabetização das crianças e dos adolescentes nas metrópoles fica ainda inferior ao que deveria ser atingido se a obrigatoriedade teórica da instrução primária recebesse aplicação prática.

* Dados baseados nos resultados do censo, não ajustados.

IX

ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR EM 1955 E EM 1956

Expõem-se, na presente nota, os resultados do cálculo da população em idade escolar (de 7 a 12 anos completos), nas datas de 1.º de julho de 1955 e de 1956, que por razões técnicas foi estendido às idades de 5 a 14 anos.

Tomaram-se como base as estimativas da composição por grupos qüinqüenais de idade da população do Brasil, em 1.º de julho de 1955, apresentadas na seção D. IV dêste volume.

Mediante interpolação parabólica dos dados referentes a três grupos qüinqüenais, foi cindido em grupos anuais de idade o número estimado dos presentes de 0 a 14 anos, mantendo-se inalterados os totais por qüinqüênios. A mesma operação foi efetuada sôbre o número dos presentes de 5 a 19 anos.

Para as idades de 5 a 14 anos, os dados anuais obtidos pelas duas interpolações diferem moderadamente. A média dos dois dados obtidos para cada ano de idade, arredondada em milhares, foi tomada como estimativa final.

Calculada, assim, a distribuição por idade das crianças presentes em 1.º de julho de 1955, obteve-se a distribuição estimada em 1.º de julho de 1956, multiplicando os dados da primeira pela razão média geométrica anual de incremento da população do Brasil, determinada pela comparação entre os resultados totais dos censos de 1940 e de 1950.

O número dos presentes em idade de 7 a 12 anos completos é estimado em cêrca de 8 807 000 em 1955 e 9 016 000 em 1956. Talvez os números efetivos das crianças dessas idades sejam um pouco superiores às estimativas, se o incremento demográfico depois de 1950 tiver sido mais rápido do que o estimado, em virtude da diminuição da mortalidade.

Todavia, o número de 9 milhões dá uma idéia suficiente da ordem de grandeza da população em idade escolar, nas datas consideradas.

Tabela I

BRASIL

Números estimados das crianças de 5 a 14 anos em 1.º de julho de 1955 e de 1956

IDADE Anos completos	NÚMERO ESTIMADO DOS PRESENTES EM	
	1.º-VII-1955	1.º-VII-1956
5	1 654 000	1 693 000
6	1 606 000	1 644 000
7	1 561 000	1 598 000
8	1 519 000	1 555 000
9	1 481 000	1 516 000
10	1 446 000	1 480 000
11	1 414 000	1 448 000
12	1 386 000	1 419 000
13	1 361 000	1 393 000
14	1 339 000	1 371 000
5 a 14	*14 767 000*	*15 117 000*

H — CONCLUSÕES

I

DESENVOLVIMENTO, COMPOSIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DO BRASIL [1]

SUMÁRIO: 1. O crescimento da população e seus fatôres (1850-1950). — 2. A natalidade. — 3. A mortalidade. — 4. As migrações internacionais. — 5. A composição da população segundo caracteres individuais. — 6. A distribuição territorial da população. — 7. População urbana e rural. — 8. As migrações interiores. — 9. Recapitulação.

1. O número dos habitantes do Brasil no início do ano de 1955 é estimado em cêrca de 57,8 milhões.

Segundo o último censo, êsse número ascendia a 52,0 milhões em 1.º de julho de 1950.

Em 1850 a população dêste país atingia apenas 7,2 milhões.

Verificou-se, portanto, no curso de um século, o aumento de 44,8 milhões de habitantes. Dêste aumento, apenas 3,4 milhões foram devidos ao excedente das imigrações sôbre as emigrações, enquanto 41,4 milhões, ou sejam mais de nove décimos, corresponderam ao excedente dos nascimentos sôbre os óbitos.

Êste rápido crescimento natural tornou-se possível em virtude do nível excepcionalmente elevado da natalidade, a qual no início dêsse período secular devia atingir taxas anuais de 48 a 50 por 1 000 habitantes enquanto no fim ainda apresentava taxas de 42 a 44 por 1 000. Nesse intervalo a mortalidade

Tabela I

*Desenvolvimento da população nos principais países americanos de imigração** (1800-1953)

ANO	POPULAÇÃO EM 1.º DE JULHO (Milhares)			
	Brasil	Argentina	Canadá	Estados Unidos
1800	3 620	334	500	5 300
1850	7 234	1 013	1 842	23 260
1860	8 418	1 384	3 001	31 503
1870	9 797	1 873	3 625	38 655
1880	11 748	2 520	4 255	50 262
1890	14 199	3 390	4 779	63 056
1900	17 984	4 761	5 301	76 129
1910	22 216	6 833	6 988	92 267
1920	27 404	8 969	8 556	106 543
1930	33 568	11 095	10 208	123 091
1940	41 114	13 725	11 381	131 970
1950	51 976	17 189	13 333**	151 677
1953	55 772	18 393	14 390**	159 696

* Dados em parte estimados ou retificados.
** Exclusive Terra-Nova.

[1] Estudo redigido pelo Prof. GIORGIO MORTARA.

desceu de 32 a 34 para 18 a 20 por 1 000 habitantes, de modo que aumentou de 15 a 17 para 23 a 25 por 1 000 habitantes a taxa anual de crescimento natural.

Na tabela I o desenvolvimento da população do Brasil é comparado com os verificados nos demais três países americanos para os quais afluíram as mais amplas correntes imigratórias nos últimos cem anos. De 1850 a 1950, o número dos habitantes aumentou de 552% nos Estados Unidos, de 618% no Brasil, de 624% no Canadá e de 1 597% na Argentina. Cumpre notar que a contribuição relativa da imigração para o crescimento demográfico no Brasil foi muito menor do que nos Estados Unidos e, sobretudo, na Argentina.

Entre os países de cultura latina, o Brasil é hoje o mais populoso. Com efeito, a sua população de 55,8 milhões em 1953 excede as de 47,0 milhões da Itália, de 42,9 milhões da França, de 28,5 milhões da Espanha, de 28,1 milhões do México.

* * *

2. A taxa brasileira de natalidade, de 42 a 44 por 1 000 habitantes, pode parecer muito elevada em comparação com os níveis predominantes na Europa Ocidental e na América Anglo-Saxônia, mas ela não é excepcional na América Latina, onde se observam taxas da mesma ordem no México, na Venezuela e em vários países menores.

A essa taxa de natalidade corresponde uma elevada taxa de fecundidade feminina. A proporção média anual dos nascidos vivos por 1 000 mulheres de 15 a 49 anos ascende a 170-178 no Brasil, no período intercensitário 1940-50, em comparação com 92 nos Estados Unidos (1950), 95 na Argentina (1946-48) e 182 no México (1950).

A natalidade é elevada em tôdas as regiões do Brasil, sendo entretanto muito menor nas populações urbanas, onde a proporção média anual dos nascidos vivos por 1 000 mulheres de 15 a 49 anos foi apenas de 121, no referido período intercensitário, do que nas populações rurais, onde essa proporção ascendeu a 202.

Verificam-se moderadas diferenças de fecundidade entre os principais grupos étnicos: para o referido período de 1940-50, a proporção média anual dos nascidos vivos por 1 000 mulheres de 15 a 49 anos foi estimada em 167 no grupo prêto, 171 no branco, 196 no pardo e 200 no amarelo.

Pelo cálculo das taxas de fecundidade segundo a idade, referentes a épocas próximas de 1940, pode-se estimar que 100 mulheres sobreviventes no fim do período reprodutivo da sua existência tenham tido 645 filhos nascidos vivos no Brasil, em comparação com 211 nos Estados Unidos e 277 no Canadá.

Em virtude dessa elevada fecundidade, cada geração brasileira reproduzia-se numa geração de 85 a 95% mais numerosa, enquanto a proporção correspondente era apenas de 15 a 25% no Canadá, e nos Estados Unidos a geração reproduzida não chegava a exceder a reprodutora.

* * *

3. A taxa brasileira de mortalidade, em tôrno de 1955, de 18 a 20 por 1 000 habitantes, é elevada, mesmo no meio latino-americano, onde apenas em alguns dos países menores verificam-se taxas da mesma ordem, enquanto no México o nível é nìtidamente menor e a Argentina muito mais baixo.

A mortalidade é alta em tôdas as idades, mas sobretudo nas da infância. No primeiro ano de idade falecem 160 por 1 000 nascidos vivos, em comparação com 30 nos Estados Unidos, 40 no Canadá, 70 na Argentina e 100 no México.

O principal fator da alta mortalidade consiste na elevada freqüência das doenças infecciosas e parasitárias e das doenças do aparelho digestivo e do aparelho respiratório. Os recentes progressos de medicina e da organização sanitária tendem a reduzir a mortalidade oriunda dessas causas.

Já no período intercensitário 1940-50 a vida média, calculada de acôrdo com as tábuas-padrões de sobrevivência, atingia 53 anos no Estado do Rio Grande do Sul e 49 anos de Santa Catarina e de São Paulo, enquanto nos Estados mais atrasados ficava abaixo de 40 anos e no conjunto do país atingia 43,5-44 anos. Os êxitos da luta contra a morte são notáveis especialmente nas cidades, mas, em virtude da enérgica ação contra a malária, a tuberculose e outras doenças, estão se estendendo às zonas rurais. Na Capital de São Paulo a vida média aumentou de 49,0 anos em 1940 para 57,5 em 1950; na Capital Federal, de 42,4 para 52,8.

A mortalidade é menor no grupo branco do que no pardo e menor neste do que no prêto, em conseqüência do mais baixo padrão de vida dos dois últimos grupos.

* * *

4. Os imigrados do exterior para o Brasil no período 1851-1950 ascenderam a cêrca de 4 800 000, dos quais 1 540 000 italianos, 1 480 000 portuguêses, 600 000 espanhóis, 230 000 alemães e 190 000 japonêses.

Cêrca de três quartos dêstes imigrados, 3 400 000, ficaram neste país, enquanto os demais voltaram para os países de origem ou se transferiram para outros países de imigração.

A imigração, aumentando progressivamente no curso da segunda metade do século XIX, atingiu seu máximo no último decênio dêsse século; manteve-se abundante, embora muito inferior a êsse máximo, nos três primeiros decênios do século XX, mas diminuiu no quarto e ainda mais no quinto decênio.

Depois de 1950, a afluência de imigrantes tende a aumentar; no qüinqüênio 1951-55 chegaram ao Brasil 358 000, dos quais 157 000 potuguêses, 61 000 italianos e 60 000 espanhóis.

* * *

5. Dados sôbre a composição da população, segundo vários caracteres, de acôrdo com o censo de 1950 constam da tabela II.

A composição segundo o sexo não apresenta forte desequilíbrio, contando-se 993 homens para 1 000 mulheres (987 para 1 000 entre os naturais do Brasil, em conseqüência da maior mortalidade masculina, e 1 273 para 1 000 entre os naturais do exterior, em virtude da prevalência dos homens entre os imigrantes).

A composição por idade é caracterizada pela proporção muito elevada de crianças e adolescentes e pela proporção muito baixa de velhos, dependentes do forte excedente da natalidade sôbre a mortalidade e do elevado nível desta última. De 1 000 habitantes presentes em 1950, 419 estavam em idades de 0 a 14 anos, 557 de 15 a 64 anos e 24 de 65 anos e mais. A comparação com as proporções correspondentes para os Estados Unidos (respectivamente, 271, 647 e 82 por 1 000) põe em relêvo as características da composição por idade da população do Brasil, que são comuns a outras populações da América Latina, como as da Colômbia, do Peru, da Venezuela e do México, enquanto a população da Argentina se afasta menos do tipo estadunidense.

Segundo a côr, a população discrimina-se proporcionalmente em 618 brancos, 266 pardos, 110 pretos e 6 amarelos por 1 000 habitantes. Não havendo no Brasil rígidas barreiras de raça nem de côr, figuram no censo como "brancos" muitos habitantes procedentes de cruzamentos entre brancos e não-brancos,

que em outrors países (por exemplo nos Estados Unidos) seriam classificados diversamente. Os "amarelos" são quase todos imigrados japonêses ou seus descendentes.

Segundo o estado conjugal, a população adulta discrimina-se em 390 solteiros, 543 casados, 1 desquitado ou divorciado e 66 viúvos por 1 000 habitantes de 15 anos e mais. A proporção dos solteiros é elevada, mas é preciso lembrar que parte dêles vive em uniões livres de caráter estável. Entre os que se declararam casados, ascendem a um quarto os que não são casados segundo a lei civil mas sòmente pelo rito religioso. Como em quase todos os países, a proporção dos solteiros é maior entre os homens e a dos viúvos entre as mulheres, em virtude da mais elevada idade média dos homens na época do casamento e da sua maior mortalidade.

Examinando a composição por nacionalidade, verifica-se que os estrangeiros constituem apenas 21 por 1 000 dos habitantes do Brasil e os naturalizados brasileiros 2 por 1 000, enquanto 977 por 1 000 são brasileiros natos. A contração das imigrações nos últimos vinte anos anteriores ao censo de 1950 determinou uma forte baixa da proporção dos estrangeiros, que se tornara relativamente elevada na época do apogeu da imigração.

Quanto à religião, predomina a católica romana, à qual pertencem 937 por 1 000 habitantes, seguindo-se a protestante com 34 por 1 000, a espírita com 16 e as demais com 8 em conjunto, e ascendendo a 5 por 1 000 a proporção dos que declararam não ter religião.

Entre as atividades econômicas ocupam o primeiro lugar as agrícolas e pecuárias, mas se vão estendendo mais ràpidamente as atividades na indústria, no comércio, nos serviços e nos transportes.

Na população masculina de 10 anos e mais, ascendem a 806 por 1 000 os ocupados em atividades extra-domésticas (inclusive os serviços domésticos remunerados), a 87 os ocupados em atividades escolares ou domésticas e a 107 os inativos. Para a primeira dessas parcelas contribuem com 506 os ocupados na agricultura, pecuária e silvicultura, com 102 os nas indústrias de transformação e com 25 os nas extrativas, com 54 os ocupados no comércio e crédito, com 41 os nos transportes e comunicações, com 37 os nos serviços e com 41 os nas demais atividades extra-domésticas.

Tabela II

BRASIL

*População presente em 1.º-VII-1950, segundo os principais caracteres individuais**

CARACTERES E RESPECTIVAS MODALIDADES	HOMENS	MULHERES	HOMENS E MULHERES
IDADE			
0 a 14 anos	10 961 430	10 733 544	21 694 974
15 a 44 anos	11 432 570	11 867 873	23 300 443
45 a 64 anos	2 852 544	2 710 635	5 563 179
65 anos e mais	584 580	684 589	1 269 169
Idade não declarada	53 877	62 755	116 632
CÔR			
Brancos	15 985 954	16 041 707	32 027 661
Pardos	6 856 529	6 930 213	13 786 742
Pretos	2 817 575	2 875 082	5 692 657
Amarelos	172 978	156 104	329 082
Côr não declarada	51 965	56 290	108 255

Tabela II (Conclusão)

BRASIL

*População presente em 1.º-VII-1950, segundo os principais caracteres individuais**

CARACTERES E RESPECTIVAS MODALIDADES	HOMENS	MULHERES	HOMENS E MULHERES
ESTADO CONJUGAL (Hab. de 15 anos e mais)			
Solteiros	6 317 785	5 459 787	11 777 572
Casados	8 083 457	8 287 846	16 371 303
Desquitados e divorciados	17 080	23 084	40 164
Viúvos	476 524	1 515 788	1 992 312
Estado conjugal não declarado	28 725	39 347	68 072
NACIONALIDADE			
Brasileiros natos	25 203 368	25 523 745	50 727 113
Brasileiros naturalizados	85 480	43 417	128 897
Estrangeiros	594 482	490 805	1 085 287
Nacionalidade não declarada	1 671	1 429	3 100
RELIGIÃO			
Católicos romanos	24 149 449	24 409 405	48 558 854
Ortodoxos	22 573	18 583	41 156
Protestantes	865 127	876 303	1 741 430
Israelitas	36 022	33 935	69 957
Maometanos	2 490	964	3 454
Budistas	80 495	72 077	152 572
Espíritas	411 751	412 802	824 553
Outras religiões	72 710	67 669	140 379
Sem religião	170 629	103 607	274 236
Religião não declarada	73 755	64 051	137 806
ATIVIDADE (Hab. de 10 anos e mais)			
Agricultura, pecuária, etc	9 154 015	732 900	9 886 915
Indústrias extrativas	455 028	27 988	483 016
Indústrias de transformação	1 842 141	389 057	2 231 198
Comércio de mercadorias	869 360	89 061	958 421
Crédito, etc	102 756	12 744	115 500
Serviços	746 806	925 973	1 672 779
Transporte, comunicações, etc	668 220	28 822	697 042
Profissões liberais	64 631	14 227	78 858
Atividades sociais	200 689	233 626	434 315
Administração pública, etc	220 636	40 131	260 767
Defesa nacional, etc	247 528	4 349	251 877
Atividades domésticas e escolares	1 582 206	14 881 825	16 464 031
Condições inativas	1 896 271	1 080 326	2 976 597
Atividade não declarada, etc	37 988	8 686	46 674
INSTRUÇÃO (Hab. de 10 anos e mais)			
Sabem ler e escrever	9 517 751	8 157 753	17 675 504
Não sabem ler e escrever	8 536 985	10 275 434	18 812 419
Instrução não declarada	33 539	36 528	70 067
POPULAÇÃO TOTAL			
De tôdas as idades	*25 885 001*	*26 059 396*	*51 944 397*
De 10 anos e mais	*18 088 275*	*18 469 715*	*36 557 990*
De 15 anos e mais	*14 923 571*	*15 325 852*	*30 249 423*

* Excluídos 31 597 habitantes, população presente estimada de algumas zonas para as quais não foi possível apurar os caracteres individuais, por extravio do material de coleta.

Tabela III

BRASIL

Distribuição da população estimada em 1.º-VII-1954 segundo as Unidades da Federação e as regiões fisiográficas

UNIDADE DA FEDERAÇÃO REGIÃO FISIOGRÁFICA	POPULAÇÃO PRESENTE EM 1.º-VII-1954*	SUPERFÍCIE TERRESTRE** (km2)	DENSIDADE DA POPULAÇÃO (hab./km2)
NORTE	*2 020 470*	*3 573 718*	*0,57*
Rondônia	46 248	242 983	0,19
Acre	133 051	152 589	0,87
Amazonas	556 277	1 558 584***	0,36
Rio Branco	21 327	230 660	0,09
Pará	1 216 636	1 251 599***	0,97
Amapá	46 931	137 303	0,34
NORDESTE	*13 698 786*	*969 736*	*14,13*
Maranhão	1 751 496	332 174	5,27
Piauí	1 155 772	252 913****	4,57
Ceará	2 988 733	149 125****	20,04
Rio Grande do Norte	1 063 429	53 069	20,04
Paraíba	1 848 017	56 556	32,68
Pernambuco	3 734 042	98 079	38,07
Alagoas	1 156 716	27 793	41,62
Fernando de Noronha	581	27*****	21,52
LESTE	*20 463 145*	*1 261 027*	*16,23*
Sergipe	691 169	22 027	31,38
Bahia	5 266 107	563 367	9,35
Minas Gerais	8 172 123	581 975	14,04
(Serra dos Aimorés)******	228 135	10 137	22,51
Espírito Santo	911 506	39 577*******	23,03
Rio de Janeiro	2 509 865	42 588	58,93
Distrito Federal	2 684 240	1 356	1 979,53
SUL	*19 053 062*	*825 357*	*23,08*
São Paulo	10 080 475	247 222	40,77
Paraná	2 656 403	200 857	13,23
Santa Catarina	1 749 399	94 798	18,45
Rio Grande do Sul	4 566 785	282 480	16,17
CENTRO-OESTE	*1 990 969*	*1 884 006*	*1,06*
Mato Grosso	569 875	1 261 094	0,45
Goiás	1 421 094	622 912	2,28
BRASIL	*57 226 432*	*8 513 844*	*6,72*

* Estimativas feitas de acôrdo com a hipótese da continuação, depois de 1.º de julho de 1950, da taxa média geométrica anual de incremento da população, verificada em cada Unidade no intervalo entre os censos de 1940 e de 1950.

** Áreas indicadas pelo Conselho Nacional de Geografia. Veja-se *Anuário Estatístico do Brasil — 1958* (Rio, I.B.G.E.).

*** Inclusive ½ da área cuja jurisdição é reivindicada pelos Estados do Amazonas e do Pará.

**** Inclusive ½ da área cuja jurisdição é reivindicada pelos Estados do Piauí e do Ceará.

***** Inclusive 8 km² correspondentes às áreas dos Penedos São Pedro e São Paulo e do atol das Rocas.

****** Território em litígio entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

******* Inclusive 11 km² correspondentes às áreas das ilhas Trindade e Martin Vaz.

Na população feminina de 10 anos e mais, as atividades predominantes são as domésticas não remuneradas, às quais (e às escolares) se dedicam 806 por 1 000 das mulheres dessas idades. Entre as 135 por 1 000 ocupadas em atividades extra-domésticas (inclusive as domésticas remuneradas), 50 trabalham nos serviços, 40 na agricultura, pecuária e silvicultura, 21 nas indústrias de transformação e 24 em outros ramos. Ascendem a 59 por 1 000 as inativas. A elevada proporção das ocupações domésticas está em parte relacionada com a elevada fecundidade da mulher e com a conseqüente alta quota de crianças na população. Cumpre, todavia, advertir que muitas mulheres ocupadas principalmente no lar participam, acessòriamente de atividades extra-domésticas, especialmente, nas zonas rurais.

A tabela II informa, também, sôbre os rudimentos da instrução. A proporção dos habitantes que sabem ler e escrever, entre os de 10 anos e mais, é de 526 por 1 000 na população masculina, de 442 na feminina e de 483 no conjunto dos dois sexos. Estas proporções, ainda bastante baixas, tendem a melhorar através do tempo.

* * *

6. A área do Brasil, pouco superior a 8,5 milhões de quilômetros quadrados, divide-se entre 26 Unidades da Federação (vinte Estados, cinco Territórios Federais e o Distrito Federal), como consta da tabela III, que dá a superfície terrestre e a população estimada em 1.º de julho de 1954 de cada Unidade. Êstes dados são, também, resumidos segundo regiões geográficas, e para cada Unidade e região está especificada a densidade da população.

A média de menos de 7 habitantes por quilômetro quadrado é baixa, não sòmente em comparação com as dos países de antigo povoamento, como também com as dos Estados Unidos (21) e do México (15), mas é da mesma ordem daquelas da Argentina e da América do Sul em conjunto.

A baixa densidade média, entretanto, resulta de densidades muito diferentes nas diversas partes do país.

As regiões do Norte e do Centro-Oeste, cuja superfície total de 5 458 000 quilômetros quadrados excede a da Europa, exclusive os territórios da União Soviética, contam apenas 4 011 000 habitantes. Ocupando 64% da superfície do Brasil, elas abrangem apenas 7% da população. A densidade média dos habitantes não chega a 1 por quilômetro quadrado (0,74), variando nas diversas Unidades entre o mínimo de 0,09 no Território do Rio Branco e o máximo, ainda bem baixo, de 2,28 no Estado de Goiás.

As demais três regiões — Nordeste, Leste e Sul —, com a superfície total de 3 056 000 quilômetros quadrados, contam 53 215 000 habitantes. Ocupando apenas 36% da superfície do país, abrangem 93% da sua população. A densidade média dos habitantes atinge 17,41 por quilômetro quadrado, variando entre o mínimo de 4,57 no Estado do Piauí e o máximo de 58,93 no do Rio de Janeiro (não se levando em conta a densidade excepcionalmente elevada de 1 979,53 habitantes por quilômetro quadrado na pequena área do Distrito Federal, que compreende a populosa aglomeração urbana da metrópole). Como consta dos dados extremos referidos acima, varia fortemente a densidade da população nos diversos Estados das regiões consideradas. Há zonas de baixa densidade, como, além do Estado do Piauí, o do Maranhão, com 5,27 habitantes por quilômetro quadrado, e vastas partes dos Estados da Bahia, de Minas Gerais e do Paraná; mas prevalecem as zonas de maior densidade, encontrando-se nos primeiros lugares, após o Estado do Rio de Janeiro, os de São Paulo com 40,77 habitantes por quilômetro quadrado, de Alagoas com 41,62 e de Pernambuco com 38,07.

A atual distribuição territorial da população do Brasil é muito diferente daquela de 1872, ano do primeiro censo demográfico. De 1872 a 1954 a quota da região Sul na população do país aumentou de 15,53% para 33,29%, en-

quanto a da região Leste diminuiu de 48,40% para 35,76 e a da região Nordeste de 30,60% para 23,94%. Marcaram pequenos aumentos as quotas das regiões Centro-Oeste, de 2,18% para 3,48%, e Norte, de 3,29% para 3,53%.

A imigração do exterior, as migrações interiores e a menor mortalidade contribuíram para determinar o maior crescimento relativo das populações do Sul. As migrações interiores subtraíram ao Nordeste uma parte considerável do seu incremento natural, enquanto esta região recebia apenas pequenos contingentes de imigrantes estrangeiros. A forte emigração interior dos Estados do Leste excedeu largamente a imigração estrangeira e a imigração interior para o Distrito Federal, deixando um largo saldo passivo para o conjunto da região. As migrações interiores foram o fator principal, ou talvez mesmo o único, do maior crescimento das populações do Centro-Oeste e do Norte.

As quotas de alguns Estados na população do Brasil mostram variações amiúde relativamente maiores do que as das regiões, de 1872 a 1954. As dos principais Estados do Leste e do Nordeste declinaram (a de Minas Gerais de 20,79% para 14,55%, a da Bahia de 13,64% para 9,20%, a de Pernambuco de 8,32% para 6,53%), enquanto as do principais Estados do Sul subiram (a de São Paulo de 8,28% parra 17,62%, a do Rio Grande do Sul de 4,42% para 7,98%).

* * *

7. A maior parte da população do Brasil é não-urbana, embora nem sempre "rural" na significação clássica da palavra. Mais de dois terços dos habitantes vivem em pequenos centros ou em habitações esparsas; menos de

Tabela IV

BRASIL

Distribuição da população presente segundo o domicílio urbano ou não-urbano e o tamanho das aglomerações urbanas, em 1.º-VII-1950

DOMICÍLIO	NÚMERO DE AGLOMERAÇÕES URBANAS	POPULAÇÃO	
		Habitantes	%
AGLOMERAÇÕES URBANAS*			
De mais de 500 000 habitantes..	3	4 832 458	9,30
De 100 001 a 500 000 habitantes	8	2 040 777	3,93
De 50 001 a 100 000 habitantes	22	1 613 409	3,11
De 10 001 a 50 000 habitantes	187	3 656 858	7,04
De 5 001 a 10 000 habitantes	258	1 782 267	3,43
De 2 001 a 5 000 habitantes	692	2 085 588	4,01
ÁREAS NÃO URBANAS			
Aglomerações menores e habitações esparsas.....	—	35 933 040	69,18
*TOTAL***.....	*1 170*	*51 944 397*	*100,00*

* Classificadas segundo o número de habitantes no conjunto dos quadros administrativos, urbano e suburbano.

** Excluídos 31 597 habitantes, não classificados segundo o domicílio.

um sexto em cidades de mais de 100 000 habitantes; as proporções dos que vivem em cidades médias e pequenas é também baixa, como se pode ver pelos dados da tabela IV, que resumem os resultados do censo de 1950.

As cidades principais são Rio de Janeiro com 2 377 000 habitantes naquela época e São Paulo com 2 198 000; ambas, e sobretudo a segunda, tiveram forte incremento nos últimos anos. Incluindo-se os centros satélites, pode-se estimar que a população, em 1955, tanto do grande — Rio de Janeiro como do grande — São Paulo atinja a ordem dos 3 milhões.

As demais cidades mais populosas são: Recife, Capital de Pernambuco, Salvador, Capital da Bahia, Pôrto Alegre, Capital do Rio Grande do Sul, Belo Horizonte, Capital de Minas Gerais, Fortaleza, Capital do Ceará, e Belém, Capital do Pará.

* * *

8. Falta uma estatística das migrações interiores, mas o rumo e o volume das respectivas correntes podem ser deduzidos dos elementos fornecidos pelo censo demográfico, onde os habitantes são classificados segundo a Unidade de nascimento, em combinação com a Unidade de presença.

As maiores correntes de imigração interior dirigem-se para o Estado de São Paulo, o Distrito Federal e o Estado do Paraná. Os Estados do Rio de Janeiro e de Goiás e outros recebem, também, consideráveis contingentes de imigrantes de outras Unidades. A comparação entre os dois últimos censos revela a intensificação dos movimentos de migração interior entre 1940 e 1950; o incremento da imigração foi especialmente elevado no Paraná.

A máxima corrente de imigração interior procede do Estado de Minas Gerais; dão notáveis contigentes de imigrantes também os Estados de São Paulo, do Rio de Janeiro, da Bahia, de Pernambuco, do Ceará e outros. Comparando-se os dois últimos censos, ressalta especialmente a ampliação das correntes emigratórias procedentes de Minas Gerais.

Os maiores saldos ativos das migrações interiores correspondem ao Distrito Federal e aos Estados do Paraná e de São Paulo; merece relêvo também o saldo ativo do Estado de Goiás.

O maior saldo passivo é o do Estado de Minas Gerais; a Bahia apresenta também um notável saldo passivo, embora muito menor.

Os principais rumos das migrações interiores são os do Nordeste e do Leste dara o Sul e o Centro-Oeste; um rumo secundário é do Nordeste para o Norte. Amplas correntes afluem às cidades em tôdas as partes do país.

No decênio precedente à data do censo de 1950, a população dos quadros administrativos urbanos e suburbanos aumentou de 5 945 000, dos quais 3 150 000 procedentes do incremento natural, 52 000 da imigração exterior e 2 743 000 da imigração interior. Êste último número representa a perda sofrida pela população dos quadros rurais, que, embora tendo um incremento natural de 7 600 000, teve um aumento líquido de apenas 4 917 000, dos quais 60 000 procedentes da imigração exterior.

É evidente a tendência para a crescente concentração da população nas áreas urbanas e suburbanas.

Além da atração para as cidades em parte conexa com a industrialização do país, as migrações interiores têm como principais fatôres a tendência dos habitantes a se transferir de zonas sujeitas a calamidades naturais (sêca, inundações, etc.) para zonas mais propícias, e a abandonar áreas já esgotadas pela exploração irracional dos recursos naturais para áreas de mais recentes povoamento e exploração.

* * *

9. A população do Brasil, já superior às de todos os demais países de cultura latina, continua crescendo ràpidamente. Êste rápido aumento é devido

principalmente ao forte excedente dos nascimentos sôbre os óbitos, conseguido mercê de elevada natalidade, apesar do nível ainda bastante alto da mortalidade. A imigração exterior foi, nos últimos lustros, apenas um fator muito secundário do incremento demográfico.

Em dependência das características do seu crescimento, a população do Brasil apresenta aproximado equilíbrio dos sexos, elevada proporção de crianças e adolescentes e baixa proporção de velhos, reduzida proporção de estrangeiros. Entre os grupos étnicos predominam os de côr branca, tendendo a diminuir as proporções — entretanto ainda elevadas — dos grupos pardos e pretos e sendo pequena a do amarelo. As principais atividades econômicas são as agrícola e pecuárias, mas se vão estendendo as atividades industriais.

São intensos os movimentos de migrações interior, especialmente do Nordeste e do Leste para o Sul e o Centro-Oeste e das zonas rurais para as cidades.

II

ASPECTOS CULTURAIS DA EVOLUÇÃO E DAS CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS DO BRASIL [1]

No caso do Brasil, o povoamento, na primeira fase da colonização, marcou o início da introdução de uma cultura superior.

Mas a envagelização e a fusão entre os invasores e os invadidos representam apenas o aspecto favorável dêste processo, e não podem ser esquecidos os tratamentos desumanos e os massacres de aborígines que acompanharam a marcha dos conquistadores para o interior do país. E não sòmente recursos humanos mas também recursos materiais foram, e ainda estão sendo, devastados pela avidez e pela ignorância dos presumidos civilizadores, através da destruição das florestas, do esgotamento e da erosão dos solos, do desperdício dos recursos do subsolo, que se verificaram em muitas partes do país, enquanto apenas em poucas outras partes prevaleceram formas de exploração menos irracionais.

A imigração forçada de milhões de escravos deu impulso ao progresso demográfico do país, mas constitui um retrocesso do ponto de vista da civilização, seja pela própria barbárie do regime da escravidão, seja pela inferioridade cultural dos elementos assim introduzidos. Êstes foram importados como instrumentos de trabalho, mas seus descendentes tornaram-se parte integrante daquela sociedade que mercadejava como gado os antepassados.

Os modernos sociólogos brasileiros, com espírito de generosa justiça, puseram em relêvo as contribuições positivas trazidas pelo aborígine e pelo africano à cultura nacional. Entretanto, à pesquisa objetiva do cientista não podem escapar as contribuições negativas.

Na imigração espontânea, que se desenvolveu, com amplas variações de volume e de procedências, durante os últimos cem anos, prevaleceram em geral as correntes aptas para a frutuosa colaboração no desenvolvimento da cultura do país, colaboração que teve o seu êxito maior no rápido progresso da região do Sul, meta preferida dos imigrantes.

Mas o estímulo principal à extensão do povoamento do país e ao aperfeiçoamento da educação geral e técnica do povo brasileiro, neste último período secular, foi, talvez, o do vigoroso e incessante crescimento natural da população, que impôs a contínua procura de meios mais amplos para a conservação e a melhoria do padrão de vida. Num povo enérgico, laborioso e dotado de iniciativa, o incremento demográfico age como fermento de progresso; num povo fraco, preguiçoso e inerte, êle é fator de miséria e decadência. De uma e da outra forma de influência encontram-se exemplos no Brasil, prevalecendo, felizmente, a primeira.

* * *

[1] Excertos de uma conferência proferida, na Fundação Getúlio Vargas, pelo Prof. G. MORTARA.

As próprias características demográficas de um país são, dentro de certos limites, índices da fase cultural em que êle se acha.

A elevada mortalidade indica, em geral, alta freqüência de doenças, insuficiência da organização higiênica e sanitária, difuso mal-estar econômico, largas falhas educacionais.

A elevada natalidade, em muitos casos, denota escasso espírito de previdência e inadequado contrôle do instinto pela razão.

No regime de alta natalidade associada com alta mortalidade, grandes esforços biológicos e econômicos são dedicados à criação de filhos que não chegarão à idade adulta e muitas energias são empregadas pela manutenção de pessoas temporárias ou definitivamente inválidas, embora ainda não velhas.

Nos países mais adiantados no caminho da civilização, a natalidade e a mortalidade tendem a se estabilizar em níveis relativamente baixos, que deixam margem suficiente para o incremento da população, quando os recursos disponíveis permitem que êle se desenvolva sem impedir a melhoria, ou pelo menos a conservação, do padrão de vida.

Os aspectos da variação da população refletem-se na sua estrutura. Onde, apesar da alta mortalidade, é rápido o crescimento natural da população em virtude da exuberante natalidade, encontram-se proporções muito elevadas de crianças e de adolescentes, e o trabalho dêstes é prematuramente aproveitado, com prejuízos físicos e culturais dificilmente reparáveis. E o grave ônus da maternidade e da criação de proles numerosas diminui a contribuição das mulheres para as atividades econômicas e culturais extra-domésticas.

Quis chamar a atenção até aqui sôbre alguns aspectos das relações entre elementos demográficos e elementos culturais, que poderão ser melhor estudados e discutidas após a sumária descrição, que vou fazer, das características demográficas do Brasil.

Com efeito, o conhecimento da realidade é a base indispensável para qualquer séria discussão acérca dos seus aspectos; a realidade demográfica brasileira é, ainda, bem pouco conhecida pela maioria das pessoas cultas.

A culpa principal dessa situação cabe à falta de estatísticas fidedignas dos nascimentos, dos óbitos e dos movimentos migratórios. Pela indisciplina cívica do povo, muitos nascimentos e óbitos não são registrados; pela indisciplina administratativa dos cartórios, muitos casos registrados não são comunicados aos serviços estatísticos. Não existe registro sistemático dos amplos movimentos de migração interior; há registro apenas parcial dos movimentos de migração internacional.

Muitos dos conhecimentos que hoje possuímos sôbre o movimento da população foram tirados, mediante paciente e arrojado trabalho de análise e conjeturas, dos dois censos demográficos de 1940 e de 1950, que, honesta e eficazmente realizados, restauraram o abalado prestígio da estatística brasileira. Mercê destes censos e dêsse trabalho tornaram-se conhecidas, pelo menos nas grandes linhas, as características demográficas atuais do país.

* * *

O desenvolvimento quantitativo da população do Brasil pode ser seguido sem graves dificuldades através dos últimos 150 anos, apesar das incertezas sôbre o número dos habitantes na época anterior aos censos demográficos, o primeiro dos quais foi efetuado apenas em 1872.

No início do século XIX, o Brasil contava apenas 3,5 a 4 milhões de habitantes, dos quais um têrço escravos. Já em 1850 a população, encedia 7 milhões. O censo de 1872 registrou mais de 10 milhões de habitantes, dos quais pouco menos de um sexto escravos; o de 1900, devidamente retificado, 18 milhões. Em 1950 o número dos habitantes atingia 52 milhões. Se nos anos se-

guintes a população tiver aumentado na mesma progressão verificada entre 1940 e 1950, ela já ultrapassaria 65 milhões em 1960.

Para evidenciar a rapidez do crescimento demográfico do Brasil são úteis algumas comparações internacionais. Em 1850 êste país contava apenas 7,2 milhões de habitantes, em comparação com 36,5 milhões da França, 18,4 milhões da Itália, 15,3 milhões da Espanha e 7,5, milhões do México. Em 1950, o Brasil, com 52,0 milhões de habitantes, deixa atrás de si todos êsses países: a Itália com 46,3 milhões, a França com 41,9 milhões, a Espanha com 27,9 milhões, o México com 25,7 milhões. Entre os principais países latinos, apenas a Argentina, que no mesmo período secular passou de 1,1 para 17,2 milhões de habitantes, teve um incremento relativo maior do que o do Brasil.

A imigração foi apenas um fator secundário do enorme incremento de 44,8 milhões de habitantes verificado entre 1850 e 1950. Com efeito, o excedente das imigrações sôbre as migrações nesse período ascendeu a 3,4 milhões, e a parte do excedente dos nascimentos sôbre os óbitos dependente da influência da imigração foi também estimada em 3,4 milhões. Subtraindo-se do incremento total estas parcelas, fica determinado em 38 milhões o crescimento natural independente da imigração.

Tamanho crescimento tornou-se possível, apesar da alta mortalidade, em virtude da altíssima natalidade. "Altíssima" em comparação com os níveis que hoje estamos acostumados a considerar normais, mas "normal" em comparação com os níveis que ainda na segunda metade do século passado podiam ser observados na Europa Oriental, quando a Rússia registrava anualmente 50 nascimentos e 36 óbitos por 1 000 habitantes. A média das taxas de natalidade do Brasil naquele meio século deve ter-se aproximado de 47 por 1 000 habitantes, e a das taxas de mortalidade de 31 por 1 000.

Mas depois de 1900, enquanto a freqüência dos nascimentos diminuía fortemente na maior parte dos países de civilização ocidental, ela diminuia apenas levemente no Brasil. A média das taxas de natalidade na primeira metade do século atual deve ter sido próxima de 44 por 1 000 habitantes, e a das taxas de mortalidade 24 por 1 000. A maior diminuição da mortalidade fêz subir, em confronto com o meio século anterior, de 16 para 20 por 1 000 habitantes a taxa de crescimento natural.

Ainda hoje, a taxa de natalidade oscila em tôrno de 42 a 44 por 1 000 habitantes, enquantto a taxa de mortalidade diminuiu para 18 a 20 por 1 000. A taxa de crescimento natural ficou, portanto, ainda maior, aproximando-se de 24 por 1 000 habitantes.

Cumpre salientar que, embora elevada, a taxa de natalidade brasileira não constitui uma exceção na América Latina, onde também o México e algumas das repúblicas menores marcam valores da ordem de 40 a 45 por 1 000 habitantes. A significação dessas taxas ressaltam da comparação com as de 15 a 20 por 1 000 habitantes típicas da Europa Ocidental e com a de 25 por 1 000 da América Anglo-Saxônia.

* * *

O modo de crescimento da população influiu fortemente sôbre o desenvolvimento da cultura nacional. A contribuição das culturas dos países de emigração para a formação da civilização brasileira foi menor do que a trazida para outros países, onde a imigração concorreu em maior proporção para o incremento demográfico, como os Estados Unidos e a Argentina. E na própria imigração para o Brasil, procedente de países com as mais gloriosas tradições nos dimínios da arte, da ciência e da técnica, predominaram elementos incultos, que não puderam trazer para cá a luz de civilizações das quais êles próprios viveram apenas à margem.

Talvez por isso, as maiores influências estrangeiras sôbre a cultura do Brasil nos últimos cem anos — a da França, até a primeira guerra mundial e a dos Estados Unidos, depois — foram quase independentes de fatôres demográficos, tendo sido desprezível a imigração francesa e estadunidense em todo êsse período. Foram brasileiros a Paris e a New York para aprender, vieram aqui franceses e estadunidenses para ensinar, mas apenas em pequena parte propagaram-se as culturas dêsses países por efeito da integração de elementos franceses e estadunidenses na nossa sociedade.

Apesar das reservas que expus, devo, entretanto, conhecer que valiosas contribuições culturais foram trazidas sobretudo pela imigração italiana e alemã, e em menor medida por outras correntes. O encontro de culturas diferentes, especialmente quando elas têm uma larga parte comum de elementos básicos, torna-se amiúde fermento de progresso acelerado, como atestam muitos exemplos no mundo em geral e na América em particular. Do aspecto cultural, e na aplicação ao Brasil hodierno, a sentença chauvinista de que "a criança é o melhor imigrante" está grosseiramente errada, e o estudo comparativo do desenvolvimento dos Estados de São Paulo e da Bahia nos últimos cem anos pode dar muitos ensinamentos sôbre êste assunto.

* * *

Uma ligeira análise dos elementos do movimento natural da população do Brasil nos ajudará a compreender e julgar melhor a situação demográfica dêste país e suas conexões com a situação cultural .

Quais são os fatôres da elevada natalidade brasileira? A esta pergunta, que mais de uma vez me foi feita por demógrafos e sociólogos de países de baixa natalidade, respondi constantemente que apenas a ausência ou a escassa aplicação das limitações artificiais tão aplicadas naqueles países é o fator principal do alto nível da natalidade no Brasil.

Com efeito, a natureza dotou o gênero humano de uma capacidade de reprodução muito superior às necessidades normais de substituição dos indivíduos eliminados pela morte, e sòmente o desenvolvimento gradual da civilização pôs freios cada vez mais eficazes ao exercício dessa capacidade. A maior parte dêstes freios visa ao fim de manter a reprodução dentro dos limites em que ela é compatível com a manutenção e a melhoria do bem-estar.

A própria instituição do casamento, ao lado dos seus outros aspectos jurídicos, morais e religiosos, apresenta êste aspecto econômico — e também, ouso dizer, moral —, màximamente interessante para o demógrafo, de meio preventivo da excessiva multiplicação das populações.

A reprovação das relações sexuais pré e extra-matrimoniais numa sociedade que respeita a instituição do casamento já determina uma forte limitação da reprodução. Se a idade média da mulher no casamento fôr de 23 ou 24 anos, ficarão inutilizados cêrca de 10 dos 30 a 35 anos do período potencialmente fecundo da sua existência. De outro lado, não é desprezível o número das mulheres que falecem, ainda potencialmente fecundas, sem ter casado; e é ainda maior, em geral, o número das que chegam ao fim dêsse período sem ter encontrado ocasião de casar.

No Brasil é o casamento o maior freio à natalidade. Segundo o censo de 1940, 85,64% das mulheres de 15 a 19 anos eram ainda solteiras, e mesmo eliminando as que tiveram filhos nascidos vivos a proporção se mantém muito elevada, 84,43%. Ainda entre as mulheres de 20 a 24 anos, quase a metade, 48,07%, ficavam solteiras; eliminando-se as que tiveram filhos nascidos vivos, a proporção desce para 42,86%, excedendo todavia quatro décimos. E das mulheres de 25 a 29 anos 29,14% eram solteiras; 21,63%, isto é, mais de dois décimos, solteiras que não tiveram filhos nascidos vivos. Não é preciso acres-

centar outros dados estatísticos para mostrar a eficácia da instituição do casamento como obstáculo à reprodução.

Obstáculo, entretanto, nem sempre eficaz, como demonstram as próprias proporções das solteiras que declaram ter tido filhos nascidos vivos, subindo de apenas 1,41% no grupo de idade de 15 a 19 anos para 10,85% no de 20 a 24 anos, 25,77% no de 25 a 29 anos, 35,21% no de 30 a 34 anos e 41,74% no conjunto das idades de 35 anos e mais.

A fim de que essas proporções não sejam interpretadas como indícios de larga corrupção dos costumes, é conveniente salientar que a maior parte dessas solteiras-mães vivem em uniões livres de caráter permanente, não apenas ocasionais. As 314 000 solteiras de 35 anos e mais que declaram ter filhos nascidos vivos tiveram em conjunto 1 578 000 dêles, isto é, mais de 5 *pro capite*: número médio tão elevado que atesta o caráter permanente da maior parte das uniões donde saíram êsses filhos.

Entre os casais que se declararam "casados" nos dois últimos censos demográficos, cêrca de um quarto do número total não eram tais, no sentido legal, sendo unidos apenas pelo vínculo religioso. Entretanto, mesmo nesta forma não reconhecida pela lei, a instituição do casamento contribui para a limitação da reprodução.

Outras formas de limitação, que visam a evitar a concepção ou a eliminar seu fruto, tiveram, até época recente, escassa aplicação no Brasil. Mas já se observam nas populações de algumas grandes cidades (especialmente nas do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Pôrto Alegre) sinais evidentes do uso crescente de meios anticoncepcionais. E o abôrto voluntário tornou-se cada vez mais freqüente, sobretudo nas populações urbanas, onde não lhe falta o auxílio interessado de médicos, parteiras e curiosas.

É claro que, embora em dadas circunstâncias a limitação da prole possa ser julgada desejável e até necesária no interêsse social, a sua aplicação na forma do abôrto voluntário merece repulsa, sendo manifestação de barbárie e não de civilização.

Fora das cidades, a natalidade é muito elevada em tôdas as regiões do Brasil. Os caracteres fisiográficos, étnicos, econômicos e sociais pelos quais se diferenciam, em alguns casos profundamente, as diversas partes do país, parecem exercer influências desprezíveis em comparação com a do impulso sexual, a que se tende a dar livre curso, apenas com as limitações decorrentes, como já lembrei, de certo respeito para com a instituição do casamento. Encontram-se taxas de natalidade da mesma ordem nas zonas rurais de Estados tão diferentes entre si geográfica e sociològicamente como a Bahia e o Rio Grande do Sul, o Ceará e Santa Catarina, o Pará e o Espírito Santo.

* * *

O elevado nível da mortalidade no Brasil foi durante muito tempo atribuido ao clima. A verdade é que o clima de algumas partes do país favorece a difusão de certas doenças, a qual, entretanto, pelos modernos progressos da higiene e da medicina pode ser contida e até evitada.

É neste domínio que aparecem algumas das relações mais evidentes entre o progresso cultural e o incremento demográfico. Os meios modernos de prevenção e de tratamento das doenças permitem reduções da mortalidade que teriam sido julgadas impossíveis há apenas 50 anos.

Naquela época a duração média da vida calculada segundo as tábuas de sobrevivência (vida média) atingia máximos de 50 a 55 anos nos países mais adiantados. Já antes de 1950 os máximos tinham subido para 65 a 70 anos.

Para evitar interpretações erradas, quero esclarecer que a tábua de sobrevivência indica como se iria esgotando, com o subir da idade, uma geração suposta, que estivesse sujeita em cada ano de idade a mortalidade igual à obser-

vada em dada população em determinado período. Assim, dizendo que segundo a tábua de sobrevivência para o Estado de São Paulo, construída com base nas observações do período 1939-41, a vida média é de 45 anos, não se entende afirmar que os falecidos nesse período viveram em média 45 anos, ou ainda menos, que os nascidos nesse período viverão em média 45 anos. Afirma-se, apenas, que se fôsse possível distribuir em partes iguais os anos vividos por uma geração suposta, que fôsse sujeita em cada idade à mesma mortalidade observada no Estado de São Paulo durante o período 1939-41, caberiam 45 anos a cada um dos seus componentes.

Mercê da diminuição da mortalidade conseguida pelos progressos da ciência e da organização higiênica e sanitária, esta duração média da vida de 45 anos, que em tôrno de 1940 correspondia a um dos Estados mais adiantados do Brasil, pode ser tomada hoje como representativa para o conjunto do país.

No quadro internacional, êste é um valor bem baixo. Já nos últimos anos anteriores a 1950, a vida média subiu acima de 70 anos na Holanda e se aproximou dêste limite nos países escandinavos. E não sòmente êsses pequenos países, mas também países mais populosos como a Inglaterra, e muito mais populosos como os Estados Unidos, apresentam valores da vida média da mesma ordem, embora um pouco menores. Na França, a vida média se aproxima de 65 anos; no Japão e na Polônia, de 60. Na Colômbia e na Venezuela a vida média parece ser maior do que no Brasil; no México e no Chile parece estar em níveis pouco diferentes daquele do nosso país.

Não faltam no Brasil zonas mais adiantadas. No período 1940-1950, enquanto a vida média no conjunto do país era estimada em 43,5-44 anos, ela já atingia 53 anos no Rio Grande do Sul, nos Estados mais atrasados ficava abaixo de 40 anos.

A análise das causas de óbito segundo a idade salienta como máximo fator da elevada mortalidade brasileira a freqüência muito alta das doenças infecciosas e parasitárias. Justamente essas doenças — senão tôdas, a maior parte delas — podem ser debeladas pelos recursos de que hoje dispõem a organização higiênica e a arte sanitária. E o aumento da vida média, verificado na população do Distrito Federal, de 42,4 anos em 1939-41 para 52,8 anos em 1949-51, depende sobretudo do êxito conseguido na luta contra essas doenças. Êxito que não ficou limitado à capital da República e a algumas outras grandes cidades (entre as quais se distingue a capital de São Paulo pela importância do progresso), antes se estendeu também a algumas zonas do interior, onde foram enèrgicamente combatidas a malária e outras endemias.

Estamos ainda longe, entretanto, dos níveis de mortalidade típicos de um país adiantado na defesa da saúde pública. Em particular, mantém-se elevada a mortalidade infantil. De cada 1 000 crianças que nascem no Brasil, 160 a 170 falecem sem atingir o primeiro aniversário, enquanto já em vários países a proporção correspondente está reduzida a 25 a 35 por 1 000 e em muitos outros, embora um pouco mais elevada, não chega a atingir 50 por 1 000.

Mas não é sòmente na primeira infância que a mortalidade brasileira está ainda muito acima dos níveis alcançados nos países mais adiantados. Numa geração sujeita à mortalidade que atualmente se verifica no Brasil, apenas 730 de 1 000 nascidos vivos atingiriam o décimo-quinto aniversário, que se costuma tomar como limite inicial do período econômicamente ativo da existência; e apenas 435 chegariam ao sexagésimo aniversário, limite final dêste período. Nos Estados Unidos, de 1 000 nascidos vivos sobrevivem 956 no décimo-quinto aniversário e 748 no sexagésimo. É maior a proporção dos sobreviventes aos 60 anos nos Estados Unidos do que a dos sobreviventes aos 15 anos no Brasil.

A cada nascido vivo correspondem em média apenas 27 a 28 anos de vida econômicamente ativa no Brasil, em comparação com 40 a 41 nos Estados Unidos.

Vê-se que ainda temos que percorrer longo caminho para chegarmos a níveis de mortalidade dignos de um país de cultura superior.

* * *

No período decenal imediatamente anterior à data do último censo demográfico, 1.º de julho de 1950, o excedente dos nascimentos sôbre os óbitos atingiu 10 750 000, enquanto o excedente das imigrações sôbre as emigrações superou de pouco 100 000. Acentuou-se portanto, neste período, a usual predominância do incremento natural sôbre o incremento migratório, tendo sido aquêle muito forte e êste relativamente desprezível.

Houve nesse período um progresso da atividade econômica e da produção de bens e de serviços pelo menos proporcional ao progresso demográfico? A imperfeição da nossa organização estatística da produção, ainda em busca do seu caminho, sem rumo certo e sem piloto experimentado, torna impossível responder com segurança a êsse quesito. O simples fato de que se discutiu e se discute, sem chegar a uma conclusão incontestável, se a disponibilidade média de alimentos *pro capite* tem aumentado ou tem diminuído parece indicar que não se verificou grande progresso.

A divergência das opiniões sôbre êsse assunto talvez dependa em parte da circunstância de que alguns dos observadores fixam sua atenção especialmente sôbre determinadas zonas, outros sôbre outras. Não é fácil conciliar as impressões de quem percorreu entusiasmado a região do norte do Paraná — onde em poucos anos uma admirável atividade construtora conquistou vastas áreas para a lavoura, multiplicou a produção agrícola, criou novas indústrias e deu impulso às já existentes e fêz surgir cidades onde só havia aldeias ou até matas — com as impressões de quem volta triste das regiões do Nordeste — onde as habitações despovoadas, as culturas arruinadas, o gado dizimado, as atividades industriais decaídas testemunham as conseqüências de anos consecutivos de sêca.

Não se pode duvidar de que em alguns lugares o progresso econômico foi mais rápido do que o incremento demográfico; mas é, também, certo que em outros lugares a desigualdade se verificou no sentido oposto, observando-se em alguns casos até retrocesso econômico simultâneamente com o incremento demográfico.

Os dados do censo de 1950 refletem tais desequilíbrios. Consta, por exemplo, dêsse censo que mais de um milhão e um têrço dos brasileiros naturais de Minas Gerais (15,47% do total) se encontram em outras Unidades da Federação. Esta emigração de massas, índice de mal-estar econômico e social, torna-se ainda mais digna de nota quando se considerar que a densidade da população naquele Estado era apenas de 13,28 habitantes por quilômetro quadrado. De outro lado, consta do mesmo censo que se encontram no Paraná dois terços de milhão de brasileiros naturais de outras Unidades (32,44% do total dos brasileiros natos presentes nesse Estado), atraídos pelas exigências da valorização acelerada dos recursos locais.

Através do estudo das realidades contrastantes e do exame das opiniões divergentes, parece-me poder concluir que o padrão médio de vida no conjunto do Brasil não variou muito no decênio considerado. E, como êsse padrão era inicialmente muito baixo, parece-me incontestável que o rápido incremento demográfico tornou mais difícil a sua elevação.

Seria absurdo comparar a situação do Brasil, com a sua densidade média de 6 habitantes por quilômetro quadrado, com a de outros países econômicamente atrasados, como a Índia com 117 habitantes por quilômetro quadrado, a Indonésia com 51, ou a China com 48, onde o incontido crescimento demográfico neutraliza todo esfôrço para a elevação do padrão de vida. Mas não

se deve disfarçar a necessidade de evitar que um crescimento demasiado rápido da população dêste país venha a frustar a ação coletiva e individual tendente ao progresso do bem-estar.

* * *

As características do movimento da população refletem-se na composição da mesma.

A composição atual por sexo é relativamente equilibrada. Nos nascimentos prevalece o sexo masculino, mas essa vantagem inicial fica mais que compensada pela maior mortalidade sucessiva. Nas imigrações prevalece o sexo masculino, mas nos últimos lustros, anteriores a 1950, as correntes imigratórias ficaram muito reduzidas.

A composição segundo a côr é caracterizada principalmente pela crescente proporção do grupo branco, devida à sua moralidade, às contribuições recebidas pela imigração, e à progressiva absorção neste grupo de elementos procedentes da mestiçagem. No censo de 1950, foram declarados brancos 61,79% dos habitantes, enquanto no censo de 1872 a proporção dos brancos fôra apenas de 38,11%. Independentemente de qualquer preconceito racista, e apenas considerando-se o estado cultural dos não-brancos, na média mais atrasado, essa evolução parece favorável ao progresso da educação.

No que diz respeito à convivência pacífica e fraterna entre elementos èticamente diferentes. o Brasil pode servir de exemplo a todo o mundo. Através das mais complexas e variadas mestiçagens, formaram-se multíplices gradações entre os tipos extremos. Se os resultados dos diversos censos às vêzes parecem contraditórios nas suas indicações sôbre a discriminação da população segundo a côr, êsse inconveniente é devido sobretudo à circunstância feliz de que não existem aqui barreiras intransponíveis de raça nem de côr. Do branco para o pardo, do pardo para o prêto, passa-se através de inúmeros matizes intermédios, ficando em muitos casos totalmente arbitrária a atribuição do indivíduo a um ou a outro grupo de côr. Minha consciência de homem, sobrepujando meus escrúpulos de cientista, obriga-me a declarar que dessa confusão estatística o Brasil pode estar orgulhoso, em vista do alto princípio de igualdade humana que, em última análise, é a sua causa.

A composição por idade apresenta os caracteres típicos da elevada proporção de crianças e adolescentes e da baixa proporção de velhos, conseqüências da associação de uma taxa de natalidade muito elevada com uma taxa de mortalidade ainda elevada, um forte incremento natural e um fraco incremento migratório.

Segundo o censo de 1950, a proporção dos habitantes em idades inferiores a 15 anos atingia 419 por 1 000 no Brasil, em comparação com 271 nos Estados Unidos e 221 na Inglaterra; a dos habitantes de 15 a 59 anos, 539 por 1 000 no Brasil, em comparação com 608 nos Estados Unidos e 622 na Inglaterra; e a dos habitantes de 60 anos e mais, 42 no Brasil em comparação com 121 nos Estados Unidos e 157 na Inglaterra.

Essa composição se traduz numa proporção excepcionalmente elevada de elementos que, de acôrdo com a idade, são supostos econômicamente passivos. Para cada 1 000 habitantes de 15 a 59 anos, contam-se no Brasil 856 de idade inferior a 15 ou de 60 anos e mais, enquanto nos Estados Unidos a proporção é apenas de 644 para 1 000 e na Inglaterra de 616 para 1 000. Uma conseqüência, deplorável do ponto de vista cultural, dessa situação é a de que as crianças e os adolescentes são aproveitados largamente como auxiliares no trabalho, especialmente nas atividades agropecuárias. Segundo o censo de 1950, estavam ocupados em atividades econômicas extra-domésticas 19,80% das crianças de 10 a 14 anos e 50,79% dos adolescentes de 15 a 19 anos. Esta extensa ocupação é amiúde prejudicial para a saúde das novas gerações e ainda mais para a sua educação, porque a maior parte dêsses trabalhadores precoces

deixa de freqüentar a escola e escapa total ou parcialmente à obrigação legal da educação primária.

Em conseqüência dessa prematura ocupação, milhões de jovens brasileiros crescem desprovidos dos próprios rudimentos da instrução. Segundo o censo de 1950, apenas 43,73% das crianças de 10 a 14 anos e 52,71% dos adolescentes de 15 a 19 anos sabiam ler e escrever; e entre 4 991 000 moços de 20 a 24 anos apenas 2 703 000, ou 54,16%, declararam ter essa capacidade. Cumpre lembrar que as declarações de saber ler e escrever feitas na ocasião dos censos tendem a ser algo otimistas; mesmo quem apenas sabe desenhar sua assinatura não quer passar por analfabeto. Portanto, a deficiência real da instrução é ainda maior do que a deficiência aparente indicada pelo censo.

Discriminando-se os diversos quadros administrativos, verifica-se que a proporção dos que sabem ler e escrever entre os habitantes de 20 a 24 anos desce de 83,96% nos quadros urbanos para 70,17% nos suburbanos e cai para 37,40% nos rurais, onde se encontram mais de seis décimos dos habitantes do Brasil dessas idades. As dificuldades das comunicações nas zonas rurais contribuem para retardar nelas a difusão do ensino primário.

* * *

A distribuição territorial da população do Brasil é muito desigual.

A densidade média de 6 habitantes por quilômetro quadrado, verificada em 1950, é muito baixa, não sòmente em comparação com as dos países de antigo povoamento mas também em comparação com a de 19 dos Estados Unidos. Mas a densidade média não dá uma idéia adequada da intensidade do povoamento, justamente em razão das grandes desigualdades.

* * *

A densidade extremamente baixa da população no Norte e no Centro-Oeste contrasta com a densidade relativamente elevada no Nordeste, no Leste e no Sul.

As regiões do Norte e do Centro-Oeste ocupam, em conjunto, uma superfície terrestre de 5 458 000 quilômetros quadrados, superior à da Europa, exclusive a parte européia da União Soviética, nas fronteiras de 1938. Mas contavam em 1950 apenas 3 582 000 habitantes, em comparação com mais de 400 milhões da Europa, delimitada como acima. A densidade média é de 0,66 habitantes por quilômetro quadrado, com o máximo de 1,95 no Estado de Goiás e o mínimo de 0,08 no Território do Rio Branco. Essas duas regiões — Norte e Centro-Oeste — que ocupam 64,10% da superfície do país, contêm apenas 6,89% da sua população. O povoamento, a valorização econômica e a elevação cultural dessa imensa área são tarefas de incomparável importância que incumbem à civilização brasileira. O que foi feito até hoje é apenas um modesto, e nem sempre feliz, início da grande obra de amanhã.

As demais regiões — Nordeste, Leste e Sul —, sôbre uma superfície terrestre total de 3 056 000 quilômetros quadrados, em 1950 contavam 48 394 000 habitantes, com a densidade média de 15,84 por quilômetro quadrado. Nelas também se encontram áreas de população rara, como os Estados do Piauí, com 4,13 habitantes por quilômetro quadrado, e do Maranhão, com 4,77, e vastas zonas dos Estados da Bahia, de Minas Gerais e do Paraná. Mas há também áreas com população densa, como os Estados do Rio de Janeiro, com 53,94 habitantes por quilômetro quadrado, de Alagoas, com 39,33, de São Paulo, com 36,98, de Pernambuco, com 34,62. Ressalta, na região Leste, a altíssima densidade da população no Distrito Federal, 1 753,28 habitantes por quilômetro quadrado; mas se trata de uma pequena área que contém a maior cidade do Brasil; não comparável, portanto, com as dos Estados e dos Territórios Federais.

Em conjunto, as três regiões — Nordeste, Leste e Sul — ocupam apenas 35,90% da superfície do país, mas contêm 93,11% da sua população. É nessa área de menos baixa densidade demográfica que a cultura nacional encontra menores dificuldades de extensão e de intensificação.

Um movimento muito importante, do aspecto cultural, é o que, através das migrações interiores, tende a concentrar nas cidades e nas zonas delas mais próximas uma fração crescente da população do país.

Em 1.º de julho de 1940, os quadros administrativos urbanos e suburbanos compreendiam apenas 31,24% da população do país, enquanto 68,76% desta se achavam nos quadros rurais.

Em 1.º de julho de 1950, os quadros urbanos e suburbanos já compreendem 36,15% da população do país, enquanto a proporção contida nos quadros rurais se reduz a 63,85%.

No intervalo decenal, a população dos quadros urbanos e suburbanos aumentou de 5 945 000 habitantes; dêste aumento, 2 743 000 representam o excedente das imigrações procedentes dos quadros rurais sôbre as emigrações para êles dirigidas. E a população dos quadros rurais aumentou apenas de 4 917 000, tendo perdido mais de um têrço do seu crescimento natural em virtude do decremento migratório.

Prescindindo da divisão administrativa, nem sempre concordante com a discriminação entre zonas urbanas e rurais que poderia ser feita segundo critérios demográficos e sociológicos, podem ser consideradas como "cidades", de acôrdo com êstes critérios, as aglomerações demográficas que contam mais de 2 000 habitantes no conjunto dos quadros administrativos urbano e suburbano.

Dessas cidades, havia apenas 1 170 no Brasil, na data do último censo, isto é, em média, uma por 7 277 quilômetros quadrados. São, portanto, ainda bem raros, em relação à área do território nacional, os centros dos quais deve irradiar-se a cultura em todo o país.

Essas 1 170 cidades compreendem 30,82% da população, os restantes 69,18% correspondendo aos moradores de aglomerações rurais e de habitações esparsas.

É típica do Brasil a relativa escassez de cidades de média importância. As 11 cidades com mais de 100 000 habitantes em 1950 compreendiam 13,23% da população total; as demais 209 cidades com mais de 10 000 habitantes compreendiam apenas 10,15%. Nas 950 pequenas cidades, com mais de 2 000 mas não mais de 10 000 habitantes, concentravam-se 7,44% da população total. Parece, portanto, que a multiplicação e a elevação cultural das cidades menores deve ser uma das tarefas mais urgentes do próximo futuro. É através dêsses centros secundários que se propagam os benefícios do progresso cultural nas áreas rurais.

* * *

A sumária resenha das características demográficas do Brasil, que me propus apresentar, está terminada.

Muitos aspectos interessantes da demografia do país foram preteridos, outros foram apenas ligeiramente lembrados, seja pela limitação do tempo disponível, seja pela preferência que dei aos assuntos mais conexos com fatôres culturais. Ouso esperar que os fatos e os comentários expostos suscitem em alguns dos ouvintes o desejo de estender seus conhecimentos dos assuntos demográficos, aos quais apenas poucos estudiosos brasileiros — *rari nantes in gurgite vasto* — dedicaram a sua atuação. No interêsse da ciência e no interêsse da administração pública, é necessário ampliar e aprofundar as análises dos fenômenos demográficos, e é indispensável, antes de tudo, dar às estatísticas do movimento da população uma organização digna de um país civilizado.

O rápido crescimento da população nacional é um sinal de vitalidade e de pujança, mas pode tornar-se sintoma de inércia e de imprevidência se faltar uma esclarecida ação de govêrno, que, orientando e amparando os esforços dos particulares, torne possível e simultâneo o mais rápido aumento da produção nacional. É esta a condição imprescindível para a melhoria do padrão de vida, ainda demasiado baixo, do povo do Brasil, melhoria que por sua vez representa um pressuposto para a difusão e a elevação da cultura.

Composto e impresso nas oficinas do
Serviço Gráfico da Fundação IBGE —
Lucas, Rio de Janeiro, GB — Brasil

ESTUDOS DE ESTATÍSTICA TEÓRICA E APLICADA

- Contribuições para o estudo da demografia do Norte
- Contribuições para o estudo da demografia do Nordeste
- Contribuições para o estudo da demografia do Sul

ESTATÍSTICA DEMOGRÁFICA

N.º 1. O aproveitamento das apurações do censo demográfico de 1940 para a determinação das correntes de migração interior
N.º 2. Os cegos no Brasil segundo o censo demográfico de 1.º de setembro de 1940
N.º 3. Os surdos-mudos no Brasil segundo o censo demográfico de 1.º de setembro de 1940
N.º 4. Estimativas da taxa de natalidade para o Brasil, as Unidades da Federação e as principais Capitais
N.º 5. Estudos sôbre a fecundidade e a prolificidade da mulher no Brasil, no conjunto da população e nos diversos grupos de côr
N.º 6. A prolificidade da mulher, segundo a idade inicial da atividade reprodutora, no Brasil
N.º 7. Aplicação comparativa de diferentes critérios para as estimativas da população do Brasil no período entre os recenseamentos de 1940 e 1950
N.º 8. Características demográficas do Estado da Bahia
N.º 9. Estudos sôbre a fecundidade da mulher no Brasil, segundo o estado conjugal
N.º 10. Pesquisas sôbre a natalidade no Brasil
N.º 11. Estudos sôbre a composição da população do Brasil segundo a côr
N.º 12. Pesquisas sôbre os diversos grupos de côr nas populações do Estado de São Paulo e do Distrito Federal
N.º 13. Pesquisas sôbre o desenvolvimento da população do Brasil
N.º 14. Estudos sôbre a natalidade e a mortalidade no Brasil
N.º 15. Estudos sôbre a natalidade em algumas grandes cidades do Brasil
N.º 16. Pesquisas sôbre a natalidade no Brasil
N.º 17. Pesquisas sôbre as populações urbanas e rurais do Brasil
N.º 18. Pesquisas sôbre a mortalidade no Brasil
N.º 19. Pesquisas sôbre a mortalidade no Brasil (2.ª série)
N.º 20. Pesquisas sôbre a mortalidade no Brasil (3.ª série)
N.º 21. Análises críticas de resultados dos censos demográficos
N.º 22. Pesquisas sôbre a natalidade no Brasil
N.º 23. A distribuição territorial dos estrangeiros no Brasil
N.º 24. Pesquisas sôbre a mortalidade no Brasil (4.ª série)
N.º 25. Pesquisas sôbre a fecundidade das mulheres e a sobrevivência dos filhos no Brasil
N.º 26. Migração interna (Análise de dados censitários de 1950)
N.º 27. Política de população e previsão econômica
N.º 28. Pesquisas sôbre a natalidade no Brasil (4.ª série)
N.º 29. Características demográficas e sociais do Estado da Guanabara
N.º 30. Alguns aspectos da população do Brasil, segundo o censo de 1960

FUNDAÇÃO IBGE
SERVIÇO GRÁFICO

SET